BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

FORTALEZA-CE
JUL/DEZ 2025

Brasil. Tribunal Regional do Trabalho. Região, 7ª. Boletim de Jurisprudência. Fortaleza, jan./jun. 2025.

1. Jurisprudência Trabalhista. I. Ceará. Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

CDU 34:331 (094.9)

A reprodução de qualquer parte desta publicação é permitida, desde que citada a fonte.

COMISSÃO DO BOLETIM
Divisão de Gestão de Memória

CAPA
Claudia Giovana Lopes Silva

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
Divisão de Gestão de Memória

Av. Santos Dumont, 3384 - Aldeota
Fortaleza-CE - CEP: 60.150-162
Fone: (0xx85) 3388.9442 - http://www.trt7.jus.br

Sumário

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL.....5

APRESENTAÇÃO 7

EMENTÁRIO 9

Composição do Tribunal

Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque
Presidente

Francisco José Gomes da Silva
Vice-Presidente

João Carlos de Oliveira Uchôa
Corregedor Regional

José Antonio Parente da Silva

Maria Roseli Mendes Alencar

Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior

Plauto Carneiro Porto

Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno

Durval César de Vasconcelos Maia

Emmanuel Teófilo Furtado

Paulo Régis Machado Botelho

Clóvis Valença Alves Filho

Carlos Alberto Trindade Rebonatto

Antonio Teófilo Filho

Apresentação

O presente número do Boletim de Jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região divulga as ementas dos acórdãos julgados e/ou publicados no período de julho a dezembro de 2025.

Divisão de Gestão de Memória

Ementário

ACIDENTE DE TRABALHO. MAQUINISTA. ATIVIDADE DE RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EMPREGADOR.

À atividade de maquinista, por apresentar alto grau de risco, aplica-se a responsabilidade objetiva do empregador com apoio na teoria do risco profissional (art. Art. 927, parágrafo único do Código Civil de 2002).

DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO.

No feito, restou configurado o chamado dano moral em ricochete (violação à integridade psíquica emocional da companheira, que se viu privada da convivência de seu companheiro), nos termos dos arts. 186 e 927 do Código Civil e do art. 5º, incs. V e X, da Constituição Federal. Nesse cenário, remanesce a controvérsia apenas no que toca à fixação da indenização por danos morais. A missão de se definir o valor da reparação da perda de um ente querido torna-se menos árdua quando se procede à leitura de precedentes pátrios. Trata-se de metodologia que minimiza o espectro de subjetividade dos parâmetros utilizados e torna mais equitativo o tratamento dispensado. Nessa senda, os valores impostos pelo STJ para a hipótese de indenização de dano moral em caso de morte, tem variado entre 300 e 500 salários-mínimos. Por conseguinte, o valor arbitrado em sentença está abaixo dos parâmetros acima delineados, não sendo possível majorá-lo à míngua de recurso da parte autora. Recurso ordinário conhecido e não provido.

Processo: 0000437-09.2024.5.07.0025 **Julg.: 07/07/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

AÇÃO RESCISÓRIA. PRETENSÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE ACÓRDÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO MANIFESTA DE NORMA JURÍDICA E DE ERRO DE FATO. INEXISTÊNCIA

A discussão dos autos envolve o alegado descumprimento da ordem de suspensão nacional de processos determinada pelo STF em razão do Tema nº 1389. Porém, o julgamento do feito de origem se deu por força da determinação contida na Reclamação Constitucional 74.922/CE, no sentido de adequar o acórdão rescindendo à decisão proferida na ADPF 324, em sede da qual fixada a tese de ser "lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" (STF - ADPF:

324 DF, Relator.: ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 30/08/2018, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 06/09/2019), situação que culminou com a improcedência da demanda de origem, a qual o autor busca reverter sustentando a ocorrência de violação manifesta de norma jurídica e de erro de fato, hipóteses inexistentes, pois analisada de forma exauriente pela Corte Suprema os contornos da relação jurídica havida entre as partes, de modo que a repercussão geral decorrente do Tema 1389 fixado pelo STF, onde lançada a questão de se saber a "Competência e ônus da prova nos processos que discutem a existência de fraude no contrato civil/comercial de prestação de serviços; e a licitude da contratação de pessoa jurídica ou trabalhador autônomo para essa finalidade" (STF - ARE: 1532603 PR, Relator.: GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 14/04/2025, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 14/04/2025 PUBLIC 15/04/2025), não se aplica de per se ao processo principal. Ação rescisória julgada improcedente.

Processo: 0004562-61.2025.5.07.0000 **Julg.:18/12/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. UTILIZAÇÃO DE MOTOCICLETA EM SERVIÇO. REGULAMENTAÇÃO PELA PORTARIA 1565/14. EFEITOS DA PORTARIA SUSPENSOS POR DECISÃO DA JUSTIÇA FEDERAL. EMPRESA ASSOCIADA À ACAD.

A Portaria MTE nº 1.565/14, ao incluir o anexo 5 da NR 16, regulamentou o § 4º, do art. 193, da CLT, conferindo direito ao adicional de periculosidade aos trabalhadores que utilizam motocicleta. Entretanto, referida Portaria encontra-se suspensa pela Portaria MTE nº 220/2015 - em decorrência de decisão proferida na Justiça Federal -, em relação às empresas filiadas às associações e sindicatos que elenca, entre os quais a ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE ATACADISTAS E DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ACAD, à qual a recorrente é associada. Nesse alinhamento, indevido o adicional de periculosidade pleiteado pela autora. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0000391-58.2025.5.07.0001 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. DECISÃO DE NATUREZA DEFINITIVA. CABIMENTO

O art. 893, § 1º, da CLT consagra o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, mas, quando tais decisões possuem caráter de definitividade, cujo mérito não mais poderá ser atacado em recurso de decisão definitiva posterior, ou quando causem imediato prejuízo à parte, é plenamente cabível o recurso. No caso dos autos, a parte agravante insurge-se contra decisão que indeferiu a penhora de proventos de aposentadoria da reclamada e determinou a remessa dos autos ao arquivo provisório. Tal decisão, conquanto não ponha, propriamente, um fim à execução, é extintiva da possibilidade de a parte usar de meio executivo/coercitivo legal, nas tentativa de satisfação de seu crédito e que possui aplicabilidade imediata, não havendo possibilidade de reversão pela interposição de recurso posterior, trazendo, sim, um gravame passível de apreciação via agravo de petição.Agravo de instrumento conhecido e provido.

II - AGRAVO DE PETIÇÃO PENHORA DE SALÁRIO E DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE EM TESE. ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO DO ÓRGÃO JUDICIÁRIO A QUE O JULGADOR ESTÁ VINCULADO. DISCIPLINA JUDICIÁRIA.

Este julgador entende, pessoalmente, que o art. 833, do CPC consagra a impenhorabilidade de determinados bens - figurando, dentre eles, os salários -, que, na dicção do parágrafo segundo do mesmo dispositivo, apenas pode ser afastada no caso de percepção de importância superior a 50 salários mínimos, ou de prestação alimentícia. Destaca, inclusive, que, por força de expressa definição legal, a prestação alimentícia não se confunde com o crédito trabalhista de natureza alimentar. Entende, ademais, que, quando a constrição atinge benefício previdenciário, a afronta é à legislação específica e, por isso, é ainda mais grave, pois o art. 114, da Lei nº 8.213/91, é expresso ao ressalvar que os proventos são infensos à penhora, arresto ou sequestro. A despeito desse entendimento pessoal, predomina nesta Seção Especializada II, o entendimento de que é possível a penhora de percentual dos salários e proventos de aposentadoria do executado, desde que não haja comprometimento de sua própria subsistência pessoal. A Seção Especializada é Órgão Julgador criado no intento de uniformizar a jurisprudência regional em matéria de execução e visa não só a segurança jurídica do jurisdicionado, mas, também, a celeridade processual, razão pela qual, sendo esse o entendimento dominante, este Relator resolveu, por questão de disciplina judiciária, insculpida, principalmente, nos artigos 489, § 1º, VI e 927, V, do CPC, segui-lo, ainda que ressalvando seu posicionamento pessoal. No caso concreto, porém, em se verificando que o salário que se pretende penhorar corresponde ao mínimo legal, qualquer percentual que se lhe retire reduzirá o valor para quantia abaixo do salário

mínimo legal, razão pela qual, por mais que o crédito autoral também tenha natureza alimentar, acabaria violando o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana para com o executado.Agravo de petição conhecido e não provido.

Processo: 0001556-87.2014.5.07.0014 **Julg.: 12/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Seção Especializada I

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. LIMITAÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS.

A análise do Juízo a quo deve-se ater apenas aos requisitos subjetivos e objetivos de admissibilidade, não se imiscuindo no mérito recursal. Negado seguimento ao recurso em virtude da declaração de prescrição intercorrente, patente que a Magistrada excedeu a competência que lhe conferida. Provimento do Agravo de Instrumento para determinar o processamento do Agravo de Petição.

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO INICIADA POSTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/17. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NÃO CONFIGURADA

É necessário para a deflagração da fluência do prazo da prescrição intercorrente que o exequente descumpra determinação judicial a ele dirigida, com expressa cominação de início do prazo prescricional, ocasionando a paralisação do feito por lapso temporal superior a dois anos, circunstâncias não verificadas no caso sob exame. Impõe-se, assim, a reforma da sentença para afastar a prescrição intercorrente, com o retorno dos autos à origem, a fim de dar prosseguimento à execução. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0000774-16.2019.5.07.0011 **Julg.: 10/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 1ª

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ORDINÁRIO. DEPÓSITO RECURSAL. SEGURO GARANTIA JUDICIAL EM CONFORMIDADE COM O ATO CONJUNTO Nº 1/TST. CSJT.CGJT/2019 E INSTRUÇÃO NORMATIVA 3 DO TST

Do cotejo da Apólice Seguro Garantia trazida aos autos pela empresa ré, suas cláusulas e condições, depreende-se que tal modalidade securitária encontra-se em conformidade com os requisitos previstos no multicitado ATO CONJUNTO

Nº 1/TST.CSJT.CGJT/2019, notadamente seu inciso II, que prevê que "o valor segurado inicial deverá ser igual ao montante da condenação, acrescido de, no mínimo 30%, observados os limites estabelecidos pela Lei 8.177 e pela Instrução Normativa 3 do TST", sendo certo que esta última estabelece que "o valor da garantia coberta pela apólice seja no valor da condenação ou do teto estipulado pelo TST "acrescido de, no mínimo, 30%", de forma que entende-se ser apta à garantia do juízo. Agravo de instrumento conhecido e provido.

I - RECURSO ORDINÁRIO DO BANCO RECLAMADO SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO. LEI N 14.010/2020

A Lei n. 14.010/2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das Relações Jurídicas de Direito Privado (RJET) durante o período da pandemia do coronavírus (Covid-19), estabeleceu a suspensão dos prazos prescricionais em curso, no interregno entre 12.06.2020 (data de vigência da lei) e 30.10.2020. Nessa senda, considerando o ajuizamento da presente ação em 15.09.2023, se retroagirmos cinco anos dessa data e subtrairmos o prazo da suspensão da prescrição (141 dias - Lei n. 14.010/2020), chegaremos ao marco prescricional de 27.04.2018.

IMPUGNAÇÃO À JUSTIÇA GRATUITA CONCEDIDA À PARTE RECLAMANTE. LEI 13.467/2017

A previsão contida na parte final do § 3º do art. 790 da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017, estipula apenas um parâmetro de presunção absoluta de hipossuficiência para aqueles que ganham até 40% do teto do RGPS. Já os demais trabalhadores, que percebem mais do que esse valor, ainda podem fazer jus à gratuidade da justiça, desde que comprovem estar em condição de insuficiência financeira. Nessa linha, a simples declaração de pobreza é considerada meio de prova da hipossuficiência da declarante pessoa física (art. 1º da Lei 7.115/1983; art. 99, § 3º, do CPC; Súmula 463, I, do TST), atendendo à exigência do art. 790, § 4º, da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017.

HORAS EXTRAS. INVALIDADE DO CONTROLE DE JORNADA

Tendo a prova oral sido firme e uníssona quanto ao labor extraordinário, destacando que a jornada de trabalho real não era efetivamente anotada nos registros de ponto, deve ser reconhecido o direito do(a) obreiro(a) às horas extras, que extrapolam a jornada de 6 horas, considerando-se a prova oral. Mesmo tendo sido dirimida questão atinente a invalidade dos cartões de ponto do interregno, cingiu-se a instituição ré, nas razões do presente apelo, tão somente a defender sua regular validade - desatrelado, entretanto, de quaisquer outros argumentos ou provas. Sentença que se mantém.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. METAS. COBRANÇAS ABUSIVAS. ASSÉDIO CONFIGURADO.

Do conjunto probatório produzido, denota-se que a prática adotada pela reclamada - consubstanciada na cobrança e controle excessivo de seus funcionários, além de exposição, de forma individual e coletiva, se traduz, sem dúvidas, em atitudes que trazem dano à personalidade e à dignidade moral, pois não é lícito à empresa impor o alcance de resultados por meio da criação de pressão e/ou terror psicológico no trabalhador, violando a sua integridade psicofisica. Mantida, pois, a indenização por danos morais.

DANOS MORAIS. "QUANTUM" INDENIZATÓRIO

À míngua de previsão legal quanto à forma de cálculo, o valor da indenização por dano moral há de ser arbitrado pelo juiz. O arbítrio, entretanto, não deve ser absoluto. Para a fixação da quantia, cabe ao julgador considerar vários elementos, entre eles, o grau da culpa e de entendimento do ofensor, a extensão do dano causado ao ofendido e a situação econômica de cada parte, de modo a que a indenização não sirva de enriquecimento sem causa para o ofendido, mas tenha caráter punitivo e educacional para o ofensor, evitando que novos casos ocorram. Mantido, portanto, o valor da indenização já deferido, fixado no montante de R$ 10.000,00.

II - RECURSOS ORDINÁRIOS DO BANCO E DA RECLAMANTE. ANÁLISE CONJUNTA. ACÚMULO DE FUNÇÃO. ACRÉSCIMO SALARIAL

A inclusão das novas tarefas inerentes ao desenvolvimento da função "agente de negócios caixa", com desempenho de atividades que podem ser consideradas qualificadas e complexas - já que envolvem parte de vendas/comercial, novas metas e mais responsabilidades - não são complementares à função de caixa desenvolvida pela recorrente, não estando inseridas no dever de máxima colaboração com o empregador, e/ou dentro do seu poder diretivo. Observa-se, portanto, a existência de desequilíbrio entre o trabalho prestado/acumulado e a contraprestação recebida, afigurando-se premente, o resguardo do caráter sinalagmático do contrato de trabalho, para que não haja o enriquecimento ilícito do trabalhador. Assim, restando patente que a reclamante executou atribuições próprias de ambos os cargos debatidos, tendo sido submetida a uma situação excepcional de desgaste, autoriza-se o deferimento de um acréscimo pecuniário a título de acúmulo funcional, no percentual de 20% sobre o salário-base da reclamante (aplicação analógica da Lei 6.615/78, adequada às circunstâncias do caso concreto), como já fixado na origem.

HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. CONDENAÇÃO. DECISÃO DO STF INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5.766, realizado em 20.10.2021, conforme divulgado na ocasião, declarou a inconstitucionalidade, dentre outros, do § 4º, do art. 791-A da CLT. Considerou que o dispositivo apre-

sentava obstáculos à efetiva aplicação da previsão constitucional de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal), bem assim vulneraria a garantia constitucional de acesso à justiça, prevista no art. 5º, inc. XXXV, da Carta Magna ("a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"). No entanto, quando da publicação do acórdão, em 03/05/2022, a decisão do STF foi formalizada contendo o que este julgador considera como uma alteração substancial, pois passou a constar a expressão "nos termos do voto do Ministro ALEXANDRE DE MORAES" que não constava da decisão inicialmente divulgada. Em seu voto, o mencionado Ministro conclui por declarar a inconstitucionalidade somente da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", constante do § 4º do art. 791-A. Após o julgamento de embargos de declaração, cuja decisão transitou em julgado aos 04/08/2022, restou esclarecido que a inconstitucionalidade, realmente, era somente em relação a tal expressão, tal como pedido na petição inicial da ADI 5766. E é essa a decisão a ser cumprida.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. PERCENTUAL ARBITRADO

Analisando-se os parâmetros constantes nos incisos do art. 791-A da CLT, para fins de definição do percentual a ser arbitrado a título de honorários advocatícios sucumbenciais, verifica-se ser consentâneo com o presente processo, o arbitramento do importe de 10% (dez por cento) sobre o valor que resultar da liquidação, como deferido pelo juízo de origem, mantendo-se tal percentual.

III - RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE PARCELA VARIÁVEL. HABITUALIDADE. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO. REFLEXOS

O prêmio é benefício eventual, condicionado à realização de determinado feito, mas, independentemente da denominação que se dê a qualquer verba paga ao empregado, quando esta passa a ser paga com habitualidade, em decorrência - e como contraprestação - da produção variável do trabalhador, reveste-se de nítida natureza salarial. E mais, quando o seu valor não é apurado sobre o salário mensal fixo, mas baseado nas tarefas cumpridas, produtos vendidos, etc., há que se reconhecer que integra a remuneração para todos os efeitos legais, à luz do art. 457, § 1º, da CLT. Recurso ordinário da reclamada conhecido e parcialmente provido. Recurso ordinário da reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001068-20.2023.5.07.0014 **Julg.: 14/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

AGRAVO DE PETIÇÃO. ADOÇÃO DE MEDIDAS EXECU-

TIVAS ATÍPICAS. SUSPENSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO, BLOQUEIO DOS CARTÕES DE CRÉDITO E APREENSÃO DO PASSAPORTE DOS DEVEDORES. POSSIBILIDADE

A adoção de medidas executivas atípicas contra os executados, como, in casu, a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a apreensão do passaporte e, inclusive, com a ressalva de entendimento pessoal deste Relator, o bloqueio dos cartões de crédito, com fulcro no disposto no inciso IV do art. 139 do CPC, foram consideradas válidas pelo STF (ADI nº 5941), desde que assegurados os valores especificados no próprio ordenamento jurídico, volvidos a resguardar e promover a dignidade da pessoa humana, a proporcionalidade e a razoabilidade, além do modo menos gravoso ao executado. Nesse cenário, as medidas coercitivas atípicas devem ser aplicadas no desiderato de proporcionar a real efetividade no cumprimento da Decisão judicial transitada em julgado, competindo ao juiz, na direção do processo efetivá-las no caso concreto, caso não comprovado algum impedimento para tal. Recurso de iniciativa do reclamante a que se dá parcial provimento.

Processo: 0000028-48.2020.5.07.0033 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Seção Especializada I

AGRAVO DE PETIÇÃO. C. C. T. E. A. M. A. S.ADO. DISTINGUISHING ***DO TEMA 1389 DO STF. SEGURANÇA CONCEDIDA.***

A suspensão processual não se justifica, seja por se tratar de demanda transitada em julgado (artigo 1.035, § 5º, do CPC em vigor), seja porque a controvérsia dos autos não guarda identidade com o Tema 1389 do STF, que trata da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica ("pejotização"). Com efeito, a ação de origem discute a validade da constituição da reclamada como sociedade cooperativa e a condição da reclamante como sócia cooperada, não havendo debate sobre contratação como trabalhador autônomo, o que revela *distinguishing* entre o caso concreto e o Tema 1389 do STF. Agravo de petição conhecido e não provido.

Processo: 0000151-35.2023.5.07.0035 **Julg.: 25/11/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada I

AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. TEORIA MENOR. ART. 28, § 5º,

DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC. NÃO PROVIMENTO

Aplica-se ao Processo do Trabalho a Teoria Menor de Desconsideração da Personalidade Jurídica (art. 28, § 5º, do CDC), segundo a qual para se atingir o patrimônio do sócio ou proprietário da pessoa jurídica, via desconsideração da personalidade jurídica, basta o mero inadimplemento da obrigação, não se fazendo necessário o atendimento dos requisitos do art. 50 do Código Civil, como a fraude ou abuso do direito. Correta a decisão que, constatando a inviabilidade da quitação do crédito trabalhista pela pessoa jurídica, determinou a inclusão das empresas consorciadas (sócias) no polo passivo da demanda. Agravo de petição conhecido e não provido.

Processo: 0001978-75.2023.5.07.0037 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada I

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PRECLUSÃO. PENHORA SOBRE SALÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR CORRESPONDENTE A UM SALÁRIO MÍNIMO. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. TEMA VINCULANTE Nº 75, DO TST. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição interposto por executada contra decisão que, em sede de exceção de pré-executividade, manteve sua responsabilidade patrimonial por preclusão e autorizou a penhora de 15% de sua remuneração, embora esta corresponda a um salário mínimo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 questões em discussão: (i) definir se a alegação de nulidade do incidente de desconsideração da personalidade jurídica está coberta pela preclusão, quando arguida apenas em exceção de pré-executividade; e (ii) estabelecer a possibilidade de penhora de percentual de remuneração da executada quando esta corresponde a um salário mínimo. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A matéria relativa à inclusão da sócia no polo passivo da execução, não impugnada por meio de recurso no momento processual adequado, encontra-se coberta pela preclusão temporal, em garantia da segurança jurídica e da celeridade processual. 4. A regra que permite a penhora de salário para pagamento de crédito trabalhista (art. 833, § 2º, do CPC) não é absoluta, devendo ser ponderada com as garantias constitucionais. 5. A jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, em interpretação

conforme a Constituição, protege a integralidade dos rendimentos correspondentes ao salário mínimo, como forma de assegurar o mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF). 6. A constrição de qualquer percentual sobre verba salarial que já se encontra no patamar do mínimo legal compromete a subsistência do devedor, sendo, portanto, ilegal. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso parcialmente provido. Tese de julgamento: Opera-se a preclusão temporal sobre a alegação de nulidade do incidente de desconsideração da personalidade jurídica quando a parte executada, incluída no polo passivo, deixa de impugnar a decisão no momento processual oportuno.É impenhorável a remuneração da parte executada correspondente a um salário mínimo, ainda que para satisfação de crédito de natureza alimentar, por força da proteção constitucional ao mínimo existencial e à dignidade da pessoa humana.Dispositivos relevantes citados:CF/1988, arts. 1º, III, e 7º, IV. CPC, art. 833, IV e § 2º. Jurisprudência relevante citada: Precedentes do TST e do TRT-7.

Processo: 0087600-83.1994.5.07.0023 **Julg.:25/11/2025**
Rel Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Seção Especializada II

AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXECUTADA DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL COLETIVO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. EXPOSIÇÃO AO SARS-COV-2. TÉCNICA DE ENFERMAGEM. SETOR CIRÚRGICO. LEGITIMIDADE. AGRAVO IMPROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela executada contra decisão que, em sede de embargos à execução, manteve a decisão de impugnação aos cálculos, que reconheceu a legitimidade da substituída para receber as diferenças do adicional de insalubridade, com fundamento na sentença proferida em ação civil coletiva. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO 2. As questões em discussão consistem em: (i) verificar a legitimidade da substituída para figurar no polo ativo da execução individual, ante a alegação de que não se enquadra nos critérios estabelecidos no título executivo; (ii) se o sindicato demandante possui legitimidade ativa para ajuizar ação de cumprimento de sentença coletiva e se há necessidade de juntada de procuração do trabalhador substituído; (iii) se a trabalhadora substituída é beneficiária da sentença oriunda da ação coletiva nº 0000428-58.2020.5.07.0002; (iv) se há necessidade de se realizar uma perícia técnica documental para se examinar os documentos ocupacionais Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) se a substituída se enquadra nos critérios objetivos fixados

na sentença exequenda, considerando a tese fixada no Incidente de Assunção de Competência (IAC) nº 0080473-55.2020.5.07.0000. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Quanto à questão relativa à legitimidade ativa da substituída, em virtude de ser ou não beneficiária da sentença coletiva, insta registrar que essa condição é questão que somente pode ser dirimida após uma acurada análise dos elementos de provas existentes nos autos, de modo que sua legitimidade para figurar no polo ativo desta execução não pode ser resolvida por meio de preliminar, mas apenas com a apreciação meritória. Preliminar rejeitada. 4. Quanto a ilegitimidade ativa do sindicato, a controvérsia já foi dirimida em acórdão proferido por este Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, nos autos do agravo de petição interposto pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Ceará - SINDSAÚDE/CE. Naquele julgamento, a Corte reconheceu a ampla legitimidade extraordinária conferida aos sindicatos pelo inciso III do art. 8º da CRFB/88, que assegura a estas entidades a defesa em nome próprio de direitos coletivos e individuais dos integrantes da categoria, inclusive na fase de liquidação e execução, independentemente de autorização nominal dos substituídos. A exigência de procuração individual dos substituídos ou documentos de identificação equivaleria a restringir a eficácia da própria ação coletiva e violar o princípio da efetividade, bem como os contornos objetivos da coisa julgada formada na Ação Civil Coletiva e no Incidente de Assunção de Competência. 5. A sentença exequenda, proferida em ação civil coletiva, estabeleceu critérios objetivos para a definição dos beneficiários do adicional de insalubridade, que se encontravam expostos ao risco biológico do Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2), descritos no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), inexistindo restrição aos empregados da "linha de frente". A trabalhadora substituída, técnica de enfermagem lotada no setor cirúrgico, preenche os requisitos estabelecidos no título executivo, uma vez que o PPRA, elaborado em dezembro de 2020, demonstra a incidência de riscos biológicos do Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2) no setor em que a trabalhadora exercia suas atividades. 6. A análise do PPRA, em conjunto com a sentença proferida na ação coletiva e a tese firmada no Incidente de Assunção de Competência (IAC) nº 0080187-77.2020.5.07.0000, permite concluir que a substituída é, de fato, beneficiária do título executivo coletivo, fazendo jus ao pagamento das diferenças do adicional de insalubridade (40%). 7. A pretensão da executada em realizar perícia documental revela-se desnecessária, uma vez que os próprios PPRAs já contêm as informações detalhadas que permitem concluir, de forma clara, que a substituída está abrangida pelo título executivo coletivo. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Agravo de petição improvido.Tese de julgamento:"O sindicato, na qualidade de substituto processual, possui legitimidade para atuar na execução individual de sentença proferida em ação civil coletiva, independente-

mente da apresentação de procuração individual dos substituídos, nos termos do inciso III do art. 8º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88.)""A trabalhadora substituída, lotada no setor cirúrgico e exposta ao risco biológico do SARS-CoV-2, descrita no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), é beneficiária do título executivo coletivo, nos termos da sentença exequenda."'A pretensão de realização de perícia documental revela-se desnecessária, quando os próprios documentos constantes dos autos (sentença, IAC e PPRA) demonstram, de forma clara, o direito da trabalhadora substituída." Dispositivos relevantes citados: art. 8º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Jurisprudência relevante citada: Incidente de Assunção de Competência (IAC) nº 0080187-77.2020.5.07.0000.

AGRAVO DE PETIÇÃO ADESIVO DO EXEQUENTEDIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO ADESIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição adesivo interposto pelo exequente, visando à condenação da executada ao pagamento de honorários advocatícios na fase de execução. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar o interesse recursal do exequente, em face da decisão de origem que, contrariamente ao alegado, já havia condenado a executada ao pagamento de honorários advocatícios na fase de execução. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O juízo a quo, na decisão ID. 4f4b40a, fls. 1540/1541, manteve a condenação da executada ao pagamento de honorários advocatícios na fase de execução no percentual de 15%. 4. A pretensão recursal, que visa à condenação da executada ao pagamento de honorários advocatícios, carece de interesse de agir, porquanto a decisão de origem já havia determinado o pagamento da referida verba. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Agravo de petição adesivo não conhecido. Tese de julgamento:"A ausência de sucumbência na decisão de origem, quanto ao pedido de honorários advocatícios, enseja a ausência de interesse recursal e o não conhecimento do agravo de petição adesivo."Dispositivos relevantes citados: nenhum. Jurisprudência relevante citada: nenhum.

Processo: 0001336-40.2024.5.07.0014
Julg.: 19/12/2025
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXECUTADA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DOS VALO-

RES IMPUGNADOS. NÃO CONHECIMENTO.

Nos termos do § 1º do art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho, o Agravo de Petição somente deve ser conhecido se a parte agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, através de planilha de cálculo devidamente atualizada. Na espécie, a agravante não apresentou a demonstração aritmética, devidamente atualizada, dos alegados equívocos quanto aos valores liquidados, impondo-se o não conhecimento do recurso. Agravo de Petição não conhecido quanto ao tema.

PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA (ECT). RECONHECIMENTO NA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL.

Não se conhece do Agravo de Petição no tocante à discussão sobre as prerrogativas fazendárias da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Verifica-se a ausência de interesse recursal da agravante, uma vez que a decisão recorrida já havia reconhecido expressamente tais prerrogativas, tendo, inclusive, dispensado o pagamento das custas processuais da execução com base nesse fundamento. Agravo de Petição não conhecido quanto ao tema.

COMPENSAÇÃO. ALTERAÇÃO DO TÍTULO EXEQUENDO. COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE.

Em primeiro lugar, a decisão exarada pela Justiça Federal (processo de nº 1012413-52.2017. 4.01.3400), em sede de tutela provisória, refere-se ao adicional de periculosidade do empregado motociclista, enquanto a presente execução tem por objeto o pagamento do Adicional de Distribuição e Coleta Externa (AADC). Ademais, na execução, nos termos do § 1º, do artigo 879, da CLT, o julgador está adstrito a cumprir, fielmente, o comando inserto na decisão exequenda, sob pena de ofensa à coisa julgada. Desprovimento.

Processo: 0000517-98.2023.5.07.0027 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada I

AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXECUTADA. RISCO BIOLÓGICO E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. SENTENÇA DA AÇÃO CIVIL COLETIVA E INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA - IAC. PPRA. EXPOSIÇÃO À COVID.

A substituída se encontra abrangida pelo título executivo coletivo, uma vez que o PPRA do exercício 2020/2021 aponta exposição ao risco biológico de SARS-

CoV-2, na função de técnica de enfermagem, exercida no Posto 03, atendendo aos critérios definidos no IAC e na sentença coletiva. Além disso, o substituído já percebia adicional de insalubridade em grau médio (20%), fazendo jus à diferença de 20%, conforme sentença da ação coletiva, exceto nos meses de Março/2021 e Abril/2021, eis que remunerado pelo grau máximo (percentual em 40%). Desprovido.

AGRAVO DE PETIÇÃO ADESIVO DO SINDICATO EXEQUENTE. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA EM AÇÃO COLETIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. CABIMENTO.

A ação de cumprimento de sentença, no caso, a ação de execução individual de sentença coletiva, proferida nos autos do Processo nº 0000442-91.2020.5.07.0018, em face de HOSPITAL SÃO MATEUS LTDA, ora executado/agravado, é autônoma e individualizada, com dispêndio de esforços e conhecimentos específicos, e não se vincula à procedência ou não da parcela nos autos da ação coletiva original, o que revela a pertinência da condenação em honorários sucumbenciais, inclusive, no caso de ausência de contestação do réu aos cálculos de liquidação apresentados, já que o advogado deve ser remunerado pelo serviço que realiza. Parcialmente provido.Agravo da executada conhecido e não provido. Agravo do Sindicato exequente conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001309-60.2024.5.07.0013 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada I

AGRAVO DE PETIÇÃO DA PARTE EXEQUENTE. PROIBIÇÃO DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ATLETAS. MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA. AUSÊNCIA DE PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO. COMPROMETIMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

A medida coercitiva atípica, prevista no artigo 139, IV, do CPC em vigor, deverá ser adotada sempre que se vislumbrar resultado prático para a execução, o que não ocorreu na espécie. Com efeito, a proibição de inscrição de novos atletas pelo clube de futebol executado revela-se inadequada e desproporcional ao fim colimado, haja vista que se direciona à pessoa jurídica devedora, e não ao seu patrimônio. Agravo de petição conhecido e não provido.

Processo: 0000292-35.2024.5.07.0030 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada I

AGRAVO DE PETIÇÃO DO SINDICATO AUTOR. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO CPF DOS SUBSTITUÍDOS NA PETIÇÃO INICIAL. TESE JURÍDICA FIXADA. IRDR 0001653-46.2025.5.07.0000.

O Pleno deste Regional, em recente julgamento, com o fito de definir se a apresentação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do substituído é um requisito indispensável da petição inicial na execução individual de sentença coletiva ajuizada por sindicato, na condição de substituto processual, e a quem recai o ônus de tal juntada, fixou a seguinte tese "1. É desnecessária a apresentação de rol nominal ou de CPF dos substituídos na petição inicial de execução individual de sentença coletiva ajuizada por sindicato na qualidade de substituto processual, enquanto requisito. Tal exigência não encontra respaldo no art. 319 do CPC, tampouco no art. 8º, III da Constituição, configurando criação judicial de requisito não previsto em lei. 2. A individualização dos beneficiários pode ocorrer na fase de liquidação ou execução, a partir de dados fornecidos pelo empregador, ou apurados em perícia técnica, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme o caso concreto. 3. Cabe à empresa o ônus processual de apresentar o número do CPF do empregado, na qualidade de executada, por ser detentora de melhor aptidão para a prova.", restando, pois, provido o agravo, para fins de determinar a devolução dos autos à Origem com vistas ao prosseguimento do processo de cumprimento de sentença. Provido. Agravo de petição conhecido e provido.

Processo: 0001213-11.2025.5.07.0013 **Julg.: 25/11/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada I

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. MEDIDAS ATÍPICAS DE COERÇÃO INDIRETA.

Não se ignora que as medidas indutivas/coercitivas sejam juridicamente válidas e lícitas. Não podem, porém, ser adotadas sem nenhum critério, isto é, indistintamente para todo e qualquer contexto fático. Sobretudo, é imperioso que se revele a sua aptidão à satisfação do *quantum debeatur*, não se travestindo de punição pessoal ao devedor por não ter honrado, no tempo e modo oportunos, as obrigações que assumira. Nesse panorama, é nítido que a proibição de inscrição de novos atletas, a disputar competições esportivas pelo reclamado/executado, não contribuirá decisivamente para a satisfação do *quantum debeatur*, já que não fará surgir patrimônio suficiente a responder pela dívida, configurando mais uma espécie de represália/vingança ao devedor, capaz de afetar até mesmo a sua existência

enquanto agremiação esportiva, como aliás, já destacado pelo próprio magistrado de 1º grau. Se não foram localizados recursos financeiros ou patrimoniais aptos a suportar a execução, a suspensão, tão-só, do direito de contratar jogadores não fará com que esse patrimônio disponível surja, não se apresentando uma relação lógica entre o meio apontado e o objetivo pretendido. Decisão de 1º grau que se mantêm (fls. 184/185). Agravo de petição improvido.

Processo: 0001401-30.2023.5.07.0027 **Julg.: 01/07/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Seção Especializada I

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. TERCEIRO INTERESSADO. SUB-ROGAÇÃO EM DÍVIDA. LEGITIMIDADE ATIVA.

Trata-se de Agravo de Petição interposto por terceiros contra decisão que indeferiu liminarmente Exceção de Pré-Executividade por ilegitimidade ativa. Os agravantes demonstraram ter efetuado a liquidação de cédula rural pignoratícia e hipotecária, sub-rogando-se nos direitos do credor originário. A sub-rogação em dívida, comprovada por declaração de instituição financeira, confere ao sub-rogado a qualidade de credor, com plenos direitos e ações do credor originário, afastando a tese de ilegitimidade ativa por ser terceiro estranho à execução. O reconhecimento da legitimidade dos agravantes impõe a reforma da decisão que indeferiu liminarmente a Exceção de Pré-Executividade, determinando-se o retorno dos autos à origem para análise do mérito. Agravo de Petição conhecido e provido.

Processo: 0001175-91.2015.5.07.0031 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada I

AGRAVO DE PETIÇÃO. MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA. SUSPENSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH) DO EXECUTADO. POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL.

O STF, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5941, declarou constitucional o artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil (CPC), que autoriza o juiz a determinar medidas coercitivas atípicas para assegurar o cumprimento de ordem judicial. Assim, na trilha da jurisprudência predominante desta Seção Especializada 1, a suspensão da carteira nacional de habilitação (CNH), bem como a adoção de outras medidas coercitivas atípicas, mostra-se como opção viável para compelir o executado ao cumprimento da

obrigação, a quem caberá o ônus de demonstrar, se for o caso, que a medida é, de fato, desproporcional, desarrazoada e que o impede ou constrange em algum direito fundamental, e não apenas uma limitação ao seu livre direito de ir e vir, eis que a suspensão da CNH não gera a presunção de prejuízo a direito fundamental do devedor. Agravo parcialmente provido.

Processo: 0010159-20.2012.5.07.0015 **Julg.: 22/10/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Seção Especializada I

AGRAVO REGIMENTAL. DESPROVIMENTO. RATIFICAÇÃO DO "DECISUM" LIMINAR. PENHORA DE 10% DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. AUSÊNCIA DE "FUMUS BONI JURIS"

De se ratificar a decisão que negou a liminar propugnada pelo impetrante, mantendo, assim, a constrição sobre 10% do líquido de seus vencimentos, em não se vislumbrando configurada a alegada fumaça do bom direito, haja vista ser admissível a penhora de percentual de salários para o pagamento de prestações alimentícias "independentemente de sua origem", o que abrange os créditos trabalhistas típicos, em razão de sua natureza alimentar, desde que não extrapolado o limite máximo fixado na legislação (50%), o que observado na hipótese dos autos. Agravo desprovido.

Processo: 0004340-93.2025.5.07.0000 **Julg.: 10/10/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Tribunal Pleno

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE POSTERGA A ANÁLISE DO PEDIDO LIMINAR. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA SEU DEFERIMENTO NESTE MOMENTO. NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO DA LIDE PELOS DEMAIS SUJEITOS PROCESSUAIS.

Em razão dos interesses em tablado, de um lado, a saúde do trabalhador e, de outro, o poder diretivo da empresa, a recomendar a integração da lide pelos demais sujeitos processuais, mantém-se a postergação da apreciação do pedido de tutela de urgência de reversão do ato apontado como coator, envolvendo a imple-

mentação do regime de teletrabalho integral em favor do empregado e nega-se provimento ao presente agravo regimental.

Processo: 0005221-70.2025.5.07.0000 **Julg.: 18/12/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE E ABUSO DE PODER PELA AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA OU DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ART. 10 DA LEI Nº 12.016/2009

Mantidos os fundamentos para o indeferimento da petição inicial do mandado de segurança, dado que inexiste o cometimento de ilegalidade ou abuso de poder pela autoridade apontada como coatora, menos ainda direito líquido e certo tutelável por aquela via processual, nega-se provimento ao agravo regimental.

Processo: 0004783-44.2025.5.07.0000 **Julg.: 08/10/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO E LEVANTAMENTO DA CONSTRIÇÃO JUDICIAL NA AÇÃO ORIGINÁRIA. FATO EXTINTIVO DO INTERESSE DE AGIR. RECURSO NÃO CONHECIDO, POR PREJUDICADO.

1. Constatado no curso do processamento do recurso a extinção da execução na ação matriz, em virtude da satisfação da obrigação (art. 924, II, do CPC), com o consequente levantamento dos atos constritivos que motivaram a impetração do mandamus, impõe-se reconhecer, de ofício, por ausência de utilidade e necessidade do provimento jurisdicional, a perda superveniente do interesse de agir. 2. A ausência de interesse processual torna prejudicada a análise do agravo regimental que visava reformar a decisão monocrática que indeferiu a petição inicial do writ e denegou a segurança. Agravo regimental não conhecido.

Processo: 0003574-40.2025.5.07.0000 **Julg.: 09/07/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ARTIGO 114 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. TEORIA DA ASSERÇÃO. PEDIDOS FORMULADOS COM BASE EM RELAÇÃO DE TRABALHO HAVIDA ENTRE OS LITIGANTES

Pela teoria da asserção, aceita no ordenamento pátrio, a competência desta Especializada já é decorrente da pretensão de natureza trabalhista proposta na exordial, delineada a partir da narrativa fática. Alegada, na inicial, a existência de relação de emprego, compete a esta Justiça Especializada julgar o processo para decidir sobre a existência ou não do vínculo empregatício alegado, tudo nos termos do art. 114 da Constituição Federal, de modo que, na eventualidade de se concluir pela inexistência do vínculo, a solução cabível é simplesmente julgarem-se improcedentes os pleitos dele decorrentes e não o reconhecimento de incompetência desta Especializada para apreciar o feito.

Processo: 0000614-42.2024.5.07.0002 **Julg.: 13/10/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO. PROCESSO ORIGINÁRIO COM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. ART. 55, DO CPC E SÚMULA 235 DO STJ.

Se a causa de pedir da nova ação, envolvendo responsabilização civil, não se confunde com a da demanda originária, que versava sobre reajustes salariais, com decisão transitada em julgado, não há lastro jurídico para reunião dos feitos por conexão. Aplicação da Súmula 235 do STJ, segundo a qual "A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.", em linha com o art. 55, § 1º, do CPC. Logo, inexistindo conexão ou outra hipótese de modificação da competência, esta deve ser firmada no juízo ao qual a nova demanda foi inicialmente distribuída. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 11ª Vara do Trabalho de Fortaleza (Suscitado).

Processo: 0003809-07.2025.5.07.0000 **Julg.: 12/08/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. ART. 800 DA CLT C/C ART. 65 DO CPC. SÚMULA 33 DO STJ. OJ 149 DA SBDI-2 DO TST.1

Na Justiça do Trabalho, a competência territorial é de natureza relativa e não pode ser declarada de ofício, mas mediante exceção de incompetência pela parte interessada, nos termos do art. 800 da CLT. 2. Não havendo arguição da incompetência relativa no momento oportuno, opera-se a prorrogação da competência, tornando-se competente o juízo perante o qual a ação foi inicialmente proposta. 4. Incidência da Súmula nº 33 do STJ e da Orientação Jurisprudencial nº 149 da SBDI-2 do TST. Conflito de competência conhecido, para declarar competente o Juízo suscitado (5ª Vara do Trabalho de Fortaleza).

Processo: 0000913-88.2025.5.07.0000 **Julg.: 09/07/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

CONLUIO. FRAUDE PROCESSUAL NÃO COMPROVADA.

Ante a inexistência de provas quanto ao conluio, fraude processual, entre o reclamante e a primeira reclamada, empregadora, indeferido resta o pedido de nulidade processual. Ao presente caso, considerando as situações ventiladas, tem-se que a parte dispõe de instrumento processual próprio para obter a prestação jurisdicional que entende atender aos seus interesses.

HORAS EXTRAS. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. ART. 62, INCISO II, DA CLT. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DEFERIDAS.

A despeito da insatisfação manifestada pela recorrente no tópico, verifica-se que seus argumentos recursais não logram infirmar os fundamentos da sentença recorrida, elaborados a partir do conjunto fático-probatório e, ainda, de acordo com a "amplitude da atividade cognitiva do magistrado e nas regras de experiência (artigo 375 do CPC)", razão por que se adotam como razão de decidir os termos do julgado de origem (fundamentação *per relationem*). Tem-se nos autos, portanto, que o conjunto probatório, como visto, não permite concluir que o recorrido exercia de fato função gerencial, tal como previsto no inciso II do art. 62 da CLT. Sendo assim, não prospera a pretensão de reforma da sentença nesse tópico. Importa, no caso, sobretudo, o fato de que, alegando fato impeditivo do direito do autor, a reclamada não se desincumbiu de demonstrar tal condição. Além disso, o reclamante fez a juntada de contracheques atestando o não paga-

mento da gratificação. No mais, acrescenta-se, conforme pontuado na sentença, que a segunda testemunha trazida pelo recorrido declarou que "trabalhava com o reclamante no período de 7h às 17h, salientando que não havia horário certo e que o reclamante as vezes trabalhava até mais tarde". Dessa forma, levando em consideração a jornada acima descrita e ao não enquadramento do autor nos termos do art. 62, inc. II, da CLT, é devido o pagamento das horas trabalhadas além da 44º semanal, com reflexos.

SALÁRIO CLANDESTINO. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DAS VERBAS RESCISÓRIAS E TRABALHISTAS DEFERIDAS NA SENTENÇA. NÃO PROVIMENTO.

A alegação de salário pago "por fora" exige prova efetiva, tendo em vista a negativa do fato pela segunda reclamada, recaindo o ônus probatório sobre o reclamante. Nos autos, restou inconteste que o valor salarial mensal do reclamante, anotado em CTPS, era de R$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais). No mais, não obstante a adução exordial de que o salário real do autor era de R$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), nada há de comprovação, seja documental ou testemunhal, quanto à veracidade de tal afirmação. Do contrário, aliás, tem-se na situação que do depoimento da segunda testemunha trazida pelo reclamante "o salário registrado era de R$ 12.900,00, que não recebia nada além desse salário; que não sabe exatamente o valor do salário do reclamante, mas é mais ou menos o do depoente". Com efeito, não se pode concluir pela efetiva existência de salário pago "por fora", sendo impositiva a reforma do julgado a fim de afastar o reconhecimento do salário total de R$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais). Destarte, data vênia, modifica-se a sentença acerca do valor mensal salarial que servirá de base na apuração das parcelas vigentes durante o período contratual (11/07/2013 a 31/10/2014), que ora se reconhece como sendo no importe de R$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais), permanecendo inalterados os demais termos e limites da decisão de primeira instância. Recurso ordinário da segunda reclamada conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000063-72.2015.5.07.0036 **Julg.: 20/07/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Seção Especializada I

DECISÃO DO STF NA ADC 16 EM RELAÇÃO AO ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/83. REVOGAÇÃO DA LEI. ART. 121, § 1º, DA LEI Nº 14.133/21 - NOVA LEI DAS LICITAÇÕES. POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RECURSO ORDINÁRIO DA PETROBRÁS

A decisão do STF, na ADC nº 16, que considerou constitucional o disposto no art. 71, § 1º, da revogada Lei Nº 8.666/83, não afastava a responsabilidade da Administração Pública, quando provado que esta eventualmente se omitiu na fiscalização da fiel execução do contrato, obrigações que lhe eram impostas pelos arts. 58, III e IV, 66 e 67, do mesmo Diploma. A matéria, hoje, é tratada pela Lei nº 14.133/2021, em cujo art. 121, § 1º, embora também preveja que não há transferência da responsabilidade para a Administração Pública, ressalva a possibilidade de a mesma ser responsabilizada, de forma solidária, pelos encargos previdenciários e subsidiária, em relação aos encargos trabalhistas. A lei é expressa quanto a tal possibilidade, especificamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, como é o caso do contrato de prestação de serviços, se comprovada a falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado. A fiscalização, hoje, é regulada pelos artigos 104 e 117 da mesma Lei 14.133/2021, sendo que o próprio artigo 121, em seu parágrafo terceiro, prevê que medidas podem ser adotadas para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, evitando que se cause dano a outrem. Por fim, a eventual ilicitude de condutas continua a ter as consequências previstas nos artigos 37, § 6º, da CF/88 e artigos 927 e 186, do C. Civil.

FALHA NA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO. NEXO DE CAUSALIDADE COM O NÃO PAGAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA RECONHECIDA. RECURSO ORDINÁRIO DA PETROBRÁS.

A inadimplência, pelo empregador, dos direitos trabalhistas dos empregados contratados para prestar serviços à Administração Pública não pode implicar em responsabilidade subsidiária automática da Administração, quando "amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pela parte autora, da efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público". A responsabilidade poderá ser reconhecida quando a parte autora comprovar a efetiva existência de comportamento negligente ou, ainda, se demonstrado o nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a falha fiscalizatória do poder público, de conformidade com o art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. O poder-dever fiscalizatório da administração envolve, entre outras coisas, verificar se o contratado mantém, durante a execução de todo o contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e exigidas para a habilitação no processo licitatório (art. 92, XVI, c.c. art. 62 e segs., da citada Lei nº 14.133/21). De igual sorte, o art. 121, § 3º, do mesmo diploma, estabelece quais as medidas mínimas que devem ser

adotadas pela administração, de modo a garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas pelo contratado, constituindo, a adoção de tais medidas, prova exigível somente da Administração, inclusive porque inalcançável pelo trabalhador. Não produzida a prova, é inafastável a conclusão de que o inadimplemento dos direitos trabalhistas pelo empregador e prestador de serviço constitui decorrência lógica e evidência de que a Administração não adotou as medidas exigidas por lei, ou falhou na fiscalização, "não sendo inversão de ônus de prova, mas clara prova factual de que o estado não agiu corretamente". No caso concreto, os autos evidenciam uma clara "lacuna fiscalizatória" da administração, que não adotou medidas fiscalizatórias previstas em lei, em relação ao contrato de prestação de serviços celebrado com a prestadora, tampouco, nos termos do art. 92, XVI, adotou medidas para verificar se o contratado mantinha, "durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta". Tal contexto atrai a configuração da culpa "*in vigilando*" da Administração Pública, decorrente de sua conduta omissiva, evidenciando que o prejuízo do empregado tem nexo causal direto com essas omissões, que não detectaram o descumprimento das obrigações trabalhistas, impondo-se sua responsabilização subsidiária.

FÉRIAS X FOLGAS. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. POSSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DA ASTRO

Ante as peculiaridades do contrato de trabalho do empregado que labora embarcado e submete-se a regime especial de trabalho, o número de folgas previstas nos Acordos Coletivos da Categoria ultrapassa em muito o previsto na CLT para os obreiros que laboram no regime comum. Em assim sendo, os instrumentos coletivos findam por promover a melhoria das condições sociais dos marítimos, e devem, assim, ser prestigiados, nos moldes do disposto no art. 7º, XXVI, da Carta Magna.

INTERVALO INTERJORNADA E DIFERENÇA DE HORAS EXTRAS. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE.

No que concerne ao intervalo interjornada, tem-se que o reclamante não se desincumbiu do ônus de comprovar que laborava em regime de 06h de trabalho por 6h de descanso, ônus que lhe competia, já que a ré afirmou, em contestação, que a jornada do autor era de 12h de trabalho por 12h de descanso, jornada essa confirmada pela própria testemunha autoral, que laborava em condições semelhantes à do recorrente; considerando, ainda, a não obrigatoriedade do registro de ponto, já que no local de trabalho do reclamante havia apenas 15 (quinze) pessoas. Quanto à diferença de horas extras, e como bem explanado em sentença, "o reclamante não provou que existem diferenças de horas extras a receber, uma vez que apenas anexou uma tabela, sem correspondência com a jornada indicada por sua testemunha". Ademais, o autor não impugna o argumento apresentado,

na contestação da primeira ré, de que cumpriu o disposto nos ACTs, no sentido de pagar, ao marítimo, 80 (oitenta) horas extras mensais, inclusive nos períodos de folgas e férias, a fim de compensar eventuais sobrejornadas excedentes a 80 (oitenta) horas mensais. Recurso ordinário do reclamante conhecido e não provido. Recurso ordinário da reclamada PETROBRÁS conhecido e não provido. Recurso ordinário da reclamada ASTRO conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000760-93.2023.5.07.0010 **Julg.: 13/09/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. MUDANÇA DE REGIME JURÍDICO. CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. VERBAS RESCISÓRIAS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSO DO MUNICÍPIO NÃO PROVIDO. RECURSO DA RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME .1. Recursos Ordinários interpostos por Município e por ex-servidora celetista contra sentença que, em Reclamação Trabalhista decorrente da transposição do regime jurídico, julgou parcialmente procedentes os pedidos para condenar o ente público apenas à obrigação de fazer de anotar a baixa na CTPS e pagar honorários advocatícios de 10% do valor arbitrado à condenação. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO .2Há 5 questões em discussão: (i) definir se o Município possui legitimidade passiva para responder por bloqueio em conta de FGTS, ato operacionalizado pela Caixa Econômica Federal; (ii) estabelecer se é devida a condenação do Município em honorários de sucumbência quando a única obrigação imposta é de fazer; (iii) determinar se a Justiça do Trabalho possui competência para julgar pedido de dano moral cujo fato gerador é posterior ao marco temporal fixado em IRDR; (iv) definir se a mudança de regime jurídico se equipara à dispensa sem justa causa para fins de pagamento das multas dos arts. 467 e 477 da CLT e de 40% do FGTS; e (v) estabelecer a razoabilidade do percentual de honorários advocatícios quando o proveito econômico da causa é inestimável.. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A legitimidade passiva é aferida pela teoria da asserção, bastando que o autor impute ao réu a responsabilidade pelo ato danoso para que este seja parte legítima a responder à ação. 4. A necessidade de ajuizamento da ação para compelir o empregador a cumprir obrigação legal (anotação da CTPS) configura a causalidade e a sucumbência, justificando a condenação em honorários advocatícios. 5. A competência residual da Justiça do

Trabalho para julgar as causas decorrentes da mudança de regime no Município de Crateús limita-se aos fatos ocorridos até 05 de junho de 2018, conforme tese vinculante firmada em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. 6. A jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho estabelece que a transposição de regime jurídico por força de lei não se equipara à dispensa sem justa causa, sendo indevidas as multas rescisórias dela decorrentes. 7. É razoável a majoração do percentual de honorários advocatícios para o teto legal de 15%, mesmo sobre base de cálculo arbitrada em valor módico, para remunerar com dignidade o trabalho do profissional, em observância ao art. 791-A, § 2º, da CLT. 8. Os critérios de juros e correção monetária aplicáveis à Fazenda Pública devem ser adequados de ofício, por se tratar de matéria de ordem pública, para observar o IPCA-E mais juros da poupança até 30/11/2021 e a taxa SELIC a partir de 01/12/2021. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso do Município não provido. Recurso da Reclamante parcialmente provido. Critérios de juros e correção monetária adequados de ofício.Tese de julgamento: 1. A transposição do regime celetista para o estatutário, por força de lei, constitui modalidade de extinção contratual que não se equipara à dispensa sem justa causa, afastando o direito às multas rescisórias. 2. A competência da Justiça do Trabalho para julgar pedidos de indenização por danos morais está adstrita aos fatos geradores ocorridos dentro do marco temporal de sua competência residual. 3. A fixação de honorários advocatícios em percentual máximo sobre base de cálculo arbitrada de forma equitativa atende aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade em condenações de obrigação de fazer sem valor econômico direto. Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 29 e 791-A; CPC, art. 85; EC n° 113/2021.Jurisprudência relevante citada: TRT-7, IRDR n° 0003600-09.2023.5.07.0000; STF, RE 870.947 (Tema 810).

Processo: 0001976-44.2023.5.07.0025 **Julg.: 01/12/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO CIVIL. PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO EM RITO SUMARÍSSIMO. RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL. FRUSTRAÇÃO DA PROMESSA DE EMPREGO. DANO MORAL. BOA-FÉ OBJETIVA. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário em Rito Sumaríssimo interposto pela reclamada contra sentença que a condenou ao pagamento de indenização por danos morais, em razão da frustração da contratação da reclamante após a rea-

lização de exame admissional. A recorrente pleiteia a reforma da decisão, alegando a inexistência de responsabilidade pré-contratual e a desproporcionalidade do valor arbitrado. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a não efetivação da contratação de trabalhadora, após sua aprovação em processo seletivo e declaração de aptidão em exame admissional, configura ato ilícito por quebra da boa-fé objetiva, ensejando o dever de indenizar por danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A fase pré-contratual é regida pelo princípio da boa-fé objetiva (art. 422 do Código Civil), que impõe às partes deveres de lealdade, proteção e informação, mesmo antes da formalização do contrato de trabalho. 4. A realização de exame admissional com declaração de aptidão representa a última etapa do processo de contratação, gerando no candidato a legítima expectativa de que o emprego será concretizado. 5. A frustração abrupta e injustificada da promessa de emprego, especialmente quando a vaga é preenchida por outro trabalhador, configura abuso de direito (art. 187 do Código Civil) e ato ilícito, que gera o dever de indenizar. 6. A quebra da confiança e a frustração da legítima expectativa de emprego causam abalo moral, angústia e insegurança que extrapolam o mero aborrecimento, caracterizando o dano moral indenizável. 7. É ônus da empresa comprovar a existência de fato impeditivo do direito da autora, como a oferta de vaga alternativa em condições similares, não bastando para tanto prova contraditória e insuficiente. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso não provido.Tese de julgamento:9. A não efetivação da contratação do empregado, após a realização de exame admissional com resultado de aptidão, sem justificativa plausível, configura ato ilícito por violação ao princípio da boa-fé objetiva, ensejando o dever de indenizar por danos morais.10. A realização de exame admissional ultrapassa a fase de meras tratativas e cria no candidato uma legítima expectativa de direito, cuja frustração injustificada acarreta responsabilidade civil pré-contratual para o empregador.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 791-A e 852-I; Código Civil, arts. 187 e 422. Jurisprudência relevante citada: Nenhuma jurisprudência relevante citada.

Processo: 0000490-07.2025.5.07.0008 **Julg.: 15/09/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO DE CUMPRIMENTO. SENTENÇA NORMATIVA. EFICÁCIA IMEDIATA. MULTA CONVENCIONAL. SÚMULA 246 DO TST. REVELIA. MORA EX RE. PROVIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto por sindicato profissional em Ação de Cumprimento, buscando a reforma de sentença que, apesar de reconhecer a obrigação da empresa em fornecer documentos (RAIS, CAGED, GPS) com base em sentença normativa, indeferiu o pedido de aplicação de multa convencional pelo descumprimento pretérito da obrigação. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se o descumprimento de obrigação prevista em sentença normativa, pendente de recurso sem efeito suspensivo, configura mora do empregador desde o vencimento do prazo estabelecido na norma, apta a ensejar a aplicação imediata de multa convencional, independentemente de citação em ação de cumprimento. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. As sentenças normativas proferidas em dissídios coletivos possuem eficácia imediata e são exigíveis a partir de sua publicação, sendo dispensável o trânsito em julgado para a propositura da ação de cumprimento. 4. O recurso ordinário interposto em face de dissídio coletivo não é dotado de efeito suspensivo automático, o que preserva a executoriedade imediata das cláusulas estabelecidas, salvo concessão expressa de efeito suspensivo, o que não ocorreu. 5. A mora no cumprimento de obrigação prevista em norma coletiva é "ex re", configurando-se pelo simples vencimento do prazo estipulado, sendo desnecessária a citação judicial na ação de cumprimento para constituir o devedor em mora. 6. Uma vez comprovado o inadimplemento da obrigação pela empresa, que no caso foi revel e confessa quanto à matéria fática, é devida a aplicação da multa convencional prevista no instrumento normativo como sanção pelo descumprimento já consolidado. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso Ordinário provido.Tese de julgamento: 1. O descumprimento de obrigação de fazer, prevista em sentença normativa pendente de recurso sem efeito suspensivo, caracteriza mora do empregador desde o vencimento do prazo estabelecido na norma, autorizando a cobrança de multa convencional em Ação de Cumprimento. Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 872 e 899. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 246.

Processo: 0001981-53.2025.5.07.0039 **Julg.: 23/10/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO CONSTITUCIONAL E DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TEMA 1.118 DO STF. DIREITO INTERTEMPORAL. SEGURANÇA JURÍDICA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto por Consórcio Público contra sentença que reconheceu sua responsabilidade subsidiária pelo inadimplemento de verbas trabalhistas de empresa terceirizada. A instrução processual encerrou-se antes do julgamento do Tema 1.118 pelo STF (Fev/2025). II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Discute-se o regime jurídico do ônus da prova aplicável (se a regra nova do Tema 1.118 ou a antiga da Súmula 331/TST) à luz do princípio da não surpresa e segurança jurídica, bem como a existência de culpa *in vigilando*. 3. Atualização dos critérios de juros e correção monetária (Lei nº 14.905/2024). III. RAZÕES DE DECIDIR 4. O STF, no Tema 1.118, vedou a responsabilização subsidiária baseada apenas na inversão do ônus da prova. Contudo, por imperativo de segurança jurídica e vedação à decisão surpresa (CPC, arts. 9º, 10 e 14), tal regra não se aplica retroativamente a processos cuja instrução probatória já havia se encerrado sob a égide da jurisprudência anterior.5. Analisado o caso sob o regime da Súmula 331, V, do TST, o Ente Público não comprovou fiscalização eficaz. A documentação revela atuação tardia diante de inadimplemento habitual da prestadora, caracterizando a culpa *in vigilando*. 6. A partir de 30/08/2024, a atualização dos débitos trabalhistas deve observar a Lei nº 14.905/2024 (IPCA + juros pela taxa legal). IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido. Critérios de atualização ajustados de ofício.Tese de julgamento:A alteração da jurisprudência do STF no Tema 1.118 quanto ao ônus da prova não se aplica a instruções processuais encerradas anteriormente, em respeito à segurança jurídica e ao princípio da não surpresa.A fiscalização meramente formal, incapaz de evitar o inadimplemento reiterado de verbas alimentares, não elide a responsabilidade subsidiária da Administração Pública.Dispositivos relevantes citados:CF/1988, art. 5º, XXXVI; CPC, arts. 14 e 927; Lei nº 14.905/2024. Jurisprudência relevante citada: STF, Tema 1.118 (RE 1.298.647); TST, Súmula 331, V.

Processo: 0001256-34.2024.5.07.0028 **Julg.: 19/12/2025**
Rel Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. JORNADA REDUZIDA. PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. TEMA 900 DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF. PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição interposto pelo exequente em face de decisão que, em sede de cumprimento de sentença, extinguiu a execução por

falta de interesse de agir, ao considerar válido o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo a servidor público contratado para jornada reduzida. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se é lícito o pagamento de remuneração em valor nominal inferior ao salário mínimo a servidor público submetido à jornada reduzida, à luz do título executivo que prevê o pagamento de forma "proporcional" e da jurisprudência vinculante sobre a matéria. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Tema 900 de Repercussão Geral (RE 964.659), firmou tese vinculante de que é vedado o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo ao servidor público, ainda que este labore em jornada reduzida de trabalho. 4. O Tribunal Superior do Trabalho, em alinhamento à Suprema Corte, consolidou seu entendimento na Orientação Jurisprudencial nº 358, II, da SDI-1, estabelecendo que na Administração Pública direta, autárquica e fundacional não é válida a remuneração de empregado público inferior ao salário mínimo, mesmo que cumpra jornada de trabalho reduzida. 5. A interpretação de título executivo judicial que menciona o pagamento "proporcional à jornada" deve se conformar à tese vinculante do STF, de modo que a proporcionalidade não pode resultar em pagamento de valor nominal inferior ao piso constitucional, sob pena de ofensa à garantia fundamental do salário mínimo. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso provido.Tese de julgamento:É ilícito o pagamento de remuneração em valor nominal inferior ao salário mínimo a servidor público, ainda que submetido à jornada de trabalho reduzida.A existência de previsão de pagamento "proporcional à jornada" em título executivo judicial não autoriza a Administração Pública a descumprir a garantia constitucional do salário mínimo, devendo a interpretação do título se adequar à tese fixada no Tema 900 de Repercussão Geral do STF.Dispositivos relevantes citados:CF/1988, art. 7º, IV. Jurisprudência relevante citada: STF, RE 964.659 (Tema 900 da Repercussão Geral); TST, OJ nº 358, II, da SDI-1.

Processo: 0001828-24.2023.5.07.0028 **Julg.: 10/10/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Seção Especializada II

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO COATOR QUE REVOGA TUTELA DE URGÊNCIA. APLICAÇÃO EXTENSIVA DE DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE SUSPENSÃO DE LIMINAR (SLAT). AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA OU TERATOLOGIA. PRUDÊNCIA DO MAGISTRADO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR MANTIDO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Agravo Regimental em face de decisão monocrática que indeferiu medida liminar em Mandado de Segurança. O ato coator original consiste na revogação, pelo juízo de primeiro grau, de tutela de urgência anteriormente deferida ao impetrante. A revogação fundamentou-se em decisão da Presidência deste Tribunal em Suspensão de Liminar (SLAT), cujos efeitos foram estendidos ao caso do impetrante, embora seu processo não constasse no rol taxativo da referida decisão. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se o ato judicial que, por prudência e em respeito à hierarquia, revoga liminar com base em precedente de suspensão da Presidência do Tribunal (SLAT), aplicando-o extensivamente a processo não elencado, configura ilegalidade manifesta, teratologia ou abuso de poder aptos a ensejar a concessão de segurança em caráter liminar. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Mandado de Segurança é medida excepcional, cabível contra ato judicial do qual não caiba recurso imediato, desde que se revele teratológico, manifestamente ilegal ou abusivo. 4. A conduta do magistrado de primeiro grau que, ao tomar conhecimento de decisão da Presidência do Tribunal suspendendo múltiplas liminares sobre o mesmo tema por "grave risco de lesão à ordem administrativa e à economia públicas", reavalia seu posicionamento anterior, não configura, de plano, ato teratológico. Trata-se de readequação decisória pautada pela prudência e pela política judiciária, visando resguardar a ordem pública e a coerência sistêmica. 5. Embora a aplicação extensiva de decisão com rol taxativo seja formalmente questionável, a fundamentação utilizada pela autoridade coatora não se mostra desprovida de razoabilidade, afastando a pecha de manifesta ilegalidade. 6. A plausibilidade do direito do impetrante é adicionalmente fragilizada pela superveniente informação da própria autoridade coatora de que declinou da competência material para julgar a causa, com base em teses de repercussão geral do STF, o que reforça a ausência de fumus boni iuris para o processamento do feito nesta Justiça Especializada. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Agravo regimental conhecido e não provido.Tese de julgamento:Não se reveste de manifesta ilegalidade ou teratologia o ato de juiz de primeiro grau que, pautado pela prudência e em respeito à hierarquia jurisdicional, revoga tutela de urgência anteriormente concedida ao tomar conhecimento de decisão da Presidência do Tribunal em Suspensão de Liminar (SLAT) que versava sobre a mesma matéria, ainda que o processo específico não conste do rol taxativo daquela decisão.Dispositivos relevantes citados: Lei nº 12.016/2009, art. 7º, III; Lei nº 8.437/92, art. 4º. Jurisprudência relevante citada: STF, Temas de Repercussão Geral nº 606 e 1143.

Processo: 0005216-48.2025.5.07.0000 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Tribunal Pleno

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL. DIREITO

MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PERCENTUAL. IMPOSSIBILIDADE DE REFORMA

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos por ambos os litigantes contra sentença que reconheceu a estabilidade provisória da autora gestante, com reintegração ao emprego e condenação em salários e reflexos, fixando honorários advocatícios sucumbenciais em 10% do valor da condenação. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões centrais em discussão: (i) definir se a concepção ocorrida no curso do aviso prévio indenizado, seguida de ajuizamento da ação em momento próximo ao parto, configura abuso de direito capaz de afastar a estabilidade gestacional e a reintegração; (ii) determinar a adequação do percentual dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A estabilidade provisória da gestante possui natureza objetiva, exigindo apenas a confirmação da gravidez no curso do contrato de trabalho, incluindo o período de aviso prévio indenizado, conforme o art. 10, II, "b", do ADCT, art. 391-A da CLT e Súmula 244 do TST. 4. A responsabilidade do empregador é objetiva, não sendo relevante para a aquisição do direito o desconhecimento do estado gravídico pela empresa ou pela empregada no momento da dispensa. 5. A reintegração da gestante, quando pleiteada no curso do período estabilitário e deferida judicialmente, afasta a alegação de abuso de direito, prevalecendo a proteção constitucional do nascituro e do emprego. 6. A manutenção da estabilidade implica o restabelecimento do contrato e o pagamento dos salários e reflexos do período de afastamento, sendo devida a dedução dos valores rescisórios pagos (aviso prévio, multas) para evitar enriquecimento sem causa. 7. A fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, dentro do limite legal (5% a 15%) estabelecido no art. 791-A da CLT, revela-se justa e proporcional à natureza e complexidade da causa, não justificando a majoração para o patamar máximo de 15%. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso Ordinário da Reclamada não provido. Recurso Ordinário da Reclamante não provido.Tese de julgamento:O estado gravídico confirmado no curso do aviso prévio indenizado gera o direito à estabilidade provisória da gestante, independentemente da ciência do empregador.A reintegração da gestante determinada em juízo deve ser mantida se ocorrer durante o período de estabilidade, afastando-se a alegação de abuso de direito.O percentual de honorários sucumbenciais fixado em 10% da condenação atende aos critérios do art. 791-A, § 2º, da CLT, quando

a causa não apresenta excepcional complexidade.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, I; ADCT, art. 10, II, "b"; CLT, arts. 391-A, 487, § 1º, e 791-A, § 2º; CC, art. 92. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 244, I e II; TST, OJ 82 da SBDI-1; STF, ADI 5766

Processo: 0001426-72.2024.5.07.0006 **Julg.: 10/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DOENÇA OCUPACIONAL. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DANO MORAL E MATERIAL. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela reclamada em face da sentença que reconheceu acidente de trabalho por concausa, condenando-a ao pagamento de indenização substitutiva da estabilidade acidentária, danos morais e materiais, decorrentes de doenças (sinovite e tenossinovite) da reclamante. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se houve nulidade do laudo pericial por ausência de vistoria no local de trabalho; (ii) estabelecer se ficou configurada a doença ocupacional e o nexo causal entre a doença e as atividades laborais; (iii) determinar se são devidas as indenizações por danos morais e materiais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Rejeita-se a preliminar de nulidade do laudo pericial, pois o perito, mesmo sem vistoria no local de trabalho, utilizou outros elementos probatórios (documentos, relatos e exames) suficientes para a conclusão do nexo concausal. 4. Comprova-se a doença ocupacional, o nexo concausal entre a doença da reclamante (sinovite e tenossinovite) e as atividades laborais, com base no laudo pericial e demais provas dos autos. 5. Mantém-se a condenação ao pagamento de indenização substitutiva da estabilidade acidentária, em razão do reconhecimento da doença ocupacional e da demissão da reclamante. 6. Mantém-se a condenação ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, considerando a culpa da reclamada e os danos sofridos pela reclamante. 7. Dá-se parcial provimento ao recurso para condenar a reclamante ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, sob condição suspensiva de exigibilidade. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso parcialmente provido. Tese de julgamento:A ausência de vistoria no local de trabalho não invalida o laudo pericial quando o perito utiliza outras fontes de informação para embasar suas conclusões.É cabível o reconhecimento da doença ocupacional e do nexo causal quando comprovado, por meio de prova pericial e outros elementos, que as atividades laborais contribuíram para o desenvolvimento ou agravamento da doença.São devidas as indenizações por danos morais e materiais quando com-

provada a responsabilidade do empregador e os danos sofridos pelo empregado.É devida a condenação em honorários advocatícios de sucumbência, ainda que a parte seja beneficiária da justiça gratuita, com observância da condição suspensiva de exigibilidade.Dispositivos relevantes citados: Lei nº 8.213/1991, arts. 19, 20, 21 e 118; CLT, arts. 790-B, 223-B, 223-C e 223-E; Código Civil, arts. 186, 927, 944, 949, 950 e 951; CPC, arts. 371 e 479. Jurisprudência relevante citada: Súmula 378, II, do TST; TST - RR: 12628320175130007.

Processo: 0000541-07.2024.5.07.0023 **Julg.: 19/09/2025**
Rel. Desemb.: José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. AÇÃO TRABALHISTA COLETIVA. GRUPO ECONÔMICO. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. DANOS MORAIS COLETIVOS. PROCEDÊNCIA PARCIAL

I. CASO EM EXAME Ação trabalhista coletiva que busca o reconhecimento da relação de emprego entre os trabalhadores e a tomadora dos serviços, em razão da terceirização ilícita e a condenação por danos morais coletivos. O pedido principal é o reconhecimento da relação empregatícia dos trabalhadores com a tomadora dos serviços, a classificação dos trabalhadores na categoria dos financiários, com o consequente pagamento de direitos inerentes a essa categoria e indenização por danos morais coletivos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a relação entre as empresas configura grupo econômico, ensejando a responsabilidade solidária da tomadora dos serviços pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora; (ii) estabelecer se houve terceirização ilícita e danos morais coletivos, justificando a condenação das rés. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A prova testemunhal e documental comprova a falta de autonomia dos trabalhadores da prestadora, que atuavam sob a gestão e controle da tomadora dos serviços, executando atividades diretamente ligadas à atividade-fim desta (captação de clientes, análise de propostas de crédito, cobrança). 4. A identidade de sócios, diretores e administradores em ambas as empresas, além da prestação de serviços exclusiva da prestadora para a tomadora, demonstra a existência de um grupo econômico, nos termos do art. 2º, § 2º, da CLT.5. A configuração do grupo econômico, aliada à prestação de serviços essenciais à atividade-fim da tomadora e à ausência de autonomia dos trabalhadores da prestadora, caracteriza terceirização ilícita, configurando fraude à legislação trabalhista. 6. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho reconhece a distinção entre a tese fixada na ADPF 324 e no RE 958.252 e a hipótese de grupo econômico, afastando a incidência

daquela tese nos casos de fraude à legislação trabalhista. 7. A lesão a interesses metaindividuais dos trabalhadores e a gravidade da conduta das rés justificam a condenação por danos morais coletivos, com base na responsabilidade civil objetiva (art. 3º da Lei nº 7.347/85). IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Pedido parcialmente procedente.Tese de julgamento:A relação entre as empresas configura grupo econômico, nos termos do art. 2º, § 2º, da CLT, ensejando a responsabilidade solidária da tomadora dos serviços pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora.A terceirização ilícita configurada pela falta de autonomia dos trabalhadores e a execução de atividades-fim da tomadora, mesmo em contexto de grupo econômico, configura fraude à legislação trabalhista, ensejando o reconhecimento da relação empregatícia com a tomadora dos serviços e a classificação dos trabalhadores na categoria dos financiários.A lesão a direitos coletivos dos trabalhadores e a gravidade da conduta das empresas justificam a condenação por danos morais coletivos, com base na responsabilidade civil objetiva (art. 3º da Lei nº 7.347/85).Dispositivos relevantes citados: Art. 2º, § 2º, da CLT; Art. 9º da CLT; Lei nº 7.347/85, art. 3º. Jurisprudência relevante citada: ADPF 324; RE 958.252 (Tema 725); Rcl 41726 AgR; RR: 01010220320175010342; Rcl 36867; Rcl 39368; Rcl 36902 AgR; Rcl 37812; Rcl 45979; Rcl 41.970.

Processo: 0000582-70.2020.5.07.0004 **Julg.: 06/10/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. AÇÃO TRABALHISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. USO INDEVIDO DE IMAGEM. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário em face de sentença que condenou a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais em razão do uso indevido da imagem da reclamante em fotos e vídeos institucionais, sem autorização formal. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO . 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o uso da imagem da reclamante em fotos e vídeos institucionais, sem autorização formal, configura dano moral indenizável. III. RAZÕES DE DECIDIR . 3. A Constituição Federal assegura o direito à indenização por danos materiais, morais ou à imagem decorrentes de violação, estabelecendo a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. 4. O Código Civil dispõe que a utilização da imagem de pessoa sem autorização pode ensejar indenização, sobretudo quando destinada a fins comerciais ou quando cause prejuízo à honra ou à respeitabilidade. 5. A prova documental demonstra que a reclamante foi exposta em fotos e vídeos institucionais da empresa, os quais

eram divulgados em redes sociais e utilizados como estratégia de marketing, sem autorização formal. 6. A autorização para o uso da imagem deve ser inequívoca, expressa e prévia, especialmente quando destinada a finalidades comerciais, sendo que a alegação de anuência tácita não encontra respaldo jurídico. 7. A conduta da reclamada extrapolou o poder diretivo empresarial e caracterizou violação grave aos direitos da personalidade da empregada. 8. O valor de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. IV. DISPOSITIVO E TESE . 9. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. O uso da imagem do empregado em fotos e vídeos institucionais, sem autorização formal, configura dano moral indenizável. 2. A autorização para o uso da imagem deve ser inequívoca, expressa e prévia, especialmente quando destinada a finalidades comerciais.

Processo: 0000135-07.2025.5.07.0037 **Julg.: 03/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ACÚMULO DE FUNÇÃO. DESCONTOS SALARIAIS INDEVIDOS. IMPROCEDÊNCIA.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela parte reclamada em face de decisão que a condenou ao pagamento de adicional de insalubridade, adicional por acúmulo de função e restituição de descontos salariais indevidos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 4 questões em discussão: (i) definir se a autora faz jus ao adicional de insalubridade, considerando a exposição a agentes biológicos; (ii) estabelecer se a autora faz jus ao adicional por acúmulo de função; (iii) determinar se a reclamada deve ser condenada ao pagamento dos salários referentes ao período que antecedeu a reintegração da reclamante; (iv) definir se os descontos salariais efetuados pela reclamada foram devidos. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A atividade da autora, farmacêutica, enquadra-se no Anexo 14 da NR-15, que prevê insalubridade em grau médio para atividades com exposição habitual a agentes biológicos em estabelecimentos de saúde humana. 4. A prova pericial constatou a exposição habitual e permanente da autora a agentes biológicos, justificando o adicional de insalubridade em grau médio, mantendo-se a sentença que determinou o pagamento do adicional com base no salário mínimo, em consonância com a Súmula Vinculante nº 4 do STF. 5. Restou demonstrado o desempenho de atividades incompatíveis com a função para a qual fora contratada, exercendo funções de operadora de caixa e supervisora de loja, de forma habitual, extrapolando a condição pessoal da autora, o que autoriza o pagamento do adicional por acúmulo de função. 6. O ônus da prova do pagamento dos salários é da empresa, nos termos do art.

464 da CLT. Não havendo comprovação do pagamento dos salários referentes ao período anterior à reintegração, a sentença deve ser mantida. 7. É devida a restituição dos descontos salariais, por falta injustificada, em face do atestado médico válido que abrange o período de ausência da autora, bem como a ausência de falta injustificada que justificasse o desconto efetuado no TRCT. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. O exercício de atividades que envolvem contato habitual com agentes biológicos em estabelecimentos de saúde humana, nos termos do Anexo 14 da NR-15, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio. 2. O exercício de funções distintas daquelas para as quais o empregado foi contratado, com acréscimo de responsabilidades, caracteriza acúmulo de função e enseja o pagamento de adicional. 3. O ônus de comprovar o pagamento de salários é do empregador, nos termos do art. 464 da CLT. 4. São indevidos os descontos salariais por faltas justificadas em face da apresentação de atestado médico válido ou ausência de falta.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 195, art. 456, parágrafo único, art. 460, art. 464, art. 473, art. 818; CPC, art. 371, art. 373, I; CF/1988, art. 7º, VI. Jurisprudência relevante citada: Súmula Vinculante nº 4 do STF; TST - Ag-AIRR: 0010317-18.2022 .5.03.0183.

Processo: 0000488-89.2024.5.07.0002 **Julg.: 03/12/2025**
Rel. Desemb.: José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO. ENQUADRAMENTO SINDICAL. INAPLICABILIDADE DE TESE VINCULANTE. DANO MORAL. TRANSPORTE DE VALORES. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO CONFORME. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME Agravo interno interposto pelo reclamante contra decisão que negou seguimento ao recurso de revista, em que se discute o enquadramento sindical do reclamante como financiário, bem como a majoração da indenização por danos morais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a tese firmada no Tema 177 do TST, sobre o enquadramento dos empregados de administradoras de cartão de crédito na categoria dos financiários, se aplica ao caso concreto; (ii) estabelecer se a decisão que reduziu o valor da indenização por danos morais, em razão do transporte de valores, está em consonância com a jurisprudência do TST. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A decisão agravada deve ser mantida, pois a tese firmada no Tema 177 do TST não se aplica ao caso, uma vez que o reclamante não era empregado de administradora de cartão de crédito, mas de correspondente bancário. 4. A decisão recorrida está em consonância com a jurisprudência consolidada do TST, inclusive em sede de

recurso repetitivo (Tema 61), que reconhece o dano moral em situações de transporte de valores sem segurança adequada. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Agravo interno improvido.Tese de julgamento:A tese firmada no Tema 177 do TST não se aplica aos empregados de correspondentes bancários.O transporte de valores sem segurança adequada configura situação de risco a ensejar reparação por dano moral, conforme entendimento consolidado do TST (Tema 61). Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 9º e 511, § 2º; CF/1988, art. 7º, V, X, XXII, XXIII, XXVI, XXVIII, XXX e XXXII. Jurisprudência relevante citada: TST, Incidente de Recurso de Revista Repetitivo nº 0011793-60.2023.5.18.0241 - Tema nº 177; TST, Tema 61.

Processo: 0000258-11.2024.5.07.0014 **Julg.: 10/09/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXECUTADA. IMPENHORABILIDADE DE NUMERÁRIO. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição da executada em face da decisão que julgou improcedentes os seus embargos à execução. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em saber se os valores bloqueados nos autos são impenhoráveis. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A agravante não logrou êxito em comprovar a origem e o destino específico dos fundos bloqueados, consequentemente, a disposição do art. 833, IX, do CPC não se aplica ao caso. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Agravo de petição conhecido e improvido. Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 833. Jurisprudência relevante citada: TRT-7, AP 0000580-26.2023.5.07.0027, Rel. JEFFERSON QUESADO JUNIOR, Seção Especializada II, p. 28/09/2023; TRT-7, AP 0000214-84.2023.5.07.0027, Rel. JOSE ANTONIO PARENTE DA SILVA, Seção Especializada I, p. 23/09/2023; TRT-7, AP 0000581-11.2023.5.07.0027, Rel. FRANCISCO TARCISIO GUEDES LIMA VERDE JUNIOR, Seção Especializada I, p. 21/09/2023; STF, ADPF 664.

Processo: 0000206-55.2024.5.07.0033 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXEQUENTE. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. LIMITES DO TÍTULO EXECUTIVO. RECURSO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo exequente contra decisão que julgou parcialmente procedente seu pedido de execução do título executivo coletivo do processo nº 0032900-72.2008.5.07.0022. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o exequente faz jus às verbas pleiteadas com base no título executivo formado no processo nº 0032900-72.2008.5.07.0022. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O título executivo condena o executado ao pagamento do salário mínimo integral apenas aos servidores ativos que, cumprindo jornada diária de quatro horas e sem previsão contratual de proporcionalidade, tenham recebido remuneração inferior ao mínimo legal. A condenação não abrange meses em que não houve vínculo funcional, não garante pagamento integral em meses de labor parcial, nem contempla o pagamento de 13º salário, de forma que a decisão agravada está correta. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Agravo de petição conhecido e improvido.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 879, § 1º. Jurisprudência relevante citada: n/a.

Processo: 0000253-28.2025.5.07.0022 **Julg.: 18/12/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Seção Especializada II

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXEQUENTE. PENHORA DE SALÁRIO. POSSIBILIDADE. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NA FIXAÇÃO DO PERCENTUAL. AGRAVO IMPROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição do exequente em face da decisão que determinou a redução do percentual a ser penhorado na folha de pagamento do executado. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em saber se o percentual das penhoras mensais deve ser majorado. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Cabe ao juiz da execução no caso concreto, arbitrar um percentual adequado para as penhoras mensais no salário do executado. Verifica-se que a determinação da redução da penhora mensal levou em consideração o limite legal previsto no art. 529, § 3º, do CPC, além dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Agravo de petição conhecido e improvido.Dispositivos relevantes citados: CPC, arts. 833 e 529. Jurisprudência relevante citada: TRT-7 - AP: 0173100-74.2008.5.07.0008, Relator.: EMMANUEL TEOFILO FURTADO, Seção Especializada II, Data de Publicação: 02/08/2023.

Processo: 0000497-34.2019.5.07.0032 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS. CONFUSÃO PATRIMONIAL. PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME: 1. Agravo de Petição interposto contra decisão que indeferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da executada. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO :2. As questões a decidir consistem: i) definir qual teoria da desconsideração da personalidade jurídica, se a maior ou a menor, aplica-se ao incidente requerido contra entidade sem fins lucrativos; ii) decidir se a confusão patrimonial, caracterizada pelo pagamento de salários da reclamante por terceiros com recursos pessoais, justifica a desconsideração da personalidade jurídica. III. RAZÕES DE DECIDIR :3. Com a ressalva do entendimento pessoal deste Relator, aplica-se a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica contra associação sem fins lucrativos. 4. Restou demonstrado que terceiros efetuavam os pagamentos dos salários da reclamante com recursos pessoais e conta bancária de pessoa física. 5. A utilização de recursos de pessoa física, parente da dirigente presidente, para cumprir obrigações trabalhistas - salários - da associação demonstra a confusão patrimonial e, consequentemente, viabiliza o deferimento do pedido de instauração do incidente em questão. IV. DISPOSITIVO E TESE : 6. Recurso parcialmente provido, para determinar a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, com a observância ao direito à ampla defesa e ao contraditório. Tese de julgamento: 1. A confusão patrimonial, caracterizada pela ausência de separação de fato entre os patrimônios da pessoa jurídica e seus dirigentes/associados, autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do art. 50, § 2º, do Código Civil.Dispositivos relevantes citados: art. 50, § 2º, do Código Civil.

Processo: 0000450-02.2024.5.07.0027 **Julg.: 13/10/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Seção Especializada I

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. TEORIA MENOR. INSOLVÊNCIA.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto por ATRAENTE MOVEIS E ENGENHARIA LTDA em face da decisão que acolheu o Incidente de Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica (IDPJ), incluindo a agravante no polo passivo da execução. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. As questões em discussão são: (i) ilegitimidade passiva da agravante; (ii) aplicação da Teoria Menor

da desconsideração da personalidade jurídica; (iii) necessidade de comprovação de fraude ou abuso; (iv) existência de insolvência. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A agravante é parte legítima, por ser sócia administradora da executada. 4. A Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica é aplicável ao processo do trabalho. 5. A comprovação da insolvência da executada é suficiente para a aplicação da Teoria Menor. 6. A insolvência da empresa restou demonstrada. 7. O procedimento do IDPJ foi devidamente observado. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Agravo de Petição conhecido e não provido.Tese de julgamento: 1. No processo do trabalho, em razão da natureza alimentar do crédito trabalhista, aplica-se a Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica, bastando a demonstração da insolvência da pessoa jurídica.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 8º, 855-A, § 1º, II; CDC, art. 28, § 5º; CC, art. 50; CPC, arts. 133 a 137. Jurisprudência relevante citada: TST, RR: 00106688420195030186, Ag: 10011219820185020401.

Processo: 0001615-41.2015.5.07.0014 **Julg.: 24/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Seção Especializada II

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO COINCIDENTE COM O DOMINGO. ACORDO EXTRAJUDICIAL NA FASE DA EXECUÇÃO. DESCUMPRIMENTO NÃO DEMONSTRADO.

I. CASO EM EXAME: 1. Agravo de Petição interposto em face de decisão que julgou improcedente a pretensão executória de sentença coletiva, por entender não descumprido acordo firmado entre as partes, na fase de execução, para o escalonamento do cumprimento da referida sentença. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO : 2. A questão central consiste em definir se houve o descumprimento de acordo extrajudicial, homologado na fase de execução, relativamente à exigência de renegociação, a cada triênio, dos termos pactuados para a gradual efetivação da obrigação de fazer imposta na Ação Coletiva matriz, consistente da adoção de escalas de revezamento que assegurem repouso semanal remunerado coincidente com o domingo ao menos uma vez a cada três semanas. III. RAZÕES DE DECIDIR : 3. O acordo extrajudicial homologado previa a necessidade de renegociação dos seus termos a cada triênio, sem, contudo, vincular a eficácia das escalas já apresentadas conforme o pactuado à formalização de nova minuta de acordo. 4. Ademais, a alegada ausência de renegociação dos termos do acordo não se sustenta, diante da declaração do sindicato autor, em audiência perante o Ministério Público do Trabalho, autor da ação coletiva, de que foram negociadas

e são válidas as escalas de revezamento apresentadas pela empresa relativas aos triênios 2017/2019 e 2020/2022, bem como em razão da exaustiva negociação empreendida, quanto ao triênio 2023/2025, relatada pelo Parquet.5. Não demonstrado o descumprimento do aludido acordo, não se há cogitar da execução da obrigação imposta na Ação Coletiva, relativamente aos anos de 2020 a 2023, como pretende o sindicato autor. IV. DISPOSITIVO E TESE : 6. Recurso não provido. Tese de julgamento: 1. A exigência pactuada de renegociação, a cada triênio, dos termos acordados, isoladamente, não implica perda automática da validade do já anteriormente avençado ao termo final do lapso temporal fixado para a negociação.

Processo: 0000538-72.2025.5.07.0005 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Seção Especializada I

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto por SIND.DOS PROF.VIG.E EMPREG.EM EMP.E SER.DE SEG.,VIG.TRANSP.VAL.,C. DE FORM. DE VIG.,SEG.PESSOAL, CEN.,S.E AFINS CE contra a sentença que extinguiu o processo por ausência de documentos de identificação dos substituídos. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. As questões em discussão são: (i) deserção; (ii) necessidade de apresentação de rol nominal ou CPF dos substituídos na petição inicial. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A preliminar de deserção foi rejeitada. 4. A exigência de rol nominal ou CPF na petição inicial de execução individual ajuizada por sindicato, na qualidade de substituto processual, é desnecessária. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Agravo de Petição conhecido e provido.Tese de julgamento: 1. É desnecessária a apresentação de rol nominal ou de CPF dos substituídos na petição inicial de execução individual de sentença coletiva ajuizada por sindicato na qualidade de substituto processual. A individualização dos beneficiários pode ocorrer em fase posterior, cabendo à empresa o ônus de apresentar o CPF.Dispositivos relevantes citados: Lei nº 7.347/85, art. 18; Lei nº 8.078/90, art. 87; CPC, art. 319; art. 8º, III da Constituição Federal.

Processo: 0000609-47.2025.5.07.0014 **Julg.: 24/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Seção Especializada II

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DIREITO INTERTEMPORAL. LEI Nº 13.467/2017. ART. 11-A DA CLT. TÍTULO

EXECUTIVO CONSTITUÍDO ANTES DA REFORMA TRABALHISTA. INAPLICABILIDADE. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME: 1. Agravo de Petição interposto pela parte exequente contra sentença que, de ofício, declarou a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos do art. 11-A, da CLT, e extinguiu a execução, com fundamento no artigo 924, V, do CPC. O agravante pugna pelo afastamento da prescrição e prosseguimento dos atos executórios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO :2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a prescrição intercorrente, prevista no art. 11-A da CLT (introduzido pela Lei nº 13.467/2017), é aplicável a processo de execução, cujo Título Executivo Judicial foi constituído em data anterior à vigência da referida lei. III. RAZÕES DE DECIDIR :3. Antes da Lei nº 13.467/2017, o entendimento consolidado na Súmula nº 114 do TST era pela inaplicabilidade da prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho. 4. A Lei nº 13.467/2017 ("Reforma Trabalhista") inseriu o art. 11-A na CLT, que passou a prever a ocorrência da prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos. 5. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) vem decidindo no sentido da inaplicabilidade do art. 11-A da CLT às execuções, cujos Títulos Executivos foram constituídos antes da vigência da Reforma Trabalhista, em respeito ao princípio da irretroatividade das normas de direito material e ao ato jurídico perfeito. 6. Para os Títulos Executivos constituídos antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, ainda que haja determinação judicial descumprida pelo exequente em data posterior, prevalece o entendimento da Súmula nº 114 do TST, afastando-se a pronúncia da prescrição intercorrente. IV. DISPOSITIVO E TESE : 7. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. A prescrição intercorrente prevista no art. 11-A da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, não se aplica aos processos de execução, cujo Título Executivo foi constituído antes da vigência da referida lei (11 de novembro de 2017). 2. Para as execuções iniciadas com base em Títulos Executivos anteriores à Reforma Trabalhista, subsiste o entendimento consolidado na Súmula nº 114 do TST, que considera inaplicável a prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, XXXVI; CLT, arts. 11-A, 878 e 889; Lei nº 13.467/2017; TST, Instrução Normativa nº 41/2018, art. 2º; TST, Súmula nº 114; Lei nº 6.830/80, art. 40, § 4º; CPC, art. 924, V. Jurisprudência relevante citada: TST, RR-139400-35.2008.5.02.0465; TST, Ag-AIRR-1704-05.2013.5.03.0060; TST, RR-11147-93.2013.5.03.0087; TST, RR-809-73.2016.5.10.0018; TST, Ag-AIRR-187300-23.1996.5.03.0104; TST, RR-21400-12.1994.5.02.0063; TST, RR-71600-34.2008.5.02.0030.

Processo: 0001093-45.2015.5.07.0036 **Julg.: 18/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O DEVEDOR PRINCIPAL E SEUS SÓCIOS. RECURSO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1.A executada/agravante interpôs agravo de petição contra a decisão que direcionou a execução à devedora subsidiária sem o prévio esgotamento dos meios executórios em face da reclamada principal e de seus sócios, alegando, além disso, a necessidade de habilitação do crédito na recuperação judicial e de prévia desconsideração da personalidade jurídica. Ademais, requer, caso o recurso não seja provido, a imediata suspensão da execução provisória, ao argumento de que, nos termos do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o cumprimento provisório somente pode avançar até a fase de penhora. 2.Em contraminuta, o exequente/agravado requer a improcedência do agravo de petição, pleiteando, ainda, a majoração dos honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3. As questões em discussão consistem em saber: (i) se o redirecionamento da execução à devedora subsidiária exige o esgotamento prévio de todos os meios executórios em face da devedora principal e de seus sócios; (ii) se há fundamento jurídico para a suspensão da execução provisória à luz do art. 899 da CLT; e (iii) se é possível apreciar o pleito de majoração de honorários formulado pelo agravado em contraminuta, à vista dos limites objetivos do agravo de petição e da função específica da peça apresentada. III. RAZÕES DE DECIDIR 4.Não conheço do tópico relativo à suspensão da execução provisória. Verifica-se que inexiste decisão prévia acerca dos limites dos atos executórios ou da eventual necessidade de suspensão da execução após a penhora. À míngua de pronunciamento específico, a apreciação do pleito por este Tribunal configuraria indevida supressão de grau de jurisdição, razão pela qual o requerimento não pode ser conhecido neste momento processuaL. 5.Quanto ao pleito de majoração dos honorários advocatícios apresentado pelo agravado em contraminuta, sua análise é inviável, pois a contraminuta possui natureza exclusivamente defensiva, destinando-se apenas a rebater os fundamentos do recurso, não podendo inovar, formular pedidos autônomos ou ampliar o objeto recursal. Assim, por inadequação da via utilizada, deixa-se de conhecer do referido pedido. 6. A decisão judicial naATOrd 0000313-35.2024.5.07.0022 reconheceu a responsabilidade subsidiária da 2ª reclamada. Nesse contexto, a jurisprudência consolidada do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST) não condiciona o redirecionamento da execução ao esgotamento de todos os meios executórios contra o devedor principal. 7. A desconsideração da personalidade jurídica depende do esgotamento das tentativas de

satisfação do crédito contra os devedores originários. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Agravo de petição parcialmente conhecido e improvido.Tese de julgamento: "A decretação da recuperação judicial da devedora principal presume sua insolvência e autoriza o redirecionamento imediato da execução em face do devedor subsidiário, independentemente do esgotamento das tentativas de satisfação do crédito perante a devedora originária." Dispositivos relevantes citados: art. 1.010 do Código de Processo Civil (CPC), de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho. Jurisprudência relevante citada:item III da Súmula 422 do C. TST;TST - AIRR-0001206-82.2022.5.07.0026, 8ª Turma, Relator Ministro Sergio Pinto Martins, DEJT 25/02/2025; TST - Ag-AIRR-1189-73.2021.5.06.0102, 4ª Turma, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 13/12/2024; TST - Ag-AIRR-434-38.2022.5.11.0017, 2ª Turma, Relatora Ministra Liana Chaib, DEJT 27/09/2024.

Processo: 0000219-53.2025.5.07.0022 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. ADICIONAL DE ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO E COLETA (AADC) E ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. COISA JULGADA. AGRAVO DE PETIÇÃO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra decisão que julgou improcedentes os embargos à execução, nos quais a executada alegava a possibilidade de compensação dos valores pagos a título de adicional de periculosidade com os créditos reconhecidos judicialmente relativos ao Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta (AADC). A agravante fundamentou seu pedido em decisão proferida em ação declaratória de nulidade que suspendeu os efeitos da Portaria nº 1.565/2014 e cessou o pagamento do adicional de periculosidade aos motociclistas, pleiteando a suspensão da execução até o julgamento definitivo da referida ação. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a suspensão dos efeitos da Portaria nº 1.565/2014, por decisão em ação declaratória de nulidade, justifica a suspensão da execução trabalhista; (ii) estabelecer se é juridicamente possível a compensação entre o adicional de periculosidade e o AADC, rubricas de natureza distinta, no curso da execução. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A tentativa de compensação entre parcelas de natureza jurídica diversa encontra óbice no título executivo, que declarou expressamente a possibilidade de cumulação do adicional de periculosidade com o AADC, tendo por base decisão transitada em julgado, protegida pela coisa julgada material.

4. A tese jurídica fixada no julgamento do IRR-1757-68.2015.5.06.0371 pela SDI-1 do TST, com efeito vinculante, firmou a possibilidade de cumulação entre o AADC e o adicional de periculosidade, afastando a tese de enriquecimento sem causa arguida pela ECT.5. O pedido de suspensão da execução com base no art. 313, V, "a", do CPC é indevido, por não haver relação de prejudicialidade entre o feito executivo e a ação declaratória de nulidade em curso, uma vez que a matéria se encontra acobertada pela coisa julgada e não é passível de rediscussão na via eleita. 6. A eficácia da sentença transitada em julgado não pode ser afetada por decisão superveniente em outro processo, conforme entendimento consolidado no STF no julgamento do Tema 733, sendo necessária ação própria para eventual desconstituição do título. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso desprovido.Tese de julgamento: 1. A compensação entre o Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta (AADC) e o adicional de periculosidade é juridicamente inviável quando já declarada a possibilidade de cumulação dessas verbas no título executivo transitado em julgado. 2. A suspensão da execução fundada em ação declaratória de nulidade que questiona a validade de norma administrativa não prevalece sobre decisão judicial definitiva, sendo inaplicável o art. 313, V, "a", do CPC quando ausente relação de prejudicialidade. 3. Decisões supervenientes em outros processos não desconstituem automaticamente a coisa julgada, exigindo-se a utilização das vias processuais próprias para tal finalidade.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 193, § 4º, e 836; CPC, arts. 313, V, "a", 485 e 495; CC, arts. 368 e 373. Jurisprudência relevante citada: TST, IRR-1757-68.2015.5.06.0371, SDI-1, Rel. Min. Cláudio Brandão, DEJT 14.12.2018; STF, RE com Agravo nº 734.242/SC (Tema 733), Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 19.10.2015.

Processo: 0000445-14.2023.5.07.0027 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. CLASSE PROCESSUAL. RECURSO ORDINÁRIO. DISPENSA POR JUSTA CAUSA. REVERSÃO. MANUTENÇÃO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela reclamante contra sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados na reclamatória, em que se discutia a reversão da justa causa. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se houve confissão ficta da reclamada pela ausência de carta de preposição e substabelecimento; (ii) estabelecer a validade da justa causa aplicada à reclamante. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A lei não exige a juntada de carta de preposição, sendo o comparecimento do preposto, acompanhado de advogado e com apresentação de defesa, suficiente para afastar a

confissão ficta. 4. A reclamante utilizava suas redes sociais para divulgar produtos, o que contraria a alegação de ausência de autoria das publicações, e o histórico disciplinar evidencia a aplicação gradativa de penalidades, comprovando a gradação e proporcionalidade da punição aplicada. 5. A dispensa por justa causa se fundamentou na reiteração de faltas e na quebra da fidúcia. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. A ausência de carta de preposição não enseja a confissão ficta, quando o preposto comparece à audiência acompanhado de advogado e apresenta defesa. 2. A juntada de fotografias, prints de redes sociais e documentos eletrônicos constitui meio válido de prova, cabendo à parte contrária impugnar de forma efetiva sua autenticidade. 3. A justa causa pode ser aplicada em razão da reiteração de faltas que abalem a fidúcia necessária à relação contratual.

Processo: 0001793-33.2024.5.07.0027 **Julg.: 18/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL. BOA-FÉ OBJETIVA. INDENIZAÇÃO. MANUTENÇÃO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário em que se discute a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, decorrente de responsabilidade pré-contratual, em face da frustração de expectativa de contratação. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se a conduta da empresa, ao criar expectativa de contratação e posteriormente desisti-la sem justa causa, configura ato ilícito ensejador de indenização por danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O contrato de trabalho se formaliza com o início da prestação de serviços, mas a fase pré-contratual é regida pelos princípios da boa-fé objetiva e da confiança legítima, conforme art. 422 do Código Civil. 4. O empregador que conduz o candidato a acreditar na efetiva admissão, mediante aprovação em processo seletivo, realização de exames admissionais, entrega de documentos e fixação de data para início das atividades, assume o risco de indenizar caso o rompimento ocorra de forma abrupta e sem justificativa plausíveL. 5. O cancelamento da contratação, nessas circunstâncias, configura abuso de direito (art. 187 do CC) e comportamento contraditório, violando a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho (art. 1º, III e IV, da CF). 6. A indenização decorre da Teoria da Perda de uma Chance, que não visa compensar o salário que seria recebido, mas a perda da oportunidade real de alcançar um resultado positivo - no caso, o emprego prometido. 7. O dano moral

é presumido diante da frustração injustificada da expectativa legítima criada pela própria empresa. 8. A prova documental demonstra que a reclamante foi aprovada na seleção, entregou documentos e realizou exames admissionais, além de ter sido incluída em grupo de comunicação com orientações e data de início das atividades. 9. A tese defensiva da recorrente, que atribui a não contratação ao encerramento da demanda complementar pela tomadora, foi refutada pela prova oral, que atestou que somente a recorrida foi excluída do grupo de admitidos.10. O valor da indenização, arbitrado em R$ 5.000,00, foi considerado adequado, atendendo aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, além de cumprir a função de compensar o abalo imaterial da trabalhadora e impor sanção pedagógica à empresa. IV. DISPOSITIVO E TESE 11. Recurso não provido. Tese de julgamento: 1. A conduta do empregador que, após criar expectativa de contratação, inclusive com a realização de etapas pré-admissionais e definição de data para início das atividades, desiste da contratação sem justa causa, viola a boa-fé objetiva e enseja indenização por danos morais. 2. A indenização por danos morais, em casos de responsabilidade pré-contratual, visa compensar a frustração da legítima expectativa e a perda da chance de obter o emprego. 3. O valor da indenização por danos morais deve ser fixado com base na natureza e gravidade da ofensa, na intensidade do sofrimento, nos reflexos pessoais e sociais, no grau de culpa, na capacidade econômica do ofensor e no caráter pedagógico da medida.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 852-I, 895, § 1º, IV; Código Civil, arts. 187 e 422; CF/1988, art. 1º, III e IV, art. 7º. Jurisprudência relevante citada: Não identificada.

Processo: 0001271-51.2025.5.07.0033 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.: José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EMPREGADO PÚBLICO CELETISTA. APOSENTADORIA. TEMA 606 DO STF. MATÉRIA DE NATUREZA CONSTITUCIONAL-ADMINISTRATIVA.

I. CASO EM EXAME Reclamação trabalhista ajuizada por empregado público celetista, dispensado sob o fundamento de aposentadoria compulsória por idade, após a vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Definição da competência material da Justiça do Trabalho para julgar a demanda, considerando a tese firmada pelo STF no Tema 606 (aposentadoria espontânea de empregado público) e a distinção fática com a hipótese de aposentadoria compulsória por idade. Análise do mérito da dispensa, em caso de

reconhecimento da competência trabalhista. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A tese firmada no Tema 606 do STF refere-se à aposentadoria de empregado público e à natureza constitucional-administrativa do ato de dispensa dela decorrente, atraindo a competência da Justiça Comum. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Recurso conhecido e não provido.Tese de julgamento: A decisão recorrida, ao acolher a preliminar de incompetência, considerou que, independentemente da natureza da aposentadoria (voluntária ou compulsória), a demissão de empregado público, por atingir a idade limite após a EC 103/2019, possui natureza constitucional-administrativa, atraindo a competência da Justiça Comum, conforme o referido Tema 606 do STF.

Processo: 0001394-21.2025.5.07.0010 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DA TELEFÔNICA. DESERÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS RECOLHIDAS POR TERCEIRO ESTRANHO À LIDE. INADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. REFLEXOS DO PIV SOBRE O DSR. INTERVALO INTRAJORNADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela empresa TELEFONICA BRASIL S/A, o qual a reclamante suscitou, em contrarrazões, a preliminar de deserção, por ter sido efetuado o recolhimento das custas processuais por terceiro estranho à lide, conforme indicado no comprovante bancário. 2. Recurso ordinário da reclamante pleiteando reflexos de parcelas variáveis sobre o descanso semanal remunerado (DSR), pagamento de intervalo intrajornada, indenização por assédio, majoração da indenização por doença ocupacional e honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3. Há quatro questões em discussão: (i) definir se o recurso ordinário da reclamada deve ser declarado deserto devido ao pagamento das custas processuais por terceiro; (ii) determinar a incidência do PIV sobre o DSR da reclamante; (iii) definir se é cabível a majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais; (iv) definir se são devidas horas extras pelo intervalo intrajornada do art.71 da CLT. III. RAZÕES DE DECIDIR 4. O pagamento das custas processuais é obrigação da parte recorrente, conforme o disposto na Súmula 128, item I, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e no art. 789, § 1º da CLT. O recolhimento das custas por terceiro que não é parte do processo caracteriza o não cumprimento do pressuposto processual, sendo inadmissível o recolhimento

efetuado por quem não figura no polo passivo da demanda. A jurisprudência consolidada do TST aponta que o depósito recursal e o pagamento das custas processuais devem ser feitos pela parte que litiga no processo, não se admitindo a efetuação por terceiro, mesmo que este pertença ao mesmo grupo econômico. Nesse sentido, o pagamento das custas processuais pela "Advocacia Maciel" em nome de "Mônica R Maciel" configura falha na formalização do preparo recursal, resultando na deserção do recurso. 5. O art. 791-A da CLT autoriza a fixação dos honorários de sucumbência entre 5% e 15%, sendo legítima a majoração para 15% diante do trabalho desempenhado pelo patrono da autora e da razoabilidade do percentual. 6. O PIV, embora tenha natureza variável, não integra o repouso semanal remunerado (RSR) quando não é pago em função da jornada de trabalho ou em razão de produtividade mensal, mas apenas em razão do atingimento de metas, como no caso dos autos. 7. O intervalo intrajornada deve ser pago como hora extra quando o empregador não concede o intervalo legal de uma hora, nos termos do art. 71 da CLT, especialmente quando a jornada ultrapassa seis horas diárias. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso ordinário da reclamada não conhecido. 9. Recurso da reclamante parcialmente provido.Teses de julgamento: 1. O recurso ordinário não é conhecido quando o preparo recursal é realizado por terceiro estranho à lide. 2. É admissível a majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais para 15% com base nos critérios do art. 791-A da CLT.. 3. O PIV, pago com habitualidade, não integra o repouso semanal remunerado (RSR) quando vinculado a metas de produção, não sendo considerada gratificação por tempo de serviço. 4. O intervalo intrajornada deve ser pago como hora extra quando não concedido em jornada superior a seis horas diárias.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 789, § 1º; Súmula 128, item I, TST; CPC, art. 1007, § 2º. Jurisprudência relevante citada: TST, AIRR nº 1001366-22.2021.5.02.0202, Rel. Min. Morgana de Almeida Richa, j. 28.08.2024; TST, RR nº 10276-11.2021.5.18.0008, Rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, j. 16.08.2024; TRT da 7ª Região, Processo 0000510-58.2021.5.07.0001, Rel. Des. Clóvis Valença Alves Filho, j. 04.10.2023, RR-216-86.2021.5.09.0021, 2ª Turma, Relatora Ministra Liana Chaib, DEJT 18/11/2024.

Processo: 0001285-54.2023.5.07.0017 **Julg.: 28/07/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO E RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO. DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO CONCAUSAL. LAUDO PERICIAL. BANCO DE HORAS. SALDO NEGATIVO. DESCONTO EM VERBAS RESCISÓRIAS.

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ADI 5766/STF. RECURSO DA RECLAMADA NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinário e Adesivo interpostos em face de sentença que julgou parcialmente procedente a reclamação, condenando a empresa à devolução de descontos de banco de horas, mas indeferindo os pedidos de reconhecimento de doença ocupacional e de pagamento de horas extras. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 4 (quatro) questões em discussão: (i) definir se a conclusão do laudo pericial pela existência de nexo concausal, ainda que de grau leve, é suficiente para caracterizar a doença como ocupacional e gerar direito à estabilidade provisória; (ii) estabelecer a legalidade do desconto de saldo negativo de banco de horas nas verbas rescisórias do empregado; (iii) analisar a quem compete o ônus da prova da jornada de trabalho quando a prova oral se revela dividida em face dos cartões de ponto apresentados; e (iv) verificar a possibilidade de condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários de sucumbência, à luz da decisão do STF na ADI 5766. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A constatação afirmativa em laudo pericial de que o trabalho atuou como concausa para o agravamento de doença, independentemente do grau de contribuição, equipara a moléstia a acidente de trabalho, conforme o art. 21, I, da Lei nº 8.213/91, sendo devida a reparação correspondente. 4. O desconto de saldo negativo de banco de horas nas verbas rescisórias é ilícito, pois transfere ao empregado o risco da atividade econômica, violando o princípio da alteridade (art. 2º da CLT), uma vez que a gestão da compensação da jornada é responsabilidade do empregador.5. Apresentados os cartões de ponto com registros variáveis, o ônus de provar sua invalidade recai sobre o empregado. A produção de prova testemunhal contraditória ou dividida não se mostra suficiente para desconstituir a prova documental, mantendo-se a presunção de veracidade dos registros. 6. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5766, com efeito vinculante, declarou a inconstitucionalidade da cobrança de honorários de sucumbência do beneficiário da justiça gratuita, o que impede a sua condenação nesta verba. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso Ordinário da Reclamada não provido. Recurso Ordinário Adesivo da Reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento:O nexo concausal, ainda que de grau leve, confirmado por perícia técnica, é suficiente para equiparar a doença a acidente de trabalho e fundamentar o direito à estabilidade provisória.É vedado o desconto de saldo negativo de banco de horas na rescisão contratual, por violação ao princípio da alteridade, que atribui ao empregador os riscos da

atividade econômica.Incumbe ao empregado o ônus de desconstituir os cartões de ponto por ele impugnados, não sendo a prova oral dividida meio hábil para tal fim.É inconstitucional a condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, em razão da eficácia vinculante da ADI 5766/STF.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 2º, 59, § 3º, 223-G, 791-A (com § 4º declarado inconstitucional) e 818, I. Lei nº 8.213/91, arts. 21, I, e 118. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmulas nº 338 e nº 378. STF, ADI nº 5766.

Processo: 0000151-74.2023.5.07.0022 **Julg.: 18/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. DOENÇA PSICOSSOCIAL. ACIDENTE DE TRABALHO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PEDIDO DE DEMISSÃO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pelo espólio da trabalhadora falecida, em face da sentença que julgou improcedentes os pedidos de reconhecimento de doença laboral, indenizações decorrentes, nulidade do pedido de demissão e majoração do adicional de insalubridade. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 questões em discussão: (i) definir se as doenças psicossociais (depressão, síndrome do pânico e transtorno bipolar) da empregada falecida foram desencadeadas ou agravadas pelas condições de trabalho, configurando acidente de trabalho; (ii) estabelecer se o pedido de demissão foi nulo e deveria ser convertido em rescisão sem justa causa; (iii) determinar se a empregada tinha direito à majoração do adicional de insalubridade para grau máximo. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A sentença demonstra que não há prova do nexo causal entre as doenças psicossociais da empregada e as atividades exercidas, visto que as patologias foram diagnosticadas antes do período de trabalho na empresa e não decorrentes de assédio ou sobrecarga de trabalho. 4. O pedido de demissão foi considerado válido, pois a empregada apresentou atestado de aptidão para o trabalho e manifestou vontade de rescindir o contrato, não havendo prova de coação ou vício de vontade. 5. A majoração do adicional de insalubridade foi indeferida, pois a empregada não trabalhava em setor com contato com pacientes com doenças infectocontagiosas. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. Não se configura acidente de trabalho quando não há nexo causal entre as doenças psicossociais do empregado e as condições de trabalho. 2. O pedido de demissão é válido quando a empregada manifesta livremente sua vontade e apresenta atestado

de aptidão, inexistindo prova de coação. 3. O adicional de insalubridade não é devido no grau máximo se o empregado não exerce atividades em contato com agentes insalubres em grau máximo.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 832; CF/1988, art. 93, IX; CPC, art. 458, II.

Processo: 0000748-34.2022.5.07.0004 **Julg.: 13/12/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS IMPROVIDOS.

I. CASO EM EXAME 1.Embargos de declaração opostos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) contra acórdão que reconheceu sua responsabilidade subsidiária pelas verbas rescisórias inadimplidas por empresa terceirizada. O embargante alega omissão quanto à análise dos documentos que comprovariam a fiscalização adequada do contrato administrativo, sustentando que as verbas trabalhistas só seriam exigíveis após a rescisão contratual. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2.A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar se o acórdão embargado incorreu em omissão ao deixar de analisar os documentos apresentados pelo IFCE com o objetivo de afastar a responsabilidade subsidiária. III. RAZÕES DE DECIDIR 3.Os embargos de declaração destinam-se exclusivamente à correção de omissão, obscuridade ou contradição, nos termos dos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC, o que não se verifica no presente caso. 4.O acórdão embargado analisou de forma expressa a conduta fiscalizatória do IFCE e concluiu pela insuficiência das medidas adotadas para impedir o inadimplemento trabalhista, afastando, portanto, a alegação de omissão. 5.A fundamentação expressamente consignou que a ausência de comprovação de medidas eficazes para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas caracteriza a culpa in vigilando do ente público. 6.A jurisprudência do STF (Tema 1118, RE 1298647) e a Súmula nº 331, V, do TST orientam que a responsabilidade subsidiária da Administração Pública exige a comprovação de culpa, sendo ônus do ente público demonstrar a fiscalização diligente, especialmente após a impugnação. 7.O simples fato de o acórdão não citar individualmente cada documento não configura omissão, desde que a motivação seja clara e suficiente, como no caso dos autos. 8.A pretensão do IFCE revela mera rediscussão de mérito, não admitida na via estreita dos embargos de declaração, razão pela qual deve ser rejeitada. IV. DISPOSITIVO E TESE Embargos de declaração improvidos.

Tese de julgamento:Não há omissão no acórdão que fundamenta expressamente a responsabilidade subsidiária da Administração Pública com base na análise da conduta fiscalizatória, ainda que não mencione individualmente cada documento apresentado. A pretensão de rediscussão de mérito não se enquadra nas hipóteses legais de embargos de declaração previstas nos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC.A ausência de comprovação de medidas eficazes para impedir o inadimplemento de obrigações trabalhistas caracteriza omissão culposa da Administração, autorizando sua responsabilização subsidiária.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 897-A; CPC, art. 1.022; Lei nº 8.666/93, art. 71, § 1º; Lei nº 6.019/74, arts. 4º-B e 5º-A, § 3º; Lei nº 14.133/21, art. 121, § 3º. Jurisprudência relevante citada: STF, RE 1298647 (Tema 1118); TST, Súmula nº 331, item V.

Processo: 0001803-74.2024.5.07.0028 **Julg.: 14/08/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO. MUNICÍPIO. ALTERAÇÃO DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. COMPETÊNCIA RESIDUAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA VERBAS ANTERIORES À MUDANÇA. HORAS EXTRAS. INDEFERIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. RECURSO DO MUNICÍPIO DESPROVIDO. RECURSO DA RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo Município de Abaiara, que sustenta a incompetência da Justiça do Trabalho após a instituição do regime estatutário pela Lei Municipal nº 501/2021, e pela reclamante, que pleiteia horas extras em razão de aumento unilateral da jornada pelo Decreto Municipal nº 004/2018 e honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se a Justiça do Trabalho detém competência para apreciar pedidos referentes a período anterior à instituição do regime jurídico estatutário municipal; (ii) estabelecer se a reclamante faz jus ao pagamento de horas extras em decorrência do Decreto Municipal nº 004/2018; (iii) determinar se são devidos honorários advocatícios sucumbenciais em favor da reclamante. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A jurisprudência consolidada na OJ nº 138 da SDI-1 do TST estabelece que a Justiça do Trabalho mantém competência residual para apreciar pedidos relativos a parcelas trabalhistas anteriores à instituição de regime jurídico estatutário. 4. O pedido da reclamante refere-se ao período anterior à Lei Municipal nº 501/2021, de 17/12/2021, razão pela qual subsiste a

competência desta Justiça Especializada. 5. A análise dos autos demonstra que, apesar do Decreto Municipal nº 004/2018 fixar jornada de 40 horas semanais, a reclamante confessou laborar, em média, 15 horas semanais, recebendo remuneração equivalente a um salário mínimo integral, não havendo prova de labor extraordinário a justificar o deferimento de horas extras. 6. Nos termos do art. 791-A da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, é devida a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, sendo razoável a fixação em 15% sobre o valor da condenação, observados os critérios legais. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso do Município desprovido. Recurso da reclamante parcialmente provido. Tese de julgamento: 1. A Justiça do Trabalho detém competência residual para processar e julgar pedidos referentes a período celetista anterior à instituição de regime estatutário municipal. 2. A confissão da parte obreira quanto à jornada efetivamente praticada impede o deferimento de horas extras quando não demonstrado labor além do pactuado. 3. São devidos honorários advocatícios sucumbenciais na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 791-A da CLT, às ações ajuizadas após 11/11/2017. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 114; CLT, arts. 468 e 791-A; Lei nº 13.467/2017; Lei Municipal nº 501/2021; Decreto Municipal nº 004/2018. Jurisprudência relevante citada: TST, OJ nº 138 da SDI-1; STJ, CC nº 203189/CE, Rel. Min. (2024/0058397-8).

Processo: 0001921-87.2023.5.07.0027 **Julg.: 23/09/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO COMPROVADA. ABRANGÊNCIA DA CONDENAÇÃO. TEMA 1.118 DO STF. ABANDONO DE EMPREGO. ÔNUS DA PROVA. RECURSOS DESPROVIDOS.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos pela primeira reclamada (empresa prestadora, em recuperação judicial) e pela segunda reclamada (União Federal) contra sentença que, reconhecendo a dispensa imotivada, condenou a União subsidiariamente ao pagamento de verbas trabalhistas. A empresa prestadora alega abandono de emprego. A União busca afastar a responsabilidade subsidiária, argumentando ausência de culpa e efetiva fiscalização. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 (três) questões centrais em discussão: (i) definir se a alegação de abandono de emprego, não comprovada pela empregadora, afasta a condenação; (ii) estabelecer se, mesmo após o Tema

1.118 do STF, há responsabilidade subsidiária da Administração Pública quando os autos demonstram a ciência inequívoca da inadimplência da contratada e a insuficiência das medidas fiscalizatórias adotadas; (iii) definir a abrangência da responsabilidade subsidiária do ente público em relação às verbas de natureza punitiva. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Compete ao empregador o ônus de provar de forma robusta a ocorrência do abandono de emprego (art. 818, II, da CLT), não bastando a mera alegação para afastar o princípio da continuidade da relação de emprego. 4. A responsabilidade subsidiária da Administração Pública não decorre de presunção, mas da análise de fatos concretos. A ciência inequívoca e reiterada do ente público sobre a insolvência da empresa contratada, seguida da adoção de medidas que se mostram insuficientes para garantir o adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, configura a culpa *in vigilando* que atrai a responsabilidade, em conformidade com a ratio decidendi dos Temas 246 e 1.118 do STF. 5. A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, uma vez reconhecida, abrange todas as verbas decorrentes da condenação, incluindo parcelas de natureza punitiva como a multa do art. 477 da CLT e a multa de 40% do FGTS, conforme entendimento consolidado na Súmula nº 331, VI, do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recursos conhecidos e desprovidos.Tese de julgamento: 1. A comprovação do abandono de emprego é ônus do empregador, exigindo prova do elemento objetivo (ausência) e subjetivo (animus abandonandi). 2. Configura-se a culpa *in vigilando* da Administração Pública quando, ciente da reiterada inadimplência da empresa contratada, adota medidas que se revelam insuficientes para garantir a quitação integral dos créditos trabalhistas. 3. A responsabilidade subsidiária do ente público abrange a totalidade das verbas deferidas na condenação, nos termos da Súmula nº 331, VI, do TST.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 2º e 818, II; TST, Súmula nº 331, VI. Jurisprudência relevante citada: STF, RE 760.931 (Tema 246); STF, RE 1.298.647 (Tema 1.118).

Processo: 0000706-78.2024.5.07.0015 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO POR EQUIPARAÇÃO. VENDEDOR EXTERNO MOTOCICLISTA. ASSALTO EM TRAJETO DE RETORNO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. PENSÃO VITALÍCIA. MULTA POR EMBARGOS PROTELATÓRIOS. AFASTAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela empregadora contra sentença que a condenou ao pagamento de indenizações por danos morais e materiais (pensão vitalícia) decorrentes de acidente de trabalho. O empregado, exercendo a função de vendedor externo, foi vítima de assalto com disparo de arma de fogo enquanto retornava de sua rota em motocicleta, resultando em paraplegia e incapacidade total e permanente. A recorrente alega a inaplicabilidade da responsabilidade objetiva, a existência de fato de terceiro, a desproporcionalidade dos valores e o descabimento da multa por embargos protelatórios. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Há 4 (quatro) questões centrais em discussão: (i) definir se a atividade de vendedor externo que utiliza motocicleta para deslocamentos habituais configura atividade de risco a atrair a responsabilidade objetiva do empregador; (ii) estabelecer se o assalto sofrido no trajeto constitui fato de terceiro apto a romper o nexo causal ou se qualifica como fortuito interno; (iii) aferir a possibilidade de compensação entre a indenização civil e os valores de seguro de vida e benefício previdenciário; e (iv) analisar a adequação da multa por embargos de declaração protelatórios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A atividade que impõe ao trabalhador o uso constante de motocicleta para deslocamentos intermunicipais o expõe a um risco superior ao da coletividade, caracterizando atividade de risco para fins de aplicação da responsabilidade civil objetiva, nos termos do art. 927, parágrafo único, do Código Civil e do Tema 932 do STF. 4. O assalto que vitimou o empregado no exercício de seu trabalho externo de risco não configura fortuito externo, mas sim fortuito interno, pois se insere no desdobramento causal da própria atividade perigosa fomentada e da qual se beneficia a empresa, não havendo rompimento do nexo de causalidade. 5. A indenização por ato ilícito (pensão) e os benefícios pagos pelo INSS ou por seguro de vida privado possuem naturezas jurídicas e fontes de custeio distintas, não passíveis de compensação, conforme jurisprudência consolidada. 6. A multa por embargos de declaração protelatórios deve ser afastada quando não se verifica o manifesto e inequívoco intuito de procrastinar, configurando o ato mero exercício do direito de recorrer, ainda que a tese seja improcedente. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento:A atividade laboral que impõe ao empregado o uso habitual de motocicleta para deslocamentos é considerada de risco e atrai a responsabilidade civil objetiva do empregador por acidente de trabalho.O assalto que vitimou o empregado no exercício de atividade externa de risco constitui fortuito interno, inerente à própria atividade, não configurando excludente de nexo causal por fato de terceiro.É incabível a compensação da indenização por danos decorrentes de acidente de trabalho com os valores percebidos pela vítima a título de benefício previdenciário ou seguro de vida privado.A aplicação de multa por embargos

de declaração protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC) é afastada quando o recurso, embora improcedente, representa o exercício regular do direito de petição, sem abuso manifesto.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XXVIII; Código Civil, arts. 186, 927 (parágrafo único) e 950; CPC, art. 1.026, § 2º. Jurisprudência relevante citada: STF, Tema 932 de Repercussão Geral (RE 828.040).

Processo: 0000812-68.2024.5.07.0038 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. AJUIZAMENTO DA AÇÃO APÓS O PERÍODO ESTABILITÁRIO. ABUSO DE DIREITO NÃO CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DEVIDA. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela reclamada contra sentença que, reconhecendo a estabilidade provisória da gestante, a condenou ao pagamento de indenização substitutiva. A recorrente alega abuso de direito da reclamante por ter ajuizado a ação quase dois anos após o fim do período estabilitário e sem comunicação prévia sobre a gravidez. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o ajuizamento da reclamação trabalhista após o término do período de garantia de emprego, mas dentro do prazo prescricional, configura abuso de direito a ponto de afastar o direito da empregada gestante à indenização substitutiva. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A proteção à estabilidade da gestante, prevista no art. 10, II, "b", do ADCT, possui natureza objetiva, exigindo apenas a confirmação da gravidez no curso do contrato de trabalho, sendo irrelevante o conhecimento prévio do empregador ou da própria empregada. 4. A finalidade da norma é proteger não apenas a gestante contra a dispensa arbitrária, mas, primordialmente, garantir os direitos do nascituro, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e do direito à vida. 5. O exercício do direito de ação dentro do prazo prescricional bienal estabelecido constitucionalmente não constitui abuso de direito, ainda que a reclamação seja ajuizada após o exaurimento do período estabilitário. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento:O direito à estabilidade provisória da empregada gestante é norma de ordem pública que independe da comunicação do estado gravídico ao empregador, bastando a concepção ter ocorrido na vigência do contrato de trabalho.O ajuizamento de ação trabalhista após o término do período de garantia de emprego, desde que observado o prazo prescricional constitucional, não configura abuso de direito nem afasta o direito à indenização

substitutiva correspondente.Dispositivos relevantes citados:CF/1988, art. 1º, III; art. 5º, *caput*; art. 7º, XXIX; ADCT, art. 10, II, "b". Código Civil, art. 187. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 244, I; TST, OJ nº 399 da SDI-1; STF, RE 629.053 (Tema 497).

Processo: 0000364-46.2024.5.07.0022 **Julg.: 31/10/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AGENTE CALOR. DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO CONCAUSAL. DANOS MORAIS. HONORÁRIOS PERICIAIS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. FUNDAMENTAÇÃO "PER RELATIONEM". RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela reclamada contra sentença que a condenou ao pagamento de adicional de insalubridade por calor, indenização por danos morais decorrente de doença ocupacional com nexo concausal, e honorários periciais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 questões em discussão: (i) definir o correto enquadramento da atividade laboral da reclamante, se leve ou moderada, para fins de apuração da insalubridade por calor, conforme a NR-15; (ii) estabelecer a existência de nexo concausal entre as patologias da empregada (tendinite e lombalgia) e o trabalho, a justificar a responsabilidade civil da empregadora por danos morais; e (iii) determinar a razoabilidade do valor fixado para os honorários periciais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A conclusão do laudo pericial técnico, que classifica a atividade como de metabolismo moderado, prevalece quando a parte recorrente não produz prova robusta em sentido contrário, sendo devido o adicional de insalubridade se constatada a exposição ao calor acima dos limites de tolerância. 4. O nexo concausal entre o trabalho e o agravamento de patologias, mesmo que de origem degenerativa, configura a doença ocupacional e atrai a responsabilidade civil do empregador, sendo o dano moral, em tais casos, presumido (in re ipsa).5. O valor dos honorários periciais é arbitrado pelo juiz com base na complexidade e extensão do trabalho, não estando adstrito ao limite previsto em resoluções do CSJT para os casos de justiça gratuita, quando a responsabilidade pelo pagamento recai sobre a parte sucumbente na perícia. 6. A adoção da fundamentação per relationem, com a ratificação dos fundamentos da sentença de primeiro grau, é técnica validada pelas Cortes Superiores e cumpre o dever constitucional de motivação das decisões judiciais. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento:A classificação da atividade laboral para fins de insalubridade, quando baseada em laudo pericial conclusivo e

não infirmado por outras provas, deve ser mantida.A comprovação do nexo concausal entre as condições de trabalho e o agravamento da doença do empregado é suficiente para configurar a responsabilidade civil do empregador e o dever de indenizar por danos morais.Os honorários periciais devem ser fixados em valor compatível com a complexidade do trabalho técnico, sendo o sucumbente na perícia o responsável pelo seu pagamento integral.Dispositivos relevantes citados:CLT, arts. 195, 790-B e 791-A; Lei nº 8.213/91, art. 21, I; Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) do Ministério do Trabalho. Jurisprudência relevante citada: STF, ARE 662.029/SE, Rel. Min. CELSO DE MELLO.

Processo: 0000490-06.2023.5.07.0031 **Julg.: 18/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. ESTABILIDADE GESTANTE DEVIDA MESMO COM O CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. SÚMULA 244 DO TST. SEM DIREITO ÀS FÉRIAS PROPORCIONAIS. FALTAS INJUSTIFICADAS AO TRABALHO. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos pela reclamante e pela reclamada. A reclamante requer o reconhecimento da estabilidade provisória ao emprego, em razão de seu estado gravídico e pagamento de indenização por danos morais, face à dispensa discriminatória. A reclamada requer o afastamento da condenação no pagamento de férias proporcionais mais 1/3 e do 13º salário proporcional, considerando as inúmeras faltas da reclamante, bem como a exclusão da condenação no pagamento da multa prevista no art. 477 da CLT, tendo em vista que não foi feito nenhum pagamento já que a reclamante não fazia jus a qualquer verba. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Mesmo nos contratos de experiência, faz jus a trabalhadora ao pagamento de indenização substitutiva pela estabilidade gestacional, considerando o direito à estabilidade gestante prevista no art. 10, II, "b" do ADCT. 3. Não comprovado o assédio moral, nem tampouco a dispensa discriminatória, não há que se falar em pagamento de indenização por danos morais. 4. Considerando as inúmeras faltas injustificadas ao trabalho no período aquisitivo, não faz jus a reclamante ao pagamento das férias proporcionais. No entanto, o 13º salário proporcional é devido, bem como a multa prevista no art. 477 da CLT, já que as verbas rescisórias não foram pagas no prazo legal. III. RAZÕES DE DECIDIR 5. A jurisprudência do TST reconhece a estabilidade gestacional mesmo em contratos por prazo determinado, nos termos da súmula 244 do TST. De par com isso, o art. 10, II, "b" do ADCT, veda a dispensa da gestante

nas rescisões arbitrárias ou sem justa causa. 6. Não há provas robustas de assédio moral ou dispensa discriminatória, não havendo que se falar em pagamento de indenização por danos morais. 7. O excesso de faltas injustificadas acarreta a perda do direito a férias proporcionais mais 1/3, conforme art. 133, I, da CLT. 8. O 13º salário proporcional é devido, mesmo considerando as faltas. 9. Tendo em vista que as verbas rescisórias não foram pagas no prazo legal, devida a multa prevista no art. 477 da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Recurso da reclamante parcialmente provido para reconhecer a a estabilidade provisória, fazendo jus a autora ao pagamento da indenização substitutiva, correspondente aos salários e demais consectários (aviso prévio, 13º salário, férias mais 1/3, FGTS e multa de 40% do FGTS) do período compreendido entre a data da despedida (08.07.2023) e o final do período de estabilidade (23.07.2024 - cinco meses após o parto). Recurso da reclamada parcialmente provido para excluir as férias proporcionais + 1/3.Manutenção da improcedência dos danos morais, mantendo, ainda, a condenação da ré no pagamento de 13º salário proporcional e multa do art. 477 da CLT.Tese de julgamento:A empregada gestante detém estabilidade provisória, mesmo em contratos por prazo determinado.A mera invalidade do ato rescisório não implica, automaticamente, a ocorrência de dano moral. Para a sua configuração é indispensável a comprovação de efetiva lesão a direitos da personalidade. Não demonstrada nos autos a prática de assédio moral ou tratamento discriminatório de forma robusta, mantém-se a improcedência do pedido.O excesso de faltas injustificadas acarreta a perda do direito a férias proporcionais mais 1/3, do período aquisitivo 25.05.2023 a 08.07.2023.Havendo verbas rescisórias devidas e não quitadas tempestivamente, a multa do art. 477, § 8º, da CLT, é aplicável. Dispositivos relevantes: Art. 10, II, "b", ADCT; Art. 500, CLT; Art. 133, I, CLT; Art. 477, § 8º, CLT. Jurisprudências relevantes citadas: Súmula 244, III, TST; Tese Vinculante TST IRR nº 55; Tema 497 do STF; TST - RR: 10007368320235020302; TST - RR: 10004073220235020606.

Processo: 0000660-95.2025.5.07.0034 **Julg.: 01/10/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO. DOENÇA OCUPACIONAL. CONCAUSA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso interposto pelo reclamante visando à majoração da indenização por danos morais, ao deferimento de pensão mensal,

à majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais devidos pela reclamada e à exclusão de sua condenação ao pagamento da mesma verba. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 4 questões em discussão: (i) definir se o valor arbitrado a título de danos morais é proporcional, considerando o nexo de concausalidade e a ausência de incapacidade laboral atual; (ii) estabelecer se é devida pensão mensal quando o laudo pericial atesta a plena capacidade para o trabalho; (iii) determinar o percentual adequado de honorários advocatícios devidos pela ré, com base nos critérios do art. 791-A, § 2º, da CLT; e (iv) analisar a conformidade da condenação do beneficiário da justiça gratuita em honorários sucumbenciais, com suspensão de exigibilidade, ao precedente firmado pelo STF na ADI 5766. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A manutenção do valor da indenização por danos morais se justifica quando o juízo de origem observa os parâmetros do art. 223-G, § 1º, da CLT, sopesando a natureza preexistente e crônica da patologia (discopatia degenerativa), a concausalidade e a inexistência de incapacidade laboral atual, o que torna o montante razoável e proporcional. 4. O indeferimento do pedido de pensão mensal fundamenta-se na ausência de seu pressuposto fático indispensável, qual seja, a perda ou redução da capacidade de trabalho, conforme atestado em laudo pericial conclusivo, nos termos do art. 950 do Código CiviL. 5. A majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais devidos pela reclamada para o teto de 15% é medida que se impõe quando a complexidade da matéria e o trabalho desenvolvido pelo advogado justificam a fixação em patamar superior ao mínimo legal para remunerar condignamente o profissional, conforme o art. 791-A, § 2º, da CLT. 6. A condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários de sucumbência, com a suspensão de sua exigibilidade, não viola a decisão do STF na ADI 5766, pois o precedente declarou inconstitucional apenas a forma de execução da verba (utilização de créditos do processo), e não a condenação em si. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento: 1.A valoração dos danos morais decorrentes de doença agravada pelo trabalho (concausa) deve considerar a natureza preexistente da patologia e a ausência de incapacidade laboral atual atestada em perícia, para fins de aplicação dos critérios do art. 223-G, § 1º, da CLT. 2.É indevida a pensão mensal prevista no art. 950 do Código Civil quando a prova pericial, não infirmada por outros meios, é categórica ao afirmar a inexistência de incapacidade laboral atual. 3.A fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais deve observar os critérios de complexidade da causa e do trabalho realizado pelo patrono, justificando-se a majoração para o percentual máximo de 15% quando o valor arbitrado na origem se mostra insuficiente para remunerar adequadamente o profissional. 4.A decisão do STF na ADI 5766 não impede a condenação do beneficiário da justiça gratuita em honorários sucumbenciais, mas tão somente a sua execução com créditos obtidos no mesmo ou em outro

processo, sendo correta a imposição da obrigação com a condição suspensiva de exigibilidade prevista no art. 791-A, § 4º, da CLT.Dispositivos relevantes citados:CLT, arts. 223-G, § 1º, e 791-A (§ § 2º e 4º); Código Civil, art. 950. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI 5766.

Processo: 0001261-41.2024.5.07.0033 **Julg.: 15/09/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO FATAL. TRABALHADOR TERCEIRIZADO. RESPONSABILIDADE CIVIL SOLIDÁRIA DA TOMADORA DE SERVIÇOS. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO COMPROVADA. ÔNUS DA PROVA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO EM CONTRARRAZÕES. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela empresa tomadora de serviços em face de sentença que a condenou, de forma solidária, ao pagamento de indenizações por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho fatal sofrido por empregado terceirizado em suas dependências. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 5 (cinco) questões em discussão: (i) definir se a tomadora de serviços responde solidariamente pelo acidente fatal ocorrido com trabalhador terceirizado em seu estabelecimento; (ii) estabelecer se a alegação de culpa exclusiva da vítima, desacompanhada de provas, afasta a responsabilidade da tomadora; (iii) analisar a proporcionalidade do *quantum*indenizatório fixado; (iv) verificar os requisitos para a concessão da justiça gratuita à pessoa natural; e (v) determinar a adequação da via das contrarrazões para formular pedido de majoração de honorários. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A responsabilidade da tomadora de serviços por acidente de trabalho ocorrido em suas instalações com trabalhador terceirizado é solidária, pois decorre de ato ilícito por omissão no dever de garantir um meio ambiente de trabalho seguro (art. 7º, XXII, da CF), configurando responsabilidade civil extracontratual que atrai a aplicação dos arts. 932, III, e 942 do Código Civil. 4. A alegação de culpa exclusiva da vítima, como fato impeditivo do direito do autor, constitui ônus probatório de quem a alega (art. 818, II, da CLT). A ausência de prova robusta nesse sentido mantém hígido o nexo de causalidade e o dever de indenizar.5. O valor arbitrado a título de danos morais revela-se proporcional e

razoável, considerando a extensão máxima do dano (morte), a elevada capacidade econômica do ofensor e o necessário caráter punitivo-pedagógico da medida. 6. A declaração de hipossuficiência firmada por pessoa natural goza de presunção relativa de veracidade, sendo suficiente para a concessão do benefício da justiça gratuita quando a parte contrária não produz prova em sentido oposto (Súmula nº 463, I, do TST). 7. As contrarrazões possuem natureza estritamente defensiva e não constituem a via processual adequada para formular pedido de reforma da sentença (reformatio in melius), como a majoração de honorários advocatícios, que exige a interposição de recurso próprio (principal ou adesivo). IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso Ordinário não provido.Tese de julgamento:A empresa tomadora de serviços responde solidariamente pelos danos decorrentes de acidente de trabalho fatal sofrido por empregado terceirizado em suas instalações, por força do dever de garantir um meio ambiente de trabalho seguro e da responsabilidade civil extracontratual prevista nos arts. 932, III, e 942 do Código Civil.Incumbe à parte que alega a excludente de responsabilidade por culpa exclusiva da vítima o ônus de prová-la de forma inequívoca, nos termos do art. 818, II, da CLT.As contrarrazões não são o meio processual idôneo para pleitear a majoração de honorários de sucumbência, por se tratar de pedido de reforma da decisão que demanda a interposição de recurso próprio.Dispositivos relevantes citados:Constituição Federal, art. 7º, XXII; CLT, arts. 790, § § 3º e 4º, e 818, II; Código Civil, arts. 927, 932, III, e 942. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 463, I.

Processo: 0000638-73.2024.5.07.0001 **Julg.: 31/08/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ACIDENTE DE TRAJETO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. VALE-TRANSPORTE. OMISSÃO NO FORNECIMENTO. NEXO DE CAUSALIDADE. RECURSO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pelos herdeiros de trabalhadora que faleceu em acidente de trajeto (atropelamento) enquanto retornava do trabalho de bicicleta, contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de reconhecimento do direito ao vale-transporte e de indenização por danos morais, por ausência de nexo causal. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 (duas) questões centrais em discussão: (i) definir se a utilização de meio de transporte próprio (bicicleta) pelo empregado afasta a obrigação do empregador de fornecer o vale-transporte, quando o trajeto é servido por transporte público;

e (ii) estabelecer se a omissão no fornecimento do benefício configura nexo de causalidade com o acidente de trajeto fatal, a ensejar a responsabilidade civil do empregador. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Nos termos da Súmula 460 do TST, é do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos para a concessão do vale-transporte ou que não pretende fazer uso do benefício. 4. A mera utilização de condução própria pelo trabalhador, na ausência de termo de renúncia ou outra prova da recusa, não presume a renúncia ao direito, caracterizando a omissão da empresa em ofertar o benefício como conduta ilícita. 5. A omissão do empregador em fornecer o vale-transporte, ao compelir o trabalhador a utilizar meio de locomoção mais arriscado, constitui o ato que cria o risco e se qualifica como causa adequada do acidente de trajeto, estabelecendo o nexo de causalidade para fins de responsabilidade civil. 6. A atuação de terceiro (condutor do veículo que causou o atropelamento) não rompe o nexo causal quando o risco de acidente foi previamente criado e incrementado pela conduta culposa do empregador, que negligenciou seu dever geral de proteção à segurança do empregado (art. 7º, XXII, da CF). IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. Compete ao empregador o ônus de provar a recusa do empregado ao benefício do vale-transporte, não sendo a utilização de meio de transporte próprio, por si só, suficiente para eximi-lo de sua obrigação legal (Súmula 460 do TST). 2. A conduta omissiva do empregador que, ao deixar de fornecer o vale-transporte, força o empregado a se expor a um risco superior no deslocamento residência-trabalho, configura nexo de causalidade adequada com o acidente de trajeto, ensejando sua responsabilidade civil pelos danos decorrentes.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XXII; CLT, art. 157; Lei nº 7.418/1985. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 460.

Processo: 0000089-15.2025.5.07.0038 **Julg.: 08/10/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. CONTRATO DE TRABALHO DOMÉSTICO. JUSTA CAUSA. ATO DE IMPROBIDADE. ÔNUS DA PROVA. VALOR SALARIAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos por ambas as partes contra sentença que, embora reconhecendo a dispensa por justa causa da empregada doméstica por ato de improbidade (furto), condenou os empregadores ao pagamento de salário em valor superior ao alegado em defesa e de horas extras

confessadas. Os reclamados buscam a redução do valor salarial e a compensação das horas extras. A reclamante postula a reversão da justa causa e a exclusão da multa por litigância de má-fé. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Há 3 (três) questões centrais em discussão: (i) definir a quem incumbe o ônus da prova sobre o valor do salário, se ao empregador que alega pagamento a menor (art. 464 da CLT) ou à empregada que alega valor superior (art. 818, I, da CLT); (ii) avaliar se o conjunto probatório, composto por indícios como vídeos, depoimentos e inconsistências na versão da trabalhadora, é suficiente para a caracterização do ato de improbidade a justificar a dispensa por justa causa; e (iii) estabelecer se a contradição entre a jornada de trabalho alegada na petição inicial e a admitida em depoimento pessoal configura litigância de má-fé. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Nos termos do art. 464 da CLT, compete ao empregador o ônus de provar o pagamento do salário mediante a apresentação de recibos, sendo seu o encargo de demonstrar que a quitação se deu em valor inferior ao pleiteado. A ausência de tal prova faz prevalecer o valor alegado na inicial. 4. O conjunto de provas indiciárias, quando harmônico e convergente, é válido para formar o convencimento do julgador acerca da falta grave. A quebra da fidúcia, elemento essencial ao contrato de trabalho doméstico, autoriza a dispensa por justa causa por ato de improbidade. 5. A deliberada alteração da verdade dos fatos, como a alegação de labor ininterrupto na petição inicial posteriormente desmentida em depoimento pessoal pela própria parte, configura litigância de má-fé, nos termos do art. 793-B, II, da CLT. 6. A presunção de veracidade da jornada de trabalho descrita na inicial, decorrente da Súmula 338, I, do TST, é relativa e cede diante da prova em contrário, notadamente quando a jornada alegada se mostra inverossímil e é infirmada pelo depoimento da própria parte reclamante. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recursos não providos.Tese de julgamento:Compete ao empregador o ônus da prova do valor do salário pago, devendo apresentar os respectivos recibos ou comprovantes de depósito, sob pena de prevalecer a quantia alegada na petição inicial.A justa causa por ato de improbidade pode ser reconhecida com base em um conjunto probatório indiciário coeso e convincente que demonstre a quebra de fidúcia, ainda que não haja prova flagrancial direta.A alteração deliberada da verdade dos fatos pela parte em sua petição inicial, quando desmentida em seu depoimento pessoal, caracteriza litigância de má-fé e autoriza a aplicação da multa correspondente.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 464, 482, 'a', 793-B (II e V), e 818 (I e II); Súmula 338, I, do TST.

Processo: 0000589-17.2024.5.07.0006 **Julg.: 05/09/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. CONTROLE DE JORNADA POR MEIOS TELEMÁTICOS. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. RECURSOS CONHECIDOS. PROVIDO EM PARTE O DA RECLAMADA E DESPROVIDO O DO RECLAMANTE

I. CASO EM EXAME Recursos ordinários interpostos pelas partes da decisão que acolheu a prescrição quinquenal e julgou parcialmente procedentes os pedidos de horas extras, adicional de insalubridade e honorários advocatícios. A reclamada requer a limitação da condenação aos valores da inicial, o afastamento das horas extras pelo exercício de atividade externa (art. 62, I, CLT) e a exclusão do adicional de insalubridade. O reclamante pleiteia a reforma quanto à quantificação da jornada, diferenças de prêmios, intervalo do art. 384 da CLT, indenização por guarda de material, participação nos lucros, equiparação salarial e rescisão indireta. II. Questões em discussãoHá 5 questões principais em discussão: (i) saber se os valores indicados na inicial limitam a condenação em ação ajuizada antes da Reforma Trabalhista; (ii) definir se o uso de tablets e fixação de metas de visitação permitem o controle de jornada do trabalhador externo; (iii) verificar se o contato com agentes biológicos em ambiente hospitalar gera adicional de insalubridade; (iv) analisar a extensão do intervalo do art. 384 da CLT a empregados do sexo masculino; (v) determinar a aplicabilidade da suspensão de exigibilidade dos honorários sucumbenciais para beneficiário da justiça gratuita. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Em ações ajuizadas antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, a indicação de valores na petição inicial não limita o montante da condenação, servindo apenas para fixação do rito processual. 4. O uso de dispositivos telemáticos (tablets) com sistema de registro de visitas e o cumprimento de metas diárias de contatos configuram controle indireto de jornada, afastando a exceção do art. 62, I, da CLT, conforme o art. 6º, parágrafo único, da CLT.5. O laudo pericial conclusivo quanto à exposição a agentes biológicos em grau médio no ambiente hospitalar fundamenta a condenação ao adicional de insalubridade (art. 195 da CLT). 6. O intervalo de 15 minutos previsto no art. 384 da CLT é norma protetiva exclusiva do trabalho da mulher, não sendo extensível a homens, conforme jurisprudência pacífica do TST e STF. 7. A guarda de pequeno volume de material promocional (caixas de impressos) na residência do empregado, inerente à função de propagandista, não gera direito a indenização sem prova de custos extraordinários ou prejuízo ao espaço residencial. 8. De acordo com o entendimento do STF na ADI 5766, os honorários advocatícios devidos por beneficiário da justiça gratuita devem permanecer sob condição suspensiva de exigibilidade. IV. DISPOSITIVO E TESE

Recurso da reclamada provido em parte para observar a condição suspensiva dos honorários sucumbenciais. Recurso do reclamante desprovido.Tese de julgamento: "1. O controle de jornada por meios telemáticos e informáticos afasta o enquadramento do empregado no art. 62, I, da CLT. 2. O intervalo do art. 384 da CLT não é aplicável a trabalhadores do sexo masculino. 3. Os honorários de sucumbência devidos por beneficiário da justiça gratuita ficam sob condição suspensiva de exigibilidade, vedada a compensação com créditos trabalhistas."Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 6º, parágrafo único, art. 62, I, art. 195, art. 384, art. 818, I; CPC, art. 373, I; CF/88, art. 5º, LXXIV. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI 5766; TST, Súmula nº 338 e Súmula nº 113.

Processo: 0001822-90.2017.5.07.0007 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. DANO MORAL. DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE. DESVIO DE FUNÇÃO. PROVA DIVIDIDA. RESCISÃO INDIRETA. FALTA GRAVE PATRONAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSOS DE AMBAS AS PARTES NÃO PROVIDOS.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos por ambas as partes em face de sentença que, reconhecendo a ocorrência de assédio moral de cunho homofóbico, declarou a rescisão indireta do contrato de trabalho e condenou a reclamada ao pagamento de verbas rescisórias e indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00, julgando improcedente, contudo, o pleito de desvio de função. A reclamada busca a improcedência total dos pedidos, enquanto o reclamante pleiteia a majoração da indenização e o reconhecimento do desvio de função. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 questões centrais em discussão: (i) definir se a comprovação de assédio moral decorrente de discriminação por orientação sexual, praticado por preposto e tolerado pela empresa, configura falta grave apta a justificar a rescisão indireta do contrato de trabalho; (ii) estabelecer se o valor arbitrado a título de danos morais atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade; e (iii) determinar a solução da controvérsia sobre o desvio de função diante de um quadro de prova testemunhal dividida. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A responsabilidade do empregador emerge tanto pela conduta de seus prepostos (art. 932, III, do Código Civil) quanto por sua própria omissão em garantir um meio ambiente de trabalho hígido e livre de discriminação. 4. A

prática de assédio moral de cunho homofóbico, por atentar contra a dignidade da pessoa humana e violar deveres basilares do contrato, constitui falta grave patronal, nos termos do art. 483, "d" e "e", da CLT, autorizando a rescisão indireta. 5. A fixação do valor da indenização por danos morais deve observar os critérios do art. 223-G da CLT, pautando-se pela razoabilidade e proporcionalidade, de modo que não se justifica a intervenção do Tribunal quando o montante arbitrado não se revela irrisório ou exorbitante. 6. Diante da prova oral dividida sobre fato constitutivo do direito, a lide deve ser decidida em desfavor da parte que detinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu, nos termos do art. 818, I, da CLT. 7. A manutenção da condenação principal implica a manutenção da responsabilidade da parte vencida pelo pagamento dos honorários de sucumbência, nos termos do art. 791-A da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recursos Ordinários não providos. Tese de julgamento: 1. O assédio moral de cunho homofóbico, comprovado nos autos, configura falta grave do empregador que torna insustentável a manutenção do vínculo e autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho. 2. Mantém-se o valor da indenização por danos morais quando arbitrado em conformidade com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, atendendo ao seu caráter pedagógico e compensatório. 3. Em caso de prova testemunhal dividida, a controvérsia sobre o fato constitutivo do direito resolve-se em prejuízo de quem detinha o ônus da prova, nos termos do art. 818, I, da CLT. 4. Negado provimento ao recurso principal, a condenação ao pagamento dos honorários de sucumbência é consectário lógico e deve ser mantida.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 223-G, 483 ("d" e "e") e 818, I; Código Civil, art. 932, III.

Processo: 0000869-67.2025.5.07.0033 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. DISPENSA POR JUSTA CAUSA. DESÍDIA. ATESTADO MÉDICO. ENTREGA VIA APLICATIVO DE MENSAGENS (WHATSAPP). VALIDADE. REVERSÃO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. CIPA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. REDUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela Reclamada em face de sentença que reverteu a dispensa por justa causa de empregado membro da CIPA, condenando a empresa ao pagamento de indenização substitutiva do período estabilitário, verbas rescisórias e honorários advocatícios no percentual

de 15%. A recorrente busca o reconhecimento da validade da justa causa para afastar as condenações e, subsidiariamente, a redução da verba honorária. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 (duas) questões em discussão: (i) definir se a entrega de atestado médico via WhatsApp, para justificar a falta que culminou na dispensa por justa causa, é válida para afastar a alegação de desídia, mesmo havendo previsão em CCT sobre o prazo de entrega; e (ii) analisar se o percentual de 15% fixado a título de honorários advocatícios de sucumbência é proporcional à complexidade e ao trabalho desenvolvido na causa. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A norma coletiva que estipula prazo para entrega de atestado médico, sem vedar expressamente a forma eletrônica, deve ser interpretada de maneira teleológica e razoável, em conformidade com o princípio da proteção ao trabalhador e o direito fundamental à saúde. 4. A apresentação de atestado médico por meio eletrônico usual (WhatsApp) dentro do prazo convencional atende à finalidade da norma, tornando a falta justificada e, por conseguinte, desproporcional a aplicação da justa causa fundamentada nesta ausência, ainda que haja histórico de sanções disciplinares. 5. A fixação de honorários advocatícios no patamar máximo de 15% é reservada causas de excepcional complexidade jurídica e fática. Em demandas de relevância, mas sem tal excepcionalidade, a fixação em percentual médio (10%) atende melhor aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, conforme os critérios do art. 791-A, § 2º, da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento:A entrega de atestado médico por meio de aplicativo de mensagens (WhatsApp) é válida para justificar a ausência do empregado quando a norma coletiva, ao estipular o prazo para apresentação, não veda expressamente o meio eletrônico.Uma vez justificada a falta que motivou a dispensa, a aplicação da penalidade máxima de justa causa por desídia, ainda que existente histórico de punições anteriores, revela-se desproporcional. Reduz-se o percentual de honorários advocatícios sucumbenciais fixado no patamar máximo quando a causa, embora de mérito procedente, não apresenta complexidade jurídica ou fática excepcional que o justifique, aplicando-se percentual médio em observância à razoabilidade.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 165, 482, "e", e 791-A, § 2º. ADCT, art. 10, II, "a".

Processo: 0000797-07.2024.5.07.0004 **Julg.: 28/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO CONCAUSAL. RECOLHIMENTO DE FGTS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA. RECURSO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por instituição financeira em face de sentença que, reconhecendo o nexo concausal entre a patologia psiquiátrica do empregado (transtorno afetivo bipolar) e o ambiente de trabalho, condenou-a ao recolhimento dos depósitos de FGTS durante os períodos de afastamento para gozo de auxílio-doença comum (espécie B31). II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO. 2. Há 3 questões em discussão: (i) definir se o reconhecimento judicial do nexo concausal, em oposição à classificação do benefício como "não acidentário" pelo INSS, gera a obrigação de recolher o FGTS durante o afastamento; (ii) estabelecer a legalidade da condenação em honorários de sucumbência em ação ajuizada após a Lei 13.467/2017; e (iii) determinar se a declaração de hipossuficiência é suficiente para a concessão da justiça gratuita. III. RAZÕES DE DECIDIR . 3. A competência da Justiça do Trabalho para declarar a natureza ocupacional de uma doença, ainda que de forma incidental e contrária à classificação do INSS, legitima a condenação ao recolhimento do FGTS, pois a doença com nexo concausal reconhecido equipara-se a acidente de trabalho, nos termos do art. 21 da Lei nº 8.213/91, atraindo a aplicação do art. 15, § 5º, da Lei nº 8.036/90. 4. O ajuizamento da ação na vigência da Lei nº 13.467/2017 torna aplicável o art. 791-A da CLT, sendo devidos os honorários advocatícios pela mera sucumbência, restando superado o entendimento da Súmula 219 do TST. O percentual de 10% mostra-se razoável e adequado à complexidade da causa. 5. A simples declaração de pobreza firmada por pessoa natural é considerada meio de prova da hipossuficiência (art. 99, § 3º, do CPC; Súmula nº 463, I, do TST), atendendo à exigência de comprovação do art. 790, § 4º, da CLT. Na ausência de contraprova que demonstre a capacidade financeira da parte para litigar onerosamente, a manutenção do benefício da justiça gratuita é medida que se impõe. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Teses de julgamento:O reconhecimento judicial do nexo de concausalidade entre a doença do empregado e o trabalho torna obrigatório o recolhimento dos depósitos do FGTS durante o período de afastamento, ainda que o benefício previdenciário tenha sido concedido na modalidade "comum" (espécie B31) pelo INSS.Nas ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, a condenação em honorários advocatícios decorre da sucumbência, não mais se exigindo a assistência sindical.A declaração de hipossuficiência firmada pelo empregado constitui meio de prova apto a atender a exigência de comprovação da insuficiência de recursos (art. 790, § 4º, da CLT), incumbindo à parte contrária o ônus de desconstituir a presunção de veracidade que dela emana.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 790, § § 3º e 4º, e 791-A; Lei nº 8.036/90, art. 15, § 5º; Lei nº 8.213/91, arts. 20 e 21; CPC, art. 99, § 3º. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 463, I.

Processo: 0001202-49.2024.5.07.0002 **Julg.: 28/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ESTABILIDADE GESTANTE. CONCEPÇÃO NO CURSO DO CONTRATO. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. FISCALIZAÇÃO COMPROVADA. RECURSO DA RECLAMADA PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO DA RECLAMANTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos pela Reclamante e pela primeira Reclamada (empresa prestadora de serviços) contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos. A Reclamante busca a reforma da decisão para reconhecer a estabilidade gestante, a condenação em danos morais pelo cancelamento do plano de saúde e atrasos salariais e de FGTS, a aplicação das multas dos arts. 467 e 477 da CLT, a responsabilização subsidiária da União e a majoração dos honorários. A Reclamada, por sua vez, busca o reconhecimento do abandono de emprego, sustentando ter havido pedido tácito de demissão. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 5 questões em discussão: (i) definir se a concepção ocorrida durante a vigência do contrato de trabalho, ainda que confirmada após a dispensa, assegura o direito à estabilidade provisória da gestante; (ii) estabelecer se o cancelamento do plano de saúde da empregada gestante, com a manutenção dos descontos em folha, além da mora salarial e dos recolhimentos de FGTS, configuram dano moral passível de indenização; (iii) analisar a responsabilidade subsidiária da Administração Pública (União) quando comprovada nos autos a fiscalização efetiva do contrato de trabalho; (iv) determinar a incidência das multas dos artigos 467 e 477 da CLT em face de empresa em recuperação judicial; (v) aferir a adequação do percentual fixado a título de honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O direito à estabilidade provisória da gestante é de natureza objetiva, e seu marco inicial é a concepção no curso do contrato de trabalho, sendo irrelevante o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador ou pela própria empregada no momento da dispensa, conforme entendimento consolidado na Súmula 244, I, do TST. 4. O cancelamento do plano de saúde da trabalhadora, com a manutenção dos respectivos descontos salariais, além da mora salarial e do FGTS, especialmente durante o período gestacional, configura ato ilícito que ultrapassa o mero dissabor e atenta contra a dignidade da pessoa humana, caracterizando o dano moral in re ipsa, passível de reparação. 5. A responsabilidade subsidiária da Administração Pública é afastada quando o ente público comprova nos autos a efetiva fiscalização do contrato de prestação de serviços, com a adoção de medidas concretas para sanar a inadimplência da empresa

contratada, o que elide a configuração da culpa *in vigilando*, em conformidade com o decidido pelo STF (ADC 16 e Tema 246). 6. A empresa em recuperação judicial sujeita-se à incidência das multas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT, uma vez que a isenção prevista na Súmula 388 do TST é benefício restrito à massa falida. 7. O zelo e a combatividade do patrono, demonstrados pela reversão de decisões desfavoráveis em sede recursal em matérias de alta complexidade, justificam a majoração dos honorários de sucumbência para o patamar máximo previsto no art. 791-A da CLT. 8. Não se conhece de ponto do recurso por falta de interesse recursal quando a decisão recorrida já concedeu à parte o que ela pleiteia no apelo. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso Ordinário da Reclamada parcialmente conhecido e, na parte conhecida, não provido. Recurso Ordinário da Reclamante conhecido e parcialmente provido.Tese de julgamento:A garantia provisória de emprego da gestante tem como marco inicial a concepção ocorrida na vigência do contrato de trabalho, sendo a responsabilidade do empregador objetiva e irrelevante a data da ciência do estado gravídico.Configura dano moral in re ipsa o cancelamento do plano de saúde de empregada gestante, com manutenção dos descontos salariais, além da mora salarial e dos recolhimentos de FGTS, por violar a dignidade da trabalhadora e a boa-fé objetiva.A comprovação, pelo ente público tomador, de fiscalização efetiva do contrato de trabalho afasta sua responsabilidade subsidiária por verbas trabalhistas, por elidir a culpa *in vigilando*.A empresa em recuperação judicial não se isenta do pagamento das multas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT.Dispositivos relevantes citados: ADCT, art. 10, II, "b"; CLT, arts. 467, 477, § 8º, 483, "d", e 791-A; Código Civil, arts. 186 e 927; Lei nº 14.133/2021. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmulas nº 244 e 388; STF, ADC 16, Temas 246 e 1.118 de Repercussão Geral.

Processo: 0000836-62.2024.5.07.0017 **Julg.: 05/09/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS E ADESIVOS. ACIDENTE DE TRABALHO FATAL. TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO. JUSTIÇA GRATUITA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. LEGITIMIDADE PASSIVA. NULIDADE DO LAUDO PERICIAL. CULPA CONCORRENTE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. PARCIAL PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME Recursos ordinários interpostos por OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra do Porto Organizado de Fortaleza, Companhia Docas do Ceará e reclamantes, além de recurso adesivo da empresa Brandão Filhos Fortship Agência Marítima Ltda., contra sentença que reconheceu a responsabilidade solidária das reclamadas e as condenou ao pagamento de indenização por danos morais em decorrência de acidente de trabalho fatal envolvendo trabalhador portuário avulso. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há oito questões em discussão: (i) definir se é cabível o deferimento da justiça gratuita mediante simples declaração de hipossuficiência; (ii) estabelecer a competência da Justiça do Trabalho para julgar demandas indenizatórias decorrentes de acidente de trabalho envolvendo trabalhador avulso; (iii) determinar a legitimidade passiva da Companhia Docas do Ceará; (iv) analisar a validade do laudo pericial; (v) verificar se o acidente decorreu de culpa exclusiva da vítima ou de culpa concorrente; (vi) examinar a responsabilidade solidária do OGMO; (vii) avaliar o *quantum* indenizatório fixado; (viii) definir o critério de atualização monetária e juros aplicáveis aos créditos reconhecidos. III. RAZÕES DE DECIDIR A concessão da justiça gratuita funda-se na presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, nos termos da Súmula nº 463, I, do TST, competindo à parte contrária o ônus de infirmá-la mediante prova concreta, o que não ocorreu.A competência da Justiça do Trabalho alcança, após a EC nº 45/2004, todas as controvérsias decorrentes da relação de trabalho em sentido amplo, abrangendo os trabalhadores portuários avulsos, conforme art. 114, VI, da CF/1988.A legitimidade passiva *ad causam* é aferida em abstrato, a partir das alegações iniciais; a Companhia Docas do Ceará, enquanto administradora e beneficiária das operações portuárias, ostenta pertinência subjetiva para integrar o polo passivo.O laudo pericial atende aos requisitos do art. 473 do CPC, sendo incabível a declaração de nulidade por mera inconformidade com as conclusões técnicas, ausente demonstração de efetivo prejuízo processual (CLT, art. 794).A prova técnica e testemunhal revela a existência de culpa concorrente, pois, embora a vítima tenha agido de modo imprudente, as reclamadas concorreram com omissões no dever de vigilância e de prevenção, ao tolerarem práticas de risco e manterem ambiente inseguro, atraindo a incidência do art. 945 do Código Civil.O OGMO responde solidariamente pelos danos decorrentes de acidente de trabalho, conforme art. 33, § 2º, da Lei nº 12.815/2013, e item 29.1. 4.1 da NR-29, que lhe impõem o dever de garantir condições adequadas de segurança e saúde no trabalho portuário.O valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), arbitrado a título de danos morais, mostra-se proporcional e razoável diante da gravidade do dano (morte), da culpa concorrente e da capacidade econômica das partes, cumprindo as funções compensatória e pedagógica previstas no art. 223-G da CLT.Majora-se, todavia, o percentual dos honorários advocatícios para 15% sobre o valor da

condenação, em observância à complexidade da causa e ao trabalho desenvolvido. Os juros e a correção monetária devem observar a sistemática trifásica fixada à luz das ADCs 58 e 59 (STF, Tema 1191) e da Lei nº 14.905/2024, distinguindo-se a fase pré-judicial (IPCA-E + TR), fase judicial até 29/08/2024 (Taxa SELIC) e fase posterior (IPCA + taxa legal correspondente à diferença entre SELIC e IPCA), observando-se, quanto aos danos morais, a Súmula nº 439 do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE Recursos ordinários e adesivo conhecidos; negado provimento aos recursos das reclamadas e dos reclamantes quanto à indenização; dado parcial provimento para majorar honorários advocatícios para 15% e adequar, de ofício, a atualização monetária e juros.Tese de julgamento:A simples declaração de hipossuficiência é suficiente para a concessão da justiça gratuita, salvo prova em contrário.A Justiça do Trabalho é competente para julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente de trabalho de trabalhador portuário avulso.A Companhia Docas do Ceará possui legitimidade passiva nas demandas relativas a acidente ocorrido em área portuária sob sua administração.A nulidade de laudo pericial exige demonstração de efetivo prejuízo processual.Configurada a culpa concorrente entre a vítima e as reclamadas, subsiste o dever de indenizar.O OGMO responde solidariamente com os operadores portuários pelos danos oriundos de acidente de trabalho (Lei nº 12.815/2013, art. 33, § 2º).O *quantum* indenizatório deve observar os critérios do art. 223-G da CLT, considerando a culpa concorrente.A atualização monetária e os juros aplicam-se conforme o regime trifásico estabelecido nas ADCs 58 e 59 e na Lei nº 14.905/2024.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 114, VI; CLT, arts. 223-G e 794; CPC/2015, arts. 105, 473 e 480; CC, arts. 389, 406 e 945; Lei nº 12.815/2013, art. 33, § 2º; NR-29, item 29.1. 4.1; Lei nº 8.177/1991, art. 39, *caput*; Lei nº 14.905/2024. Jurisprudência relevante citada: STF, ADCs nº 58 e 59 (Tema 1191); TST, Súmulas nº 439 e 463, I.

Processo: 0000319-18.2023.5.07.0009 **Julg.: 07/11/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. FGTS. DEPÓSITO EM CONTA NÃO INDIVIDUALIZADA. ÔNUS DA PROVA. FAZENDA PÚBLICA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 113/2021. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pelo Município em face de sentença que o condenou a efetuar os depósitos do FGTS de empregado

e ao pagamento de honorários de sucumbência. O recorrente pleiteia a suspensão do processo até a apuração de depósitos supostamente realizados em conta única não individualizada, a aplicação da Taxa Referencial (TR) para correção monetária e a exclusão da condenação em honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 (três) questões em discussão: (i) definir se o depósito do FGTS em conta única não individualizada pelo empregador público cumpre a obrigação legal e se a pendência de apuração administrativa justifica a suspensão do processo; (ii) estabelecer o critério de atualização monetária e juros de mora aplicável às condenações impostas à Fazenda Pública na Justiça do Trabalho, considerando o advento da Emenda Constitucional nº 113/2021; e (iii) determinar se são devidos honorários de sucumbência nas ações trabalhistas ajuizadas contra a Fazenda Pública após a Lei nº 13.467/2017. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A obrigação legal do empregador consiste em depositar o FGTS em conta vinculada e individualizada em nome do trabalhador, de modo que o recolhimento em "conta conjunta" ou "guarda-chuva" configura descumprimento contratual e legal. 4. O ônus de comprovar a regularidade e a individualização dos depósitos do FGTS é do empregador, não podendo dificuldades administrativas internas ou junto a instituições financeiras serem opostas ao direito do empregado à efetiva e célere prestação jurisdicionaL. 5. As condenações impostas à Fazenda Pública possuem regramento específico para atualização monetária e juros, sendo inaplicável a tese geral fixada pelo STF nas ADCs nº 58 e 59. 6. A Emenda Constitucional nº 113/2021 estabelece que, a partir de 09 de dezembro de 2021, a atualização dos débitos da Fazenda Pública, de qualquer natureza, se dará pela incidência, uma única vez, da taxa SELIC, que engloba correção e juros. Para o período anterior, aplica-se o IPCA-E acrescido dos juros da caderneta de poupança. 7. O art. 791-A da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, instituiu o princípio da sucumbência na Justiça do Trabalho, prevendo expressamente a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, superando o entendimento consolidado nas Súmulas nº 219 e 329 do TST. 8. A vedação ao fracionamento da execução de honorários para pagamento via Requisição de Pequeno Valor (RPV), fixada pelo STF no Tema 1142, restringe-se às ações coletivas, não se aplicando às ações individuais. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento:O depósito do FGTS em conta coletiva não individualizada equivale ao inadimplemento da obrigação, cabendo ao empregador o ônus de provar a regularidade dos recolhimentos individualizados em nome do trabalhador.A atualização dos débitos trabalhistas da Fazenda Pública segue a sistemática do IPCA-E e juros da poupança até 08/12/2021 e, a partir de 09/12/2021, exclusivamente a taxa SELIC, por força do art. 3º da Emenda Constitucional nº 113/2021.É devida a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios

sucumbenciais nas reclamações trabalhistas ajuizadas após a vigência da Lei nº 13.467/2017, nos termos do art. 791-A da CLT.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LXXVIII, e art. 100, § 8º; CLT, art. 791-A; Lei nº 8.036/90, art. 15; Lei nº 9.494/97, art. 1º-F; EC nº 113/2021, art. 3º. Jurisprudência relevante citada: STF, ADCs nº 58 e 59; STF, ADIs nº 5867 e 6021; STF, RE nº 870.947 (Tema 810 de Repercussão Geral); STF, Tema 1142 de Repercussão Geral; TST, Súmulas nº 219, 329 e 461.

Processo: 0000873-92.2025.5.07.003 **Julg.: 01/12/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
3ª Turma

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. INÉPCIA DA INICIAL. HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. ASSÉDIO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. TERCEIRIZAÇÃO. VÍNCULO DE EMPREGO. ENQUADRAMENTO SINDICAL. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos pelas Reclamadas e pelo Reclamante em face de sentença que julgou parcialmente procedente a ação. As Reclamadas buscam afastar as condenações por horas extras e danos morais, bem como a responsabilidade solidária. O Reclamante postula o reconhecimento de vínculo direto com o banco tomador, o enquadramento como bancário, a majoração da indenização por danos morais, o reconhecimento da natureza salarial de parcela variável e a reforma de outros pontos da condenação. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 7 questões em discussão: (i) definir se a indicação de valores estimados na inicial atende ao requisito do art. 840, § 1º, da CLT; (ii) estabelecer se o trabalho externo do reclamante era passível de controle de jornada; (iii) determinar se as cobranças de metas configuraram assédio moral e se o valor da indenização é adequado; (iv) aferir a existência de responsabilidade solidária entre as empresas do grupo econômico; (v) decidir sobre a licitude da terceirização e a possibilidade de reconhecimento de vínculo com o tomador e o enquadramento sindical correspondente; (vi) definir a natureza jurídica da parcela "Sistema de Remuneração Variável" (SRV); (vii) estabelecer o prazo de suspensão de exigibilidade dos honorários de sucumbência devidos por beneficiário da justiça gratuita. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A indicação de valores estimados na petição inicial, conforme exigido pelo art. 840, § 1º, da CLT, cumpre o requisito legal, não implicando em limitação do valor a ser apurado em liquidação, em observância ao princípio do acesso à Justiça. 4.

A existência de controle de jornada, ainda que por meios telemáticos e indiretos (reuniões, ligações, aplicativos de mensagens), afasta a aplicação da exceção do art. 62, I, da CLT, sendo devidas as horas extras laboradas além da jornada legaL. 5. A cobrança de metas com exposição vexatória do empregado em rankings e ameaças de demissão configura assédio moral e extrapola o poder diretivo do empregador. O valor da indenização deve ser arbitrado considerando o porte econômico do ofensor e o caráter pedagógico da medida. 6. A configuração de grupo econômico por coordenação, com interesse integrado e atuação conjunta, acarreta a responsabilidade solidária das empresas, nos termos do art. 2º, § § 2º e 3º, da CLT. 7. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, conforme entendimento vinculante do STF (ADPF 324). A ausência de prova de subordinação jurídica direta ao tomador de serviços impede o reconhecimento de vínculo empregatício e o consequente enquadramento em categoria profissional diversa daquela para a qual o empregado foi contratado. 8. A parcela variável paga com habitualidade como contraprestação pelo atingimento de metas de produção, sem caráter de desempenho extraordinário, possui natureza salarial, integrando a remuneração para todos os efeitos legais. A ausência de documentos pelo empregador sobre os critérios de apuração autoriza o deferimento de diferenças com base na média dos pagamentos anteriores. 9. A condenação do beneficiário da justiça gratuita em honorários de sucumbência permanece hígida, mas a sua exigibilidade fica suspensa pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme regramento específico do art. 791-A, § 4º, da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Recursos Ordinários conhecidos e, no mérito, parcialmente providos.Tese de julgamento:A indicação de valores por estimativa na petição inicial atende ao disposto no art. 840, § 1º, da CLT, sem limitar o montante a ser apurado em fase de liquidação.Comprovado o controle, direto ou indireto, sobre a jornada do trabalhador externo, são devidas as horas extraordinárias.A cobrança abusiva de metas, com exposição vexatória, configura assédio moral indenizável, cujo valor deve ser majorado para R$ 10.000,00, atendendo ao porte econômico do ofensor e ao caráter pedagógico-punitivo da sanção.A parcela variável (SRV), paga de forma habitual em razão da produtividade, ostenta natureza salarial, sendo devidas as diferenças decorrentes de sua apuração incorreta.Mantém-se a condenação do beneficiário da justiça gratuita em honorários sucumbenciais, mas com exigibilidade suspensa pelo prazo de 2 anos, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, XXXV e LXXIV. CLT, arts. 2º, § § 2º e 3º, 62, I, 457, § § 2º e 4º, 791-A, § 4º, e 840, § 1º. TST, Súmula nº 463, I. Jurisprudência relevante citada: STF, ADPF 324 e ADI 5.766.

Processo: 0000591-84.2024.5.07.0006 **Julg.: 03/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. JORNADA DE TRABALHO 12X36. HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PROVA PERICIAL. HONORÁRIOS

ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela reclamante em face de sentença que julgou improcedentes seus pedidos de horas extras decorrentes da invalidade da jornada 12x36, adicional de insalubridade em grau máximo e majoração dos honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 (três) questões em discussão: (i) definir se a ausência de prova robusta da jornada extraordinária, cujo ônus competia à reclamante, obsta o deferimento do pedido de horas extras; (ii) estabelecer se a conclusão de laudo pericial específico, que afasta a existência de agentes insalubres, prevalece sobre tese firmada em precedente vinculante (IAC) para fins de concessão do respectivo adicional; e (iii) determinar se o percentual de 10% fixado a título de honorários advocatícios se mostra razoável e proporcional. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Compete à parte reclamante o ônus de comprovar o fato constitutivo de seu direito, qual seja, a prestação de labor extraordinário, notadamente quando a parte reclamada não possui obrigação legal de manter registros de ponto e a prova oral se mostra frágil. 4. A prova pericial é o meio técnico-legalmente previsto para a caracterização da insalubridade (art. 195 da CLT), de modo que a conclusão do laudo, produzido especificamente para o caso concreto e não desconstituído por outros meios, prevalece para a solução da controvérsia. 5. A fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais no percentual de 10% atende aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade previstos no art. 791-A, § 2º, da CLT, remunerando adequadamente o trabalho do patrono, considerando a complexidade da causa. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido. Tese de julgamento: 1. A ausência de prova robusta e convincente acerca da prestação de horas extras, cujo ônus probatório recai sobre a reclamante, impõe a improcedência do pedido correspondente. 2. Prevalece a conclusão do laudo pericial que afasta as condições insalubres no ambiente de trabalho, ainda que existente precedente vinculante em sentido diverso, quando a prova técnica é específica para o caso concreto e não foi invalidada. 3. O arbitramento de honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação é considerado razoável e proporcional quando se alinha à complexidade da causa e ao trabalho desenvolvido pelo advogado.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 74, § 2º, 195, 791-A, e 818. CF/1988, art. 93, IX. Jurisprudência relevante citada: TRT7, IAC nº 0080473-55.2020.5.07.0000.

Processo: Processo: 0000918-30.2023.5.07.0017 **Julg.: 13/12/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. MUDANÇA DE REGIME JURÍDICO. CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. DANO MORAL. BLOQUEIO DE CONTA DO FGTS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos pelo(a) reclamante e pelo Município reclamado em face de sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos decorrentes da transmudação do regime celetista para o estatutário. O(A) reclamante busca a condenação do ente público ao pagamento de indenização por danos morais, em razão do bloqueio de sua conta do FGTS e que, se apurem os honorários de sucumbência com base no valor atualizado da causa. O Município, por sua vez, pleiteia a exclusão de sua condenação em honorários e a condenação da parte autora ao pagamento da verba, em virtude da sucumbência recíproca. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 questões em discussão: (i) definir se a solicitação do Município à Caixa Econômica Federal para devolução de valores do FGTS, depositados indevidamente após a mudança de regime, configura ato ilícito passível de indenização por dano moral; (ii) estabelecer se a condenação a uma obrigação de fazer sem conteúdo patrimonial direto, como a anotação de baixa na CTPS, enseja o pagamento de honorários de sucumbência; e (iii) determinar se é cabível a condenação do(a) reclamante, beneficiário(a) da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios em razão da sucumbência recíproca. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A solicitação de devolução de valores do FGTS indevidamente depositados após a mudança de regime jurídico constitui exercício regular de um direito pelo Município, não configurando ato ilícito. 4. Para a caracterização do dano moral, é necessária a comprovação do ato ilícito, do dano e do nexo de causalidade, não sendo o mero bloqueio de valores, por si só, um dano moral presumido (in re ipsa), especialmente sem prova de que o(a) trabalhador(a) tenha sido impedida de realizar saques legalmente previstos. 5. A gestão e operacionalização das contas do FGTS são de responsabilidade exclusiva da Caixa Econômica Federal, conforme os arts. 4º e 7º da Lei nº 8.036/1990, o que rompe o nexo de causalidade entre a conduta do Município e eventuais prejuízos decorrentes do bloqueio da conta. 6. A omissão do Município em promover a correta anotação de baixa na CTPS do(a) trabalhador(a) deu causa ao ajuizamento da ação, devendo ele arcar com os ônus processuais decorrentes, em observância ao princípio da causalidade. 7. A condenação a uma obrigação de fazer, como a anotação da baixa na CTPS, gera um proveito econômico inquestionável ao(à) trabalhador(a), o que justifica a condenação ao pagamento de honorários advo-

catícios, nos termos do art. 791-A da CLT. 8. Quando a condenação não possui valor econômico mensurável, a base de cálculo dos honorários de sucumbência é o valor atualizado da causa. 9. A procedência parcial dos pedidos caracteriza a sucumbência recíproca, impondo-se a condenação da parte autora ao pagamento de honorários sobre o valor dos pedidos em que foi vencida, conforme o § 3º do art. 791-A da CLT. 10. A exigibilidade dos honorários devidos pelo beneficiário da justiça gratuita fica sob condição suspensiva, nos termos do § 4º do art. 791-A da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Recursos parcialmente providos.Tese de julgamento: 1. A solicitação de um ente público à Caixa Econômica Federal para a devolução de valores de FGTS depositados após a transmutação de regime para estatutário configura exercício regular de direito e não enseja, por si só, a obrigação de indenizar por danos morais. 2. A condenação em obrigação de fazer que gera proveito econômico à parte, como a anotação de baixa na CTPS, justifica a imposição de honorários de sucumbência com base no art. 791-A da CLT. 3. Inexistindo proveito econômico mensurável na condenação, a base de cálculo dos honorários de sucumbência deve ser o valor atualizado da causa, nos termos da parte final do art. 791-A da CLT. 4. A procedência parcial da ação trabalhista caracteriza a sucumbência recíproca, implicando a condenação do reclamante, ainda que beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sobre a parte dos pedidos julgada improcedente, cuja exigibilidade permanecerá suspensa na forma da lei.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 791-A, § § 3º e 4º. Lei nº 8.036/1990, arts. 4º e 7º. Lei Municipal nº 665/2018.

Processo: 0002356-67.2023.5.07.0025 **Julg.: 05/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DIARISTA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREVALÊNCIA DA PROVA ORAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela Reclamante contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e verbas correlatas, incluindo estabilidade gestante. A recorrente busca, ainda, a reforma da decisão para afastar sua condenação ao pagamento de

honorários de sucumbência. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 questões em discussão: (i) definir se a prova oral, que demonstrou a autonomia da prestação de serviços, prevalece sobre a prova documental para afastar a caracterização do vínculo de emprego, notadamente os requisitos de não eventualidade e subordinação; (ii) estabelecer se a condenação de beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, com exigibilidade suspensa, deve ser mantida, em face do decidido pelo STF na ADI 5766. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Para a configuração da relação de emprego, é necessária a presença cumulativa dos requisitos do art. 3º da CLT, sendo a subordinação jurídica o elemento distintivo principal. 4. Em respeito ao princípio da imediatidade, confere-se especial valor à prova oral colhida pelo juízo de primeira instância, que, ao atestar a possibilidade de a Reclamante recusar o trabalho sem sofrer qualquer penalidade, demonstra a ausência de subordinação e o caráter eventual e autônomo da prestação de serviços, típico do contrato de diarista. 5. Provas documentais, como mensagens de texto, quando isoladas e contrapostas a uma prova testemunhal robusta e coerente, não são suficientes para, por si sós, comprovarem a existência de vínculo empregatício. 6. A decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 5766 é vinculante e estabeleceu a constitucionalidade da condenação do beneficiário da justiça gratuita em honorários de sucumbência, desde que observada a condição suspensiva de exigibilidade prevista no art. 791-A, § 4º, da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento:A prova testemunhal que confirma a prestação de serviços de limpeza de forma eventual, com pagamento por diária e a possibilidade de recusa ao chamado sem qualquer penalidade, prevalece sobre a prova documental que não demonstra claramente a subordinação, afastando-se o reconhecimento do vínculo de emprego por ausência dos requisitos do art. 3º da CLT.É mantida a condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais quando a decisão recorrida aplica corretamente a condição suspensiva de exigibilidade, em estrita observância ao precedente vinculante firmado pelo STF na ADI 5766.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 3º e 791-A, § 4º. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI nº 5766.

Processo: 0001138-12.2025.5.07.0032 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO DE EMPREGO. COOPERATIVA. FRAUDE. DIALETICIDADE RECURSAL. SÚMULA Nº 422 DO

TST. CATEGORIA DIFERENCIADA. RECURSO DO MUNICÍPIO NÃO CONHECIDO E RECURSO DA RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos pela reclamante e pelo Município de Acopiara em face de Sentença que reconheceu o vínculo de emprego com a COOPERVIDA e condenou os reclamados solidariamente ao pagamento de verbas trabalhistas. A reclamante pleiteia a aplicação de normas coletivas e o pagamento das penalidades dos artigos 467 e 477 da CLT. O Município argui sua ilegitimidade passiva e busca afastar a responsabilidade que lhe foi imposta. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 (três) questões em discussão: (i) definir se o recurso ordinário do ente público, cujas razões estão dissociadas dos fundamentos da sentença, atende ao requisito da dialeticidade recursal (Súmula nº 422 do TST); (ii) analisar se as normas coletivas firmadas por sindicato de categoria genérica são aplicáveis a empregada integrante de categoria profissional diferenciada; e (iii) aferir a incidência das penalidades multas dos artigos 467 e 477 da CLT quando o vínculo de emprego é reconhecido em juízo e a empregadora principal é revel. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O recurso com motivação inteiramente dissociada dos fundamentos da sentença não atende ao pressuposto da dialeticidade, o que impede seu conhecimento, nos termos da Súmula nº 422, III, do TST. 4. O enquadramento sindical de empregada integrante de categoria profissional diferenciada, como a Técnica de Enfermagem, rege-se por estatuto profissional próprio, não se lhe aplicando as normas coletivas da categoria correspondente à atividade preponderante da empregadora. 5. A revelia da empregadora e a ausência de controvérsia fundada sobre a existência do vínculo de emprego tornam devida a penalidade do artigo 467 da CLT. Já a multa do artigo 477, § 8º, da CLT, é devida ante o inadimplemento das verbas rescisórias, sem que a mora tenha decorrido de culpa da trabalhadora, ainda que o vínculo empregatício seja reconhecido apenas em juízo, conforme a jurisprudência vinculante do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso do Município não conhecido e recurso da reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento:Não se conhece do recurso ordinário cujas razões são inteiramente dissociadas dos fundamentos da sentença, por ausência de dialeticidade, conforme a exceção prevista na Súmula nº 422, III, do TST.O empregado integrante de categoria profissional diferenciada não faz jus aos benefícios previstos em normas coletivas firmadas por sindicato que não representa sua categoria específica.A revelia da empregadora, aliada à ausência de fundada controvérsia na contestação do segundo reclamado acerca das verbas rescisórias, enseja a aplicação da penalidade do artigo 467 da CLT.A multa do

artigo 477, § 8º, da CLT é devida em virtude do inadimplemento das verbas rescisórias, sem que a mora tenha decorrido de culpa da trabalhadora.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 467, 477, § 8º, e 511, § 3º; CPC, arts. 487, II, e 1.013, § 4º. Jurisprudência relevante citada: TST, súmula nº 422, III; IRR Tema nº 168; Ag-E-RR - 2157600-05.2007.5.09.0010.

Processo: 0000370-07.2025.5.07.0026 **Julg.: 15/10/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ORDINÁRIO. INTERVALO INTERJORNADA. IMPOSTO DE RENDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÕES SUPRIDAS. EMBARGOS DA RECLAMADA REJEITADOS. PROVIMENTO PARCIAL

I. CASO EM EXAME 1. Embargos de declaração opostos por empregado e empregadora contra acórdão que julgara parcialmente provido o recurso ordinário do reclamante e o recurso adesivo da reclamada. O trabalhador alegou omissões quanto à aplicação de orientações jurisprudenciais do TST (OJ 355, 400 e 348), ao art. 400 do CPC e à redução de honorários de sucumbência. A reclamada, por sua vez, alegou omissões quanto ao enquadramento em cargo de confiança (art. 62, II, CLT) e teletrabalho (art. 62, III, CLT). II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há múltiplas questões em discussão:(i) definir se houve omissão quanto ao reconhecimento do descumprimento do intervalo interjornada;(ii) examinar se deveria ser aplicada a OJ 400 da SDI-1 do TST para afastar a incidência de imposto de renda sobre juros de mora;(iii) esclarecer a aplicação da OJ 348 da SDI-1 do TST no cálculo de honorários advocatícios;(iv) avaliar o pedido de redução do percentual de honorários sucumbenciais;(v) analisar a alegada omissão quanto ao art. 62, II e III, da CLT em relação à configuração de cargo de confiança e ao teletrabalho. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Reconhece-se a omissão quanto ao intervalo interjornada, pois a participação obrigatória em um evento noturno mensal suprimiu 1h30 de intervalo interjornada, impondo-se condenação indenizatória nos termos do art. 66 da CLT e da OJ 355 da SDI-1 do TST. 4. Reconhece-se a omissão quanto ao imposto de renda, devendo ser observada a OJ 400 da SDI-1 do TST e a tese do STF no RE 855091/RS, que afastam a incidência sobre juros de mora. 5. Reconhece-se a omissão quanto aos honorários advocatícios, fixando-se que a base de cálculo é o valor da condenação apurado em liquidação, sem dedução de encargos fiscais e previdenciários, conforme OJ 348 da SDI-1 do TST. 6. Afasta-se a alegada omissão quanto ao art. 400

do CPC e à redução do percentual de honorários, pois o acórdão embargado já examinou fundamentadamente a matéria, inexistindo vício sanável por embargos. 7. Rejeitam-se os embargos da reclamada, pois o acórdão enfrentou de forma expressa a inaplicabilidade do art. 62, I e II, da CLT, diante da ausência de acréscimo remuneratório de 40% e da possibilidade de controle de jornada, ainda que em trabalho externo. IV. DISPOSITIVO8. Embargos de declaração do reclamante parcialmente providos. Embargos de declaração da reclamada rejeitados.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 93, IX; CLT, arts. 62, I, II e III; 66; 71, § 4º; 791-A; CPC/2015, arts. 373, 400, 1.022, 1.026; CC/2002, art. 404.

Processo: 0000879-57.2023.5.07.0009 **Julg.: 13/10/2025**
Rel. Desemb.: José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. AGRAVO DE PETIÇÃO DO EXEQUENTE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE JULGA IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS. EXCEPCIONAL ADMISSIBILIDADE POR ALEGADA CONTRARIEDADE AO TEMA 69 DO TST. NATUREZA SALARIAL DA FCT. INCIDÊNCIA SOBRE ATS.DAS REPERCUSSÕES DAS VERBAS REFLEXAS.DOS REFLEXOS DA FCT SOBRE GHA. PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo exequente contra a decisão que julgou parcialmente procedentes as impugnações aos cálculos apresentadas pelas partes, determinando a retificação da conta pericial. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há quatro questões em discussão: (i) definir a admissibilidade do agravo de petição interposto contra decisão interlocutória, diante da alegada contrariedade ao Tema 69 do TST; (ii) estabelecer se as diferenças da FCT devem refletir sobre ATS; (iii)verificar se o título executivo contempla, ou não, a incidência das horas extras, majoradas pela FCT, na base de cálculo das demais verbas trabalhistas de natureza salarial;(iv) determinar se a FCT deve incidir sobre a parcela GHA. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A exceção prevista na Súmula 214, alínea a, do TST, permite o conhecimento do agravo de petição quando há alegação de contrariedade a tese jurídica obrigatória, o que se verifica diante da invocação do Tema 69 do TST. 4. O Tema 69 do TST (TST-IRR-21900-13.2014.5.21.0012) fixa tese vinculante determinando que a FCT/FCA/GFE, paga de forma habitual e desvinculada de função de confiança, possui natureza salarial e integra a remuneração para todos os efeitos, inclusive para cálculo de adicionais por tempo de

serviço (ATS).5.A inclusão de reflexos das horas extras majoradas pela FCT sobre férias + 1/3, 13º salário, FGTS e demais verbas salariais não configura reflexos de reflexos, mas mero atendimento dos critérios legais de composição remuneratória. 6. A expressão "gratificações especiais", constante do acórdão, abrange a GHA, a qual, por sua própria natureza remuneratória e caráter de gratificação, deve receber os reflexos das diferenças de FCT. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Agravo de petição conhecido e provido.Dispositivo relevante citado: CLT, art. 893, § 1º. Jurisprudências relevantes citadas: TST, Súmula 214; Tema 69.

Processo: 0000604-27.2017.5.07.0007 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. HORAS EXTRAS. PROFESSORA. RECURSO ORDINÁRIO. NÃO PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pelo Município de Ubajara em face da sentença que julgou procedentes os pedidos de horas extras e reflexos, referentes ao período em que não foi respeitada a proporção entre horas de trabalho em sala de aula e horas em atividades extraclasse. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Há 3 questões em discussão: (i) definir se a petição inicial é inepta; (ii) estabelecer se é cabível a impugnação ao deferimento dos benefícios da justiça gratuita; (iii) determinar se o Município de Ubajara deve ser condenado ao pagamento de horas extras. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Rejeita-se a preliminar de inépcia, pois a inicial descreve, de forma clara, os fatos que embasam o pedido de horas extras. 4. Rejeita-se a preliminar de impugnação ao deferimento dos benefícios da justiça gratuita, pois o autor da ação é o sindicato e, não, a empregada substituída. 5. O trabalho dos professores deve ser composto por dois terços de atividades em sala de aula e um terço com atribuições extraclasse, nos termos da Lei nº 11.738/2008. 6. O Município de Ubajara não comprovou que a professora cumpria a jornada de trabalho dentro dos limites legais, pois não apresentou os cartões de ponto, conforme artigo 74, § 2º, da CLT, e nem outro meio de prova dos horários efetivamente laborados. 7. A sentença que condenou o Município de Ubajara ao pagamento de horas extras deve ser mantida. 8. A porcentagem de 15% a título de honorários advocatícios sucumbenciais é razoável e atende aos requisitos legais. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso não provido. Tese de julgamento:A petição inicial é apta quando descreve, de forma clara, os fatos que embasam o pedido.A impugnação ao benefício da justiça gratuita é incabível quando se refere à substituída processual e, não, ao sindicato autor da ação.É devido o pagamento de horas extras quando o Município não demonstra o cumprimento da jornada de

trabalho da professora dentro dos limites legais.A fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais em 15% sobre o valor da condenação é razoável, proporcional e atende aos requisitos legais.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 74, § 2º; Lei nº 11.738/2008, art. 2º, § 4º. Jurisprudência relevante citada: STF, Tema nº 958.

Processo: 0000419-39.2025.5.07.0029 **Julg.: 15/10/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. MANDADO DE SEGURANÇA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INDEFERIMENTO JUDICIAL COM TERATOLOGIA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. I. CASO EM EXAME

Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado por trabalhadora gestante, em face de decisão judicial proferida pelo Juízo da Vara do Trabalho de Tianguá que indeferiu tutela antecipada visando à sua imediata reintegração ao emprego. A impetrante alegou violação a direito líquido e certo, sustentando que a negativa da tutela compromete a efetividade da estabilidade provisória garantida à gestante. A liminar foi deferida em instância superior, determinando a reintegração até o fim da estabilidade. O Município de Croatá interpôs agravo regimental contra a decisão liminar, o qual foi desprovido. O Ministério Público do Trabalho opinou pela concessão da segurança. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar se houve ilegalidade ou abuso de poder no indeferimento judicial da tutela antecipada que visava à reintegração da impetrante ao emprego, durante o período de estabilidade gestacional. III. RAZÕES DE DECIDIR A autoridade judicial coatora incorre em ilegalidade quando, diante de prova préconstituída da gravidez da impetrante no momento da dispensa, indefere tutela de reintegração sem considerar a estabilidade constitucional da gestante. A jurisprudência consolidada reconhece a estabilidade da gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, sendo indevida a rescisão contratual sem justa causa durante esse período. A negativa da tutela, diante da demonstração do fumus boni iuris e do *periculum in mora*, configura error in judicando grave, apto a ensejar a concessão do mandado de segurança, sem caracterizar sucedâneo recursal. A licença-maternidade, iniciada em 02/01/2025, acarreta a suspensão do contrato de trabalho e impossibilita a dispensa nesse período, reforçando a relevância da medida liminar indeferida na origem. A prova documental demonstra o direito líquido e certo à tutela de urgência, pois a demora na concessão compromete a efetividade do direito material à estabilidade. IV. DISPOSITIVO E TESE Segurança concedida. Tese de julgamento: A estabilidade provisória da gestante, prevista no art. 10, II, "b", do ADCT, gera direito

líquido e certo à reintegração quando comprovada a gravidez no momento da dispensa, sendo ilegal o indeferimento de tutela de urgência que a assegure. O indeferimento judicial de tutela antecipada, diante de prova pré-constituída do direito invocado e da urgência da medida, configura ilegalidade passível de correção por mandado de segurança. O início da licença-maternidade suspende os efeitos do contrato de trabalho e impede a dispensa da empregada, reforçando a necessidade de reintegração imediata. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LXIX; ADCT, art. 10, II, "b"; Lei 12.016/2009, art. 1º; CPC, arts. 300 e 311; Lei 11.770/2008, art. 2º. Jurisprudência relevante citada: TRT 16ª Região, Acórdão 0016237-05.2017.5.16.0015, 2ª Turma, Rel. Des. James Magno Araújo Farias, j. 25.06.2019.

Processo: 0000030-44.2025.5.07.0000 **Julg.: 10/09/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Tribunal Pleno

DIREITO DO TRABALHO. PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO. DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO CONCAUSAL. ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA. ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela reclamante em face de sentença que julgou improcedentes os pedidos de reconhecimento de estabilidade acidentária e pré-aposentadoria. A recorrente pleiteia a reforma da decisão, sustentando a nulidade da dispensa por inaptidão, o nexo concausal entre sua doença psiquiátrica e o trabalho, e o preenchimento dos requisitos para a estabilidade pré-aposentadoria. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 questões em discussão: (i) definir se o estresse decorrente do ato da dispensa, e não da execução do trabalho, pode ser considerado concausa para fins de reconhecimento de doença ocupacional e da respectiva estabilidade acidentária (Súmula 378, II, TST); (ii) estabelecer se a inaptidão atestada em exame demissional, por doença não ocupacional e sem afastamento superior a 15 dias, invalida a dispensa; (iii) determinar se o empregado faz jus à estabilidade pré-aposentadoria quando não cumpre o requisito de tempo mínimo de serviço na empresa, previsto na norma coletiva. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O nexo de causalidade ou concausalidade que garante a estabilidade acidentária (Súmula 378, II, do TST) deve se referir à "execução do contrato de emprego", não se confundindo com o estresse gerado pelo ato da dispensa, que é o evento que encerra o contrato. 4. A dispensa de empregado com doença não ocupacional e sem gozo de benefício previdenciário é válida, ainda que o exame demissional ateste inaptidão, especialmente quando os afastamentos médicos foram inferiores a 15 dias e a extinção do contrato se deu ao término

do aviso prévio (Súmula 371 do TST).5. A estabilidade pré-aposentadoria prevista em norma coletiva é direito condicionado ao preenchimento de todos os requisitos nela estabelecidos, sendo indevida quando o empregado não possui o tempo mínimo de serviço na empresa exigido pela cláusula. 6. Afastado o nexo de causalidade entre a doença e o trabalho e reconhecida a validade da dispensa, não há ato ilícito a ensejar o dever de indenizar por danos morais. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento:8. O estresse gerado pelo ato da dispensa não se qualifica como concausa para fins de reconhecimento de doença ocupacional, pois não se relaciona à execução do contrato de trabalho, pressuposto para a estabilidade acidentária prevista na Súmula nº 378, II, do TST. 9. A dispensa de empregado portador de doença não ocupacional é lícita quando não há suspensão do contrato de trabalho por gozo de benefício previdenciário.10. Não faz jus à estabilidade pré-aposentadoria o empregado que não preenche o requisito de tempo mínimo de serviço na empresa, expressamente previsto na norma coletiva.Dispositivos relevantes citados:Lei nº 8.213/91, arts. 21, I, e 118; CLT, art. 168, II. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 371 e Súmula nº 378, II.

Processo: 0000793-86.2024.5.07.0030 **Julg.: 16/09/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. PROCESSO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. JUSTIÇA GRATUITA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DESERÇÃO

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos por empresa e Município em face de sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos de trabalhador, em reclamação trabalhista, ao pagamento de verbas rescisórias, FGTS, multa do art. 477 da CLT, indenização por danos morais e majoração do adicional de insalubridade. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Há duas questões em discussão: (i) definir se o recurso da empresa deve ser conhecido, diante do indeferimento do pedido de justiça gratuita e da ausência de comprovação do preparo recursal; (ii) determinar se o Município deve ser responsabilizado subsidiariamente ao pagamento das verbas trabalhistas devidas ao trabalhador. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O recurso da empresa não foi conhecido por deserção, pois o pedido de justiça gratuita foi indeferido, e não houve comprovação do preparo recursal no prazo concedido. 4. O Município é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda, pois a responsabilidade ou não do tomador dos serviços frente ao terceirizado integra o mérito do recurso. 5. A responsabilidade subsidiária do Município foi mantida, pois restou demonstrada a culpa *in vigilando* na fiscalização do

contrato administrativo, diante da ausência de fiscalização efetiva e da tolerância com o inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora de serviços, configurando negligência grave. 6. A responsabilidade subsidiária do ente público abrange todas as verbas decorrentes da condenação, inclusive as multas. 7. A medida cautelar de bloqueio de créditos é cabível para garantir a efetividade da execução, não violando a subsidiariedade. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso da empresa não conhecido e recurso do Município não provido.Tese de julgamento: 1. O benefício da justiça gratuita pode ser concedido a pessoa jurídica, desde que comprovada a hipossuficiência econômica, nos termos da Súmula 463, II, do TST. 2. A responsabilidade subsidiária do ente público decorre da culpa *in vigilando*, quando demonstrada a omissão na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da empresa prestadora de serviços, nos termos da Súmula 331, V, do TST. 3. A responsabilidade subsidiária do ente público abrange todas as verbas decorrentes da condenação, inclusive as multas, nos termos da Súmula 331, VI, do TST.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LXXIV; CLT, arts. 477, 790, § 3º, e 899, § 10º; Lei nº 8.666/93, arts. 58, III, 66, 67, *caput* e § 1º, e 71, § 1º; Lei nº 14.133/2021, art. 121, § 3º; CPC, arts. 99, § 7º, e 932, parágrafo único, e 301; Código Civil, arts. 186 e 927. Jurisprudência relevante citada: Súmulas 331, IV, V e VI, e 363, do TST; OJ 269 da SDI-I do TST; ADC 16 do STF; RE 760.931 (Tema 246) e RE 1.298.647 (Tema 1.118) do STF.

Processo: 0001560-63.2025.5.07.0039 **Julg.: 09/11/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. EMPRESA PÚBLICA. ECT. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS (PCCS). PROGRESSÕES HORIZONTAIS. ANTIGUIDADE. DIREITO SUBJETIVO. MERECIMENTO. REQUISITO SUBJETIVO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pelo reclamante em face de sentença que julgou improcedentes os pedidos de concessão de progressão por antiguidade referente ao ano de 2022 e seus consectários. O recorrente pleiteia a reforma da decisão, sustentando que preencheu o requisito objetivo temporal previsto no PCCS/2008 da ECT. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 questões em discussão: (i) definir se a progressão por antiguidade, prevista no PCCS/2008 da ECT, constitui direito subjetivo do empregado ao completar o interstício de 24 meses, sendo inválida a exigência de deliberação da diretoria; (ii) estabelecer as

consequências da concessão judicial de uma progressão omitida sobre a cronologia e o critério (alternância) das promoções subsequentes. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A progressão por antiguidade, ao contrário da por merecimento, baseia-se em critério eminentemente objetivo (decurso do tempo), constituindo direito subjetivo do empregado uma vez preenchida a condição temporal prevista no PCCS. 4. A cláusula de plano de cargos e salários que condiciona a progressão por antiguidade à deliberação da diretoria é inválida, por se tratar de condição puramente potestativa (OJ Transitória nº 71 da SDI-1 do TST).5. O progresso na carreira por merecimento não é automático, sendo lícita a exigência de avaliação de desempenho funcional como requisito para a sua concessão, cabendo ao empregado o ônus de provar o preenchimento dos critérios subjetivos. 6. O deferimento judicial de uma progressão por antiguidade omitida pela empresa impõe a readequação da cronologia e dos critérios das promoções subsequentes, a fim de se restabelecer a regra de alternância prevista no PCCS. 7. A condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários de sucumbência, com a obrigação sob condição suspensiva de exigibilidade, está em conformidade com a decisão do STF na ADI 5766. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso parcialmente provido. Tese de julgamento: 1. A progressão horizontal por antiguidade prevista no PCCS da ECT é direito subjetivo do empregado ao completar o interstício de 24 meses, sendo inválida a exigência de deliberação da diretoria por se tratar de condição puramente potestativa. 2. A progressão por merecimento, por depender de requisito subjetivo (avaliação de desempenho), não é automática e exige prova do seu preenchimento pelo empregado. 3. A concessão judicial de uma progressão omitida pela empresa acarreta a retificação do critério das promoções subsequentes, a fim de se preservar a regra de alternância prevista no PCCS.Dispositivos relevantes citados:CF/1988, art. 37, *caput*; CLT, art. 791-A, § § 3º e 4º, e art. 818, I; Código Civil, art. 122. Jurisprudência relevante citada: TST, Orientação Jurisprudencial Transitória nº 71 da SDI-1; STF, ADI 5766.

Processo: 0000147-27.2025.5.07.0035 **Julg.: 15/09/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE EMPREITADA. DONO DA OBRA. APLICAÇÃO DO TEMA REPETITIVO Nº 6 DO TST. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pelo Reclamante contra sentença que isentou a segunda Reclamada, empresa do setor de energia, de respon-

sabilidade subsidiária pelos créditos trabalhistas devidos pela primeira Reclamada (empreiteira), em ação envolvendo a construção de um parque solar. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a empresa contratante, não pertencente ao ramo da construção civil, mas cuja obra (parque solar) se destina à sua atividade-fim, pode ser responsabilizada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da empreiteira contratada. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A controvérsia sobre a responsabilidade do dono da obra é disciplinada pela tese firmada no Tema de Recurso de Revista Repetitivo nº 6 do TST (IRR-190-53.2015.5.03.0090), de observância obrigatória. 4. O contrato de empreitada de construção civil não enseja, em regra, responsabilidade ao dono da obra, exceto se este for uma empresa construtora ou incorporadora, conforme a exceção expressamente prevista no referido precedente. 5. A empresa contratante que atua no setor de energia e contrata a construção de seu parque industrial enquadra-se na figura de dona da obra, não se confundindo com empresa construtora ou incorporadora, o que afasta a aplicação da exceção à regra da irresponsabilidade. 6. A alegação de que a obra se insere na atividade-fim da contratante não descaracteriza o contrato de empreitada para obra certa, impedindo a aplicação da Súmula 331 do TST, que se destina exclusivamente a casos de terceirização de serviços. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento:A responsabilidade subsidiária do dono da obra em contrato de empreitada de construção civil submete-se à tese vinculante do Tema Repetitivo nº 6 do TST, que excepciona a regra da irresponsabilidade apenas para empresas construtoras ou incorporadoras.A empresa do setor de energia que contrata a construção de um parque solar para a exploração de sua atividade-fim não se equipara a construtora ou incorporadora, sendo-lhe aplicável a regra geral de isenção de responsabilidade do dono da obra.Dispositivos relevantes citados:CPC, art. 927, III. Recurso não provido.

Processo: 0000293-65.2025.5.07.0036 **Julg.: 26/09/2025**
Rel Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. PROFESSOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL. AMPLIAÇÃO DE JORNADA. DIFERENÇAS SALARIAIS. ISONOMIA. RECURSOS ORDINÁRIOS DESPROVIDOS

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos por ambas as partes contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos do(a) reclamante, condenando o reclamado ao pagamento de diferenças salariais relativas à ampliação de jornada, com reflexos, e declarando a incompetência da Justiça do Trabalho para analisar os pedidos após a mudança do regime celetista para o estatutário. II.

QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) determinar se o pagamento da gratificação de ampliação de jornada em valor inferior ao vencimento básico da jornada regular de trabalho viola o princípio da isonomia salarial; (ii) definir sobre a possibilidade de incorporar a jornada ampliada ao contrato de trabalho. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O pagamento de gratificação de ampliação de jornada em valor inferior ao vencimento básico da jornada regular configura tratamento anti-isonômico e alteração contratual lesiva, vedada pelo artigo 468 da CLT. 4. Não há amparo legal para que uma hora de trabalho, no exercício da mesma função, com iguais atribuições, seja remunerada de maneira diferente de outra hora, caracterizando ofensa ao princípio da Isonomia. 5. A mudança do regime celetista para o estatutário implicou a extinção do contrato de trabalho, não havendo que se falar em direito adquirido e nem em incorporação da jornada ampliada. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recursos não providos.Tese de julgamento:O pagamento de gratificação por ampliação de jornada a professor(a) público(a) celetista em valor inferior ao da hora de trabalho regular viola o princípio da isonomia salarial, sendo devidas as diferenças correspondentes ao período em que o labor excedente foi prestado.A alteração do regime jurídico de celetista para estatutário implica a extinção do contrato de trabalho, não havendo que se falar em direito adquirido ou incorporação da jornada ampliada.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 468. Jurisprudência relevante citada: TRT da 7ª Região, ROT nº 0000663-65.2025.5.07.0029.

Processo: 0000662-80.2025.5.07.0029 Julg.: 04-12-2025Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AGRESSÕES VERBAIS E REALIZAÇÃO DE LIMPEZA DE BANHEIROS. AUSÊNCIA DE PROVA DO ATO ILÍCITO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

I. CASO EM EXAME Reclamação trabalhista em que o reclamante pleiteia indenização por danos morais, alegando ter sofrido agressões verbais por parte de seu superior hierárquico e ser obrigado a realizar a limpeza de banheiros no local de trabalho. Sustenta que tais condutas configurariam ato ilícito do empregador, causador de humilhação e prejuízo à sua dignidade. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: (i) definir se as alegações de agressões verbais e imposição de limpeza de banheiros configuram ato ilícito praticado pelo empregador; e (ii) determinar se tais condutas são aptas a gerar o direito à indenização por danos morais ao reclamante. III. RAZÕES DE DECIDIR A responsabilidade civil subjetiva para condenação ao pagamento de indenização

por danos morais exige a presença concomitante de três elementos: dano efetivo, nexo causal entre a conduta do empregador e o dano, e ato ilícito com culpa em qualquer grau.No caso, a testemunha ouvida em juízo não comprovou de forma cabal que o reclamante tenha sofrido as agressões verbais narradas na inicial. As declarações limitam-se a descrever o superior hierárquico como "grosso" e que afirmava que os funcionários "não tinham capacidade para encontrar novo serviço" (4'30"), o que não caracteriza ato ilícito apto a gerar dano moral.Quanto à limpeza dos banheiros, a testemunha informou que a tarefa era realizada eventualmente pelos vigilantes em sistema de rodízio, apenas na ausência do funcionário responsável pela limpeza (9'30"). O fato de o empregado participar da limpeza do local de trabalho, em revezamento com os colegas e envolvendo banheiros de uso comum, não configura situação vexatória ou ofensiva à dignidade do trabalhador, sendo compatível com as obrigações contratuais e legais.Inexiste prova de que o empregador tenha imposto atividades incompatíveis com a condição pessoal do trabalhador ou que tenha havido afronta à sua honra, moral ou imagem. Assim, não há elementos que justifiquem a condenação ao pagamento de indenização por danos morais. IV. DISPOSITIVO E TESE Pedido improcedente.Tese de julgamento:A responsabilidade civil subjetiva para a condenação ao pagamento de indenização por danos morais exige a comprovação de dano efetivo, nexo causal e ato ilícito com culpa do empregador.O simples fato de o empregado realizar tarefas como a limpeza do local de trabalho, em revezamento e dentro do contrato de trabalho, não caracteriza ato vexatório ou ofensivo apto a ensejar danos morais. Alegações de agressões verbais ou condutas ofensivas do empregador devem ser demonstradas de forma clara e inequívoca para configurar ato ilícito gerador de danos morais.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 456, parágrafo único. Jurisprudência relevante citada:TRT-1 - RO: 01006687520175010342 RJ, Rel. Giselle Bondim Lopes Ribeiro, Data de Julgamento: 07/03/2018, Sétima Turma.TRT-4 - ROT: 00210618120175040551, 6ª Turma, Data de Publicação: 05/09/2019.TRT-9 - ROT: 00008073120155090127, Rel. Thereza Cristina Gosdal, Data de Julgamento: 01/02/2017, 3ª Turma.

Processo: 0001467-74.2023.5.07.0038 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Seção Especializada II

DIREITO DO TRABALHO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PROGRESSÕES FUNCIONAIS PREVISTAS EM PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS. MÉRITO NÃO AVALIADO POR OMISSÃO DO EMPREGADOR. ENQUADRAMENTO NO NOVO PCCR. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS. PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS

I. CASO EM EXAME 1.A recorrente pretende a reforma do julgado para ter reconhecido o direito à promoção por merecimento do ano de 2021 relativamente à avaliação do ano de 2020, sob a égide das regras do PCCR/2005, bem como o reconhecimento ao direito à promoção do ano de 2022, em razão da avaliação do ano de 2021, também sob a égide das regras do PCCR/2005, para então alçar novo enquadramento no PCCR/2022, em consequência das duas promoções. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2.Há duas questões em discussão:(i) definir se é devida a progressão funcional por mérito prevista no PCCR/2005, mesmo diante da ausência de avaliação de desempenho por omissão do empregador; (ii) determinar se o reenquadramento no PCCR/2022 deve considerar as progressões não implementadas em razão da mora patronal. III. RAZÕES DE DECIDIR 3.A progressão funcional por mérito depende da realização de avaliação de desempenho, conforme previsão expressa no PCCR/2005. A ausência de avaliação imputável à empresa caracteriza mora e obstáculo malicioso à implementação da condição, nos termos do art. 129 do Código Civil. 4.A justificativa patronal de que a pandemia de Covid-19 impediu a avaliação de desempenho não se sustenta, pois caberia à empresa adaptar os critérios avaliativos à nova realidade, não podendo sua omissão impedir a ascensão funcional dos empregados. 5.A ausência de prova de que dificuldades financeiras impediram a promoção de, no mínimo, 50% dos empregados, conforme exigência do regulamento, reforça o descumprimento contratual pela empresa. 6.A adesão do autor ao novo PCCR/2022 não afeta os direitos já adquiridos sob a vigência do plano anterior. Assim, a progressão automática concedida no novo plano deve ser cumulada com as duas progressões reconhecidas judicialmente, com reenquadramento correspondente. 7.A omissão empresarial em conceder promoções previstas em norma interna que aderiu ao contrato de trabalho justifica a recomposição salarial e pagamento de reflexos. IV. DISPOSITIVO E TESE Pedido procedente.Tese de julgamento: 1.A omissão do empregador na realização da avaliação de desempenho prevista em plano de cargos e salários caracteriza mora e obstáculo malicioso à progressão funcional por mérito. 2.A pandemia de Covid-19 não exime a empresa do dever de adaptar critérios e realizar avaliação funcional para fins de progressão, sob pena de violação contratual. 3.O reenquadramento em novo PCCR não prejudica o reconhecimento de progressões devidas sob o regulamento anterior, cujos efeitos financeiros devem ser preservados. 4.As diferenças salariais oriundas da não concessão das progressões por mérito são devidas, com reflexos em todas as verbas contratuais e legais.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 444, 468 e 818; CPC, art. 373, II; CC, art. 129; Lei nº 13.467/2017 (art. 791-A); STF, ADIs 5867 e 6021; ADCs 58 e 59. Jurisprudência relevante citada: TRT da 7ª Região, RO 0000824-37.2022.5.07.0011, Rel. Des. Francisco José Gomes da Silva, j. 07.08.2023; TRT da 7ª Região, RO 0000464-29.2022.5.07.0003, Rel. Des. Jefferson Quesado Júnior, j. 23.06.2023; TST, E-RR-51-16-2011-5-24-0007, SBDI-1.

Processo: 0000114-36.2025.5.07.0003 **Julg.: 21/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO. REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI Nº 8.112/1990. RECURSO IMPROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso contra sentença que determinou a redução da jornada de trabalho de empregada, sem redução salarial, para permitir o acompanhamento de filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O empregador alegou ausência de previsão legal para a redução de jornada sem redução salarial, sustentando que a empregada, ciente da condição dos filhos, aumentou sua jornada antes de requerer a redução, e que possui programas de assistência à saúde e inclusão para empregados com dependentes com deficiência. Alegou, ainda, que a concessão da redução criaria privilégios em relação a outros empregados e geraria impacto nos cofres públicos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a empregada tem direito à redução de jornada de trabalho sem redução salarial para cuidar de filhos com TEA; (ii) estabelecer se a ausência de previsão legal específica para tal direito em relação a empregados celetistas impede sua concessão. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O empregador argumentou que a redução de jornada sem redução salarial é ilegal por ausência de previsão legal para empregados celetistas, alegando o princípio da legalidade e da isonomia. 4. O Tribunal Superior do Trabalho (TST), ao julgar Recurso de Revista (RR 594-13.2023.5.20.0006), decidiu pela aplicação analógica dos artigos 98, § § 2º e 3º, da Lei nº 8.112/1990 (que trata de servidores públicos) ao caso de empregados que possuem filhos com TEA, permitindo a redução da jornada sem diminuição salariaL. 5. Prevalece, dado o seu caráter vinculante, o precedente do TST, fundamentando a decisão de não prover o recurso. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento:A empregada faz jus à redução de jornada de trabalho sem redução salarial, na ausência de previsão legal específica para empregados celetistas, considerando os princípios da legalidade e da isonomia.Aplica-se analogicamente aos empregados celetistas o direito à redução de jornada sem redução salarial, para cuidar de filho com TEA, conforme jurisprudência do TST que reconhece a aplicação analógica dos arts. 98, § § 2º e 3º, da Lei nº 8.112/1990.Dispositivos relevantes citados: Lei nº 8.112/1990, art. 98, § § 2º e 3º. Jurisprudência relevante citada: RR 594-13.2023.5.20.0006 (TST).

Processo: 0000304-43.2024.5.07.0032 **Julg.: 03/08/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ACÚMULO DE FUNÇÕES. EXERCÍCIO DE ATIVIDADES

ESTRANHAS AO CONTRATO DE TRABALHO. PLUS SALARIAL DEVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela reclamada em face de sentença que a condenou ao pagamento de "plus" salarial, por entender configurado o acúmulo de funções. A reclamante, contratada para a função de gerente de loja, alega que executava, de forma cumulativa e habitual, tarefas operacionais diversas, como as de padeira, repositora e operadora de caixa. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o desempenho de atividades operacionais, de forma regular e não meramente eventual, por empregada contratada para cargo de gerência, caracteriza acúmulo de função apto a justificar uma contraprestação adicional. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O exercício de atividades estranhas àquelas pactuadas no contrato de trabalho, quando exigido de forma habitual pelo empregador e sem a devida compensação financeira, configura alteração contratual lesiva, em violação ao art. 468 da CLT. 4. A prova testemunhal produzida nos autos demonstra de forma inequívoca que as atribuições da reclamante extrapolavam as responsabilidades do cargo de gerente, envolvendo a execução direta de tarefas operacionais, o que afasta a aplicação da presunção contida no parágrafo único do art. 456 da CLT.5. A exigência de um conjunto de tarefas qualitativamente distintas daquelas inerentes à função contratada gera um desequilíbrio no contrato de trabalho, impondo-se o pagamento de um "plus" salarial para remunerar adequadamente o esforço adicional e evitar o enriquecimento sem causa do empregador. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. Comprovado o exercício habitual de atribuições incompatíveis com a função para a qual o empregado foi formalmente contratado, é devido o pagamento de um "plus" salarial para remunerar o acúmulo de funções e restabelecer o caráter sinalagmático do contrato de trabalho.Dispositivos relevantes citados: Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), arts. 456 e 468. Lei nº 6.615/78, art. 13.

Processo: 0001441-26.2024.5.07.0011 **Julg.: 13/12/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRABALHO DE ADOLESCENTE. TELEMARKETING. DANO MORAL COLETIVO. NÃO PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos da ação civil pública, condenando a ré à obrigação de não fazer (abster-se de empregar menores de 16 anos, exceto aprendizes a partir de 14 anos, e de submeter menores de 18 anos a trabalho proibido, noturno, perigoso ou insalubre) e ao pagamento de indenização por danos morais coletivos. A recorrente argumenta que não houve dano moral coletivo, que a atividade de telemarketing não é proibida para menores de 18 anos, que não houve ato ilícito e nexo causal, e, subsidiariamente, que o valor da indenização é excessivo. Questiona ainda a condenação em honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir a legalidade da contratação de adolescente para a função de operadora de telemarketing; (ii) estabelecer se houve dano moral coletivo; (iii) determinar o valor adequado da indenização por danos morais coletivos. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A contratação de adolescente para exercer a função de operadora de telemarketing configura ato ilícito, por violação às normas de proteção ao trabalho do adolescente, em razão do caráter penoso e prejudicial da atividade ao desenvolvimento psicossocial do trabalhador, mesmo não havendo comprovação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre em sentido estrito. A atividade de telemarketing, por suas características, expõe o trabalhador a riscos psicossociais, configurando trabalho penoso. 4. O dano moral coletivo decorre da violação de direitos metaindividuais, prescindindo da demonstração de prejuízo concreto a cada membro da coletividade. A prática ilícita da recorrente, ao violar normas de proteção ao trabalho do adolescente, gera dano moral coletivo in re ipsa, dada sua gravidade e potencial repercussão social. O caráter preventivo e pedagógico da ação civil pública reforça a necessidade da condenação, mesmo em caso de conduta aparentemente isolada. 5. O valor da indenização por danos morais coletivos, considerando a gravidade da lesão, a capacidade econômica da recorrente, e o caráter pedagógico-punitivo da medida, mostra-se razoável e proporcional. 6. O recurso quanto aos honorários advocatícios é incabível, por ausência de condenação na sentença. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso parcialmente conhecido e, na parte conhecida, não provido.Tese de julgamento:A contratação de adolescente para exercer a função de operadora de telemarketing, atividade considerada penosa e prejudicial ao seu desenvolvimento psicossocial, configura ato ilícito, independentemente da inclusão na lista de atividades proibidas para menores.A violação de normas de proteção ao trabalho do adolescente, mesmo em caso de conduta aparentemente isolada, configura dano moral coletivo in re ipsa, justificando a indenização.O valor da indenização por danos morais coletivos deve ser proporcional à gravidade da lesão e ao caráter pedagógico-punitivo da medida, considerando a capacidade econômica do ofensor.Dispositivos relevantes citados: Art. 7º, XXXIII, CF; art. 227, CF; art. 67, ECA; art. 405, CLT; NR-17.

Processo: 0000066-30.2023.5.07.0009 **Julg.: 28/08/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRABALHO EM FERIADOS EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS. AUSÊNCIA DE CONVENÇÃO COLETIVA. IMPROCEDÊNCIA

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por sindicato de empregados, inconformado com sentença que julgou improcedentes os pedidos de proibição do trabalho em feriados em postos de combustíveis, por ausência de convenção coletiva autorizando tal prática. O sindicato recorrente argumentou que, sem convenção coletiva vigente autorizando o trabalho em feriados, a prática seria ilegal, com base no art. 6º-A da Lei nº 10.101/2000. O Ministério Público do Trabalho opinou pelo provimento do recurso. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a ausência de convenção coletiva autorizando o trabalho em feriados em postos de combustíveis torna ilegal tal prática; (ii) estabelecer se a natureza da atividade de postos de combustíveis, como serviço essencial, afasta a necessidade de convenção coletiva para autorizar o trabalho em feriados. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A jurisprudência trabalhista sobre a exigência de convenção coletiva para trabalho em feriados aplica-se predominantemente ao comércio em geral, não a setores com características essenciais, como os postos de combustíveis. 4. Postos de combustíveis são considerados serviços essenciais, de relevância econômica, logística e de segurança pública (art. 10, I, da Lei nº 7.783/1989), e sujeitos a regulação específica da ANP, que dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos, inclusive quanto a horários e dias de funcionamento. 5. A Portaria MTP nº 671/2021 (mesmo após a edição da Portaria MTE nº 3.665/2023), autoriza o funcionamento de postos de combustíveis em feriados sem necessidade de negociação coletiva, reforçando a especialidade normativa e a essencialidade da atividade. 6. Exigir convenção coletiva para o funcionamento de postos de combustíveis em feriados inviabilizaria a prestação de serviço essencial, com impacto negativo para a coletividade, e contrariaria normas administrativas vigentes. 7. O trabalho em feriados, quando realizado, é remunerado em dobro ou compensado por folga, conforme legislação aplicável, garantindo os direitos trabalhistas dos empregados. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso não provido.Tese de julgamento:A natureza de serviço essencial dos postos de combustíveis, amparada em legislação específica e regulamentação da ANP, afasta a necessidade de convenção coletiva para autorizar o trabalho em feriados.A exigência de convenção coletiva para o trabalho em feriados em postos de combustíveis é incompatível com a essencialidade da ati-

vidade e com a regulamentação específica que a disciplina.A proteção aos direitos trabalhistas dos empregados de postos de combustíveis em relação ao trabalho em feriados é garantida pela legislação trabalhista aplicável, independentemente da existência de convenção coletiva.

Processo: 0000326-79.2024.5.07.0007 **Julg.: 28/07/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO TRABALHISTA. PEDIDO DE RESCISÃO INDIRETA E DANOS MORAIS EM RAZÃO DE ALEGAÇÃO DE FALTA DE READAPTAÇÃO AO RETORNO DO TRABALHO APÓS AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO. IMPROVIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto contra sentença que julgou improcedente reclamação trabalhista, alegando a trabalhadora que, após alta previdenciária com recomendação de readaptação, a empregadora não a readaptou, causando-lhe danos morais e ensejando a rescisão indireta do contrato de trabalho. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: (i) definir se a empregadora tinha o dever de readaptar a trabalhadora após a alta previdenciária com recomendação de readaptação; (ii) estabelecer se a conduta da empregadora configura rescisão indireta do contrato de trabalho e enseja indenização por danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR A trabalhadora não comprovou ter comunicado à empregadora sua alta previdenciária e a necessidade de readaptação, não havendo nos autos qualquer documento que ratifique suas alegações. A responsabilidade pela comunicação da alta previdenciária e da necessidade de readaptação à empregadora não foi demonstrada, recaindo sobre a trabalhadora o ônus de provar o fato constitutivo do seu direito. A alta previdenciária não continha recomendação médica de readaptação, e a trabalhadora não comprovou que se encontrava inapta ao exercício de suas funções após a data da alta. Inexiste prova de que a empregadora tenha se recusado a readaptar a trabalhadora ou que tenha criado qualquer impedimento ao seu retorno ao trabalho. A empregadora entendeu que a trabalhadora estava em gozo de auxílio-doença, o que gera a suspensão do contrato de trabalho, não havendo responsabilidade da empresa na situação alegada. A omissão da trabalhadora em retornar ao trabalho após a cessação do benefício previdenciário e a falta de comprovação da necessidade de readaptação laboral impedem o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho e a condenação da empregadora ao pagamento de indenização por danos morais. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso não provido.Tese de julgamento:A empregadora não tem o dever de readaptar a trabalhadora quando esta não comunica a alta previdenciária e

a necessidade de readaptação, e não há comprovação de incapacidade laboral após a alta. A falta de comunicação da alta previdenciária e a ausência de comprovação da necessidade de readaptação, somadas à ausência de comprovação de impedimento por parte da empregadora, impedem o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho e a condenação por danos morais.Dispositivos relevantes citados: Art. 76-B do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3048/99.

Processo: 0000047-29.2020.5.07.0009 **Julg.: 24/11/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. ACIDENTE DE TRABALHO. ATIVIDADE DE RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. APELOS DE AMBAS AS PARTES NÃO PROVIDOS.

I. CASO EM EXAME Recursos interpostos pela Reclamada e pelo Reclamante contra sentença que reconheceu a responsabilidade objetiva da empresa por acidente de trabalho, deferindo indenizações por danos morais e estéticos e indeferindo o pleito de pensão vitalícia. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. As questões centrais consistem em: (i) definir a responsabilidade civil pelo acidente, considerando a tese de culpa exclusiva da vítima; (ii) aferir a proporcionalidade dos valores indenizatórios fixados; e (iii) analisar o cabimento de pensão vitalícia em caso de incapacidade parcial mínima, porém permanente. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A função de açougueiro, com manuseio de serra-fita, enquadra-se como atividade de risco, o que atrai a responsabilidade objetiva do empregador, conforme tese vinculante do STF (Tema 932). 4. A culpa exclusiva da vítima, como excludente de nexo causal, exige prova robusta e inequívoca, cujo ônus recai sobre o empregador. Não demonstrada, subsiste o dever de indenizar.5. Os valores arbitrados a título de danos morais e estéticos, quando não se mostram irrisórios ou exorbitantes, devem ser mantidos, por representarem o prudente arbítrio do julgador de primeira instância, que sopesou a extensão do dano e a capacidade das partes. 6. A pensão prevista no art. 950 do Código Civil possui natureza de reparação material (lucros cessantes). Sendo a incapacidade mínima (5%) e não havendo prova de efetivo prejuízo salarial ou de inabilitação para a função, a reparação pelos danos extrapatrimoniais revela-se suficiente. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recursos conhecidos e não providos.Tese de julgamento:A responsabilidade do empregador por acidente em atividade de risco é objetiva (Tema 932/STF), cabendo-lhe o ônus de provar cabalmente a culpa exclusiva da vítima para afastar sua obrigação de indenizar.A pensão mensal vitalícia, por

visar a reparação de dano material, pode ser indeferida quando a incapacidade funcional for mínima e não houver demonstração de repercussão patrimonial negativa para o trabalhador.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XXVIII; Código Civil, arts. 927 e 950; CLT, art. 818, II. Jurisprudência relevante citada: STF, Tema 932 (RE 828.040).

Processo: 0000547-65.2024.5.07.0006 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AGENTE FÍSICO CALOR. APLICAÇÃO DA PORTARIA SEPRT Nº 1.359/2019. AUSÊNCIA DE INSALUBRIDADE. AGENTE FÍSICO RUÍDO. EXPOSIÇÃO ACIMA DO LIMITE DE TOLERÂNCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EFICÁCIA DOS EPIS. INSALUBRIDADE EM GRAU MÉDIO RECONHECIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo reclamante em face de sentença que indeferiu o pedido de adicional de insalubridade pelos agentes físicos calor e ruído. Sustenta que o laudo pericial confirmou exposição a calor acima do limite de tolerância e que documentos produzidos pela reclamada comprovam a exposição a ruído em nível superior ao permitido. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se o agente físico calor caracteriza insalubridade durante o período imprescrito; (ii) estabelecer se a exposição a ruído acima do limite de tolerância, sem comprovação da eficácia dos EPIs, enseja o pagamento do adicional de insalubridade. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A Portaria SEPRT nº 1.359/2019, vigente desde 11/12/2019, alterou os parâmetros do Anexo 3 da NR-15, e, com base nela, o IBUTG de 30,48ºC registrado no ambiente laboral não ultrapassa os limites de tolerância, razão pela qual não há insalubridade por calor no período imprescrito do contrato. 4. A prova emprestada juntada pelo reclamante não pode ser admitida, pois não foi submetida ao contraditório, em desatenção ao art. 372 do CPC. 5. O PPP apresentado pela própria empresa registra a exposição do reclamante a ruído superior a 85 dB(A), corroborando as alegações de contato com agente insalubre. 6. O laudo pericial não analisou a eficácia e a durabilidade dos EPIs fornecidos, nem foi apresentada documentação idônea sobre certificado de aprovação dos equipamentos, periodicidade de substituição, capacitação ou fiscalização do uso, em descumprimento à NR-6. 7. Nos termos da Súmula 289 do TST, a eliminação

da insalubridade depende de comprovação da neutralização do agente nocivo, o que não ocorreu, razão pela qual se reconhece a exposição insalubre ao agente ruído. 8. O magistrado não está adstrito ao laudo pericial podendo formar seu convencimento com base no conjunto probatório. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso ordinário parcialmente provido.Teses de julgamento:"A Portaria SEPRT nº 1.359/2019 alterou os limites de tolerância ao calor, de modo que, após sua vigência, o IBUTG de 30,48ºC não caracteriza insalubridade.""A prova emprestada sem submissão ao contraditório não pode ser considerada como meio de convencimento.""O PPP apresentado pela própria empresa possui presunção de veracidade.""A ausência de certificado de aprovação dos EPIs fornecidos e a não verificação de sua eficácia impedem o reconhecimento de neutralização da insalubridade.""Exposição a ruído acima de 85 dB(A), sem comprovação da neutralização por EPIs, caracteriza insalubridade em grau médio."Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 189, 192 e 195; CPC, arts. 372, 371 e 479; NR-15, Anexo 1 e Anexo 3; NR-6. Jurisprudência relevante citada: TST, Ag-ED-AIRR nº 0011379-74.2016.5.15.0020, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, j. 06.12.2023; Súmula nº 80 do TST; Súmula nº 289 do TST.

Processo: 0000052-06.2025.5.07.0032 **Julg.: 17/09/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. SALÁRIO COMPLESSIVO. HORAS EXTRAS. DANOS MORAIS. JULGAMENTO CONJUNTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recursos ordinários interpostos por empregador e empregado, versando sobre adicional de insalubridade, correção monetária, salário complessivo, horas extras e danos morais. A sentença de primeiro grau deferiu parcialmente os pedidos do empregado, condenando o empregador ao pagamento de adicional de insalubridade, com reflexos, e indeferindo os demais pedidos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há cinco questões em discussão: (i) definir se o adicional de insalubridade é devido e em qual percentual; (ii) estabelecer se a correção monetária dos valores a compensar deve ser aplicada da forma fixada na sentença; (iii) determinar se o pagamento efetuado pelo empregador configura salário complessivo; (iv) definir se as atividades extraclasse realizadas pelo empregado geram direito a horas extras; (v) determinar se o empregador deve indenizar o empregado por danos morais em razão do trabalho em ambiente insalubre durante

a gestação e lactação. III. RAZÕES DE DECIDIR O adicional de insalubridade é devido em grau médio (20%), conforme laudo pericial que considerou a exposição permanente do empregado a agentes nocivos em seu ambiente de trabalho, apesar de não configurar grau máximo, por não haver contato permanente com pacientes em isolamento. A frequência da exposição foi considerada superior a 5% do tempo de trabalho.A compensação de valores pagos e devidos deve considerar a atualização monetária de ambas as parcelas, não havendo razão para se afastar a metodologia aplicada na sentença, em consonância com a Súmula 187 do TST. A súmula refere-se à correção de débitos do empregado, não à atualização de valores a compensar.O pagamento de atividades extraclasse sob uma única rubrica não configura salário complessivo, pois não engloba direitos contraprestacionais distintos e atende ao direito contratual de remuneração por tais atividades.As atividades extraclasse, como orientação de TCC, elaboração de questões, participação em bancas de monografia e eventos, são inerentes à função docente e não geram direito a horas extras, a menos que comprovadamente excedam a jornada contratual. A prova testemunhal não demonstrou irregularidade no pagamento dessas atividades, já abrangidas na remuneração.A manutenção do empregado em ambiente insalubre durante a gestação, ainda que sem comprovação de danos efetivos, configura ato ilícito e gera direito a indenização por danos morais. A legislação veda o trabalho da gestante em ambiente insalubre e a prova comprova o ocorrido. O valor indenizatório é arbitrado considerando a gravidade leve do dano, a culpa do empregador, e critérios de desestímulo e compensação. IV. DISPOSITIVO E TESE Recursos parcialmente providos.Tese de julgamento:O adicional de insalubridade é devido quando comprovada a exposição permanente do empregado a agentes nocivos, mesmo que não em grau máximo, desde que a frequência da exposição ultrapasse 5% da jornada de trabalho.A compensação de valores pagos e devidos deve considerar a atualização monetária de ambas as parcelas.O pagamento de atividades extraclasse sob uma única rubrica não configura salário complessivo, se as atividades são inerentes à função e devidamente remuneradas.Atividades extraclasse, compatíveis com a função, somente geram horas extras se comprovadamente excederem a jornada contratual.A manutenção de empregada gestante em ambiente insalubre configura ato ilícito e enseja indenização por danos morais, mesmo sem comprovação de danos físicos ou psicológicos.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 189, 394-A, 456; NR-15, Anexo 14; Portaria 3.311/89. Jurisprudência relevante citada: Súmula 187 do TST; Precedentes do TRT-6, TRT-9 e TRT-18

Processo: 0000955-64.2021.5.07.0005 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E HORAS EXTRAS POR INTERVALO TÉRMICO

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos por ambas as partes contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados em reclamação trabalhista, com condenação ao pagamento de adicional de insalubridade e indeferimento de horas extras. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se o reclamante tem direito ao pagamento de horas extras em razão da supressão do intervalo térmico; (ii) estabelecer se o reclamante tem direito ao adicional de insalubridade, com base em prova emprestada. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Tribunal Superior do Trabalho consolidou entendimento de que a não concessão do intervalo para recuperação térmica, previsto na NR-15, enseja o pagamento do período como extra, por analogia ao art. 71, § 4º, da CLT. 4. A cumulação do adicional de insalubridade com o pagamento de horas extras não configura "*bis in idem*", por se tratarem de institutos com naturezas jurídicas distintas. 5. É válida a utilização de prova emprestada, quando houver identidade entre os fatos a serem provados, desde que garantido o contraditório, justificando-se pela economia processual e celeridade. 6. A reclamada não comprovou nenhum prejuízo com a utilização da prova emprestada, tampouco apresentou elementos que infirmassem a conclusão do laudo pericial anexado. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso do reclamante provido; recurso da reclamada não provido.Tese de julgamento:A supressão do intervalo para recuperação térmica enseja o pagamento de horas extras.A cumulação do adicional de insalubridade com o pagamento de horas extras não caracteriza "*bis in idem*".É válida a utilização de prova emprestada em casos de identidade de fatos e garantia do contraditório.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 71, § 4º, 178, 189, 200 e 253; CF/1988, art. 7º, XXII. Jurisprudência relevante citada: TST: RR-13238-83.2016.5.18.0201, RR-10300-06.2015.5.18.0281, RR-231-54.2019.5.13.0008, RR-358-81.2018.5.23.0126, ED-Ag-RR-228-81.2019.5.13.0014, Ag-AIRR-108-14.2019.5.23.0126, ARR-10710-47.2016.5.15.0076, RR-11455-05.2016.5.18.0121; TST-20 00004823320175200013; TRT-7 0000601-41.2019.5.07.0027.

Processo: 0000669-94.2024.5.07.0033 **Julg.: 26/10/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. EXPOSIÇÃO HABITUAL À RADIAÇÃO SOLAR. LIMPEZA DE BANHEIROS DE

USO COLETIVO E DE GRANDE CIRCULAÇÃO. GRAU MÁXIMO. RECURSO DO RECLAMADO DESPROVIDO. RECURSO DO RECLAMANTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo reclamado contra sentença que o condenou ao pagamento de adicional de insalubridade em razão da exposição habitual do reclamante à radiação solar, no exercício da função de serviços gerais em área externa de hotel. 2. Recurso ordinário do reclamante postula o adicional de insalubridade no grau máximo, sob o fundamento de que realizava a limpeza de banheiros de uso coletivo e de grande circulação em hotel com restaurante aberto ao público. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3. Há duas questões em discussão: (i) definir se é devido o adicional de insalubridade em grau médio ao trabalhador exposto à radiação solar em ambiente externo sem proteção adequada; (ii) estabelecer se é devido o adicional de insalubridade em grau máximo em razão da limpeza de banheiros de uso coletivo e de grande circulação em hotel com atendimento ao público. III. RAZÕES DE DECIDIR 4. A exposição habitual do trabalhador à radiação solar, sem fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, caracteriza atividade insalubre por radiações não ionizantes, conforme previsão do Anexo 7 da NR-15, desde que constatada por perícia técnica, nos termos dos arts. 189, 192 e 195 da CLT.5. O laudo pericial atesta que o reclamante exercia atividades em áreas externas do hotel, sendo exposto de forma habitual à radiação solar sem proteção adequada, o que fundamenta a condenação ao adicional de insalubridade em grau médio. 6. A limpeza de banheiros de uso coletivo e de grande circulação, ainda que em ambiente privado como um hotel com restaurante aberto ao público, enquadra-se na hipótese prevista no item II da Súmula 448 do TST, ensejando o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo. 7. A perícia confirmou que o reclamante era responsável pela limpeza de oito banheiros de uso comum nas áreas internas e externas do hotel, não sendo suficiente a alegação de que tais instalações não seriam de grande circulação para afastar o enquadramento legal, diante do porte do estabelecimento e do fluxo de pessoas, inclusive do público externo. 8. Não houve comprovação de neutralização da insalubridade por meio de EPIs, sendo a perícia de natureza qualitativa e ausente medição técnica dos níveis de exposição. 9. O adicional de insalubridade deve ser calculado sobre o salário mínimo, nos termos da jurisprudência do STF, à falta de norma coletiva que disponha de forma diversa. 10. Nos termos do item 15.3 da NR-15, é vedada a cumulação de adicionais de insalubridade, devendo prevalecer o de grau mais elevado, com possibilidade de escolha pelo trabalhador. IV. DISPOSITIVO E TESE 11. Recurso do reclamado desprovido. 12. Recurso do reclamante provido.Tese de julgamento: 1. A exposição habitual à radiação solar sem proteção adequada configura atividade insalubre por radiações não ionizantes, nos termos do Anexo

7 da NR-15. 2. A limpeza de banheiros de uso coletivo e de grande circulação em estabelecimentos com atendimento ao público enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, conforme item II da Súmula 448 do TST. 3. É inválida a alegação de eliminação do agente insalubre quando não comprovada tecnicamente a eficácia dos EPIs. 4. O adicional de insalubridade deve ser calculado sobre o salário mínimo, salvo previsão legal ou normativa diversa. 5. Não é permitida a cumulação de adicionais de insalubridade por diferentes agentes, devendo prevalecer o de grau mais elevado.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 189, 192 e 195; CPC, art. 479; NR-15, Anexo 7 e item 15.3; Súmula 448, II, do TST. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 448, item II; STF, ARE 664335/SC, rel. Min. Luiz Fux, j. 04.12.2014.

Processo: 0002017-47.2024.5.07.0034 **Julg.: 02/09/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIROS DE USO COLETIVO DE GRANDE CIRCULAÇÃO. RESCISÃO INDIRETA. INOCORRÊNCIA. OBRIGAÇÕES DE FAZER. MULTA POR DESCUMPRIMENTO. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES DA INICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela reclamada VERZANI & SANDRINI S.A. em face de sentença que reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho e a condenou ao pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, verbas rescisórias e honorários periciais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há sete questões em discussão:(i) definir se é devido o adicional de insalubridade em grau máximo ao reclamante que realizava limpeza e coleta de lixo em banheiros de uso público de shopping center;(ii) estabelecer se o reconhecimento do adicional de insalubridade caracteriza falta grave suficiente para justificar a rescisão indireta;(iii) determinar se a imposição de multa por descumprimento de obrigação de fazer exige prévia intimação;(iv) avaliar se os valores da condenação devem ser limitados aos montantes indicados na petição inicial;(v) examinar a redução do percentual dos honorários advocatícios fixados em favor do patrono do reclamante;(vi) decidir sobre a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios por sucumbência recíproca;(vii) analisar a correção dos cálculos de liquidação quanto ao adicional de insalubridade e à

atualização monetária. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O trabalhador que higieniza e recolhe lixo em banheiros de uso público de grande circulação em shopping center faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo (40%), nos termos do Anexo 14 da NR-15 da Portaria MTE nº 3.214/78 e da Súmula 448, II, do TST. 4. O fornecimento de EPIs não afasta a insalubridade por agentes biológicos, pois esta é qualitativa, não passível de neutralização. 5. O descumprimento contratual relativo ao adicional de insalubridade, diante da controvérsia sobre o grau devido, não configura falta grave suficiente para ensejar a rescisão indireta, devendo ser reconhecido o pedido de demissão do empregado. 6. A imposição de multa por descumprimento de obrigação de fazer exige prévia intimação da parte, nos termos da Súmula 410 do STJ e do art. 815 do CPC. 7. É legítima a fixação de astreintes para assegurar a efetividade das obrigações de fazer, devendo, contudo, ser reduzida a multa total relativa à obrigação realizar o depósito de FGTS de maio/2024 ao limite de R$ 200,00, a fim de evitar enriquecimento ilícito. 8. Os valores indicados na inicial têm caráter meramente estimativo, conforme art. 840, § 1º, da CLT e art. 12, § 2º, da IN nº 41/2018 do TST, não havendo limitação da condenação a tais montantes. 9. Mantém-se o percentual de 10% fixado para os honorários advocatícios do patrono do reclamante, considerando o grau de zelo, a importância da causa e o trabalho realizado.10. Reconhece-se a sucumbência recíproca e condena-se o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios em favor da reclamada, fixados em 10% sobre as parcelas indeferidas, com condição suspensiva de exigibilidade, nos termos da decisão do STF na ADI 5766.11. Os cálculos de liquidação observaram corretamente a sentença, considerando os critérios de correção monetária fixados pelo STF nas ADCs 58 e 59 e ADIs 5867 e 6021, não havendo vício a ser sanado. IV. DISPOSITIVO E TESE 13. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. O trabalhador que realiza a limpeza e coleta de lixo em banheiros de uso público de grande circulação em shopping center faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo, independentemente do fornecimento de EPIs. 2. O reconhecimento judicial de diferença de grau de insalubridade não caracteriza falta grave apta a justificar a rescisão indireta. 3. A imposição de multa por descumprimento de obrigação de fazer exige prévia intimação, sendo legítima a fixação de astreintes, desde que em valor proporcional. 4. Os valores atribuídos aos pedidos na inicial possuem caráter estimativo, não limitando o montante da condenação. 5. É cabível a condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, sob condição suspensiva de exigibilidade.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 483, 790-B, 791-A, § 2º; CPC/2015, arts. 291, 479, 536, § 1º, e 815; CF/1988, art. 7º, XXIII; Lei nº 13.467/2017; Portaria MTE nº 3.214/78, NR-15, Anexo 14. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 448, II; TST, AIRR-0001014-89.2022.5.09.0513, 3ª Turma, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT

01.07.2025; TST, Ag-ED-AIRR-680-82.2020.5.06.0101, 2ª Turma, Rel. Min. Liana Chaib, DEJT 30.08.2024; STF, ADI 5766, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Pleno, j. 20.10.2021, publ. 03.05.2022; STF, ADCs 58 e 59 e ADIs 5867 e 6021, Pleno, j. 18.12.2020; STJ, Súmula 410.

Processo: 0000610-66.2024.5.07.0014 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. USO DE IMAGEM. HORAS EXTRAS. IMPROCEDÊNCIA

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de adicional de insalubridade, indenização por danos morais pelo uso de imagem em publicidade e pagamento de horas extras. O recurso alega vícios no laudo pericial quanto à avaliação da insalubridade, omissão na consideração de todo o período contratual e ausência de comprovação da exposição a agentes insalubres, além de apontar a utilização indevida de imagem em publicidade e a existência de sobrejornada. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se o laudo pericial apresentou vícios que comprometam sua validade, considerando a alegação de omissão na descrição de agentes insalubres e equipamentos de proteção individual (EPIs) e a não consideração de todo o período contratual; (ii) estabelecer se houve uso indevido da imagem do reclamante em publicidade, gerando dano moral indenizável; (iii) determinar se restou comprovado o labor em horas extras e adicional noturno além do pago pela reclamada. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O laudo pericial, elaborado por profissional qualificado, concluiu que não havia grau de insalubridade suficiente para o pagamento do adicional, mesmo considerando a exposição a agentes insalubres. A mera alegação de omissão, sem demonstração de vícios que comprometam a validade ou imparcialidade da perícia, é insuficiente para reformar a decisão. 4. A jurisprudência que reconhece a indenizabilidade pelo uso indevido de imagem exige a comprovação do ato ilícito e do nexo causal entre este e o dano moral. No caso, as provas apresentadas não demonstram, de forma inequívoca, a utilização da imagem do reclamante em publicidade sem autorização e de forma vexatória. A simples participação em vídeo interno da empresa não configura, por si só, dano moral indenizáveL. 5. A sentença analisou as provas apresentadas sobre as horas extras e adicional noturno, concluindo pela falta de comprovação do labor em horas extras além das pagas. Os cartões de ponto indicam labor em horas extras de forma eventual, compatível com os pagamentos realizados. O reclamante não

comprovou, por documentos ou testemunhas, o labor extraordinário além do pago, sendo a responsabilidade da comprovação do labor em horas extras do empregado. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso não provido.Tese de julgamento:A simples alegação de omissão em laudo pericial, sem demonstração concreta de vícios que comprometam sua validade ou imparcialidade, não é suficiente para reformar a decisão judicial.O uso de imagem em vídeo interno da empresa, sem demonstração de exposição pública ampla e vexatória, não configura dano moral indenizável.A responsabilidade pela comprovação do labor em horas extras é do empregado, sendo insuficiente a alegação de recibos sem assinatura para configurar pagamento irregular.Dispositivos relevantes citados: CLT. Jurisprudência relevante citada: Súmula 146 do TST.

Processo: 0001958-81.2023.5.07.0038 **Julg.: 18/12/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MOTOCICLISTA. NULIDADE DA NORMA REGULAMENTADORA. AUSÊNCIA DE BASE LEGAL. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que julgou improcedente o pedido de adicional de periculosidade pelo uso de motocicleta em atividades laborais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se é devido o adicional de periculosidade ao trabalhador que utiliza motocicleta, após a declaração judicial de nulidade da Portaria nº 1.565/2014 do Ministério do Trabalho, que regulamentava a matéria. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O art. 193 da CLT condiciona o pagamento do adicional de periculosidade à existência de regulamentação aprovada pelo órgão competente, não sendo, portanto, uma norma autoaplicável. 4. A anulação judicial da Portaria MTE nº 1.565/2014, que previa o adicional para atividades em motocicleta, produz efeitos **ex tunc**, retirando o fundamento normativo para a concessão do direito e criando um vácuo legislativo sobre o tema. 5. A ausência de uma norma regulamentadora válida e vigente impede a condenação ao pagamento do adicional de periculosidade, tornando a manutenção da sentença de improcedência uma medida imperativa, independentemente da discussão sobre a filiação da empresa a associações ou do uso efetivo da motocicleta. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. O pagamento do adicional de periculosidade para trabalhadores que utilizam motocicleta (art. 193, § 4º, da CLT) depende de regula-

mentação válida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e a anulação judicial da norma que o previa (Portaria MTE nº 1.565/2014) acarreta a ausência de fundamento legal para a concessão da verba.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 93, IX; CLT, art. 193, *caput* e § 4º. Jurisprudência relevante citada: Precedentes do STF que validam a técnica de fundamentação "*per relationem*".

Processo: 0000765-60.2024.5.07.0017 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIROS DE USO COLETIVO COM GRANDE CIRCULAÇÃO. SÚMULA 448, II, DO TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO CONFIGURADA. RECURSOS DESPROVIDOS.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos pela primeira reclamada e pelo Município de Fortaleza contra sentença que: (i) condenou a empregadora ao pagamento de diferenças de adicional de insalubridade em grau máximo (40%) e reflexos; e (ii) reconheceu a responsabilidade subsidiária do ente público pelos créditos trabalhistas inadimplidos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão:(i) definir se as atividades de limpeza realizadas pela reclamante configuram insalubridade em grau máximo, ensejando o pagamento de diferenças do adicional;(ii) estabelecer se o Município de Fortaleza pode ser responsabilizado subsidiariamente pelas verbas trabalhistas, em face de eventual culpa *in vigilando*. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar convencimento a partir de outros elementos constantes dos autos, nos termos dos arts. 371 e 479 do CPC. 4. A perícia concluiu pela insalubridade em grau médio, mas reconheceu que a reclamante realizava limpeza de banheiros e ambientes com circulação de cerca de 400 pessoas por dia. 5. A higienização de instalações sanitárias de uso coletivo com grande circulação de pessoas caracteriza insalubridade em grau máximo, conforme Anexo 14 da NR-15 da Portaria MTE nº 3.214/78 e Súmula 448, II, do TST. 6. A Administração Pública tem o dever legal de fiscalizar a execução dos contratos administrativos (Lei nº 8.666/93, art. 67; Lei nº 14.133/21, arts. 117 e 121, § 2º). A ausência de fiscalização caracteriza culpa *in vigilando* e enseja a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, conforme Súmula 331, V, do TST. 7. A instrução processual encerrou-se em 2024, antes da

fixação da tese no Tema 1.118 da Repercussão Geral (STF, RE nº 1.298.647/SP, j. 13/02/2025). A aplicação retroativa da nova regra de distribuição do ônus da prova configuraria decisão surpresa, em afronta à segurança jurídica, ao contraditório e à ampla defesa. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recursos desprovidos.Tese de julgamento: 1. O juiz pode afastar a conclusão pericial quando houver outros elementos técnicos e fáticos que justifiquem decisão diversa. 2. A limpeza de banheiros de uso coletivo com grande circulação de pessoas configura insalubridade em grau máximo, nos termos da Súmula 448, II, do TST. 3. A ausência de fiscalização adequada pelo ente público caracteriza culpa *in vigilando* e atrai a responsabilidade subsidiária pelos créditos trabalhistas inadimplidos. 4. A tese do Tema 1.118 do STF não pode ser aplicada retroativamente a processos cuja instrução tenha se encerrado antes de sua publicação.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 5º, LIV e LV, e 37, II; CLT, arts. 195 e 477; CPC, arts. 371, 479 e 10; Lei nº 8.666/93, arts. 67 e 71, § 1º; Lei nº 14.133/21, arts. 104, III, 115, 117 e 121, § § 2º e 3º; NR-15, Anexo 14 da Portaria MTE nº 3.214/78. Jurisprudência relevante citada: STF, ADC nº 16, Rel. Min. Cezar Peluso, Plenário, j. 24.11.2010; STF, RE nº 760.931/DF (Tema 246), Rel. Min. Luiz Fux, Plenário, j. 26.04.2017; STF, RE nº 1.298.647/SP (Tema 1.118), Plenário, j. 13.02.2025; TST, Súmulas 330, 331 e 448; TST, Ag: 4166420175170101, Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, 1ª Turma, j. 11.05.2022; TST, RR: 0020306-95.2021.5.04.0202, Rel. Min. Sergio Pinto Martins, 8ª Turma, j. 14.05.2024.

Processo: 0001266-93.2023.5.07.0002 **Julg.: 24/10/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. DANOS EXISTENCIAIS. SALÁRIO "POR FORA". SALÁRIO IN NATURA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. INTERVALO PARA RECUPERAÇÃO TÉRMICA. FÉRIAS EM DOBRO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARCIAL PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos pelo reclamante e pela reclamada contra sentença que julgou parcialmente procedente a ação trabalhista, condenando a reclamada ao pagamento de diversas verbas, incluindo repercussões salariais, adicionais e honorários advocatícios. O reclamante, em seu recurso, renovou os pedidos de adicional de periculosidade e indenização por danos existenciais, requerendo, ainda, a majoração dos honorários advocatícios. A

reclamada, por sua vez, recorreu da sentença quanto ao salário "por fora", salário *in natura*, adicional de insalubridade, horas extras, intervalo para recuperação térmica e férias em dobro, pugnando pela condenação do reclamante em honorários advocatícios de 15% sobre os pedidos julgados improcedentes. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há sete questões em discussão: (i) definir se o reclamante faz jus ao adicional de periculosidade; (ii) estabelecer se o reclamante tem direito à indenização por danos existenciais; (iii) determinar se o pagamento de salário "por fora" deve ser reconhecido; (iv) definir se a moradia fornecida configura salário *in natura*; (v) estabelecer a validade do adicional de insalubridade deferido; (vi) determinar a correta apuração das horas extras e reflexos; (vii) definir o percentual dos honorários advocatícios sucumbenciais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O adicional de periculosidade é indevido, pois, embora o reclamante utilizasse motocicleta habitualmente, tal uso se dava por tempo extremamente reduzido em área privada, conforme Anexo 5 da NR-16. 4. A indenização por danos existenciais é indevida por falta de prova robusta de prejuízos existenciais decorrentes da atividade laboraL. 5. O pagamento de salário "por fora" é devido, tendo sido comprovado através de prova testemunhal, cabendo à reclamada a retificação da CTPS do reclamante. 6. O salário *in natura* correspondente à moradia é devido, pois a reclamada não comprovou o atendimento dos requisitos do art. 9º, § 5º, da Lei 5.889/73, para sua exclusão. 7. O adicional de insalubridade é devido, tendo o laudo pericial atestado condições insalubres no ambiente de trabalho. 8. As horas extras são devidas, não se enquadrando o reclamante na exceção do art. 62, II, da CLT, e a reclamada não comprovando a jornada alegada. O intervalo intrajornada, com reflexos, também é devido, sendo observada a natureza indenizatória após 10.11.2017. Os feriados em dobro são devidos. O intervalo para recuperação térmica, também, é devido. 9. O pagamento das férias em dobro é devido, pois o reclamante comprovou que não houve a regular concessão e fruição das férias. 10. Os honorários advocatícios devem ser majorados para 15%, considerando as circunstâncias do processo. IV. DISPOSITIVO E TESE 11. Recursos parcialmente providos para fins de majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais.Tese de julgamento:A utilização habitual de motocicleta por tempo extremamente reduzido em área privada não configura atividade perigosa para fins de adicional de periculosidade.A comprovação de danos existenciais decorrentes da atividade laboral demanda prova robusta dos prejuízos sofridos pelo trabalhador.A prova testemunhal consistente sobre o pagamento de salário "por fora" suporta o deferimento da verba.A ausência de contrato escrito, com testemunhas e notificação ao sindicato, conforme art. 9º, § 5º, da Lei 5.889/73, torna devida a integração da moradia ao salário do trabalhador rural.Laudo pericial consistente atestando condições de insalubridade no ambiente de trabalho fundamenta o deferimento

do adicional.A ausência de comprovação de cargo de confiança e de controle da jornada de trabalho justifica o deferimento das horas extras, bem como do intervalo intrajornada, com reflexos, e do intervalo para recuperação térmica, também com reflexos.A não comprovação da regular concessão e fruição das férias autoriza o pagamento em dobro.O percentual de honorários advocatícios sucumbenciais deve ser majorado em atenção às peculiaridades do caso.Dispositivos relevantes citados: Lei nº 12.997/2014, art. 193 da CLT, Portaria nº 1.565/2014, Anexo 5 da NR-16, Lei 5.889/73, art. 9º, § 5º, art. 62, II, da CLT, Súmula 338 do TST, art. 71 da CLT, Súmula 437 do TST, art. 791-A da CLT, art. 818 da CLT, art. 373 do NCPC, art. 479 do NCPC, OJ 173/SBDI1/TST, arts. 135 e 145, parágrafo único, da CLT. Jurisprudência relevante citada: Precedentes do TST sobre intervalo para recuperação térmica. ADI nº 5766 do STF.

Processo: 0001344-32.2020.5.07.0022 **Julg.: 28/07/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ASSÉDIO MORAL. ORIENTAÇÃO POLÍTICA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelos reclamados (2º e 3º), sócios da empresa empregadora, contra sentença que reconheceu a legitimidade passiva e os condenou ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes de assédio no ambiente de trabalho, com fundamento em comentários depreciativos dirigidos ao reclamante por sua orientação política. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2.Há duas questões em discussão: (i) definir se os sócios da empresa reclamada possuem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda; (ii) estabelecer se houve prática de assédio moral por orientação política apta a ensejar indenização por danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3.A legitimidade passiva deve ser aferida com base na teoria da asserção, segundo a qual basta que o autor indique na petição inicial o réu como responsável pela obrigação discutida, independentemente da veracidade dos fatos ou da procedência do pedido. 4.O reclamante afirmou ter prestado serviços tanto à empresa quanto na residência dos sócios, realizando tarefas domésticas, o que, à luz da narrativa inicial, revela legitimidade passiva dos recorrentes para responder à demanda. 5.A confissão judicial do sócio da empresa reclamada confirma o teor ofensivo dos comentários direcionados ao trabalhador, baseados em sua orientação política, os quais se revelam discriminatórios, humilhantes

e incompatíveis com o ambiente laboral. 6.A conduta do empregador viola direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a isonomia (art. 5º, *caput*) e a liberdade de convicção política (art. 5º, VIII), caracterizando assédio moral indenizável. 7.Ainda que ausentes provas documentais, a confissão do próprio empregador constitui prova robusta da prática do assédio, sendo suficiente para manter a condenação ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 10.000,00, nos termos da razoabilidade e proporcionalidade. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso desprovido.Tese de julgamento: 1.A aferição da legitimidade passiva deve ser feita com base na teoria da asserção, bastando que o autor aponte o réu como responsável pela obrigação discutida. 2.Comentários depreciativos reiterados baseados em orientação política do empregado configuram assédio moral no ambiente de trabalho.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 1º, III; 5º, *caput* e VIII; CC, arts. 186 e 927.

Processo: 0001427-70.2024.5.07.0034 **Julg.:13/08/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL. RESPONSABILIDADE CIVIL PRÉ-CONTRATUAL. PERDA DE UMA CHANCE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA. AJUDA DE CUSTO. NATUREZA JURÍDICA. RECURSO DA RECLAMADA NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos por clube de futebol (Reclamado) e por atleta profissional (Reclamante) contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos para condenar o clube ao pagamento de indenizações por perda de uma chance e uso indevido de imagem, bem como reflexos salariais de ajuda de custo, mas indeferiu o reconhecimento de um segundo vínculo empregatício e o pleito de danos morais por atraso salarial. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há 4 questões centrais em discussão: (i) definir se a frustração de uma promessa formal de renovação de contrato de atleta profissional configura, por si só, vínculo de emprego para o período pré-contratual, mesmo sem a efetiva prestação de serviços; (ii) estabelecer se tal frustração, comunicada dias antes do fechamento da janela de transferências, caracteriza dano indenizável a título de perda de uma chance; (iii) determinar a natureza jurídica (salarial ou indenizatória)

de parcela paga mensalmente a título de "ajuda de custo", sem prestação de contas; e (iv) aferir se a prova oral genérica de atrasos salariais é suficiente para caracterizar a mora contumaz e o consequente dano moral in re ipsa. III. RAZÕES DE DECIDIR A mera promessa de contratação, ainda que formalizada por proposta e aceita tacitamente, não configura vínculo de emprego na ausência da efetiva prestação de serviços, elemento essencial do contrato-realidade (art. 3º da CLT). A frustração da expectativa resolve-se no campo da responsabilidade civil pré-contratual, e não no reconhecimento de uma relação de emprego que não se concretizou.A frustração de uma promessa real e séria de contratação, por meio de ato ilícito do empregador que viola a boa-fé objetiva na fase pré-contratual, configura dano indenizável a título de perda de uma chance. O prejuízo consiste na perda da oportunidade de negociar a carreira em condições normais de mercado, sendo irrelevante a obtenção de novo emprego se comprovada a precarização da possibilidade de negociação na recolocação profissional.A parcela paga sob o título de "ajuda de custo", de forma fixa, mensal e sem a exigência de prestação de contas, descaracteriza sua natureza indenizatória e revela seu caráter contraprestativo, devendo ser reconhecida como "salário por fora" e integrada à remuneração para todos os efeitos legais, em observância ao princípio da primazia da realidade.A condenação por danos morais em decorrência de atraso salarial exige a prova robusta da mora contumaz e reiterada, não sendo suficiente, para tanto, o depoimento testemunhal genérico que não especificou a frequência e os meses em que ocorreram os atrasos, em respeito ao princípio da imediatidade na valoração da prova pelo juízo de origem. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso Ordinário da Reclamada conhecido e não provido. Recurso Ordinário Adesivo da Reclamante conhecido e não provido. Tese de julgamento:A promessa de contratação frustrada, sem a efetiva prestação de serviços, não configura vínculo empregatício, resolvendo-se a controvérsia no âmbito da responsabilidade civil pré-contratual por perda de uma chance. Configura ato ilícito indenizável a título de perda de uma chance a conduta de clube de futebol que, após formalizar promessa de renovação contratual a atleta, desiste abruptamente da competição a poucos dias do fechamento da janela de transferências, ainda que a atleta consiga nova contratação, se comprovado que lhe teria sido tolhido o direito de negociações vantajosas, em face do prazo. A verba paga habitualmente sob a rubrica de "ajuda de custo", em valor fixo e sem exigência de prestação de contas, possui natureza salarial, e não indenizatória, devendo integrar a remuneração para todos os fins.A prova da mora salarial contumaz, apta a gerar dano moral presumido, deve ser inequívoca, não podendo ser suprida por depoimento testemunhal genérico e impreciso.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 3º, 9º, 457, § 2º, e 818, I; Código Civil, arts. 186, 422 e 927; Constituição Federal, art. 114, I. Jurisprudência relevante citada: Não aplicável.

Processo: 0000950-95.2024.5.07.0018 **Julg.: 15/10/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. BANCÁRIO. JORNADA DE TRABALHO. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. GRATIFICAÇÃO. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. PRÊMIOS COM NATUREZA SALARIAL. ASSÉDIO MORAL. DOENÇA DO TRABALHO. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. PARCIAL PROVIMENTO DE AMBOS OS RECURSOS

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela reclamante contra sentença que indeferiu pleitos de horas extras, majoração de verbas indenizatórias e danos morais decorrentes de doença ocupacional. Também interpôs recurso o reclamado, insurgindo-se contra condenações relacionadas à equiparação salarial, indenização pelo uso de veículo próprio, reflexos dos prêmios pagos habitualmente, assédio moral e honorários sucumbenciais. O voto conheceu de ambos os recursos e deu-lhes parcial provimento. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há oito questões em discussão: (i) definir se a reclamante faz jus ao pagamento de horas extras além da oitava diária; (ii) estabelecer se é devida a majoração de valores de reembolso de combustível e depreciação de veículo; (iii) determinar se a remuneração variável pode ser majorada acima da média estimada de R$ 3.000,00; (iv) apurar a natureza jurídica das verbas denominadas "TOTAL DE PRÊMIOS" e "RSR PRÊMIOS"; (v) examinar a adequação do valor arbitrado a título de danos morais por assédio moral; (vi) verificar a existência de doença ocupacional e eventual nexo causal; (vii) averiguar a existência de equiparação salarial; (viii) reconhecer ou não a validade do enquadramento da reclamante no art. 224, § 2º, da CLT, à luz de norma coletiva. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A validade dos registros de ponto foi reconhecida com base na ausência de prova robusta de sua adulteração ou invalidez, conforme Súmula nº 338, I, do TST. 4. A função de "executivo de contas Safrapay" foi enquadrada na exceção do art. 224, § 2º, da CLT, com fundamento em Acordo Coletivo de Trabalho válido e vigente, cuja cláusula expressamente disciplina jornada de 8 horas. 5. O pedido de majoração dos valores de reembolso de combustível e depreciação foi indeferido, pois já arbitrado valor proporcional à prova dos autos, inexistindo comprovação de prejuízo superior. 6. A limitação da remuneração variável ao patamar de R$ 3.000,00 mensais foi mantida com base no princípio da adstrição ao pedido inicial e ausência de provas que justifiquem condenação em valor superior. 7. Foi reconhecida a natureza salarial dos prêmios pagos sob as rubricas "TOTAL DE PRÊMIOS" e "RSR PRÊMIOS", dada sua habitualidade e vinculação ao desempenho laboral, nos termos do art. 457 da CLT. 8. O valor fixado a título de danos morais por assédio moral (R$ 30.000,00) foi mantido, considerado proporcional à gravidade dos fatos e aos parâmetros jurisprudenciais. 9. O pedido de danos morais e materiais por doença ocupacional foi indeferido, diante da ausência de

nexo causal entre as atividades exercidas e a moléstia, conforme laudo pericial não infirmado por prova técnica robusta.10. A equiparação salarial foi reconhecida em razão da identidade funcional e ausência de quadro de carreira válido ou diferenças técnicas ou produtivas demonstradas, conforme art. 461 da CLT e Súmula nº 6 do TST.11. Foram mantidos os honorários advocatícios sucumbenciais devidos à reclamante, nos termos do art. 791-A da CLT. Reconhecida, ainda, a sucumbência recíproca, fixando-se honorários em favor da reclamada sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos da ADI 5766. IV. DISPOSITIVO E TESE 12. Recursos parcialmente providos.Tese de julgamento: 1. O enquadramento da função de executivo de contas Safrapay na exceção do art. 224, § 2º, da CLT é válido quando expressamente previsto em norma coletiva vigente, conforme autorizado pelos arts. 7º, XXVI, da CF e 611-A, V, da CLT. 2. Os prêmios pagos de forma habitual vinculados ao desempenho do trabalhador, ainda que denominados de forma diversa, têm natureza salarial e integram a remuneração para fins legais. 3. O valor da remuneração variável fixado na sentença deve observar o pedido inicial, em respeito ao princípio da adstrição, salvo prova inequívoca de montante superior. 4. O dano moral decorrente de assédio moral é presumido ("in re ipsa"), e sua compensação deve observar a gravidade da conduta e o caráter pedagógico da indenização. 5. A ausência de prova do nexo causal entre a doença alegada e o trabalho impede a condenação por danos morais, materiais e a concessão de estabilidade. 6. Demonstrada a identidade funcional e ausente quadro de carreira válido ou justificativas técnicas, é devida a equiparação salarial nos termos do art. 461 da CLT.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 2º, 224, § 2º, 457, § 4º, 461 e 611-A, V; CF/1988, art. 7º, XIII e XXVI; CPC, arts. 141 e 492; CC, arts. 186 e 927. Jurisprudência relevante citada: STF, Tema 1046 da Repercussão Geral (ARE 1121633, Rel. Min. Gilmar Mendes); TST, Súmulas nº 6 e 338, I

Processo: 0000551-18.2023.5.07.0013 **Julg.: 13/10/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. HORAS EXTRAS. ADICIONAL NOTURNO. DOBRA DE DOMINGOS E FERIADOS. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto por empresa contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos de pagamento de horas extras, dobras de domingos e feriados, e adicional noturno, formulados por empregado. A empresa alegou que o empregado exercia

cargo de confiança, nos termos do artigo 62, inciso II, da CLT, e, portanto, não estaria sujeito ao controle de jornada. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há uma QUESTÃO EM DISCUSSÃO : definir se o empregado exercia cargo de confiança nos moldes do artigo 62, inciso II, da CLT, para afastar o direito ao recebimento de horas extras, adicional noturno e dobra de feriados. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A prova demonstra que o empregado necessitava de autorização de superior hierárquico para tomar decisões importantes, como contratação, demissão e aplicação de penalidades, o que afasta a configuração de amplos poderes de gestão. 4. A ficha financeira não comprova o pagamento de gratificação específica por exercício de cargo de confiança, mas sim por cumprimento de metas, o que enfraquece a tese de remuneração diferenciada exigida para o cargo. 5. As testemunhas confirmam a jornada de trabalho do empregado, inclusive em feriados, que não foram comprovadamente compensados pela empresa em sede recursal. 6. A empresa não alegou a compensação dos feriados trabalhados como fundamento para afastar a condenação em suas razões recursais, o que limita a análise em atenção aos limites da devolutividade recursal. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso parcialmente provido para reformar a sentença e condenar ao pagamento dos feriados trabalhados, aplicando a jornada regular do autor das 13h40 às 22h00 com 1 hora de intervalo.Tese de julgamento:O exercício de cargo de confiança, nos termos do artigo 62, inciso II, da CLT, exige efetivo exercício de amplos poderes de gestão e representação, não bastando a mera nomenclatura do cargo ou a chefia direta de uma unidade.A ausência de comprovação de pagamento de gratificação específica por exercício de cargo de confiança e a necessidade de aprovação superior para atos de gestão descaracterizam o cargo de confiança.O empregador detém o ônus da prova do exercício de cargo de confiança, por se tratar de fato impeditivo do direito do empregado às horas extras.A devolutividade recursal limita a análise do tribunal às matérias impugnadas especificamente no recurso.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 62, II; art. 818, II. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 338, I.

Processo: 0000181-59.2025.5.07.0016 **Julg.:18/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. CATEGORIA DIFERENCIADA. CONVENÇÃO COLETIVA APLICÁVEL DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. QUINQUÊNIO. MULTAS CONVENCIONAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUSTIÇA GRATUITA. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por Biolab Sanus Farmacêutica Ltda. contra sentença proferida pela 10ª Vara do Trabalho de Fortaleza que julgou procedentes os pedidos formulados por Antônio Micherlin de Abreu Sales, determinando o pagamento do adicional por tempo de serviço (quinquênio) a partir de junho/2021, com reflexos em férias + 1/3, gratificação natalina e FGTS, além das multas convencionais previstas nas cláusulas das CCTs de 2021 a 2024. A reclamada também impugna a concessão da justiça gratuita, os honorários advocatícios e a ausência de limitação da condenação aos valores indicados na petição inicial. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há quatro questões em discussão:(i) definir se é aplicável ao contrato de trabalho do reclamante a convenção coletiva do local da prestação dos serviços, mesmo sem a participação direta da reclamada nas negociações;(ii) estabelecer se deve ser limitada a condenação aos valores atribuídos aos pedidos na exordial;(iii) determinar se estão presentes os requisitos legais para a concessão da justiça gratuita ao reclamante;(iv) analisar a legalidade da condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais. III. RAZÕES DE DECIDIR A jurisprudência majoritária admite que, em se tratando de categoria diferenciada, aplica-se a convenção coletiva do local da prestação dos serviços, desde que haja representação sindical correspondente tanto do empregado quanto da empregadora no referido território, em observância ao princípio da territorialidade e ao art. 8º, II, da CF/88.As CCTs apresentadas pelo reclamante foram firmadas entre o sindicato profissional da categoria diferenciada no Estado do Ceará e o sindicato patronal que representa as atividades empresariais da reclamada na mesma base territorial, configurando legítima representatividade sindical.Não há afronta à Súmula 374 do TST, pois a reclamada foi representada por entidade sindical patronal regularmente habilitada na negociação coletiva vigente no local da prestação dos serviços.A apresentação de valores na petição inicial tem natureza meramente estimativa, conforme § 2º do art. 12 da IN 41/2018 do TST, não sendo possível limitar a condenação ao montante indicado na exordial.A concessão da justiça gratuita decorre da declaração de hipossuficiência apresentada pelo autor, cuja presunção de veracidade não foi ilidida pela parte contrária, conforme art. 99, § 3º, do CPC e art. 5º, LXXIV, da CF/88.Os honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 10% sobre o valor da condenação encontram respaldo no art. 791-A da CLT, sendo vedada a condenação do beneficiário da justiça gratuita em honorários sucumbenciais, nos termos da ADI 5766 julgada pelo STF, que declarou inconstitucional o § 4º do art. 791-A da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:Aplica-se a convenção coletiva firmada no local da prestação de serviços ao empregado integrante de categoria diferenciada, desde que a empresa esteja representada por sindicato patronal da mesma base territorial.Os valores indicados na petição inicial em cumprimento ao art. 840, § 1º, da CLT têm caráter estimativo e não limitam a condenação.A declaração de hipossuficiência firmada pelo autor presume-se

verdadeira, sendo suficiente para a concessão da justiça gratuita, salvo prova em contrário.São devidos honorários advocatícios sucumbenciais exclusivamente pela parte vencida que não seja beneficiária da justiça gratuita, sendo vedada a imposição de tais ônus ao trabalhador hipossuficiente, conforme entendimento fixado na ADI 5766.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, II, LXXIV; CLT, arts. 511, § 3º; 769; 790, § § § 3º e 4º; 791-A; CPC, arts. 99, § 3º, 141, 492; IN TST nº 41/2018, art. 12, § 2º. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI 5766, Rel. Min. Luiz Fux, j. 20.10.2021; TST, ARR-1000987-73.2018.5.02.0271, 6ª Turma, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, j. 14.10.2020; TRT da 7ª Região, Processo: 0000233-62.2019.5.07.0017, Rel. Des. Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque, j. 11.02.2021; TRT da 7ª Região, Processo: 0000674-91.2015.5.07.0014, Rel. Des. Durval César de Vasconcelos Maia, j. 06.09.2016.

Processo: 0001346-96.2024.5.07.0010 **Julg.: 26/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PROVA TESTEMUNHAL. PRECLUSÃO. ACIDENTE DE TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO CONFIGURADA. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RESCISÃO INDIRETA. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela reclamada contra sentença que a condenou ao pagamento de indenizações por danos morais e estéticos e verbas rescisórias decorrentes de rescisão indireta, em razão de acidente de trabalho que resultou na amputação parcial de dedos da mão direita do reclamante. A empresa alega cerceamento de defesa pelo indeferimento de prova testemunhal e sustenta a culpa exclusiva da vítima. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 questões em discussão: (i) definir se o indeferimento da oitiva de testemunha, sem o protesto oportuno da parte em audiência, configura cerceamento de defesa; (ii) estabelecer se a omissão do empregador em fornecer treinamento e fiscalizar a atividade perigosa afasta a tese de culpa exclusiva da vítima em acidente de trabalho; (iii) determinar se a conduta negligente do empregador quanto às normas de saúde e segurança, que culminou em acidente grave, constitui falta apta a justificar a rescisão indireta do contrato de trabalho. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O indeferimento de prova testemunhal, quando o magistrado já possui elementos suficientes para formar seu convencimento, não caracteriza cerceamento de defesa, especialmente quando a parte

interessada não apresenta o devido protesto antipreclusivo em audiência, operando-se a preclusão, nos termos dos arts. 765 e 795 da CLT. 4. A responsabilidade civil do empregador por acidente de trabalho é subjetiva, exigindo a comprovação de dano, nexo causal e culpa patronal. A alegação de culpa exclusiva da vítima, como excludente de responsabilidade, é ônus probatório da empresa (art. 818, II, da CLT), que não se desincumbe quando deixa de comprovar o fornecimento de treinamento adequado e a fiscalização efetiva do cumprimento das normas de segurança. 5. A negligência do empregador com as normas de saúde e segurança do trabalho, resultando em acidente que causa lesão grave e permanente ao empregado, configura descumprimento das obrigações contratuais e constitui falta grave, nos termos do art. 483, "c" e "d", da CLT, autorizando a rescisão indireta do pacto laboral. 6. O valor arbitrado para as indenizações por danos morais e estéticos, quando fixado com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando a extensão do dano (amputação parcial de dedos), o grau de culpa da empresa e sua capacidade econômica, deve ser mantido. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Teses de julgamento:A ausência de protesto antipreclusivo em ata de audiência contra o indeferimento de produção de prova testemunhal acarreta a preclusão do direito de arguir a nulidade por cerceamento de defesa em sede recursal.A omissão do empregador no dever de treinar e fiscalizar a atividade de risco afasta a excludente de responsabilidade por culpa exclusiva da vítima, ainda que se verifique conduta imprudente do empregado, configurando a culpa patronal no acidente de trabalho.O descumprimento do dever de garantir um meio ambiente de trabalho seguro, que resulta em acidente de trabalho com lesão grave, constitui falta patronal que autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho.Dispositivos relevantes citados: Constituição Federal, art. 7º, XXVIII; CLT, arts. 157, 483, "c" e "d", 765, 794, 795 e 818, II; CPC, art. 370.

Processo: 0000098-92.2025.5.07.0032 **Julg.:18/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO DE ESTÁGIO. NULIDADE. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ESTABILIDADE DA GESTANTE. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela reclamada contra sentença que declarou a nulidade do contrato de estágio, reconheceu o vínculo de emprego entre as partes e, consequentemente, condenou a empresa ao pagamento de verbas trabalhistas e da indenização substitutiva do período de estabilidade provisória da gestante. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 questões centrais em discussão: (i) definir se o contrato de estágio é nulo por descumprimento dos requisitos da Lei nº 11.788/2008, com o consequente reco-

nhecimento do vínculo empregatício; e (ii) estabelecer se a empregada gestante faz jus à estabilidade provisória, mesmo diante de um suposto pedido de rescisão contratual sem a devida assistência legal. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A validade do contrato de estágio depende do cumprimento dos requisitos formais e materiais previstos na Lei nº 11.788/2008, notadamente em seu art. 3º. A ausência de qualquer um desses requisitos descaracteriza a relação de estágio e impõe o reconhecimento do vínculo de emprego. 4. O direito à estabilidade provisória da gestante, previsto no art. 10, II, "b", do ADCT, é aplicável mesmo que a gravidez tenha se iniciado durante um contrato de estágio posteriormente declarado nulo. O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito. 5. O pedido de demissão de empregada detentora de estabilidade provisória somente possui validade se formalizado com a assistência do respectivo sindicato ou da autoridade do Ministério do Trabalho, conforme exige o art. 500 da CLT. 6. O reconhecimento do vínculo de emprego acarreta, como consequência lógica, o direito do empregado ao recebimento de todas as verbas trabalhistas correspondentes, como aviso prévio, férias, 13º salário e FGTS. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. A ausência de comprovação, pelo empregador, do cumprimento dos requisitos do art. 3º da Lei nº 11.788/2008 acarreta a nulidade do contrato de estágio e o reconhecimento do vínculo de emprego. 2. A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória, sendo inválido seu pedido de rescisão contratual sem a assistência prevista no art. 500 da CLT.Dispositivos relevantes citados:Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), art. 10, II, "b"; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), arts. 500 e 818, II; Lei nº 11.788/2008, art. 3º. Jurisprudência relevante citada: Tribunal Superior do Trabalho (TST), Súmula nº 244, I.

Processo: 0000438-60.2025.5.07.0024 **Julg.:16/10/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. RESCISÃO INDIRETA. LIMBO PREVIDENCIÁRIO. INTERVALO INTRAJORNADA. DANOS MORAIS. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

I. O CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por empresa reclamada contra sentença que reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho de massoterapeuta, condenou ao pagamento de indenização por danos morais em razão de limbo previdenciário, deferiu o pagamento de horas extras pela supressão parcial do intervalo intrajornada e fixou honorários sucumbenciais.

A empresa alega abandono de emprego, inexistência de limbo previdenciário e impropriedade da condenação por danos morais e honorários. II. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há quatro questões em discussão: (i) definir se houve julgamento ultra petita na condenação por danos morais; (ii) estabelecer se a empregada esteve em limbo previdenciário apto a ensejar indenização; (iii) determinar se restou configurada a rescisão indireta por ausência de intervalo intrajornada e negativa de retorno ao trabalho; e (iv) verificar a legalidade da condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais. III. AS RAZÕES DE DECIDIR A configuração do limbo previdenciário se dá quando o empregado, após o término do atestado médico e antes da avaliação do INSS, não é reintegrado ao trabalho nem recebe amparo previdenciário ou salarial, o que fere os princípios da dignidade da pessoa humana e da continuidade do contrato de trabalho.O empregador não pode se omitir quanto ao retorno do empregado ao trabalho nem deixá-lo em situação de abandono funcional e financeiro, sob pena de responder por danos morais presumidos.O dano moral, nesse contexto, prescinde de prova específica, pois decorre da própria violação dos direitos fundamentais da trabalhadora, sendo presumido pela negligência patronal. Houve julgamento extra petita quanto aos danos materiais, mas a condenação foi convertida em indenização por danos morais com base nos artigos 186 e 927 do Código Civil, compatível com o pedido inicial, não havendo nulidade da sentença.A ausência de gozo integral do intervalo intrajornada configura descumprimento contratual grave, conforme o artigo 483, "d", da CLT, autorizando a rescisão indireta, sobretudo quando aliada à negativa de retorno ao trabalho e às condições que ensejaram adoecimento psíquico da trabalhadora.A tese de abandono de emprego não se sustenta, pois não restou comprovada a ausência injustificada por 30 dias nem a intenção de romper o vínculo, sendo a ação ajuizada antes da carta de convocação enviada pela empresa.Os honorários advocatícios sucumbenciais são devidos conforme o artigo 791-A da CLT. IV. O DISPOSITIVO E A TESE DE JULGAMENTORecurso da reclamada conhecido e parcialmente provido. Tese de julgamento:O empregador responde por danos morais quando impede injustificadamente o retorno do trabalhador após afastamento médico, colocando-o em limbo previdenciário.A ausência parcial do intervalo intrajornada constitui falta grave apta a ensejar rescisão indireta do contrato de trabalho.Não se caracteriza abandono de emprego quando o ajuizamento da ação trabalhista antecede qualquer convocação formal.Os honorários advocatícios sucumbenciais são devidos conforme o art. 791-A da CLT. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 1º, III; CLT, arts. 71, § 4º; 483, "d"; 791-A; CPC, art. 373, II; CC, arts. 186 e 927.

Processo: 0000798-11.2023.5.07.0009 **Julg.:30/07/2025**
Rel Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. CONTRATO INTERMITENTE. DESVIRTUAMENTO NÃO COMPROVADO. RESCISÃO INDIRETA. PRESSÃO PSICOLÓGICA NÃO DEMONSTRADA. DANOS MORAIS. ALIMENTAÇÃO "IN NATURA" CONFORME CCT. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO

I. O CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por reclamante que pretende a descaracterização do contrato intermitente para vínculo por prazo indeterminado desde a admissão, o reconhecimento da rescisão indireta por suposta coação no pedido de demissão e outras faltas graves da empregadora, o pagamento de vale-refeição em pecúnia e multa normativa, indenização por danos morais em razão de suposto assédio moral e rigor excessivo, além da multa prevista no art. 467 da CLT. II. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há cinco questões em discussão: (i) definir se houve desvirtuamento do contrato de trabalho intermitente firmado entre as partes; (ii) determinar se a autora foi coagida a pedir demissão e se é cabível o reconhecimento da rescisão indireta; (iii) verificar o descumprimento de cláusula coletiva sobre fornecimento de alimentação; (iv) apurar a existência de assédio moral e consequente direito à indenização por danos morais; (v) analisar a incidência da multa do art. 467 da CLT. III. AS RAZÕES DE DECIDIR A descaracterização do contrato intermitente exige a demonstração de prestação contínua e habitual de serviços, ônus que incumbia à reclamante, nos termos dos arts. 818, I, da CLT e 373, I, do CPC. A documentação apresentada, especialmente os contracheques, comprova a variabilidade de horas trabalhadas entre março e agosto de 2024, afastando a alegação de jornada fixa nesse período.A alteração contratual ocorrida a partir de setembro de 2024, para vínculo por prazo indeterminado, foi fruto de mútuo consentimento entre as partes e em conformidade com o art. 468 da CLT, não se evidenciando prejuízo à empregada, tampouco desvirtuamento anterior.A alegação de coação no pedido de demissão, para fins de reconhecimento de rescisão indireta, não foi comprovada por prova robusta. O pedido de demissão foi formalizado documentalmente, sem indício de vício de consentimento, o que impede a posterior conversão em rescisão indireta, conforme orientação do art. 483, § 3º, da CLT.A convenção coletiva aplicável admite o fornecimento de alimentação "in natura" em refeitório próprio do tomador. A reclamada comprovou o fornecimento de café da manhã e almoço nas dependências da obra, em conformidade com a cláusula décima quarta da CCT, o que afasta

a pretensão de pagamento em pecúnia e a aplicação da multa normativa.O pedido de indenização por danos morais carece de prova concreta das alegadas condutas humilhantes ou constrangedoras no ambiente de trabalho. Ausente comprovação do assédio moral, não se justifica a reparação pleiteada.A multa do art. 467 da CLT é incabível quando há controvérsia relevante sobre as verbas pleiteadas, que foram integralmente impugnadas e julgadas improcedentes. IV. O DISPOSITIVO E A TESE DE JULGAMENTORecurso da reclamante conhecido e improvido. Tese de julgamento:A descaracterização do contrato intermitente depende de prova inequívoca da prestação contínua e habitual de serviços com jornada fixa, ônus do empregado.O pedido de demissão formalizado sem vício de consentimento afasta a possibilidade de reconhecimento posterior da rescisão indireta, bem como a ausência de prova de falta grave pela parte reclamada.É lícito o fornecimento de alimentação "in natura" pelo empregador, nos termos da convenção coletiva, desde que observado o disposto no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.A reparação por danos morais exige prova robusta da conduta ofensiva e do nexo com o dano alegado.A multa prevista no art. 467 da CLT não incide quando as verbas são integralmente controvertidas e julgadas improcedentes.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 452-A, § 1º e § 6º; 468; 483, "a" e "d", e § 3º; 611-A; 818, I. CPC, art. 373, I. CF/1988, art. 5º, V e X. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 241.

Processo: 0001450-70.2024.5.07.0016 **Julg.: 26/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. DOENÇA NÃO ESTIGMATIZANTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por empregada em reclamação trabalhista ajuizada sob o rito sumaríssimo, em face da sentença que julgou improcedentes os pedidos de reconhecimento de dispensa discriminatória, reintegração ao emprego, indenização por danos morais e exclusão de honorários sucumbenciais. A autora alegou que foi demitida em razão de possível enfermidade autoimune, ainda em fase de investigação diagnóstica, o que, segundo ela, configuraria dispensa discriminatória. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: (i) definir

se a dispensa da autora, durante o período de experiência e em fase de investigação de possível doença autoimune, configura dispensa discriminatória apta a ensejar reintegração ou indenização; (ii) estabelecer se é cabível a condenação da parte beneficiária da justiça gratuita ao pagamento de honorários sucumbenciais, mesmo após o julgamento da ADI nº 5766 pelo STF. III. RAZÕES DE DECIDIR A dispensa de empregado em fase de investigação médica, sem diagnóstico confirmado de doença grave e estigmatizante, não configura, por si só, dispensa discriminatória, conforme exigido pela Súmula 443 do TST.A condição de saúde da autora (dores articulares) não se enquadra como enfermidade grave capaz de gerar estigma ou preconceito, não havendo presunção de discriminação nem prova de conduta dolosa do empregador.O término do vínculo contratual decorreu do encerramento regular do contrato de experiência, não havendo vícios formais na contratação ou provas de nulidade do termo de encerramento.A autora não estava afastada por licença médica, nem demonstrou incapacidade laboral no momento da dispensa, presumindo-se sua aptidão plena para o trabalho.A condenação da beneficiária da justiça gratuita ao pagamento de honorários sucumbenciais é válida, conforme interpretação do art. 791-A, § 4º, da CLT à luz da decisão do STF na ADI nº 5766, permanecendo suspensa a exigibilidade da verba pelo prazo de dois anos, salvo prova de alteração da condição econômica. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:A dispensa de empregado durante o contrato de experiência, sem comprovação de doença grave e estigmatizante, não configura, por si só, dispensa discriminatória.A dor articular, embora debilitante, não se qualifica como enfermidade que enseje estigma ou preconceito, nos termos da Súmula 443 do TST.É cabível a condenação da parte beneficiária da justiça gratuita ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, com suspensão da exigibilidade, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, conforme modulado pelo STF na ADI nº 5766.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, *caput* e incisos XXXV e X; CLT, arts. 443, 445, 791-A, § 4º; Lei nº 13.467/2017; Súmula nº 443 do TST. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI nº 5766, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Plenário, j. 20.10.2021; TST, RR nº 0002991-61.2013.5.02.0082, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, j. 09.11.2016; TST, RR nº 0001535-46.2015.5.02.0037, Rel. Min. Guilherme Augusto *Caput*o Bastos, 4ª Turma, j. 18.09.2019.

Processo: 0001143-16.2024.5.07.0017 **Julg.:07/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA. FRAUDE TRABALHISTA. VÍNCULO DE EMPREGO COM A PRIMEIRA RECLAMADA. RES-

PONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. DANO MORAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela segunda Reclamada em face de sentença que, reconhecendo a existência de fraude trabalhista, declarou o vínculo de emprego direto com a primeira reclamada e a condenou, de forma subsidiária, ao pagamento de verbas trabalhistas e indenização por danos morais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões centrais em discussão: (i) definir se a prova dos autos autoriza a manutenção do reconhecimento de fraude e do vínculo empregatício direto com a primeira reclamada, e, em caso positivo, qual a extensão temporal da responsabilidade subsidiária da segunda reclamada; (ii) analisar se o fornecimento de alimentação inadequada e a fraude contratual configuram dano moral passível de indenização. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Pelo princípio da primazia da realidade, a verdade dos fatos prevalece sobre os registros formais. A prova documental, consistente em áudios e mensagens, que demonstra subordinação jurídica, fiscalização e pagamento de salários por parte da primeira reclamada, tem o condão de elidir a presunção relativa de veracidade das anotações da CTPS, efetivadas pela segunda reclamada, configurando a fraude prevista no art. 9º da CLT. 4. Embora a recorrente pleiteie a exclusão total de sua responsabilidade, com base na máxima de que "quem pede o mais, pede o menos", a condenação subsidiária deve ser limitada aos períodos em que ficou comprovada a efetiva prestação de serviços do autor em seu benefício. 5. O fornecimento de alimentação em condições aviltantes configura ato ilícito que atenta contra a dignidade do trabalhador, extrapolando o mero descumprimento contratual e ensejando a reparação por dano moral. 6. A eventual irregularidade no recebimento de auxílio emergencial pelo empregado, em período concomitante ao vínculo, é questão a ser dirimida entre este e o ente público, não possuindo o condão de eximir o empregador de suas obrigações contratuais. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento: 1.Comprovada a subordinação direta do empregado à primeira reclamada, correta a sentença que, com base no princípio da primazia da realidade, reconhece a fraude e declara o vínculo empregatício diretamente com esta, condenando a segunda reclamada de forma subsidiária, nos limites do pedido. 2. A responsabilidade subsidiária da segunda reclamada limita-se ao pagamento das verbas trabalhistas relativas ao período em que efetivamente se beneficiou da prestação laboral. 3. Configura dano moral indenizável a submissão do trabalhador a condições degradantes de trabalho, como o fornecimento de alimentação inadequada.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 9º. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 12.

Processo: 0000559-77.2024.5.07.0039 **Julg.: 03/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. MULTAS DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT. CONTRATO DE FACÇÃO DESVIRTUADO. RECURSOS DESPROVIDOS

I. CASO EM EXAME 1. A reclamada Paquetá requer, inicialmente, a concessão da justiça gratuita; no mérito, a recorrente argumenta que as multas dos artigos 467 e 477 da CLT não deveriam ser aplicadas devido à sua situação de recuperação judicial; contesta a inclusão da multa rescisória de 40% sobre o FGTS na base de cálculo da multa do artigo 467 da CLT, alegando que essa multa tem natureza indenizatória e não salarial; requer a exclusão das multas do art. 467 e 477 da CLT. 2.A reclamada Adidas requer seja excluída a responsabilidade subsidiária a ela atribuída, reconhecendo-se a validade do contrato de facção firmado junto à Paquetá; contesta a condenação ao pagamento das multas dos artigos 467 e 477 da CLT e da indenização de 40% do FGTS, argumentando que se tratam de valores de cunho personalíssimo e punitivo, dos quais não pode ser responsabilizada, pois não houve ingerência na administração da Paquetá. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3.Há duas questões centrais em discussão:(i) definir se a condição de empresa em recuperação judicial afasta a incidência das multas dos arts. 467 e 477 da CLT; (ii) estabelecer se a multa de 40% do FGTS integra a base de cálculo da multa do art. 467 da CLT; (iii) determinar se a Adidas deve responder subsidiariamente pelas verbas trabalhistas diante da configuração de ingerência no contrato de facção. III. RAZÕES DE DECIDIR 4.A condição de empresa em recuperação judicial não afasta a incidência das multas dos arts. 467 e 477 da CLT, pois tais penalidades decorrem do inadimplemento das verbas rescisórias e têm caráter sancionatório, cuja apuração permanece na competência da Justiça do Trabalho conforme o art. 6º, § 2º, da Lei 11.101/2005.5. A multa de 40% do FGTS, de natureza eminentemente indenizatória, integra o conjunto de verbas rescisórias não quitadas no momento da dispensa, razão pela qual deve compor a base de cálculo da multa do art. 467 da CLT, desde que não haja controvérsia sobre seu pagamento. 6.A prova testemunhal evidencia ingerência direta da Adidas no processo produtivo da unidade da Paquetá, indicando a definição do ritmo, design, quantidade e qualidade dos produtos, além de controle contínuo por representantes da contratante, o que configura o desvirtuamento do contrato de facção e atrai a aplicação da Súmula 331 do TST, legitimando a responsabilização subsidiária da Adidas. IV. DISPOSITIVO E TESE Recursos desprovidos.Tese de julgamento: 1.A recuperação judicial da empregadora não impede a aplicação das multas previstas nos arts. 467 e 477 da CLT. 2.A multa de 40% do FGTS integra a base de cálculo

da multa do art. 467 da CLT quando incontroversa. 3.A ingerência da tomadora no processo produtivo descaracteriza o contrato de facção e atrai a responsabilidade subsidiária por verbas trabalhistas.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LXXIV; CLT, arts. 2º, § 2º e § 3º, 467, 477, 790, § 4º, 840, § 1º, 791-A; CPC, arts. 99, § 3º, 487, II; Lei 11.101/2005, art. 6º, § 2º.

Processo: 0001173-12.2024.5.07.0030 **Julg.: 04/08/2025**
Rel.Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS DAS PARTES. CONTRATO DE FACÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E SOLIDÁRIA. BASE DE CÁLCULO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARCIAL PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1.Em recurso ordinário, a reclamada PAQUETA CALÇADOS LTDA se diz incapaz de arcar com o depósito recursal e com as custas processuais e postula, prima facie, a concessão da justiça gratuita, e, no mérito, o afastamento da condenação ao pagamento das multas dos artigos 467 e 477 da CLT. Por fim, requer a redução do percentual para 5%, com base no art. 791-A, § 2º, da CLT, considerando a simplicidade do processo e o trabalho realizado pelo advogado da parte contrária. 2.A reclamada ADIDAS DO BRASIL LTDA requer o afastamento da responsabilidade subsidiária, reconhecendo-se a validade do contrato de facção, bem como da condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais. 3.A reclamante, por sua vez, requer a reforma da sentença para: seja considerada como base de cálculo utilizada para a liquidação das verbas rescisórias o valor de R$1.694,40, sendo o salário base acrescido do adicional noturno; requer seja responsabilizada a PRATICARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA em razão de integrar o grupo econômico das condenadas. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 4.Há quatro questões centrais em discussão:(i) definir se a responsabilidade subsidiária da ADIDAS subsiste em razão do desvirtuamento do contrato de facção;(ii) estabelecer se a PRATICARD integra grupo econômico com as demais reclamadas, gerando responsabilidade solidária;(iii) determinar se a base de cálculo das verbas rescisórias deve incluir adicional noturno;(iv) examinar se os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser majorados. III. RAZÕES DE DECIDIR 5.A responsabilidade subsidiária da ADIDAS configura-se porque a prova oral evidenciou ingerência no processo produtivo, com definição de modelo, design, quantidade e fiscalização da produção, caracterizando desvirtuamento do contrato

de facção (Súmula 331 do TST). 6.A existência de grupo econômico resulta do controle societário comum e gestão unificada, demonstrada por prova documental e depoimento de preposta, impondo solidariedade entre PRATICARD e as demais reclamadas (art. 2º, § § 2º e 3º da CLT). 7.A inclusão do adicional noturno na base de cálculo das verbas rescisórias não se justifica, pois inexiste prova documental ou contracheques que demonstrem percepção habitual dessa parcela. 8.A majoração dos honorários advocatícios a 15% encontra respaldo no art. 791-A, § 2º da CLT, em razão da complexidade da demanda e do trabalho realizado pelo patrono do reclamante. IV. DISPOSITIVO E TESE Recursos das reclamadas conhecidos e desprovidos. Recurso ordinário da reclamante conhecido e provido em parte para para reconhecer a responsabilidade solidária da reclamada PRATICARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA e majorar os honorários advocatícios sucumbenciais ao percentual de 15% sobre o valor que resultar a liquidação.Tese de julgamento: 1.A ingerência da tomadora no processo produtivo descaracteriza contrato de facção e atrai responsabilidade subsidiária. 2.A configuração de grupo econômico demanda prova do controle societário ou da atuação coordenada entre empresas, ensejando responsabilidade solidária. 3.O adicional noturno não integra a base de cálculo rescisória sem prova documental idônea de sua percepção habitual. 4.Os honorários advocatícios podem ser majorados até o teto legal quando compatível com a relevância da causa e os critérios legais.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 2º, § § 2º e 3º; 73, § 3º; 467; 477; 790, § 4º; 791-A. CPC, arts. 85 e 99, § 3º. CF/1988, art. 133. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 331; TRT-7, RO nº 00008393320185070015, Rel. Des. Francisco Tarcisio Guedes Lima Verde Junior, j. 08.02.2021.

Processo: 0001105-62.2024.5.07.0030 **Julg.: 04/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. DEPÓSITOS DO FGTS. JUSTIÇA GRATUITA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo Município de Missão Velha em face de sentença que julgou procedentes os pedidos formulados pela reclamante, especialmente quanto ao pagamento dos depósitos do FGTS referentes ao vínculo empregatício iniciado em 01.09.2021. Requereu-se, ainda, a revogação dos benefícios da justiça gratuita concedidos à parte autora, o

sobrestamento do feito até manifestação da Caixa Econômica Federal, a revisão dos critérios de correção monetária e juros aplicados e a fixação de honorários de sucumbência em favor da reclamada. O recurso foi conhecido parcialmente, com exclusão do tópico "DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA", por ausência de dialeticidade. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há cinco questões em discussão: (i) reconhecer a validade da concessão da justiça gratuita com base em declaração de hipossuficiência; (ii) aferir a legalidade do indeferimento do sobrestamento do processo para manifestação da Caixa Econômica Federal; (iii) apurar a responsabilidade do Município pelos depósitos de FGTS no período trabalhado; (iv) estabelecer os critérios de correção monetária e juros aplicáveis às condenações impostas à Fazenda Pública; (v) definir a possibilidade de condenação da parte autora ao pagamento de honorários de sucumbência. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A declaração de hipossuficiência firmada pela parte autora ou por seu advogado com poderes específicos é suficiente para concessão da justiça gratuita, nos termos da Súmula nº 463, I, do TST, não havendo prova em sentido contrário apresentada pelo recorrente. 4. O pedido de sobrestamento do feito até manifestação da Caixa Econômica Federal não encontra amparo legal, sendo considerado medida protelatória, especialmente porque a sentença já previu a compensação de valores eventualmente pagos, afastando risco de enriquecimento ilícito. 5. A confissão do Município quanto à ausência de individualização dos depósitos do FGTS, aliada à inexistência de prova de regularidade, atrai a aplicação da Súmula nº 461 do TST, segundo a qual o ônus da prova quanto à regularidade do FGTS é do empregador. Assim, correta a condenação imposta. 6. As condenações impostas à Fazenda Pública devem observar a correção monetária pelo IPCA-E até 08/12/2021 e, a partir de 09/12/2021, apenas a taxa SELIC, conforme previsto na EC nº 113/2021 e em consonância com a jurisprudência do STF nos temas 810, 808 e 985. 7. Inexistindo sucumbência da parte autora, que obteve provimento integral dos pedidos formulados na petição inicial, é incabível a fixação de honorários de sucumbência em favor do ente público reclamado. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso parcialmente conhecido e, na parte conhecida, improvido.Tese de julgamento:A declaração de hipossuficiência firmada pela parte autora ou por seu advogado com poderes específicos é suficiente para concessão da justiça gratuita, salvo prova em contrário.O pedido de sobrestamento do feito para aguardar manifestação de terceiro, ausente previsão legal ou risco de decisão contraditória, configura tentativa protelatória e deve ser indeferido.O empregador é responsável pela comprovação da regularidade dos depósitos do FGTS, cuja ausência autoriza a condenação ao pagamento integral dos valores devidos.As condenações impostas à Fazenda Pública devem ser corrigidas monetariamente pelo IPCA-E até 08/12/2021 e, a partir de 09/12/2021, exclusivamente pela taxa SELIC, nos termos da EC nº 113/2021.Não cabe a fixação de honorários de sucumbência em favor da parte reclamada quando

inexistente sucumbência da parte autora.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 5º, *caput* e XXII; CPC, art. 373, II; CPC/2015, art. 105; CLT, art. 840, § 3º; Lei nº 8.036/1990, art. 15; Lei nº 9.494/1997, art. 1º-F; EC nº 113/2021, art. 3º; Lei nº 8.212/1991, art. 28; Decreto nº 3.048/1999, art. 214. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 461; TST, Súmula nº 463, I; STF, RE 870.947, rel. Min. Luiz Fux, j. 20.11.2017 (Tema 810); STF, RE 1269353, j. 18.12.2020 (Tema 1046); STF, RE 593.068, j. 28.08.2020 (Tema 808); STF, RE 1072485, j. 28.08.2020 (Tema 985).

Processo: 0000635-03.2025.5.07.0028 **Julg.: 17/09/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. DISPENSA POR JUSTA CAUSA. REVERSÃO. VERBAS RESCISÓRIAS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto por empregado contra sentença que manteve a dispensa por justa causa, aplicada sob fundamento de mau procedimento em razão de ter reconvocado paciente para realização de exame com contraste sem prévia autorização médica. O juízo de origem entendeu que a conduta do autor configurou falta grave apta a romper a fidúcia contratual, inclusive em empresa diversa do mesmo grupo econômico. O reclamante, em apelo, sustenta que o magistrado utilizou fatos estranhos ao processo, que não houve prova robusta da falta grave, nem antecedentes disciplinares que justificassem a penalidade máxima, pleiteando a reversão da justa causa e a condenação em indenização por danos morais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão:(i) definir se a conduta do reclamante configura falta grave apta a ensejar a dispensa por justa causa;(ii) estabelecer se a dispensa indevida por justa causa gera o dever de indenizar por danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A justa causa, por ser a penalidade máxima no âmbito da relação de emprego, exige prova robusta da falta cometida, além da observância dos requisitos de gravidade, proporcionalidade, imediatidade e nexo causal. 4. Os contratos de trabalho do autor em diferentes filiais do grupo econômico são juridicamente autônomos e independentes, porém o acordo homologado em ação anterior, com reconhecimento de dispensa sem justa causa pela própria filial na qual ocorreu o fato, revela relevação da conduta do reclamante. 5. A realização de exame com contraste exige acompanhamento obrigatório de médico radiologista, que prescreve e supervisiona a aplicação do contraste, permanecendo disponível até a liberação do paciente, o que afasta o risco alegado pela reclamada. 6. O paciente reconvocado não chegou a realizar

o exame, tendo sido emitido laudo apenas com base no primeiro procedimento, inexistindo exposição concreta a risco pela reconvocação do paciente feita pelo reclamante. 7. Não havendo histórico de faltas disciplinares nem comprovação de conduta grave a justificar a ruptura motivada, a aplicação da justa causa mostra-se excessiva e desproporcional. 8. A reversão da justa causa em juízo atrai o pagamento da multa do art. 477 da CLT, conforme precedentes do TST (Tema 71). 9. A imputação injusta da penalidade máxima macula a imagem e a dignidade do trabalhador, configurando dano moral "in re ipsa", passível de reparação. IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Recurso provido.Teses de julgamento:"A dispensa por justa causa exige comprovação robusta da falta grave, observados os requisitos de gravidade, proporcionalidade, imediatidade e nexo causal.""A reversão da dispensa por justa causa em juízo autoriza o pagamento das verbas rescisórias típicas da dispensa sem justa causa e atrai a multa do art. 477 da CLT.""A imputação indevida de justa causa ao empregado configura dano moral in re ipsa, ensejando indenização."Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 482, "b" e "e"; 477, § 8º; 791-A, § 2º; 883; 896-A, § 1º, II; CC, arts. 186, 187, 389, 927 e 406; Lei nº 14.905/2024, art. 406. Jurisprudência relevante citada: TST, RR nº 54067-2019-506-0009, Rel. Min. Cilene Ferreira Amaro Santos, 8ª Turma, j. 26.04.2022, DJe 29.04.2022; TRT-2, RO nº 1000584-43.2021.5.02.0322, Rel. Des. Ivani Contini Bramante, 4ª Turma, j. 30.03.2022; TST, Tema 71 da Tabela de Gestão de Precedentes.

Processo: 0000250-36.2025.5.07.0002 **Julg.: 09/09/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. ACIDENTE DE TRAJETO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. INTERVALO PARA REFEIÇÃO. ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso interposto pelo reclamante contra decisão que julgou improcedente seu pedido de reconhecimento de estabilidade provisória decorrente de acidente de trabalho. O recorrente sustenta que, em 30/04/2023, ao sair da empresa para almoçar, sofreu um acidente de motocicleta, o que resultou em afastamento pelo INSS (benefício B31) por 14 dias, pleiteando o direito à estabilidade acidentária ou indenização substitutiva correspondente. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar se o reclamante comprovou a ocorrência de acidente de trajeto, equiparado a acidente de trabalho, durante

o intervalo para refeição, de modo a preencher os requisitos para a concessão da estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei nº 8.213/91. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A aquisição do direito à estabilidade acidentária, nos termos do art. 118 da Lei nº 8.213/91 e da Súmula 378, II, do TST, exige a constatação do nexo de causalidade entre a lesão e a execução do contrato de emprego, ainda que não tenha havido a percepção de auxílio-doença acidentário, sendo o acidente de trajeto uma das hipóteses de equiparação ao acidente de trabalho (art. 21, IV, 'd', e § 1º, da Lei nº 8.213/91). 4. Compete ao autor o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito, ou seja, a ocorrência do acidente de moto durante seu deslocamento no intervalo para refeição e em percurso compatível, conforme dispõem o art. 818, I, da CLT e o art. 373, I, do CPC, especialmente diante da negativa da reclamada quanto à caracterização do evento como acidente de trabalho por equiparação. 5. A ausência de provas robustas, como boletim de ocorrência, prova testemunhal ou outros elementos que precisem o local, o horário e as circunstâncias do acidente, impede a verificação da sua conexão com o intervalo para refeição e o trabalho. 6. A mera apresentação de atestados médicos que comprovam a lesão (fratura do antebraço) não é suficiente, por si só, para demonstrar que tal lesão decorreu de um acidente de trajeto equiparável a acidente de trabalho. 7. A alegação da reclamada de que o autor se ausentou da empresa sem registrar sua saída e sem informar o motivo, não infirmada por prova em contrário, enfraquece a tese de deslocamento rotineiro para almoço e levanta dúvidas sobre a natureza do deslocamento. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1.A caracterização do acidente de trajeto como equiparado a acidente de trabalho, para fins de reconhecimento da estabilidade provisória do art. 118 da Lei nº 8.213/91, depende de prova inequívoca, a cargo do empregado, de que o infortúnio ocorreu no percurso usual ou durante o deslocamento para refeição vinculado ao contrato de trabalho. 2.Incumbe ao reclamante, nos termos do art. 818, I, da CLT e do art. 373, I, do CPC, o ônus de demonstrar o fato constitutivo do seu direito, não bastando a simples alegação do acidente de trajeto ou a comprovação da lesão física para o reconhecimento do nexo causal com o trabalho. 3.A ausência de comprovação do acidente de trajeto, por falta de elementos probatórios que o situem no tempo, local e circunstâncias compatíveis com o deslocamento laboral, acarreta a improcedência do pedido de estabilidade acidentária e verbas correlatas.Dispositivos relevantes citados: Lei nº 8.213/91, arts. 21, IV, 'd', § 1º, e 118; CLT, art. 818, I; CPC, art. 373, I. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 378, II.

Processo: 0001104-19.2024.5.07.0017 **Julg.: 14/07/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3º

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. HORAS EXTRAS E INTERVALO INTRAJORNADA. AUSÊNCIA DE PROVAS APTAS A INFIRMAR O LAUDO PERICIAL E OS CONTROLES DE PONTO. RECURSO DESPROVIDO

1. Recurso ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, intervalos intrajornada e dobra de domingos, bem como afastou a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais. O recorrente sustenta ter laborado em condições insalubres e perigosas e sob jornada superior à legal, com supressão parcial ou total de intervalo intrajornada, requerendo a reforma da decisão. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão:(i) definir se o reclamante comprovou o exercício de atividades em condições insalubres ou perigosas que justifiquem o pagamento dos respectivos adicionais;(ii) verificar se restou demonstrada a prestação de horas extras e a supressão do intervalo intrajornada, capazes de ensejar o pagamento das parcelas correlatas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O laudo pericial técnico elaborado por profissional de confiança do juízo, com base em inspeção in loco e observância das NRs 15 e 16 da Portaria MTE nº 3.214/78, conclui pela inexistência de condições insalubres ou periculosas no ambiente laboral do reclamante. 4. O magistrado não está adstrito ao laudo pericial (CPC, art. 479), mas sua desconsideração exige prova robusta de erro ou contradição técnica, o que não se verifica nos autos, uma vez que o reclamante não apresentou elementos aptos a infirmar as conclusões do expert.5. Quanto às horas extras e ao intervalo intrajornada, a reclamada apresentou controles de ponto válidos e variáveis, em conformidade com o art. 74, § 2º, da CLT, comprovando o regular controle da jornada. 6. As testemunhas do reclamante prestaram depoimentos genéricos e insuficientes para afastar a presunção de veracidade dos registros de ponto, não logrando demonstrar a alegada sobrejornada ou a supressão de intervalos. 7. O juízo de origem, destinatário da prova, apreciou o conjunto probatório segundo o princípio da persuasão racional (CPC, art. 371), fundamentando de forma coerente a improcedência dos pedidos. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido. Tese de julgamento:"O laudo pericial técnico prevalece como prova idônea da inexistência de condições insalubres ou perigosas quando não infirmado por outros elementos de convicção robustos.""Controles de ponto válidos e variáveis prevalecem sobre alegações genéricas de sobrejornada, ausente prova

convincente em sentido contrário.""O magistrado aprecia a prova sob o princípio da persuasão racional, devendo manter-se a sentença quando coerente e devidamente fundamentada. "Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 74, § 2º; CPC, arts. 371 e 479; Portaria MTE nº 3.214/78, NR-15 e NR-16; Lei nº 10.101/2000, art. 6º, parágrafo único.

Processo: 0001102-04.2024.5.07.0032 **Julg.: 29/10/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. MOTORISTA ENTREGADOR. ATIVIDADE EXTERNA. HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ADICIONAL NOTURNO. IMPOSSIBILIDADE DE CONTROLE DE JORNADA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO IFOOD. RECONHECIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto por entregador contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de horas extras, adicional noturno, intervalo intrajornada e repouso semanal remunerado, bem como indeferiu o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da empresa IFOOD. COM AGÊNCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A. Sustenta o recorrente que laborava em jornadas superiores a 15 horas diárias, sem pagamento de horas extraordinárias, adicional noturno e intervalo intrajornada, além de requerer a responsabilização subsidiária da tomadora de serviços IFOOD, por ter se beneficiado diretamente de sua força de trabalho. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão:(i) definir se é possível reconhecer o direito do reclamante às horas extras, ao adicional noturno e ao intervalo intrajornada, diante da alegada ausência de controle de jornada;(ii) estabelecer se o IFOOD deve responder subsidiariamente pelas verbas trabalhistas deferidas, na condição de beneficiário direto da prestação de serviços. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O enquadramento do trabalhador na exceção do art. 62, I, da CLT pressupõe a impossibilidade de controle de jornada, sendo ônus do empregado demonstrar o efetivo controle pelo empregador. 4. A prova oral confirmou a flexibilidade dos horários dos entregadores e a inexistência de fiscalização direta, razão pela qual não se caracteriza o controle de jornada apto a ensejar o pagamento de horas extras, adicional noturno ou intervalo intrajornada. 5. O uso de aplicativo de rastreamento, mensagens e ligações não configura controle efetivo de jornada, pois não permite aferir em tempo real as atividades desempenhadas pelo traba-

lhador. 6. Reconhece-se, contudo, que o IFOOD se beneficiou diretamente da força de trabalho do reclamante, na medida em que as entregas realizadas por meio de sua plataforma digital constituem parte essencial de sua atividade-fim. 7. A relação jurídica entre o IFOOD e a empregadora do reclamante configura terceirização de serviços, atraindo a responsabilidade subsidiária da tomadora pelos créditos trabalhistas, nos termos da Súmula nº 331, item VI, do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. O trabalhador que exerce atividade externa sem possibilidade de controle de jornada enquadra-se na exceção do art. 62, I, da CLT, sendo indevidas horas extras, adicional noturno e indenização por intervalo intrajornada. 2. A empresa que se beneficia diretamente da prestação de serviços terceirizados responde de forma subsidiária pelos créditos trabalhistas, conforme Súmula nº 331, VI, do TST.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 62, I. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 331, itens IV e VI.

Processo: 0001810-69.2024.5.07.0027 **Julg.: 18/11/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. DOENÇA OCUPACIONAL. ASSÉDIO MORAL E SEXUAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EMPREGADOR. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por COBASI COMÉRCIO DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS S.A. contra sentença da Vara do Trabalho de Eusébio, que julgou procedentes os pedidos formulados por ITAMARA VITAL SILVA em ação trabalhista, reconhecendo a existência de assédio moral e sexual, bem como a configuração de doença ocupacional, condenando a reclamada ao pagamento de R$ 125.000,00 por danos morais. A reclamada impugna a condenação sob os fundamentos de inexistência de nexo causal, de excesso no valor indenizatório e de indevida expedição de ofícios a órgãos públicos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há quatro questões em discussão: (i) definir se restou caracterizada a doença ocupacional com nexo de concausalidade com as atividades laborais; (ii) estabelecer se é devida a indenização por danos morais em virtude de assédio moral, assédio sexual e doença ocupacional; (iii) determinar se o valor da indenização fixado na origem é razoável e proporcional; (iv) avaliar a legalidade da expedição de ofícios

ao MPT e ao MPE. III. RAZÕES DE DECIDIR O laudo pericial reconhece a existência de fatores laborais - assédio moral e sexual - como concausas da doença psiquiátrica desenvolvida pela reclamante, evidenciando nexo de concausalidade entre a enfermidade e o trabalho, nos termos do art. 21, I, da Lei nº 8.213/91.A responsabilidade civil do empregador decorre da teoria da responsabilidade objetiva, conforme art. 927, parágrafo único, do CC, quando a atividade empresarial implica risco à saúde do trabalhador, prescindindo-se de demonstração de culpa.A conduta patronal que culminou no adoecimento da trabalhadora e nos assédios sofridos violou diretamente os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da função social da empresa e do contrato, justificando a indenização por dano moral.O valor arbitrado na sentença (R$ 125.000,00), discriminado entre danos decorrentes de assédio moral e sexual (R$ 50.000,00) e de doença ocupacional (R$ 75.000,00), mostra-se proporcional, razoável e compatível com os princípios da prevenção e da reparação integral, não se aplicando de forma vinculante os limites previstos no art. 223-G da CLT, conforme interpretação do STF nas ADIs 6.050, 6.069 e 6.082.A determinação de expedição de ofícios ao MPT e ao MPE encontra respaldo na possibilidade de apuração de ilícitos trabalhistas e penais, sendo prerrogativa do juízo, sem que isso implique ilegalidade ou usurpação de atribuições.Os honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação encontram-se dentro dos limites legais (art. 791-A da CLT) e são compatíveis com a complexidade da causa e o trabalho realizado. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:A existência de nexo de concausalidade entre a atividade laboral e a doença adquirida pelo empregado enseja o reconhecimento de doença ocupacional equiparada a acidente de trabalho.A responsabilidade civil do empregador por danos decorrentes de risco da atividade empresarial é objetiva, conforme art. 927, parágrafo único, do Código Civil.O dano moral decorrente de assédio moral, assédio sexual e doença ocupacional prescinde de prova do prejuízo, sendo presumido pela gravidade dos fatos.A fixação do valor da indenização por dano moral deve observar os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da reparação integral, não sendo os limites do art. 223-G da CLT de aplicação vinculante.É legítima a expedição de ofícios ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Estadual para apuração de eventuais irregularidades constatadas no processo.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 5º, X, e 7º, XXII e XXVIII; CC/2002, arts. 186, 187 e 927, parágrafo único; CLT, arts. 223-A e 223-G; Lei nº 8.213/1991, arts. 20 e 21, I; CPC/2015, art.

334. Jurisprudência relevante citada: STF, ADIs 6.050, 6.069 e 6.082, Rel. Min. Gilmar Mendes, Plenário, j. 27.10.2021; STJ, REsp 318.099-SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 3ª T., DJU 08.04.2002.

Processo: 0000718-35.2024.5.07.0034 **Julg.: 26/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIO E ADESIVO. ACIDENTE DE TRABALHO. DOENÇA OCUPACIONAL. DANOS MORAIS. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSOS IMPROVIDOS

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinário e adesivo interpostos pelo reclamado e pela reclamante, contestando sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos de indenização por danos morais e estabilidade provisória, e improcedentes os demais pleitos. O reclamado contesta a existência de acidente de trabalho e a indenização por danos morais, enquanto a reclamante requer a majoração da indenização por danos morais e dos honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se houve acidente de trabalho, considerando o nexo causal/concausal entre a doença da reclamante (ansiedade generalizada) e o assédio sexual sofrido no trabalho; (ii) estabelecer se são devidos danos morais à reclamante, considerando a culpa do empregador e a extensão do dano; (iii) determinar o valor adequado da indenização por danos morais e dos honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O laudo pericial comprovou nexo concausal entre o assédio sexual sofrido pela reclamante e sua doença (ansiedade generalizada), sendo suficiente para configurar acidente de trabalho, conforme a jurisprudência consolidada e a exceção prevista na Súmula nº 378, II, do TST, ainda que o afastamento tenha sido inferior a 15 dias. 4. A conduta omissiva do empregador, demonstrada pela ausência de medidas eficazes para prevenir e apurar o assédio, configura culpa, gerando o dever de indenizar os danos morais sofridos pela reclamante. A indenização por danos morais foi fixada em valor razoável e proporcional, considerando os parâmetros legais e a jurisprudência. 5. A fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação está em conformidade com o art. 791-A da CLT, considerando os critérios de zelo profissional, tempo e complexidade do trabalho realizado. IV. DISPOSITIVO E

TESE 6. Recursos parcialmente providos.Tese de julgamento: 1. O nexo concausal entre o assédio moral sofrido pela trabalhadora e o desenvolvimento de doença mental configura acidente de trabalho, mesmo sem afastamento superior a 15 dias, nos termos da Súmula nº 378, II, do TST. 2. A omissão do empregador em prevenir e apurar o assédio sexual praticado contra a empregada configura culpa, ensejando indenização por danos morais. 3. A fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais em 10% do valor da condenação está em conformidade com o art. 791-A da CLT e os critérios jurisprudenciais. Dispositivos relevantes citados: Lei nº 8.213/91, art. 118; CLT, art. 791-A; CLT, art. 223-G, § 1º; CF, art. 93, IX; CPC, art. 458, II; CLT, art. 832. Jurisprudência relevante citada: Súmula nº 378, II, do TST; Súmula nº 396, I e II, do TST.

Processo: 0000487-08.2023.5.07.0013 **Julg.: 13/12/2025**
Rel. Desemb.: Pluto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO E ADESIVO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. FORNECIMENTO DE LANCHE. MULTA CONVENCIONAL. HORAS EXTRAS E INTERVALO INTRAJORNADA. HONORÁRIOS PERICIAIS. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO PEDIDO. INTERVALO PARA RECUPERAÇÃO TÉRMICA. EXPOSIÇÃO INTERMITENTE A AMBIENTE ARTIFICIALMENTE FRIO. ART. 253 DA CLT. SÚMULA 438 DO TST. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela reclamada e recurso adesivo interposto pelo reclamante contra sentença que reconheceu ao reclamante o direito ao adicional de insalubridade em grau médio, ao pagamento de indenização por fornecimento de lanche não concedido durante as horas extras, à multa convencional por descumprimento de cláusulas coletivas, ao pagamento de horas extras com reflexos e intervalo intrajornada, além de ter fixado honorários periciais em R$ 2.000,00 e honorários advocatícios sucumbenciais no percentual de 10%. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há sete questões em discussão: (i) definir se é devido o adicional de insalubridade por exposição ao agente frio; (ii) estabelecer se é devida a indenização por não fornecimento de lanche durante a prestação de horas extras; (iii) determinar se é devida a multa convencional pelo descumprimento de normas coletivas; (iv) avaliar a correção da condenação ao

pagamento de horas extras e do intervalo intrajornada; (v) verificar a razoabilidade do valor dos honorários periciais; e (vi) examinar os critérios de fixação e majoração dos honorários sucumbenciais.(vi) definir se o reclamante, submetido a exposição intermitente a ambiente artificialmente frio, faz jus ao intervalo para recuperação térmica previsto no art. 253 da CLT, mesmo sem permanecer continuamente por 1h40min no interior da câmara fria. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O adicional de insalubridade é mantido com base na conclusão técnica do laudo pericial, elaborado por especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho, que constatou a exposição habitual do reclamante ao frio em grau médio, conforme Anexo 9 da NR-15, sem comprovação de fornecimento eficaz de EPIs pela reclamada. 4. O fornecimento de lanche é devido porque a norma coletiva vigente obriga a concessão de lanche gratuito quando o trabalho extraordinário ultrapassa uma hora, fato comprovado nos autos por meio dos registros de jornada e reconhecido na sentença. 5. A multa convencional é devida, pois restou comprovado o descumprimento de cláusulas das Convenções Coletivas relativas a horas extras e fornecimento de lanche, sendo aplicada a multa prevista na cláusula 47ª das CCTs. 6. As horas extras foram corretamente deferidas com base na prova testemunhal, que demonstrou a prestação habitual de labor além da oitava diária e da 44ª semanal, com fruição de apenas 30 minutos de intervalo intrajornada, em afronta ao art. 71 da CLT. 7. O valor dos honorários periciais, fixado em R$ 2.000,00, é mantido, pois guarda razoabilidade diante da complexidade da perícia realizada e da ausência de elementos que justifiquem a redução pretendida. 8. A limitação da condenação aos valores estimados na inicial é afastada, considerando que a CLT permite a formulação de pedidos com valores estimados, nos termos do art. 840, § 1º, com respaldo na Instrução Normativa nº 41/2018 do TST. 9. Quanto aos honorários sucumbenciais, é majorada a condenação da reclamada para o percentual de 15% sobre o valor da condenação, tendo em vista os critérios do art. 791-A, § 2º, da CLT, com majoração justificada pela natureza da causa e pelo trabalho desenvolvido. Mantém-se também a condenação do reclamante ao pagamento de honorários sobre os pedidos indeferidos, com exigibilidade suspensa, nos termos da decisão do STF na ADI 5766.10. A interpretação prevalente no TST, consolidada na Súmula nº 438, orienta que a expressão "trabalho contínuo" não exige permanência ininterrupta por 1h40min no ambiente frio, bastando a execução de atividades de forma habitual e intermitente em ambiente artificialmente frio. O laudo pericial atesta a exposição habitual e não eventual do reclamante a temperaturas inferiores aos limites legais, caracterizando a prestação de serviços em ambiente artificialmente frio nos termos do art. 253 da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 11. Recurso ordinário da reclamada desprovido.12. Recurso adesivo do reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. A condenação ao pagamento de adicional de insalubridade por exposição ao frio é válida quando constatada por laudo pericial técnico e ausente a comprovação de fornecimento de

EPIs eficazes. 2. É devido o pagamento de indenização substitutiva pelo não fornecimento de lanche previsto em norma coletiva quando ultrapassada uma hora de jornada extraordinária. 3. A multa convencional por descumprimento de cláusulas coletivas é devida quando comprovada a violação das obrigações pactuadas. 4. A prova testemunhal consistente pode afastar a presunção de veracidade dos registros de jornada, autorizando a condenação em horas extras e intervalo intrajornada. 5. Não se aplica a limitação da condenação aos valores estimados na inicial quando os pedidos são formulados nos termos do art. 840, § 1º, da CLT. 6. A majoração dos honorários sucumbenciais pode ocorrer quando justificada pelos critérios legais, sendo vedada a compensação de honorários, conforme decisão do STF na ADI 5766. 7. O empregado submetido a exposição intermitente e habitual a ambiente artificialmente frio, nos termos do art. 253 da CLT, tem direito ao intervalo de 20 minutos a cada 1h40min de trabalho, independentemente da permanência contínua nesse ambiente. A expressão "trabalho contínuo" prevista no art. 253 da CLT refere-se à continuidade da prestação de serviços, ainda que com acessos intermitentes ao ambiente frio.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 191, 195, § 2º, arts. 253, 71, § 4º, 791-A, § 2º e § 4º, e 840, § 1º; CPC, arts. 479 e 492; NR-15, Anexo 9. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 438, RR 1183632-20.2018.5.15.0022, Rel. Min. Lelio Bentes Corrêa, 6ª Turma, j. 29.06.2022; TRT da 7ª Região, Processo 0000529-49.2022.5.07.0027, Rel. Des. Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque, j. 18.12.2023; STF, ADI 5766. Ag-E-RRAg-242100-07.2009.5.12.0003, Rel. Min. Katia Magalhães Arruda, SBDI-1, DEJT 08/03/2024.

Processo: 0000701-80.2024.5.07.0007 **Julg.: 04/07/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIO E ADESIVO. ADICIONAL NOTURNO. PAGAMENTO IRREGULAR. RESCISÃO INDIRETA. FALTA GRAVE PATRONAL. ACÚMULO DE FUNÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO DA RECLAMADA DESPROVIDO. RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinário e adesivo interpostos, respectivamente, pela reclamada e pelo reclamante, contra sentença que deferiu adicional noturno, reconheceu rescisão indireta, indeferiu o pedido de acúmulo de função e fixou honorários advocatícios sucumbenciais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. As controvérsias recursais versam sobre: (i) obrigação de pagar adicional

noturno em razão de prestação de labor após as 22h sem remuneração correspondente; (ii) validade da rescisão indireta fundada na ausência de pagamento do adicional noturno; (iii) configuração de acúmulo/desvio de função; (iv) condenação e percentual de honorários advocatícios sucumbenciais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Adicional noturno. Cartões de ponto comprovaram labor noturno no período de 1/12/2021 a 14/06/2023, sem a correspondente quitação, sendo devidas as diferenças com reflexos (art. 73 da CLT). Contracheques evidenciam pagamento apenas a partir de agosto/2023. 4. Rescisão indireta. O inadimplemento do adicional noturno configura descumprimento contratual grave (art. 483, "d", da CLT). A jurisprudência do C. TST afasta a exigência da imediatidade, em respeito à hipossuficiência do trabalhador. Mantida a declaração de rescisão indireta e o deferimento das verbas rescisórias correlatas. 5. Acúmulo de função. Não restou caracterizado, pois as tarefas exercidas mostraram-se compatíveis com a função contratada, aplicando-se o art. 456, parágrafo único, da CLT. Pedido corretamente indeferido. 6. Honorários advocatícios. Mantida a condenação da reclamada, sucumbente na maior parte dos pedidos. Nos termos do art. 791-A, § 2º, da CLT, majoram-se os honorários em favor do patrono do reclamante para 15%, considerados o zelo profissional, a complexidade da causa e os parâmetros legais. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso ordinário da reclamada desprovido e Recurso adesivo do reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. É devido o adicional noturno quando demonstrada a prestação de labor em horário noturno sem o pagamento correspondente (art. 73 da CLT). 2. A ausência de quitação do adicional noturno caracteriza falta grave patronal, ensejando rescisão indireta (art. 483, "d", da CLT), sendo desnecessária a imediatidade do pleito, conforme jurisprudência do TST. 3. O acúmulo de função não se configura quando as atividades desempenhadas são compatíveis com a função contratada, nos termos do art. 456, parágrafo único, da CLT. 4. Honorários advocatícios sucumbenciais devem observar os parâmetros do art. 791-A da CLT, podendo ser majorados até o limite de 15% conforme a complexidade da causa.Dispositivos legais citados:Constituição Federal, art. 7º, IX e XXIII; CLT, arts. 73, 456, parágrafo único; 483, "d"; 791-A, § 2º; CPC, art. 373, I e II. Jurisprudência citada:TST, RR: 20685520145090001, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DJ 03/11/2021; RR: 1001555-67.2022.5.02.0039, Rel. Min. Alberto Bastos Balazeiro, 3ª Turma, DJ 08/11/2024; TRT-7, ROT: 0000910-34.2019.5.07.0004, Rel. Des. Clóvis Valença Alves Filho, 3ª Turma.

Processo: 0000317-05.2024.5.07.0012 **Julg.: 17/09/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO E ADE-

SIVO. RESCISÃO INDIRETA. ACÚMULO DE FUNÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos pela reclamada e adesivo pelo reclamante em face da sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos da reclamação trabalhista, tendo como objeto principal o reconhecimento da rescisão indireta, o reconhecimento do acúmulo de função e o pagamento de verbas. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a rescisão indireta foi corretamente reconhecida, bem como as verbas rescisórias; (ii) determinar se o reclamante faz jus ao adicional por acúmulo de função. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A falta de recolhimento do FGTS, por si só, configura descumprimento contratual grave, justificando a rescisão indireta, nos termos do art. 483, "d", da CLT. 4. A iniciativa do empregado em buscar a rescisão indireta por meio da ação, logo após o afastamento, afasta o ânimo de abandono de emprego. 5. O empregado que exerce, com habitualidade, função distinta daquela para a qual foi contratado, faz jus ao adicional por acúmulo de função, nos termos do art. 456, parágrafo único, da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso da reclamada não provido. Recurso adesivo provido.Tese de julgamento: 1. A irregularidade no recolhimento dos depósitos de FGTS configura descumprimento contratual grave, justificando a rescisão indireta. 2. A busca pela rescisão indireta por meio de ação judicial, logo após o afastamento, afasta o abandono de emprego. 3. O desempenho habitual de função diversa da contratada enseja o adicional por acúmulo de função.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 456, parágrafo único; CLT, art. 483, "d". Jurisprudência relevante citada: Não identificada no acórdão.

Processo: 0000868-82.2025.5.07.0033 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO E AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA PARA PESSOA JURÍDICA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE DE PROVA DE HIPOSSUFICIÊNCIA (SÚMULA 463, II, TST). DESERÇÃO. CONTRATO DE FACÇÃO. INEXISTÊNCIA DE TERCEIRIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PROVIMENTO PARCIAL.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo interno e recursos ordinários interpostos por PAQUETÁ CALÇADOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e ADIDAS DO BRASIL LTDA contra sentença que reconheceu parcialmente os pedidos trabalhistas do reclamante, condenou solidariamente a primeira recla-

mada e subsidiariamente a segunda, além de indeferir justiça gratuita à reclamada Paquetá. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se é devida a concessão da justiça gratuita à reclamada Paquetá, pessoa jurídica em recuperação judicial; (ii) estabelecer se o recurso ordinário da Paquetá deve ser conhecido diante da ausência de preparo; (iii) determinar se há responsabilidade subsidiária da Adidas em contrato classificado como facção. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O benefício da justiça gratuita à pessoa jurídica exige prova inequívoca de insuficiência econômica, conforme art. 790, § 4º, CLT, art. 99, § 3º, CPC e Súmula 463, II, do TST. 4. O simples fato de a empresa estar em recuperação judicial não presume hipossuficiência financeira, devendo ser comprovada documentalmente. 5. A ausência de comprovação da hipossuficiência, somada ao indeferimento do benefício e ao não recolhimento do preparo no prazo fixado (art. 99, § 7º, CPC; OJ 269, II, SDI-1/TST), configura deserção do recurso ordinário da Paquetá. 6. O contrato celebrado entre as reclamadas possui natureza mercantil, caracterizando contrato de facção, no qual há entrega de produto acabado sem ingerência da contratante sobre o processo produtivo. 7. A ausência de exclusividade, de direção direta da mão de obra e de ingerência na gestão produtiva afasta a caracterização de terceirização e torna inaplicável a Súmula 331 do TST. 8. As especificações de produto e o controle de qualidade integram a essência do contrato de facção e não configuram subordinação estrutural ou interferência organizacional. 9. Diante da inexistência de fraude ou desvirtuamento contratual, afasta-se a responsabilidade subsidiária da Adidas.10. A inversão da sucumbência quanto à Adidas impõe honorários advocatícios de 10% sobre a totalidade dos pedidos, com exigibilidade suspensa nos termos do art. 791-A, § 4º, CLT, conforme decidido na ADI 5766. IV. DISPOSITIVO E TESE 11. Agravo interno desprovido. Recurso ordinário da primeira reclamada não conhecido por deserção. Recurso ordinário da segunda reclamada provido. Tese de julgamento: 1. A pessoa jurídica, ainda que em recuperação judicial, deve comprovar documentalmente sua insuficiência financeira para obtenção da justiça gratuita, nos termos da Súmula 463, II, do TST. 2. Indeferida a justiça gratuita em grau recursal, a ausência de recolhimento do preparo no prazo fixado implica deserção, conforme art. 99, § 7º, CPC e OJ 269, II, SDI-1/TST. 3. O contrato de facção, ausente ingerência da contratante no processo produtivo e inexistindo exclusividade ou subordinação, possui natureza mercantil e não autoriza responsabilidade subsidiária da contratante.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 5º, XXXV, 170, III; CLT, arts. 455, 476-A § 5º, 477, 467, 790 § § 3º e 4º, 791-A § 4º, 899 § 10; CPC, art. 99 § 3º e § 7º; Lei 11.101/2005. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 463, II; OJ 269, II, SDI-1/TST; AIRR-100684-68.2018.5.01.0059, 5ª Turma, Rel. Min. Morgana Richa, DEJT 10/05/2024; Ag-E-ARR-20145-77.2014.5.04.0381, SDI-1, Rel. Min. Cláudio

Brandão, DEJT 30/08/2019; RR-AIRR-20402-56.2019.5.04.0372, 4ª Turma, Rel. Min. Maria Cristina Peduzzi, DEJT 24/11/2023; RR-20116-75.2019.5.04.0373, 4ª Turma, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DEJT 27/10/2023.

Processo: 0000424-58.2025.5.07.0030 **Julg.: 01/12/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. EMPREGADA GESTANTE. PEDIDO DE DEMISSÃO. AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SINDICAL. NULIDADE. TEMA 55 DE RECURSO REPETITIVO DO TST. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela Reclamante contra sentença que julgou improcedentes seus pedidos de reversão da modalidade rescisória e indenizações. A trabalhadora, com 21 dias de contrato, pediu demissão e, posteriormente, constatou estar grávida desde a vigência do contrato, postulando a nulidade do ato por ausência de assistência sindical. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se o pedido de demissão de empregada gestante, sem a assistência do sindicato profissional, é válido, bem como analisar os pedidos decorrentes de eventual nulidade, incluindo danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A estabilidade provisória da gestante, prevista no art. 10, II, "b", do ADCT, é um direito fundamental que visa proteger não apenas a mãe, mas, sobretudo, o nascituro, sendo norma de ordem pública e, portanto, irrenunciável sem as devidas cautelas legais. 4. A validade do pedido de demissão da empregada gestante está objetivamente condicionada à assistência do sindicato da categoria profissional ou da autoridade competente, nos termos do art. 500 da CLT. Esta formalidade é essencial e independe da duração do contrato de trabalho, da ausência de vício de consentimento ou do conhecimento da gravidez pelas partes no momento do ato. 5. A matéria encontra-se pacificada pelo Tribunal Superior do Trabalho, em tese vinculante firmada no julgamento do Tema 55 de Recurso de Revista Repetitivo (IRR-1125-36.2017.5.03.0017), cuja observância é obrigatória, conforme art. 927, III, do CPC. 6. A anulação do pedido de demissão, com a consequente reparação patrimonial integral, afasta, por si só, a presunção de dano moral, sendo necessária a comprovação de ato ilícito adicional da empregadora que ofenda a dignidade da trabalhadora, o que não ocorreu no caso. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso Ordinário parcialmente provido.Tese de julgamento:O pedido de demissão de empregada gestante, detentora de estabilidade provisória, sem a assistência do sindicato profissional é nulo, sendo esta formalidade um requisito

objetivo de validade do ato, conforme tese vinculante do TST (Tema 55 de IRR). Dispositivos relevantes citados:Constituição Federal, art. 10, II, "b", do ADCT; Consolidação das Leis do Trabalho, arts. 477, 500, 791-A; Código de Processo Civil, art. 927, III. Recurso Ordinário parcialmente provido.

Processo: 0000022-89.2025.5.07.0025 **Julg.: 10/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. JORNADA DE TRABALHO. VALIDADE DOS CARTÕES DE PONTO. ÔNUS DA PROVA DO RECLAMANTE. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo reclamante, que alega a invalidade dos cartões de ponto apresentados pela reclamada, sob o argumento de que os registros continham ajustes unilaterais feitos pelo empregador. Pleiteia o pagamento de horas extras, inclusive intevalares, e impugna a veracidade dos documentos apresentados pela ré. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se os cartões de ponto apresentados pela reclamada possuem validade como meio de prova da jornada de trabalho; (ii) determinar se o reclamante se desincumbiu do ônus de comprovar a prestação de horas extras e intervalares. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A ausência de testemunhas por parte do reclamante enfraquece a sua pretensão, sobretudo diante da controvérsia sobre a jornada efetivamente cumprida. 4. A prova emprestada juntada aos autos apresenta depoimentos conflitantes, com testemunhas favoráveis a cada uma das partes, o que configura prova dividida e afasta sua eficácia probatória isolada. 5. A prova emprestada deve ser analisada de forma integral, sendo inadmissível a utilização seletiva apenas dos trechos favoráveis ao autor, sobretudo quando o restante da prova contém elementos que contradizem sua tese. 6. A testemunha da reclamada ouvida no presente feito é a mesma que prestou depoimento na prova emprestada, apresentando versões coerentes nos dois processos, o que confere maior credibilidade à prova produzida pela empresa. 7. A reclamada juntou cartões de ponto com registros variáveis e contracheques que demonstram o pagamento de horas extras, cabendo ao reclamante o ônus de impugnar sua veracidade, conforme os arts. 818, I, da CLT e 373, I, do CPC/2015, ônus do qual não se desincumbiu. 8. O autor, apesar de alegar labor em sobrejornada e fruição parcial de intervalo, não apresentou prova inequívoca dos fatos constitutivos de seu direito, conforme exige o regime do ônus da prova. 9. A petição inicial sustenta o não pagamento de horas extras em feriados, mas o depoimento pessoal do autor reconhece que tais jornadas foram pagas, o que compromete a consistência de sua narrativa.10.

As razões recursais evidenciam tentativa contraditória de impugnar os cartões de ponto em geral, mas, ao mesmo tempo, de utilizá-los apenas nos trechos que lhe são favoráveis, o que revela incoerência e fragilidade da tese autoral.11. A jornada extraordinária possui natureza excepcional e exige prova robusta, a qual não foi apresentada pelo reclamante, impossibilitando a procedência do pedido. IV. DISPOSITIVO E TESE 12. Recurso improvido.Teses de julgamento:"A validade dos cartões de ponto apresentados pela empresa é presumida quando contêm registros variáveis e são acompanhados de contracheques demonstrando o pagamento de horas extras, cabendo ao reclamante o ônus de infirmá-los.""A prova emprestada possui caráter indivisível e não pode ser utilizada de forma seletiva pela parte que a apresenta.""A ausência de prova inequívoca acerca da jornada extraordinária afasta o reconhecimento do direito ao pagamento de horas extras.'Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 818, I; CPC/2015, art. 373, I.

Processo: 0000984-85.2024.5.07.0013 **Julg.: 15/07/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3º

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES DA PETIÇÃO INICIAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS. CESTA BÁSICA E MULTA NORMATIVA. MANUTENÇÃO PARCIAL DA SENTENÇA. RECURSO DA RECLAMADA DESPROVIDO. RECURSO DO RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos pela 1ª reclamada, Stern, e pelo reclamante, contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na reclamação trabalhista. 2. A reclamada suscita, em preliminar, a limitação da condenação aos valores indicados na inicial, e, no mérito, impugna o pagamento do adicional de insalubridade, requer a redução dos honorários advocatícios e a redução dos honorários periciais. 3. O reclamante, por sua vez, busca a majoração dos honorários advocatícios e o pagamento da cesta básica e da multa convencional, além da elevação do adicional de insalubridade para grau máximo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 4. Há quatro questões em discussão: (i) definir se a condenação deve ser limitada aos valores atribuídos aos pedidos na petição inicial; (ii) verificar se há direito ao adicional de insalubridade em grau máximo, ou se subsiste a condenação em grau médio; (iii) examinar a correção dos percentuais fixados a título de honorários advocatícios e periciais; e (iv) analisar o cabimento do pagamento da cesta básica e da multa normativa

prevista em instrumento coletivo. III. RAZÕES DE DECIDIR 5. Limitação da condenação aos valores da inicial. O § 1º do art. 840 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017, exige que o pedido seja certo, determinado e com indicação de valor, mas a jurisprudência do TST - conforme a Instrução Normativa nº 41/2018, art. 12, § 2º - interpreta tais valores como meras estimativas, não havendo limitação do "quantum debeatur" àqueles indicados na inicial. Precedentes do TST: RR-0011086-49.2020.5.03.0101; RR-20524-54.2020.5.04.0301; Ag-AIRR-21920-93.2019.5.04.0271. Preliminar rejeitada. 6. Adicional de insalubridade. O laudo pericial, elaborado por engenheiro de segurança do trabalho, concluiu pela exposição habitual ao calor em grau médio, nos termos do Anexo 3 da NR-15, Portaria nº 3.214/78. A prova técnica foi produzida com metodologia adequada, acompanhada pelas partes, e não infirmada por outros elementos. Mantida, portanto, a condenação ao adicional de insalubridade em grau médio (20% sobre o salário-mínimo), com reflexos legais. 7. Honorários advocatícios. À luz do art. 791-A da CLT, o percentual deve observar o zelo profissional, a importância da causa e o trabalho realizado. Considerando tais parâmetros, majoram-se os honorários advocatícios devidos ao patrono do reclamante para 15% sobre o valor da condenação, mantendo-se o percentual fixado em relação à reclamada. 8. Honorários periciais. Nos termos do art. 790-B da CLT, a parte sucumbente no objeto da perícia arca com os honorários periciais. Mantida a condenação ao adicional de insalubridade, a reclamada permanece sucumbente, devendo suportar o pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), valor compatível com a complexidade da perícia. 9. Cesta básica e multa normativa. A prova testemunhal confirmou que a reclamada repassava mensalmente o valor de R$ 200,00 em cartão-alimentação, superior ao valor de R$ 100,00 previsto na cláusula 13ª da CCT 2023/2024, configurando o cumprimento da obrigação. Ausente descumprimento normativo, não há falar em multa convencional. Pedido indeferido. IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Recurso ordinário da reclamada desprovido. Recurso ordinário do reclamante parcialmente provido, apenas para majorar os honorários advocatícios para 15%. Tese de julgamento: 1. Os valores atribuídos aos pedidos na inicial têm caráter meramente estimativo, não limitando a condenação. 2. O adicional de insalubridade em grau médio é devido quando comprovada a exposição habitual ao calor acima dos limites da NR-15. 3. O percentual de honorários advocatícios pode ser majorado, observados os critérios do art. 791-A, § 2º, da CLT. 4. Mantém-se o valor dos honorários periciais quando fixado em patamar razoável e proporcionaL. 5. Comprovado o pagamento habitual de cartão-alimentação em valor superior ao previsto em norma coletiva, considera-se cumprida a obrigação, afastando-se a multa normativa.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, XXXV; CLT, arts. 62, 193, § 2º, 790-B, 791-A, 818, II, e 840, § 1º; CPC, art. 373, II; Portaria MTE nº 3.214/78 (NR-15, Anexo 3); Lei nº 13.467/2017; IN TST nº 41/2018, art.

12, § 2º. Jurisprudência relevante citada: TST, RR-0011086-49.2020.5.03.0101, Rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, 6ª T., DEJT 26.06.2023; TST, RR-20524-54.2020.5.04.0301, Rel. Des. Convocada Margareth Rodrigues Costa, 2ª T., DEJT 23.06.2023; TST, Ag-AIRR-21920-93.2019.5.04.0271, Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, 1ª T., DEJT 23.06.2023.

Processo: 0002236-45.2024.5.07.0039 **Julg.: 29/10/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. MULHER TRABALHADORA. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO AOS DOMINGOS. NORMA DE ORDEM PÚBLICA. EFICÁCIA LIMITADA DE CONVENÇÃO COLETIVA. MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DOCUMENTOS RESCISÓRIOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto por trabalhadora com pedido de reforma da sentença quanto à improcedência do pagamento em dobro das folgas dominicais suprimidas, à não aplicação da multa do art. 477, § 8º, da CLT e ao não reconhecimento de honorários advocatícios sucumbenciais. Alega-se violação ao art. 386 da CLT e ineficácia da cláusula convencional que restringe o repouso aos domingos a apenas uma vez por mês. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se a supressão habitual de repouso dominical quinzenal à mulher trabalhadora enseja pagamento em dobro, nos termos do art. 386 da CLT; (ii) verificar se a ausência de comprovação da entrega tempestiva dos documentos rescisórios justifica a condenação ao pagamento da multa do art. 477, § 8º, da CLT; e (iii) apurar se são devidos honorários advocatícios sucumbenciais em razão da reforma da sentença em favor da reclamante. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O art. 386 da CLT, por possuir natureza protetiva e cogente, assegura o repouso dominical quinzenal à mulher trabalhadora, sendo ineficaz norma coletiva que restrinja tal direito, por se tratar de garantia indisponível de proteção ao mercado de trabalho da mulher, nos termos do art. 7º, XX, da CF/1988. 4. A empregadora não apresentou os cartões de ponto nem as escalas de folgas dominicais, ônus que lhe incumbia, nos termos do art. 818, II, da CLT c/c art. 373, II, do CPC, o que enseja presunção relativa de veracidade quanto à alegação de supressão habitual do repouso dominical, conforme Súmula 338, I, do TST.5. A cláusula convencional que limita o repouso dominical a uma vez por mês não pode afastar a aplicação do art. 386 da CLT, diante do seu caráter

de norma de ordem pública voltada à proteção da saúde física, mental e social da mulher trabalhadora, conforme orientação firmada pelo TST e compatível com o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ (Resolução CNJ nº 492/2023). 6. Diante da ausência de prova da entrega tempestiva dos documentos rescisórios, especialmente os necessários ao levantamento do FGTS e percepção do seguro-desemprego, incide a penalidade prevista no art. 477, § 8º, da CLT, sendo devida a multa equivalente à última remuneração da trabalhadora. 7. Com a reforma da sentença em favor da reclamante, cabível a condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A da CLT, arbitrados em 15% sobre o valor apurado em liquidação. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. A norma do art. 386 da CLT possui caráter cogente e garante à mulher trabalhadora o repouso dominical em escala quinzenal, sendo ineficaz cláusula convencional que disponha em sentido diverso. 2. A ausência de comprovação da concessão do descanso dominical nos termos legais gera direito ao pagamento em dobro das folgas suprimidas. 3. A inobservância do prazo legal para entrega dos documentos rescisórios enseja a aplicação da multa do art. 477, § 8º, da CLT. 4. Reformada a sentença em favor da reclamante, são devidos honorários advocatícios sucumbenciais na forma do art. 791-A da CLT.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 386, 477, § § 6º e 8º, 818, II; CPC, art. 373, II; CF/1988, arts. 7º, XV e XX; Resolução CNJ nº 492/2023. Jurisprudência relevante citada: TST, RR-Ag 0000041-58.2017.5.21.0002, Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, j. 07.08.2024; TST, AIRR 0000957-09.2022.5.12.0054, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, j. 26.06.2024; TRT-21, ROT 0000624-03.2023.5.21.0012, Rel. Des. Carlos Newton Pinto.

Processo: 0002049-37.2024.5.07.0039 **Julg.: 13/08/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. TRANSFERÊNCIA COMPULSÓRIA DE MUNICÍPIO SEM ANUÊNCIA DO EMPREGADO. ALTERAÇÃO UNILATERAL LESIVA. CONFIGURAÇÃO DE RESCISÃO INDIRETA. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por ENGNORD CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, no âmbito de procedimento sumaríssimo, contra sentença da 5ª Vara do Trabalho de Fortaleza que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados por LUCAS DE MELO DO CARMO, reco-

nhecendo a rescisão indireta do contrato de trabalho nos termos do art. 483, "d", da CLT, e condenando a empresa ao pagamento de saldo de salário, aviso prévio, férias proporcionais acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional, multa do art. 477, § 8º, da CLT e indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há quatro questões em discussão: (i) reconhecer nulidade processual por cerceamento de defesa pelo indeferimento da oitiva de testemunha; (ii) definir se a transferência do trabalhador para outro município sem anuência caracteriza alteração unilateral lesiva e justifica a rescisão indireta; (iii) verificar a existência de dano moral indenizável em decorrência da conduta empresarial; (iv) examinar a legalidade da condenação à multa do art. 477 da CLT e da fixação dos honorários advocatícios em 15%. III. RAZÕES DE DECIDIR O indeferimento da produção de prova testemunhal não caracteriza cerceamento de defesa quando as partes, em audiência, expressamente declinam da oitiva de testemunhas e concordam com o encerramento da instrução processual.A transferência do empregado para município diverso, sem a sua anuência, caracteriza alteração unilateral lesiva das condições contratuais, especialmente quando há cláusula expressa em convenção coletiva vedando tal conduta, nos termos do art. 468 da CLT e com fundamento na prevalência do negociado sobre o legislado, conforme Tema 1.046 do STF.A tentativa da empresa de impor mudança de domicílio, em desrespeito à convenção coletiva e ao contexto familiar do trabalhador (pai de recém-nascida), torna insustentável a continuidade do vínculo e justifica a rescisão indireta do contrato por culpa do empregador, nos termos do art. 483, "d", da CLT.Configura-se o dano moral indenizável quando o empregador, em abuso do poder diretivo, impõe transferência que viola norma coletiva e prejudica o convívio familiar do trabalhador, especialmente diante da situação de vulnerabilidade decorrente da paternidade recente.É devida a multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, quando reconhecida a rescisão indireta em juízo, conforme tese firmada pelo TST no IRR-20822-62.2017.5.21.0004 (Tema Repetitivo nº 52). Os honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação estão dentro dos parâmetros legais estabelecidos no art. 791-A da CLT e não se mostram excessivos ou desproporcionais à complexidade da causa. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:A transferência do empregado para outro município, sem sua anuência, em violação a norma coletiva, configura alteração contratual unilateral lesiva e autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho.A recusa do trabalhador à mudança de domicílio para localidade distante mais de 200 km é legítima quando fundada em cláusula coletiva expressa e em razões familiares relevantes.O descumprimento de norma coletiva pelo empregador, que impõe prejuízo pessoal e moral ao trabalhador, gera dever de indenizar por danos morais. Reconhecida em juízo a rescisão indireta do contrato, é devida a multa do art. 477, § 8º, da CLT, ainda que o empregador alegue abandono de emprego.Os honorários advocatícios fixados entre 5% e 15% sobre o valor da

condenação, nos termos do art. 791-A da CLT, devem observar a razoabilidade e a complexidade da demanda, sendo incabível sua minoração fora desses limites legais.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LV; CLT, arts. 468, 469, § 1º, 477, § 8º, 483, "d" e § 3º, 791-A; CPC, art. 370. Jurisprudência relevante citada: STF, Tema 1.046, Repercussão Geral; TST, IRR-20822-62.2017.5.21.0004, Rel. Min. Cláudio Brandão, j. 20.10.2020 (Tema Repetitivo nº 52).

Processo: 0001611-16.2024.5.07.0005 **Julg.: 07/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL. JORNADA DE TRABALHO. LEI Nº 11.738/2008. LIMITAÇÃO DE 2/3 PARA ATIVIDADES EM SALA DE AULA E 1/3 PARA ATIVIDADES EXTRACLASSE. HORAS EXTRAS DEVIDAS. INÉPCIA DA INICIAL AFASTADA. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA AOS CÁLCULOS. INSUFICIÊNCIA. JUSTIÇA GRATUITA AO SINDICATO SUBSTITUTO PROCESSUAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS MANTIDOS EM 15%. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo Município de Ubajara contra sentença que rejeitou a preliminar de inépcia da inicial, reconheceu o direito de professora da rede municipal, substituída processual do sindicato autor, ao pagamento de horas extras com reflexos legais no período de 01/01/2022 a 14/01/2025 (R$ 43.958,85), manteve a concessão da justiça gratuita ao sindicato e fixou honorários advocatícios sucumbenciais em 15%. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há cinco questões em discussão:(i) definir se a inicial é inepta, ensejando a extinção do feito sem julgamento de mérito;(ii) verificar se houve descumprimento da proporcionalidade da jornada prevista no art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/2008, gerando direito a horas extras;(iii) apreciar a validade da impugnação aos cálculos apresentada pelo município;(iv) verificar a possibilidade de concessão da justiça gratuita ao sindicato atuando como substituto processual;(v) examinar a pretensão de redução dos honorários advocatícios de 15% para o mínimo legal de 5%. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A petição inicial trabalhista não exige rigor formal, bastando conter os elementos mínimos do art. 840, § 1º, da CLT, sendo afastada a alegação de inépcia quando permite a ampla defesa e o contraditório. 4. A Lei nº 11.738/2008 impõe que,

na composição da jornada docente, no máximo 2/3 seja destinado às atividades em sala de aula e, no mínimo, 1/3 às atividades extraclasse, regra validada pelo STF na ADI 4167.5. Restando comprovado que o Município de Ubajara, entre 01/01/2022 e 14/01/2025, destinou apenas 3 horas semanais a atividades extraclasse, em violação ao limite legal, são devidas as horas extras correspondentes, com reflexos legais, no regime de 100h mensais. 6. A impugnação aos cálculos deve ser específica e fundamentada; a ausência de apontamentos concretos contra a conta de liquidação elaborada pela contadoria mantém sua validade. 7. O sindicato, na qualidade de substituto processual, faz jus à concessão da justiça gratuita, em razão da hipossuficiência presumida dos substituídos e das dificuldades financeiras das entidades sindicais após a Lei nº 13.467/2017, aplicando-se o art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e a jurisprudência do TST. 8. Os honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 15% observam os critérios do art. 791-A da CLT, não cabendo redução para o mínimo legal quando compatíveis com a complexidade e relevância da causa. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:A inicial trabalhista não é inepta quando contém os requisitos do art. 840, § 1º, da CLT e possibilita a defesa do réu.A inobservância da proporção de 2/3 da jornada para atividades em sala de aula e 1/3 para atividades extraclasse, prevista na Lei nº 11.738/2008, gera direito a horas extras com reflexos legais.A impugnação genérica aos cálculos de liquidação é insuficiente para afastar a conta homologada pelo juízo.O sindicato, como substituto processual, tem direito à justiça gratuita em favor dos trabalhadores representados.O percentual de 15% de honorários sucumbenciais está em conformidade com o art. 791-A da CLT e não comporta redução quando proporcional à causa.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 840, § 1º, e 791-A; CPC/2015, arts. 4º, 105 e 341; Lei nº 11.738/2008, art. 2º, § 4º; Lei nº 5.584/1970, art. 14; Lei nº 13.467/2017. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI 4167, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, j. 27/04/2011; TST, Súmula 463, I; TRT-7, RO nº 0000598-33.2021.5.07.0022, Rel. Des. Jefferson Quesado Júnior, j. 21/10/2023; TRT-7, RO nº 0000745-16.2022.5.07.0025, Rel. Des. Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior, j. 16/10/2023; TRT-7, RO nº 0000158-45.2023.5.07.0029, Rel. Des. Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, j. 13/07/2023; TRT-7, RO nº 0000744-82.2023.5.07.0029, Rel. Des. João Carlos de Oliveira Uchôa, j. 09/10/2023; TRT-4, ROT nº 0021323-80.2019.5.04.0027, Rel. Des. Beatriz Renck, j. 11/05/2023; TRT-9, AP nº 0000606-43.2021.5.09.0672, Rel. Des. Eliazer Antonio Medeiros, j. 19/07/2022.

Processo: 0000388-19.2025.5.07.0029 **Julg.: 17/10/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. EMPREGADO ANISTIADO. LICENÇA-PRÊMIO PREVISTA EM REGULAMENTO INTERNO. READMISSÃO POR FORÇA DA LEI 8.878/94. DIREITO ADQUIRIDO. PRESCRIÇÃO PARCIAL. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB contra sentença proferida em ação trabalhista ajuizada por empregada readmitida por força da Lei 8.878/94. A sentença impugnada reconheceu o direito à fruição de licenças-prêmio relativas ao período de 14/04/2019 a dezembro de 2024, à conversão em pecúnia de 1/3 dessas licenças e à incorporação das licenças futuras ao patrimônio jurídico da reclamante, além de afastar a alegação de prescrição total e de coisa julgada. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há três questões em discussão: (i) definir se a readmissão da empregada anistiada configura novo contrato de trabalho capaz de excluir o direito às licenças-prêmio; (ii) determinar se o direito à licença-prêmio constitui direito adquirido, aplicável também após a readmissão; (iii) estabelecer se incide prescrição total ou parcial sobre o pleito de pagamento das licenças-prêmio. III. RAZÕES DE DECIDIR A readmissão do empregado anistiado nos termos da Lei 8.878/94 não configura novo vínculo contratual, mas o restabelecimento do contrato de trabalho interrompido por dispensa ilegal, conforme disposto no art. 471 da CLT e art. 2º da referida lei.A licença-prêmio prevista no regulamento interno da CONAB é direito incorporado ao contrato de trabalho de empregados admitidos até 13/10/1996, entre os quais se inclui a reclamante, cuja admissão original ocorreu em 1979.A anistia garante o retorno ao emprego com os mesmos direitos adquiridos anteriormente, vedando apenas efeitos financeiros retroativos, mas não o reconhecimento de vantagens devidas aos pares da mesma categoria, conforme interpretação do art. 6º da Lei 8.878/94 em consonância com o art. 5º, XXXVI, da CF/88.A pretensão de recebimento de licenças-prêmio possui natureza de trato sucessivo, de modo que a prescrição incidente é a parcial, conforme entendimento consolidado na jurisprudência do TST, aplicando-se o marco de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação (art. 7º, XXIX, CF/88).Não configurada a coisa julgada, por ausência de comprovação documental de identidade de pedidos e causas de pedir em ação anterior, nos termos do art. 337, § § 1º a 5º, do CPC/2015. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:A readmissão de empregado anistiado nos termos da Lei 8.878/94 não implica novo contrato de trabalho, mas a continuidade do vínculo anterior, interrompido por ato ilegal.O direito à licença-prêmio previsto em regulamento interno constitui direito adquirido do empregado admitido antes da data-limite fixada, ainda que

readmitido após a anistia.A prescrição aplicável às licenças-prêmio pleiteadas por empregado anistiado é a parcial, pois trata-se de obrigação de trato sucessivo. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 5º, XXXVI; 7º, XXIX e VI; 37, II; CLT, arts. 468, 471; CPC/2015, art. 337, § § 1º a 5º e art. 487, II; Lei 8.878/94, arts. 1º, 2º e 6º. Jurisprudência relevante citada: TST, ARR-1048-59.2015.5.10.0003, Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, 1ª Turma, DEJT 05/11/2024; TST, OJ Transitória nº 56 da SDI-1; TRT da 7ª Região, RO 0000463-83.2023.5.07.0011, Rel. Des. João Carlos de Oliveira Uchôa, j. 12.06.2024.

Processo: 0000384-91.2024.5.07.0004 **Julg.: 30/07/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ENQUADRAMENTO SINDICAL DE PROFISSIONAIS DE TELEVISÃO. DANO MORAL COLETIVO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos pelo Ministério Público do Trabalho e pelo sindicato de jornalistas contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos de reenquadramento de profissionais de televisão como jornalistas, condenando a reclamada ao pagamento de diferenças salariais e reflexos, mas julgando improcedentes os pedidos relativos a operadores de câmera por insuficiência de provas e o pedido de indenização por dano moral coletivo. Os recorrentes alegam, respectivamente: (i) o enquadramento dos operadores de câmera como jornalistas e a condenação por dano moral coletivo; e (ii) a violação a normas processuais, a incorreta definição do ônus da prova e a necessidade de reparação por dano moral coletivo. A reclamada sustenta a ausência de inovação na tese defensiva, o enquadramento sindical correto dos operadores de câmera, a impossibilidade de condenação com base em norma coletiva sem representação, a ausência de danos efetivos e a impossibilidade de reparação por dano moral coletivo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se os operadores de câmera devem ser enquadrados como jornalistas; (ii) estabelecer se houve violação a normas processuais e incorreta definição do ônus da prova; (iii) determinar se houve dano moral coletivo passível de indenização. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A distinção entre repórter cinematográfico e operador de câmera reside na atividade intelectual e criativa do primeiro, que busca e seleciona informações jornalísticas em imagens, enquanto o segundo exerce atividade técnica de registro visual, seguindo comandos. 4. O ônus da prova de que os operadores de câmera eram, na verdade, repórteres cinematográficos, incumbia aos autores, conforme art. 818, I, da CLT, e art. 373, I, do CPC. A prova oral

apresentada foi considerada insuficiente para demonstrar o exercício da função de repórter cinematográfico, mantendo-se, assim, a improcedência dos pedidos relativos aos operadores de câmera com base no art. 16 da Lei 7.347/1985.5. O dano moral coletivo exige pluralidade de vítimas, ofensa a valores coletivos, gravidade e intolerância da conduta e nexo causal. No caso, o equívoco no enquadramento sindical, sem tratamento aviltante ou lesão à dignidade humana em nível coletivo, não configura dano moral coletivo passível de indenização. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recursos não providos.Tese de julgamento:A atividade de repórter cinematográfico difere da de operador de câmera pela presença de atividade intelectual e criativa autônoma na primeira.O ônus da prova de que operadores de câmera exerciam a função de repórter cinematográfico incumbia aos autores, e a prova apresentada foi considerada insuficiente. A conduta da reclamada não configura dano moral coletivo, por não apresentar gravidade e intolerância suficientes.Dispositivos relevantes citados: Art. 302, § 1º, da CLT; Lei nº 6.615/1978; art. 16 da Lei nº 7.347/1985; art. 818, I, da CLT; art. 373, I, do CPC; art. 5º, inciso X, da CF/88; arts. 186, 187 e 927 do CC/2002. Jurisprudência relevante citada: TRT-12 - ROT: 00000176020205120039; TRT-1 - Recurso Ordinário: 00000585520115010069; TRT-6 - RO: 00015395520125060012; TRT-9 - AP: 0001049-81.2017.5.09.0656.

Processo: 0001921-76.2016.5.07.0013 **Julg.: 04/12/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DANOS MATERIAIS. HORAS EXTRAS. COISA JULGADA. NEXO CAUSAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME Recursos ordinários interpostos por ambas as partes em face de sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos de indenização por danos morais (transporte de valores e descontos salariais indevidos). O reclamante recorre pleiteando horas extras, danos materiais por redução de capacidade laborativa e danos morais por assédio moral, além da anulação do laudo pericial. A reclamada, por sua vez, busca a reforma da sentença, requerendo o afastamento de todas as condenações e a anulação da condenação ao pagamento de honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há cinco questões em discussão: (i) definir a validade do laudo pericial; (ii) estabelecer a ocorrência de coisa julgada em relação ao pedido de danos materiais; (iii) determinar a responsabilidade da reclamada pela indenização por danos morais decorrentes do manuseio de numerário e pela retenção salarial indevida; (iv) definir se há direito ao

pagamento de horas extras; (v) decidir sobre a manutenção da condenação em honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR O laudo pericial, elaborado por profissional qualificado, é completo, fundamentado e isento, concluindo pela inexistência de nexo causal entre a doença do reclamante e suas atividades na reclamada, com base na preexistência da patologia, sua progressão natural após o afastamento e a reabilitação do reclamante pelo INSS para função administrativa. Os esclarecimentos do perito respondem de forma técnica e detalhada às impugnações apresentadas pelo reclamante.O pedido de danos materiais referente à redução de capacidade laboral encontra-se acobertado pela coisa julgada, em razão da identidade de partes, causa de pedir e pedido em ação anterior, mesmo diante da alegação de agravamento da doença. A desistência parcial do pedido na ação anterior não impede a incidência da coisa julgada em relação à matéria decidida, ou seja, o nexo causal entre a doença e o trabalho.A indenização por danos morais decorrente do manuseio de numerário é devida, pois a reclamada expôs o reclamante a riscos de assalto durante o exercício de suas atividades como vendedor, sem medidas adequadas de segurança, configurando ato ilícito com responsabilidade objetiva. Já a indenização por danos morais pela retenção salarial indevida também é devida, pois os descontos não se referiam a adiantamentos salariais ou dispositivos legais, violando o princípio da razoabilidade e a natureza alimentar do salário.O pedido de horas extras é improcedente, pois não há prova robusta que comprove a prestação de horas extras. O reclamante não logrou êxito em superar a versão da reclamada quanto à ausência de controle de jornada, em razão da natureza externa das atividades do reclamante.Os honorários advocatícios foram fixados em conformidade com o artigo 791-A da CLT, considerando o trabalho realizado, o resultado obtido e o critério de sucumbência. A fixação observou os critérios legais, mostrando-se justa e razoável. IV. DISPOSITIVO E TESE Recursos não providos. Sentença mantida por seus próprios fundamentos.Tese de julgamento:A conclusão pericial de inexistência de nexo causal entre a doença do reclamante e suas atividades laborais, embasada em provas e raciocínio lógico, deve ser mantida.A coisa julgada impede a rediscussão da matéria relacionada ao nexo causal entre a doença do reclamante e suas atividades na reclamada, já decidida em processo anterior.A responsabilidade do empregador por danos morais decorrentes da exposição do empregado a riscos de assalto durante o manuseio de numerário, bem como por retenção salarial indevida, é objetiva e independe da comprovação de culpa, se presentes os demais elementos constitutivos do ilícito civil.A ausência de prova robusta da prestação de horas extras em razão da natureza externa das atividades e a ausência de controle de jornada justifica o indeferimento do pedido.A fixação de

honorários advocatícios conforme o artigo 791-A da CLT, considerando sucumbência, trabalho realizado e resultado obtido, é legal e razoável. Dispositivos relevantes citados: CF/88, art. 5º, X; art. 7º, XVI; CLT, arts. 62, I; 462; 791-A; 818; Código Civil, arts. 186, 927. CPC, art. 373. Lei 8.213/91, arts. 19 e 20. Jurisprudência relevante citada: STF (ADI 5766).

Processo: 0001257-04.2018.5.07.0004 **Julg.: 06/10/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. LIMITAÇÃO AOS VALORES DA INICIAL. DANOS MORAIS. EXPOSIÇÃO A RISCO. CONDIÇÕES DEGRADANTES. ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL. JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. HONORÁRIOS PERICIAIS. PARCIAL PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos por ambas as partes em face da sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados em reclamação trabalhista. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há diversas questões em discussão: (i) definir se o valor da condenação deve ser limitado aos valores indicados na inicial; (ii) determinar se houve dano moral por insegurança em agência bancária, com análise da aplicação da teoria da responsabilidade objetiva; (iii) estabelecer os critérios para fixação da indenização por danos morais e a aplicação da Lei 13.467/17; (iv) definir a forma de aplicação dos juros de mora sobre o dano moral; (v) estabelecer se é devido o pagamento proporcional da PLR; (vi) analisar a impugnação à justiça gratuita; (vii) definir os honorários devidos pelo reclamante; (viii) determinar a legalidade da imposição da venda de férias; (ix) verificar a necessidade de majoração da indenização por danos morais; (x) estabelecer se houve condições degradantes no ambiente de trabalho; (xi) definir a ocorrência de assédio moral organizacional; (xii) analisar a majoração e redistribuição dos honorários advocatícios e (xiii) definir os honorários periciais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A jurisprudência do TST entende que a mera indicação de valores por estimativa não enseja a inépcia da inicial, nem a limitação da condenação ao valor estimado, sendo a estimativa um recurso válido. 4. A omissão do empregador em cumprir as normas de segurança, expondo o empregado a risco, configura ato ilícito, sendo o dano moral passível de indenização. 5. A responsabilidade pela reparação dos danos morais por exposição a risco decorre da natureza da atividade exercida em condições precárias de segurança, enquadrando-se na teoria do risco. 6. A fixação do *quantum* indenizatório por danos morais deve observar

os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, considerando os elementos objetivos descritos no art. 223-G da CLT. 7. A tese firmada pelo STF estabeleceu a inconstitucionalidade da Taxa Referencial (TR) para a correção monetária de débitos trabalhistas e definiu a aplicação do IPCA-E na fase pré-judicial e da Taxa SELIC a partir do ajuizamento da ação (fase judicial). 8. A norma coletiva não impede o pagamento proporcional da PLR, sendo devida nos casos de rescisão contratual antecipada. 9. Para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica, nos termos da Súmula n.º 463, I, do TST.10. A majoração do percentual de honorários sucumbenciais em favor do patrono do Reclamante deve ser para o limite máximo legal, de 15% sobre o valor da liquidação da sentença.11. A análise dos depoimentos testemunhais não demonstrou, de forma inequívoca, que o reclamante tenha sido coagido a vender os 10 dias de suas férias, sendo o ônus da prova da imposição do empregado.12. A exposição do Reclamante a riscos de segurança em PAAs sem estrutura adequada (ausência de porta giratória, câmeras, vigilância armada) e o transporte de valores, somados à tensão e receio constantes, configuram um dano moral que justifica a majoração da indenização.13. As provas produzidas não foram suficientes para comprovar a permanência e a gravidade das condições alegadas como degradantes, não restando configurado o dano moral.14. Não foram demonstradas condutas patronais que configuram assédio moral, de modo que a cobrança de metas, inerente ao dinamismo do setor bancário, não foi provada como sendo abusiva ou assediadora a ponto de gerar direito à indenização por danos morais.15. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais recai sobre a parte sucumbente na pretensão objeto da perícia. IV. DISPOSITIVO E TESE 16. Recurso do Banco parcialmente provido e recurso do Reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. A mera indicação de valores por estimativa na inicial não enseja a limitação da condenação. 2. A omissão do empregador em cumprir as normas de segurança, expondo o empregado a risco, configura ato ilícito passível de indenização por danos morais. 3. A responsabilidade pela reparação dos danos morais por exposição a risco decorre da natureza da atividade exercida em condições precárias de segurança, enquadrando-se na teoria do risco. 4. A correção monetária dos débitos trabalhistas deve ser aplicada pelo IPCA a partir do ajuizamento da ação e juros correspondente à Taxa SELIC - IPCA, nos termos do Código CiviL. 5. É devido o pagamento proporcional da PLR nos casos de rescisão contratual antecipada. 6. Para a concessão da assistência judiciária gratuita, basta a declaração de hipossuficiência econômica. 7. Os honorários sucumbenciais devem ser fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. 8. O gozo de férias anuais é um direito fundamental do trabalhador, garantido pela CLT. 9. A majoração da indenização por danos morais deve considerar a gravidade da omissão do empregador e o porte econômico do

ofensor.10. A caracterização das condições degradantes de trabalho exige a comprovação inequívoca de conduta ilícita patronal e do nexo causal com o abalo psíquico sofrido pelo trabalhador.11. A cobrança de metas, por si só, não configura assédio moral organizacional, sendo necessária a demonstração de condutas abusivas.12. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais recai sobre a parte sucumbente na pretensão objeto da perícia.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 790, 790-B, 791-A, 927 e 143; CPC, art. 292 e 840. Código Civil, arts. 389, 406. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 451 e 463.

Processo: 0001676-45.2024.5.07.0026 **Julg.: 13/10/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. FGTS. CONTRATO NULO. EFEITOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pelo MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA contra sentença que julgou procedentes os pedidos da Reclamação Trabalhista, que versa sobre o pagamento de FGTS. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se o MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA deve arcar com o pagamento de FGTS, considerando a nulidade do contrato de trabalho, a ausência de concurso público e a instituição do Regime Jurídico Único. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O contrato de trabalho foi considerado nulo devido à ausência de prévia aprovação em concurso público, conforme o art. 37, II e § 2º, da Constituição Federal. 4. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RE 705140) e a Súmula nº 363 do TST estabelecem que, em casos de contratação irregular sem concurso público, o trabalhador tem direito ao FGTS. 5. O Município não comprovou a regularidade dos depósitos de FGTS, ônus que lhe competia. 6. A instituição do Regime Jurídico Único não afasta o direito ao FGTS, uma vez que o vínculo contratual anterior era nulo. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso improvido. Tese de julgamento: Em casos de contrato de trabalho nulo com a Administração Pública por ausência de concurso, o trabalhador tem direito ao FGTS, conforme art. 19-A da Lei nº 8.036/90 e Sum. nº 363 do C. TST. A instituição do Regime Jurídico Único não afasta o direito ao FGTS, quando o vínculo contratual anterior é nulo. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 37, II e § 2º; Lei nº 8.036/90, art. 19-A. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 363; STF, RE 705140.

Processo: 0000560-36.2012.5.07.0022 **Julg.: 26/10/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. HORAS EXTRAS. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. CÁLCULOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARCIAL PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto pela reclamada contra sentença que reconheceu horas extras, condenando-a ao respectivo pagamento destas e de indenizações por danos morais e estéticos, além de honorários advocatícios. A reclamada impugna a jornada de trabalho definida na sentença, questiona a condenação por danos morais e estéticos, o *quantum* indenizatório fixado, e os cálculos apresentados com a sentença, requerendo a reforma do julgado. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há quatro questões em discussão: (i) definir a jornada de trabalho real do reclamante; (ii) estabelecer a responsabilidade da reclamada pelo pagamento de indenizações por danos morais e estéticos; (iii) estabelecer o *quantum* indenizatório; (iv) determinar a correção dos cálculos das verbas deferidas; (v) confirmar a condenação ao pagamento de honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A sentença reconheceu a jornada de trabalho do reclamante de 6h às 18h, com uma hora de intervalo, com base na prova oral, superando a prova documental dos cartões de ponto. O depoimento de testemunha da defesa corroborou a jornada alegada pelo reclamante. 4. O ônus da prova quanto às horas extras foi cumprido pelo reclamante, restando demonstrado o labor extraordinário. 5. A responsabilidade da reclamada pelas indenizações por danos morais e estéticos decorre do acidente de trabalho sofrido pelo reclamante, sem comprovação de culpa exclusiva da vítima. O laudo pericial comprovou o dano estético, e a sentença arbitrou a indenização com base no art. 223-G da CLT, observando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. 6. Os cálculos das verbas deferidas apresentam equívocos, tais como a contabilização de horas extras em dias de afastamento e a incorreta dedução das horas extras já pagas, necessitando de correção, observando a jornada de trabalho reconhecida na sentença (6h às 18h, de segunda a sábado, com uma hora de intervalo) e a dedução das horas extras pagas. A correção monetária e os juros das indenizações por danos morais e estéticos devem ser aplicados conforme a sentença. 7. A condenação ao pagamento de honorários advocatícios mantém-se, nos termos da sentença. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. A prova oral, inclusive o depoimento de testemunha da defesa, prevalece sobre a prova documental (cartões de ponto) para comprovação da jornada de trabalho, se demonstrar labor extraordinário. 2. A responsabilidade civil do empregador por danos morais e estéticos decorrentes de acidente de trabalho é configurada pela ausência de comprovação de culpa exclusiva da vítima. 3. Os cálculos trabalhistas devem observar rigorosamente os parâmetros fixados na sentença, corrigindo eventuais equívocos na contabilização de dias trabalhados, horas extras e deduções de verbas.A condenação em

honorários advocatícios sucumbenciais deve ser mantida diante da manutenção da condenação principal.Dispositivos relevantes citados: Art. 818 da CLT; Art. 93, IX, da Constituição Federal; Art. 458, II, do CPC; Art. 832 da CLT; Art. 223-G da CLT. Súmula 37 do STJ; Súmula 439 do TST. Jurisprudência relevante citada: Precedentes do TRT da 7ª Região (mencionados no acórdão); AI 738.982/PR, AI 809.147/ES, AI 814.640/RS, ARE 662.029/SE, HC 54.513/DF, MS 28.989-MC/PR, RE 37.879/MG, RE 49.074/MA (STF).

Processo: 0000433-63.2023.5.07.0006 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. JUSTA CAUSA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPA DO EMPREGADO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto por RECLAMANTE contra a sentença que manteve a dispensa por justa causa, em razão de acidente de trânsito. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se o acidente de trânsito, ocorrido por culpa do Reclamante, justificou a dispensa por justa causa. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O laudo pericial da PEFOCE concluiu pela culpa do Reclamante no acidente. 4. O acidente decorreu de ação imprudente ou imperita do Reclamante no exercício da função. 5. A dispensa por justa causa foi motivada por mau procedimento ou desídia grave no desempenho das funções, conforme art 482, "e", da CLT. 6. Foram observados os requisitos da justa causa: gravidade da falta, caráter determinante, imediatidade e proporcionalidade. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso Ordinário conhecido e não provido.Tese de julgamento: 1. A culpa do empregado, motorista profissional, em acidente de trânsito, decorrente de imprudência, pode configurar justa causa para a dispensa, nos termos do art. 482,"e", da CLT.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 482, e, 818, II; 373, II, do CPC.

Processo: 0000808-57.2025.5.07.0018 **Julg.: 04/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. JUSTA CAUSA. DESÍDIA. HISTÓRICO FUNCIONAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LAUDO PERICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO DO PERCENTUAL. RECURSO DA RECLAMADA PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DA RECLAMANTE NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recursos ordinários interpostos pela reclamada e pela reclamante contra sentença que, reconhecendo a validade da dispensa por justa causa, condenou a empregadora ao pagamento de adicional de insalubridade. A reclamada pleiteia a reforma quanto ao adicional e a redução dos honorários advocatícios. A reclamante, por sua vez, busca a reversão da modalidade rescisória e o deferimento dos pedidos indeferidos na origem. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 (três) questões centrais em discussão: (i) definir se o histórico de faltas da empregada, relativas à mesma conduta e já sancionadas anteriormente com penalidades mais brandas, configura desídia apta a justificar a dispensa por justa causa, sem caracterizar perdão tácito ou *bis in idem*; (ii) estabelecer a prevalência da conclusão do laudo pericial quanto à existência de insalubridade, quando a reclamada alega, sem prova documental, o fornecimento de EPIs; e (iii) avaliar a adequação do percentual fixado a título de honorários advocatícios, frente à complexidade da causa. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A reiteração de condutas faltosas de mesma natureza, mesmo após a aplicação de penalidades gradativas, caracteriza a desídia do empregado e justifica a dispensa por justa causa, pois a quebra da fidúcia não decorre de um ato isolado, mas do histórico funcional que demonstra a ineficácia das medidas pedagógicas. 4. Prevalece a conclusão do laudo pericial que atesta a insalubridade quando a empregadora, a quem compete o ônus probatório, não comprova o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual em quantidade e com a qualidade necessárias para a efetiva neutralização do agente nocivo. 5. A base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário mínimo, até que sobrevenha lei específica, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal Superior do Trabalho em alinhamento à Súmula Vinculante nº 4 do STF. 6. O percentual dos honorários advocatícios de sucumbência deve ser fixado em observância aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando a complexidade da causa, o zelo profissional e o trabalho realizado, cabendo sua redução quando arbitrado em patamar máximo em demanda de baixa complexidade. 7. Incumbe à parte autora o ônus de comprovar os fatos constitutivos de seu direito, como o exercício de funções incompatíveis com o cargo contratado ou o labor em dias de repouso sem a devida compensação, nos termos do art. 818, I, da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso da reclamada conhecido e parcialmente provido. Recurso da reclamante conhecido e não provido.Tese de julgamento:A dispensa por justa causa fundamentada no histórico de faltas do empregado não configura *bis in idem* ou perdão tácito, mas sim o reconhecimento da quebra de confiança pela reiteração da conduta desidiosa.A conclusão de laudo pericial favorável ao empregado prevalece quando a empresa não se desincumbe do ônus de provar a efetiva neutralização do agente insalubre mediante o fornecimento de EPIs.O salário mínimo constitui a base de cálculo para o adicional de insalubridade, salvo disposição mais benéfica em lei ou norma coletiva.A

fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais deve observar os critérios do art. 791-A, § 2º, da CLT, comportando redução quando o percentual se mostrar excessivo frente à baixa complexidade da demanda.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 62, II, 192, 195, 456 (parágrafo único), 791-A, e 818, I. CPC, art. 373, I. Jurisprudência relevante citada: STF, Súmula Vinculante nº 4; TST, Súmula nº 80; TST, RR 0000684-12.2021.5.13.0030.

Processo: 0000508-87.2024.5.07.0032 **Julg.: 13/12/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DANO MORAL. DIREITO DE IMAGEM. RESCISÃO INDIRETA. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelas partes contra sentença que julgou parcialmente procedente a ação trabalhista. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há cinco questões em discussão: (i) definir se estão presentes os requisitos legais para a concessão da justiça gratuita ao reclamante; (ii) estabelecer se os honorários advocatícios de sucumbência são devidos pelo reclamante beneficiário da justiça gratuita e em que condições; (iii) determinar se estão presentes os requisitos para indenização por danos morais decorrentes da conduta do empregador; (iv) definir a natureza jurídica das verbas pagas a título de direito de imagem; (v) verificar a presença de elementos que justifiquem a rescisão indireta do contrato de trabalho. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A declaração de hipossuficiência firmada pelo reclamante goza de presunção de veracidade, nos termos da Lei nº 7.115/83, não tendo sido produzida prova em sentido contrário pelo reclamado, sendo cabível a concessão da gratuidade judiciária, mesmo diante de remuneração anterior superior ao limite legal, ante a ausência de comprovação de condição financeira atual favorável. 4. É devida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios pelo beneficiário da justiça gratuita, calculados sobre as parcelas em que foi sucumbente, nos termos do art. 791-A da CLT, desde que observada a condição suspensiva de exigibilidade prevista em seu § 4º, conforme entendimento firmado pelo STF na ADI 5766, sendo vedada a compensação de honorários. 5. A responsabilidade civil por danos morais exige a demonstração do ato ilícito, do dano e do nexo causal, o que não ocorreu no caso concreto. 6. O pagamento habitual e fixo de valores sob a rubrica "direito de imagem", sem comprovação de efetiva cessão da imagem e em montante equivalente ao salário contratual, revela tentativa de desvirtuamento remuneratório, em afronta ao art. 87-A da Lei nº 9.615/1998,

justificando o reconhecimento da natureza salarial da verba. 7. A irregularidade nos depósitos de FGTS, comprovada por extrato fundiário, caracteriza falta grave, nos termos do art. 483, "d", da CLT, conforme tese firmada pelo TST em incidente de recurso repetitivo, autorizando a rescisão indireta do contrato de trabalho. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso do reclamante parcialmente provido. Recurso do reclamado desprovido.Teses de julgamento: "1. A declaração de hipossuficiência firmada pelo trabalhador possui presunção de veracidade e, ausente prova em contrário, autoriza a concessão da justiça gratuita; 2. A responsabilidade civil por danos morais exige a demonstração do ato ilícito, do dano e do nexo causal, não sendo configurada apenas com o inadimplemento contratual; 3. O pagamento habitual de valores a título de direito de imagem, sem comprovação de sua efetiva utilização, caracteriza desvirtuamento remuneratório e atrai sua natureza salarial; 4. A irregularidade dos depósitos do FGTS constitui falta grave patronal e autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho".Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, X; CLT, arts. 457, 483, "d", 790, § § 3º e 4º, e 791-A, § 4º; CPC, arts. 99, § 3º, e 373, I; CC, art. 186; Lei nº 7.115/83, art. 1º; Lei nº 9.615/1998, art. 87-A. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 463, I; STF, ADI 5766; TST, Tema 70 (RRAg-1000063-90.2024.5.02.0032) E-RR-358-48.2014.5.12.0055, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 22/05/2020; RR-48-23.2011.5.05.0029, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 26/04/2019; ARR-1227-35.2010.5.02.0441, 2ª Turma, Redatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 30/01/2019; AIRR-11024-83.2017.5.15.0067, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 08/11/2019; RR-10293-17.2013.5.12.0001, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 19/08/2016; ARR-392-60.2013.5.02.0047, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 7/10/2016; RR-1516-92.2012.5.02.0086, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 13/10/2017; AIRR-10904-84.2013.5.01.0062, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 29/03/2019.

Processo: 0001062-73.2024.5.07.0015 **Julg.: 03/12/2025**
Rel. Desenb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. NATUREZA SALARIAL DE PARCELA PIV. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. MULTA DO ART. 477 DA CLT. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. DANOS MORAIS. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. NÃO PROVIMENTO/PROVIMENTO PARCIAL

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos por reclamante e reclamada contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos na reclamação trabalhista, com reconhecimento da natureza salarial de parcela PIV e condenação da reclamada ao pagamento de diferenças de reflexos e multa do art. 477, § 8º, da CLT. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 5 questões em discussão:(i) definir a natureza jurídica de parcela;(ii) estabelecer o termo inicial da prescrição quinquenal;(iii) determinar a legalidade da aplicação da multa do art. 477, § 8º, da CLT;(iv) estabelecer o direito à equiparação salarial;(v) determinar o direito à indenização por danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A parcela denominada "Prêmio de Incentivo Variável - PIV" possui natureza salarial, por se tratar de contraprestação salarial variável vinculada ao atingimento de metas predefinidas pela empresa, com reflexos em verbas trabalhistas. 4. O termo inicial da prescrição quinquenal deve ser alterado, considerando a suspensão do prazo prescricional estabelecida pela Lei 14.010/2020, para a contagem dos créditos anteriores a 11/10/2017.5. A condenação da reclamada ao pagamento da multa do art. 477, § 8º, da CLT, foi mantida, considerando o atraso na entrega da documentação referente à extinção do contrato de trabalho no prazo legal. 6. A reclamante não comprovou os requisitos para a equiparação salarial, especialmente o tempo de serviço na função, razão pela qual o pedido foi julgado improcedente. 7. A reclamante não comprovou o assédio moral organizacional e a dispensa após promoção, não se desincumbindo do ônus da prova, sendo mantida a improcedência do pedido de indenização por danos morais. 8. Os honorários advocatícios sucumbenciais recíprocos foram mantidos, em observância aos critérios legais. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso da reclamada não provido. Recurso da reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. O "Prêmio de Incentivo Variável - PIV" possui natureza salarial, integrando o salário para todos os efeitos legais. 2. A suspensão dos prazos prescricionais estabelecida pela Lei 14.010/2020 deve ser aplicada para fins de contagem do prazo prescricional quinquenal. 3. A multa do art. 477, § 8º, da CLT, é devida quando houver atraso na entrega da documentação referente à extinção do contrato de trabalho. 4. A equiparação salarial exige o preenchimento dos requisitos legais, como a identidade de funções e a diferença de tempo de serviço na função inferior a dois anos. 5. A indenização por danos morais exige a comprovação da conduta ilícita do empregador e do dano sofrido pelo empregado.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 477, § 8º, e art. 818, I. Lei nº 14.010/2020, art. 3º. Jurisprudência relevante citada: TST, RR - 1478-21.2014.5.09.0020; TST, RR-276-06.2014.5.09.0021.

Processo: 0000928-23.2022.5.07.0013 **Julg.: 21/10/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍN-

CULO DE EMPREGO. REQUISITOS DO ART. 3º DA CLT. CONFISSÃO REAL. CONTRADIÇÕES ENTRE A PETIÇÃO INICIAL E O DEPOIMENTO PESSOAL. AUTONOMIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pelo reclamante em face de sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados na Reclamação Trabalhista, por afastar o reconhecimento do vínculo de emprego. O recorrente busca a reforma da decisão para que seja reconhecida a relação empregatícia e deferidas as verbas correspondentes. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a confissão do reclamante em depoimento pessoal, notadamente quanto à autonomia na prestação de serviços e à forma de remuneração (comissão), somada a contradições com a petição inicial, é suficiente para afastar o reconhecimento do vínculo de emprego, mesmo quando a reclamada atrai para si o ônus da prova ao admitir a prestação de serviços em modalidade diversa. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A reclamada, ao admitir a prestação de serviços em modalidade diversa da empregatícia (parceria/autônoma), atrai para si o ônus de provar o fato impeditivo do direito do autor, nos termos dos arts. 818, II, da CLT e 373, II, do CPC. 4. A confissão real do reclamante, obtida em depoimento pessoal, desonera a reclamada do seu encargo probatório, uma vez que as declarações da parte, quando lhe são prejudiciais, constituem meio de prova de alto valor (art. 389 do CPC) e suprem a necessidade de outras provas pela parte contrária. 5. A ausência do requisito da subordinação jurídica, elemento distintivo da relação de emprego, resta evidenciada pela afirmação textual do reclamante de que possuía autonomia para realizar o serviço. 6. As contradições substanciais entre a petição inicial (que alega salário fixo) e o depoimento pessoal (que confirma remuneração por comissão/produção) fragilizam a tese autoral e corroboram a narrativa da defesa sobre a existência de uma parceria. 7. Mantida a improcedência do pedido principal de reconhecimento de vínculo de emprego, restam prejudicados todos os demais pleitos dele decorrentes. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso não provido.Tese de julgamento:A confissão real do reclamante sobre a ausência de subordinação jurídica e a existência de autonomia na prestação de serviços é prova suficiente para afastar o reconhecimento do vínculo de emprego, ainda que a reclamada tenha o ônus probatório inicial por admitir a prestação de serviços em modalidade diversa.As contradições substanciais entre a petição inicial e o depoimento pessoal da parte autora, especialmente quanto aos elementos essenciais da relação de emprego como onerosidade e subordinação, corroboram a tese da defesa e fundamentam a improcedência dos pedidos. Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 3º e 818, II; CPC, arts. 373, II, e 389; Lei Complementar nº 75/93, art. 83, II. Jurisprudência relevante citada: TRT-7, ROT nº 0000476-35.2022.5.07.0038.

Processo: 0001019-51.2024.5.07.0011 **Julg.: 11/08/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO DE EMPREGO. RESCISÃO INDIRETA. ACÚMULO DE FUNÇÃO. DANO MORAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. NÃO PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário em Reclamação Trabalhista na qual o reclamante, médico anestesista, pleiteia a conversão do seu pedido de demissão em rescisão indireta, o pagamento de plus salarial por acúmulo de função com a de médico clínico, indenização por danos morais decorrentes de assédio e a exclusão da condenação em honorários sucumbenciais. Sentença de improcedência. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 4 questões em discussão: (i) definir se o pedido de demissão do empregado foi viciado a ponto de justificar sua conversão em rescisão indireta por culpa do empregador; (ii) estabelecer se o exercício de atividades em equipe de emergência durante a pandemia de COVID-19 por médico anestesista configura acúmulo de função com a de médico clínico; (iii) determinar se conflitos no ambiente de trabalho e a alegada falta de EPIs configuram assédio moral passível de indenização; e (iv) analisar a legalidade da condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários de sucumbência. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A rescisão contratual por iniciativa do empregado, formalizada por pedido de demissão, é ato jurídico válido quando não comprovada a existência de coação ou outro vício de consentimento, não bastando o mero arrependimento posterior do trabalhador para sua conversão em rescisão indireta. 4. O exercício de atividades correlatas e compatíveis com a condição pessoal do empregado, especialmente em situações emergenciais como uma pandemia, insere-se no *jus variandi* do empregador, não configurando acúmulo de função passível de plus salarial, nos termos do art. 456, parágrafo único, da CLT.5. Conflitos interpessoais e dissabores no ambiente de trabalho, sem a prova de conduta patronal reiterada e intencional de perseguição, não caracterizam o assédio moral. O ônus de provar o fato constitutivo do direito à indenização por danos morais é do autor. 6. A condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários de sucumbência é compatível com o ordenamento jurídico, ficando a exigibilidade da verba sob condição suspensiva, conforme decidido pelo STF na ADI 5766 e previsto no art. 791-A, § 4º, da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. A validade do pedido de demissão obsta o reconhecimento da rescisão indireta quando ausente prova de vício na manifestação de vontade do empregado. 2. Não há acúmulo de função quando o empregado exerce atividades compatíveis com sua condição profissional dentro dos limites do "jus variandi" do empregador. 3. A configuração do assédio moral exige a prova de condutas patronais reiteradas e abusivas, não se confundindo com conflitos isolados no ambiente de trabalho. 4. É devida a condenação do

beneficiário da justiça gratuita em honorários sucumbenciais, permanecendo a obrigação sob condição suspensiva de exigibilidade.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 456, parágrafo único, 791-A e 818. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI 5766.

Processo: 0001103-47.2022.5.07.0003 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RITO SUMARÍSSIMO. RECURSO ORDINÁRIO. PROMOÇÃO FUNCIONAL. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE. DIFERENÇAS SALARIAIS. PISO NORMATIVO. DANO MORAL. CONDIÇÕES DE TRABALHO. FORNECIMENTO DE ÁGUA IMPRÓPRIA. ANOTAÇÃO DA CTPS. ÔNUS DA PROVA. PROVIMENTO PARCIAL.

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários (principal e adesivo) em Reclamação Trabalhista sob o rito sumaríssimo. A sentença reconheceu promoção funcional do Reclamante, condenando a Reclamada ao pagamento de verbas decorrentes. A empresa nega a promoção e o obreiro busca a majoração da condenação e o deferimento de indenizações por danos morais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A controvérsia cinge-se a: (i) definir se a prova oral é suficiente para caracterizar a promoção funcional, à luz do princípio da primazia da realidade; (ii) estabelecer a base de cálculo das diferenças salariais, se o piso normativo da nova função ou valores pagos extrafolha; e (iii) analisar a configuração de danos morais pelo fornecimento de água imprópria e pela ausência de anotação da promoção na CTPS. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A prova oral robusta que demonstra o exercício habitual de atribuições de maior complexidade e responsabilidade é suficiente para caracterizar a promoção funcional, ainda que não registrada, em observância ao princípio da primazia da realidade. 4. Reconhecida a promoção para função com piso salarial previsto em norma coletiva, as diferenças salariais devem ser calculadas com base neste, e não limitadas a valores pagos de forma clandestina. 5. O fornecimento de água imprópria para o consumo no ambiente de trabalho configura ato ilícito que viola o dever de manutenção de um meio ambiente de trabalho hígido, ensejando reparação por dano moral in re ipsa. 6. Conforme tese do TST (Tema Repetitivo nº 1), a ausência de anotação da promoção na CTPS, por si só, não configura dano moral, exigindo-se a comprovação de prejuízo extrapatrimonial concreto. 7. Compete ao empregador o ônus de comprovar a regularidade dos depósitos do FGTS (Súmula 461 do TST). IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso da Reclamada não provido. Recurso do

Reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento:Comprovado o exercício de função de maior responsabilidade, a diferença salarial deve ter como base o piso normativo correspondente.O fornecimento de água imprópria para consumo no local de trabalho configura dano moral presumido.A ausência de anotação da promoção na CTPS, por si só, não gera dano moral.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XXII e XXVI; CLT, arts. 456, parágrafo único, e 818; Código Civil, arts. 186 e 927. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 461; TST, Tese Jurídica Prevalecente nº 1 (IRR - Tema nº 0001).

Processo: 0000864-72.2024.5.07.0003 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO TRABALHISTA. PEDIDO DE RESCISÃO INDIRETA E DANOS MORAIS EM RAZÃO DE ALEGAÇÃO DE FALTA DE READAPTAÇÃO AO RETORNO DO TRABALHO APÓS AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO. IMPROVIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto contra sentença que julgou improcedente reclamação trabalhista, alegando a trabalhadora que, após alta previdenciária com recomendação de readaptação, a empregadora não a readaptou, causando-lhe danos morais e ensejando a rescisão indireta do contrato de trabalho. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: (i) definir se a empregadora tinha o dever de readaptar a trabalhadora após a alta previdenciária com recomendação de readaptação; (ii) estabelecer se a conduta da empregadora configura rescisão indireta do contrato de trabalho e enseja indenização por danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR A trabalhadora não comprovou ter comunicado à empregadora sua alta previdenciária e a necessidade de readaptação, não havendo nos autos qualquer documento que ratifique suas alegações. A responsabilidade pela comunicação da alta previdenciária e da necessidade de readaptação à empregadora não foi demonstrada, recaindo sobre a trabalhadora o ônus de provar o fato constitutivo do seu direito. A alta previdenciária não continha recomendação médica de readaptação, e a trabalhadora não comprovou que se encontrava inapta ao exercício de suas funções após a data da alta. Inexiste prova de que a empregadora tenha se recusado a readaptar a trabalhadora ou que tenha criado qualquer impedimento ao seu retorno ao trabalho. A empregadora entendeu que a trabalhadora estava em gozo de auxílio-doença, o que gera a suspensão do contrato de trabalho, não havendo responsabilidade da empresa na situação alegada. A omissão da trabalhadora em retornar ao trabalho após a cessação

do benefício previdenciário e a falta de comprovação da necessidade de readaptação laboral impedem o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho e a condenação da empregadora ao pagamento de indenização por danos morais. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso não provido.Tese de julgamento:A empregadora não tem o dever de readaptar a trabalhadora quando esta não comunica a alta previdenciária e a necessidade de readaptação, e não há comprovação de incapacidade laboral após a alta. A falta de comunicação da alta previdenciária e a ausência de comprovação da necessidade de readaptação, somadas à ausência de comprovação de impedimento por parte da empregadora, impedem o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho e a condenação por danos morais.Dispositivos relevantes citados: Art. 76-B do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3048/99.

Processo: 0000047-29.2020.5.07.0009 **Julg.: 24/11/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. ACIDENTE DE TRABALHO COM ÓBITO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EMPREGADOR. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO CONFIGURADA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS MANTIDA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA. REDUTOR DE 30%. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO. RECURSO DA RECLAMANTE DESPROVIDO. RECURSO DA RECLAMADA PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos pelo Espólio de Alexandre Lopes Arruda e pela empresa Camarões do Jaguaribe Ltda. contra sentença que reconheceu vínculo empregatício, condenou ao pagamento de verbas rescisórias, indenização por danos morais de R$ 80.000,00 e indenização por danos materiais (pensão mensal convertida em parcela única de R$ 199.980,00), além de rejeitar a alegação de culpa exclusiva da vítima. A reclamante busca majoração das indenizações e honorários; a reclamada, por sua vez, pleiteia o reconhecimento da culpa exclusiva do falecido, a redução dos danos morais e materiais e a alteração da forma de pagamento. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há cinco questões em discussão: (i) definir se o acidente de trabalho decorreu de culpa exclusiva da vítima; (ii) estabelecer se o valor dos danos morais fixado em R$ 80.000,00 comporta redução; (iii) determinar se os danos materiais podem ser pagos em parcela única e se é aplicável redutor; (iv) examinar a pretensão da

reclamante de majoração dos danos morais e materiais; (v) analisar a possibilidade de majoração dos honorários advocatícios de sucumbência. III. RAZÕES DE DECIDIR 1. A responsabilidade civil objetiva do empregador por acidente de trabalho, prevista no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, decorre do risco da atividade e do nexo causal entre a morte do empregado e as condições de trabalho. 2. A prova oral não comprova a alegada culpa exclusiva da vítima, pois a empresa manteve fios de energia expostos e forneceu EPI inadequado ao ambiente laboral, configurando negligência no dever de segurança. 3. A indenização por danos morais no valor de R$ 80.000,00 observa os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, considerando a gravidade do dano (morte do empregado), a capacidade econômica da reclamada e a jurisprudência consolidada do TST. 4. O pagamento da indenização por danos materiais em parcela única é admitido pelo art. 950, parágrafo único, do Código Civil, devendo incidir redutor de 30%, conforme precedentes pacíficos do TST, para compensar a antecipação da liquidez.5. A pretensão da reclamante de majoração dos danos morais e materiais não encontra respaldo em elementos objetivos que demonstrem irrisoriedade ou insuficiência dos valores fixados. 6. A fixação dos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação respeita o art. 791-A da CLT, não havendo justificativa para majoração. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso da reclamante desprovido. Recurso da reclamada parcialmente provido para aplicar redutor de 30% sobre a indenização por danos materiais.Tese de julgamento: 1. A responsabilidade civil objetiva do empregador subsiste ainda que o empregado contribua para o acidente de trabalho, afastando-se apenas em caso de força maior ou culpa exclusiva comprovada da vítima. 2. A fixação da indenização por danos morais deve observar a gravidade do dano, a capacidade econômica das partes e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. 3. O pagamento em parcela única da indenização por danos materiais prevista no art. 950, parágrafo único, do CC, admite a aplicação de redutor de 30% para compensar a antecipação da liquidez. 4. A majoração de danos morais, materiais ou honorários advocatícios exige demonstração objetiva de irrisoriedade ou desproporcionalidade da fixação originária.Dispositivos relevantes citados: CC, art. 927, parágrafo único; CC, art. 950, parágrafo único; CLT, art. 791-A.Jurisprudência relevante citada: TST, RRAg-788-07.2021.5.12.0038, 8ª Turma, Rel. Min. Sergio Pinto Martins, DEJT 24/01/2025; TST, RR-0020601-60.2022.5.04.0732, 5ª Turma, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2024; TST, RRAg-22338-80.2016.5.04.0030, 2ª Turma, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, DEJT 11/10/2024.

Processo: 0000172-13.2024.5.07.0023 **Julg.: 10/09/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. DANOS MORAIS E MATERIAIS. REFORMA DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos pela reclamante e pela reclamada, em face da sentença que reconheceu acidente de trabalho e condenou a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais/estéticos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 4 questões em discussão: (i) definir se é devido o adicional de periculosidade; (ii) estabelecer se há responsabilidade civil da empregadora e se ela é objetiva; (iii) determinar se o valor da indenização por danos morais deve ser reduzido; (iv) determinar se é devida indenização por danos materiais, na forma de pensão vitalícia. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O adicional de periculosidade não é devido, pois a atividade com motocicleta só foi incluída no rol de atividades perigosas após a edição da Portaria nº 1.565/2014, e a empresa é associada à Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores, estando sob o manto protetor de decisão judicial que suspendeu os efeitos da referida portaria. 4. A responsabilidade civil do empregador é configurada, pois o acidente de trabalho ocorreu em razão do risco inerente à atividade que envolvia o uso contínuo de motocicleta, independentemente da existência de culpa da empresa, caracterizando-se o fortuito interno. 5. O valor da indenização por danos morais deve ser mantido, pois foi arbitrado em consonância com os critérios estabelecidos no art. 223-G da CLT, considerando a natureza do bem jurídico, a intensidade do sofrimento, a culpa do empregador e as circunstâncias do acidente. 6. É devida indenização por danos materiais, na forma de pensão vitalícia, uma vez que comprovada a redução da capacidade laborativa da reclamante em 6%, em razão do acidente de trabalho. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso da reclamante parcialmente provido e recurso da reclamada não provido.Teses de julgamento: 1. O adicional de periculosidade, decorrente da atividade com motocicleta, não é devido quando a empresa está protegida por decisão judicial que suspende os efeitos da norma regulamentadora. 2. A responsabilidade civil do empregador, em casos de acidentes de trabalho, pode ser objetiva quando a atividade exercida envolve risco acentuado, como o uso contínuo de motocicleta. 3. A indenização por danos morais deve ser fixada considerando os critérios estabelecidos no art. 223-G da CLT. 4. É devida indenização por danos materiais, na forma de pensão vitalícia, quando houver redução da capacidade laborativa em decorrência de acidente de trabalho.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 193, § 4º; CLT, art. 223-G; CC, art. 927, parágrafo único.Jurisprudência relevante citada: TST - AIRR: 107179820155030111.

Processo: 0000797-08.2023.5.07.0015 **Julg.: 01/12/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO EM ATIVIDADE DE RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EMPREGADOR. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA. ACÚMULO DE FUNÇÃO NÃO CONFIGURADO. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DAS RECLAMADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO DO RECLAMANTE

I. CASO EM EXAME . Recursos Ordinários interpostos pelo reclamante e pelas reclamadas contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na reclamação trabalhista, condenando a primeira reclamada e, subsidiariamente, a segunda reclamada ao pagamento de indenização por danos morais (50 vezes o último salário) e por danos estéticos (40 vezes o último salário). O reclamante pleiteia majoração das indenizações e reconhecimento de acúmulo de função. As reclamadas insurgem-se contra a responsabilidade civil pelo acidente, contra a responsabilidade subsidiária da tomadora, contra os valores fixados a título de indenização e contra a verba honorária, postulando, ainda, a alteração do termo inicial da correção monetária. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO . Há cinco questões em discussão: (i) definir se o acidente decorreu de culpa exclusiva do reclamante ou se subsiste a responsabilidade objetiva do empregador; (ii) estabelecer se há responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços (ENEL); (iii) determinar se o exercício simultâneo das funções de almoxarife e motorista caracteriza acúmulo de função; (iv) avaliar a necessidade de majoração ou redução dos valores arbitrados a título de danos morais e estéticos; (v) fixar o termo inicial da correção monetária da indenização por danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR . O acidente ocorreu em deslocamento para o trabalho, em atividade de risco, atraindo a responsabilidade objetiva do empregador (CF/88, art. 7º, XXVIII; CC, art. 927, parágrafo único; Lei nº 8.213/91, art. 21, IV, "d"). A culpa exclusiva da vítima não se comprova, pois a empresa autorizou o reclamante a realizar a viagem sem curso prático concluído, assumindo os riscos inerentes à atividade. O uso de medicamentos não constitui prova cabal de culpa do empregado, sendo dever da empregadora adotar medidas de vigilância e prevenção quanto à aptidão do trabalhador. A responsabilidade subsidiária da tomadora (ENEL) decorre da Súmula nº 331, V, do TST, que independe de prova de culpa *in vigilando* ou in eligendo. O exercício da função de motorista, ainda que cumulada com a de almoxarife, integra o rol de atividades compatíveis com a contratação (CLT, art. 456), não configurando acúmulo de função. Os valores arbitrados a título de danos morais e estéticos observam a proporcionalidade, a gravidade do dano e o caráter

pedagógico, não havendo motivo para redução ou majoração. Os honorários advocatícios foram fixados em percentual razoável, em conformidade com o art. 791-A da CLT, não havendo necessidade de alteração. O termo inicial da correção monetária das indenizações por danos morais deve observar a Súmula nº 439 do TST, incidindo a partir da decisão de arbitramento ou de alteração do valor. IV. DISPOSITIVO E TESE . Recurso do reclamante desprovido. Recurso das reclamadas parcialmente provido, apenas para fixar como termo inicial da correção monetária das indenizações por danos morais a data da decisão de arbitramento, nos termos da Súmula nº 439 do TST. Tese de julgamento: A responsabilidade civil do empregador por acidente de trabalho em atividade de risco subsiste mesmo diante de imprudência do empregado, salvo prova de culpa exclusiva. A responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços decorre do inadimplemento da prestadora, nos termos da Súmula nº 331, V, do TST. O exercício da função de motorista por almoxarife não caracteriza acúmulo de função, por se tratar de atividade compatível com a contratação. Os valores arbitrados a título de danos morais e estéticos somente comportam revisão quando destoarem da razoabilidade e proporcionalidade, o que não ocorre quando vinculados ao salário do obreiro em coeficiente proporcional ao dano. O termo inicial da correção monetária das indenizações por danos morais é a data da decisão de arbitramento ou de alteração do valor, nos termos da Súmula nº 439 do TST. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XXVIII; CC, art. 927, parágrafo único; CLT, arts. 456, 791-A e 883; Lei nº 8.213/91, art. 21, IV, "d".Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 331, V; TST, Súmula nº 439.

Processo: 0001354-56.2023.5.07.0027 **Julg.: 14/10/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO. TÉCNICOS EM LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA EXPOSTOS A AGENTES BIOLÓGICOS. BASE DE CÁLCULO DO SALÁRIO CONTRATUAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH contra sentença da 13ª Vara do Trabalho de Fortaleza, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados por cinco empregados públicos celetistas, condenando a reclamada a: (i) implantar o adicional de insalubridade em grau máximo (40%) com base de cálculo nos

contracheques dos autores; (ii) pagar as diferenças devidas desde o período imprescrito até a efetiva implantação, com reflexos em 13º salários, férias + 1/3 e FGTS. A reclamada pleiteia, preliminarmente, o reconhecimento da incompetência da Justiça do Trabalho, e, no mérito, a exclusão ou modificação da condenação relativa ao adicional de insalubridade, sua base de cálculo e honorários periciais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há quatro questões em discussão: (i) definir se é da competência da Justiça do Trabalho o julgamento de ação sobre adicional de insalubridade envolvendo empregados celetistas de empresa pública federal; (ii) estabelecer se é devido o adicional de insalubridade em grau máximo a técnicos em laboratório de patologia clínica expostos a agentes biológicos; (iii) determinar a base de cálculo correta do adicional de insalubridade; (iv) verificar a existência de interesse recursal quanto aos honorários periciais. III. RAZÕES DE DECIDIR A competência da Justiça do Trabalho é mantida quando se trata de litígio entre empregado celetista e empresa pública federal, regido pela CLT, não se aplicando a tese fixada no Tema 1.143 do STF, que trata de parcela de natureza estritamente administrativa.O adicional de insalubridade é devido em grau máximo quando constatado, por perícia técnica, que o trabalhador mantém contato habitual e intermitente com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas e com materiais contaminados, conforme Anexo 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78.O laudo pericial, elaborado por profissional habilitado, constatou condições de insalubridade de grau máximo com base em avaliação qualitativa e contato com agentes biológicos, sendo insubsistentes as alegações da reclamada para desconstituí-lo.A base de cálculo do adicional de insalubridade deve respeitar a prática contratual da empregadora, que adotou o salário contratual como base de cálculo, sendo vedada sua posterior alteração para o salário mínimo por configurar alteração contratual lesiva, nos termos do art. 468 da CLT.Não há violação à Súmula Vinculante nº 4 do STF, pois não se trata de imposição judicial, mas sim da preservação de critério mais benéfico adotado pelo empregador.A gratuidade de justiça é devida com base na declaração de hipossuficiência econômica firmada nos autos, sendo presumida verdadeira nos termos do art. 99, § 3º, do CPC/2015, e da Súmula 463 do TST.Inexiste interesse recursal quanto aos honorários periciais, pois não houve fixação de valores nos autos, tendo sido utilizados laudos emprestados com anuência da parte reclamada. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:Compete à Justiça do Trabalho julgar ação proposta por empregado celetista de empresa pública federal relativa a adicional de insalubridade, por se tratar de matéria de natureza trabalhista.Faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo o empregado técnico em patologia clínica que, no desempenho de suas funções, mantém contato habitual com agentes biológicos e materiais contaminados.A base de cálculo do adicional de insalubridade deve observar o salário contratual quando este foi adotado espontaneamente pelo empregador

durante a vigência do contrato, sob pena de alteração contratual lesiva.É presumida a veracidade da declaração de hipossuficiência firmada por pessoa natural para fins de concessão da justiça gratuita, salvo prova em contrário.Não há interesse recursal em matéria de honorários periciais quando não fixados em sentença ou inexistente a perícia no processo.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 114, I; CLT, arts. 189, 192, 195, 468; CPC/2015, arts. 99 e 479; Portaria MTB nº 3.214/78, NR-15, Anexo 14.Jurisprudência relevante citada: STF, Tema 1.143, RE 1288440/SP; TST, Súmula nº 47; TST, Súmula nº 463; STF, Súmula Vinculante nº 4; TST, Ag-AIRR-14-26.2018.5.10.0009; TST, AIRR-751-58.2019.5.06.0412.

Processo: 0001094-84.2024.5.07.0013 **Julg.: 07/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ENFERMEIRA EM SETOR DE HEMODIÁLISE. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS. GRAU MÁXIMO DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO MAIS BENÉFICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH (reclamada) contra sentença proferida pela 6ª Vara do Trabalho de Fortaleza, que julgou procedentes os pedidos formulados por MAYSA CARNEIRO ADEBAL (reclamante), condenando a reclamada a: (i) implantar, no prazo de 48 horas após o trânsito em julgado, o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo (40% sobre o salário base); (ii) pagar as diferenças entre o adicional de insalubridade em grau máximo e o anteriormente pago em grau médio, com reflexos em FGTS, férias acrescidas do terço constitucional e 13º salários. A reclamada alegou a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho e, no mérito, pleiteou a exclusão da condenação ou sua limitação ao pagamento com base no salário mínimo, além da reversão da concessão dos benefícios da justiça gratuita. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há três questões em discussão: (i) definir se a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar demanda de celetista contratada por empresa pública, envolvendo pedido de adicional de insalubridade; (ii) estabelecer se é devido à reclamante o adicional de insalubridade em grau máximo, conforme laudo pericial; e (iii) determinar se a base de cálculo do adicional deve ser o salário mínimo ou o salário base da empregada, conforme já praticado pela empregadora. III. RAZÕES DE DECIDIR A Justiça do Trabalho é competente para

processar e julgar demandas que envolvam direitos trabalhistas, mesmo quando o empregador integra a Administração Pública indireta, desde que a controvérsia não verse sobre questões típicas de direito administrativo, como decidido pelo STF no Tema nº 1.143. No caso, o pedido da autora se fundamenta em normas tipicamente trabalhistas (art. 192 da CLT e Anexo 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78 do MTE), razão pela qual se afasta a alegada incompetência.O adicional de insalubridade em grau máximo é devido quando constatada, por meio de prova pericial, a exposição habitual a agentes biológicos nocivos. A perícia judicial confirmou que a autora, enfermeira atuante no setor de hemodiálise, esteve exposta a pacientes portadores de doenças infectocontagiosas em diversos setores do hospital, inclusive em unidades de isolamento, configurando-se ambiente insalubre em grau máximo, conforme previsto no Anexo 14 da NR-15.O laudo pericial foi conclusivo e ratificado em complementação, atestando a exposição da reclamante a agentes biológicos de forma intermitente, sendo incontroverso que, nos períodos de exposição, a EBSERH efetuou o pagamento do adicional em grau máximo, o que reforça a procedência do pedido.A base de cálculo do adicional de insalubridade deve respeitar o princípio da proteção, sendo vedada a redução de vantagens já asseguradas ao trabalhador. No caso, a EBSERH, por liberalidade, vinha adotando o salário base como referência para o pagamento da parcela, não havendo violação à Súmula Vinculante nº 4 do STF, que veda apenas a fixação judicial de base de cálculo diversa do salário mínimo quando não prevista legalmente, o que não ocorre na hipótese em que a base mais benéfica já integra a prática contratual.A concessão dos benefícios da justiça gratuita à reclamante foi correta, diante da declaração de hipossuficiência econômica regularmente apresentada, cuja veracidade é presumida nos termos do art. 99, § 3º, do CPC/2015, não tendo a reclamada apresentado elementos capazes de elidir tal presunção. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:A Justiça do Trabalho é competente para julgar demandas relativas ao adicional de insalubridade de empregado celetista contratado por empresa pública, quando o pedido se funda em normas trabalhistas.O adicional de insalubridade em grau máximo é devido ao enfermeiro que, no exercício de suas funções, permanece exposto a agentes biológicos nocivos, conforme constatado em perícia técnica.A base de cálculo do adicional de insalubridade pode ser o salário base do empregado quando este parâmetro for adotado pela empregadora, por liberalidade, não configurando afronta à Súmula Vinculante nº 4 do STF.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 114, I; CLT, arts. 189, 192, 195 e 468; CPC/2015, art. 99, § 3º; NR-15, Anexo 14, da Portaria nº 3.214/78 do MTE.Jurisprudência relevante citada: STF, RE nº 1288440 (Tema nº 1.143), Plenário, j. 28.08.2023; TST, Súmula nº 463.

Processo: 0000788-39.2024.5.07.0006 **Julg.: 30/07/2025**
Rel. Desemb.:Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS. PROCEDÊNCIA PARCIAL

I. CASO EM EXAME: 1. Recurso Ordinário interposto pela reclamante, irresignada com a sentença que julgou improcedente a Reclamatória, em que pleiteia adicional de insalubridade e seus reflexos, em face de exposição a risco biológico. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO : 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se houve cerceamento do direito de defesa pelo indeferimento da oitiva do preposto; (ii) estabelecer o direito da reclamante ao adicional de insalubridade. III. RAZÕES DE DECIDIR : 3. O indeferimento da oitiva do preposto não configura cerceamento do direito de defesa, pois o Juízo possui ampla liberdade na direção do processo, podendo indeferir provas desnecessárias. 4. O laudo pericial não vincula o juízo. 5. A reclamante, no exercício da função de Coordenadora de Convênios, estava exposta de forma habitual a agentes biológicos, em razão do contato com pacientes e documentos em ambiente fechado, com ventilação artificial e risco de contato com pessoas com doenças infectocontagiosas. 6. A Súmula 47 do TST estabelece que o trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta o direito ao adicional. 7. O Perfil Profissiográfico Profissional registra a exposição da reclamante a fatores de risco biológicos. 8. Devem ser aplicados o IPCA-E acrescido da TRD na fase pré-judicial, a SELIC desde a data do ajuizamento da demanda até 29/08/2024, e, a partir de 30/08/2024, o IPCA para correção monetária e juros de mora correspondentes à subtração entre a SELIC e o IPCA, com possibilidade de não incidência.DISPOSITIVO E TESE : 9. Recurso parcialmente provido. Tese de julgamento: "1. O indeferimento da oitiva do preposto não configura cerceamento do direito de defesa quando o Juízo entende ser a prova desnecessária. 2. A conclusão pericial não vincula o juízo. 3. Faz jus ao adicional de insalubridade o trabalhador exposto, mesmo que de forma intermitente, a agentes biológicos. 4. O adicional de insalubridade é devido em grau médio (20% sobre o salário mínimo), com reflexos em férias acrescidas de 1/3, gratificações natalinas e FGTS com multa de 40%."Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 7º, XXIII, 189 e 765; CPC, arts. 370 e 479; CF/1988, art. 7º, XXIII. Jurisprudência relevante citada: Súmula 47 do TST; TRT-3, ROT 0010323-97.2023.5.03.0180; TRT-18, RORSum 0010164-71.2023.5.18.0008; TST, E-ED-RR nº 713-03.2010.5.04.0029.

Processo: 0001794-18.2024.5.07.0027 **Julg.: 05/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. FRIO. CONTATO INTERMITENTE. DESVIO DE FUNÇÃO. PERÍODO DE TREINAMENTO. HORAS EXTRAS. PROVA CONTRADITÓRIA. CÁLCULOS. SUSPENSÃO CONTRATUAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO DA RECLAMADA PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos pela Reclamada e, de forma adesiva, pelo Reclamante, em face de sentença líquida que julgou parcialmente procedente a Reclamação Trabalhista para condenar a empresa ao pagamento de adicional de insalubridade por exposição ao frio. A Reclamada busca o afastamento da condenação e, sucessivamente, a retificação dos cálculos. O Reclamante postula o reconhecimento de desvio de função, o pagamento de horas extras e a majoração dos honorários de sucumbência. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Há 5 questões em discussão: (i) definir se o ingresso intermitente em câmaras frias, sem a comprovação de neutralização do risco por EPIs, enseja o pagamento do adicional de insalubridade; (ii) estabelecer se o período designado como "treinamento" para função de maior responsabilidade, sem a correspondente alteração salarial, configura desvio de função; (iii) verificar se a prova oral contraditória é suficiente para invalidar os controles de jornada e deferir horas extras; (iv) decidir sobre a exclusão, do cálculo do adicional, do período em que o contrato de trabalho esteve suspenso (MP 936/2020); e (v) analisar a razoabilidade do percentual mínimo fixado para os honorários de sucumbência. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O laudo pericial, não desconstituído por prova em contrário, concluiu pela existência de trabalho em condição insalubre. O ingresso rotineiro em câmaras frias, ainda que por curtos períodos, caracteriza o trabalho intermitente de que trata a Súmula nº 47 do TST, sendo devido o respectivo adicional. 4. A reclamada não se desincumbe do ônus de comprovar a eliminação do risco (Súmula nº 80 do TST) quando a prova dos autos indica que os EPIs eram de uso coletivo e em quantidade insuficiente para garantir a proteção contínua de todos os empregados. 5. O período de treinamento para nova função é etapa legítima de capacitação e não configura, por si só, desvio de função, especialmente quando a prova oral, e até mesmo a confissão do autor, indicam que a promoção somente se efetivava após o término dessa fase, mantendo-se a presunção de veracidade das anotações da CTPS. 6. A existência de manifesta contradição entre a jornada alegada na petição inicial, o depoimento pessoal do autor e os relatos de suas testemunhas fragiliza a prova oral e impede a desconstituição dos cartões de ponto, notadamente quando estes registram o pagamento de algumas horas extras. 7. O

adicional de insalubridade possui natureza de salário-condição, sendo indevido durante o período de suspensão do contrato de trabalho (MP 936/2020), no qual, por ausência de prestação de serviços, cessa a exposição do trabalhador ao agente de risco. 8. A fixação dos honorários de sucumbência no patamar mínimo legal pode se mostrar desproporcional à complexidade da causa, que envolveu perícia e instrução probatória. A majoração para 10% remunera de forma mais adequada o zelo e o trabalho do profissional, em observância aos critérios do art. 791-A, § 2º, da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso Ordinário da Reclamada conhecido e parcialmente provido. Recurso Ordinário Adesivo do Reclamante conhecido e parcialmente provido.Teses de julgamento:A exposição intermitente do trabalhador ao agente frio, sem a comprovação da efetiva neutralização do risco, assegura o direito à percepção do adicional de insalubridade.Não se configura desvio de função o período de treinamento que antecede a promoção, quando não comprovado o exercício pleno e autônomo das responsabilidades do novo cargo.A prova oral marcada por inconsistências e contradições é insuficiente para invalidar os controles de ponto e fundamentar a condenação em horas extras.O adicional de insalubridade é indevido no período de suspensão do contrato de trabalho, por se tratar de salário-condição.A fixação dos honorários advocatícios deve observar a complexidade da causa e o trabalho desenvolvido, justificando-se a majoração do percentual mínimo legal para patamar mais condizente.Dispositivos relevantes citados:CLT, arts. 194, 468, 791-A e 818, I. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmulas nº 12, 47 e 80.

Processo: 0000614-30.2024.5.07.0006 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.:Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. GRAU MÁXIMO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19. BASE DE CÁLCULO. NORMA INTERNA DA EMPREGADORA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME . Recurso ordinário interposto pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH contra sentença proferida pela 11ª Vara do Trabalho de Fortaleza, em que se julgou procedentes os pedidos formulados por Kílvia Katiuscia Silva Conrado, condenando a reclamada ao pagamento das diferenças do adicional de insalubridade em grau máximo (40%) durante o período da pandemia da COVID-19, com os respectivos reflexos, bem como ao pagamento de honorários advocatícios. A sentença também deferiu justiça gratuita à reclamante e reconheceu à EBSERH as prerrogativas da Fazenda Pública. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO . 2.

Há quatro questões em discussão: (i) definir se a Justiça do Trabalho é competente para julgar pedido relacionado à base de cálculo do adicional de insalubridade no caso de empregada pública celetista; (ii) estabelecer a validade do laudo pericial que concluiu pela exposição da reclamante a agentes insalubres em grau máximo durante a pandemia; (iii) determinar a base de cálculo aplicável ao adicional de insalubridade, diante da norma interna da empregadora; (iv) verificar se é cabível a revogação da justiça gratuita concedida à parte reclamante. III. RAZÕES DE DECIDIR . 3. A Justiça do Trabalho é competente para julgar controvérsias decorrentes de contrato de trabalho regido pela CLT, mesmo nos casos envolvendo empresa pública, conforme o art. 114, I, da CF/1988 e o Tema 1.143 da Repercussão Geral, cuja modulação não abrange sentenças proferidas após 28/08/2023. 4. O laudo pericial produzido por profissional imparcial e equidistante das partes, aliado às demais provas constantes nos autos, revela exposição habitual da reclamante a agentes biológicos, com majoração do risco durante a pandemia, justificando o enquadramento em grau máximo de insalubridade. 5. O entendimento adotado no Incidente de Assunção de Competência nº 0001 do TRT da 7ª Região reconhece, por notoriedade e risco evidente, o direito ao adicional de insalubridade em grau máximo aos profissionais da saúde durante a pandemia da COVID-19. 6. A base de cálculo do adicional deve seguir a Norma Operacional DGP nº 03/2017, já incorporada ao patrimônio jurídico da reclamante, a qual previa o salário contratual, sendo vedada a alteração posterior por meio da Resolução nº 88/2019, nos termos do art. 468 da CLT e da Súmula 51 do TST. 7. A fixação da base de cálculo prevista em norma interna da própria empregadora não configura majoração judicial de vencimentos, não havendo afronta à Súmula Vinculante nº 37 do STF. 8. A concessão da justiça gratuita está respaldada na declaração de hipossuficiência da parte reclamante, nos termos do art. 790, § 3º, da CLT, e da Súmula 463, I, do TST, sendo desnecessária comprovação adicional. IV. DISPOSITIVO E TESE . 9. Recurso ordinário da reclamada conhecido; rejeitada a preliminar de incompetência absoluta da Justiça do Trabalho e, no mérito, apelo não provido.Tese de julgamento: "1. A Justiça do Trabalho é competente para julgar demandas relativas ao adicional de insalubridade de empregados públicos regidos pela CLT, desde que a causa de pedir esteja vinculada ao contrato de trabalho. 2. É válida a majoração do adicional de insalubridade para grau máximo durante a pandemia da COVID-19 quando comprovada a exposição habitual e permanente a agentes biológicos, conforme laudo pericial e entendimento jurisprudencial consolidado. 3. A base de cálculo do adicional de insalubridade deve observar a norma interna vigente durante o contrato de trabalho, sendo vedada alteração posterior prejudicial sem anuência do empregado. 4. A simples declaração de hipossuficiência econômica é suficiente para a concessão da justiça gratuita, conforme a jurisprudência pacífica do TST."

Processo: 0000925-69.2025.5.07.0011 **Julg.: 16/12/2025**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIROS DE GRANDE CIRCULAÇÃO. SÚMULA 448, II, DO TST. REGIME 12X36. NULIDADE. HORAS EXTRAS. RESCISÃO INDIRETA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME Trata-se de recurso ordinário interposto pela reclamante contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de adicional de insalubridade, horas extras, rescisão indireta e responsabilização subsidiária das demais reclamadas.A reclamante alegou que realizava limpeza de banheiros de grande circulação, laborava em regime 12x36 com jornadas dobradas e supressão de intervalos, e que o inadimplemento de obrigações trabalhistas ensejou a rescisão indireta do contrato de trabalho. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3. A análise recai sobre a caracterização da insalubridade em atividades de limpeza de banheiros de grande circulação, a validade do regime de jornada 12x36, a configuração da rescisão indireta e a responsabilidade subsidiária das tomadoras de serviço. III. RAZÕES DE DECIDIR 4. Adicional de Insalubridade: A limpeza de instalações sanitárias de uso coletivo de grande circulação e a respectiva coleta de lixo configuram atividade insalubre em grau máximo, conforme item II da Súmula 448 do TST. A constatação pericial de que a atividade envolve risco biológico em banheiros com fluxo de aproximadamente 400 pessoas, mesmo que em área de acesso restrito a colaboradores, atrai a aplicação da referida súmula, ainda que o perito tenha concluído pela ausência de insalubridade. O fornecimento de EPIs não afasta o direito ao adicional, pois a avaliação para agentes biológicos é qualitativa. 5. Nulidade do Regime 12x36 e Horas Extras: A análise dos cartões de ponto revelou a ocorrência de jornadas em sequência sem o devido descanso, configurando desrespeito ao regime adotado. Assim, o recurso é provido para declarar a nulidade do regime 12x36 e condenar a reclamada ao pagamento de horas extras excedentes à 8ª diária ou 44ª semanal, com adicional de 50% e reflexos. 6. Rescisão Indireta: O descumprimento reiterado das obrigações contratuais pelo empregador, como a nulidade do regime de jornada e o inadimplemento do adicional de insalubridade, autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho, nos termos do art. 483, "d", da CLT. A apresentação de pedido de demissão não obsta a conversão em rescisão indireta quando há prova de graves descumprimentos patronais. 7. Responsabilidade Subsidiária: A tomadora de serviços (Amazon) é subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas da prestadora (Verzani & Sandrini), em conformidade com a Súmula 331, IV, do TST e a legislação aplicável à terceirização, pois beneficiou-se da força de trabalho da reclamante. Não

há comprovação de prestação de serviços em favor da segunda reclamada (North Shopping). 8. Honorários Advocatícios: Reformada a sentença com condenação da ré, são devidos honorários advocatícios de 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 791-A da CLT. 9. Atualização Monetária: Os juros e a correção monetária serão aplicados nos termos das decisões do STF (ADCs 58 e 59, ADIs 5.867 e 6.021) e das alterações legislativas posteriores (Lei nº 14.905/2024), com adoção do IPCA-E acrescido da TRD na fase pré-judicial, SELIC até 29/08/2024, e a partir de 30/08/2024, IPCA para correção monetária e a subtração SELIC - IPCA para juros de mora. IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Recurso ordinário conhecido e provido.Tese de julgamento: 1. A higienização de instalações sanitárias de uso coletivo de grande circulação enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo (Súmula 448, II, TST). 2. A prestação habitual de horas extras e a inobservância do descanso interjornada descaracterizam o regime de jornada 12x36, autorizando o pagamento de horas extras excedentes à 8ª diária ou 44ª semanal. 3. O reiterado descumprimento de obrigações contratuais pelo empregador, como a inobservância do período de descanso da jornada 12x36 e o inadimplemento de adicional de insalubridade, configura justa causa patronal para a rescisão indireta do contrato de trabalho (art. 483, "d", CLT). 4. A tomadora de serviços responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da prestadora.Legislação e Jurisprudência Relevantes Citadas: CLT, arts. 483, "d", 791-A; CF/1988, art. 7º, XIII; Súmula 448, II, TST; Súmula 331, IV, TST; Súmula 264, TST; OJ 394 da SDI-1, TST; Lei nº 14.905/2024; ADCs 58 e 59, ADIs 5.867 e 6.021 (STF).

Processo: 0001483-66.2024.5.07.0014 **Julg.: 05/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. HORAS EXTRAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME .1. Recurso Ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de reconhecimento de contrato por prazo indeterminado, verbas rescisórias, horas extras e honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO . 2. Há 3 questões em discussão: (i) determinar se o contrato de experiência se desvirtuou para prazo indeterminado; (ii) estabelecer se o reclamante faz jus ao recebimento de horas extras; (iii) definir se é cabível a majoração dos honorários de sucumbência. III. RAZÕES DE DECIDIR . 3. Rejeita-se a preliminar de ausência de dialeticidade suscitada pela reclamada, pois o recurso ataca os fundamentos da sentença. 4. O contrato

de experiência, com prazo inicial de 30 dias e prorrogação, não excedeu o limite máximo de 90 dias, conforme art. 445, parágrafo único, da CLT.5. A continuidade da prestação de serviços após o prazo inicial foi validada por termo de prorrogação assinado pelo reclamante. 6. A função de serralheiro não impede a celebração de contrato de experiência. 7. A reclamada comprovou a correta quitação das verbas rescisórias. 8. A ausência de cartões de ponto não implica no reconhecimento automático da jornada alegada na inicial, havendo prova testemunhal que elide a presunção. 9. O percentual de 10% sobre o proveito econômico dos honorários de sucumbência mostra-se adequado aos parâmetros legais. IV. DISPOSITIVO E TESE .10. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. O contrato de experiência que respeita o prazo máximo de 90 dias, previsto no art. 445, parágrafo único, da CLT, e possui termo de prorrogação, não se converte em contrato por prazo indeterminado. 2. A ausência de cartões de ponto não garante o reconhecimento das horas extras, quando há prova testemunhal que demonstra a jornada efetiva. 3. Os honorários de sucumbência fixados em 10% sobre o proveito econômico da parte autora são compatíveis com os parâmetros legais.

Processo: 0000316-74.2025.5.07.0015 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Glaucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIOS DA PROVA. MULTA CONVENCIONAL. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto por sindicato contra sentença que julgou improcedente Ação de Cumprimento. A ação visava compelir empresa revel a apresentar os Termos de Rescisão Contratual (TRCTs) de 2021 e a pagar multa normativa, mas foi extinta pelo juízo de origem atribuir ao sindicato o ônus de provar previamente a existência de empregados na demandada. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 questões em discussão: (i) definir a quem incumbe o ônus da prova em Ação de Cumprimento que busca a exibição de documentos (TRCT's), quando a empresa demandada é revel; (ii) estabelecer se a revelia da empresa é suficiente para presumir o descumprimento de obrigação prevista em sentença normativa; e (iii) determinar se é devida a aplicação de multa convencional, inclusive em dobro, em decorrência do inadimplemento. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A obrigação de encaminhar os TRCT's ao sindicato decorre expressamente da Cláusula 48ª da sentença normativa, sendo exigível independentemente do trânsito em julgado da decisão que a instituiu. 4. Compete à empresa, por deter com exclusividade os registros funcionais, o ônus de demonstrar o cumprimento da norma coletiva ou a impossibilidade de fazê-lo, em observância ao princípio da aptidão para a prova (art. 373, § 1º, do CPC).5.

A revelia da empresa ré, devidamente notificada, acarreta a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, tornando incontroverso o descumprimento da obrigação de apresentar os documentos. 6. A inércia da reclamada, mesmo após o ajuizamento da ação, configura reiteração do descumprimento e justifica a aplicação da multa convencional em seu valor dobrado, conforme previsão normativa para o caso de reincidência. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso provido.Tese de julgamento: 1. A obrigação de exibir documentos (TRCT's) prevista em sentença normativa é imediatamente exigível, e em Ação de Cumprimento, o ônus de provar seu adimplemento ou a impossibilidade de fazê-lo incumbe à empresa, por aplicação do princípio da aptidão para a prova. 2. A revelia do empregador torna incontroverso o descumprimento da obrigação normativa, autorizando a condenação na obrigação de fazer e no pagamento da multa convencional correspondente. 3. A persistência do empregador no descumprimento da obrigação, mesmo após ser demandado judicialmente, configura reincidência para fins de aplicação da multa convencional em seu valor dobrado. Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 791-A e 844; CPC, art. 373, § 1º; CC, arts. 389 e 406; Lei nº 8.177/91, art. 39; Lei nº 14.905/2024. Jurisprudência relevante citada: STF, ADCs 58 e 59; TST, E-ED-RR nº 713-03.2010.5.04.0029; TRT-7, ROT: 00020282720255070039.

Processo: 0000648-17.2025.5.07.0023 **Julg.: 18/12/2025**
Rel Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA E DO RECLAMANTE. JORNADA DE TRABALHO. VENDEDOR EXTERNO. HORAS EXTRAS E INTERVALO INTRAJORNADA INDEVIDOS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ENQUADRAMENTO SINDICAL. INTERVALO INTRAJORNADA APÓS A REFORMA TRABALHISTA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PELO USO DE MOTOCICLETA. RETIFICAÇÃO DO PPP. RECURSO DA RECLAMADA PROVIDO. RECURSO DO RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos por Manoel Neves de Lima e pela empresa M Dias Branco S.A. contra sentença que reconheceu a jornada de trabalho do reclamante, condenando a reclamada ao pagamento de horas extras, intervalo intrajornada e reflexos, além de honorários advocatí-

cios. Foram julgados improcedentes os pedidos de diferenças salariais, adicional de periculosidade e demais pleitos correlatos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há cinco questões em discussão: (i) definir se o reclamante, na qualidade de vendedor externo, fazia jus ao pagamento de horas extras e intervalo intrajornada; (ii) estabelecer o marco prescricional aplicável considerando a suspensão prevista na Lei 14.010/2020; (iii) determinar o enquadramento sindical aplicável e a existência de diferenças salariais e multa convencional; (iv) analisar a natureza salarial do intervalo intrajornada após a vigência da Lei 13.467/2017; (v) examinar o direito ao adicional de periculosidade pelo uso de motocicleta, sua base de cálculo, reflexos e a obrigação de retificação do PPP. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A atividade externa do reclamante, exercida com autonomia e sem controle efetivo de jornada, enquadra-se na exceção do art. 62, I, da CLT, afastando o direito a horas extras, intervalo intrajornada e reflexos. 4. A suspensão dos prazos prescricionais prevista na Lei 14.010/2020 vigorou de 12/06/2020 a 30/10/2020, razão pela qual mantém-se o marco prescricional fixado em 13/02/2018.5. O enquadramento sindical segue a atividade preponderante da reclamada, conforme Súmula 374 do TST, não se aplicando as normas coletivas da categoria diferenciada de vendedores, pois a reclamada não participou das negociações. 6. As alterações introduzidas pela Lei 13.467/2017 aplicam-se a fatos ocorridos a partir de 11/11/2017, inexistindo direito adquirido ao regime anterior quanto à natureza salarial do intervalo intrajornada. 7. O adicional de periculosidade é devido ao trabalhador que utiliza motocicleta, nos termos da Portaria nº 1.565/2014 do MTE, aplicando-se a Súmula 191 do TST quanto à base de cálculo (salário básico) e a OJ 103 da SDI-1/TST quanto à exclusão do reflexo em DSR. 8. Reconhecido o adicional de periculosidade, impõe-se a obrigação de retificação do PPP para refletir a exposição do reclamante a risco. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso da reclamada provido. Recurso do reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. O vendedor externo sem controle efetivo de jornada enquadra-se no art. 62, I, da CLT, não fazendo jus a horas extras e intervalo intrajornada. 2. A suspensão prescricional prevista na Lei 14.010/2020 tem duração de 141 dias, fixando-se o marco prescricional em 13/02/2018. 3. O enquadramento sindical do empregado observa a atividade econômica da empresa, salvo quando a empregadora participa das negociações coletivas da categoria diferenciada. 4. As regras da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) aplicam-se aos fatos ocorridos após 11/11/2017, inexistindo direito adquirido ao regime anterior sobre a natureza do intervalo intrajornada. 5. O adicional de periculosidade decorrente do uso de motocicleta é devido, com base de cálculo no salário básico, gerando reflexos apenas em aviso prévio, férias + 1/3, 13º salário e FGTS + 40%, além da obrigatoriedade de retificação do PPP. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XIII; CLT, arts. 62, I; 71, § 4º;

74, § 2º; 196; 511, § 3º; CPC, art. 373, II e art. 487, II; Lei 14.010/2020, arts. 3º e 21. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmulas nº 191, 374 e 437; OJ nº 103 da SDI-1/TST; TRT 5ª R, RO 6100-06.2009.5.05.0029, Rel. Des. Cláudio Brandão, j. 02.08.2010.

Processo: 0000934-30.2023.5.07.0034 **Julg.: 24/09/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO DE CONCAUSALIDADE. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REDUÇÃO DO QUANTUM *INDENIZATÓRIO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA INDEVIDA. ACÚMULO DE FUNÇÃO NÃO CONFIGURADO. PENSÃO VITALÍCIA E MANUTENÇÃO DE PLANO DE SAÚDE INDEVIDOS. UNICIDADE CONTRATUAL NÃO RECONHECIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO*

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto contra sentença que reconheceu a existência de nexo de concausalidade entre o trabalho e a doença degenerativa do reclamante, condenando a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais. O juízo de primeiro grau fixou indenização por danos morais em R$ 11.431,52 e determinou o pagamento de indenização substitutiva da estabilidade provisória. O reclamante busca a majoração dos valores e o reconhecimento de pensão vitalícia, plano de saúde e unicidade contratual, enquanto a reclamada pleiteia a exclusão da condenação ou a redução dos valores arbitrados. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há cinco questões em discussão: (i) verificar a existência de nexo de concausalidade entre a doença do reclamante e o trabalho desempenhado; (ii) estabelecer a responsabilidade do empregador pelo pagamento de indenização por danos morais e materiais; (iii) definir se há direito à estabilidade provisória; (iv) determinar se o reclamante faz jus ao pagamento de pensão vitalícia e manutenção de plano de saúde; (v) verificar a ocorrência de unicidade contratual e eventual responsabilidade solidária das empresas envolvidas. III. RAZÕES DE DECIDIR O direito à indenização por danos materiais e morais decorrentes de doença ocupacional pressupõe a concorrência de três requisitos: (i) dano sofrido pelo empregado; (ii) culpa do empregador; e (iii) nexo de causalidade ou concausalidade entre o labor e a patologia. No caso concreto, a perícia técnica concluiu pela inexistência de nexo causal, mas reconheceu o nexo

de concausalidade, uma vez que o trabalho contribuiu para o agravamento da doença degenerativa do reclamante. A responsabilidade do empregador decorre da omissão na adoção de medidas adequadas para evitar a exposição do empregado a riscos ergonômicos, conforme evidenciado no ASO demissional e na ausência de documentos comprobatórios de boas práticas de segurança (PPP, PPRA, PGR). A indenização por danos morais deve observar critérios de razoabilidade e proporcionalidade. No caso, considerando a intensidade do sofrimento e a extensão do dano, o valor da indenização foi reduzido para R$ 5.000,00, em observância ao art. 223-G da CLT. O direito à estabilidade provisória acidentária (art. 118 da Lei 8.213/91) exige afastamento superior a 15 dias e percepção de auxílio-doença acidentário, o que não ocorreu no presente caso. Os atestados médicos foram emitidos após o término do contrato, afastando o direito à estabilidade. O adicional por acúmulo de função não se configura quando as atividades exercidas pelo empregado são compatíveis com sua condição pessoal, nos termos do art. 456, parágrafo único, da CLT, inexistindo previsão contratual ou normativa para pagamento adicional. O pagamento de pensão vitalícia é indevido, pois a doença degenerativa do reclamante não gerou incapacidade permanente para o trabalho, mas apenas limitações transitórias, afastando a aplicação do art. 950 do Código Civil. O pedido de manutenção de plano de saúde pelo empregador é improcedente, pois a continuidade da doença do reclamante não decorre exclusivamente do trabalho, mas de sua própria condição degenerativa. A unicidade contratual não foi reconhecida, pois não há prova suficiente de sucessão empresarial ou grupo econômico entre as empresas envolvidas. A mera coincidência de nome fantasia não caracteriza unicidade, conforme art. 453 da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso parcialmente provido para reduzir o valor da indenização por danos morais para R$ 5.000,00 e excluir a condenação ao pagamento de indenização substitutiva da estabilidade acidentária.Tese de julgamento:O nexo de concausalidade entre doença degenerativa e trabalho pode ensejar responsabilidade do empregador quando comprovado que a atividade laboral agravou ou precipitou a patologia. A indenização por danos morais deve ser fixada de forma razoável e proporcional, observando-se os critérios do art. 223-G da CLT. A estabilidade provisória acidentária exige afastamento superior a 15 dias e percepção de auxílio-doença acidentário durante o vínculo empregatício. O adicional por acúmulo de função não se aplica quando as atividades desempenhadas são compatíveis com a condição pessoal do empregado e não há previsão contratual específica. O pagamento de pensão vitalícia e manutenção de plano de saúde são indevidos quando não há incapacidade permanente decorrente do trabalho. A unicidade contratual exige prova de continuidade da relação de emprego sem solução de continuidade e identidade substancial entre as empresas envolvidas.Dispositivos relevantes

citados: CF/1988, art. 7º, XXVIII; CLT, arts. 456, parágrafo único, 461, 468, 453 e 223-G; Lei 8.213/91, art. 118; CPC/2015, art. 324, § 1º, II; CC, art. 950. Jurisprudência relevante citada: TST, AIRR - 460-73.2010.5.01.0069, Rel. Min. Maurício Godinho Delgado, 3ª Turma, j. 24/02/2016; TRT, Processo nº 0000351-77.2024.5.07.0012, TLX Transporte x Cleylson Silva

Processo: 0001227-03.2023.5.07.0033 **Julg.: 08/08/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. CONTRATO DE ESTÁGIO. VALIDADE. REQUISITOS LEGAIS. LEI Nº 11.788/2008. ÔNUS DA PROVA. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO (VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM). VÍNCULO DE EMPREGO AFASTADO. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela empresa concedente em face de sentença que reconheceu o vínculo de emprego com estudante de fisioterapia. A recorrente sustenta a validade da relação de estágio, regida pela Lei nº 11.788/2008. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir a natureza jurídica da relação havida entre as partes - contrato de estágio ou de emprego -, especificamente se a ausência de assinatura da estudante no termo de compromisso, cuja formalização final dependia de ato da própria estagiária, tem o condão de invalidar o estágio e caracterizar o vínculo empregatício. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A empresa concedente, ao alegar a existência de contrato de estágio como fato impeditivo do direito da autora (art. 818, II, da CLT), atrai para si o ônus da prova. No caso, a recorrente demonstrou ter providenciado a documentação pertinente à formalização do estágio, como o termo de compromisso e a apólice de seguro contra acidentes pessoais. 4. A ausência da assinatura da estudante no termo de compromisso, por si só, não descaracteriza a relação de estágio quando a prova oral evidencia que a falha na formalização decorreu de inércia da própria estudante. A conduta de se beneficiar da própria torpeza para pleitear o vínculo empregatício viola o princípio da boa-fé objetiva e o instituto do venire contra factum proprium.5. A prova testemunhal corrobora que a realidade fática se amoldava a um estágio, com a execução de atividades compatíveis com a área de formação, sob supervisão de profissional, com nítido objetivo pedagógico e sem a prática de atos privativos de fisioterapeuta. 6. A jornada de trabalho observou o limite legal de 30 horas semanais previsto no art. 10, II, da Lei nº 11.788/2008, e a

subordinação existente era de natureza pedagógica, inerente à supervisão do estágio, e não a subordinação jurídica estrutural que caracteriza o contrato de trabalho. 7. Cumpridos os requisitos materiais e evidenciada a natureza educativa da relação, impõe-se a reforma da sentença para afastar o vínculo empregatício. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso provido.Tese de julgamento:A ausência da assinatura do estudante no termo de compromisso de estágio não desnatura a relação educacional quando a parte concedente comprova ter diligenciado para a formalização do ato e a falha decorre de inércia imputável ao próprio estagiário, em observância ao princípio da boa-fé objetiva e à vedação ao comportamento contraditório (venire contra factum proprium).Comprovado que as atividades desempenhadas eram compatíveis com a formação do estudante, realizadas sob supervisão profissional, com objetivo pedagógico e dentro dos limites de jornada da Lei nº 11.788/2008, resta caracterizada a relação de estágio, afastando-se o reconhecimento do vínculo de emprego. Dispositivos relevantes citados: Lei nº 11.788/2008, arts. 3º e 10; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), arts. 2º, 3º e 818, II. Jurisprudência relevante citada: Não houve citação de jurisprudência específica.

Processo: 0000183-59.2025.5.07.0006 **Julg.: 28/07/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DANOS MORAIS. PROCESSO SELETIVO. PERÍODO EXPERIMENTAL. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e indenização por danos morais, alegando o reclamante frustração de expectativa de contratação após período de testes. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: (i) definir se houve formação de vínculo empregatício durante o período de testes; (ii) estabelecer se a conduta da reclamada gerou dano moral indenizável ao reclamante. III. RAZÕES DE DECIDIR Inexistência de vínculo empregatício, pois o reclamante participou de processo seletivo com pagamento de diárias, sem garantia de contratação, não apresentando todos os documentos no prazo e demonstrando falta de comprometimento com o horário.Ausência de dano moral indenizável, pois não houve conduta ilícita da reclamada. A não contratação decorreu da falta de adequação do reclamante às condições de trabalho propostas.Manutenção da sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos, em razão da correta interpretação das provas e da legislação aplicável. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso não provido.Tese de

julgamento:A não aprovação em processo seletivo, durante período experimental e com pagamento de diárias, sem garantia de contratação, não configura vínculo empregatício.Não há dano moral indenizável quando a não contratação decorre de falta de adequação do candidato às condições de trabalho e regras previamente informadas pela empresa.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 3º; art. 790, § 3º e § 4º; art. 791-A, § 2º e § 4º; art. 830, parágrafo único; art. 895, I; CPC, art. 492; CF/88, art. 93, IX; Súmula 463 do TST.

Processo: 0000965-09.2024.5.07.0004 **Julg.: 25-07-2025**
Rel. Desemb. Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA. DANOS MORAIS. DANOS MATERIAIS. RECURSO DO RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DA RECLAMADA DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de anulação da justa causa, indenização por danos morais decorrentes da justa causa e por danos morais em razão de assalto sofrido durante o trabalho, e procedente o pedido de indenização por danos materiais decorrentes do assalto. O reclamante alega a ausência de provas da justa causa, a falta de observância dos princípios da imediatidade e da proporcionalidade na aplicação da penalidade, além da inexistência de prova de que trafegava em alta velocidade no momento do acidente. Alega, também, o direito à participação nos lucros ou resultados (PLR) e indenização por danos morais em razão de assalto sofrido durante o trabalho. A reclamada, por sua vez, recorre da condenação por danos materiais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se a demissão por justa causa foi aplicada corretamente; (ii) estabelecer se a reclamada é responsável pela indenização por danos morais em razão do assalto sofrido pelo reclamante durante o trabalho; (iii) determinar se a reclamada é responsável pela indenização pelos danos materiais decorrentes do assalto. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A demissão por justa causa foi confirmada com base na prova documental e testemunhal, que demonstram que o reclamante trafegava acima do limite de velocidade, em local cujas peculiaridades impunham trafegar com atenção redobrada e até abaixo do limite de velocidade permitida, causando, com isso, o acidente. Embora não houvesse sinalização na via, o reclamante tinha conhecimento das velocidades permitidas em rodovias estaduais. O intervalo entre o acidente e a aplicação da penalidade não caracteriza perdão tácito, considerada a exiguidade do lapso temporal frente a complexidade

dos fatos. 4. A responsabilidade da reclamada pela indenização por danos morais decorrentes do assalto foi reconhecida com base na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que entende ser objetiva a responsabilidade do empregador pelos danos morais decorrentes de assaltos sofridos por empregados em atividades de risco, como motoristas de transporte de cargas. 5. A responsabilidade da reclamada pela indenização por danos materiais decorrentes do assalto foi confirmada, uma vez que o empregador deve arcar com os riscos inerentes à atividade, conforme o art. 2º da CLT. A prova da perda dos bens foi apresentada pelo reclamante através de Boletim de Ocorrência. A conduta do empregado, ainda que culposa, não afasta a responsabilidade da empresa pelos danos materiais. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso ordinário parcialmente provido, apenas quanto à indenização por danos morais decorrentes do assalto sofrido.Tese de julgamento: 1. A demissão por justa causa é válida quando comprovada a conduta faltosa grave do empregado, mesmo na ausência de sinalização, se o empregado tinha conhecimento da velocidade permitida, e de que a pista onde trafegava encontrava-se em obras. 2. A responsabilidade do empregador por danos morais decorrentes de assalto sofrido pelo empregado durante o trabalho, em atividade de risco, é objetiva, independentemente de culpa. 3. A responsabilidade do empregador por danos materiais decorrentes de assalto sofrido pelo empregado durante o trabalho, em atividade de risco, é objetiva, ainda que decorrente de culpa do empregado, conforme o art. 2º da CLT. Dispositivos relevantes citados: art. 818, II, CLT; art. 477, § 8º da CLT; art. 927, parágrafo único, do Código Civil; art. 2º da CLT; art. 93, inciso IX, da Constituição Federal; art. 458, inciso II, do CPC; art. 832 da CLT. Jurisprudência relevante citada: Súmula 212 do TST; Precedentes do TST sobre responsabilidade objetiva do empregador em casos de assalto a empregados em atividades de risco.

Processo: 0000588-91.2023.5.07.0030 **Julg.: 06/07/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. DIFERENÇAS SALARIAIS. HORAS EXTRAS. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ENQUADRAMENTO SINDICAL. REFORMA TRABALHISTA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos pelo reclamante e pela reclamada contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos da ação trabalhista, versando sobre diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade, reflexos e enquadramento sindical. O reclamante questiona a prescrição, alegando suspensão em razão da pandemia de COVID-19, e requer

reflexos de diferenças salariais, adicional por tempo de serviço e horas extras em outras verbas, contestando a OJ nº 394 da SDI-1 do TST e a Lei nº 13.467/2017. A reclamada contesta a aplicação da Convenção Coletiva, as horas extras e o adicional de periculosidade, sustentando a inaplicabilidade do art. 62, I, da CLT e a suspensão da Portaria nº 1.565/14 do MTE. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há sete questões em discussão: (i) definir a aplicação da suspensão da prescrição prevista na Lei nº 14.010/2020 em razão da pandemia de COVID-19; (ii) estabelecer o enquadramento sindical correto da reclamada, considerando sua atividade preponderante e a atividade do reclamante; (iii) determinar a legitimidade do pedido de horas extras e reflexos, considerando o art. 62, I, da CLT e o controle de jornada; (iv) definir a procedência do pedido de adicional de periculosidade, considerando a utilização de motocicleta e a suspensão da Portaria nº 1.565/14 do MTE; (v) definir a base de cálculo do adicional de periculosidade; (vi) determinar a natureza jurídica do intervalo intrajornada após a vigência da Lei nº 13.467/2017; (vii) definir o percentual dos honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR A Lei nº 14.010/2020 suspendeu os prazos prescricionais de forma temporária, e não para ampliar a condenação. No caso, a ação foi ajuizada após o término do período de suspensão.O enquadramento sindical correto se baseia na atividade do trabalhador e não apenas na atividade preponderante da empresa, especialmente considerando a categoria profissional diferenciada do reclamante (Lei nº 3.207/57) e a representação da reclamada em negociações coletivas pelo sindicato aplicável. A Súmula nº 374 do TST corrobora este entendimento.O controle da jornada de trabalho da reclamada sobre o reclamante, através de aplicativo, afasta a aplicação do art. 62, I, da CLT. A falta de registros de jornada pela reclamada gera presunção relativa da veracidade da jornada alegada pelo reclamante (Súmula nº 338 do TST).O adicional de periculosidade é devido em razão da utilização regular de motocicleta pelo reclamante no desempenho de suas funções, considerando a Lei nº 12.997/2012 e a Portaria nº 1.565/14 do MTE, sem comprovação da participação da reclamada na associação que obteve suspensão dos efeitos desta.A base de cálculo do adicional de periculosidade é apenas o salário básico, conforme Súmula nº 191, item I, do TST.Após a vigência da Lei nº 13.467/2017, a não concessão do intervalo intrajornada gera pagamento apenas da diferença, com acréscimo de 50%, tendo natureza indenizatória.O percentual dos honorários advocatícios pode ser majorado para 15% com base no art. 791-A da CLT, considerando a complexidade do caso. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso do reclamante parcialmente provido. Recurso da reclamada improvido.Tese de julgamento:A suspensão da prescrição prevista na Lei nº 14.010/2020 não se aplica a casos em que a ação tenha sido ajuizada após o término do período de suspensão.O enquadramento sindical deve considerar a categoria profissional do trabalhador e a representação da empresa em negociações coletivas, mesmo que a atividade preponderante da

empresa seja diferente.O art. 62, I, da CLT não se aplica quando há controle, direto ou indireto, da jornada de trabalho do empregado, ainda que a atividade seja externa. A ausência de registros de jornada pela empresa gera presunção relativa da veracidade da jornada alegada pelo empregado.O adicional de periculosidade devido por uso de motocicleta no exercício da função, mesmo sem imposição pela empresa, se aplica a partir da vigência da Portaria nº 1.565/14 do MTE, caso não haja comprovação de suspensão dos efeitos da portaria para a empresa.O adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico, conforme Súmula nº 191, item I, do TST.A supressão do intervalo intrajornada após a vigência da Lei nº 13.467/2017 implica pagamento apenas da diferença, com acréscimo de 50%, tendo natureza indenizatória.Os honorários advocatícios podem ser fixados em até 15% do valor da condenação, conforme art. 791-A da CLT, considerando o grau de zelo do profissional, o local da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para o serviço.Dispositivos relevantes citados: Lei nº 14.010/2020, art. 3º; Lei nº 3.207/57; CLT, arts. 62, I; 71, 74, § 2º; 193, § 4º; 196; 577; 581, § § 1º e 2º; 791-A; Lei nº 13.467/2017; CPC/2015, art. 332, § 1º; Código Civil, arts. 193, 412; Portaria nº 1.565/14 do MTE; Súmula nº 374, 338, 191, item I, do TST; OJ nº 394 da SDI-1 do TST. Jurisprudência relevante citada: Precedente do TRT da 8ª Região sobre suspensão de prazo prescricional durante a pandemia; Precedentes do TRT da 7ª Região sobre enquadramento sindical e horas extras; Precedente do TST sobre controle de jornada de trabalho externo; Precedente do TST sobre adicional de periculosidade em motocicletas.

Processo: 0001750-33.2023.5.07.0027 **Julg.: 01/08/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. DOENÇA OCUPACIONAL. TRANSTORNO DE PÂNICO E SÍNDROME DE BURNOUT. NEXO DE CONCAUSALIDADE. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. DANO MORAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARCIAL PROVIMENTO DE AMBOS OS RECURSOS.

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos por ambas as partes contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos da reclamante, condenando a reclamada ao pagamento de indenização substitutiva pela estabilidade provisória decorrente de doença ocupacional, danos morais, honorários advocatícios e periciais. A reclamante requereu a majoração de valores e inclusão

de vantagens na base de cálculo da indenização, enquanto a reclamada contestou a validade da dispensa, o reconhecimento da doença ocupacional e todas as condenações impostas. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há oito questões em discussão: (i) definir se é válida a concessão dos benefícios da justiça gratuita à reclamante; (ii) estabelecer se há nexo de concausalidade entre as doenças da autora e o trabalho, apto a justificar a condenação por estabilidade provisória e dano moral; (iii) determinar a adequação do valor fixado a título de danos morais; (iv) avaliar a legalidade da manutenção do plano de saúde no período estabilitário; (v) definir a inclusão de rubricas (auxílios e PLR) na base de cálculo da indenização estabilitária; (vi) fixar os percentuais de honorários advocatícios; (vii) manter ou alterar o valor dos honorários periciais; (viii) definir o índice e marco inicial da correção monetária aplicável. III. RAZÕES DE DECIDIR A concessão da justiça gratuita à reclamante é válida com base na Súmula 463, I, do TST, sendo suficiente a declaração de hipossuficiência, mesmo quando a remuneração anterior ultrapassa 40% do teto do RGPS, se houver incerteza quanto à renda atual. Restou comprovado, a partir do laudo pericial e da prova testemunhal, o nexo de concausalidade entre o transtorno de pânico e síndrome de burnout da reclamante e as condições de trabalho, caracterizando-se a doença como ocupacional, nos termos do art. 21 da Lei nº 8.213/1991. A responsabilidade da reclamada é subjetiva, sendo presumida diante da omissão em assegurar um ambiente de trabalho saudável, conforme se infere da postura abusiva e do rigor excessivo praticado por superiores hierárquicos da autora. O valor fixado para os danos morais (R$ 10.000,00) é razoável, considerando a classificação do dano como leve, os critérios do art. 223-G da CLT e a proporcionalidade com o salário da autora. Não há direito à manutenção do plano de saúde no período estabilitário, por se tratar de benefício de natureza não salarial, dependente da efetiva prestação de serviços. Os auxílios refeição, alimentação, 13º da cesta e PLR não integram a base de cálculo da indenização estabilitária, pois não são devidos fora do período de trabalho efetivo. O valor dos honorários periciais (R$ 3.000,00) é razoável, diante da complexidade da perícia médica. Os honorários advocatícios, inicialmente fixados em 5%, devem ser majorados para 10%, para ambas as partes, em virtude da complexidade e do trabalho técnico desenvolvido. A correção monetária deve seguir o entendimento firmado pela SDI-1 do TST, aplicando-se o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento, a taxa SELIC, com adequações posteriores conforme jurisprudência atualizada. IV. DISPOSITIVO E TESE Recursos parcialmente providos.Tese de julgamento:A declaração de hipossuficiência econômica é suficiente para a concessão da justiça gratuita, mesmo quando a remuneração anterior supera o limite de 40% do teto do RGPS. A configuração de transtorno de pânico e síndrome de burnout, quando agravada por cobranças excessivas e exposição desproporcional no ambiente laboral, caracteriza doença ocupacional por concausa. A responsabilidade civil

do empregador por danos morais decorrentes de doenças psíquicas agravadas no trabalho é subjetiva e presumida, diante da omissão no dever de manter ambiente saudável. O plano de saúde não integra a indenização estabilitária, por ser benefício de natureza não salarial. Não se incluem auxílios e PLR na base de cálculo da indenização substitutiva pela estabilidade, por dependerem da efetiva prestação laboral. O valor da indenização por danos morais pode ser mantido se proporcional ao salário da vítima e à gravidade do dano. Os honorários advocatícios podem ser majorados para 10% diante da complexidade da causa. A correção monetária de verbas trabalhistas segue critérios distintos conforme a fase do processo, com aplicação do IPCA-E e da taxa SELIC, conforme entendimento da SDI-1 do TST. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LV; CLT, arts. 223-G, 790, § § 3º e 4º; CPC/2015, art. 105; Lei nº 8.213/1991, art. 21; Código Civil, arts. 389, parágrafo único, e 406, § 3º. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 463, I; TST, SDI-1, processo nº RR 713-03.2010.5.04.0029, DEJT de 25/10/2024

Processo: 0000939-27.2023.5.07.0010 **Julg.: 24/09/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS E ADESIVO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. MULTAS POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E FALSO TESTEMUNHO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DANOS MORAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARCIAL PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos pelo Instituto Compartilha e pelo Município de São Gonçalo do Amarante, bem como Recurso Adesivo da reclamante, contra sentença que julgou parcialmente procedente a Reclamatória Trabalhista, condenando os reclamados ao pagamento de diversas verbas. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO 2. Há quatro questões em discussão: (i) definir se é devida a aplicação de multas por litigância de má-fé ao Instituto Compartilha e à sua testemunha; (ii) estabelecer se é devido o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo; (iii) determinar se é devida a indenização por danos morais; (iv) definir qual o percentual dos honorários advocatícios a serem aplicados. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A aplicação de multa por litigância de má-fé ao Instituto Compartilha é indevida, uma vez que este, diferentemente do registrado na Sentença, não sustentou na peça de contestação, que teria efetuado com regularidade os recolhimentos fundiários em favor da reclamante, apenas afirmou que realizou depósi-

tos. 4. A pena aplicada à testemunha do reclamado é insustentável, por ofensa às garantias do contraditório e da ampla defesa, em virtude da não instauração de incidente processual para apuração do falso testemunho. 5. O adicional de insalubridade em grau máximo é devido, porquanto a reclamante, no desempenho da função de Auxiliar de Serviços Gerais, tinha como atribuição a limpeza e higienização de sanitários de uso coletivo e de grande circulação em um posto de saúde, incluindo a coleta de lixo desses locais, nos termos da Súmula 448, II, do TST. 6. A indenização por danos morais deve ser excluída, porquanto a incompletude dos recolhimentos fundiários e o pagamento do adicional de insalubridade apenas no nível médio, por si sós, não ensejam o direito à indenização, pois não ficou demonstrado o abalo à personalidade da trabalhadora. 7. Os honorários advocatícios devem ser majorados para o patamar de 15%, porquanto, além da inicial, houve participação em audiências, instrução probatória e atuação em segundo grau de jurisdição. 8. A responsabilidade subsidiária do Município de São Gonçalo do Amarante deve ser mantida, porquanto não houve fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas do empregador. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso do Município de São Gonçalo do Amarante não provido. Recurso do Instituto Compartilha parcialmente provido, para excluir as multas aplicadas e a indenização por danos morais. Recurso Adesivo da reclamante provido, para majorar os honorários advocatícios ao patamar de 15%. Teses de julgamento: "1. A aplicação de multa por litigância de má-fé demanda a comprovação de que a parte alterou a verdade dos fatos ou agiu de forma temerária. 2. A aplicação de multa à testemunha por falso testemunho exige a instauração de incidente processual, assegurados o contraditório, a defesa e a possibilidade de retratação, nos termos da Instrução Normativa nº 41/2018 do TST. 3. A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, nos termos da Súmula 448, II, do TST. 4. O descumprimento de obrigações contratuais, por si só, não induz ao deferimento de indenização por danos morais, sendo necessária a demonstração de violação à honra, imagem, vida privada, dignidade ou abalo à personalidade do trabalhador.5. Os honorários advocatícios devem ser fixados observando-se o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. 6. A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, que é ente da Administração Pública, exige a comprovação de conduta culposa quanto à adoção dos procedimentos fiscalizatórios das obrigações laborais, nos

termos da Súmula 331, V, do TST." Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 793-B, II e V, 793-C e 793-D; CF/1988, art. 5º, X. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 448, II e 331, V; TST, Instrução Normativa nº 41/2018, art. 10, parágrafo único; STF, RE nº 760.931 (Tema 246).

Processo: 0002038-42.2023.5.07.0039 **Julg.: 10/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. E. B. C. E. T. (ECT). PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS (PCCS/2008). PROMOÇÃO VERTICAL POR MERECIMENTO. OMISSÃO EMPRESARIAL NO CUMPRIMENTO DE SEUS DEVERES REGULAMENTARES. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI Nº 14.905/2024. JULGAMENTO DA SDI-1 DO TST (E-ED-RR-713-03.2010.5.04.0029). RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME .1. Recurso Ordinário interposto por empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra sentença prolatada pelo juízo *a quo* que julgou improcedente o pedido de promoções verticais por mudança de cargo e estágio de desenvolvimento. O recorrente alega ter cumprido os requisitos subjetivos de tempo de serviço e desempenho previstos no PCCS/2008, defendendo que a omissão da empresa em realizar o recrutamento interno não pode impedir sua progressão funcional. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO . 2. A questão central consiste em definir se a omissão da empregadora em realizar o processo de recrutamento interno constitui óbice ao direito à promoção vertical do empregado que preencheu os demais requisitos de natureza subjetiva, como tempo na função e avaliações de desempenho satisfatórias, conforme as normas do PCCS/2008. III. RAZÕES DE DECIDIR . 3. A inércia da reclamada quanto à realização do processo de recrutamento interno, constitui-se em condição puramente potestativa, pelo que a sua inatividade não pode constituir empecilho ao direito da reclamante à progressão, quando atendidos os demais requisitos do PCCS/2008. 4. A partir da vigência da Lei nº 14.905/2024, em 30 de agosto de 2024, houve a modificação dos artigos 389 e 406 do Código Civil. Outrossim, atualizando os parâmetros conforme a lei supracitada, a SDI-1 do TST decidiu que a correção monetária dos débitos trabalhistas será realizada nos termos seguintes: a) Aplica-se o IPCA-E na fase pré-judicial, acrescido dos juros de mora (art. 39, *caput*, da Lei 8.177, de 1991); b) A partir do ajuizamento da ação até 29/08/2024, incide a taxa SELIC, ressalvados os valores eventualmente pagos, vedada a dedução ou compensação de eventuais diferenças pelo

critério de cálculo anterior; c) A partir de 30/08/2024, no cálculo da atualização monetária, será utilizado o IPCA (art. 389, parágrafo único, do Código Civil); os juros de mora corresponderão ao resultado da subtração SELIC - IPCA (art. 406, parágrafo único, do Código Civil), com a possibilidade de não incidência (taxa 0), nos termos do § 3º do artigo 406. Assim, deve ser aplicada a diretriz do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE .5. Recurso provido.Tese de julgamento:" A inércia da reclamada quanto à realização do processo de recrutamento interno, constitui-se em condição puramente potestativa, pelo que a sua inatividade não pode constituir empecilho ao direito da reclamante à progressão, quando atendidos os demais requisitos do PCCS/2008."

Processo: 0001253-33.2024.5.07.0011 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. EMPREGADA DOMÉSTICA. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO ANTERIOR À ANOTAÇÃO NA CTPS. JORNADA EXAUSTIVA. NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. DANOS MORAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA SENTENÇA DE ORIGEM. RECURSO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto por empregada doméstica em face de sentença por meio da qual o Juízo de origem reconheceu vínculo empregatício entre 01/02/2023 e 11/02/2025 e condenou o empregador ao pagamento de verbas rescisórias, mas julgou improcedentes pedidos referentes a vínculo anterior, dispensa imotivada, horas extras, adicional noturno, feriados, multas legais e indenização por danos morais. A autora postula a nulidade da sentença por cerceamento de defesa, ampliação do período de vínculo desde 18/07/2022, reconhecimento de dispensa sem justa causa, condenação ao pagamento de verbas correlatas e revisão dos honorários sucumbenciais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há seis questões em discussão: (i) definir se houve cerceamento de defesa pela ausência de depoimento pessoal da reclamante; (ii) estabelecer se é válida a declaração de inépcia do pedido de pagamento de feriados; (iii) determinar se houve vínculo empregatício anterior ao registrado em CTPS; (iv) verificar se a rescisão contratual decorreu de dispensa imotivada; (v) apurar eventual jornada exaustiva, ensejando o pagamento de horas extras e adicionais; (vi) examinar a presença de danos morais e eventual readequação dos honorários sucumbenciais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O depoimento pessoal

da parte não é meio de prova obrigatório por sua própria iniciativa, sendo reservado à parte contrária ou ao juízo, não configurando cerceamento de defesa sua não realização. 4. O pedido de pagamento de feriados sem especificação de datas caracteriza inépcia parcial, por impossibilitar o contraditório e a adequada defesa da parte adversa. 5. A ausência de prova robusta quanto à prestação de serviços subordinados, habituais e remunerados antes de 01/02/2023 impede o reconhecimento do vínculo empregatício em período anterior à anotação na CTPS. 6. A existência de mensagens eletrônicas e depoimento testemunhal demonstram que o desligamento da reclamante ocorreu por sua iniciativa, sendo válido o pedido de demissão nos termos dos arts. 110 e 138 a 155 do CC. 7. A jornada exaustiva alegada não foi comprovada, sendo incabível a presunção de veracidade da jornada descrita na inicial na ausência de controle de ponto no emprego doméstico; a prova oral confirmou intervalo intrajornada e jornada compatível. 8. Inexistindo parcelas incontroversas e estando a modalidade da rescisão contratual em litígio, não incidem as multas dos arts. 467 e 477 da CLT. 9. A ausência de conduta ilícita e de prova de ofensa a direitos da personalidade impede o reconhecimento de dano moral indenizável.10. A condenação da parte autora ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, mesmo beneficiária da justiça gratuita, é válida, observando-se a suspensão da exigibilidade, conforme entendimento do STF na ADI 5766. IV. DISPOSITIVO E TESE 11. Recurso ordinário conhecido; preliminares de nulidade processual (por cerceamento de defesa) e de afastamento da inépcia da inicial (declarada pelo Juízo de origem, quanto ao pedido de feriados trabalhados) rejeitadas e, no mérito, apelo não provido.Tese de julgamento: "1. A ausência de depoimento pessoal da parte, por iniciativa própria, não configura cerceamento de defesa. 2. A petição inicial que pleiteia pagamento por labor em feriados sem indicação de datas é inepta quanto ao pedido. 3. O reconhecimento de vínculo empregatício anterior à anotação na CTPS exige prova robusta da prestação de serviços subordinados, habituais e onerosos. 4.A manifestação inequívoca de vontade da empregada em romper o contrato, mesmo por meio de mensagens, valida o pedido de demissão, salvo prova de vício de consentimento. 5. No emprego doméstico, a ausência de controle de ponto não gera presunção de veracidade da jornada alegada, cabendo ao reclamante o ônus da prova. 6. A indenização por danos morais exige prova de conduta ilícita do empregador e violação a direitos da personalidade. 7. A condenação em honorários advocatícios sucumbenciais é válida mesmo à parte beneficiária da justiça gratuita, com suspensão da exigibilidade."Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LIV e LV; CLT, arts. 2º, § 7º; 818, I; 467; 477, § 8º; 791-A, § 4º; CPC, arts. 330, I; 370; 373, I; 385; 485, I; CC, arts. 110, 138 a 155; LC nº 150/2015, arts. 2º, § 7º; 12 e 19. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI nº 5766, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, j. 20.10.2021;TST, Ag-AIRR nº 0001196-93.2017.5.10.0102, 4ª Turma, Rel. Min. Alexandre Luiz Ramos, j. 07.02.2023; TRT 1ª Região, RO

nº 0100270-64.2022.5.01.0242, Rel. Des. Renata Jiquirica, j. 09.07.2025; TRT 2ª Região, RO nº 1001469-12.2021.5.02.0046, Rel. Des. Acacia Salvador Lima Erbetta, j. 08.06.2022; TRT 14ª Região, RO nº 0000523-26.2022.5.14.0131, Rel. Des. Carlos Augusto Gomes Lobo, j. 10.05.2023.

Processo: 0000574-45.2025.5.07.0028 **Julg.: 17/09/2025**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. EMPREGADO PÚBLICO. FILHOS COM DEFICIÊNCIA. REDUÇÃO DE JORNADA SEM PREJUÍZO DA REMUNERAÇÃO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI Nº 8.112/90. EFETIVIDADE DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto por empresa pública federal contra sentença que determinou a redução da jornada de trabalho de empregado celetista, sem redução salarial, para que este pudesse prestar cuidados a seus quatro filhos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Há 3 questões em discussão: (i) definir se é possível a redução da jornada de trabalho de empregado público celetista, sem redução salarial e sem compensação, para acompanhamento de filho com deficiência, ante a omissão da CLT; (ii) estabelecer a aplicabilidade do art. 791-A da CLT para condenação em honorários de sucumbência após a Lei 13.467/2017; e (iii) determinar se a declaração de hipossuficiência é suficiente para a concessão da justiça gratuita a empregado público. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A omissão da CLT quanto ao direito à redução de jornada para cuidado de filho com deficiência autoriza a aplicação analógica do art. 98, § 3º, da Lei nº 8.112/90, como forma de concretizar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção integral à criança (art. 1º, III, e art. 227 da CF/88), bem como os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. 4. O advento da Lei nº 13.467/2017 instituiu os honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho (art. 791-A da CLT), superando o entendimento anterior que exigia a assistência sindical (Súmulas nº 219 e 329 do TST), sendo a condenação decorrência objetiva da derrota processuaL. 5. A declaração de hipossuficiência firmada por pessoa natural goza de presunção de veracidade (Súmula nº 463, I, do TST), sendo meio probatório suficiente para a concessão da justiça gratuita, cabendo à parte contrária o ônus de produzir prova que a desconstitua. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento:É cabível a redução da jornada de trabalho de empregado de empresa pública federal, sem a

correspondente redução salarial ou exigência de compensação, para prestar cuidados a filho com deficiência, aplicando-se, por analogia, o art. 98, § 3º, da Lei nº 8.112/90, em observância aos princípios da dignidade humana e da proteção integral à criança.Nas ações ajuizadas após a vigência da Lei nº 13.467/2017, a condenação em honorários advocatícios decorre da mera sucumbência, nos termos do art. 791-A da CLT.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 1º, III, 37, *caput*, e 227. CLT, arts. 8º e 791-A. Lei nº 8.112/90, art. 98, § 3º. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 463, I.

Processo: 0000840-26.2024.5.07.0009 **Julg.: 28/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. EMPRESA PRIVADA DE VIAÇÃO AÉREA. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA. NULIDADE. REINTEGRAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto pela reclamada contra sentença que julgou parcialmente procedente a reclamação trabalhista, reconhecendo a nulidade da dispensa do reclamante com base na violação de cláusula de convenção coletiva de trabalho (CCT) que prevê critérios de antiguidade para dispensa em casos de redução de força de trabalho, determinando sua reintegração e pagamento de verbas rescisórias e indenizações. A recorrente contesta a nulidade da dispensa, a reintegração, a multa diária, a justiça gratuita e os honorários advocatícios, alegando ausência de redução de força de trabalho, ilegitimidade da reintegração, abusividade da multa diária, falta de comprovação da necessidade da justiça gratuita e indeferimento dos honorários advocatícios. A recorrente também argui litigância de má-fé. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há cinco questões em discussão: (i) definir a validade da dispensa do reclamante à luz da cláusula de convenção coletiva de trabalho que prevê critérios de antiguidade para dispensa em casos de redução de força de trabalho; (ii) estabelecer a legitimidade da reintegração do reclamante; (iii) determinar a proporcionalidade da multa diária fixada; (iv) analisar a comprovação da hipossuficiência para concessão da justiça gratuita; (v) definir a responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A dispensa do reclamante é considerada nula por violação da cláusula da CCT que estabelece critérios de antiguidade para dispensa em casos de redução de força de trabalho, mesmo que o acordo coletivo de trabalho (ACT) tenha expirado. A não observância dos critérios de antiguidade, considerando a experiência do reclamante e sua proximidade com a aposentadoria, justifica a reintegração, conforme jurisprudência consolidada. 4. A multa diária

fixada na sentença é mantida por ser proporcional à natureza alimentar das verbas trabalhistas devidas e à necessidade de assegurar a efetividade da reintegração. 5. A justiça gratuita foi deferida corretamente, uma vez que o reclamante comprovou sua hipossuficiência. 6. A fixação de honorários advocatícios em 5% sobre o valor atualizado da causa está em conformidade com a legislação trabalhista, porém, considerando a sucumbência recíproca, o reclamante também deve arcar com os honorários advocatícios da reclamada, sob condição suspensiva de exigibilidade. 7. A alegação de litigância de má-fé é improcedente por falta de provas robustas. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso parcialmente provido para acrescentar a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios à reclamada, sob condição suspensiva de exigibilidade.Tese de julgamento:A dispensa de empregado com mais de 14 anos de serviço e próximo à aposentadoria, sem observância dos critérios de antiguidade previstos em convenção coletiva de trabalho para redução de força de trabalho, configura nulidade, ensejando reintegração. A multa diária imposta para garantir a efetividade da reintegração é proporcional e justificada em razão da natureza alimentar dos créditos trabalhistas. A concessão da justiça gratuita é mantida em razão da comprovação da hipossuficiência do reclamante. Em caso de sucumbência recíproca, tanto o reclamante quanto a reclamada devem arcar com os honorários advocatícios de seus respectivos patronos, independentemente da concessão dos benefícios da gratuidade processual, que, se for o caso, caberá a suspensão da exigibilidade da execução (art. 791-A, § 3,4º, CLT). Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 791, § § 3º,.4º; CLT, art. 791-A, e § § 2º e 4º; CLT, art. 895, I. Jurisprudência relevante citada: Tribunal Superior do Trabalho (6ª Turma). Acórdão: 1000086-42.2019.5.02.0313. Relator(a): AUGUSTO CESAR LEITE DE CARVALHO. Data de julgamento: 19/02/2025. Juntado aos autos em 24/02/2025.

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ADESIVO. RECLAMANTE. DISPENSA DE EMPREGADO. ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA. ESTABILIDADE PREVISTA EM LEI. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

I. CASO EM EXAME Recurso adesivo interposto pelo empregado buscando a reforma da sentença para incluir o deferimento de estabilidade pré-aposentadoria e indenização pela estabilidade prevista em lei específica, além da majoração dos honorários advocatícios, todos indeferidos em primeira instância. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. As questões em discussão são: (i) se o empregado faz jus à estabilidade pré-aposentadoria; (ii) se faz jus à indenização pela estabilidade prevista em lei específica; e (iii) se os honorários advocatícios devem ser majorados. III. RAZÕES DE DECIDIR 3 O pedido de estabilidade pré-aposentadoria é indeferido, pois o empregado não preenchia todos os requisitos previstos na CCT, a saber, 15 anos de serviço. 4. O pedido de indenização pela estabilidade prevista em lei específica é indeferido, pois a dispensa ocorreu em

razão de acordos coletivos anteriores à vigência da lei. 5. O pedido de majoração dos honorários advocatícios é indeferido, pois o percentual fixado na sentença é considerado adequado. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso adesivo improvido.Tese de julgamento:O não preenchimento dos requisitos da CCT impede o deferimento da estabilidade pré-aposentadoria.A dispensa decorrente de acordos coletivos anteriores à vigência de lei específica afasta o direito à indenização por estabilidade.O percentual de honorários advocatícios fixado na sentença é considerado justo. Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 791-A; Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Jurisprudência relevante citada: Não há.

Processo: 0000768-56.2021.5.07.0005 **Julg.: 28/07/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ENTREGADOR. PLATAFORMA DIGITAL DE INTERMEDIAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO IFOOD. TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. SÚMULA Nº 331, IV, DO TST. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. USO DE MOTOCICLETA. BASE DE CÁLCULO DAS VERBAS. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO (EXCETO QUANTO AOS TEMAS DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS E REFLEXOS DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO MAJORADO PELOS REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS SOBRE OUTRAS PARCELAS) E PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto por IFOOD.COM AGÊNCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A. contra sentença que reconheceu o vínculo empregatício entre o reclamante e a primeira reclamada (PH MOTO-BOY EXPRESSO), condenando-a ao pagamento de verbas rescisórias, horas extras, adicional noturno, adicional de periculosidade e benefícios normativos, com responsabilização subsidiária do iFood. O apelo visou à suspensão do feito (Tema 1389 do STF), à exclusão da responsabilidade subsidiária, à reforma de condenações acessórias e à redução de valores, obtendo apenas a alteração da base de cálculo das verbas para R$ 1.835,00. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há seis questões em discussão: (i) definir se cabe sobrestamento do feito em razão do Tema 1389 do STF; (ii) estabelecer se o iFood pode ser responsabilizado subsidiariamente pelos créditos reconhecidos; (iii) verificar a possibilidade de fixar

benefício de ordem na execução; (iv) analisar a existência de direito ao adicional de periculosidade pelo uso de motocicleta; (v) examinar a incidência de normas coletivas, tíquete alimentação, aluguel de motocicleta e multa convencional; (vi) ajustar a base de cálculo das verbas deferidas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O sobrestamento com base no Tema 1389 do STF é indeferido quando não há prova documental idônea de contratação civil ou de atuação como pessoa jurídica pelo reclamante. 4. Configura-se terceirização de atividade-fim quando a tomadora, ainda que por meio de plataforma digital, depende diretamente dos serviços prestados pelo trabalhador vinculado à prestadora, atraindo a responsabilidade subsidiária nos termos da Súmula nº 331, IV, do TST e art. 5º-A, § 5º, da Lei nº 6.019/1974.5. O benefício de ordem não se aplica na responsabilidade subsidiária trabalhista, sendo possível o redirecionamento da execução quando evidenciada a inadimplência da devedora principal, sem necessidade de esgotamento contra seus sócios. 6. O art. 193, § 4º, da CLT assegura adicional de periculosidade ao trabalhador em motocicleta, independentemente de regulamentação, bastando a comprovação do uso habitual do veículo. 7. A confissão ficta da empregadora principal afasta a impugnação do iFood quanto à aplicação de normas coletivas e benefícios correlatos, ausente prova em sentido contrário. 8. A base de cálculo das verbas deve observar a média remuneratória comprovada nos autos, fixada em R$ 1.835,00, e não no valor indicado na inicial. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso ordinário conhecido (exceto quanto aos temas domingos e feriados trabalhados e reflexos do repouso semanal remunerado majorado pelos reflexos das horas extras sobre outras parcelas); rejeitada a preliminar de sobrestamento do processo e, no mérito, apelo parcialmente provido.Tese de julgamento:"1 .O sobrestamento com base no Tema 1389 do STF exige prova robusta da natureza civil da contratação, inexistente no caso concreto. 2 .A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas da condenação, quando configurada terceirização de atividade-fim e inadimplência da empregadora. 3.O art. 193, § 4º, da CLT assegura adicional de periculosidade ao motociclista independentemente de regulamentação infralegal. 4.A base de cálculo das verbas trabalhistas deve observar a média remuneratória efetivamente comprovada nos autos."Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XXII; CLT, arts. 62, I; 71, § 4º; 73; 193, § 4º; 818, II; CPC/2015, art. 373, II; Lei nº 6.019/1974, art. 5º-A, § 5º; Código Civil, art. 927. Jurisprudência relevante citada: STF, RE nº 958.252, Tema 725, Pleno, j. 30.08.2018; STF, ADPF nº 324, Pleno, j. 30.08.2018; TST, Súmula nº 331, IV; TRT-7, RO nº 0000210-76.2024.5.07.0006, j. 04.12.2024; TRT-7, RO nº 0000152-98.2023.5.07.0009, j. 19.09.2024.

Processo: 0000994-32.2024.5.07.0013 **Julg.: 17/09/2025**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. HORAS EXTRAS. REGISTROS DE PONTO. CLÁUSULA COLETIVA. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL. PARCIAL PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME Recursos ordinários interpostos pela reclamante e reclamada contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais. A reclamante buscava equiparação salarial, pagamento de horas extras com base na jornada efetivamente cumprida, invalidade dos controles de ponto, afastamento da compensação entre gratificação e horas extras, e majoração da indenização por danos morais. A reclamada alegava prescrição total e quinquenal, cerceamento de defesa, impugnava a condenação ao pagamento da gratificação especial, horas extras, e danos morais, além de questionar a validade da justiça gratuita e os honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há diversas questões em discussão: (i) definir se há direito à equiparação salarial; (ii) estabelecer a validade dos registros de jornada e o pagamento de horas extras; (iii) determinar a validade e aplicação da cláusula coletiva sobre compensação entre gratificação e horas extras; (iv) definir o valor da indenização por danos morais; (v) analisar a preliminar de prescrição; (vi) analisar a preliminar de cerceamento de defesa; (vii) definir o direito à gratificação especial; (viii) analisar o direito ao intervalo previsto no art. 384 da CLT; (ix) definir a extensão da condenação em relação ao valor da causa; (x) definir a validade da justiça gratuita; (xi) definir o valor dos honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A equiparação salarial foi negada por ausência de prova da identidade de funções, produtividade e perfeição técnica, conforme art. 461 da CLT. 4. Os registros de ponto foram considerados inválidos por demonstração de manipulação da jornada de trabalho, levando ao pagamento de horas extras com base na jornada alegada na petição inicial, conforme Súmula 338, I, do TST.5. A cláusula coletiva que permitia compensação entre gratificação e horas extras foi considerada válida, mas sua aplicação foi limitada ao período posterior à sua vigência, evitando violação aos princípios do direito adquirido, ato jurídico perfeito e segurança jurídica, conforme OJ nº 420 da SDI-1 do TST. A compensação foi também afastada para a reclamante, que se enquadra no regime de 6 horas, conforme Súmula 109 do TST. 6. O valor da indenização por danos morais foi mantido por ser considerado adequado e proporcional à extensão do dano. 7. A preliminar de prescrição total foi rejeitada por não haver alteração contratual que justificasse a prescrição total, mantendo-se a análise da pretensão no limite do quinquênio legal. 8. A preliminar de cerceamento de defesa foi rejeitada por entender que as provas existentes eram suficientes para a formação do convencimento judicial. 9. O direito à gratificação especial foi reconhecido com base na

violação do princípio da isonomia, diante da concessão seletiva da gratificação sem critérios objetivos.10. O direito ao intervalo do art. 384 da CLT foi reconhecido, porém limitado ao período anterior à revogação pela Lei nº 13.467/2017.11. A condenação não foi limitada ao valor da causa, pois os valores iniciais eram estimativos.12. A justiça gratuita foi mantida, pois a declaração de hipossuficiência não foi impugnada de forma eficaz.13. Os honorários advocatícios foram mantidos, por serem considerados razoáveis e proporcionais. IV. DISPOSITIVO E TESE Recursos parcialmente providos.Tese de julgamento:A equiparação salarial depende da comprovação inequívoca da identidade de funções, produtividade e perfeição técnica, conforme o art. 461 da CLT.A demonstração de manipulação dos registros de ponto invalida os controles de jornada, ensejando o pagamento de horas extras com base na jornada efetivamente cumprida. Cláusulas coletivas que permitem a compensação entre gratificação e horas extras são válidas, mas sua aplicação deve respeitar os limites temporais expressos e os princípios do direito adquirido, ato jurídico perfeito e segurança jurídica.A compensação é inaplicável aos empregados com jornada de 6 horas. A indenização por danos morais deve ser fixada de forma razoável e proporcional à gravidade do dano, considerando as peculiaridades do caso concreto.A gratificação especial paga de forma seletiva, sem critérios objetivos, viola o princípio da isonomia, ensejando o seu pagamento aos empregados excluídos.O intervalo previsto no art. 384 da CLT, revogado pela Lei nº 13.467/2017, aplica-se apenas ao período anterior à sua revogação.

Processo: 0000799-67.2021.5.07.0008 **Julg.: 01/08/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ESTABILIDADE GESTANTE. CONTRATO DE APRENDIZAGEM. INDEFERIMENTO DE PROVA TESTEMUNHAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME Recursos ordinários interpostos por Império Móveis e Eletro S.A. e Maria Vitória da Silva Marreiro contra sentença que reconheceu a estabilidade gestante da reclamante, contratada como jovem aprendiz, e condenou a reclamada ao pagamento da indenização correspondente ao período estabilitário, reflexos em 13º salário, férias com adicional de 1/3 e FGTS, além de indenização por danos morais. A reclamada alega cerceamento de defesa pelo indeferimento de prova testemunhal e sustenta a inaplicabilidade da estabilidade gestante ao contrato de aprendizagem. A reclamante busca o pagamento de salários não comprovadamente quitados e a reforma da sentença para inclusão do seguro-desemprego e multas dos artigos 477 e 467 da CLT. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há três

questões em discussão:(i) definir se houve cerceamento de defesa pelo indeferimento de prova testemunhal;(ii) estabelecer se a estabilidade gestante se aplica ao contrato de aprendizagem; e(iii) verificar se a reclamante faz jus ao pagamento de salários supostamente não quitados, ao seguro-desemprego e às multas dos artigos 477 e 467 da CLT. III. RAZÕES DE DECIDIR O indeferimento da prova testemunhal não configura cerceamento de defesa, pois a Resolução nº 354/2020 do CNJ impõe à parte interessada a responsabilidade por garantir a conectividade e a incomunicabilidade das testemunhas em depoimentos telepresenciais. Além disso, a nulidade processual exige demonstração de prejuízo efetivo, o que não ocorreu no caso.A estabilidade gestante se aplica ao contrato de aprendizagem, nos termos do artigo 10, II, "b", do ADCT e da Súmula nº 244, III, do TST, pois a garantia visa à proteção da maternidade e do nascituro, independentemente da modalidade contratual.Os contracheques anexados aos autos demonstram a quitação dos salários de 01/09/2022 a 28/02/2023, inexistindo prova em sentido contrário.O seguro-desemprego é indevido, pois a rescisão contratual ocorreu pelo término do contrato de aprendizagem, e não por dispensa arbitrária.As multas dos artigos 477 e 467 da CLT são indevidas, pois não houve mora no pagamento das verbas rescisórias e as parcelas se tornaram controvertidas após a defesa. IV. DISPOSITIVO E TESE Recursos desprovidos.Tese de julgamento:O indeferimento de prova testemunhal não configura cerceamento de defesa quando a parte não demonstra prejuízo efetivo, nos termos do art. 794 da CLT.A estabilidade gestante se aplica ao contrato de aprendizagem, garantindo à empregada a indenização correspondente ao período estabilitário, conforme o art. 10, II, "b", do ADCT e a Súmula nº 244, III, do TST.O seguro-desemprego não é devido quando a rescisão contratual decorre do término do contrato de aprendizagem, e não de dispensa arbitrária.As multas dos artigos 477 e 467 da CLT são indevidas quando não há mora no pagamento das verbas rescisórias e as parcelas tornam-se controvertidas após a apresentação da defesa.Dispositivos relevantes citados: ADCT, art. 10, II, "b"; CLT, arts. 477, 467 e 794. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 244, III; TST, AIRR-10647-30.2022.5.15.0070, Rel. Min. Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 23/10/2023; TST, Ag-AIRR-1053-51.2022.5.12.0045, Rel. Min. Breno Medeiros, DEJT 20/10/2023.

Processo: 0001139-46.2023.5.07.0006 **Julg.: 21/07/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. RECUSA À REINTEGRAÇÃO. DIREITO À INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto por empregada gestante contra sentença em que o Juízo de origem, embora tenha reconhecido a nulidade da dispensa e a existência da estabilidade provisória, determinou sua reintegração ao emprego, indeferindo o pedido de indenização substitutiva. A recorrente alegou que a estabilidade da gestante possui natureza objetiva e que a recusa ao retorno ao trabalho não configura renúncia ao direito constitucionalmente assegurado. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a recusa da empregada gestante à reintegração ao emprego, após proposta de retorno pelo empregador, afasta ou não o direito à indenização substitutiva decorrente da estabilidade gestacional prevista no art. 10, II, "b", do ADCT. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A estabilidade da gestante tem natureza objetiva e visa proteger não apenas a empregada, mas também o nascituro, não se condicionando à aceitação da reintegração ou à formulação de pedido específico nesse sentido. 4. A jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho estabelece que a recusa da empregada ao retorno ao trabalho não implica renúncia ao direito à indenização substitutiva, nos termos da tese firmada no Recurso de Revista Repetitivo nº 134 (ainda pendente de julgamento de Recurso Extraordinário).5. O art. 10, II, "b", do ADCT garante estabilidade desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, sendo irrelevante a motivação subjetiva da empregada para não desejar o retorno, desde que configurada a dispensa sem justa causa no curso da gestação. 6. O *distinguishing* aplicado na sentença de origem, ao condicionar o direito à indenização à demonstração de justo motivo para a recusa à reintegração, contraria o entendimento vinculante firmado pelo TST. 7. A decisão recorrida afronta a finalidade protetiva do dispositivo constitucional e deve ser reformada para assegurar a indenização substitutiva, com abrangência de todas as parcelas trabalhistas relativas ao período estabilitário. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso ordinário conhecido (exceto quanto à condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios, por ausência de interesse recursal) e provido.Teses de julgamento: "1. A estabilidade da gestante prevista no art. 10, II, "b", do ADCT possui natureza objetiva, bastando a gravidez durante o contrato de trabalho e a dispensa sem justa causa para sua incidência. 2. A recusa da empregada gestante ao retorno ao trabalho, ainda que injustificada, não configura renúncia ao direito à estabilidade e não afasta o dever do empregador de pagar indenização substitutiva correspondente ao período estabilitário. 3. A indenização substitutiva deve abranger salários, 13º, férias acrescidas de 1/3, FGTS e demais reflexos legais do período compreendido entre a dispensa e o quinto mês após o parto."Dispositivos relevantes citados: ADCT, art. 10, II, "b". Jurisprudência relevante citada: TST, RR nº 0010048-03.2019.5.15.0004, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, j. 13.03.2024; TST, RR

nº 0000592-11.2017.5.22.0002, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, j. 28.06.2023; TST, RR nº 1000222-50.2021.5.02.0028, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 4ª Turma, j. 21.05.2024; TST, RRR nº 134, paradigma nº 0000254-57.2023.5.09.0594, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga (pendente de julgamento de RE).

Processo: 0001663-09.2025.5.07.0027 **Julg.: 13/11/2025**
Rel. Desemb.: Durval Cesar de Vasconcelos Maia
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. HORAS DE SOBREAVISO. CARACTERIZAÇÃO. USO DE FERRAMENTAS TELEMÁTICAS. MULTA DO ART. 477 DA CLT. AVISO PRÉVIO. ÔNUS DA PROVA. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela Reclamada contra sentença que a condenou ao pagamento de horas de sobreaviso e da multa do art. 477 da CLT. A Recorrente alega que o trabalho remoto não caracteriza sobreaviso e que o aviso prévio foi trabalhado, sendo indevida a multa. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a permanência do empregado à disposição do empregador por meios telemáticos, aguardando chamado para o serviço fora da jornada regular, caracteriza regime de sobreaviso; e (ii) estabelecer se a ausência de apresentação dos controles de ponto do período do aviso prévio autoriza a presunção de que este foi indenizado, atraindo a incidência da multa do art. 477 da CLT. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O regime de sobreaviso se caracteriza pela restrição à liberdade do empregado, que, mesmo à distância, permanece submetido ao controle patronal por instrumentos telemáticos, aguardando ser acionado para o serviço a qualquer momento durante seu período de descanso, nos termos da Súmula nº 428, II, do TST. 4. Compete ao empregador o ônus de comprovar a efetiva prestação de serviços durante o aviso prévio, o que se faz primordialmente pela juntada dos registros de jornada. A ausência de tal prova gera a presunção de que o aviso foi concedido na modalidade indenizada, ensejando a aplicação da multa do art. 477 da CLT caso as verbas rescisórias não sejam pagas no prazo de dez dias. 5. Pagamentos realizados sob a rubrica genérica de "ajuda de custo" não podem ser compensados com as horas de sobreaviso, pois a primeira possui natureza indenizatória, enquanto a segunda é verba salarial, sendo inviável a compensação entre parcelas de naturezas jurídicas distintas. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Teses de julgamento: 1. Configura-se o regime de sobreaviso quando o empregado, por meio de instrumentos telemáticos fornecidos pelo empregador, permanece à disposição

deste fora do horário de trabalho, aguardando chamado, o que limita seu direito ao descanso e à desconexão. 2. É ônus do empregador comprovar que o aviso prévio foi trabalhado, e a não apresentação dos cartões de ponto do respectivo período acarreta a presunção de sua natureza indenizada, tornando devida a multa do art. 477 da CLT se o pagamento da rescisão não observar o prazo legal.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 244, § 2º, e 477. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 428 e Orientação Jurisprudencial nº 14 da SDI-1.

Processo: 0001230-18.2023.5.07.0013 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. HORAS EXTRAS. VENDEDOR EXTERNO. CONTROLE DE JORNADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO.

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto pela reclamada contra a sentença que a condenou ao pagamento de horas extras e honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a atividade exercida pelo reclamante, como vendedor externo, era passível de controle de jornada, a fim de afastar a exceção prevista no art. 62, I, da CLT; (ii) verificar a legalidade da concessão da justiça gratuita e da condenação em honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A jurisprudência trabalhista e a doutrina contemporânea interpretam a exceção do art. 62, I, da CLT de forma restritiva, considerando que a execução do trabalho fora das dependências do empregador não afasta, por si só, a possibilidade de controle da jornada. 4. O uso de celular corporativo com sistema de check-in/out e GPS, rotas de visitação previamente estabelecidas, acompanhamento por supervisor e comunicação frequente via grupos de WhatsApp, aliado à ausência de anotação formal da condição de trabalho externo na CTPS e ficha de registro, descaracteriza a incompatibilidade referida no art. 62, I, da CLT.5. O ônus da prova quanto ao enquadramento do trabalhador na exceção do art. 62, I, da CLT incumbe ao empregador, conforme os arts. 818 da CLT e 373, II, do CPC, e não demonstrado de forma cabal, aplica-se a presunção de veracidade da jornada alegada na inicial, nos termos da Súmula nº 338, I, do TST. 6. A declaração de hipossuficiência é suficiente para a concessão da Justiça Gratuita à pessoa natural, nos termos do art. 790, § 3º, da CLT e da Súmula 463, I, do TST. 7. A condenação da reclamada ao pagamento de honorários sucumbenciais em favor do patrono do reclamante, em conformidade com o art. 791-A da CLT, é válida, em razão da declaração de inconstitucionalidade parcial do referido artigo na ADI nº 5.766. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso não provido.Tese de julgamento:A existência de meios de controle da jornada

de trabalho, tais como celular corporativo com sistema de check-in/out e GPS, rotas de visitação previamente estabelecidas, acompanhamento por supervisor e comunicação frequente, descaracteriza a incompatibilidade com o controle de jornada, mesmo em se tratando de vendedor externo, afastando a aplicação do art. 62, I, da CLT.A declaração de hipossuficiência é suficiente para a concessão da Justiça Gratuita, salvo prova em contrário.A condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais, nos termos do art. 791-A da CLT, é válida.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 62, I, 790, § 3º, 791-A, 818; CPC, art. 373, II. Jurisprudência relevante citada: Súmula nº 338, I, do TST; Súmula 463, I, do TST; ADI nº 5.766; TRT da 8ª Região (Acórdão nº 0001194-03.2024.5.08.0113); TRT da 16ª Região (Acórdão nº 0017751-02.2017.5.16.0012); TRT da 9ª Região (Acórdão nº 0001161-96.2023.5.09.0411).

Processo: 0000749-67.2024.5.07.0030 **Julg.: 19/09/2025**
Rel. Desemb.: José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. INDENIZAÇÃO PELO USO DE VEÍCULO PARTICULAR. DOENÇA OCUPACIONAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DE SERVIÇOS. HORAS EXTRAS E DANOS MATERIAIS. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DO RECLAMANTE E IMPROVIMENTO DOS RECURSOS DAS RECLAMADAS.

I. CASO EM EXAME Recursos ordinários interpostos por Saulo Ângelo Bahia (reclamante), R2T Telecomunicações Ltda (1ª reclamada) e Telefônica Brasil S.A. (2ª reclamada), contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados em ação trabalhista. A decisão de origem condenou a 1ª reclamada e, de forma subsidiária, a 2ª reclamada, ao pagamento de indenização pelo desgaste/depreciação/locação de veículo de propriedade do autor e de indenização por danos morais. O reclamante, por sua vez, busca a condenação em horas extras, danos materiais, majoração da indenização por danos morais e aumento dos honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há cinco questões em discussão: (i) definir se é devido o pagamento de horas extras e intervalo intrajornada ao reclamante; (ii) estabelecer se subsiste a condenação ao pagamento de indenização por desgaste/depreciação/locação do veículo utilizado pelo autor no desempenho de suas funções; (iii) determinar se é cabível a majoração da indenização por danos morais decorrentes de doença ocupacional; (iv) decidir sobre o direito à indenização por danos materiais (pensão mensal) pleiteada pelo reclamante; e (v) verificar a manutenção da responsabilidade subsidiária imposta à 2ª reclamada. III.

RAZÕES DE DECIDIR O indeferimento do pedido de horas extras e intervalo intrajornada fundamenta-se na ausência de prova eficaz e capaz de desconstituir os registros de ponto apresentados pela empregadora, cujo conteúdo goza de presunção de veracidade não elidida pelo reclamante, conforme preceituam os arts. 818 da CLT e 373, I e II, do CPC/2015.A manutenção da condenação ao pagamento de indenização pelo desgaste/depreciação/locação do veículo decorre da demonstração de que o autor utilizava veículo próprio em benefício da atividade econômica da empregadora, sendo direito garantido por normas coletivas e não havendo prova da quitação da verba devida, em atenção ao princípio da alteridade (art. 2º da CLT).A majoração da indenização por danos morais de R$ 5.000,00 para R$ 10.000,00 justifica-se diante da caracterização de doença ocupacional com nexo concausal, reconhecido em perícia técnica, e da necessidade de assegurar reparação proporcional ao dano, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e função pedagógica da indenização (arts. 5º, V e X, da CF/88 e arts. 186 e 927 do CC).O indeferimento do pedido de indenização por danos materiais (pensão) baseia-se no laudo pericial que atestou a ausência de incapacidade laborativa atual do autor, afastando, assim, a configuração de prejuízo econômico que ensejasse a condenação a esse título.A manutenção da responsabilidade subsidiária da 2ª reclamada, na qualidade de tomadora de serviços, alinha-se ao disposto na Súmula 331, IV e VI, do TST, à tese firmada pelo STF na ADPF 324 e ao art. 5º-A, § 5º, da Lei nº 6.019/1974, não havendo exigência de comprovação de culpa para empresas privadas. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso do reclamante parcialmente provido. Recursos das reclamadas desprovidos.Tese de julgamento:A ausência de prova hábil para desconstituir os registros de jornada obsta o deferimento de horas extras e intervalo intrajornada.O empregador deve indenizar os custos de uso de veículo próprio pelo empregado quando este for exigido para a prestação de serviços, nos termos de norma coletiva e do princípio da alteridade.Configurado o nexo concausal entre a atividade laboral e a doença ocupacional, impõe-se a reparação por danos morais, cabível a majoração do valor indenizatório conforme os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.A inexistência de incapacidade laborativa atual afasta o direito à indenização por danos materiais a título de pensão.A empresa tomadora de serviços responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas não adimplidas pela prestadora, independentemente de demonstração de culpa, quando se trata de pessoa jurídica de direito privado.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 5º, V e X; CLT, arts. 2º, 818; CPC/2015, art. 373, I e II; CC, arts. 186, 927 e 944; Lei nº 8.213/1991, art. 20; Lei nº 6.019/1974, art. 5º-A, § 5º. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 331, IV e VI; STF, ADPF nº 324, Plenário, j. 29.08.2018.

Processo: 0000655-87.2021.5.07.0010 **Julg.: 13/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSALTO DURANTE A JORNADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EMPREGADOR. ATIVIDADE DE RISCO. DOENÇA PSÍQUICA. VALOR INDENIZATÓRIO MANTIDO. JUSTIÇA GRATUITA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Fortaleza, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados por Jorge Luis Fernandes da Silva, carteiro, condenando a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 20.000,00, em decorrência de transtorno de estresse pós-traumático desenvolvido após assalto sofrido durante o expediente, além da fixação de honorários advocatícios e concessão dos benefícios da justiça gratuita ao reclamante. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há quatro questões em discussão: (i) definir se é devida a indenização por danos morais diante de assalto sofrido por carteiro no exercício de suas funções; (ii) estabelecer se o valor de R$ 20.000,00 arbitrado a título de indenização mostra-se excessivo; (iii) verificar a legalidade da concessão dos benefícios da justiça gratuita ao reclamante; (iv) determinar a correta aplicação de juros e correção monetária sobre a indenização arbitrada. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A responsabilidade da empregadora pela reparação dos danos morais decorrentes do assalto sofrido pelo empregado é objetiva, nos termos do art. 927, parágrafo único, do Código Civil, por se tratar de atividade que, por sua natureza, expõe o trabalhador a risco superior à média dos demais trabalhadores, como reconhecido pelo TST no Tema nº 84. 4. Restou incontroverso o assalto ocorrido em 28/11/2023 durante a jornada de trabalho do reclamante, assim como a incapacidade laborativa parcial, moderada e temporária constatada por laudo pericial, que apontou relação entre o evento e o transtorno psicológico diagnosticado. 5. O dano moral configura-se in re ipsa, sendo desnecessária a prova do sofrimento, bastando a comprovação do fato lesivo e do nexo causal. 6. O valor de R$ 20.000,00 fixado a título de indenização por danos morais mostra-se proporcional, razoável e adequado à gravidade do dano, às condições das partes e à função pedagógica da reparação. 7. A concessão dos benefícios da justiça gratuita ao reclamante deve ser mantida, nos termos da jurisprudência pacífica do TST, mediante a apresentação de declaração de hipossuficiência econômica, não infirmada pela recorrente. 8. Os honorários advocatícios estão corretamente fixados, em consonância com o art. 791-A da CLT,

vigente à época do ajuizamento da ação, sendo desnecessária assistência sindical. 9. A atualização do valor da indenização mediante aplicação da taxa Selic, desde o ajuizamento da ação, está em conformidade com o entendimento fixado no Tema 810 do STF, no Tema 1037 e na jurisprudência do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento: 1. O empregador responde objetivamente pelos danos morais sofridos por carteiro vítima de assalto durante o trabalho, dada a natureza de risco da atividade. 2. O dano moral decorrente de assalto com sequelas psíquicas prescinde de prova do sofrimento, por configurar-se in re ipsa. 3. A indenização por danos morais deve observar critérios de razoabilidade, proporcionalidade e dupla finalidade: compensatória e pedagógica. 4. A justiça gratuita pode ser concedida mediante simples declaração de hipossuficiência, salvo prova em contrário. 5. Os honorários advocatícios são devidos nos termos do art. 791-A da CLT, independentemente de assistência sindical. 6. Aplica-se a taxa Selic como índice de correção e juros do valor da indenização por danos morais deferida.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 5º, V e X, e 7º, *caput*; CC, arts. 186 e 927, parágrafo único; CLT, arts. 2º e 791-A; CPC, arts. 99 e 927; EC nº 113/2021. Jurisprudência relevante citada: TST, RR-1000403-39.2023.5.02.0462, Tribunal Pleno, Tema nº 84, DEJT 08/04/2025; TST, IncJulgRREmbRep - 277-83.2020.5.09.0084; TST-E-RR-202-65.2011.5.04.0030, SDI-1, j. 20/06/2024; STF, Tema 810 e Tema 1037 da Repercussão Geral.

Processo: 0000276-20.2024.5.07.0018 **Julg.: 25/09/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA PARTE RECLAMANTE.1. NATUREZA DA VINCULAÇÃO EXISTENTE ENTRE AS PARTES LITIGANTES. NEGAÇÃO DO LIAME EMPREGATÍCIO. RECONHECIMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ÔNUS DAS RECLAMADAS. NÃO DESINCUMBÊNCIA. CONFISSÃO FICTA DO PROPRIETÁRIO DAS EMPRESAS RÉS. RELAÇÃO DE EMPREGO. RECONHECIMENTO.

O desconhecimento, pelo proprietário das empresas acionadas, acerca dos fatos objeto da demanda equivale à recusa a prestar depoimento, circunstância que atrai os efeitos da ficta confessio (artigo 843, § 1º, da CLT), em face do que presume-se por verossímeis as alegações do reclamante formuladas em sua petição inicial relativamente à matéria ora em comentário, desvencilhando-o da apresentação de prova cabal de suas alegações de fato. Ante o exposto, dá-se provimento

ao recurso do autor, neste aspecto da demanda, para o fim de reconhecer e declarar a existência da vinculação empregatícia havida entre o reclamante e as empresas acionadas durante o período compreendido entre 30/09/2023 e 23/09/2024, na função de Entregador, mediante contraprestação salarial no importe pecuniário de R$2.000,00, devendo a 1ª e 2ª reclamadas proceder às devidas anotações no documento profissional do obreiro/reclamante. Provido.

2. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇOS. NÃO COMPROVAÇÃO

Visto como fato constitutivo de seu direito, competiria à parte autora o encargo processual no sentido de comprovar suas alegações, por força do regramento inscrito no art. 818, I, da CLT. Conforme historiado na ata de audiência, a prova oral colhida nos autos consistira, tão somente, na oitiva do depoimento pessoal do proprietário das 1ª e 2ª reclamadas, não tendo a parte acionante apresentado prova testemunhal. Nesse diapasão, tem-se que o reclamante não se desincumbiu a contento do encargo probatório que lhe competia, pois que não apresentou provas, sejam documentais, sejam testemunhais, aptas e suasórias tendentes a demonstrar que prestava serviços em prol do supermercado reclamado. Assim é que, ante o exposto, julga-se improcedente o pedido de reconhecimento da responsabilização subsidiária do supermercado reclamado. Desprovido.

3. USO DE MOTOCICLETA A SERVIÇO DO EMPREGADOR. NÃO COMPROVAÇÃO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INDEVIDO

A prova oral colhida nos autos consistira, tão somente, na oitiva do depoimento pessoal do proprietário das 1ª e 2ª reclamadas, não tendo a parte acionante apresentado prova testemunhal, conforme registrado na ata de audiência anexada aos autos. Tratando-se de fato constitutivo de seu direito, competiria à parte autora o encargo processual no sentido de comprovar suas alegações, por força do regramento inscrito no art. 818, I, da CLT, ônus do qual não se desvencilhou. Portanto, julga-se improcedente o pleito autoral referente ao adicional de periculosidade e seus reflexos. Desprovido.

4. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. NÃO COMPROVAÇÃO

Relativamente ao labor suplementar, para efeito de pagamento do sobressalário e, especialmente, por se tratar de um direito excepcional, exige prova robusta, precisa e insofismável a respeito, não admitindo divergência, prova frágil ou vacilante, nem tampouco presunção, competindo ao Autor comprovar a efetiva prestação de sobrejornada, pela combinação dos preceitos inscritos nos artigos 818 da CLT e 333, I, do CPC. Entretanto, não tendo o reclamante produzido prova testemunhal no sentido de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedente do pedido autoral de condenação da reclamada ao pagamento de 16 (dezesseis) horas extras semanais e 70 (setenta) horas extras mensais e seus reflexos. Desprovido.

5. MOTIVO RESILITÓRIO. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO DA

CTPS. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. CONFIGURAÇÃO. VERBAS RESILITÓRIAS. DEVIDAS

Na hipótese sob apreciação, os motivos que deram causa ao pleito autoral resilitório indireto, conforme alegado na petição inicial, foram em síntese, ausência de registro em CTPS e não pagamento de verbas salariais e rescisórias. Postas essas premissas básicas, insta acentuar que a ausência de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) constitui motivo para a rescisão indireta do contrato de trabalho, especialmente se reconhecido o vínculo empregatício em juízo. A rescisão indireta, conforme o artigo 483, alínea "d", da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ocorre quando o empregador comete falta grave que inviabiliza a continuidade do contrato, e a falta de registro na CTPS é considerada uma dessas faltas graves. Assim é que, à vista de todo o contexto fático-probatório exsurgente dos autos, uma vez reconhecida a mora da empresa em cumprir obrigações relacionadas ao contrato de trabalho do reclamante, impõe-se o reconhecimento e declaração da rescisão indireta do contrato de trabalho, por justa causa patronal, em 23/09/2024 (23/10/2024 com a projeção do aviso prévio de 30 dias), em consequência, consistente em violação ao contido no artigo 483, alínea 'd', da CLT, por "não cumprir o empregador as obrigações do contrato", afigurando-se razoável o exercício, pelo empregado, do direito de rescisão unilateral do contrato de trabalho, sendo devidas as parcelas resilitórias postuladas na petição inicial, a saber, aviso prévio; Férias + 1/3 vencidas e proporcionais; 13º salário proporcional; FGTS + multa de 40%; entrega das guias para saque do FGTS e habilitação ao Programa Seguro-desemprego, sob pena de indenização substitutiva. Provido. Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001250-15.2024.5.07.0032 **Julg.: 10/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. JORNADA DE TRABALHO. VIGIA. INTERVALO INTRAJORNADA

O empregado que labora em jornada 12x36 também faz jus à concessão do intervalo de 01 (uma) hora para repouso e alimentação (art. 59-A da CLT). Trata-se de norma de cunho tutelar, que visa à proteção ao trabalho do empregado e à recomposição do desgaste físico sofrido. No caso em apreço, resta patente que ao reclamante não era dado usufruir regularmente o seu intervalo para descanso e refeição. Sem rendição nas atividades laborais, as pausas do autor para alimentação demandavam, ainda assim, sua constante vigilância, aspecto que não corresponde ao desiderato do intervalo intrajornada. Logo, condena-se a demandada ao pagamento de 01 (uma) hora de intervalo suprimido. Sentença reformada.

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. VIGIA. EXPOSIÇÃO AO RISCO

A jurisprudência do C. TST vem caminhando, em sua grande maioria, na direção de que o vigia não está exposto às mesmas condições que autorizam o deferimento do adicional de periculosidade ao vigilante, não se enquadrando, portanto, na normatização do Ministério do Trabalho. Entretanto, pelo contexto retratado nos autos, as atribuições laborais do demandante, em atividade de segurança patrimonial, envolviam confrontos diretos com invasores (com diálogos e/ou uso de armas), com exposição permanente a roubos e/ou outras espécies de violência física. E tal circunstância, na avaliação deste relator, configura traço distintivo e assegura o direito do promovente ao adicional de periculosidade. Sentença reformada. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000519-10.2024.5.07.0035 **Julg.: 10/07/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. JUSTIÇA GRATUITA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. FRAUDE NA INTERMEDIAÇÃO. ENQUADRAMENTO SINDICAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RECURSO DA RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSOS DAS RECLAMADAS IMPROVIDOS

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos por três partes: a Reclamante, uma Cooperativa de Crédito e um Banco Cooperativo, inconformadas com sentença que reconheceu o vínculo empregatício diretamente entre a Reclamante e o Banco, declarou a nulidade do contrato com a Cooperativa, deferiu o enquadramento sindical da Reclamante na categoria dos bancários e condenou as Reclamadas, solidariamente, ao pagamento de horas extras, reflexos, indenização por uso de veículo próprio, entre outros. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há diversas questões em discussão: (i) definir a validade do recolhimento de custas por terceiro; (ii) estabelecer a procedência do pedido de justiça gratuita; (iii) definir a ocorrência de violação do princípio da dialeticidade recursal; (iv) determinar se há coisa julgada em relação ao enquadramento sindical; (v) definir a extensão dos reflexos do intervalo intrajornada e do artigo 384 da CLT; (vi) avaliar a comprovação do pagamento de remuneração variável "extrafolha"; (vii) determinar a existência de acúmulo de funções; (viii) definir a ocorrência de dano moral; (ix) avaliar a inépcia da petição inicial; (x) definir a existência do vínculo empregatício diretamente com o Banco; (xi) estabelecer o enquadramento sindical da Reclamante; (xii) definir a responsabilidade solidária entre as Reclamadas.

III. RAZÕES DE DECIDIR O recolhimento de custas por terceiro, em nome e benefício das Reclamadas, é válido, prevalecendo os princípios da instrumentalidade das formas e do aproveitamento dos atos processuais.A declaração de hipossuficiência econômica da Reclamante, com a ausência de comprovação em contrário pelas Reclamadas, justifica a concessão da justiça gratuita, em consonância com os princípios constitucionais do acesso à justiça e da dignidade da pessoa humana.Os recursos das Reclamadas atendem ao princípio da dialeticidade, exigindo-se apenas a indicação expressa dos pontos de discordância com a sentença, sem necessidade de argumentação integralmente original.Não há coisa julgada material em relação ao enquadramento sindical, por ausência da tríplice identidade.A limitação dos reflexos das horas extras decorrentes da supressão parcial do intervalo intrajornada e do artigo 384 da CLT está em consonância com a legislação e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.A ausência de provas objetivas impede o reconhecimento do pagamento "extrafolha" da remuneração variável. As atividades desempenhadas pela Reclamante estão dentro do escopo contratual do cargo ocupado, não configurando acúmulo de funções.A ausência de prova de conduta abusiva da empregadora afasta o pedido de indenização por danos morais. A petição inicial atendeu aos requisitos legais de clareza e precisão, sem apresentar inépcia.A Reclamante desempenhava atividades diretamente vinculadas ao Banco, sujeitando-se às suas metas, ordens e hierarquia, configurando vínculo empregatício direto e fraude trabalhista.As atividades desempenhadas pela Reclamante eram tipicamente bancárias, justificando seu enquadramento na categoria e a aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) correspondente.A responsabilidade solidária entre as Reclamadas é mantida, em razão da atuação conjunta e dolosa na violação dos direitos trabalhistas.O conceito de subordinação estrutural, aplicável ao caso, prescinde de ordens diretas diárias ou da remuneração direta pelo tomador dos serviços.A Reclamante realizava atividades próprias da categoria bancária, justificando a aplicação da jornada especial de seis horas e as verbas decorrentes.O Tema nº 1046 do STF não se aplica ao caso, por ausência de identidade temática. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso da reclamante parcialmente provido apenas para conceder-lhe os benefícios da justiça gratuita. Recursos das reclamadas improvidos.Tese de julgamento:O recolhimento de custas processuais por terceiro, em nome e benefício do recorrente, é válido, desde que comprovado o pagamento tempestivo.A declaração de hipossuficiência econômica goza de presunção de veracidade, cabendo à parte contrária o ônus de comprovar a capacidade econômica do reclamante.O princípio da dialeticidade recursal exige apenas que o recurso indique expressamente os pontos da sentença com os quais a parte recorrente não concorda.O reconhecimento da fraude na intermediação da relação empregatícia configura vínculo direto entre o empregado e o tomador de serviços, ensejando a aplicação da legislação e CCT aplicáveis à categoria profis-

sional do empregado.A responsabilidade solidária se configura em caso de fraude trabalhista com participação conjunta do tomador de serviços e do intermediário. Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 3º, 71, 789, 769, 818, 840, § 1º, 9º, 8º, parágrafo único, 224; CPC, arts. 188, 277, 319, 337, § § 1º a 4º, 373, I, 435, 99, § 3º; CF/88, art. 5º, incisos XXXV, LV, LXXIV, art. 1º, inciso III. Jurisprudência relevante citada: OJ 379 da SDI-I do TST; Tema 528 do STF; Tema 1046 do STF.

Processo: 0000919-94.2022.5.07.0002 **Julg.: 28/07/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. MOTORISTA DE APLICATIVO. UBER. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por Uber do Brasil Tecnologia Ltda. contra sentença que reconheceu vínculo de emprego entre motorista e plataforma, na modalidade de contrato intermitente, condenando a reclamada ao pagamento de verbas trabalhistas e reflexos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: (i) definir se compete à Justiça do Trabalho apreciar pretensão de reconhecimento de vínculo de emprego entre motorista e empresa de aplicativo; (ii) estabelecer se a relação jurídica existente entre motorista e Uber configura contrato de trabalho nos moldes celetistas ou mera parceria autônoma de intermediação digital. III. RAZÕES DE DECIDIR A competência da Justiça do Trabalho é definida pela natureza da causa de pedir e do pedido, ambos de índole trabalhista, sendo irrelevante, para a fixação da jurisdição, o resultado da ação. A análise do conjunto probatório revela inexistirem os elementos caracterizadores do vínculo de emprego previstos no art. 3º da CLT, notadamente a subordinação jurídica. O motorista possui plena autonomia para definir horários de trabalho, aceitar ou recusar corridas, utilizar simultaneamente outros aplicativos e desligar-se da plataforma a qualquer tempo, o que afasta o poder diretivo característico da relação de emprego. O reclamante assume os riscos da atividade econômica, arcando com custos do veículo, manutenção, combustível e seguros, configurando-se como parceiro autônomo e não como empregado. A remuneração pela prestação de serviços decorre de rateio do valor pago pelo usuário, ficando entre 75% e 80% para o motorista, percentual compatível com contratos de parceria e não com relação empregatícia. O contrato intermitente previsto no art. 452-A da CLT não se aplica à hipótese, pois pressupõe subordinação e convocação pelo empregador, elementos ausentes na relação por plataforma digital. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso provido. Pedido improcedente.Tese de julgamento:A competência da Justiça do Trabalho se define pela natureza do pedido e da causa de pedir, ainda que, no mérito, se conclua pela inexistência de relação de emprego.

Não se caracteriza vínculo empregatício entre motorista e Uber, pois ausentes os requisitos do art. 3º da CLT, especialmente a subordinação jurídica. A relação jurídica entre motorista e plataforma digital constitui parceria autônoma de intermediação de serviços, incompatível com a modalidade de contrato intermitente. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 114; CLT, arts. 3º, 452-A e 477, § 8º. Jurisprudência relevante citada: TST, RR 1000123-89.2017.5.02.0038, Rel. Min. Breno Medeiros, 5ª Turma, j. 05.02.2020, DEJT 07.02.2020.

Processo: 0001409-45.2024.5.07.0003 **Julg.: 31/10/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PLANO DE SAÚDE. E. B. C. E. T.. APOSENTADORIA. COBRANÇA DE MENSALIDADES E DE COPARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS DA ATIVA E APOSENTADOS. ALTERAÇÃO DO CUSTEIO POR SENTENÇA NORMATIVA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA NO JULGAMENTO DO TEMA Nº 83 DA TABELA DE REPETITIVOS DO TST. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME .1. Trata-se de recurso ordinário interposto pela reclamante contra sentença prolatada pelo juízo *a quo* que julgou improcedente seu pedido de manutenção das condições originais do plano de saúde "Postal Saúde", que lhe garantia isenção de mensalidades à época de sua aposentadoria. Em seu apelo, a recorrente requer a reforma da decisão, sustentando a tese de direito adquirido à manutenção da condição mais benéfica, que teria sido violado por alteração contratual lesiva. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO . 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a alteração nas regras de custeio do plano de saúde dos Correios, que passou a prever a cobrança de mensalidade para empregados aposentados, viola direito adquirido e o princípio da inalterabilidade contratual lesiva, quando tal modificação decorre de sentença normativa proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho em sede de dissídio coletivo. III. RAZÕES DE DECIDIR . 3. A modificação nas regras de custeio do plano não foi um ato de vontade unilateral da empregadora, mas sim o resultado de uma decisão judicial com poder normativo, proferida pela Seção de Dissídios Coletivos do TST no julgamento do processo TST-DCG n° 1000295-05.2017.5.00.0000. O entendimento pacificado no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho é firme no sentido de que não há direito adquirido à manutenção de um regime de custeio quando este é alterado por sentença normativa. A decisão judicial coletiva

prevalece sobre as condições anteriormente pactuadas, sem que isso configure violação ao ato jurídico perfeito ou à inalterabilidade contratual lesiva. Importante destacar, nesse contexto, que o Tribunal Pleno do TST ao julgar o processo RRAg - 0100797-89.2021.5.01.0035 correspondente ao Tema 83 da Tabela de Recursos de Revista Repetitivos fixou a seguinte tese vinculante de observância obrigatória: "a cobrança de mensalidades ou de coparticipação dos empregados ativos e aposentados da ECT, para fins de manutenção e custeio do plano de saúde "Correios Saúde", não configura alteração contratual lesiva, tampouco viola direito adquirido, nos termos do decidido no Dissídio Coletivo Revisional nº 1000295-05.2017.5.00.0000." Portanto, a sentença impugnada, ao julgar improcedentes os pedidos, alinhou-se perfeitamente à jurisprudência consolidada, estando em sintonia com a tese vinculante firmada pelo TST (tema 83), não havendo qualquer reparo a ser feito. IV. DISPOSITIVO E TESE . 4. Recurso ordinário não provido. Tese de julgamento:"1. A alteração das regras de custeio de plano de saúde de empregados e aposentados, quando decorrente de sentença normativa proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho em dissídio coletivo, não configura alteração contratual lesiva unilateral vedada pelo art. 468 da CLT."

Processo: 0000279-47.2025.5.07.0015 **Julg.: 26/11/2025**
Rel. Desemb.: Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PANDEMIA COVID-19. ENQUADRAMENTO SINDICAL. CORRESPONDENTE BANCÁRIO. HORAS EXTRAS. CARGO DE CONFIANÇA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos pela reclamante e pelas reclamadas contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos. A reclamante busca a reforma da decisão quanto ao marco prescricional, enquadramento sindical como bancária/financiária, reflexos e adicional de horas extras, repercussão do repouso semanal remunerado (RSR) majorado, diferenças de remuneração variável, majoração dos honorários de sucumbência e adequação da base de cálculo do FGTS e dos juros de mora. As reclamadas, por sua vez, recorrem para afastar a condenação em horas extras, com base na tese do cargo de confiança, e para condenar a autora em honorários de sucumbência recíproca. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 7 questões em discussão: (i) definir se a Lei nº 14.010/2020, que suspendeu prazos prescricionais durante a pandemia de

COVID-19, se aplica às relações de trabalho e qual o período de suspensão a ser considerado; (ii) estabelecer se a empregada que atua em empresa correspondente bancária, realizando venda de produtos financeiros, deve ser enquadrada como bancária ou financiária, fazendo jus à jornada e aos benefícios da categoria; (iii) analisar se a função de "supervisora" exercida pela reclamante se enquadra na exceção do art. 62, II, da CLT (cargo de confiança), afastando o direito a horas extras; (iv) determinar a correta apuração das horas extras, incluindo o adicional aplicável (legal ou convencional), a incidência de seus reflexos sobre as verbas rescisórias e a repercussão do repouso semanal remunerado majorado; (v) aferir o direito a diferenças de remuneração variável, considerando o ônus da prova da reclamante quanto aos descontos indevidos alegados; (vi) fixar o percentual dos honorários de sucumbência devidos pelas reclamadas e a possibilidade de condenação da reclamante, beneficiária da justiça gratuita, na parte em que foi sucumbente; (vii) definir a base de cálculo do FGTS e dos juros de mora na fase de liquidação. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A Lei nº 14.010/2020, que suspendeu os prazos prescricionais de 10 de junho de 2020 a 30 de outubro de 2020, aplica-se às relações de trabalho, por se tratarem de relações de direito privado e pela finalidade da norma de resguardar o direito de ação durante a calamidade pública. 4. O enquadramento sindical do empregado define-se pela atividade preponderante do empregador, nos termos dos arts. 511 e 577 da CLT.5. Empregado de empresa correspondente bancária não se equipara a bancário ou financiário, pois suas atividades de intermediação não se confundem com as operações privativas de instituições financeiras, conforme jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho. 6. A caracterização do cargo de confiança previsto no art. 62, II, da CLT exige a comprovação cumulativa de elevados poderes de mando e gestão e de padrão remuneratório diferenciado, com gratificação não inferior a 40% do salário do cargo efetivo, ônus do qual o empregador não se desincumbiu. 7. As horas extras pagas com habitualidade possuem natureza salarial (art. 457, § 1º, da CLT) e, por isso, integram a remuneração para o cálculo das verbas rescisórias, apurando-se pela média duodecimal. 8. Havendo previsão em norma coletiva (FETRACE) de adicional de horas extras superior ao mínimo constitucional, aplica-se a condição mais favorável ao trabalhador, em respeito ao art. 7º, XXVI, da Constituição Federal. 9. A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras, somente repercute no cálculo das demais parcelas para o trabalho prestado a partir de 20 de março de 2023, em observância à modulação de efeitos fixada pelo TST no julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024.10. Compete à autora o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito (art. 818, I, da CLT), de modo que a ausência de demonstração mínima de diferenças de comissões ou descontos indevidos leva à improcedência do pedido.11. Os honorários de sucumbência devem ser fixados entre 5% e 15%, observando-se os

critérios do art. 791-A, § 2º, da CLT, como o zelo profissional, a natureza da causa e o trabalho realizado, justificando-se a majoração do percentual quando o valor arbitrado se mostra aviltante.12. A sucumbência recíproca impõe a condenação de ambas as partes ao pagamento de honorários, e a condição de beneficiário da justiça gratuita não isenta a reclamante da condenação, apenas suspende a exigibilidade do crédito, conforme tese do STF na ADI 5766 e previsão do art. 791-A, § 4º, da CLT.13. O FGTS, por ser matéria de ordem pública, incide sobre a totalidade da remuneração, o que abrange não apenas as parcelas principais deferidas, mas também seus respectivos reflexos salariais.14. Os juros de mora incidem sobre o valor bruto da condenação, antes de quaisquer deduções fiscais ou previdenciárias, conforme entendimento consolidado na Súmula nº 200 do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE 15. Recursos conhecidos e parcialmente providos.Tese de julgamento: 1. A suspensão dos prazos prescricionais prevista na Lei nº 14.010/2020 é aplicável aos créditos trabalhistas, compreendendo o período entre a entrada em vigor da lei (10.06.2020) e 30.10.2020. 2. O enquadramento sindical de empregado de correspondente bancário não se equipara ao de bancário ou financiário, pois é definido pela atividade preponderante do empregador, que não é instituição financeira. 3. A configuração do cargo de confiança do art. 62, II, da CLT exige prova cumulativa de amplos poderes de gestão e de remuneração superior em, no mínimo, 40%, cujo ônus é do empregador. 4. As horas extras habituais integram a remuneração para o cálculo de todas as verbas rescisórias, sendo o adicional convencional mais benéfico aplicável em detrimento do mínimo legaL. 5. A repercussão do repouso semanal remunerado majorado pelas horas extras nas demais verbas salariais aplica-se apenas ao labor prestado a partir de 20.03.2023, conforme tese vinculante do TST. 6. O beneficiário da justiça gratuita, quando sucumbente em parte dos pedidos, deve ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios, ficando a exigibilidade da verba suspensa na forma da lei.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XVI e XXVI; CLT, arts. 9º, 62, II, 457, § 1º, 511, 577, 791-A, § § 2º, 3º e 4º, e 818, I; CPC, art. 373, I; Lei nº 14.010/2020, art. 3º; Lei nº 8.036/90, art. 15; Súmulas do TST nº 55, 63, 200 e 376, II; OJ nº 394 da SDI-1 do TST (cancelada). Jurisprudência relevante citada: STF, ADI 5766; TST, IRR-10169-57.2013.5.05.0024 (Tema 9); TST, RRAg-11663-37.2017.5.15.0153, 8ª Turma; TST, RR-100626-61.2018.5.01.0028, 5ª Turma.

Processo: 0000396-65.2025.5.07.0006 **Julg.: 07/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PROMOÇÃO VERTICAL DE TÉCNICO DE CORREIOS SÊNIOR

PARA ESPECIALISTA EM CORREIOS. AUSÊNCIA DE REQUISITOS. IMPROCEDÊNCIA.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela reclamante em face da sentença que julgou improcedentes os pedidos de promoção vertical, diferenças salariais e seus reflexos.Em contrarrazões, a reclamada impugnou o deferimento dos benefícios da justiça gratuita à autora e requereu que seja negado provimento ao apelo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) verificar se a reclamante faz jus aos benefícios da justiça gratuita; (ii) definir se a reclamante tem direito à promoção vertical para o nível de especialista, mesmo sem cumprir os requisitos do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Rejeita-se a impugnação ao deferimento dos benefícios da justiça gratuita à reclamante, pois a declaração de hipossuficiência econômica, em conjunto com a ausência de prova em contrário da reclamada, é suficiente para comprovar a impossibilidade de arcar com as despesas processuais. 4. A promoção vertical para o cargo de especialista exige o cumprimento dos requisitos do PCCS/2008, incluindo a conclusão da matriz de desenvolvimento. 5. A omissão da empresa em disponibilizar os cursos e realizar o recrutamento interno não autoriza a concessão da promoção vertical, pois não houve o preenchimento das condições necessárias para a mudança de estágio de desenvolvimento. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido. Tese de julgamento:A promoção vertical exige o cumprimento dos requisitos do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).A ausência de recrutamento interno e de cursos por parte da empresa não autoriza a concessão da promoção vertical, caso não preenchidos os requisitos necessários.A omissão da empresa não atrai a aplicação do artigo 129 do Código Civil e, por consequência, não autoriza a concessão de promoções verticais.Dispositivos relevantes citados: CC, art. 129. Jurisprudência relevante citada: TST, RR nº 0000065-31.2021.5.17.0011; TRT da 7ª Região, ROT nº 0001053-81.2023.5.07.0004.

Processo: 0000192-03.2025.5.07.0012 **Julg.: 15/10/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. CONTRATO DE EMPREITADA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto por José Irani Alves contra sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados

em reclamação trabalhista proposta em face de José Edmilson Moura. O recorrente pleiteia o reconhecimento de vínculo empregatício com o recorrido, sustentando a presença dos elementos caracterizadores da relação de emprego (habitualidade, subordinação e onerosidade), além de violação a direitos constitucionais e infraconstitucionais decorrentes do não reconhecimento da relação de emprego. Requer, ainda, a concessão de justiça gratuita, a produção de prova testemunhal e a reforma da responsabilidade pelas custas processuais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: (i) definir se há nos autos elementos suficientes para o reconhecimento do vínculo empregatício entre as partes, à luz dos critérios da CLT; e (ii) determinar se a sentença deixou de analisar adequadamente provas documentais ou se incorreu em violação a princípios processuais, constitucionais ou à imparcialidade do julgador. III. RAZÕES DE DECIDIR O vínculo empregatício exige a presença concomitante dos requisitos da pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação jurídica, nos termos da CLT. No caso, a prova documental apresentada não demonstrou, de forma inequívoca, a habitualidade da prestação dos serviços nem a subordinação jurídica. As conversas de aplicativo apresentadas (prints de WhatsApp), sem verificação de conteúdo, e os documentos médicos relativos a acidente não são suficientes para comprovar a existência de relação de emprego, especialmente diante da ausência de comprovantes de pagamento, registros formais ou outros elementos de prova material. A prestação de serviços pelo reclamante se deu de forma eventual e autônoma, em regime de empreitada, caracterizando a contratação por obra certa, na qual não há subordinação nem habitualidade. A contratação teve por objeto o resultado da obra e não a força de trabalho contínua e subordinada. A inexistência de pedido sucessivo para responsabilização do tomador dos serviços, em caso de não reconhecimento do vínculo, impede o exame da tese de responsabilidade civil ou indenização por acidente de trabalho. Além disso, não há prova da culpa do tomador, o que inviabiliza o reconhecimento da responsabilidade subjetiva. Não se verifica parcialidade do juízo, tampouco violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. A decisão fundamentou-se na insuficiência probatória para o reconhecimento da relação de emprego, respeitando os limites da causa de pedir. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido. Tese de julgamento:A ausência de habitualidade, subordinação jurídica e prova de onerosidade inviabiliza o reconhecimento do vínculo de emprego. A contratação por empreitada não configura relação de emprego, por não pressupor subordinação nem continuidade. A ausência de pedido sucessivo impede o exame de responsabilidade civil do tomador em caso de acidente de trabalho. A insuficiência de prova não caracteriza violação à imparcia-

lidade do juízo ou aos princípios constitucionais do processo.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, I; CLT, arts. 2º e 3º. Jurisprudência relevante citada: TST, RR 126939-2010-504-03-41, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, 2ª Turma, j. 25.11.2015, DEJT 04.12.2015.

Processo: 0001013-57.2024.5.07.0039 **Julg.: 24/11/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. VERBAS RESCISÓRIAS. HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNA. APELO IMPROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por duas reclamadas contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos do reclamante, reconhecendo o vínculo empregatício, deferindo verbas rescisórias, horas extras e intervalo intrajornada, e reconhecendo a responsabilidade solidária das reclamadas. As reclamadas alegaram cerceamento de defesa por ausência de seu patrono na audiência, irregularidade na aplicação da confissão ficta, divergência quanto à data de admissão e impugnação das verbas deferidas. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há quatro questões em discussão: (i) definir se houve cerceamento de defesa em razão da ausência do patrono na audiência de instrução; (ii) estabelecer se a aplicação da confissão ficta foi regular; (iii) determinar a data correta de admissão do reclamante; (iv) analisar a correção do deferimento das verbas rescisórias e trabalhistas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O pedido de reabertura da instrução foi intempestivo e protocolado por advogado sem poderes nos autos, tornando os atos processuais inexistentes, conforme art. 104, § 2º do CPC. A inércia das reclamadas em comparecer pessoalmente ou por preposto, e a intempestividade e ineficácia do atestado médico apresentado, afastam a alegação de cerceamento de defesa, em observância à boa-fé processual, celeridade e preclusão. 4. A aplicação da confissão ficta foi correta, nos termos do art. 844, § 5º da CLT, e Súmula 74, II, do TST, distinguindo-se revelia e confissão ficta, mantendo o contraditório e a validade dos atos anteriores, uma vez que a ausência injustificada na audiência de instrução gerou presunção de veracidade quanto à matéria fática. 5. O vínculo empregatício foi reconhecido com base na confissão ficta e na ausência de provas das reclamadas para comprovar a data de admissão alegada, conforme art. 818, II, da CLT. As provas foram suficientes para embasar o reconhecimento do vínculo com a primeira reclamada e a responsabilidade solidária da segunda reclamada, comprovada a formação de grupo econômico (art. 2º, § 2º da CLT) pela unidade

de gestão e defesa conjunta. 6. As verbas deferidas (aviso prévio indenizado, 13º salário proporcional, férias vencidas e proporcionais, terço constitucional, horas extras e intervalo intrajornada suprimido) correspondem aos fatos e à legislação trabalhista, com base na jornada confessada e Súmula 376, I, do TST (horas extras), e natureza indenizatória do intervalo suprimido (art. 71, § 4º, CLT), compensando valores comprovadamente pagos. O indeferimento da multa do art. 477 da CLT foi adequado pela ausência de atraso integral no pagamento das verbas rescisórias. A obrigação de fazer (anotação da CTPS digital, entrega de TRCT e guias rescisórias e regularização do FGTS), com multa diária por descumprimento, observou os princípios da efetividade e reparação integral. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso não provido.Tese de julgamento:A ausência injustificada do patrono na audiência, sem a demonstração de justo impedimento e sem a representação por preposto, não configura cerceamento de defesa, em observância aos princípios da boa-fé processual, celeridade processual e preclusão.A confissão ficta, decorrente da ausência injustificada das reclamadas na audiência de instrução, é aplicável, desde que respeitado o contraditório e a ampla defesa.A responsabilidade solidária entre empresas que compõem grupo econômico é reconhecida mediante a comprovação da unidade de gestão e organização.As verbas rescisórias e trabalhistas deferidas devem ser calculadas com base na legislação vigente e nos fatos apurados, considerando as provas produzidas, a jornada de trabalho e a eventual compensação de valores comprovadamente pagos.

Processo: 0000963-89.2023.5.07.0031 **Julg.: 21/07/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RECURSO DO EMPREGADO E RECURSO DO EMPREGADOR. JUSTA CAUSA. HORAS EXTRAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME Recursos ordinários interpostos pelo empregado e empregador contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos de horas extras e reflexos, indenização por intervalo intrajornada suprimido, honorários advocatícios, e improcedentes os demais pedidos. O empregado recorreu buscando o reconhecimento de período de trabalho clandestino, reversão da justa causa, pagamento de verbas rescisórias sem justa causa, e modificação da condenação em honorários advocatícios. O empregador recorreu contestando a condenação em horas extras e intervalo intrajornada, alegando que o empregado exercia atividade externa e estava

enquadrado na exceção do art. 62, III, da CLT (teletrabalho), questionando a fixação da jornada, a observância da 8ª hora diária ou 44ª semanal, a concessão da justiça gratuita ao empregado e a fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há diversas questões em discussão: (i) definir se o período anterior ao registro na CTPS configura período de trabalho clandestino; (ii) estabelecer se a justa causa aplicada ao empregado é válida; (iii) determinar se são devidas horas extras e intervalo intrajornada ao empregado que exercia atividade externa; (iv) definir o valor devido a título de horas extras, caso devidas; (v) analisar a validade da concessão da justiça gratuita ao empregado; (vi) definir o rateio dos honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR Não há provas suficientes para comprovar o período de trabalho clandestino alegado pelo empregado, sendo mantida a data de admissão constante na CTPS. A justa causa aplicada ao empregado é mantida, uma vez que restou comprovado o ato de improbidade consistente em fraude no cadastro de restaurantes para benefício próprio, mesmo que o empregado alegue ter agido sob orientação de seu coordenador, sem comprovação. Não são devidas horas extras e intervalo intrajornada, pois o empregado exercia atividade externa sem controle de jornada pela empregadora, conforme demonstram os depoimentos do empregado e de sua testemunha, configurando-se a hipótese do art. 62, III, da CLT. A atividade externa, com ampla liberdade de horários e metas autoimpostas, afasta a presunção de horas extras. A justiça gratuita concedida ao empregado é mantida, porquanto atende aos requisitos legais, considerando-se sua remuneração inferior a 40% do teto do RGPS. Considerando a improcedência dos pedidos principais do empregado, os honorários advocatícios são alterados, sendo excluída a condenação da reclamada e mantida, sob condição suspensiva, a condenação do reclamante, em 5% sobre o valor da causa. A limitação da condenação aos valores da petição inicial não se aplica, conforme jurisprudência do TST, pois os valores na inicial são meramente estimativos. IV. DISPOSITIVO E TESE Recursos parcialmente providos.Tese de julgamento:A ausência de prova robusta afasta o reconhecimento de período de trabalho clandestino anterior à data anotada na CTPS. Ato de improbidade consistente em fraude no cadastro de restaurantes, com benefício próprio, configura justa causa para rescisão contratual, mesmo com alegação de orientação de superior hierárquico sem comprovação. Atividade externa, com ampla liberdade de horários e metas autoimpostas, sem controle efetivo de jornada pela empregadora, afasta o direito a horas extras e intervalo intrajornada, nos termos do art. 62, III, da CLT. A concessão de justiça gratuita é mantida em razão da comprovação de hipossuficiência econômica. A condenação em honorários advocatícios é modificada, excluindo-se a condenação da reclamada e mantendo-se a

do reclamante, no mesmo percentual.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 477, 482, 62, 790, 791-A, § 4º, 818, 840; CF/88, art. 7º, XIII; CPC, arts. 141, 373, 492. Jurisprudência relevante citada: Súmula 338 e Súmula 463 do TST; Jurisprudência do TST sobre limitação da condenação aos valores da petição inicial.

Processo: 0000425-95.2023.5.07.0003 **Julg.: 07/11/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. REVERSÃO DA JUSTA CAUSA. PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA. DANO MORAL. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. NÃO PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela reclamada em face de sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos da reclamação trabalhista, revertendo a justa causa, condenando ao pagamento de verbas rescisórias, intervalo intrajornada suprimido, indenização por danos morais, multa do art. 477, § 8º, da CLT e honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 4 questões em discussão: (i) definir se a dispensa por justa causa foi aplicada corretamente; (ii) estabelecer qual o adicional aplicável sobre o intervalo intrajornada suprimido; (iii) determinar se a indenização por danos morais é cabível; (iv) definir se a multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT é devida. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Alegando o empregador a existência de justo motivo para a ruptura do contrato de trabalho, recai sobre ele o ônus de comprovar, de forma clara e consistente, a efetiva ocorrência da falta grave atribuída ao empregado. No CASO EM EXAME , a empresa reclamada não logrou êxito em demonstrar a prática de ato de improbidade pela reclamante, razão pela qual mostra-se acertada a sentença que reverteu a dispensa por justa causa. 4. O adicional de 70% sobre o intervalo intrajornada suprimido está previsto em norma coletiva, sendo aplicável ao caso. 5. A imputação de ato de improbidade à empregada, posteriormente revertida, configura dano moral in re ipsa, dispensando a comprovação do abalo moral, com base no precedente vinculante nº 62 do TST. 6. A multa do art. 477, § 8º, da CLT é devida em caso de reversão da justa causa em juízo, conforme o Tema nº 71 do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Teses de julgamento:A dispensa por justa causa, por ser a penalidade máxima, exige prova robusta da falta grave imputada à empregada, o que não ocorreu, no caso.O adicional de 70% sobre o intervalo intrajornada suprimido, previsto

em norma coletiva, prevalece sobre o adicional legal.A imputação de ato de improbidade à empregada, posteriormente revertida, configura dano moral in re ipsa.A multa do art. 477, § 8º, da CLT é devida em caso de reversão da justa causa em juízo.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 477, § 8º, e 482. CPC, art. 373, II. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 77; TST, Precedentes Vinculantes nº 62 e 71.

Processo: 0001002-70.2023.5.07.0004 **Julg.: 08/10/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. SALÁRIO-FAMÍLIA. DESCONTOS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DANO MORAL. MULTAS. HONORÁRIOS

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto por Reclamante em face da sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos, reconhecendo vínculo empregatício e outras verbas. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. As questões em discussão são: (i) salário-família; (ii) descontos por atestados médicos; (iii) empréstimos consignados; (iv) danos morais; (v) multas dos arts. 477 e 467 da CLT; (vi) juros e correção monetária; (vii) honorários advocatícios; (viii) base de cálculo do FGTS. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O pedido de salário-família foi corretamente indeferido. 4. Os descontos por atestados médicos foram analisados corretamente. 5. A análise sobre os empréstimos consignados foi mantida. 6. O pedido de dano moral foi indeferido. 7. A multa do art. 477, § 8º, da CLT foi indeferida. 8. A multa do art. 467 da CLT foi indeferida. 9. Os critérios para juros e correção monetária foram mantidos.10. Os honorários advocatícios foram majorados. IV. DISPOSITIVO E TESE 11. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. A aplicação da multa do art. 477, § 8º, da CLT não é cabível quando a reclamada pagou as verbas rescisórias que entendia devidas no prazo legal. 2. Os honorários advocatícios de sucumbência devem ser fixados em 15% sobre o valor da condenação.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 791-A, 477, § 8º; Lei nº 8.213/1991, art. 67, Súmula 63 do TST.

Processo: 0001005-42.2025.5.07.0008 **Julg.: 07/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE. MUNICÍPIO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. AFASTAMENTO. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pelo Município de Acopiara contra sentença que, ao reconhecer o vínculo de emprego entre a reclamante e a cooperativa contratada, atribuiu ao ente público responsabilidade subsidiária pelo pagamento das verbas trabalhistas deferidas. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se o Município de Acopiara é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda; (ii) estabelecer se é devida a responsabilidade subsidiária do ente público pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas da cooperativa contratada. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A legitimidade passiva decorre da possibilidade de o patrimônio do Município ser atingido em razão da eventual responsabilização subsidiária, não se confundindo com a relação de emprego direta. 4. O Supremo Tribunal Federal, no RE 1298647 (Tema 1118 da repercussão geral), fixa que a responsabilidade subsidiária da Administração Pública não decorre automaticamente da mera inadimplência da contratada, sendo indispensável prova da conduta negligente do ente público ou de nexo causal entre sua omissão e o dano. 5. Não havendo demonstração de inércia do Município diante de notificação formal de descumprimento das obrigações trabalhistas, tampouco prova inequívoca de comportamento culposo, inexiste fundamento para responsabilizá-lo subsidiariamente. 6. A simples inadimplência da cooperativa prestadora não configura culpa presumida da Administração, sendo insuficiente para ensejar a condenação. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. O Município possui legitimidade passiva quando demandado em ação trabalhista que discute eventual responsabilidade subsidiária. 2. A responsabilização subsidiária do ente público não decorre automaticamente da inadimplência da contratada, exigindo prova de conduta negligente da Administração ou nexo causal direto com o dano. 3. A ausência de prova de culpa *in vigilando* ou in eligendo do Município afasta sua responsabilização subsidiária pelas verbas trabalhistas inadimplidas pela cooperativa contratada.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 37, *caput*; CLT, art. 477; Lei nº 8.666/1993, art. 71, § 1º; Lei nº 6.019/1974, arts. 4º-B e 5º-A, § 3º; Lei nº 14.133/2021, arts. 9º, I, e 121, § 3º. Jurisprudência relevante citada: STF, RE 1298647 (Tema 1118 da repercussão geral), Plenário, j. 13.02.2025; STF, ADC 16, Rel. Min. Cezar Peluso, Plenário, j. 24.11.2010; TST, Súmula 331, V; TRT 7ª Região, RO 0002161-45.2024.5.07.0026, Rel. Des. Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, 1ª Turma, j. 12.08.2025; TRT 7ª Região, RO 0002160-60.2024.5.07.0026, Rel. Des. Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, 1ª Turma, j. 12.08.2025.

Processo: 0002366-74.2024.5.07.0026 **Julg.: 16/10/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. VÍNCULO EMPREGATÍCIO DIRETO COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. ENQUADRAMENTO COMO BANCÁRIO OU FINANCIÁRIO. INOCORRÊNCIA. HORAS EXTRAS E INTERVALO INTRAJORNADA. TRABALHO EXTERNO INCOMPATÍVEL COM CONTROLE DE JORNADA. JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO DO RECLAMANTE DESPROVIDO. RECURSO DAS RECLAMADAS PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos por FRANCISCO JARDEL SOUSA SALES e pelas reclamadas NET+PHONE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., PAGSEGURO *INTERNET* S.A., PAGBANK PARTICIPAÇÕES LTDA. e BANCO SEGURO S.A. contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando solidariamente ao pagamento de horas extras e reflexos, bem como horas suprimidas do intervalo intrajornada mínimo de 1h. O reclamante busca o reconhecimento do vínculo direto com PagSeguro/PagBank e Banco Seguro, o enquadramento como bancário ou financiário, a redução da jornada, diferenças salariais e benefícios das respectivas convenções coletivas, além da majoração dos honorários advocatícios. As reclamadas insurgem-se contra a condenação em horas extras e intervalo intrajornada, contra a concessão da justiça gratuita e contra a fixação de honorários advocatícios, além de questionarem critérios de correção monetária e recolhimentos previdenciários. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há quatro questões em discussão: (i) definir se há vínculo de emprego direto entre o reclamante e as empresas PagSeguro/PagBank e Banco Seguro; (ii) estabelecer se o enquadramento sindical deve ser como bancário ou financiário, com consequentes direitos normativos; (iii) determinar a validade da condenação em horas extras e horas suprimidas do intervalo intrajornada diante da alegação de atividade externa sem controle de jornada; (iv) verificar a pertinência da concessão da justiça gratuita e a fixação de honorários advocatícios de sucumbência. III. RAZÕES DE DECIDIR O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324 e o RE 958.252 (tema de repercussão geral), fixou a tese de que é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando vínculo de emprego com a tomadora de serviços. Assim, não cabe reconhecer vínculo direto entre o reclamante e PagSeguro/PagBank ou Banco Seguro. Não comprovada a execução de atividades típicas de bancário ou financiário, mas sim de comercialização de maquininhas e produtos vinculados à empregadora NET+PHONE, afasta-se o enquadramento sindical pretendido e, por consequência, os pedidos de diferenças salariais, benefícios convencionais e jornada reduzida (Súmula 55 do TST). O trabalho externo do reclamante enquadra-se no art. 62, I, da CLT, pois

não se demonstrou efetivo controle de jornada. O uso do sistema "Força de Vendas", de geolocalização e de reuniões ocasionais não configura meio de fiscalização da duração do trabalho. Inexistente controle, não há horas extras nem supressão de intervalo a serem pagas. A declaração de hipossuficiência autoriza a concessão da justiça gratuita, conforme Súmula 463 do TST e art. 790, § 4º, da CLT, mesmo após a reforma trabalhista, de modo que se mantém o benefício. Quanto aos honorários advocatícios, aplica-se a decisão do STF na ADI 5766, que não exclui a condenação do reclamante, mas apenas impede a compensação com créditos de outros processos. Assim, cabe condenação em honorários de sucumbência, sob condição suspensiva de exigibilidade. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso do reclamante desprovido. Recurso das reclamadas parcialmente provido, para excluir da condenação as horas extras e reflexos, bem como as horas suprimidas do intervalo intrajornada, e para condenar o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, sob condição suspensiva de exigibilidade, na forma do § 4º, do art. 791-A, da CLT.Tese de julgamento:É lícita a terceirização inclusive em atividade-fim, não havendo vínculo direto com a tomadora de serviços (STF, ADPF 324 e RE 958.252). O enquadramento como bancário ou financiário exige a comprovação do exercício de atividades típicas dessas categorias, o que não se verifica quando as funções se restringem à venda de produtos financeiros vinculados a maquininhas. O regime do art. 62, I, da CLT aplica-se quando o trabalho externo é incompatível com o controle de jornada, não sendo aptos os sistemas de vendas ou geolocalização a configurar fiscalização de horário. A declaração de hipossuficiência autoriza a concessão da justiça gratuita, conforme Súmula 463 do TST. Os honorários advocatícios de sucumbência podem ser fixados contra beneficiário da justiça gratuita, com suspensão de exigibilidade, conforme entendimento do STF na ADI 5766.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, XXXV e LV; CLT, arts. 62, I, 790, § § 3º e 4º, 818, § 4º, do art. 791-A, da CLT; CPC/2015, art. 373; Lei nº 8.212/1993, art. 31. Jurisprudência relevante citada: STF, ADPF nº 324, Rel. Min. Roberto Barroso, Plenário, j. 30.08.2018; STF, RE nº 958.252, Rel. Min. Luiz Fux, Plenário, j. 30.08.2018; STF, Tema de Repercussão Geral nº 383, j. 22.09.2020; STF, ADI nº 5766, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, Plenário, j. 20.10.2021; TST, Súmulas nº 55, 129 e 463.

Processo: 0000544-16.2024.5.07.0005 **Julg.: 01/12/2025**
Rel. Desemb.: Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INÉPCIA DO PEDIDO DE FÉRIAS. ADICIONAL NOTURNO E COMPENSAÇÃO. MODALIDADE RESCISÓRIA. HORAS EXTRAS. SALÁRIO PRO-

PORCIONAL AO MÍNIMO LEGAL. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. RECURSO DA RECLAMADA IMPROVIDO. RECURSO DO RECLAMANTE PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela reclamada contra sentença que reconheceu vínculo empregatício, deferiu férias, adicional noturno e horas extras, e pelo reclamante quanto à modalidade rescisória, horas extras, salário proporcional ao mínimo legal e pagamento do descanso semanal remunerado. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há seis questões em discussão:(i) definir se há vínculo de emprego entre as partes;(ii) verificar se o pedido de férias é inepto;(iii) analisar se é possível compensar valores pagos a título de adicional noturno;(iv) determinar a modalidade rescisória aplicável;(v) examinar a existência de horas extras e o parâmetro remuneratório a ser utilizado;(vi) estabelecer se é devido o pagamento do descanso semanal remunerado. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O vínculo empregatício se configura porque a prova oral e documental comprova os requisitos do art. 3º da CLT - pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação -, sendo irrelevante a alegada autonomia do reclamante. 4. O pedido de férias não é inepto, pois a petição inicial descreve de forma clara a causa de pedir e o pedido, garantindo ampla defesa, sendo a ausência de fruição questão de mérito. 5. A compensação de adicional noturno é incabível porque a reclamada não comprovou pagamento discriminado dessa verba, sendo vedado o pagamento complessivo, nos termos da Súmula 91 do TST. 6. A modalidade rescisória correta é o pedido de demissão, comprovado por testemunha da empresa, afastando a tese de confissão do autor. 7. O reclamante laborava em jornadas de 12 a 14,28 horas, três dias por semana, extrapolando a oitava diária, sendo devidas horas extras com reflexos, ainda que respeitado o limite de 44 horas semanais, não havendo acordo de compensação. 8. O salário proporcional ao mínimo legal é devido, conforme a OJ nº 358 da SDI-I do TST, pois o contrato foi firmado para jornada reduzida. 9. O descanso semanal remunerado é devido, já que o autor recebia por diárias, sem que o valor englobasse a parcela, devendo ser pago o equivalente a um dia de trabalho por semana, com reflexos. IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Recurso da reclamada improvido. Recurso do reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. O reconhecimento do vínculo empregatício exige a presença concomitante de pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação, nos termos do art. 3º da CLT. 2. O pedido de férias não é inepto quando expõe causa de pedir e pedido de forma clara e objetiva. 3. A compensação de adicional noturno exige prova específica e discriminada, sendo vedado o pagamento complessivo. 4. A modalidade rescisória se define pelo pedido de demissão, quando comprovada a iniciativa do empregado em se desligar.5. São devidas horas extras quando ultrapassada a oitava diária, ainda que não superada a jornada semanal de 44 horas. 6. É lícito o pagamento de salário proporcional ao tempo trabalhado quando a jornada

for inferior à prevista constitucionalmente. 7. O descanso semanal remunerado não se presume incluído na diária paga ao trabalhador, sendo devido quando não demonstrado o adimplemento específico. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XIII; CLT, arts. 3º, 73, § § 1º e 2º; CPC, art. 389; Lei 605/1949, arts. 7º, "b", e § 2º. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 91; TST, OJ nº 358, SDI-I; TST, IRR nº TEMA 2 (RR repetitivo).

Processo: 0000537-31.2024.5.07.0035 **Julg.: 30/09/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NULIDADE SENTENCIAL. APLICABILIDADE DE CCT. DANOS MORAIS. HORAS EXTRAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVIMENTO PARCIAL

I. CASO EM EXAME: 1. Recursos Ordinários interpostos por ambas as partes em face da sentença que reconheceu o vínculo de emprego, determinou o pagamento de diversas verbas trabalhistas e condenou a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. Há diversas questões em discussão: (i) definir se a sentença é nula por ter reconhecido o vínculo empregatício com base em prova oral emprestada; (ii) verificar se a condenação na multa do art. 477 da CLT é cabível; (iii) analisar a aplicabilidade das Convenções Coletivas de Trabalho da Construção Civil ao contrato do reclamante; (iv) verificar a aplicabilidade da penalidade do art. 467 da CLT; (v) analisar o indeferimento dos valores referentes ao café da manhã e almoço no período da CCT 2021/2022; (vi) analisar o indeferimento dos direitos decorrentes da CCT 2020/2021; (vii) analisar o pleito de horas extraordinárias; (viii) verificar a possibilidade de elevação do montante arbitrado a título de danos morais; e (ix) analisar a possibilidade de majoração do percentual dos honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR :3. A alegação de nulidade da sentença é rejeitada, pois o reconhecimento do vínculo empregatício não se baseou em prova oral emprestada, mas na confissão da reclamada, que admitiu a prestação de serviços e a remuneração do reclamante. 4. A condenação na multa do art. 477, § 8º, da CLT é mantida, tendo em vista a ausência de comprovação de que o empregado tenha dado causa à mora no pagamento das verbas rescisórias. 5. A aplicabilidade das Convenções Coletivas de Trabalho da Construção Civil ao contrato do reclamante é mantida, pois a atividade da reclamada se enquadra no setor da construção civil, e a função de calceteiro está incluída no rol dos trabalhadores abrangidos. 6. O pedido de aplicação da penalidade do art. 467 da CLT é indeferido, em consonância

com a jurisprudência do TST. 7. O recurso do reclamante é provido, determinando o pagamento de valores substitutivos de almoço e café da manhã, fixando-se o valor em cálculo de proporcionalidade com as CCTs subsequentes. 8. A pretensão relativa às vantagens decorrentes da CCT 2020/2021 é julgada improcedente, diante da ausência de juntada da norma coletiva no momento oportuno. 9. O pedido de horas extras é indeferido, pois a prova testemunhal foi dissonante quanto à jornada de trabalho.10. O valor da indenização por danos morais é mantido, porque adequado, proporcional e em sintonia com julgamentos anteriores desta Turma envolvendo situação semelhante.11. O recurso do reclamante é provido para majorar os honorários advocatícios para 15% sobre o valor da condenação. IV. DISPOSITIVO E TESE :12. Recurso da reclamada não provido. Recurso do reclamante parcialmente provido.Teses de julgamento: 1. Descabe falar em nulidade da sentença por uso de prova oral emprestada, alegadamente produzida sem anuência da parte contrária, quando o reconhecimento do vínculo empregatício não se baseou nessa evidência, mas, sim, na confissão da reclamada. 2. A multa do art. 477, § 8º, da CLT é devida quando não comprovada a culpa do empregado pela mora no pagamento das verbas rescisórias. 3. As Convenções Coletivas de Trabalho da Construção Civil são aplicáveis ao contrato do reclamante, quando a atividade da reclamada se enquadra nesse setor, e a função por ele exercida está prevista nas normas coletivas. 4. A multa do art. 467 da CLT não é devida no caso de reconhecimento em juízo de vínculo de emprego, quando impugnada em defesa a natureza da relação jurídica. 5. O empregado tem direito ao pagamento de valores substitutivos de refeições, com base em cálculo de proporcionalidade, quando o benefício não for concedido no período da CCT. 6. A produção de prova documental em momento processual inadequado impede seu conhecimento. 7. A presunção de veracidade da jornada, decorrente da ausência de controles de ponto, pode ser elidida por prova em contrário. 8. A manutenção da indenização por danos morais arbitrada na origem atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. 9. O percentual de honorários advocatícios sucumbenciais deve ser majorado, considerando-se o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 467 e 477, § 8º. CF/1988, art. 5º, V e X. CPC, arts. 434 e 435. Jurisprudência relevante citada: Súmulas 338 e 462 do TST; Temas 120 e 168 da Tabela de Precedentes Vinculantes do TST.

Processo: 0000602-20.2024.5.07.0037 **Julg.: 20/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍN-

CULO DE EMPREGO. CONTRATAÇÃO POR INTERMÉDIO DE TERCEIRO. SIMULAÇÃO FRAUDULENTA. REQUISITOS DO ART. 3º DA CLT PRESENTES. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela Reclamada contra sentença que reconheceu vínculo de emprego direto entre as partes e a condenou ao pagamento das verbas trabalhistas decorrentes. Alega que o Reclamante seria empregado de contador com quem mantinha contrato de prestação de serviços, negando a existência de poder diretivo. O Reclamante, em contrarrazões, defende a manutenção da decisão, sustentando que a intermediação foi simulada e invocando o princípio da primazia da realidade. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a contratação do Reclamante por intermédio do contador caracteriza vínculo de emprego direto com a Reclamada ou terceirização lícita; (ii) estabelecer se os requisitos do art. 3º da CLT estão presentes para reconhecimento do vínculo empregatício. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A ausência de anotação contemporânea em CTPS e a prova documental demonstram que o vínculo alegado com o contador não corresponde ao período discutido, afastando a tese de que o Reclamante era seu empregado. 4. A prova produzida, notadamente folha de ponto e cartões de benefícios emitidos pela Reclamada, evidencia prestação pessoal e contínua de serviços em favor da COAPH. 5. O preposto da Reclamada, ao não saber informar frequência de trabalho, incorre em confissão ficta, reforçando a tese da não eventualidade. 6. O Reclamante recebia ordens e era fiscalizado por representante da Reclamada, o que caracteriza subordinação direta. 7. O pagamento intermediado pelo contador não descaracteriza a onerosidade, constituindo mero artifício para mascarar a relação de emprego. 8. A Reclamada não se desincumbiu do ônus probatório de demonstrar autonomia na prestação dos serviços ou a possibilidade de substituição pelo Reclamante. 9. Estando presentes pessoalidade, subordinação, não eventualidade e onerosidade, configuram-se os elementos do art. 3º da CLT, impondo-se o reconhecimento do vínculo empregatício direto.10. Não se aplica a licitude da terceirização firmada pelo STF, pois não se trata de hipótese de prestação de serviços entre empresas, mas de simulação para fraudar direitos trabalhistas. IV. DISPOSITIVO E TESE 11. Recurso desprovido.Tese de julgamento: 1. O vínculo de emprego se caracteriza quando presentes os requisitos do art. 3º da CLT, independentemente da forma contratual utilizada. 2. O pagamento por intermédio de terceiro não descaracteriza a onerosidade, quando evidenciada a prestação de serviços em favor da empresa tomadora. 3. A licitude da terceirização não se aplica a hipóteses de simulação de contrato para fraudar a legislação trabalhista. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 1º, IV, e 170, VIII; CLT, arts. 2º, *caput*, 3º, *caput*, 9º e 442, § 1º; CLT, art. 861; Súmula nº 12 do TST.

Processo: 0000002-40.2025.5.07.0012 **Julg.: 30/09/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO DE EMPREGO DOMÉSTICO. CUIDADORA DE IDOSOS. RESPONSABILIDADE DE FILHO NÃO COABITANTE. AUXÍLIO FINANCEIRO. SUBORDINAÇÃO JURÍDICA NÃO CONFIGURADA. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela reclamante contra sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego como cuidadora de idosos, diretamente com o filho da real beneficiária dos serviços, que reside em outra unidade da federação. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o filho não coabitante, que presta auxílio financeiro à mãe idosa realizando o pagamento do salário da cuidadora, pode ser considerado empregador doméstico para fins de reconhecimento de vínculo de emprego. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A configuração da relação de emprego doméstico exige a presença cumulativa dos requisitos do art. 1º da LC n. 150/2015, sendo a subordinação jurídica elemento central. 4. O auxílio financeiro prestado por filho à genitora, consistente no pagamento de despesas como a remuneração de cuidadora, não caracteriza, por si só, a condição de empregador, inserindo-se no contexto de mútua assistência familiar.5. A ausência de prova de que o filho, residente em outra localidade, dava ordens diretas, controlava a jornada ou fiscalizava as atividades da trabalhadora afasta o pressuposto da subordinação. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. O pagamento da remuneração da cuidadora de idosos, realizado por filho que não reside no mesmo domicílio da beneficiária dos serviços, configura mero auxílio financeiro e não estabelece, isoladamente, a condição de empregador doméstico. 2. Inexistindo prova de subordinação jurídica, não se reconhece o vínculo de emprego entre a cuidadora e o filho não coabitante da pessoa idosa assistida.Dispositivos relevantes citados:Lei Complementar n. 150/2015, art. 1º.Jurisprudência relevante citada: Precedente do STF sobre a fundamentação "*per relationem*".

Processo: 0000004-10.2025.5.07.0012 **Julg.: 28/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO DO TRABALHO. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. VÍNCULO. SUBORDINAÇÃO. PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto em face da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo empre-

gatício. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há uma QUESTÃO EM DISCUSSÃO : definir o vínculo empregatício, com base na subordinação operacional demonstrada por mensagens de aplicativo. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O recurso é conhecido, pois preenchidos os pressupostos objetivos e subjetivos. 4. A preliminar de sobrestamento é rejeitada, em razão das particularidades do caso em relação ao Tema 1389 da Repercussão Geral do STF. 5. A sentença que afastou o vínculo empregatício é reformada, pois a reclamada não se desincumbiu do ônus de comprovar a natureza autônoma da relação. 6. As conversas de WhatsApp comprovam a subordinação, pois a reclamada determinava rotas, exigia resultados, estabelecia horários e fiscalizava as atividades. 7. O uso de veículos da empresa, somado ao pagamento fixo, evidencia a subordinação operacional. 8. A prova documental demonstra um nível de controle que excede a mera organização logística de um contrato civil. 9. A mensagem de dispensa é prova contundente do poder diretivo e disciplinar da reclamada.10. A alegação de fraude à legislação trabalhista encontra respaldo nos elementos fáticos, nos termos do art. 9º da CLT.11. A presença de subordinação, pessoalidade, onerosidade e não eventualidade impõe o reconhecimento do vínculo empregatício. IV. DISPOSITIVO E TESE 12. Recurso provido para reconhecer o vínculo de emprego.Tese de julgamento:As conversas de WhatsApp podem servir como prova idônea para demonstrar a subordinação, em virtude do controle telemático exercido pelo empregador, em conformidade com o art. 6º, § 1º, da CLT.A formalização de contrato de prestação de serviços autônomos pode dissimular uma relação de emprego típica, com o intuito de evitar o cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 3º, 6º, § 1º e 9º. CC, arts. 166 e 171. Jurisprudência relevante citada: Não cita.

Processo: 0000325-36.2025.5.07.0015 **Julg.: 09/11/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICOS. IMPROCEDÊNCIA

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto contra sentença que julgou improcedente pedido de indenização por danos morais, materiais e estéticos decorrentes de acidente de trabalho, alegando responsabilidade objetiva do empregador com base no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, em razão do risco da atividade de entregador de gás. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a responsabilidade do empregador pelos danos decorrentes do acidente de trabalho é objetiva ou subjetiva; (ii) estabelecer

se houve culpa ou dolo por parte do empregador que justifique a indenização. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A sentença de origem julgou improcedente o pedido de indenização, considerando que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do empregado, ao escorregar em piso molhado na residência de cliente e sem comprovação de culpa ou dolo do empregador, aplicando a teoria da responsabilidade subjetiva. 4. O laudo pericial constatou o acidente de trabalho e suas sequelas, mas não identificou negligência da empresa ou falhas nas condições de trabalho que contribuíssem para o evento. 5. Apesar da jurisprudência do STF admitir a responsabilidade objetiva do empregador em casos de atividade com risco especial ou exposição habitual a risco, a atividade de entregador de gás não foi reconhecida como de risco no caso concreto, sendo necessária a comprovação da culpa ou dolo do empregador. 6. A prova oral e os depoimentos não demonstram omissão ou ato culposo do empregador que tenha contribuído para o acidente, que ocorreu por descuido do empregado em piso molhado na casa do cliente, configurando culpa exclusiva da vítima. 7. A Constituição Federal, embora recepcionando a responsabilidade objetiva, não afasta a responsabilidade subjetiva, exigindo-se, no caso, prova de culpa ou dolo do empregador que não foi demonstrada nos autos. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso improvido.Tese de julgamento:A responsabilidade civil do empregador por acidente de trabalho é subjetiva, exigindo a demonstração de culpa ou dolo, exceto quando a atividade for considerada de risco especial, o que não ocorreu no caso em análise.A culpa exclusiva da vítima afasta a responsabilidade civil do empregador pelo dever de indenizar.Dispositivos relevantes citados: Art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal; art. 927, parágrafo único, do Código Civil; art. 19 da Lei nº 8.213/91. Jurisprudência relevante citada: Tema de Repercussão Geral nº 932 do STF

Processo: 0000550-36.2024.5.07.0033 **Julg.: 05/08/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. DANOS MORAIS. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de reintegração (ou indenização substitutiva), indenização por dispensa discriminatória e indenização por danos morais, em reclamação trabalhista. A recorrente alega dispensa discriminatória em razão de sua condição de saúde, após acidente, alegando que foi a única empregada do setor a ser demitida, enquanto outras, com dificuldades semelhantes, foram rea-

locadas. Sustenta que a empresa tinha conhecimento de suas limitações e condição de reabilitada pelo INSS, e que a justificativa de "desempenho" era inadequada e configura discriminação. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a dispensa da reclamante foi discriminatória, em razão de sua condição de saúde, violando a legislação trabalhista e o princípio da não discriminação; (ii) estabelecer se a reclamante faz jus à indenização por danos morais, em decorrência do alegado agravamento de sua doença em razão das condições de trabalho. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A dispensa imotivada configura legítimo exercício do direito potestativo do empregador, limitado apenas por princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, vedando-se dispensas abusivas e discriminatórias. 4. A presunção de dispensa discriminatória, conforme Súmula 443 do TST, aplica-se a doenças que suscitam estigma ou preconceito, o que não foi demonstrado no caso em questão, mesmo considerando a condição de saúde da reclamante e seu processo de reabilitação. A prova da discriminação incumbe à parte autora. 5. O ônus probatório da discriminação não foi satisfeito pela recorrente. A perícia médica concluiu pela ausência de fatores contributivos laborais para o agravamento de sua condição de saúde. A prova testemunhal não comprova a alegação de dispensa discriminatória, e a testemunha da reclamada confirmou o desligamento por baixo desempenho, sem discriminação, ocorrido em conjunto com outros desligamentos no setor. 6. A dispensa sem justa causa, por si só, não configura dano moral indenizável, salvo se comprovada sua natureza discriminatória, o que não ocorreu. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso improvido.Tese de julgamento:A dispensa imotivada, como exercício do poder diretivo do empregador, é legítima, exceto quando abusiva ou discriminatória, violando princípios constitucionais.A presunção de dispensa discriminatória, prevista na Súmula 443 do TST, exige a comprovação de doença que cause estigma ou preconceito, ausente no caso.A ausência de prova inequívoca de ato discriminatório impede o reconhecimento do direito à indenização por danos morais, decorrente da alegada dispensa discriminatória.A perícia médica e a prova testemunhal não comprovam a ocorrência de dispensa discriminatória ou de danos morais.Dispositivos relevantes citados: CF/88, art. 5º, *caput* e XLI; art. 7º, I; art. 170; art. 193; Lei nº 9.029/95, art. 1º; CLT, art. 2º; Lei nº 13.146/2015; Convenção nº 111 da OIT; Súmula 443 do TST. Jurisprudência relevante citada: ADI 1.480-DF (STF).

Processo: 0000523-25.2024.5.07.0010 **Julg.: 09/08/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. DISPENSA POR JUSTA CAUSA. INCONTINÊNCIA DE CONDUTA. ATO LESIVO À HONRA. ÔNUS DA PROVA. PROPORCIONALIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto por Antônio Marcos dos Santos Souza contra decisão da 1ª Vara do Trabalho da Região do Cariri, que julgou improcedentes os pedidos de reversão da dispensa por justa causa aplicada pela Lotil Construções e Incorporações LTDA. O recorrente sustenta que a penalidade foi imposta sem a devida apuração dos fatos e sem observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, requerendo o reconhecimento da dispensa imotivada e o pagamento das verbas rescisórias correspondentes. Postula, ainda, indenização por danos morais em razão da repercussão negativa do caso nas redes sociais e o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há três questões em discussão:(i) verificar se a justa causa aplicada ao reclamante observou os requisitos legais e probatórios exigidos pelo art. 482, "b" e "j", da CLT;(ii) analisar se houve violação ao contraditório e à ampla defesa no procedimento adotado pelo empregador;(iii) examinar a responsabilidade subsidiária da CAGECE. III. RAZÕES DE DECIDIR O empregador comprova de forma robusta a ocorrência de falta grave apta a justificar a dispensa por justa causa, nos termos do art. 818 da CLT e art. 373, II, do CPC, sendo desnecessária a gradação de penalidades quando a conduta praticada compromete irreversivelmente a fidúcia na relação de trabalho.O vídeo amplamente divulgado e os depoimentos colhidos evidenciam a prática de conduta inadequada pelo reclamante, configurando incontinência de conduta e ato lesivo à honra, o que justifica a dispensa motivada. Não há nulidade na dispensa por ausência de apuração prévia formal, pois o poder disciplinar do empregador não está condicionado à instauração de procedimento administrativo interno, desde que respeitado o direito à defesa no curso da demanda judicial. O pleito de indenização por danos morais não se sustenta, pois a publicidade do fato decorreu da divulgação feita por terceiros e não de conduta ilícita da empregadora. A responsabilidade subsidiária da CAGECE resta afastada, uma vez que não houve condenação ao pagamento de verbas trabalhistas, tornando irrelevante a análise da vinculação da tomadora de serviços. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:O empregador comprova a justa causa mediante prova robusta da falta grave, sendo prescindível a gradação de penalidades quando a conduta compromete a fidúcia essencial à relação de trabalho.A ausência de procedimento investigativo interno não configura nulidade da dispensa, desde que assegurado ao empregado o direito de defesa na esfera judicial.A divulgação de fatos por terceiros não gera dever de indenização por danos morais quando inexistente

conduta ilícita do empregador.A ausência de condenação ao pagamento de verbas trabalhistas impede o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LV; CLT, arts. 482, "b" e "j", 794, 818 e 895, § 1º, IV; CPC, art. 373, II. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 331; TRT-3, ROT nº 0010459-09.2020.5.03.0016; TRT-2, ROT nº 1000904-76.2020.5.02.0242

Processo: 0000814-71.2024.5.07.0027 **Julg.: 13/10/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. DISPENSA POR JUSTA CAUSA. REVERSÃO. PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto contra sentença que julgou improcedente o pedido de reversão de justa causa aplicada ao reclamante em razão de briga com colega de trabalho no alojamento fornecido pela reclamada. O reclamante alega legítima defesa e busca a reversão da dispensa para receber as verbas rescisórias devidas em caso de dispensa sem justa causa. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a dispensa por justa causa aplicada ao reclamante é válida; (ii) estabelecer se a conduta do reclamante configura legítima defesa, afastando a justa causa. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A dispensa por justa causa exige a comprovação de falta grave que quebre a fidúcia na relação empregatícia, observando-se os princípios da proporcionalidade e da imediatidade. A norma legal prevê como justa causa ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas, salvo em caso de legítima defesa. 4. O ônus de provar a legítima defesa cabe ao reclamante. No caso, as provas apresentadas (depoimentos, áudio e boletim de ocorrência) demonstram versões conflitantes sobre o início da agressão, havendo indícios de agressão mútua. 5. Apesar de o boletim de ocorrência indicar agressão física do reclamante, a prova oral aponta para a existência de provocações iniciais por parte do colega de trabalho, o que configura embate mútuo, sem tratamento isonômico e proporcional por parte da reclamada. A gravidade da lesão não pode ser balizada exclusivamente por fotos, sem levar em conta o contexto do incidente. 6. A falta de punição ao outro envolvido na briga e a inexistência de comprovação cabal de que o reclamante tenha sido o único agressor, demonstram a ausência de proporcionalidade na aplicação da justa causa. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso provido.Tese de julgamento:A dispensa por justa causa somente se configura com a comprovação de falta grave, observados os princípios da proporcionalidade e da imediatidade, não se configurando em caso de agressão mútua com ausência de tratamento isonômico e proporcional pelo empregador.A configuração de legítima defesa deve ser analisada à luz do conjunto probatório, não se limitando à versão unilateral do empregador.Em caso de agressão mútua em contexto trabalhista, a

ausência de proporcionalidade na aplicação da justa causa a apenas um dos envolvidos enseja a reversão da justa causa para dispensa sem justa causa.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 482, inciso j; CLT, art. 818, inciso I; Código Penal, art. 23. Jurisprudência relevante citada: TST - RR: 585000320145170121.

Processo: 0001028-74.2024.5.07.0023 **Julg.: 05/08/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. DOENÇA OCUPACIONAL. DANO MORAL. SEGURO-DESEMPREGO. NEXO DE CONCAUSA. INDENIZAÇÕES

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela empresa contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos de trabalhador, em ação que visava o reconhecimento de doença ocupacional, com condenação em indenização por estabilidade acidentária, danos morais e diferenças de seguro-desemprego. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 questões em discussão: (i) definir se houve doença ocupacional e o nexo causal; (ii) estabelecer se é devida indenização por danos morais; (iii) determinar se a empresa é responsável por diferenças de seguro-desemprego. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A doença do trabalhador foi agravada pelas atividades laborais, com nexo de concausa comprovado por perícia médica. 4. A empresa foi considerada responsável pelos danos morais, em razão da doença ocupacional e da dispensa discriminatória, sendo os danos morais considerados in re ipsa. 5. A empresa é responsável por diferenças de seguro-desemprego, devido à incorreta informação salarial que levou a um cálculo deficiente do benefício, conforme demonstrado em documentos. 6. A correção monetária e juros sobre a condenação por danos morais devem seguir a Taxa SELIC a partir da data da condenação, em conformidade com a ADC 58 do STF e a Súmula 439 do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. A existência de nexo de concausa entre a doença e as atividades laborais garante a estabilidade acidentária e justifica a condenação por danos morais. 2. A dispensa discriminatória, em razão da doença ocupacional, gera o dever de indenizar por danos morais, sendo o dano moral considerado in re ipsa. 3. A incorreta informação salarial para fins de seguro-desemprego gera o dever de indenizar por eventuais diferenças não percebidas. 4. A correção monetária e os juros sobre a condenação por danos morais devem ser calculados pela Taxa SELIC a partir da data da condenação.Dispositivos relevantes citados: Lei nº 8.213/91, art. 21, I; Lei nº 9.029/95, art. 4º; Lei nº 7.998/90,

art. 7º, II; CLT, art. 818, I; CF, art. 7º, II, e 5º, V e X; Código Civil, art. 927, parágrafo único, e 186. Jurisprudência relevante citada: Súmula 378, II, e Súmula 396, I, do TST; ADC 58 do STF; Súmula 439 do TST.

Processo: 0001296-95.2023.5.07.0013 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. JORNADA DE TRABALHO EM REGIME DE CONFINAMENTO. APLICAÇÃO DA LEI Nº 5.811/72. DIFERENÇAS SALARIAIS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto contra sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados na exordial. O reclamante alegou a inaplicabilidade da jornada de 12 horas diárias em escala 14x14 prevista na Lei nº 5.811/72 às suas atividades de montagem e manutenção industrial em plataforma de petróleo, postulando o pagamento de horas extras e diferenças salariais com base em um divisor de 168 horas, além da responsabilidade subsidiária da tomadora dos serviços. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir a aplicabilidade da Lei nº 5.811/72 à jornada de trabalho do reclamante, que atuava em regime de confinamento em plataforma de petróleo, realizando atividades de montagem e manutenção industrial. III. RAZÕES DE DECIDIR A Lei nº 5.811/72 aplica-se aos empregados que prestam serviços em atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, bem como em atividades de apoio, mesmo que indiretas, considerando a natureza do trabalho em regime de confinamento nas plataformas de petróleo.A responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços é afastada em razão da improcedência dos pedidos principais contra a empresa prestadora de serviços. A ação contra a tomadora era subsidiária, e, não havendo condenação da empresa principal, não há que se falar em condenação da subsidiária. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso não provido. Tese de julgamento:A Lei nº 5.811/72 abrange trabalhadores em regime de confinamento em plataformas de petróleo, mesmo que em atividades de apoio à exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, considerando a natureza do trabalho. A responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços só é acionada caso haja condenação da empresa prestadora de serviços.Dispositivos relevantes citados:Lei nº 5.811/72, art. 1º e 12; CLT, art. 467; CF/88, art. 7º, XIII e XIV; CPC, art. 373, I. Jurisprudência relevante citada: Agravo Interno

em Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (Ag-AIRR-1039-74.2019.5.17.0161); Recurso de Revista (ARR-10081-52.2013.5.05.0013); Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e do Tribunal Superior do Trabalho (mencionados no texto).

Processo: 0000870-34.2025.5.07.0039 **Julg.: 19/09/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. JORNADA DE TRABALHO. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. PROVA EMPRESTADA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO. PEDIDOS PARCIALMENTE PROCEDENTES.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos pela reclamante e pela reclamada em ação trabalhista versando sobre horas extras, intervalo intrajornada, diferenças de remuneração variável, acúmulo de função, adicional de periculosidade e honorários sucumbenciais. A sentença julgou procedentes os pedidos de horas extras, diferenças de comissões e reflexos. Indeferiu o adicional de periculosidade e o pedido por acúmulo de função. Ambas as partes recorreram. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há cinco questões em discussão: (i) definir se houve cerceamento de defesa em razão do indeferimento de prova emprestada; (ii) estabelecer se é devida a remuneração por horas extras e intervalo intrajornada; (iii) verificar a existência de diferenças de comissões não pagas; (iv) examinar a configuração de acúmulo de funções; (v) determinar o direito ao adicional de periculosidade pelo uso habitual de motocicleta. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A utilização de prova emprestada depende de compatibilidade fática e da observância do contraditório. Inexistente tal compatibilidade e havendo oposição da parte contrária, é legítimo o indeferimento do pedido, não configurando cerceamento de defesa.A prova documental, especialmente os registros de jornada eletrônicos, ainda que inicialmente questionados, demonstra controle efetivo da jornada da reclamante, com pré-assinalação válida do intervalo intrajornada, não havendo prova robusta a infirmar tal controle. Assim, não se confirma a realização de horas extras. 4. A política de remuneração variável apresentada pela reclamada, acompanhada de contracheques e extratos de premiação, demonstra o pagamento regular das comissões. Ausente impugnação suficiente da média apontada pela parte autora, presume-se a regularidade dos valores pagos. 5. A configuração de acúmulo de função requer prova de exercício cumulativo de tarefas principais de função diversa da contratada, o que não se verifica no caso. A simples similitude entre funções

não é suficiente para caracterização do acúmulo, sendo ônus da reclamante a prova do fato constitutivo, da qual não se desincumbiu. 6. O uso habitual de motocicleta pelo trabalhador, devidamente comprovado, atrai a incidência do art. 193, § 4º, da CLT, que tem natureza autoaplicável. A afiliação da empresa a entidade com liminar suspendendo os efeitos de norma regulamentadora não impede o reconhecimento do direito ao adicional, diante da periculosidade inerente à atividade. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso da reclamada provido. Recurso da reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. A prova emprestada pode ser indeferida quando ausente compatibilidade fática entre os processos e houver oposição da parte contrária. 2. É válida a pré-assinalação do intervalo intrajornada quando decorrente de sistema eletrônico automatizado e não infirmada por outras provas. 3. A política de remuneração variável regularmente apresentada e acompanhada de documentos hábeis afasta a presunção de diferenças de comissões. 4. A configuração do acúmulo de função exige prova do exercício habitual e relevante de tarefas principais estranhas à função contratual. 5. O uso habitual de motocicleta em serviço autoriza o pagamento do adicional de periculosidade previsto no art. 193, § 4º, da CLT, independentemente de prova pericial.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XXII; CLT, arts. 193, § 4º, 195, 456, parágrafo único, e 818, I e II; CPC/2015, arts. 372 e 373, I. Jurisprudência relevante citada: TRT-7, ROT: 00010348720195070013, Rel. Des. Francisco José Gomes da Silva, j. 20.07.2021; TRT-7, RO: 00009023620195070011, Rel. Des. Paulo Régis Machado Botelho, j. 02.02.2021; TRT-7, RO: 00008800820195070001, Rel. Des. Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior, j. 16.11.2020.

Processo: 0000837-85.2022.5.07.0027 **Julg.: 24/07/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. MOTORISTA DE APLICATIVO. UBER. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA. PRIMAZIA DA REALIDADE. RECURSO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto por motorista contra sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício com a empresa Uber do Brasil Tecnologia Ltda., sustentando a presença dos requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT. A reclamada apresentou contrarrazões arguindo ausência de dialeticidade e incompetência material da Justiça do Trabalho. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se o recurso ordinário atendeu ao princípio da dialeticidade; (ii) estabelecer se compete à Justiça do Trabalho apreciar

a relação entre motorista e plataforma digital de transporte; (iii) determinar se estão presentes os requisitos fático-jurídicos caracterizadores da relação de emprego, considerando a alegada subordinação algorítmica. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Rejeita-se a preliminar de ausência de dialeticidade ao constatar que o recurso impugna especificamente a sentença, com fundamentos lógicos e jurídicos voltados à reforma do julgado. 4. Afasta-se a preliminar de incompetência material, porquanto o art. 114, I e IX, da CF/1988 atribui à Justiça do Trabalho competência para processar e julgar controvérsias oriundas de relação de trabalho lato sensu. 5. A relação entre motorista e Uber preenche os requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT: pessoalidade (cadastro individualizado, avaliação e bloqueio vinculados à pessoa física), onerosidade (remuneração fixada pela plataforma e repassada mediante política própria), não eventualidade (atividade inserida na dinâmica econômica da ré) e subordinação (controle por algoritmos, sistema de avaliação, metas, bloqueios e políticas unilaterais de desempenho). 6. A subordinação manifesta-se de forma algorítmica e estrutural, por meio de meios telemáticos de comando e supervisão equiparados aos diretos, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da CLT, evidenciando poder diretivo e disciplinar da ré. 7. Prevalece o princípio da primazia da realidade sobre a forma, sendo irrelevante a nomenclatura contratual de "parceria" ou a existência de períodos de inatividade, que não afastam o vínculo empregatício, inclusive na hipótese de trabalho intermitente prevista no art. 443, § 3º, da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. O reconhecimento do vínculo de emprego com motorista de aplicativo exige a verificação da presença dos requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT, ainda que a prestação se dê por meios digitais. 2. A subordinação algorítmica, exercida por controle telemático e políticas unilaterais da plataforma, configura subordinação jurídica para fins trabalhistas. 3. A intermitência na prestação de serviços não descaracteriza o vínculo empregatício quando presentes pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 114, I e IX; CLT, arts. 2º, 3º, 6º, parágrafo único, 443, § 3º, e 452-A. Jurisprudência relevante citada: STF, RE 1.054.110/SP (Repercussão Geral); TRT 3ª Região, RO nº d0010036-95.2022.5.03.0075, Rel. Des. Paula Oliveira Cantelli, j. 06.05.2022; Tribunal do Trabalho de Londres, Case Nos 2202551/2015 & Others, sentença de 28.10.2016; Cour de Cassation (França), decisão de 04.03.2020.

Processo: 0000441-54.2025.5.07.0011 **Julg.: 23/10/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NATUREZA SALARIAL DE PRÊMIO PRODUTIVIDADE. ACÚMULO DE FUNÇÕES. DANO MORAL

POR ATRASO RESCISÓRIO. DANO MORAL IN RE IPSA PELO TRANSPORTE DE VALORES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

I. CASO EM EXAME 1. Recursos ordinários interpostos pela primeira reclamada (TLX Transporte e Logística EIRELI), pela segunda reclamada (CRBS S/A) e pelo reclamante. A primeira busca a exclusão da multa do art. 477, § 8º, da CLT e da condenação por danos morais decorrentes do transporte de valores. A segunda pugna pela exclusão da responsabilidade subsidiária. O reclamante requer horas extras, integração do prêmio produtividade, adicional por acúmulo de funções e indenizações por danos morais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há seis questões em discussão:(i) definir se a quitação posterior das verbas rescisórias por acordo judicial afasta a multa do art. 477, § 8º, da CLT;(ii) estabelecer se a segunda reclamada responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas;(iii) determinar a natureza jurídica da parcela paga como "prêmio produtividade";(iv) averiguar se houve acúmulo de funções em razão de o motorista também realizar carga e descarga de mercadorias;(v) analisar se o atraso no pagamento das verbas rescisórias configura dano moral indenizável;(vi) examinar a caracterização do dano moral in re ipsa em razão do transporte de valores por empregado não especializado e a adequação do quantum indenizatório. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A multa do art. 477, § 8º, da CLT é devida quando descumprido o prazo do § 6º, sendo irrelevante a quitação posterior por acordo, pois a mora se consolida com o atraso. 4. A ausência de prova da inscrição da transportadora no RNTRC/ANTT e a realidade fática de prestação integrada à tomadora demonstram terceirização, atraindo a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada, nos termos da Súmula 331 do TST e da tese firmada na ADPF 324/DF. 5. A verba intitulada "prêmio produtividade" constitui comissão, pois remunerava desempenho ordinário vinculado à quantidade de entregas, possuindo natureza salarial e gerando reflexos em outras parcelas. 6. O acúmulo de funções se configura quando o empregado contratado como motorista também executa carga e descarga, atividade não compatível com o cargo, ensejando adicional salarial. 7. O mero atraso no pagamento de verbas rescisórias não caracteriza dano moral, pois já sancionado pela multa legal, sendo necessária prova de violação concreta a direito da personalidade. 8. O transporte de valores por empregado não especializado gera dano moral in re ipsa, independentemente do ramo econômico, conforme fixado pelo TST no Tema Repetitivo nº 61 (IRRR-1086-51.2017.5.09.0011). O valor de R$ 5.000,00 é proporcional e adequado diante das circunstâncias. 9. A redistribuição da sucumbência impõe condenação de ambas as partes ao pagamento de honorários advocatícios,

nos percentuais fixados, observada a gratuidade de justiça concedida ao reclamante. IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Recursos da primeira reclamada e da segunda reclamada desprovidos. Recurso do reclamante parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. A quitação posterior em acordo judicial não afasta a multa do art. 477, § 8º, da CLT. 2. A responsabilidade subsidiária incide sobre a tomadora quando comprovada terceirização, ainda que sob contrato de transporte, prevalecendo a primazia da realidade. 3. Pagamento habitual vinculado à produção ordinária configura comissão e integra a remuneração do empregado. 4. O exercício de atividades incompatíveis com a função contratada caracteriza acúmulo de funções e gera adicional salarial. 5. O atraso no pagamento das verbas rescisórias, por si só, não enseja dano moral. 6. O transporte de valores por trabalhador não especializado enseja dano moral in re ipsa, com indenização fixada em R$ 5.000,00 diante das peculiaridades do caso. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, *caput*; CLT, arts. 457, § § 1º, 2º e 4º; 460; 468; 474, § 2º; 477, § § 6º e 8º; 791-A, § 4º; CPC, art. 373, I; Lei nº 11.442/2007. Jurisprudência relevante citada: STF, ADPF 324/DF, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, Plenário, j. 30.08.2018; TST, Súmula nº 331, itens IV e VI; TST, IRRR-1086-51.2017.5.09.0011 (Tema Repetitivo nº 61), Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, j. 12.12.2019; TST, Ag-AIRR-609-60.2022.5.13.0022, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 05.05.2023; TST, Ag-RR nº 0000483-88.2012.5.01.0282, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, 7ª Turma, j. 30.08.2017; TRT-4, ROT nº 00211524220175040303, Rel. Alexandre Correa da Cruz, 2ª Turma, j. 10.12.2020; TRT-1, RO nº 01004814320215010046, Rel. Giselle Bondim Lopes Ribeiro, 7ª Turma, j. 22.03.2023.

Processo: 0000148-21.2025.5.07.0032 **Julg.: 25/09/2025**
Rel. Desemb. Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PRELIMINARES REJEITADAS. HORAS EXTRAS. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ENQUADRAMENTO SINDICAL. DOENÇA OCUPACIONAL. REFORMA DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto por Norsa Refrigerantes S.A. e por F. N. dos S., em face de sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos de horas extras e diferenças de remuneração variável. Foram rejeitados os pleitos de adicional de periculosidade, indenização por

danos morais e materiais por doença ocupacional. A reclamada insurge-se contra a condenação em horas extras e diferenças de remuneração variável. O reclamante pleiteia provimento integral dos pedidos, incluindo doença ocupacional, enquadramento sindical, adicional de periculosidade, majoração de honorários e retificação do PPP. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há diversas questões em discussão: (i) definir se o recurso da parte reclamada deve ser conhecido, em face das preliminares suscitadas; (ii) estabelecer se o indeferimento do pedido de realização de perícia contábil constitui cerceamento de defesa; (iii) determinar a validade da apólice de seguro garantia judicial; (iv) determinar o enquadramento sindical do reclamante; (v) estabelecer a suspensão dos prazos prescricionais; (vi) determinar o pagamento de horas extras; (vii) definir se é devido o adicional de periculosidade e a sua base de cálculo; (viii) estabelecer a retificação do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP; (ix) determinar se é devida a majoração das diferenças deferidas de remuneração variável; (x) determinar o pagamento da comissão "RED"; (xi) definir o reconhecimento da doença ocupacional e seus efeitos; (xii) estabelecer a majoração dos honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Rejeita-se as preliminares de ausência de dialeticidade e de falta de comprovação do pagamento do prêmio da apólice, uma vez que o recurso da parte reclamada atacou os fundamentos da sentença e que o Ato Conjunto TST/CSJT/CGJT nº 1/2019 não exige a comprovação do pagamento do prêmio. 4. Não configura cerceamento de defesa o indeferimento de perícia contábil, pois a instrução probatória foi suficiente para esclarecer os fatos controvertidos. 5. A empregadora possui como atividade econômica principal a "fabricação de refrigerantes", sendo representada pelo SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ÁGUAS MINERAIS, CERVEJAS E BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DO CEARÁ, entidade sindical que não celebrou convenções coletivas com o SINPROVENCE. Observância da Súmula 374 do c. TST.Inaplicáveis, portanto, ao reclamante, as normas coletivas juntadas aos autos com a petição inicial. 6. A suspensão dos prazos prescricionais no período de 12 de junho a 30 de outubro de 2020, prevista no art. 3º da Lei nº 14.010/2020, é plenamente compatível com o Processo do Trabalho. Recurso provido quanto ao tema. 7. O reclamante laborava, até outubro de 2021, além da jornada contratual sem a devida compensação ou pagamento das horas extras, devendo ser reconhecida a jornada alegada, à exceção do intervalo intrajornada. 8. O adicional de periculosidade é devido em razão do risco pela exposição dos empregados que utilizam a motocicleta em vias públicas. 9. O adicional de periculosidade deve ser calculado com base no salário fixo e nas comissões.10. A empresa deve retificar o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, para constar que as atividades eram exercidas sob condição de periculosidade.11. O valor arbitrado na sentença de origem, a título de diferença de remuneração variável, mostra-se adequado.12. Não há comprovação do não pagamento da

suposta comissão "RED".13. O indeferimento dos pedidos de indenização por danos morais, materiais e pensão vitalícia foi mantido, com base no laudo pericial. Doença ocupacional não constatada.14. A majoração dos honorários advocatícios para 15% sobre o valor da condenação é devida, em face do zelo do profissional, da complexidade da causa e da atuação em grau recursal. IV. DISPOSITIVO15. Recurso da parte reclamante conhecido em parte e parcialmente provido; recurso da parte reclamada conhecido desprovido. Tese de julgamento:Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 791-A, § 2º, art. 193, § 4º; CF/1988, art. 5º, LXXIV. CPC, art. 400, 85, § 11. Lei nº 14.010/2020, art. 3º. Súmulas nº 191 e 374 do TST. Jurisprudência relevante citada: TST - RR: 01009368720205010031, TRT da 7ª Região; Processo: 0000083-20.2024.5.07.0013, TRT da 7ª Região; Processo: 0000367-05.2022.5.07.0011, TRT da 7ª Região; Processo: 0000621-69.2022.5.07.0013, TST - RR: 0011923-55.2016.5.03.0098, TST - Ag-AIRR: 00005919620155120059

Processo: 0000543-10.2024.5.07.0012 **Julg.: 09/11/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PRESCRIÇÃO BIENAL. VÍNCULO DE EMPREGO. ANOTAÇÃO DA CTPS.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela Reclamante contra sentença que reconheceu a prescrição bienal das pretensões pecuniárias, mantendo apenas o pedido de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). A Reclamante alegou prestação de serviços em condições análogas à escravidão de 01/01/2010 até 10/06/2024, data do ajuizamento da ação. A Reclamada contestou a existência do vínculo de emprego, sustentando que o último vínculo teria cessado em 2017 e que o último pagamento ocorreu em 21/06/2019. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se ocorreu a prescrição bienal das pretensões pecuniárias da Reclamante, considerando o marco temporal da cessação da prestação de serviços e a data do ajuizamento da ação. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A prescrição bienal, prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal e na Súmula nº 308, I, do TST, opera a perda do direito de ação após dois anos contados do término do contrato de trabalho. 4. O marco inicial da prescrição é a data da efetiva cessação da prestação laboral, comprovada por elementos objetivos, como comprovantes de pagamento ou registros documentais. 5. No CASO EM EXAME , o último comprovante de pagamento apresentado data de 21/06/2019, configurando-se como marco final do vínculo empregatício ante a ausência de outras provas robustas de continuidade da prestação de serviços após essa data. O depoimento da Reclamante indica a ausência de subordinação e jornada de trabalho após a institucionalização do irmão da Reclamada em 2017. 6. A jurisprudência pacifica o reconhecimento da prescrição

bienal em ações ajuizadas após dois anos do término do vínculo, mesmo em relações de trabalho informais. 7. O ajuizamento da ação em 10/06/2024, após o prazo prescricional de dois anos contados do último pagamento comprovado em 21/06/2019, acarreta a prescrição das pretensões pecuniárias. 8. O pedido de anotação da CTPS, por ser direito declaratório, não se sujeita à prescrição. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso Ordinário improvido. Tese de julgamento:Ocorreu a prescrição bienal das pretensões pecuniárias da Reclamante, considerando que a ação foi ajuizada após dois anos do término do contrato de trabalho, comprovado pelo último pagamento em 21/06/2019.O direito à anotação da CTPS, por ser de natureza declaratória, não está sujeito à prescrição.Dispositivos relevantes citados: Art. 7º, XXIX, da CF/88; art. 11, § 1º, da CLT; Súmula nº 308, I, do TST. Jurisprudência relevante citada: TRT da 1ª Região (7ª Turma), Acórdão: 0100317-82.2024.5.01.0043; TRT da 13ª Região (1ª Turma), Acórdão: 0001159-81.2023.5.13.0002; TRT da 1ª Região (2ª Turma), Acórdão: 0100815-26.2023.5.01.0202.

Processo: 0000639-31.2024.5.07.0010 **Julg.: 15/07/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PROGRESSÃO POR MÉRITO. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS SUBJETIVOS.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que julgou improcedente o pedido de progressões por mérito nos ciclos 2020/2021 e 2021/2022, e que condenou o reclamante ao pagamento de honorários sucumbenciais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) determinar se o reclamante tem direito às progressões por mérito nos ciclos mencionados; (ii) definir o pagamento de honorários sucumbenciais em razão da sucumbência recíproca. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. As progressões por mérito são condicionadas aos critérios estabelecidos no regulamento da empresa e à avaliação de desempenho, constituindo ato discricionário do empregador. 4. A ausência de prova robusta sobre o preenchimento dos requisitos subjetivos para a progressão por mérito impede o deferimento do pedido, mesmo que as avaliações tenham sido realizadas. 5. A justificativa da empresa, amparada em restrições sanitárias e orçamentárias da pandemia de Covid-19, para a não realização das avaliações, foi considerada legítima. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso improvido.Tese de julgamento:A progressão por mérito, em planos de cargos e salários, depende do preenchimento de critérios subjetivos e da avaliação discricionária do empregador. A realização da avaliação de desempenho é condição necessária, mas não suficiente, para a concessão da promoção, sendo o preenchimento dos requisitos uma responsabilidade do empregado.Dispositivos

relevantes citados: CF/1988, art. 37; CLT, art. 790-B; CPC, art. 927, I. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI 5766; TST, Ag-E-Ag-RR-989-60.2017.5.05.0029; Ag-E-RR-1633-10.2016.5.08.0205; Ag-E-ED-ARR-918-33.2013.5.05.0018; RR-0000603-02.2023.5.07.0017; RR-0000879-39.2023.5.07.0015.

Processo: 0001564-39.2024.5.07.0006 **Julg.: 05/08/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E MÉRITO. JUSTIÇA GRATUITA. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. COMPENSAÇÃO DE VALORES. PROVIMENTO PARCIAL.

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra sentença que deferiu ao reclamante quatro promoções horizontais, sendo duas por antiguidade (2019 e 2021) e duas por mérito (2020 e 2022), com reflexos salariais e indenizatórios. II. Questões em discussão2. Há cinco questões em discussão: (i) Prescrição total ou quinquenal aplicável às promoções horizontais; (ii) Concessão das promoções por mérito e antiguidade conforme critérios do PCCS/2008; (iii) Direito à justiça gratuita pelo reclamante; (iv) Legalidade da tutela provisória de urgência deferida; e (v) Compensação de valores pagos a título de promoções já concedidas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Prescrição parcial (quinquenal) reconhecida, com base na Súmula 294 do TST, mantendo-se o entendimento de que se trata de prestações de trato sucessivo. 4. Promoção por antiguidade de 2019 confirmada; promoções por antiguidade de 2021 e por mérito de 2020 e 2022 indeferidas por não atendimento aos critérios do PCCS/2008 e do juízo de conveniência e oportunidade do empregador, em consonância com precedentes do TST e da jurisprudência consolidada. 5. Justiça gratuita mantida, considerando a presunção de insuficiência econômica nos termos do artigo 790, § 3º, da CLT e Súmula 463 do TST. 6. Tutela provisória de urgência cassada, em razão da vedação prevista no art. 2º-B da Lei nº 9.494/97 e do impacto financeiro à administração pública. 7. Inexistência de valores a compensar, dado o indeferimento das promoções pleiteadas, exceto a de 2019. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso ordinário parcialmente provido. Tese de julgamento: "1. Promoções horizontais por mérito e antiguidade estão condicionadas aos critérios do PCCS/2008, não sendo devidas quando não atendidos. 2. Tutela provisória de urgência contra a Fazenda Pública depende da observância das restrições legais."Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XXIX; CLT, arts. 11, 790, § 3º; Lei nº

9.494/1997, art. 2º-B. Jurisprudência relevante citada:TST: Súmulas nº 294, 331, 463; RR-958-47.2020.5.07.0007; RR-0010937-88.2015.5.15.0038; Ag-AIRR-1001538-10.2021.5.02.0025; RR-802-09.2011.5.24.0005,TRT-7: ROT-0000548-33.2022.5.07.0002

Processo: 0000993-45.2023.5.07.0025 **Julg.: 22/07/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RESCISÃO INDIRETA. ESTABILIDADE GESTANTE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário da reclamada contra a sentença que reconheceu a rescisão indireta, com fundamento na não retificação da CTPS, na ausência de repasse do INSS descontado e na falta de fornecimento do vale-transporte. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 questões em discussão: (i) determinar se a manutenção da sentença que reconheceu a rescisão indireta foi correta; (ii) definir se a empresa deve arcar com a devolução dos descontos; (iii) estabelecer se é devida a indenização substitutiva da estabilidade gestacional. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Tribunal conhece o recurso ordinário, pois preenchidos os pressupostos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade. 4. A Corte mantém a sentença que reconheceu a rescisão indireta, pois a empresa não retificou a CTPS, não comprovou o repasse do INSS descontado e deixou de fornecer o vale-transporte após a solicitação da empregada. 5. A Corte mantém a condenação à devolução dos descontos salariais indevidos. 6. O Tribunal mantém a sentença que condenou a empresa ao pagamento da indenização substitutiva da estabilidade gestacional. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. A ausência de retificação da CTPS, a falta de repasse do INSS descontado e o não fornecimento de vale-transporte após a solicitação do empregado configuram justa causa para rescisão indireta. 2. É dever do empregador comprovar o fornecimento do vale-transporte, e a ausência dessa comprovação, após a solicitação do empregado, enseja a devolução dos descontos salariais indevidos. 3. A recusa da empregada gestante em retornar ao trabalho não configura renúncia à garantia de emprego, subsistindo o direito à indenização substitutiva em relação ao período de estabilidade gestacional."Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 29, 41 e 483, "d"; Lei nº 7.418/1985, art. 1º; ADCT, art. 10, II, "b". Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 460; TST, Precedente Vinculante nº 134.

Processo: 0000897-07.2025.5.07.0010 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA EM GRUPO ECONÔMICO. RECURSO IMPROVIDO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TEMA 1.118 DO STF. AUSÊNCIA DE PROVA DE CULPA IN VIGILANDO*. RECURSO PROVIDO.*

I. CASO EM EXAME Recursos ordinários interpostos pelo reclamante e pela tomadora de serviços contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos, reconhecendo o vínculo empregatício com a empresa prestadora de serviços e condenando-a, bem como a tomadora, de forma subsidiária, ao pagamento de verbas trabalhistas, rejeitando, porém, o reconhecimento de grupo econômico e a responsabilidade solidária das demais reclamadas. O reclamante busca a reforma da sentença quanto à não caracterização do grupo econômico e à exclusão da responsabilidade solidária das demais empresas. A tomadora de serviços busca a exclusão de sua responsabilidade subsidiária, alegando ausência de culpa *in vigilando* e invocando precedentes do Supremo Tribunal Federal. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se há grupo econômico entre as empresas reclamadas, ensejando a responsabilidade solidária; (ii) estabelecer se a tomadora de serviços, empresa pública, possui responsabilidade subsidiária pelos créditos trabalhistas, diante da ausência de demonstração de culpa *in vigilando*. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A simples coincidência de sócios, endereços ou atividades empresariais não configura grupo econômico; é necessária a comprovação de atuação coordenada, gestão unificada ou confusão patrimonial. 4. Não se demonstrou a existência de administração integrada, confusão patrimonial ou gestão centralizada entre as empresas reclamadas, nem que estas se beneficiaram diretamente da mão de obra do reclamante ou participaram da relação empregatícia com a empresa prestadora de serviços. 5. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal exige prova efetiva de comportamento negligente do ente público para configurar a responsabilidade subsidiária, como notificação prévia de descumprimento trabalhista e omissão na adoção de medidas. 6. A ausência de prova de notificação formal à tomadora de serviços acerca do descumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora de serviços e de omissão na fiscalização impede sua responsabilização subsidiária. 7. A responsabilidade da Administração Pública não se presume e não se fundamenta unicamente na ausência de documentos apresentados pela ré. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso do reclamante improvido. Recurso da empresa pública provido, para excluir sua condenação subsidiária.Tese de julgamento:A configuração de grupo econômico exige prova robusta de atuação coordenada, gestão unificada ou confusão patrimonial entre as empresas, não

bastando a mera coincidência de sócios, endereços ou atividades empresariais.A responsabilidade subsidiária da Administração Pública por créditos trabalhistas de empresa contratada somente se configura mediante demonstração efetiva de culpa *in vigilando*, não bastando a simples inversão do ônus da prova.

Processo: 0000420-31.2024.5.07.0038 **Julg.: 08/08/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. TRANSPORTE DE VALORES. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. HORAS EXTRAS. COMISSIONISTA. CONTROLE DE JORNADA INDIRETO. DANO MORAL. PPP. BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL. PROVIMENTO PARCIAL DE AMBOS OS RECURSO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela Reclamante visando a reforma parcial da sentença quanto à contradita de testemunha, base de cálculo do adicional de periculosidade, reflexos salariais, majoração de danos morais, retificação do PPP e acúmulo de funções. A Reclamada, por sua vez, interpôs recurso buscando a exclusão da condenação ao pagamento de horas extras e do intervalo intrajornada. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há nove questões em discussão: (i) definir se a atuação reiterada da testemunha como preposto compromete sua imparcialidade; (ii) verificar se houve valoração inadequada das provas; (iii) estabelecer a base de cálculo do adicional de periculosidade, especialmente quanto à inclusão das comissões; (iv) determinar a existência de reflexos do adicional de periculosidade sobre DSR; (v) analisar o direito à retificação do PPP em razão do reconhecimento da periculosidade; (vi) definir a existência de reflexos das diferenças de comissões sobre DSR; (vii) verificar a repercussão dos DSRs majorados pelas horas extras em outras parcelas; (viii) decidir sobre a majoração da indenização por dano moral; (ix) reconhecer ou não o acúmulo de funções; e (x) examinar a existência de controle de jornada e a supressão do intervalo intrajornada. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A atuação anterior da testemunha como preposto não configura impedimento ou suspeição nos termos da legislação aplicável, ausente prova concreta de parcialidade. 4. A alegação de valoração inadequada das provas deve ser examinada em cada capítulo do mérito, sendo acolhida apenas quando se identificar decisão dissociada do conjunto probatório. 5. O adicional de periculosidade deve ser calculado sobre o salário básico acrescido das comissões habituais, nos termos do art. 457, § 1º, da CLT e da jurisprudência

do TST. 6. Não há reflexos do adicional de periculosidade sobre os DSRs, por já estar esse valor incorporado ao salário mensal, conforme entendimento da OJ 103 da SDI-1 do TST. 7. A retificação do PPP é devida, tendo em vista o reconhecimento judicial da exposição a condições perigosas durante o contrato. 8. As diferenças de remuneração variável (comissões) devem gerar reflexos sobre os DSRs, conforme Súmula nº 27 do TST. 9. Os DSRs majorados pelas horas extras devem repercutir sobre férias + 1/3, 13º salário, aviso prévio e FGTS com multa, a partir de 20/03/2023, conforme nova redação da OJ 394 da SDI-1 do TST.10. O valor de R$ 10.000,00 fixado a título de danos morais em razão do transporte irregular de valores mostra-se adequado, observados os critérios legais e jurisprudenciais. 11. Não se configura acúmulo de funções quando as atividades exercidas são compatíveis com a função contratada e realizadas por todos os empregados da mesma categoria. 12. A atividade externa da reclamante não se enquadra no art. 62, I, da CLT, pois havia controle indireto de jornada por meio de dispositivos eletrônicos e supervisão remota.13. Não restou comprovada a supressão habitual do intervalo intrajornada, especialmente diante da autonomia do trabalho externo e da fragilidade da prova oral nesse ponto. IV. DISPOSITIVO E TESE 14. Recursos da Reclamante e da Reclamada parcialmente providos.Tese de julgamento: 1. A atuação reiterada como preposto não torna a testemunha suspeita, ausente prova de parcialidade concreta. 2. As comissões de natureza salarial integram a base de cálculo do adicional de periculosidade. 3. O adicional de periculosidade não repercute sobre os DSRs, conforme OJ 103 da SDI-1 do TST. 4. Reconhecida a periculosidade, impõe-se a retificação do PPP para fins previdenciários. 5. São devidos os reflexos das diferenças de comissões sobre os DSRs ao empregado comissionista, conforme Súmula 27 do TST. 6. Os DSRs acrescidos de horas extras habituais repercutem sobre as demais parcelas salariais, a partir de 20/03/2023. 7. A exposição a risco pelo transporte de valores sem segurança enseja indenização por danos morais, sendo o valor de R$ 10.000,00 adequado. 8. Não há acúmulo de funções quando as tarefas são compatíveis com o cargo contratado. 9. É indevido o enquadramento no art. 62, I, da CLT quando demonstrado controle de jornada, ainda que indireto.10. Inexistindo prova inequívoca da supressão do intervalo intrajornada em trabalho externo, é indevido o respectivo pagamento.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 2º, 62, I, 193, § 1º, 223-G, 456, parágrafo único, 457, § 1º, 818, II; CPC, arts. 373, II, 447, § 2º, III, 371; CF/1988, art. 5º, V e X; Lei 8.213/1991, art. 58, § 4º; Instrução Normativa INSS/PRES nº 77/2015. Jurisprudência relevante citada: TST, Ag-AIRR: 00005919620155120059, Rel. Min. Luiz José Dezena da Silva, j. 07.06.2023; TST, RR: 5179320175100102, Rel. Min. Guilherme *Caput*o Bastos, j. 15.09.2021; TST, RR: 0011923-55.2016.5.03.0098, Rel.

Min. Alberto Balazeiro, j. 17.04.2024; TST, RR-417-79.2013.5.04.0027, Rel. Min. Liana Chaib, j. 22.03.2024; TRT-3, AP: 00115156020165030067, Rel. Weber Magalhães Pinto Filho, j. 01.11.2023; TRT-7, Processo: 0000939-61.2022.5.07.0010, Rel. Des. Plauto Carneiro Porto, j. 28.02.2025.

Processo: 0000997-27.2023.5.07.0011 **Julg.: 05/08/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. UTILIZAÇÃO DE MOTOCICLETA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ILÍCITA. PRESCRIÇÃO SUSPENSA PELA PANDEMIA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela trabalhadora com o objetivo de obter reforma parcial da sentença que indeferiu os pedidos de pagamento de adicional de periculosidade pelo uso habitual de motocicleta, reconhecimento da suspensão da prescrição durante a pandemia de COVID-19, diferenças de comissões, retificação do PPP e responsabilização subsidiária do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há cinco questões em discussão: (i) definir se é válida a oitiva de testemunha patronal contraditada por suspeição; (ii) estabelecer se houve suspensão do prazo prescricional em razão da pandemia de COVID-19, nos termos da Lei nº 14.010/2020; (iii) determinar o direito ao adicional de periculosidade pelo uso habitual de motocicleta nas atividades externas; (iv) verificar a ilicitude da política de remuneração variável e a existência de diferenças de comissões; (v) analisar a responsabilização subsidiária do BNB pelo inadimplemento de verbas trabalhistas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A contradita de testemunha patronal por suposta amizade íntima não prospera, diante da ausência de prova inequívoca que evidencie parcialidade, nos termos do art. 829 da CLT e art. 447, § 3º, do CPC. 4. O prazo prescricional esteve suspenso entre 12/06/2020 e 30/10/2020, conforme art. 3º da Lei nº 14.010/2020, sendo devidos 141 dias adicionais no cômputo do prazo quinquenaL. 5. A Lei nº 12.997/2014, que acrescentou o § 4º ao art. 193 da CLT, é norma autoaplicável, sendo devido o adicional de periculosidade ao trabalhador que utiliza motocicleta de forma habitual em vias públicas, independentemente de imposição formal do empregador ou regulamentação complementar. 6. Comprovada a utilização cotidiana da motocicleta nas atividades externas da autora, bem como a anuência tácita da empregadora e o proveito econômico auferido, é devido o adicional de

periculosidade com reflexos legais. 7. A política de remuneração variável que atrela a comissão ao fator de inadimplência transfere ao empregado o risco da atividade econômica, em violação ao art. 2º da CLT, sendo devidas as diferenças apuradas. 8. A ausência de documentação completa pela reclamada, que detém a aptidão para a prova, autoriza a presunção de veracidade das alegações da autora quanto às comissões. 9. Diante do reconhecimento do adicional de periculosidade, impõe-se a retificação do PPP para refletir a exposição a agentes de risco.10. A condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais se justifica diante do êxito parcial do recurso, nos termos do art. 791-A da CLT.11. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. deve responder de forma subsidiária, uma vez que não comprovou ter fiscalizado adequadamente a execução das obrigações trabalhistas assumidas pela OSCIP parceira, caracterizando culpa *in vigilando*, conforme o item V da Súmula nº 331 do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE 12. Recurso provido em parte.Tese de julgamento: 1. A aceitação de testemunha contraditada exige prova inequívoca da suspeição, sendo indevida sua exclusão sem demonstração cabal da parcialidade. 2. O prazo prescricional esteve suspenso entre 12/06/2020 e 30/10/2020, nos termos da Lei nº 14.010/2020. 3. É devido o adicional de periculosidade ao trabalhador que utiliza motocicleta habitualmente em vias públicas, ainda que o uso não tenha sido imposto formalmente pela empregadora. 4. A política de comissões que transfere ao empregado o risco da atividade empresarial é ilícita, devendo ser restituídas as diferenças sonegadas. 5. É devida a retificação do PPP quando reconhecida a exposição habitual a condições de risco. 6. O ente público que celebra termo de parceria responde de forma subsidiária se não comprovar a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pela entidade parceira.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 2º, 193, § § 1º e 4º, 457, 468, 818; CPC, arts. 373, I, e 447, § 3º; Lei nº 14.010/2020, art. 3º; Lei nº 8.666/93, arts. 58, III, e 67. Jurisprudência relevante citada: STF, RE 658.312/SC, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 01/12/2021; TST, AIRR - 10678-39.2019.5.18.0016, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, j. 01/09/2021; TST, RR: 25923-2012-510-0017, Rel. Min. Walmir Oliveira da Costa, j. 17/02/2016; TRT-7, Proc. 0000363-95.2022.5.07.0001, Rel. Des. Carlos Alberto Rebonatto, j. 07/12/2023; TRT-8, IRDR 0000294-39.2022.5.08.0000, Rel. Des. Alda Maria de Pinho Couto, j. 15/06/2023; TST, ARR - 117500-14.2014.5.13.0001, Rel. Min. Dora Maria da Costa, j. 01/06/2016.

Processo: 0000072-55.2024.5.07.0024 **Julg.: 15/07/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO DE EMPREGO. ENTREGADOR DE PLATAFORMA DIGITAL.

SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA. RELAÇÃO DE EMPREGO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto por entregador em face de sentença que julgou improcedente a reclamação trabalhista contra a empresa IFood.com Agência de Restaurantes Online S.A., ao fundamento de inexistência de vínculo empregatício. O reclamante pleiteia o reconhecimento da relação de emprego, ou subsidiariamente o vínculo na modalidade de contrato intermitente, além de verbas trabalhistas e reparação por danos morais e materiais decorrentes do bloqueio de sua conta na plataforma. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a relação jurídica entre o entregador e a plataforma digital iFood configura vínculo de emprego, inclusive na modalidade de contrato intermitente; e (ii) estabelecer se houve ilicitude no bloqueio da conta do reclamante com consequente dever de indenizar por danos morais e materiais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A pessoalidade está presente, pois o cadastro na plataforma é realizado por pessoa física, com controle da recorrida sobre os profissionais autorizados a prestar os serviços. 4. A não eventualidade da prestação de serviços é caracterizada tanto pela continuidade da atividade exercida quanto pela essencialidade da entrega de mercadorias à atividade-fim da empresa. 5. A onerosidade é configurada pela retribuição periódica pelas entregas realizadas, ainda que intermediada pela plataforma. 6. A subordinação jurídica se manifesta de forma algorítmica e estrutural, com controle pela plataforma do desempenho, rotas, aceitação de corridas, reputação do entregador e possibilidade de punições, inclusive bloqueio da conta. 7. A existência de autonomia parcial do trabalhador, como a escolha dos horários e rotas, não afasta a subordinação estrutural, conforme moderna concepção jurídica das relações laborais mediadas por tecnologia. 8. O princípio da primazia da realidade impõe o reconhecimento da relação de emprego, diante da presença simultânea dos requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT. 9. Não configurado o dano moral, por ausência de comprovação de que o bloqueio da conta tenha ocorrido de forma abusiva ou ofensiva à dignidade do trabalhador. IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. A presença dos elementos da pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação algorítmica configura relação de emprego entre entregador e plataforma digital. 2. A subordinação pode se manifestar por meios telemáticos e informatizados, conforme o art. 6º, parágrafo único, da CLT. 3. A primazia da realidade prevalece sobre a forma contratual, sendo irrelevante a nomenclatura adotada pelas partes para fins de reconhecimento do vínculo empregatício.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 2º, 3º, 6º, parágrafo único; CC, art. 186;

Lei nº 12.009/2009, art. 6º. Jurisprudência relevante citada: TRT da 3ª Região, Processo nº 0010036-95.2022.5.03.0075, Rel. Des. Paula Oliveira Cantelli. TRT da 3ª Região, Processo nº 0010806-62.2017.5.03.0011, Rel. Juíza Ana Maria Espi Cavalcanti. Cour de Cassation (França), decisão de 04.03.2020, reconhecendo vínculo entre motorista e Uber.

Processo: 0000738-88.2025.5.07.0002 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO DE EMPREGO. PLATAFORMA DIGITAL. IFOOD. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto por Luiz Antonio Batista Filho contra sentença que julgou improcedente pedido de reconhecimento de vínculo empregatício com a iFood e pedido de responsabilidade subsidiária desta. O reclamante alegou vínculo empregatício com a empresa PH Motoboy Expresso e responsabilidade subsidiária da iFood, alegando subordinação por meio de controle tecnológico, e recebimento de aproximadamente R$ 4.000,00 mensais em jornada extensa. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: (i) definir se existe vínculo empregatício entre o Recorrente e a 1ª reclamada; (ii) estabelecer se a iFood possui responsabilidade subsidiária pelas verbas trabalhistas devidas. III. RAZÕES DE DECIDIR O conjunto probatório demonstra a existência de vínculo empregatício com a primeira reclamada, PH Motoboy Expresso, incluindo pessoalidade, onerosidade, não eventualidade, e subordinação, esta última demonstrada pelo controle tecnológico exercido pela iFood.A iFood, embora alegue ser mera plataforma de intermediação, exerce controle sobre a atividade dos entregadores por meio de algoritmos que definem preços, rotas, escalas e metas, configurando subordinação jurídica, mesmo que indireta.A responsabilidade subsidiária da iFood é configurada em razão de sua participação no processo de terceirização, beneficiando-se da prestação de serviço do Recorrente sem arcar com as responsabilidades trabalhistas, o que é comprovado pela prova oral, documental, parecer do MPT (ID 4a52255) e jurisprudência do TST. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso provido.Tese de Julgamento:O controle tecnológico exercido por plataformas digitais sobre trabalhadores autônomos pode configurar subordinação jurídica, ensejando o reconhecimento do vínculo empregatício, mesmo em situações onde o trabalhador possui alguma flexibilidade na escolha de horários e percursos.A responsabilidade subsidiária da plataforma digital é configurada quando esta se beneficia diretamente da prestação de serviços do trabalhador e participa no processo de terceirização irregular.Dispositivos

relevantes citados: CLT, art. 6º, parágrafo único; CLT, art. 3º; Súmula 331, IV, do TST. Jurisprudência relevante citada: Precedentes jurisprudenciais do TST citados no Parecer do MPT (ID 4a52255) e nas Contrarrazões (ID 2412c55) e na fundamentação do Recurso Ordinário (ID 89943a1).

Processo: 0000362-91.2024.5.07.0017 **Julg.: 07/08/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PEDIDO DE DEMISSÃO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. DANOS MORAIS. ANOTAÇÃO EM CTPS.

I. CASO EM EXAME: Recurso ordinário interposto contra sentença que reconheceu o vínculo empregatício, deferiu algumas verbas rescisórias, e indeferiu o pedido de rescisão indireta, gratificação de função de 40% e danos morais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO :Há três questões em discussão: (i) definir se o pedido de demissão da reclamante foi livre e espontâneo; (ii) estabelecer se a reclamante faz jus à gratificação de função de 40%; (iii) determinar se a reclamante tem direito à indenização por danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR :O pedido de demissão, ainda que apresentado, não elide a possibilidade de reconhecimento de rescisão indireta caso comprovada a existência de falta grave por parte do empregador, o que não restou configurado. A gratificação de 40% prevista no art. 62, parágrafo único, da CLT não é devida automaticamente, sendo requisito a comprovação de salário superior ao mínimo para exclusão do controle de jornada, o que não foi demonstrado pela reclamante. A omissão na anotação da CTPS, embora ato ilícito, não gera, por si só, direito à indenização por danos morais, devendo a parte autora comprovar o efetivo abalo moral, o que não ocorreu. IV. DISPOSITIVO E TESE :Recurso não provido. Tese de julgamento:A ausência de prova robusta de coação invalida o pedido de reforma da decisão que considerou válido o pedido de demissão.A ausência de comprovação do requisito salarial previsto no art. 62, parágrafo único, da CLT impede o deferimento da gratificação de 40%.A simples omissão na anotação da CTPS, sem demonstração de dano moral efetivo, não enseja indenização. Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 483, 62, 790, § 3º, 818, 895, I, 477; CF/88, art. 93, IX.

Processo: 0001549-64.2024.5.07.0008 **Julg.: 07/08/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DO EXEQUENTE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO. RISCO BIOLÓGICO COMPROVADO POR PPRA. CUSTAS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE DO EXECUTADO. PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo exequente contra decisão que acolheu a impugnação aos cálculos apresentada pela executada, bem como condenou o sindicato ao pagamento das custas processuais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se o substituído MARCOS HYPPOLITO ARY faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo, nos termos do título executivo coletivo; e (ii) estabelecer se é legítima a condenação do sindicato exequente ao pagamento das custas processuais na fase de execução. III. RAZÕES DE DECIDIR 3.O substituído está expressamente incluído no título executivo coletivo, uma vez que os PPRA's dos exercícios 2019/2020 e 2020/2021 apontam exposição ao risco biológico de SARS-CoV-2 no setor onde laborava, atendendo aos critérios definidos no IAC e na sentença coletiva. Ademais, constando do PPRA que a função e o setor em que laborava estava exposto ao risco biológico do coronavírus, de acordo com as decisões do IAC e da ação coletiva, o substituído é beneficiário do título executivo coletivo. O substituído já percebia adicional de insalubridade em grau médio (20%), fazendo jus à diferença de 20%, conforme sentença da ação coletiva, exceto nos meses de março/2021 e abril/2021 os quais recebeu o percentual em 40%. 4. Nos termos do art. 789-A da CLT, as custas processuais na execução são de responsabilidade exclusiva do executado, a serem pagas ao final, não havendo respaldo legal para sua imputação ao sindicato exequente, que atua como substituto processual. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Agravo de petição conhecido e provido.Dispositivo relevante citado: CLT, art. 789-A. Jurisprudências relevantes citadas: TRT-7, AP nº 0000651-09.2023.5.07.0001, Rel. Des. Plauto Carneiro Porto, p. 24.06.2024; TRT-7, AP nº 0000517-34.2023.5.07.0016, Rel. Des. Francisco José Gomes da Silva, p. 08.08.2024; TRT-7, AP nº 0000532-41.2025.5.07.0013, Rel. Des. Clóvis Valença Alves Filho, p. 15.07.2025.

Processo: 0001391-27.2024.5.07.0002 **Julg.: 28/08/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Seção Especializada II

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DO SINDICATO EXEQUENTE. EXECUÇÃO

INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. LEGITIMIDADE DO SINDICATO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL. TEMA Nº 823 TST. POSSIBILIDADE. CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PROVIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo sindicato exequente em face da sentença que extinguiu, sem resolução do mérito, o cumprimento individual de sentença coletiva ajuizado pelo sindicato em face de VICUNHA TEXTIL S/A, nos termos do art. 485, VI, do CPC. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há quatro questões em discussão: (i) definir se o sindicato possui legitimidade extraordinária para promover execução individual de sentença coletiva trabalhista, na condição de substituto processual; (ii) estabelecer se a execução individual do título coletivo, inclusive para apuração do descumprimento e liquidação do "quantum debeatur", é juridicamente admissível; (iii) verificar se o sindicato, atuando como substituto processual, faz jus à gratuidade da justiça, e portanto, isento ao pagamento das custas em que foi condenado; e (iv) determinar se estão presentes os requisitos para o reconhecimento da litigância de má-fé e advocacia predatória, conforme arguido pela reclamada em contrarrazões. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O art. 8º, III, da CF/88 confere ampla legitimidade aos sindicatos para atuar como substitutos processuais na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos da categoria, inclusive na fase de execução, sem necessidade de autorização expressa dos substituídos. Ademais, o art. 97 do CDC, aplicável por força do art. 19 da Lei nº 7.347/85 ao microssistema coletivo trabalhista, prevê expressamente a faculdade de a execução ou liquidação da sentença coletiva ser promovida tanto pelos legitimados coletivos quanto pelos titulares individuais, cabendo ao credor a opção pela via processual. 4. A jurisprudência consolidada do STF no Tema nº 823 e do TST, inclusive no RR nº 10022486220145020320, reconhece a possibilidade de execução coletiva ou individual do título judicial, a critério do legitimado, vedando ao magistrado restringir essa faculdade sem amparo legaL. 5. O prosseguimento do cumprimento individual da sentença coletiva é admissível, mesmo para apuração do efetivo descumprimento da obrigação principal e liquidação dos valores devidos, pois a certeza do crédito e a extensão do prejuízo integram o objeto da fase executiva. 6. O agravante é uma entidade sindical que age em benefício dos trabalhadores pertencentes à categoria profissional, considerados hipossuficientes conforme estabelecido no art. 14 da Lei 5.584/70, portanto, presume-se a dificuldade financeira tendo em vista a diminuição das receitas sindicais resultantes das modificações legislativas introduzidas pela Lei 13.467/2017, fazendo jus aos benefícios da gratuidade da justiça. 7. Não se

configuram litigância de má-fé nem advocacia predatória, pois o exercício regular do direito de ação, garantido pelo art. 5º, XXXV, da CF/88, não caracteriza má-fé sem prova robusta de conduta dolosa ou abusiva, inexistente no presente caso. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Agravo de petição conhecido e provido. Teses de julgamento:O sindicato detém legitimidade ampla, na qualidade de substituto processual, para promover o cumprimento individual de sentença coletiva trabalhista, inclusive para apuração do descumprimento e liquidação do quantum devido.Cabe ao credor ou legitimado optar entre execução coletiva ou individual do título coletivo, vedada ao juiz a restrição dessa faculdade.A litigância de má-fé exige demonstração inequívoca de conduta dolosa ou abusiva, não caracterizada pelo simples ajuizamento de ações individuais baseadas em sentença coletiva.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 5º, XXXV, e 8º, III; CDC, arts. 97 e 87; Lei nº 7.347/85, art. 19; CLT, art. 793-B; CPC, arts. 99, § 7º, 98, I e VIII do § 1º; Lei 5.584/70, art. 14. Jurisprudências relevantes citadas: STF, Tema nº 823; TST, RR 1002248-62.2014.5.02.0320, 2ª Turma, Rel. Min. Margareth Rodrigues Costa, p. 02.07.2024; TST, AIRR nº 0000296-61.2020.5.12.0034, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, p. 30.06.2023.

Processo: 0000504-58.2025.5.07.0018 **Julg.: 12/09/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Seção Especializada II

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DA AÇÃO SUBJACENTE COM FUNDAMENTO NO TEMA 1389, FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IMPERTINÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA ORIGINÁRIA ONDE NÃO SE DISCUTE A EXISTÊNCIA DE FRAUDE DE CONTRATO CIVIL OU COMERCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

Verificando-se, da análise dos contornos fáticos e jurídicos da ação subjacente, que ela não se funda na descaracterização de um contrato de natureza civil ou comercial entabulado entre as partes, mas na discussão sobre os moldes em que plasmada a prestação informal dos serviços da parte trabalhadora, na condição de "auxiliar de cozinha", à luz dos artigos 2º e 3º, da CLT, situação que foge do objeto do Tema 1389, firmado pelo STF, restrito à "Competência e ônus da prova nos processos que discutem a existência de fraude no contrato civil/comercial de prestação de serviços; e a licitude da contratação de pessoa jurídica ou trabalhador autônomo

para essa finalidade" (STF - ARE: 1532603 PR, Relator.: GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 14/04/2025, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 14/04/2025 PUBLIC 15/04/2025), e onde também ordenada a respectiva suspensão nacional dos processos, reconhece-se como indevida a paralisação da marcha processual da demanda matriz determinada pela autoridade apontada como coatora. Precedentes do STF e deste Tribunal quanto a existência de distinguishing em casos semelhantes ao ora tratado. Segurança concedida, para determinar o prosseguimento da reclamação trabalhista de origem.

Processo: 0005169-74.2025.5.07.0000 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AÇÃO ANULATÓRIA. NULIDADE SENTENCIAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME: 1. Recurso Ordinário interposto pela empresa autora em face da sentença que julgou improcedente a Ação Anulatória, a qual visava invalidar Auto de Infração por descumprimento da obrigação de manter percentual mínimo de pessoas com deficiência. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO :2. Há duas questões em discussão: (i) determinar se houve nulidade sentencial em razão do recebimento de nova contestação pela União Federal, após esta ter reconhecido a procedência do pedido; (ii) definir se ocorreu preclusão consumativa. III. RAZÕES DE DECIDIR : 3. A União Federal apresentou contestação reconhecendo a procedência do pedido da empresa autora. 4. Após manifestações de outros órgãos, o Juízo concedeu prazo para nova manifestação da União Federal, que apresentou nova contestação com pedido contrário, sendo esta recebida. 5. A preclusão consumativa impede que a parte repita ou modifique um ato processual já praticado. 6. A apresentação de uma segunda contestação pela União Federal, após o reconhecimento da procedência do pedido, configura ofensa à preclusão consumativa. 7. A sentença que considera a segunda contestação, desconsiderando a primeira, é nula por analisar argumentos de defesa que sequer deveriam ter sido recebidos. IV. DISPOSITIVO E TESE : 8. Recurso provido para anular a sentença e determinar o retorno do processo à Vara de origem para novo julgamento, considerando a primeira defesa.Tese de julgamento: 1. A apresentação de nova contestação pela União Federal, após reconhecer a procedência do pedido, viola a preclusão consumativa. 2. É nula a sentença que desconsidera a primeira contestação e considera a segunda, em razão da preclusão consumativa.Dispositivos relevantes citados: CPC,

arts. 335 a 342, 489, II; CLT, art. 832. Jurisprudência relevante citada: TRT da 7ª Região; Processo: 0000151-76.2024.5.07.0010.

Processo: 0000749-55.2023.5.07.0013 **Julg.: 18/12/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 966, VII, CPC. PROVA NOVA. FATO NOVO SUPERVENIENTE. INOVAÇÃO JURISPRUDENCIAL POSTERIOR. NÃO CARACTERIZAÇÃO. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

I. CASO EM EXAME 1. Ação Rescisória ajuizada pelo exequente da ação originária, visando desconstituir sentença que extinguiu a execução em razão da prescrição intercorrente. A pretensão fundamenta-se no art. 966, VII, do CPC (prova nova), alegando como fatos novos o reconhecimento de grupo econômico em processo diverso, bem como a declaração de constitucionalidade de medidas executivas atípicas pelo STF e a implantação de novas ferramentas de execução (Criptojud). II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o reconhecimento de grupo econômico em outro processo, a superveniência de precedente do STF sobre medidas executivas atípicas e a criação de novas ferramentas de penhora (Criptojud), todos posteriores à sentença rescindenda, configuram a hipótese de prova nova prevista no art. 966, VII, do CPC, apta a desconstituir a coisa julgada. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A hipótese de prova nova, prevista no art. 966, VII, do CPC, exige que o documento ou elemento de prova seja preexistente à decisão rescindenda, ainda que desconhecido ou de impossível utilização à época. 4. Fato novo, ocorrido após o trânsito em julgado da decisão, não se amolda ao conceito de prova nova e, portanto, não autoriza a rescisão do julgado. 5. Alterações jurisprudenciais, inovações legislativas ou a criação de novas ferramentas de execução, supervenientes à decisão transitada em julgado, não constituem causa para a propositura de Ação Rescisória, cujas hipóteses de cabimento são taxativas. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Ação rescisória improcedente.Tese de julgamento: 1. O conceito de prova nova (art. 966, VII, do CPC) restringe-se a elemento probatório já existente ao tempo da prolação da decisão rescindenda, mas de impossível ou desconhecida utilização, não se confundindo com fato novo superveniente, que é inábil para desconstituir a coisa julgada. 2.A Ação Rescisória não é via adequada para reexaminar a coisa julgada com base em mudanças posteriores na jurisprudência, na legislação ou na disponibi-

lização de novas ferramentas tecnológicas de execução, pois suas hipóteses de cabimento são taxativas e não contemplam tais situações.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 790, § § 3º e 4º; CPC, arts. 966, VII, e 968, II. Jurisprudência relevante citada: Não há.

Processo: 0004566-98.2025.5.07.0000 **Julg.: 12/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Tribunal Pleno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. PRAZO DO ART. 975 DO CPC. INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO EXEQUENTE PARA DAR IMPULSO À EXECUÇÃO. INÉRCIA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DECLARADA. TRÂNSITO EM JULGADO. AJUIZAMENTO DA RESCISÓRIA APÓS O PRAZO BIENAL. PRELIMINAR ACOLHIDA. AÇÃO RESCISÓRIA EXTINTA PELA DECADÊNCIA.

I. CASO EM EXAME Ação rescisória ajuizada pelo exequente buscando desconstituir decisão proferida nos autos da execução trabalhista nº 0000816-42.2013.5.07.0022, a qual declarou a prescrição intercorrente e determinou o arquivamento definitivo da execução. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar se a ação rescisória foi proposta dentro do prazo decadencial de 2 anos previsto no art. 975 do CPC. III. RAZÕES DE DECIDIR O art. 975 do CPC fixa prazo decadencial de 2 anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, para o ajuizamento da ação rescisória.O juiz intimou o exequente, por meio de seu advogado, em 06/11/2018, para indicar medidas úteis ao prosseguimento da execução, sob pena de início do prazo da prescrição intercorrente, conforme art. 11-A, § 1º, da CLT.Diante da inércia da parte, a execução foi arquivada provisoriamente e, transcorrido o prazo de 2 anos, foi declarada a prescrição intercorrente, com arquivamento definitivo em 21/04/2023.A certidão juntada evidencia o trânsito em julgado da decisão que reconheceu a prescrição intercorrente, sem registro de qualquer medida capaz de suspender ou interromper o prazo decadencial.A ciência do advogado quanto ao andamento da execução e à decisão extintiva é suficiente para a fluência tanto do prazo prescricional intercorrente quanto do prazo decadencial da ação rescisória.A ação rescisória foi ajuizada em 28/07/2025, quase três anos após o esgotamento do prazo decadencial, o que impede o exame do mérito. IV. DISPOSITIVO E TESE Preliminar de decadência acolhida.Tese de julgamento:Conta-se o prazo decadencial da ação rescisória, previsto no art. 975 do CPC, do trânsito em julgado

da decisão que declarou a prescrição intercorrente, sendo suficiente a ciência do advogado do exequente para sua fluência.A ação rescisória ajuizada após o decurso do prazo bienal encontra-se fulminada pela decadência, inviabilizando o exame do mérito.Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 975; CLT, art. 11-A, § 1º. Jurisprudência relevante citada: Não há precedentes citados no caso.

Processo: 0004187-60.2025.5.07.0000 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Tribunal Pleno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. CABIMENTO DE RECURSO DA DECISÃO QUE REJEITA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 11-A DA CLT. MARCO INICIAL. INÉRCIA DO EXEQUENTE CONFIGURADA E CONSTITUIÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL OCORRIDAS APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS.

I. CASO EM EXAME Agravo de Instrumento interposto pela executada da decisão do Juízo da Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante - CE, que negou seguimento ao seu Agravo de Petição. A decisão recorrida, que indeferiu o pedido de reconhecimento da prescrição intercorrente, foi considerada pelo juízo de origem como interlocutória e, portanto, irrecorrível de imediato. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) saber se é cabível Agravo de Petição da decisão que, na fase de execução, indefere a arguição de prescrição intercorrente; e (ii) se, no mérito, operou-se a prescrição intercorrente do crédito exequendo, nos termos do art. 11-A da CLT. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Na fase de execução, a regra da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias (art. 893, § 1º, da CLT) é mitigada. A decisão que rejeita a prescrição intercorrente, embora não termine o processo, possui caráter terminativo quanto ao incidente e acarreta gravame imediato à parte, o que autoriza o manejo do Agravo de Petição (art. 897, "a", da CLT), sob pena de cerceamento de defesa. 4. O art. 11-A da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, instituiu a prescrição intercorrente no processo do trabalho, a qual se consuma no prazo de dois anos, contados da data em que o exequente, intimado, deixa de cumprir determinação judicial para o prosseguimento da execução. 5. Consoante o art. 2º da Instrução Normativa nº 41/2018 do TST, o fluxo do prazo da prescrição intercorrente tem como marco inicial o descumprimento de determinação judicial expedida após a vigência da Lei nº 13.467/2017 (11 de novembro de 2017), sendo irrelevante se o

título executivo foi constituído antes ou depois da referida lei. Ademais, o Tema Vinculante de Recursos Repetitivos do TST, nº 23 normatiza a aplicação da Lei nº 13.467/2017, nestes termos: "A Lei nº 13.467/2017 possui aplicação imediata aos contratos de trabalho em curso, passando a regular os direitos decorrentes de lei cujos fatos geradores tenham se efetivado a partir de sua vigência". 6. No caso concreto, a inércia do exequente por mais de dois anos ocorreu após sua intimação para impulsionar o feito, já sob a égide da nova legislação. Bem como o título executivo judicial fora constituído após a vigência da Lei nº 13.467/2017. O fundamento utilizado na origem para afastar a prescrição - tramitação reunida com outros feitos - não constitui causa legal de suspensão ou interrupção do prazo prescricional. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Agravo de Instrumento e Agravo de Petição conhecidos e providos.Tese de julgamento: "1. É cabível Agravo de Petição da decisão interlocutória que, na fase de execução, rejeita a arguição de prescrição intercorrente, por se tratar de decisão com potencial de causar gravame imediato à parte. 2. O fluxo do prazo da prescrição intercorrente de dois anos, previsto no art. 11-A da CLT, inicia-se com o descumprimento de determinação judicial proferida após a vigência da Lei nº 13.467/2017, independentemente da data de constituição do título executivo."Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 11-A, 893, § 1º, e 897, "a". Jurisprudência relevante citada: TST, Instrução Normativa nº 41/2018.

Processo: 0001192-30.2020.5.07.0039 **Julg.: 05/08/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. DECISÃO QUE INDEFERE MEDIDA EXECUTIVA. NATUREZA TERMINATIVA. RECORRIBILIDADE IMEDIATA. AUSÊNCIA DE PROPRIEDADE DO BEM. IMPOSSIBILIDADE DE CONSTRIÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO E AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Agravo de Instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a Agravo de Petição, sob o fundamento de que o ato atacado (indeferimento de imissão de posse em vaga de garagem) possuía natureza meramente interlocutória. No mérito do Agravo de Petição, discute-se a possibilidade de constrição de vaga de garagem de imóvel que não pertence à executada. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: (i) definir se a decisão que indefere medida executiva concreta e determina o início do prazo para a prescrição intercorrente

é recorrível de imediato via Agravo de Petição; e (ii) estabelecer se é possível a imissão de posse em vaga de garagem vinculada a imóvel cuja propriedade não é da executada. III. RAZÕES DE DECIDIR A decisão que, na fase de execução, indefere medida executiva e impulsiona o processo para a prescrição intercorrente transcende a natureza meramente interlocutória, pois obsta o prosseguimento efetivo da execução, assumindo caráter terminativo que desafia recurso imediato, nos termos do art. 897, "a", da CLT.A constrição de bens, seja por penhora ou imissão na posse, pressupõe que o bem integre o patrimônio do devedor. A prova documental que demonstra que o imóvel (e, por conseguinte, a vaga de garagem) não é de propriedade da executada impede juridicamente qualquer ato de constrição sobre ele.A penhora de vaga de garagem vinculada a bem de família exige, ademais, a demonstração de que a vaga possui matrícula autônoma no Registro de Imóveis, conforme Súmula 449 do STJ, ônus que compete ao exequente. IV. DISPOSITIVO E TESE Agravo de Instrumento provido e Agravo de Petição não provido.Tese de julgamento:A decisão que indefere medida executiva concreta e encaminha o processo para a prescrição intercorrente possui natureza terminativa, sendo recorrível de imediato por meio de Agravo de Petição.É juridicamente impossível a constrição de vaga de garagem quando as provas dos autos demonstram que o imóvel ao qual ela se vincula não é de propriedade da parte executada.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 893, § 1º, e 897, "a"; CF/1988, arts. 1º, III, e 226. Jurisprudência relevante citada: STJ, Súmula 449.

Processo: 0156800-82.2009.5.07.0014 **Julg.: 18/07/2025**
Rel. Desemb. Francisco José Gomes da Silva
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA. INDEFERIMENTO DE MEDIDAS EXECUTÓRIAS E SUSPENSÃO DO PROCESSO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO CABIMENTO. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Instrumento interposto contra decisão que denegou seguimento a Agravo de Petição. A decisão originária, objeto do recurso trancado, indeferiu pedidos de medidas executórias atípicas (expedição de ofício à ENEL e bloqueio de cartões de crédito) e determinou a suspensão da execução pelo

prazo de 02 anos para fins de contagem da prescrição intercorrente. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir a natureza jurídica da decisão que, na fase de execução, indefere diligências executivas e suspende o processo para a contagem do prazo prescricional intercorrente, a fim de aferir a sua recorribilidade imediata por meio de Agravo de Petição. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A decisão que indefere o pedido de novas diligências executivas não põe termo à execução nem decide incidente processual de forma definitiva, tratando-se de despacho de impulso processual que não impede o prosseguimento da execução por outros meios. 4. A suspensão da execução para a contagem do prazo da prescrição intercorrente não se reveste de caráter terminativo, pois constitui uma fase do processo executivo, cuja consequência (prescrição) é futura, condicionada e pode ser revertida pela indicação de bens pelo exequente. 5. Conforme o art. 893, § 1º, da CLT e a Súmula nº 214 do TST, as decisões de natureza interlocutória na Justiça do Trabalho são, em regra, irrecorríveis de imediato, não se enquadrando o CASO EM EXAME nas exceções previstas. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento:A decisão que indefere medidas executórias e determina a suspensão do processo para a contagem do prazo da prescrição intercorrente (art. 11-A da CLT) possui natureza interlocutória.É incabível a interposição de Agravo de Petição contra decisão de natureza interlocutória, por ausência do pressuposto de recorribilidade imediata, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT e da Súmula nº 214 do TST. Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 11-A e 893, § 1º. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 214.

Processo: 0000526-80.2015.5.07.0014 **Julg.: 28/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIAS. NATUREZA TERMINATIVA DA DECISÃO. PENHORA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. POSSIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO DE PETIÇÃO CONHECIDOS E PROVIDOS.

I. CASO EM EXAME Agravo de Instrumento do exequente da decisão que negou seguimento ao seu Agravo de Petição, por considerar irrecorrível de imediato o ato judicial que indeferiu a expedição de ofícios à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e à B3. A pretensão do Agravo de Petição originário era a reforma da decisão para autorizar a busca e penhora de valores existentes em planos de previdência privada e outros investimentos em nome da sócia da

executada, para fins de satisfação do crédito trabalhista. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) saber se a decisão que indefere diligências executórias, como a expedição de ofícios para localização de bens, possui natureza meramente interlocutória ou se, ao obstar o prosseguimento da execução, assume caráter terminativo, passível de impugnação imediata por meio de Agravo de Petição; e (ii) saber se os saldos de planos de previdência privada complementar são penhoráveis para garantir o pagamento de dívidas trabalhistas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A decisão que indefere a realização de diligências destinadas a encontrar bens do devedor, embora formalmente interlocutória, materialmente paralisa a execução e impede a satisfação do crédito. Tal ato judicial causa gravame imediato e irreparável ao exequente, assumindo um caráter terminativo que autoriza a interposição de Agravo de Petição. 4. O crédito trabalhista, por sua natureza alimentar, goza de ampla proteção e deve ter sua satisfação buscada por todos os meios executórios disponíveis, em observância ao princípio da efetividade da tutela jurisdicionaL. 5. Os valores depositados em planos de previdência privada, durante a fase de acumulação, ostentam a natureza de investimento financeiro, não se confundindo com os proventos de aposentadoria protegidos pela impenhorabilidade. 6. A jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho reconhece a possibilidade de penhora sobre saldos de previdência privada complementar (PGBL/VGBL) para a quitação de débitos trabalhistas. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Agravo de Instrumento conhecido e provido para destrancar o Agravo de Petição e, no mérito, Agravo de Petição conhecido e provido.Tese de julgamento: "1. A decisão proferida na fase de execução que indefere pedido de diligência para busca de bens penhoráveis, inviabilizando o prosseguimento do feito, ostenta natureza terminativa, sendo passível de impugnação imediata via Agravo de Petição. 2. Os saldos acumulados em planos de previdência privada complementar possuem natureza de aplicação financeira, sendo, portanto, penhoráveis para a satisfação de crédito trabalhista."Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 893, § 1º, e art. 897, "a"; CPC, art. 797 e art. 833, IV. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 214.

Processo: 0000054-84.2012.5.07.0014 **Julg.: 29/09/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO DE PETIÇÃO. PENHORA DE SALÁRIO. COMPROMETIMENTO DA SUBSISTÊNCIA. CABIMENTO.

I. CASO EM EXAME Agravo de Instrumento interposto contra decisão que negou seguimento ao Agravo de Petição, que visava à revogação da penhora de 15% sobre o salário do sócio da executada, sob a alegação de comprometimento da subsistência. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a decisão que determinou a penhora de salário é passível de Agravo de Petição, mesmo sendo interlocutória, quando a penhora compromete a subsistência do executado. III. RAZÕES DE DECIDIR A decisão que determina a penhora de salário, mesmo que em percentual reduzido, possui carga decisória que afeta diretamente a esfera jurídica do executado, na medida em que impõe restrição mensal sobre verba de natureza alimentar.O Agravo de Petição é cabível contra decisões que, embora interlocutórias, causam prejuízos relevantes à parte, como no caso em tela, em que a penhora compromete a subsistência do executado.A legislação trabalhista protege o salário do trabalhador, considerado verba de natureza alimentar e essencial para garantir uma vida digna.A jurisprudência do TST e de outros tribunais regionais tem se posicionado no sentido de que a penhora de salário não pode comprometer a subsistência do devedor.A manutenção da penhora, mesmo que em 15%, mostra-se desproporcional e violadora do princípio da dignidade da pessoa humana. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso provido.Tese de julgamento:É cabível Agravo de Petição contra decisão que determina a penhora de salário, mesmo sendo interlocutória, quando compromete a subsistência do executado.É incabível a penhora de salário quando esta comprometer a subsistência do executado, em razão da natureza alimentar da verba e da proteção ao princípio da dignidade da pessoa humana.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 897; CPC, art. 805; CF/88, art. 5º, LXI. Jurisprudências relevantes citadas: TRT-13 - Agravo De Petição: 0000113-61.2017.5.13.0004; TRT-9 - AP: 0000354-98.2012.5.09.0011.

Processo: 0000971-59.2014.5.07.0006 **Julg.:13/10/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. SOBRESTAMENTO DO FEITO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. PRECLUSÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO INDEVIDA. PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME: 1. Agravo de Petição interposto por entidade sindical contra sentença que extinguiu a Ação de Execução Individual de Sentença Coletiva, sem resolução de mérito, sob o fundamento de ausência de documentos indispensáveis à liquidação (extrato do FGTS, Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e contracheques), mesmo após determinação judicial para sua juntada. O

recorrente pugna pela reforma da aludida decisão, alegando que o ônus de impugnar os cálculos e apresentar a documentação correspondente é da ex-empregadora, no caso concreto, da executada principal, que não o fez no momento oportuno. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO :2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a inércia da executada em impugnar os cálculos de liquidação, no prazo legal, acarreta preclusão, dispensando a apresentação de documentação complementar pelo autor para comprovar os valores apurados nos referidos cálculos; (ii) estabelecer se a extinção da execução, nessas circunstâncias, configura violação ao princípio da efetividade da tutela jurisdicional e da razoável duração do processo. III. RAZÕES DE DECIDIR :3. A inércia da parte executada, que, devidamente intimada, não impugna a conta de liquidação apresentada pelo Sindicato exequente no prazo legal, gera a preclusão do seu direito de discutir os cálculos e acarreta a presunção de concordância com os valores apresentados. 4. A presunção da regularidade dos cálculos, diante da preclusão, torna desnecessária a juntada de documentos adicionais pelo autor, inexistindo óbice para a homologação da conta de liquidação. 5. A extinção da execução por ausência de documentos comprobatórios da liquidação revela-se indevida e contrária aos princípios da efetividade da tutela jurisdicional e da razoável duração do processo. 6. A eventual divergência entre a execução e o Título Executivo pode ser alegada a qualquer tempo, não se sujeitando à preclusão. IV. DISPOSITIVO E TESE :7. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. A ausência de impugnação pela empresa executada, no prazo legal, à conta de liquidação apresentada pelo Sindicato exequente, acarreta a preclusão e a presunção de sua concordância com os valores apontados, dispensando a apresentação de documentos complementares pela parte exequente para a análise da conta de liquidação ofertada. 2. A extinção da execução por ausência de documentos comprobatórios referentes à conta de liquidação apresentada, quando há preclusão em relação à impugnação aos referidos cálculos, vai de encontro aos princípios da efetividade da tutela jurisdicional e da razoável duração do processo.

Processo: 0000529-14.2025.5.07.0037 **Julg.: 22/10/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. COVID-19. ENQUADRAMENTO DA SUBSTITUÍDA NOS CRITÉRIOS DO TÍTULO EXECUTIVO. COISA JULGADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto pela executada em face de sentença que julgou improcedentes seus embargos à execução. A agravante alega a ilegitimidade ativa da substituída processual para figurar como beneficiária do título executivo oriundo de ação coletiva, que deferiu adicional de insalubridade em grau máximo pela exposição ao risco biológico do SARS-CoV-2. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se a substituída, na função de Técnica de Enfermagem no setor de Centro Cirúrgico, enquadra-se nos critérios objetivos fixados pelo título executivo judicial, o qual se reporta à tese firmada em Incidente de Assunção de Competência (IAC) e ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) da própria empresa. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A execução deve se ater aos estritos limites objetivos do título executivo judicial, sob pena de ofensa à coisa julgada, sendo vedada a rediscussão do mérito da causa na fase executória, conforme art. 879, § 1º, da CLT. 4. Tendo a tese jurídica vinculante, firmada em Incidente de Assunção de Competência (IAC nº 0080473-55.2020.5.07.0000), estabelecido que o direito ao adicional de insalubridade em grau máximo é devido aos trabalhadores "expostos ao risco biológico do SARS-CoV-2, descritos no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)", este passa a ser o critério objetivo e documental para a identificação dos beneficiários. 5. Se o PPRA da própria executada, documento técnico que integra o título por remissão, descreve a exposição da substituída ao risco de contaminação por COVID-19 em seu setor e função, resta inequívoco seu enquadramento nos limites da coisa julgada, não prosperando a tentativa de introduzir critérios restritivos não previstos no comando exequendo, como a atuação em "linha de frente". IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento:Em execução individual de sentença coletiva que defere adicional de insalubridade com base na descrição do risco no PPRA da empresa, a comprovação de que a função do substituído está ali arrolada como exposta ao agente insalubre é suficiente para demonstrar sua legitimidade, em respeito aos limites objetivos da coisa julgada.Dispositivos relevantes citados: CF, art. 5º, XXXVI; CLT, art. 879, § 1º. Jurisprudência relevante citada: TRT-7, IAC nº 0080473-55.2020.5.07.0000.

Processo: 0001340-19.2024.5.07.0001 **Julg.: 07/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DA EMBARGADA.ALIENAÇÃO DE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA E DE PROVA DE MÁ-FÉ DOS TERCEIROS ADQUIRENTES. MANUTENÇÃO DA DESCONSTITUIÇÃO DAINDISPONIBILIDADE. IMPROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto contra sentença que julgou procedentes os embargos de terceiro, determinando a desconstituição da indisponibilidade realizada via CNIB nos bojo do processo principal, nº 0113800-38.2009.5.07.0012. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a alienação do imóvel configura fraude à execução na ausência de averbação da demanda na matrícula;(ii) estabelecer se há prova de má-fé dos terceiros adquirentes apta a justificar a manutenção da constrição. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A jurisprudência consolidada na Súmula 375 do STJ condiciona o reconhecimento da fraude à execução à prova de má-fé do terceiro adquirente quando inexistente registro de penhora ou de averbação da demanda. 4. A transação do imóvel ocorreu em 23/07/2019, momento em que não constava quaisquer averbação de execução ou registro de penhora anterior, inexistindo presunção de má-fé dos compradores. 5. A exequente não comprova má-fé dos adquirentes nem demonstra que a alienação visava frustrar a execução, ao passo que os embargantes comprovam documentalmente a aquisição de boa-fé. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Agravo de petição conhecido e improvido. Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 792. Jurisprudências relevantes citadas: STJ, Súmula 375; TRT-7, AP nº 0000913-76.2021.5.07.0017, Rel. Des. Plauto Carneiro Porto, SE - I, p. 13/10/2025;TRT-7, AP nº 0000012-08.2025.5.07.0005, Rel. Des. Francisco José Gomes da Silva, SE - II, p. 13/10/2025.

Processo: 0001474-76.2025.5.07.0012 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.:Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DA EMBARGADA. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE VALOR DE MULTA. INEXISTÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO JUDICIAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. AGRAVO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela embargada contra a sentença que julgou procedentes os embargos de terceiros opostos por COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA para determinar a liberação do valor penhorado nos autos nº 00001085-88.2011.5.07.0010. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar se a embargante comprovou o envio das informações solicitadas pelo juízo, de modo a justificar a procedência dos embargos de terceiro e a consequente liberação do valor penhorado. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A comprovação do envio do e-mail pela embargante à Secretaria da Vara em 07/05/2025, contendo as informações

solicitadas, demonstra que não houve descumprimento de ordem judicial, o que afasta a legitimidade da multa aplicada nos autos da execução, estando correta a decisão agravada. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Agravo de petição conhecido e improvido.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 818Jurisprudência relevante citada: n/a.

Processo: 0001288-59.2025.5.07.0010 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.:Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DA EXEQUENTE. PARCELAMENTO DO DÉBITO NA EXECUÇÃO. ATRASO NO PAGAMENTO DE PARCELAS. MULTA DO ART. 916, § 5º, DO CPC. QUITAÇÃO INTEGRAL DO CRÉDITO. EXECUÇÃO EXTINTA. AGRAVO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela exequente em face da sentença que julgou extinta a execução. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se, no caso, deve incidir a multa de 100% sobre as parcelas não adimplidas e se deve haver o prosseguimento da execução. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Os documentos dos autos demonstram que todas as parcelas foram pagas, algumas tempestivamente e outras em atraso, estas com a multa de 10% prevista no art. 916, § 5º, do CPC e na decisão homologatória do parcelamento, resultando na quitação total do crédito exequendo. 4. Não há nos autos acordo homologado judicialmente, mas sim parcelamento na forma do art. 916 do CPC, de modo que não se aplica a disciplina do descumprimento de acordo, como sustentado pela agravante. Dessa forma, comprovada a satisfação integral do crédito, mantém-se a sentença que extinguiu a execução. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Agravo de petição conhecido e improvido.Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 916. Jurisprudência relevante citada: n/a.

Processo: 0000388-26.2019.5.07.0030 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DA PARTE EXEQUENTE. SUSPENSÃO DO FEITO EM RAZÃO DE IRDR. JULGAMENTO SUPERVENIENTE DO INCIDENTE. PERDA DO OBJETO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela parte exequente contra a decisão que determinou o sobrestamento da execução até o julgamento do IRDR nº 0001653-46.2025.5.07.0000. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se subsiste o interesse recursal do agravante diante do julgamento superveniente do IRDR que originou a determinação de suspensão do feito. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região julgou, em 03/10/2025, o IRDR nº 0001653-46.2025.5.07.0000, fixando o Tema nº 12. Com o julgamento definitivo do IRDR, esvazia-se o objeto do agravo, que se limitava a impugnar a suspensão do processo até a decisão do referido incidente. A perda superveniente do objeto impede a análise do mérito recursal, por ausência de interesse processual, impondo-se o não conhecimento do agravo. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Agravo de petição não conhecido.Dispositivo relevante citado: n/a. Jurisprudências relevantes citadas: TRT-7, IRDR nº 0001653-46.2025.5.07.0000 (Tema nº 12).

Processo: 0000871-24.2025.5.07.0005 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DO EXEQUENTE. ACORDO HOMOLOGADO. MULTA POR ATRASO NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO. EXIGIBILIDADE INDEPENDENTE DE PREJUÍZO. PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo exequente contra a decisão que indeferiu o pedido de aplicação da multa, reconhecendo o cumprimento integral do acordo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o atraso na comprovação do recolhimento do FGTS e da multa de 40%, ainda que sem demonstração de prejuízo, autoriza a incidência da multa prevista no acordo judicial homologado. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Acordos judicialmente homologados vinculam as partes e devem ser cumpridos nos exatos termos do título executivo, inclusive quanto à cláusula penal livremente pactuada. 4. O acordo estabeleceu prazo de 30 dias para comprovação do recolhimento do FGTS com multa de 40%, sob pena de multa de R$ 5.000,00, "independentemente do cumprimento extemporâneo obrigatório", o que afasta qualquer flexibilização quanto ao prazo. Assim, a incidência da cláusula penal não depende da comprovação de prejuízo, pois o próprio atraso já constitui violação do ajuste, frustrando a legítima expectativa da parte credora. IV. DISPOSITIVO E TESE

5. Agravo de petição conhecido e provido.Dispositivo relevante citado: CLT, art. 775. Jurisprudência relevante citada: TRT-7, AP nº 0001575-08.2024.5.07.0026, Rel. Des. Paulo Regis Machado Botelho, Seção Especializada I, p. 08/05/2025.

Processo: 0000892-34.2025.5.07.0026 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DO EXEQUENTE. MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS. SUSPENSÃO DE CNH, APREENSÃO DE PASSAPORTE, CANCELAMENTO DE CARTÃO DE CRÉDITO E BLOQUEIO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA/INTERNET. INEFICÁCIA E DESPROPORCIONALIDADE. IMPROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela parte exequente contra decisão que indeferiu os pedidos de suspensão da CNH, apreensão de passaporte, cancelamento de cartão de crédito e bloqueio de serviços de telefonia/*internet* dos executados sob o fundamento de que "entende-se que elas devem ser sopesadas com os princípios da utilidade da execução, da proporcionalidade e da razoabilidade, devendo ser utilizadas excepcionalmente". II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar se a adoção das medidas coercitivas atípicas pleiteadas (suspensão da CNH, apreensão de passaporte, cancelamento de cartão de crédito e bloqueio de serviços de telefonia/*internet*) atendem aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e utilidade no caso concreto, com vistas à satisfação do crédito exequendo. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O art. 139, IV, do CPC autoriza a adoção de medidas executivas atípicas para garantir o cumprimento das decisões judiciais, desde que respeitados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. No presente caso, os pedidos de suspensão da CNH, apreensão de passaporte, cancelamento de cartão de crédito e bloqueio de serviços de telefonia/*internet* demonstram ser medidas desnecessárias e ineficazes para garantirem a satisfação do crédito exequendo, devendo ser mantida a decisão que indeferiu tais pedidos. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Agravo de petição conhecido e improvido.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, incisos II, XV e LIV; CPC, art. 139, IV. Jurisprudências relevantes citadas: TRT-7 - AP:0001143-54.2013.5.07.0032, Rel. Francisco José Gomes da Silva, Seção Especializada II, p. 19.05.2025; TRT-7, AP nº 0000087-44.2012.5.07.0024, Re. Maria Roseli Mendes Alencar, Seção Especializada I, p. 07.09.2025.

Processo: 0001065-32.2014.5.07.0030 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. DEPÓSITO RECURSAL. METROFOR. ADPF 1145. PRECATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo exequente contra decisão que determinou a devolução do depósito recursal à METROFOR, em razão da ADPF 1145 do STF, que submete as execuções ao regime de precatórios. O agravante busca a liberação dos valores depositados, argumentando que o depósito foi voluntário e não viola a referida ADPF. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a decisão da ADPF 1145 do STF, que impõe o regime de precatórios às execuções contra a METROFOR, impede a liberação de depósito recursal já realizado em favor do exequente. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A ADPF 1145 do STF, em sua medida cautelar, determina a suspensão de todas as ordens judiciais de constrição de valores da METROFOR, submetendo as execuções ao regime de precatórios. 4. A liberação do depósito, ainda que voluntário, representaria a saída de recursos antes da expedição do precatório, ferindo a liminar do STF. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso conhecido e desprovido.Tese de julgamento:"A decisão da ADPF 1145 do STF impede a liberação de depósitos recursais em execuções contra a METROFOR, mesmo que voluntários, em razão da submissão ao regime de precatórios."Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 100; ADPF 1145. Jurisprudência relevante citada:TRT da 7ª Região (Seção Especializada I). Acórdão: 0000651-53.2021.5.07.0009. Relator(a): REGINA GLAUCIA CAVALCANTE NEPOMUCENO. Data de julgamento: 26/11/2024. TRT da 7ª Região; Processo: 0000454-25.2021.5.07.0001; Data de assinatura: 27-02-2025; Órgão Julgador: Gab. Des. Clóvis Valença Alves Filho - 3ª Turma; Relator(a): CLÓVIS VALENÇA ALVES FILHO.

Processo: 0000822-95.2021.5.07.0013 **Julg.: 22/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. GARANTIA INTEGRAL DO JUÍZO. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. ART. 884 DA CLT. TEMA VINCULANTE Nº 159, DO TST. AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição interposto pelas executadas contra decisão interlocutória que não conheceu dos Embargos à Execução por ausência de garantia integral do juízo. As Agravantes alegam o cumprimento

integral da obrigação de fazer (depósito de FGTS) e sustentam que a inexigibilidade do saldo remanescente cobrado afastaria a necessidade de garantia para oposição dos embargos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a alegação de cumprimento integral da obrigação e inexistência de débito remanescente autoriza o recebimento de Embargos à Execução sem a prévia e integral garantia do juízo, nos termos do art. 884 da CLT. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A garantia do juízo é pressuposto processual extrínseco de admissibilidade dos Embargos à Execução, conforme disposição literal e imperativa do art. 884 da CLT. 4. A discussão sobre a existência ou não de saldo devedor remanescente, bem como sobre o cumprimento integral da obrigação, constitui matéria de mérito dos embargos, cuja apreciação é condicionada ao prévio preenchimento dos requisitos de admissibilidade da medida. 5. A ausência de depósito ou penhora do valor executado, ainda que controverso, acarreta o não conhecimento dos Embargos à Execução, sem que isso configure cerceamento de defesa, por se tratar de aplicação de norma processual cogente. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Agravo de Petição não provido.Tese de julgamento:A garantia integral do juízo, nos termos do art. 884 da CLT, é pressuposto objetivo de admissibilidade dos Embargos à Execução, não podendo ser dispensada sob a alegação de inexistência do débito, pois tal matéria confunde-se com o mérito e só pode ser analisada após o conhecimento da medida.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 884 e 897, "a".

Processo: 0000604-20.2024.5.07.0027 **Julg.: 28/08/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL PENHORADO. CONTRATO PARTICULAR SEM ASSINATURA DA VENDEDORA E SEM REGISTRO. INDÍCIOS DE FRAUDE. MANUTENÇÃO DA PENHORA. AGRAVO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela terceira contra a sentença que julgou improcedentes os seus embargos para determinar a manutenção da penhora e da venda judicial do imóvel constrito no processo nº 0001613-67.2022.5.07.0033. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em determinar se a agravante é proprietária do imóvel objeto da penhora. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A propriedade de imóvel, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, somente se adquire com o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis, conforme arts. 1.227 e 1.245, § 1º,

do CC, o que não ocorreu no caso concreto. 4. O fato de a suposta vendedora do imóvel não reconhecer a venda do bem em questão, bem como a ausência de sua assinatura no contrato particular, inviabiliza o reconhecimento de validade mínima do negócio jurídico apresentado para comprovação da propriedade. 5. Os indícios de fraude, como o valor irrisório da venda, a ausência de comprovantes de pagamento, a inexistência de atos possessórios e a ausência de assinatura, reforçam a inviabilidade de afastamento da constrição judicial. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Agravo de petição conhecido e improvido.Dispositivos relevantes citados: CC, arts. 1.227 e 1.245, § 1º. Jurisprudência relevante citada: n/a.

Processo: 0001065-37.2025.5.07.0033 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Carlos Alberto Trindade Rebonatto
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO. LIMITAÇÃO PELO JUIZ. PODER DE DIREÇÃO DO PROCESSO. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto pelo sindicato exequente contra decisão que, em cumprimento de sentença coletiva, limitou o polo ativo da execução a apenas um dos dez substituídos indicados na petição inicial. O agravante pleiteia a reforma da decisão para que a execução prossiga com o litisconsórcio ativo facultativo de dez trabalhadores, alegando ofensa à coisa julgada e aos princípios da celeridade e economia processual. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a limitação do litisconsórcio ativo facultativo na fase de execução, por decisão do juízo, com base no art. 113, § 1º, do CPC, representa um exercício regular do poder de direção do processo ou uma violação à coisa julgada e aos princípios processuais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Despachos de mero impulso processual, que ordenam o modo de processamento do feito, não transitam em julgado materialmente e, portanto, não vinculam o juízo da execução quanto à formação do litisconsórcio. 4. A fixação de um número "máximo" de litigantes em um despacho não estabelece um número mínimo obrigatório, permitindo ao juiz da execução, dentro de sua discricionariedade, adotar número inferior.5. O juiz possui o poder-dever de limitar o litisconsórcio facultativo na fase de execução quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar o cumprimento da sentença, conforme expressa autorização do art. 113, § 1º, do CPC. 6. A limitação do número de exequentes em um mesmo processo não configura negativa de acesso à justiça, pois não impede que os demais substituídos ajuízem suas próprias ações de cumprimento de sen-

tença. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. A limitação do litisconsórcio ativo facultativo na fase de execução é faculdade conferida ao magistrado pelo art. 113, § 1º, do CPC, constituindo exercício regular do poder de direção do processo para assegurar a razoável duração do litígio. 2. A determinação do modo de processamento da execução, contida em despacho de mero expediente proferido na fase de conhecimento, não faz coisa julgada material e não vincula o juízo da execução. 3. A extinção do processo em relação aos demais substituídos, em decorrência da limitação do litisconsórcio, não viola o direito de ação, que pode ser exercido em execuções individuais ou em novos grupos. Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 113, § 1º; CLT, art. 769. Jurisprudência relevante citada: Nenhuma jurisprudência relevante citada.

Processo: 0001540-17.2024.5.07.0004 **Julg.: 15/09/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. 1. PRELIMINAR DE DESERÇÃO.

Não é requisito de admissibilidade do Agravo de Petição o recolhimento de custas fixadas na execução. Diferente da fase de conhecimento, em que o recolhimento de custas é requisito essencial para admissibilidade do apelo (§ 1.º do art. 789 da CLT), as custas da execução são pagas ao final, conforme previsto no art. 789-A da CLT e não na oportunidade do recurso. Preliminar rejeitada.

2. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL.

Sindicatos, atuando como substitutos processuais em execução individual de sentenças coletivas, fazem jus à justiça gratuita, mesmo sem comprovação estrita de hipossuficiência, em razão da natureza coletiva da demanda e da finalidade de efetivação de direitos reconhecidos em sede coletiva. A aplicabilidade subsidiária do art. 87 do CDC e do art. 18 da Lei da Ação Civil Pública, que dispõem sobre a isenção de custas em ações coletivas, é justificada pela natureza da execução, que materializa direitos reconhecidos em sede coletiva. O deferimento da justiça gratuita ao sindicato, substituto processual em execução individual de sentença coletiva, implica a exclusão de sua condenação ao pagamento de custas processuais.

3. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PESSOAIS DO SUBSTITUÍDO NA PETIÇÃO INICIAL. TESE JURÍDICA FIXADA NO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) Nº 0001653-46.2025.5.07.0000

O Pleno deste Regional, no julgamento do IRDR em epígrafe, com o fito de definir se a apresentação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do substituído é um requisito indispensável da petição inicial na execução individual de sentença coletiva ajuizada por sindicato, na condição de substituto processual, e a quem recai o ônus de tal juntada, fixou a seguinte tese "1. É desnecessária a apresentação de rol nominal ou de CPF dos substituídos na petição inicial de execução individual de sentença coletiva ajuizada por sindicato na qualidade de substituto processual, enquanto requisito. Tal exigência não encontra respaldo no art. 319 do CPC, tampouco no art. 8º, III da Constituição, configurando criação judicial de requisito não previsto em lei. 2. A individualização dos beneficiários pode ocorrer na fase de liquidação ou execução, a partir de dados fornecidos pelo empregador, ou apurados em perícia técnica, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme o caso concreto. 3. Cabe à empresa o ônus processual de apresentar o número do CPF do empregado, na qualidade de executada, por ser detentora de melhor aptidão para a prova.", restando, pois, provido o agravo, para fins de determinar a devolução dos autos à origem com vistas ao prosseguimento do processo de cumprimento de sentença. Recurso conhecido e provido.

Processo: 0000670-05.2025.5.07.0014 **Julg.: 10/12/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC. SUSPENSÃO DE CNH E BLOQUEIO DE CARTÕES DE CRÉDITO. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS EXECUTIVOS EM CURSO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE OCULTAÇÃO DE BENS. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição interposto pelo exequente contra decisão que, em fase de execução, indeferiu o pedido de aplicação de medidas coercitivas atípicas, consistentes na suspensão da CNH e no bloqueio de cartões de crédito da executada, sob o fundamento da frustração da execução. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se é cabível a adoção de medidas executivas atípicas quando, apesar da longa duração do processo, já existem outros meios de satisfação do crédito em andamento (penhora sobre benefício previdenciário) e não há prova de ocultação de bens ou má-fé da parte executada. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A aplicação das medidas coercitivas atípicas previstas no art. 139, IV, do CPC, embora constitucional,

não é irrestrita, condicionando-se aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e, notadamente, da subsidiariedade. 4. O requisito da subsidiariedade não se preenche quando um meio executivo típico, como a penhora sobre proventos de aposentadoria, já se encontra em curso, o que descaracteriza a premissa de absoluta frustração da execução. 5. A ausência de demonstração de que a parte devedora oculta patrimônio ou age com má-fé processual impede a adoção de medidas gravosas, que, nesse contexto, perdem o caráter de meio coercitivo para se converterem em sanção pessoal, sem nexo de utilidade com a satisfação do crédito. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento:A aplicação das medidas coercitivas atípicas previstas no art. 139, IV, do CPC é subsidiária e exige o esgotamento dos meios executivos tradicionais, bem como a presença de indícios de ocultação de patrimônio ou má-fé do devedor.A existência de penhora ativa sobre benefício previdenciário da parte executada afasta o requisito da subsidiariedade para a imposição de medidas coercitivas extremas como a suspensão da CNH, por não se configurar o cenário de frustração total da execução.Dispositivos relevantes citados:Código de Processo Civil, art. 139, IV. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI nº 5941.

Processo: 0060900-78.2004.5.07.0004 **Julg.: 10/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. REDIRECIONAMENTO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL SUSPENSA. CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO. DIAS EFETIVAMENTE TRABALHADOS (FÉRIAS). PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA.

I. CASO EM EXAME: 1. Agravo de Petição interposto em face da decisão que, em sede de embargos à execução, manteve o redirecionamento da execução para a empresa tomadora de serviços, responsável subsidiária, sem a realização de atos expropriatórios contra a devedora principal, que se encontrava em recuperação judicial. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO : 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a execução deve ser redirecionada contra a responsável subsidiária sem que configurada a inadimplência da devedora principal; (ii) definir se houve preclusão da análise da impugnação aos cálculos. III. RAZÕES DE DECIDIR : 3. Considerando a suspensão da recuperação judicial da primeira executada, devedora principal, contra a qual não foi adotada nenhuma medida expropriatória nos autos, e a indicação de bens da mesma, a execução deve ser iniciada, primeiramente, contra ela e, somente no caso de frustração, ser redirecionada em face do responsável subsidiário. 4. Para a configuração da inadimplência da primeira reclamada, e o consequente retorno da execução em face da terceira reclamada,

responsável subsidiário e ora agravante, não há a necessidade do exaurimento de todos os atos expropriatórios, nem o redirecionamento da execução contra os sócios das devedoras principais. 5. A análise dos autos revela que a matéria relativa aos dias trabalhados nas férias para a apuração das horas extras e do vale-refeição foi devidamente impugnada pela agravante, em momento oportuno, e que a insurgência seguiu a sistemática processual própria da execução trabalhista, não se havendo cogitar da preclusão. 6. Impositivo o retorno dos autos para a devida complementação da prestação jurisdicional, sob pena de supressão de instância. IV. DISPOSITIVO E TESE : Recurso parcialmente provido para determinar que a sejam realizados os atos expropriatórios, inicialmente, contra a devedora principal (primeira reclamada) e somente em caso de frustrada a execução, prossiga-se em face da responsável subsidiária, bem como o retorno dos autos à Vara de origem a fim de que seja analisada a impugnação aos cálculos apresentada pela agravante. Tese de julgamento: 1. A execução deve, inicialmente, ser direcionada contra a devedora principal. Somente em caso de frustrada a execução deve esta prosseguir em face da responsável subsidiária. 2. "A demonstração do inadimplemento do devedor principal, em obrigação subsidiária, dispensa o exaurimento prévio da execução contra este e seus sócios, autorizando, desde logo, o redirecionamento da execução para o devedor subsidiário." Tema 133 de Incidente de Recurso Repetitivo do TST. 3. Não configurada a preclusão, impõem-se o retorno dos autos à origem a fim de que seja analisada a matéria da impugnação, sob pena de supressão de instância.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 897, § 1º; CPC, art. 805 e 790, II; Lei nº 11.101/2005, art. 6º, § 3º e art. 83; Súmula 331, IV, do TST.

Processo: 0001155-64.2024.5.07.0038 **Julg.: 14/12/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE TODOS OS MEIOS CONTRA O DEVEDOR PRINCIPAL. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição interposto pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, na condição de responsável subsidiária, contra sentença que julgou improcedentes os embargos à execução opostos. Sustenta a necessidade de esgotamento de todos meios executórios em face do devedor principal antes do redirecionamento da execução contra si. II. QUESTÃO EM

DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o redirecionamento da execução trabalhista contra o responsável subsidiário depende do esgotamento prévio das tentativas de satisfação do crédito em face do devedor principal e de seus sócios. III. RAZÕES DE DECIDIR A inadimplência do devedor principal configura presunção suficiente de sua insolvência, autorizando o redirecionamento da execução contra o devedor subsidiário, sem que se exija o esgotamento absoluto de todos os meios executórios.A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho firmou entendimento no sentido de que, uma vez infrutífera a execução contra o empregador direto, é válida a responsabilização do devedor subsidiário, independentemente da prévia execução dos sócios da empresa principal.A insistência na busca de bens inexistentes ou de difícil localização viola os princípios da razoável duração do processo, da economia e da celeridade processual.A responsabilidade subsidiária imposta à CAGECE, nos moldes do título executivo, permite o prosseguimento da execução contra si diante da ineficácia da cobrança ao devedor original. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:A execução contra o devedor subsidiário é legítima após constatada a inadimplência do devedor principal, prescindindo do esgotamento de todas as diligências executórias contra este ou seus sócios.A exigência de esgotamento absoluto dos meios executórios viola os princípios da celeridade, da economia processual e da razoável duração do processo.O redirecionamento da execução ao responsável subsidiário encontra respaldo na jurisprudência pacífica do TST, ainda que não promovida execução prévia contra os sócios do devedor principal. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LXXVIII; CLT, art. 876; CPC, art. 779; Súmula nº 331, IV e V, do TST. Jurisprudência relevante citada:TST, AIRR-336-72.2019.5.06.0413, Rel. Min. Delaide Alves Miranda Arantes, 8ª Turma, j. 23.06.2021, DEJT 25.06.2021.TRT-6, AP 0000835-63.2022.5.06.0021, Rel. Des. Paulo Alcântara, 2ª Turma. TST, Ag-AIRR-1151-04.2013.5.21.0012, Rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 07.02.2020

Processo: 0001408-82.2024.5.07.0028 **Julg.: 14/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. AFASTADA. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. ACORDO

JUDICIAL. DESCUMPRIMENTO NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição interposto pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO CEARÁ contra a decisão da 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza que extinguiu o processo de Cumprimento de Sentença Coletiva, sem resolução do mérito, por ausência de interesse de agir e inadequação da via eleita. O Sindicato recorrente busca a reforma da decisão para que seja reconhecido o direito ao cumprimento individual da sentença proferida na Ação Civil Pública nº 0142500-51.2009.5.07.0003, com o consequente prosseguimento da execução das obrigações de pagar. A empresa agravada, VICUNHA TÊXTIL S/A, em contraminuta, pugna pela manutenção da sentença e argui litigância de má-fé. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se é cabível a execução individual autônoma para cobrança de sanções pecuniárias decorrentes do alegado descumprimento de obrigação de fazer estabelecida em Ação Civil Pública, reconhecendo-se a legitimidade do sindicato para a causa; e (ii) apreciar, em sede de causa madura, se a ausência de uma renegociação formal de acordo judicial firmado entre a empresa executada e o Ministério Público do Trabalho resultou no restabelecimento automático da plena eficácia da sentença coletiva originária. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. As consequências pecuniárias decorrentes do descumprimento de uma obrigação de fazer de escopo coletivo, como multas e pagamentos em dobro, configuram direitos individuais homogêneos. Tais direitos, embora de origem fática comum, possuem titularidade e extensão individualizadas, o que legitima a execução individual. 4. A legislação (arts. 97 e 98 do Código de Defesa do Consumidor) confere ao titular do direito a faculdade de escolher a via processual que lhe pareça mais adequada, seja individual ou coletiva, violando o acesso à justiça (art. 5º, XXXV, da CF/88) a imposição de aguardar prévia apuração em ação coletiva. 5. Em aplicação da teoria da causa madura (art. 1.013, § 3º, do CPC), a análise do acordo judicial e seu aditivo revela o estabelecimento de um mecanismo de cumprimento de natureza sucessiva e autossuficiente, que previa a apresentação periódica de escalas, dispensando a celebração de um novo pacto formal a cada triênio. 6. A conduta do sindicato, ao anuir tacitamente com o modo de execução do acordo por longo período e, posteriormente, alegar sua invalidade para pleitear penalidades, revela-se contraditória e viola o princípio da boa-fé objetiva, na vertente do venire contra factum proprium. 7. O sindicato não possui legitimidade ativa para executar a multa destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por se tratar de crédito de natureza pública, cuja titularidade é do autor da ação coletiva (MPT) ou da União. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso conhecido e provido em parte para afastar a extinção sem resolução do mérito; no mérito, nos termos do art. 1.013, § 3º, do CPC, julgada improcedente a

pretensão executória.Tese de julgamento:As consequências patrimoniais decorrentes do descumprimento de obrigação de fazer imposta em sentença coletiva constituem direitos individuais homogêneos, passíveis de execução individual, havendo legitimidade concorrente e disjuntiva para a sua propositura.A ausência de renegociação formal de acordo judicial que prevê um mecanismo de cumprimento sucessivo e autossuficiente não reativa automaticamente a eficácia plena de sentença coletiva quando demonstrado o cumprimento material das obrigações pactuadas.A anuência tácita da entidade sindical com o modo de cumprimento do acordo por longo período, gerando legítima expectativa na parte contrária, impede posterior questionamento judicial com base em comportamento contraditório, por violação à boa-fé objetiva.O sindicato não possui legitimidade ativa para executar multas revertidas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, previstas em sentença coletiva ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, XXXV; CPC, art. 1.013, § 3º; Lei 8.078/1990 (CDC), arts. 97 e 98. Recurso conhecido e provido em parte para afastar a extinção sem resolução do mérito; no mérito, nos termos do art. 1.013, § 3º, do CPC, julgada improcedente a pretensão executória.

Processo: 0000523-64.2025.5.07.0018 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS. PRECLUSÃO AFASTADA. PROVIMENTO PARCIAL.

I. CASO EM EXAME: 1. Agravo de Petição interposto contra decisão que considerou inepto e precluso o pedido de pagamento de cestas básicas, homologando os cálculos liquidatórios, relativos, tão somente, a parcelas do plano de saúde, indenização por dano moral e verba honorária. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO : 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se houve preclusão do pedido de cumprimento da obrigação de fornecer cestas básicas, sob pena de multa no caso de descumprimento, conforme estabelecido em título executivo judicial transitado em julgado. III. RAZÕES DE DECIDIR : 3. A parte exequente concordou com os cálculos apresentados pela parte executada, restritos às obrigações de pagar, não se havendo cogitar de preclusão nesse aspecto. 4. A preclusão não se aplica ao cumprimento da coisa julgada, sendo o fornecimento de cestas básicas uma obrigação estabelecida no título executivo judiciaL. 5. A executada alegou o cumprimento da obrigação de fornecer cestas básicas, mas o Juízo de origem não analisou essa questão. 6. Devem os autos retornarem à origem, para a devida complementação da prestação jurisdicional.

IV. DISPOSITIVO E TESE : 7. Recurso parcialmente provido a fim de, afastando a preclusão, determinar o retorno dos autos à origem para a complementação da prestação jurisdicional.Tese de julgamento: 1. A preclusão não se aplica a pedido de cumprimento de obrigação estabelecida em título executivo judicial transitado em julgado. 2. Compete ao juízo de origem analisar o cumprimento da obrigação de fornecer cestas básicas, conforme estabelecido no título executivo, prevenindo-se supressão de instância.

Processo: 0001233-49.2019.5.07.0033 **Julg.: 21/10/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. IMPENHORABILIDADE DE VALORES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM PÚBLICA DOS RECURSOS. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela parte executada, ACENI - INSTITUTO DE ATENÇÃO À SAÚDE E EDUCAÇÃO, inconformada com sentença que, ante a ausência de documentação comprobatória de que os valores bloqueados em suas contas bancárias se referem a repasses de ente público, bem como sua destinação específica, julgou improcedentes os embargos à execução e manteve a penhora realizada nos autos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se os valores bloqueados nas contas bancárias da executada estão protegidos pela regra de impenhorabilidade prevista no art. 833, IX, do CPC, à luz da ausência de comprovação da origem pública dos recursos. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O art. 833, IX, do CPC assegura a impenhorabilidade de recursos públicos recebidos por instituições privadas destinados compulsoriamente à aplicação em educação, saúde ou assistência social. 4. A executada não apresenta documentação hábil que demonstre que os valores penhorados possuem origem pública ou estão vinculados a convênios com ente público. 5. A ausência de comprovação específica da origem pública dos valores, bem como destinação específica afasta a aplicação da impenhorabilidade prevista no art. 833, IX, do CPC. 6. Jurisprudência desta Corte reforça a necessidade de prova cabal da origem pública dos valores para o reconhecimento da impenhorabilidade, conforme precedentes colacionados. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento: 1. Os valores depositados em contas bancárias somente se qualificam como impenhoráveis, nos termos do art. 833, IX, do CPC, quando comprovada, por meio de documentos idôneos, sua origem pública e sua vinculação compulsória à aplicação em educação, saúde ou

assistência social.Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 833, IX. Jurisprudência relevante citada: TRT da 7ª Região, Processo: 0001218-90.2022.5.07.0028, Rel. Des. Antônio Teófilo Filho, j. 14.08.2024; TRT da 7ª Região, Processo: 0001005-23.2022.5.07.0016, Rel. Des. Carlos Alberto Trindade Rebonatto, j. 09.05.2024.

Processo: 0001273-41.2022.5.07.0028 **Julg.: 31/07/2025**
Rel Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SÓCIA OCULTA. ADMISSIBILIDADE. GARANTIA DO JUÍZO. DISPENSA. ART. 855-A, § 1º, II, DA CLT. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. CRITÉRIO DE APURAÇÃO. PRECLUSÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Da decisão que acolhe o incidente de desconsideração da personalidade jurídica na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo, por expressa disposição do art. 855-A, § 1º, II, da CLT. Preliminar de deserção arguida em contrarrazões rejeitada.A disponibilização de chave PIX pessoal para recebimento de valores no caixa da empresa executada constitui forte indício de confusão patrimonial e fraude à execução, invertendo-se o ônus da prova. Cabe ao terceiro incluído no polo passivo demonstrar a regularidade e independência de suas operações financeiras, sob pena de ser mantida sua responsabilidade pelo débito.Não configura cerceamento de defesa o indeferimento de dilação probatória quando, oportunizada a manifestação prévia, a parte não se desincumbe do seu ônus probatório mínimo, tornando a prova requerida (perícia contábil) inútil para o deslinde da controvérsia.A impugnação a critérios de cálculo da liquidação, como a incidência ou não de contribuição previdenciária patronal em razão do regime tributário da empresa (Simples Nacional), sujeita-se à preclusão temporal do art. 879, § 2º, da CLT, não se caracterizando como erro material passível de correção a qualquer tempo. O terceiro que ingressa na execução recebe o processo no estado em que se encontra, sujeitando-se aos efeitos da preclusão operada. IV. DISPOSITIVO E TESE Agravo de Petição conhecido e não provido.Tese de julgamento:A prova indiciária robusta de confusão patrimonial, como o uso de conta pessoal de terceiro para recebimento de faturamento da empresa, inverte o ônus probatório, cabendo ao terceiro incluído no polo passivo demonstrar a licitude e a independência de suas operações, sob pena de ser mantido

como responsável pelo débito.A discussão sobre critérios de apuração da conta de liquidação, não se tratando de mero erro aritmético, deve ser arguida em momento oportuno (art. 879, § 2º, da CLT), sob pena de preclusão, cujos efeitos se estendem ao terceiro posteriormente incluído na execução.Dispositivos relevantes citados: Constituição Federal, art. 5º, XXXVI e LV; Consolidação das Leis do Trabalho, arts. 836 e 879, § 2º; Código de Processo Civil, art. 507. Jurisprudência relevante citada: TRT-7 - AP: 00432009520055070023.

Processo: 0000096-38.2023.5.07.0018 **Julg.: 18/07/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL. UTILIZAÇÃO DO SISTEMA CRC-JUD. LOCALIZAÇÃO DE ESTADO CIVIL E VÍNCULO CONJUGAL. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela exequente contra decisão que indeferiu o pedido de uso do CRC-JUD. A agravante requer a reforma da decisão no sentido de ser deferida a utilização da ferramenta, como tentativa de viabilizar a satisfação do seu crédito. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se é cabível o uso do sistema CRC-JUD como meio auxiliar de investigação patrimonial na execução trabalhista, visando a identificação de vínculos jurídicos familiares e a consequente constrição de bens comuns. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O CRC-JUD é ferramenta oficial que centraliza certidões de registro civil e permite ao juízo identificar o estado civil e o regime de bens do executado, sendo meio legítimo para viabilizar a penhora de fração de meação nos bens comuns do casal. 4. A execução tramita desde 2015 sem êxito em localizar bens do executado, o que justifica a adoção de diligências mais amplas e eficazes para garantir a efetividade da execução e resguardar o princípio da razoável duração do processo. 5. A utilização do CRC-JUD atende aos critérios de adequação, necessidade e proporcionalidade, não se configurando como devassa despropositada, mas como diligência razoável para apuração de patrimônio sujeito à execução. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso provido.Tese de julgamento: "1. O uso do sistema CRC-JUD é medida legítima e adequada na execução trabalhista para identificar vínculos conjugais do executado, viabilizando a constrição de bens comuns passíveis de penhora. 2. A adoção de diligências

amplas e eficazes para localização patrimonial atende ao princípio da efetividade da execução e à razoável duração do processo."Dispositivos relevantes citados: CPC/2015, arts. 790; CC, art. 1664; CF/1988, art. 5º, LXXVIII. Jurisprudência relevante citada: não consta

Processo: 0000792-85.2021.5.07.0037 **Julg.: 14/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 40 DA LEI 6.830/80. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela parte exequente contra decisão que declarou a prescrição intercorrente da execução, com fundamento no art. 40, § 4º, da Lei 6.830/80, aplicado subsidiariamente à CLT. A exequente sustenta que a impossibilidade da aplicação do art. 11-A da CLT, que não permaneceu inerte, requerendo diligências. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se é aplicável a prescrição intercorrente na execução trabalhista quando transcorrido o prazo de cinco anos sem movimentação útil do processo, após a suspensão da execução, nos termos da Lei n. 6.830/80. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho é cabível nos termos do art. 40 da Lei n. 6.830/80, aplicado subsidiariamente à CLT, desde que observados os requisitos de suspensão da execução e o decurso do prazo prescricional. 4. No caso concreto, houve a suspensão da execução e o arquivamento provisório por mais de cinco anos, sem qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição, tornando correta a extinção do feito com fundamento no art. 40, § 4º, da Lei 6.830/80.5. O art. 11-A da CLT, introduzido pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), não foi aplicado ao caso, pois o título judicial foi constituído antes da vigência da nova regra. Assim, a prescrição intercorrente seguiu o prazo quinquenal previsto na Lei nº 6.830/80. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso desprovido.Tese de julgamento: "1. O art. 40 da Lei n. 6.830/80 se aplica subsidiariamente ao processo do trabalho, conforme o art. 889 da CLT. 2. A prescrição intercorrente é aplicável à execução trabalhista quando observado o procedimento do art. 40 da Lei nº 6.830/80. 3. O prazo prescricional intercorrente na Justiça do Trabalho, antes da Reforma Trabalhista, é quinquenal, conforme Súmula 314 do STJ."Dispositivos relevantes citados: CLT, arts 769 e 889; CPC, art. 924, V; Lei 6.830/80, art. 40; Súmula 314. Jurisprudência relevante citada: Não se aplica.

Processo: 0070300-56.2003.5.07.0003 **Julg.: 18/07/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA. PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME: 1. Agravo de petição interposto pelo exequente contra decisão que, com base no art. 11-A da CLT, extinguiu o processo com julgamento de mérito, reconhecendo a prescrição intercorrente. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO : 2. A questão central consiste em definir se a conduta processual do exequente caracterizou inércia, a fim de justificar a aplicação da prescrição intercorrente. III. RAZÕES DE DECIDIR : 3. A Lei nº 13.467/2017 incluiu o art. 11-A na CLT, autorizando a aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho, com prazo de dois anos, a partir do descumprimento de determinação judicial no curso da execução. 4. O exequente foi intimado para indicar bens à penhora, e, após, solicitou consultas ao BACEN CCS e SINPER.5. O Juízo de origem determinou a notificação da empresa e de um possível sócio oculto, diante do resultado da pesquisa CCS, que identificou um possível sócio oculto. 6. O exequente solicitou, posteriormente, que fossem oficiadas empresas telefônicas e a ENEL, bem como pesquisa no sistema INFOSEG. 7. As diligências realizadas pelo exequente não foram consideradas inócuas, pois visavam à satisfação do crédito, e, portanto, não caracterizaram inércia. 8. O insucesso das medidas requeridas pelo exequente e deferidas pelo Juízo de origem não caracteriza inércia. IV. DISPOSITIVO E TESE : 9. Recurso provido.Tese de julgamento:O insucesso de diligências processuais, determinadas pelo juízo, não caracteriza inércia da parte exequente, apta a ensejar a aplicação da prescrição intercorrente.

Processo: 0000314-66.2018.5.07.0010 **Julg.: 16/10/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 1ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ART. 10 DA LEI Nº 12.016/2009. RECURSO QUE APRESENTA FUNDAMENTAÇÃO IMPERTINENTE E INCAPAZ DE ATACAR OS TERMOS DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 422, ITEM III, DO TST.

Sem que as razões recursais sejam aptas a atacar os fundamentos da decisão agravada, consoante inteligência da Súmula 422, item III, do TST, porquanto apresenta argumentação impertinente e dissociada dos motivos que ensejaram o indeferimento da petição inicial do mandado de segurança, impõe-se não conhecer do presente agravo regimental, por ausência de requisito extrínseco de admissibilidade.

Processo: 0004784-29.2025.5.07.0000 **Julg.:08/10/2025**
Rel. Desemb. João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR SER CONSIDERADO DESCABIDO. EXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO (ART. 897, ALÍNEA "A", DA CLT), JÁ MANEJADO PELO IMPETRANTE.

Mantidos os fundamentos para o indeferimento da petição inicial do mandado de segurança, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.016/2009 c/c art. 897, alínea "a", da CLT, nega-se provimento ao agravo regimental.

Processo: 0004364-24.2025.5.07.0000 **Julg.: 06/10/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO REGIMENTAL. NULIDADE PROCESSUAL ABSOLUTA. JUNTADA DE CONTESTAÇÃO PELA SECRETARIA DA VARA. ATO PRIVATIVO DA PARTE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA INÉRCIA DA JURISDIÇÃO, DA IMPARCIALIDADE E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1.Agravo Regimental interposto em face de decisão monocrática que, de ofício, declarou a nulidade absoluta dos atos processuais a partir da citação, em razão da juntada da contestação da parte Reclamada ter sido realizada pela Secretaria da Vara, sem a assinatura de advogado. O Agravante pugna pela reforma da decisão para validar os atos praticados, sob o argumento da excepcionalidade decorrente de litigância de massa. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2.

A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a juntada de contestação aos autos, realizada diretamente pela Secretaria da Vara do Trabalho em nome da parte Reclamada, configura mera irregularidade formal, sanável pelos princípios da instrumentalidade das formas e da ausência de prejuízo, ou se constitui vício processual absoluto, por violação aos princípios da inércia da jurisdição, da imparcialidade e da capacidade postulatória, a justificar a anulação de ofício dos atos processuais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A atuação da Secretaria da Vara, ao juntar peça de defesa em nome da parte, extrapola as atribuições de impulso oficial e usurpa a prática de um ato processual privativo do advogado, configurando quebra da inércia da jurisdição e da imparcialidade do juízo. 4. O vício decorrente da quebra da imparcialidade judicial não é de mera forma, mas de substância, atingindo a ordem pública processual e, portanto, não se sujeita à convalidação pelos princípios da instrumentalidade das formas e da ausência de prejuízo (pas de nullité sans grief), sendo o prejuízo presumido (in re ipsa).5. A litigância de massa e as dificuldades operacionais do juízo, embora representem desafios à gestão processual, não constituem justificativa para a flexibilização de garantias constitucionais basilares, como o devido processo legal, a imparcialidade e a paridade de armas. 6. A submissão da decisão monocrática à apreciação do órgão colegiado, por meio do Agravo Regimental, supre eventual ofensa ao princípio da colegialidade, garantindo a revisão da matéria pela Turma competente. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1.A juntada de contestação ou de qualquer outra peça processual privativa da parte, realizada por servidor do Judiciário, constitui nulidade processual absoluta por violação direta aos princípios da inércia da jurisdição, da imparcialidade do juízo e do devido processo legal. 2.O vício que compromete a imparcialidade judicial macula a ordem pública processual, sendo insanável e impassível de convalidação pelos princípios da instrumentalidade das formas ou da ausência de prejuízo, autorizando sua declaração de ofício em qualquer tempo e grau de jurisdição.Dispositivos relevantes citados: Constituição Federal, art. 93, IX; Código de Processo Civil, art. 2º; Consolidação das Leis do Trabalho, art. 794.

Processo: 0001055-20.2025.5.07.0024 **Julg.: 11/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. CONEXÃO. RISCO DE DECISÕES CONFLITANTES. AJUIZAMENTO DE DUAS AÇÕES COM A MESMA CAUSA DE PEDIR REMOTA. CONFLITO REJEITADO.

I. CASO EM EXAME 1. Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Juízo da 16ª Vara do Trabalho de Fortaleza em face do Juízo da 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0000282-90.2025.5.07.0018. A controvérsia cinge-se à definição do juízo competente para julgar a segunda de duas ações ajuizadas pelo mesmo reclamante contra a mesma empresa, fundadas na mesma relação jurídica, mas com pedidos distintos, sob o argumento de prevenção para evitar decisões conflitantes. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o ajuizamento de duas reclamações trabalhistas pelo mesmo autor contra a mesma ré, fundadas na mesma relação jurídica de prestação de serviços, mas com pedidos distintos (uma visando ao reconhecimento de vínculo e outra à reativação de conta na plataforma), configura hipótese de conexão por risco de decisões conflitantes (art. 55, § 3º, do CPC), a justificar a reunião dos processos no juízo prevento. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Duas ou mais ações possuem causa de pedir substancialmente coincidente quando se fundam na mesma relação jurídica e no mesmo núcleo fático, ainda que formulem pedidos distintos. 4. O julgamento separado de ações com a mesma causa de pedir remota pode gerar o risco de decisões conflitantes ou contraditórias, como o reconhecimento de vínculo de emprego em uma demanda e a determinação de reativação de conta com base em contrato civil em outra. 5. A existência de risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias justifica a reunião dos processos para julgamento conjunto no juízo prevento, mesmo sem conexão em sentido estrito, por força do art. 55, § 3º, do CPC. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Conflito negativo de competência rejeitado.Tese de julgamento: 1. Configura-se a conexão, para fins de fixação da competência por prevenção, entre duas reclamações trabalhistas ajuizadas pelo mesmo autor contra a mesma ré, quando, apesar de possuírem pedidos distintos, partem da mesma causa de pedir remota (a mesma relação jurídica) e apresentam risco de decisões conflitantes.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 769; CPC, art. 55, § 3º. Jurisprudência relevante citada: Não há.

Processo: 0003988-38.2025.5.07.0000 **Julg.: 18/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Tribunal Pleno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. COMPETÊNCIA MATERIAL. JUSTIÇA DO TRABALHO. RELAÇÃO DE NATUREZA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. INCOMPETÊNCIA RECONHECIDA. REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA COMUM. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso interposto contra decisão que declarou a incompetência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação em que ex-Secretário Municipal pleiteia contraprestação por acúmulo de pastas, sob o argumento de que a ausência de pagamento adicional descaracteriza o vínculo jurídico-administrativo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 questões em discussão: (i) definir se a Justiça do Trabalho é competente para julgar demanda ajuizada por Secretário Municipal sobre verbas decorrentes de acúmulo de cargos, quando se alega o desvirtuamento da relação jurídico-administrativa; e (ii) estabelecer o procedimento correto a ser adotado após a declaração de incompetência absoluta, se os autos serão remetidos ao juízo competente. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A competência da Justiça do Trabalho, prevista no art. 114, I, da CF/88, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidores a ele vinculados por relação de natureza jurídico-estatutária ou jurídico-administrativa, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal. 4. A discussão sobre eventuais vícios, desvirtuamento ou nulidade de contratações de natureza administrativa, como as relativas a cargos comissionados, insere-se no âmbito do direito administrativo e compete à Justiça Comum, mesmo que a controvérsia envolva potenciais efeitos patrimoniais. 5. Acolhida a alegação de incompetência, os autos devem ser remetidos ao juízo competente, em aplicação do art. 64, § 3º, do CPC, medida que preserva os atos processuais e garante o princípio do acesso à justiça. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. Compete à Justiça Comum processar e julgar as causas que envolvam o Poder Público e seus servidores vinculados por relação jurídico-administrativa, inclusive aquelas em que se discute o desvirtuamento do vínculo. 2. Declarada a incompetência absoluta, o juízo deve determinar a remessa dos autos ao juízo competente. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 37, IX, e 114, I; CPC, arts. 64, § 3º, e 485, IV. Jurisprudência relevante citada: STF, Medida Cautelar na ADI 3.395-6/DF.

Processo: 0001080-39.2025.5.07.0022 **Julg.: 16/09/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. INOVAÇÃO RECURSAL. REMUNERAÇÃO. BASE DE CÁLCULO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. HORAS EXTRAS. CONTROLES DE PONTO. MULTA DO ART. 477 DA CLT. RECURSO PARCIALMENTE

CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados na Reclamação Trabalhista. O recorrente busca a reforma da decisão no que tange à natureza salarial do vale-alimentação e vale-refeição, à base de cálculo das verbas rescisórias, às horas extras e à multa do art. 477 da CLT. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 4 (quatro) questões em discussão: (i) definir se a alegação de natureza salarial do vale-alimentação e vale-refeição, apresentada apenas em sede recursal, configura inovação recursal; (ii) analisar se a base de cálculo utilizada para o pagamento das verbas rescisórias incluiu corretamente todas as parcelas de natureza salarial; (iii) verificar a validade dos controles de ponto apresentados pela reclamada e o direito do reclamante ao pagamento de horas extras; e (iv) determinar se é devida a multa do art. 477, § 8º, da CLT. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A alegação de matéria não suscitada na petição inicial e, portanto, não submetida ao contraditório e à apreciação do juízo de primeiro grau, configura inovação recursal, o que impede o conhecimento do recurso nesse ponto, sob pena de supressão de instância. 4. Mantém-se a sentença que concluiu pela correção do pagamento das verbas rescisórias quando a decisão de origem reconhece a natureza salarial da remuneração variável (produtividade), constata que o cálculo rescisório considerou a totalidade da remuneração, e o recorrente não demonstra, ainda que por amostragem, a existência de diferenças a seu favor.5. Consideram-se válidos os controles de frequência apresentados pelo empregador, cabendo ao empregado o ônus de provar sua invalidade (Súmula nº 338 do TST), ônus do qual não se desincumbiu, especialmente quando a prova testemunhal por ele produzida corrobora a fidedignidade dos registros de ponto. 6. A multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT é indevida quando as verbas rescisórias são quitadas integralmente dentro do prazo legal, não se configurando a mora do empregador. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso parcialmente conhecido e, na parte conhecida, não provido.Tese de julgamento:Configura inovação recursal, vedada pelo ordenamento jurídico, a formulação de pedido e causa de pedir não apresentados na petição inicial, o que acarreta o não conhecimento do recurso no ponto.Compete ao reclamante o ônus de demonstrar, ainda que por amostragem, a existência de diferenças nas verbas rescisórias a seu favor, quando a sentença reconhece que foram calculadas sobre a totalidade da remuneração e devidamente quitadas.A apresentação de controles de ponto pelo empregador transfere ao empregado o ônus de provar a sua invalidade, o qual não é satisfeito se a prova testemunhal confirma a correção dos registros.O pressuposto para

a incidência da multa do art. 477, § 8º, da CLT é a mora do empregador no pagamento das verbas rescisórias incontroversas, sendo indevida a penalidade quando comprovada a quitação integral e tempestiva.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 457, § 1º, 477, § 8º, e 791-A; CPC, arts. 141 e 492. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 338.

Processo: 0001264-80.2025.5.07.0026 **Julg.: 18/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO. IMPENHORABILIDADE. BEM DE FAMÍLIA. ERRO NA DESIGNAÇÃO DO RECURSO. ORDEM PÚBLICA. SEGURANÇA JURÍDICA. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto por PJ Mota Restaurante e Lanchonete Ltda, Paulo José Mota de Sousa e Erivanda Soares Mota Sousa contra decisão que indeferiu o pedido de reconhecimento do imóvel como bem de família, sob fundamento de preclusão consumativa, em razão de recurso anterior mal designado e não conhecido. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se é possível o reconhecimento da impenhorabilidade de imóvel como bem de família em fase de execução trabalhista, mesmo após indeferimento anterior por vício formal em recurso, considerando a matéria de ordem pública e decisões transitadas em julgado em outros processos. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A impenhorabilidade do bem de família constitui matéria de ordem pública, podendo ser arguida em qualquer tempo e grau de jurisdição até a arrematação, inclusive por simples petição, visando a proteção do direito fundamental à moradia. 4. Constatada a existência de decisões judiciais transitadas em julgado em processos distintos reconhecendo o mesmo imóvel como bem de família e determinando o cancelamento de sua indisponibilidade em matrícula imobiliária, impõe-se prestigiar a segurança jurídica e evitar decisões contraditórias no âmbito judicial. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso provido.Tese de julgamento: "1. A impenhorabilidade do bem de família é matéria de ordem pública e pode ser arguida a qualquer tempo e grau de jurisdição até a arrematação, não se sujeitando à preclusão consumativa. 2. Decisões transitadas em julgado reconhecendo a natureza de bem de família do imóvel impõem a uniformização do tratamento judicial, em respeito à segurança jurídica

e ao direito fundamental à moradia."Dispositivos relevantes citados: Lei nº 8.009/90, arts. 1º, 3º e 5º; CPC/2015, arts. 505 e 535; STJ, Súmula 486. Jurisprudência relevante citada: não consta.

Processo: 0000323-77.2017.5.07.0005 **Julg.: 24/07/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. EXECUÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. SUSPENSÃO DE CNH, APREENSÃO DE PASSAPORTE E PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO PÚBLICA. PROPORCIONALIDADE E UTILIDADE. AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Ação de Execução de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 0002352-90.2024.5.07.0026, contra a empresa executada e seu sócio, objetivando o cumprimento de obrigações de fazer e o pagamento de multa. Após esgotamento dos meios executivos típicos, o MPT postulou a aplicação de medidas executivas atípicas, como a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do sócio executado, a apreensão de seu passaporte e a proibição de participação em licitação pública, as quais foram indeferidas em primeiro grau. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2 A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o insucesso das medidas executórias típicas autoriza, por si só, a adoção de medidas coercitivas atípicas que restrinjam direitos fundamentais do devedor, com base no poder geral de efetivação conferido ao magistrado pelo art. 139, IV, do CPC. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O poder-dever do magistrado de determinar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias, conforme o art. 139, IV, do CPC, não é absoluto e deve ser exercido em consonância com os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, menor onerosidade (art. 805 do CPC) e respeito aos direitos fundamentais. 4. O Supremo Tribunal Federal, ao declarar a constitucionalidade do art. 139, IV, do CPC (ADI 5941), estabelece que as medidas atípicas devem ser subsidiárias e condicionadas à existência de indícios de que o devedor oculta patrimônio para frustrar a execução, não se confundindo a efetividade das decisões com a punição de devedores sem meios de adimplir suas obrigações. 5. As medidas pleiteadas (suspensão de CNH, apreensão de passaporte e proibição de participação em licitação pública) impactam direitos fundamentais, como o de locomoção e o de trabalho, e não foram demonstradas como efetivamente proveitosas para a execução do crédito no caso concreto. 6. A proibição de participação em

licitações públicas pode limitar a capacidade do executado de gerar renda, dificultando o adimplemento da dívida. 7. As medidas coercitivas indiretas não podem ser utilizadas como sanção punitiva pelo inadimplemento, mas como instrumento para induzir o cumprimento da obrigação ou para desvendar situações de fraude, exigindo-se a demonstração de obstrução maliciosa do devedor ou manobra visando à ocultação de bens, e que a medida atípica tenha conexão direta e efetiva com a finalidade de compelir ao pagamento ou revelar o patrimônio. 8. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho reforça que a validade dessas medidas está condicionada à demonstração de sua utilidade no processo para a efetiva realização da coisa julgada, afastando seu caráter meramente punitivo. IV. DISPOSITIVO E TESE Agravo de Petição não provido.Tese de julgamento:O poder geral de efetivação do juiz, previsto no art. 139, IV, do CPC, não é absoluto e deve ser exercido com observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, menor onerosidade e respeito aos direitos fundamentais.A aplicação de medidas executivas atípicas que restringem direitos fundamentais é subsidiária e condicionada à existência de indícios de ocultação de patrimônio pelo devedor para frustrar a execução, não se prestando à mera punição pelo inadimplemento.Medidas atípicas, como suspensão de CNH, apreensão de passaporte e proibição de participação em licitação pública, são inadmissíveis quando não há demonstração de utilidade efetiva para a satisfação do crédito ou de sua conexão direta com a desconstituição de fraude ou ocultação de bens Dispositivos relevantes citados: CPC, arts. 139, IV, e 805. Jurisprudência relevante citada: STF, ADI 5941; TST, ROT-123-66.2022.5.05.0000; TST, RO – 1412-96.2017.5.09.0000.

Processo: 0002352-90.2024.5.07.0026 **Julg.: 04/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ACÚMULO DE FUNÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRABALHO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA DE DANOS MORAIS. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela Reclamada em face de sentença que a condenou ao pagamento de adicional de insalubridade, horas intervalares, plus salarial por acúmulo de função e indenização por danos morais decorrente de acidente de trabalho. A recorrente busca a reforma

integral da decisão ou, sucessivamente, a redução do *quantum* indenizatório, a fixação de honorários de sucumbência recíproca e a retificação dos cálculos de liquidação. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 5 questões em discussão: (i) verificar se o fornecimento de EPIs foi suficiente para neutralizar a insalubridade constatada em laudo pericial; (ii) definir se o exercício concomitante da atividade de montagem de tubulação configura acúmulo de função para o cargo de motorista operador de bomba; (iii) estabelecer a culpa da empregadora em acidente de trabalho ocorrido em suas dependências; (iv) determinar se o beneficiário da justiça gratuita deve ser condenado em honorários sucumbenciais; e (v) fixar o termo inicial para a correção monetária da indenização por danos morais. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A conclusão do laudo pericial, quando não infirmada por outros elementos de prova robustos, prevalece para fins de caracterização da insalubridade, mormente se o perito detalha os períodos de exposição ao risco sem a devida proteção. 4. O exercício de atividades inerentes e preparatórias à função principal, ainda que não expressamente descritas, insere-se no poder diretivo do empregador (jus variandi), não configurando acúmulo de função quando não há prova de desequilíbrio contratual ou exigência de maior qualificação, nos termos do art. 456, parágrafo único, da CLT.5. A responsabilidade civil do empregador por acidente de trabalho é mantida quando sua conduta negligente, consistente na falha em garantir um ambiente de trabalho seguro e fiscalizar o uso de EPIs, atua como causa primária e determinante para o evento danoso. 6. O valor da indenização por danos morais deve ser arbitrado com razoabilidade e proporcionalidade, considerando a extensão do dano, a capacidade econômica das partes e o caráter pedagógico da medida, comportando redução quando se revela excessivo. 7. Conforme tese firmada pelo STF na ADI 5766 e a jurisprudência do TST, a parte beneficiária da justiça gratuita, quando sucumbente em parte dos pedidos, deve ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios, cuja exigibilidade, contudo, permanece sob condição suspensiva, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. 8. De acordo com o entendimento pacificado pela SBDI-1 do TST, que harmoniza a Súmula nº 439/TST com a decisão do STF na ADC 58, a indenização por danos morais é atualizada pela taxa SELIC apenas a partir da data da decisão de arbitramento ou alteração do seu valor. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso provido parcialmente.Tese de julgamento:Não caracteriza acúmulo de função a realização de tarefas preparatórias e compatíveis com a função principal contratada, que não exijam maior qualificação ou responsabilidade do empregado.A empresa que cria e mantém ambiente de trabalho com risco acentuado e não fiscaliza adequadamente as normas de segurança responde civilmente por acidente de trabalho, ainda que se verifique conduta

imprudente do trabalhador.A condenação em honorários de sucumbência ao beneficiário da justiça gratuita é devida, ficando a obrigação sob condição suspensiva de exigibilidade.A atualização monetária da indenização por danos morais, mediante a aplicação da taxa SELIC, incide a partir da data da decisão de arbitramento.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 157, 456 (parágrafo único), 468, 791-A (§ 4º), 818 (I e II). CPC, art. 479. Constituição Federal, art. 7º, XXVIII. Código Civil, arts. 186 e 927. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 439; TST, E-RR-24600-71.2009.5.04.0022; STF, ADI 5766.

Processo: 0000623-05.2024.5.07.0034 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.:Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA À PESSOA JURÍDICA. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. INDEFERIMENTO. ARTIGO 99, § 7.º, DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA 463, II, DO TST. DESERÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto por COOPERACAO COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS OPERACIONAIS E ESPECIALIZADOS EM ASSEIO, CONSERVAÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO, sem comprovação do preparo recursal e com pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, sob alegação de dificuldades financeiras. Requereu também, por petição avulsa, a suspensão do processo com base no Tema 1.389 do STF. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a pessoa jurídica recorrente faz jus ao benefício da justiça gratuita na ausência de comprovação robusta de insuficiência financeira; (ii) verificar se é cabível o pedido de suspensão do processo com base no Tema 1.389 do STF quando o recurso é deserto por ausência de preparo. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa jurídica exige a demonstração cabal da impossibilidade de arcar com os custos do processo, conforme previsto na Súmula 463, II, do TST. A simples alegação de dificuldades econômicas e a existência de ações judiciais em curso não suprem esse requisito. 4. Nos termos do artigo 99, § 7.º, do CPC, o indeferimento da gratuidade judiciária impõe ao relator a concessão de prazo para que o recorrente comprove o recolhimento das custas e do depósito recursal. Não havendo o cumprimento da diligência, impõe-se o reconhecimento da deserção. 5. O preparo recursal é pressuposto objetivo de admissibilidade, nos termos dos artigos 789, § 1.º, e 899, § 1.º, da CLT, sendo incabível o conhecimento

do recurso ordinário quando ausente o recolhimento das custas processuais e do depósito recursal. 6. O pedido de suspensão do processo, com base no Tema 1.389 do STF, fica prejudicado diante do não conhecimento do recurso ordinário por deserção, sendo indispensável a admissibilidade do recurso para análise de eventual repercussão temática. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso ordinário da reclamada não conhecido por deserto.Tese de julgamento: 1. A pessoa jurídica deve comprovar de forma robusta e documental sua hipossuficiência financeira para obter os benefícios da justiça gratuita. 2. Indeferido o pedido de gratuidade na fase recursal, e não comprovado o preparo no prazo legal, impõe-se o reconhecimento da deserção do recurso. 3. O pedido de suspensão do processo com base em repercussão geral reconhecida pelo STF pressupõe a admissibilidade do recurso ordinário que trata da matéria objeto do Tema.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 789, § 1.º, e 899, § § 1.º, 9.º e 10; CPC, art. 99, § 7.º, e art. 1.035, § 5º. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 463, II; TST, OJ-SDI1-269,

II.DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. CONTRATO DE TRABALHO. UNICIDADE CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO. FRAUDE À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. MULTAS DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela parte reclamante contra sentença que não reconheceu a unicidade contratual entre dois períodos de prestação de serviços por meio de cooperativas distintas junto ao Município de Acopiara-CE e declarou a prescrição total alusiva a pretensos direitos decorrentes do primeiro vínculo. Insurge-se também contra a forma de cálculo da multa convencional prevista na CCT/2023, contra o indeferimento das multas dos arts. 467 e 477 da CLT, e contra a adoção do salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há cinco questões em discussão: (i) examinar a unicidade contratual entre os dois vínculos cooperativos sucessivos; (ii) analisar a prescrição bienal em relação ao primeiro contrato; (iii) verificar a base de cálculo da multa prevista na cláusula 53ª da CCT/2023; (iv) verificar a incidência das multas dos arts. 467 e 477 da CLT; e (v) definir a base de cálculo do adicional de insalubridade. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A unicidade contratual pressupõe a continuidade do vínculo de emprego com a mesma empresa, o que não se verifica no caso concreto, em que as cooperativas são distintas, com CNPJs, endereços e personalidades jurídicas próprias, inexistindo grupo econômico ou sucessão empresarial. 4. A manutenção da prestação de serviços ao mesmo tomador (Município de Acopiara) não gera unicidade contratual, tendo em vista a vedação constitucional à contratação direta sem concurso público (CF, art. 37, II), conforme também previsto na Súmula 331, II, do TST.5. Diante da ausência de

unicidade contratual, correta a declaração de prescrição total das pretensões relativas ao vínculo com a COOPSERVICE, encerrado em 30/09/2021, considerando a propositura da ação apenas em 05/02/2024. 6. A cláusula 53ª da CCT/2023 prevê multa correspondente ao prejuízo causado, com valor mínimo igual ao maior piso salarial da categoria, não sendo admitida interpretação extensiva para fixação do valor da multa em montante equivalente à soma de todas as verbas devidas durante todo o período do contrato de trabalho. 7. A multa do art. 467 da CLT é indevida, pois todas as verbas rescisórias estavam sob controvérsia judicial, especialmente em razão da discussão sobre fraude cooperativista e formação de vínculo de emprego. 8. A multa do art. 477, § 8º, da CLT é devida, pois houve atraso no pagamento das verbas rescisórias, e a controvérsia judicial não afasta a incidência da penalidade, mesmo com o vínculo somente reconhecido em juízo, conforme a Súmula 462 do TST e a jurisprudência consolidada do Tribunal Pleno do TRT da 7ª Região. 9. A base de cálculo do adicional de insalubridade deve observar o piso salarial previsto nas normas coletivas juntadas aos autos, conforme entendimento recente da SBDI-1 do TST, sendo indevida a adoção do salário mínimo na ausência de previsão coletiva expressa em sentido contrário. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso ordinário parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. Não há unicidade contratual entre vínculos sucessivos com cooperativas distintas, sem comprovação de grupo econômico ou sucessão empresarial. 2. A prestação de serviços contínua ao mesmo tomador ente público não gera vínculo único nem afasta a prescrição bienal. 3. A multa convencional deve observar o valor mínimo previsto no instrumento coletivo, vedada interpretação extensiva para cálculo proporcional a todas as verbas inadimplidas por todo o período contratual. 4. A multa do art. 467 da CLT é incabível quando as verbas rescisórias são controversas. 5. A multa do art. 477, § 8º, da CLT é devida mesmo nos casos de reconhecimento judicial do vínculo empregatício. 6. O adicional de insalubridade deve ser calculado com base no piso salarial previsto em norma coletiva, se mais benéfico ao trabalhador.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 5º, XXXVI; 7º, VI e XXIX; 37, II e § 2º; CLT, arts. 2º, § 2º; 10; 453; 448; 448-A; 468; 477, § 6º e § 8º; 487, II; CPC, art. 487, II. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 331, II; Súmula 462; E-RR-862-29.2019.5.13.0030, SBDI-1, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, DEJT 25/08/2023; E-Ag-RR-291-40.2021.5.20.0015, SBDI-1, Rel. Min. Evandro Valadão, DEJT 11/10/2024; RRAg-11693-55.2019.5.18.0012, 8ª Turma, Rel. Min. Dora Maria da Costa, DEJT 03/05/2021; TRT-7, IUJ nº 0080374-90.2017.5.07.0000.

Processo: 0000317-60.2024.5.07.0026 **Julg.: 30/07/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO

ORDINÁRIO EM RITO SUMARÍSSIMO. NULIDADE PROCESSUAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INÉPCIA DA INICIAL. AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE PARA EMENDA. SÚMULA 263 DO TST. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que, em audiência de instrução, declarou de ofício a inépcia da inicial quanto aos pedidos de horas extras e intervalo intrajornada, extinguindo-os sem resolução de mérito. O reclamante pleiteia a anulação da sentença neste ponto, por cerceamento de defesa, para que seja oportunizada a emenda da petição inicial. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a extinção de ofício de pedidos da petição inicial, por inépcia, sem a prévia concessão de prazo para emenda ao autor, configura cerceamento de defesa apto a anular a sentença, mesmo em processo sob o rito sumaríssimo. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O juiz, ao verificar defeito sanável na petição inicial, tem o dever de determinar que o autor a emende no prazo legal, indicando com precisão o vício, conforme norma cogente do art. 321 do CPC, aplicável subsidiariamente ao Processo do Trabalho. 4. A Súmula nº 263 do TST estabelece que o indeferimento da petição inicial com base no art. 840, § 1º, da CLT, sem prévia oportunidade de suprimento da irregularidade, acarreta a nulidade da decisão. 5. A extinção do processo de surpresa, já em audiência de instrução e após a apresentação de defesa, viola os princípios do contraditório, da ampla defesa, da não surpresa, da cooperação e da primazia do julgamento de mérito. 6. A celeridade buscada pelo rito sumaríssimo não justifica a supressão de garantias processuais fundamentais, como o direito à emenda da inicial, especialmente quando a medida não representaria entrave significativo à marcha processual. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. É nula a sentença que extingue o processo, ou parte dele, por inépcia da inicial, sem antes conceder à parte autora prazo para sanar o vício, em observância ao art. 321 do CPC e à Súmula nº 263 do TST. 2. A inobservância do dever de oportunizar a emenda à inicial configura cerceamento de defesa e violação aos princípios da não surpresa, da cooperação e da primazia da decisão de mérito. 3. Essa regra se aplica inclusive ao rito sumaríssimo, cujos princípios da celeridade e simplicidade não autorizam a supressão de garantias processuais fundamentais.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LV; CLT, arts. 769, 840, § 1º, e 852-I; CPC, arts. 6º, 10, 319, 320, 321 e 330. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 263; TRT da 7ª Região, Processo nº 0000007-53.2025.5.07.0015; TRT da 7ª Região, Processo nº 0000495-94.2024.5.07.0030.

Processo: 0000955-59.2024.5.07.0005 **Julg.: 01/10/2025**
Rel. Desemb.:Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO EM RITO SUMARÍSSIMO. PESSOA JURÍDICA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PREPARO APÓS CONCESSÃO DE PRAZO PARA SANEAMENTO. DESERÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela empresa reclamada em face de sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados em Reclamação Trabalhista. A recorrente, ao apelar, não efetuou o recolhimento das custas processuais e do depósito recursal, pleiteando a concessão dos benefícios da justiça gratuita, sob a alegação de crise financeira decorrente da pandemia de COVID-19. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central a ser dirimida consiste em analisar a admissibilidade do Recurso Ordinário, especificamente quanto ao preenchimento do pressuposto extrínseco do preparo, diante do indeferimento do pedido de gratuidade de justiça e da subsequente ausência de comprovação do recolhimento dos valores devidos no prazo concedido para tal finalidade. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A concessão dos benefícios da justiça gratuita à pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, não se presume, exigindo a demonstração cabal da impossibilidade de arcar com os encargos processuais, conforme entendimento consolidado na Súmula nº 463, II, do Tribunal Superior do Trabalho e na Súmula nº 481 do Superior Tribunal de Justiça. 4. No caso concreto, a recorrente limitou-se a tecer alegações genéricas sobre a crise em seu setor de atuação, sem colacionar aos autos documentos contábeis indispensáveis, como balancetes, extratos bancários ou demonstrações de resultado, que comprovassem, de forma inequívoca, sua insuficiência de recursos. 5. Em observância ao princípio da não surpresa e à instrumentalidade das formas, foi indeferido o pleito de gratuidade e, ato contínuo, concedido à recorrente prazo para o saneamento do vício, com a expressa determinação para que efetuasse o preparo recursal, em conformidade com o disposto no art. 99, § 7º, do CPC e na Orientação Jurisprudencial nº 269, II, da SDI-1 do TST. 6. Transcorrido o prazo concedido, a recorrente não comprovou o recolhimento das custas processuais nem do depósito recursal, operando-se a preclusão. A ausência de preparo constitui óbice intransponível ao conhecimento do apelo, impondo-se o reconhecimento da deserção. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não conhecido.Tese de julgamento:A concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa jurídica depende de prova robusta e inequívoca da sua insuficiência financeira para arcar com as des-

pesas processuais, não bastando a mera declaração ou alegações genéricas de dificuldade econômica (Súmula nº 463, II, do TST).Uma vez indeferido o pedido de gratuidade de justiça na fase recursal, é dever do relator conceder prazo para que a parte recorrente sane o vício e efetue o devido preparo, cuja inobservância acarreta o não conhecimento do recurso, por deserção (OJ nº 269, II, da SDI-1 do TST).Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 790, § 4º. CPC, art. 99, § 7º. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 463, II; TST, Orientação Jurisprudencial nº 269 da SDI-1, II; STJ, Súmula nº 481.

Processo: 0000973-71.2024.5.07.0008 **Julg.: 21/08/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. AÇÃO COLETIVA. JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO MICROSSISTEMA DE TUTELA COLETIVA. PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto por Sindicato, na condição de substituto processual, contra sentença que, ao extinguir Ação Civil Coletiva sem resolução de mérito, indeferiu-lhe o benefício da justiça gratuita e o condenou ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se ao sindicato, quando atua como substituto processual em ação coletiva, aplica-se a regra geral de concessão de justiça gratuita para pessoas jurídicas, que exige a comprovação da hipossuficiência econômica (Súmula 463, II, do TST), ou o regime especial do microssistema de tutela coletiva (art. 18 da Lei nº 7.347/85 e art. 87 do CDC), que isenta a parte autora do pagamento de custas e honorários, salvo comprovada má-fé. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O sindicato, ao ajuizar ação coletiva como substituto processual, atua na defesa de direitos da categoria, e não em nome próprio, o que atrai a aplicação do microssistema de tutela de direitos coletivos, cujas normas visam a facilitar o acesso à justiça. 4. A condenação do ente sindical ao pagamento de custas e honorários advocatícios, no âmbito da tutela coletiva, é medida excepcional, condicionada à comprovação de sua litigância de má-fé, elemento fático não verificado nos autos. 5. A regra geral contida na Súmula 463, II, do TST é afastada em favor da norma especial aplicável às ações coletivas, conforme jurisprudência recente do Tribunal Superior do Trabalho. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso provido.Tese de

julgamento:Ao sindicato que atua como substituto processual em ação coletiva aplica-se o regime jurídico do microssistema de tutela coletiva, sendo-lhe garantida a isenção de custas e honorários advocatícios, salvo comprovada má-fé.A exigência de comprovação da hipossuficiência econômica, prevista na Súmula 463, II, do TST, não se aplica às ações coletivas movidas por sindicatos na defesa de direitos individuais homogêneos da categoria.Dispositivos relevantes citados: Lei nº 7.347/85, art. 18; Lei nº 8.078/90, art. 87. Jurisprudência relevante citada: TST, RRAg-992-21.2023.5.07.0038, Rel. Min. Delaide Alves Miranda Arantes, 2ª Turma, j. 26/03/2025; TST, Súmula nº 463, II.

Processo: 0001279-34.2024.5.07.0010 **Julg.: 24/09/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. DECISÃO QUE REJEITA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AUSÊNCIA DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Trata-se de agravo de instrumento em agravo de petição interposto pelo exequente contra decisão rejeitou a exceção de pore-executividade apresentada pela EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA (EMBRAPA), mantendo-se a requisição de pequeno valor (RPV) registrada sob o ID. 43c375e, para quitação da multa que lhe fora aplicada em virtude do não cumprimento da obrigação de fazer que lhe fora imposta, consistente em comprovar o envio da Relação Anual de Informação Social (RAIS) retificadora dos períodos anteriores para o órgão competente, comunicando que a atividade desenvolvida pela obreira é insalubre. 2. Em juízo prévio de admissibilidade, o juízo da execução não recebeu o agravo de petição, sob o fundamento de que referida decisão possui natureza interlocutória e não há discussão de matéria de ordem pública. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em aferir se a decisão que agravada pode ser atacada por meio de agravo de petição. III. RAZÕES DE DECIDIR 4. Sabe-se que a exceção de pré-executividade é uma construção doutrinária, que consiste na possibilidade conferida ao devedor para que, sem a necessidade da garantia do juízo, por simples petição, possa alegar qualquer matéria de ordem pública, ligada à execução, e que poderia ser conhecida de ofício pelo juízo. Também é de sabença que um dos princípios que norteiam o direito processual do trabalho consiste na irrecorribilidade das decisões interlocutórias, a teor do que dispõe o § 1º do art. 893 da Consolidação

das Leis do Trabalho. Desse princípio decorre a conclusão de que, em regra, todos os incidentes da execução somente podem ser objeto de discussão por ocasião da interposição do recurso principal. Assim, conclui-se que, caso decisão que julga exceção de pré-executividade possui natureza meramente interlocutória, não cabendo nenhum recurso de imediato, somente sendo admissível o agravo de petição quando a exceção foi acolhida e resultar em decisão definitiva ou terminativa da execução. Segundo entendimento sedimentado pela jurisprudência trabalhista, a decisão que rejeita exceção de pré-executividade possui natureza meramente interlocutória, não cabendo nenhum recurso de imediato, salvo se se tratar de questão de ordem pública. Também desafia recurso imediato quando a exceção for acolhida e resultar em decisão definitiva ou terminativa da execução. No caso dos autos, claramente, estamos diante de uma decisão de natureza interlocutória e que não há matéria de ordem pública a ser apreciada. Com efeito, a alegada impossibilidade de cumprimento da obrigação de fazer por questões técnicas não se reveste de natureza pública a autorizar seu questionamento por meio de exceção de pré-executividade. Importa salientar que, se de um lado a agravante afirma que não pode ser prejudicada por fatos alheios ao seu controle, por outro, também não podemos admitir que a parte obreira fique no prejuízo por algo que lhe é estranho. O fato é que a agravante, na condição de responsável pelo cumprimento da obrigação de fazer, deve engendrar esforços nesse sentido, o que, a princípio, não se observa nos autos. Ademais, não obstante a agravante afirme que a matéria por ela alegada no agravo de petição possui natureza de ordem pública, vê-se, na verdade, que o agravo de petição interposto tem por objeto apenas a insurgência contra a multa cominatória que lhe fora aplicada em razão do descumprimento da obrigação de fazer. Assim, conclui-se que não se verifica hipótese excepcional de matéria de ordem pública que autorize o processamento do agravo de petição. Por tais razões, nega-se provimento do agravo de instrumento e, por consequência, não se conhecer do agravo de petição interposto. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Agravo de instrumento conhecido e improvido6. Agravo de petição não conhecido.Tese de julgamento: 1. "Decisão que rejeita exceção de pré-executividade possui natureza interlocutória e, por não discutir matéria de ordem pública, não há razões para se admitir a interposição de agravo de petição." Dispositivos relevantes citados: § 1º do art. 893, da CLT. Jurisprudência relevante citada: Súmula nº 214 do C. TST.

Processo: 0001017-62.2016.5.07.0011 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 3ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DIFERENÇAS. SUBSTITUÍDA. EXPOSIÇÃO AO SEVERE

ACUTE RESPIRATORY SYNDROME CORANAVIRUS 2 (SARS-COV-2). RECURSO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela executada contra decisão que julgou improcedentes os embargos à execução, mantendo a condenação ao pagamento de diferenças de adicional de insalubridade a uma substituída que laborava em setor exposto ao vírus SARS-CoV-2. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a substituída faz jus às diferenças do adicional de insalubridade em grau máximo, considerando a sua exposição ao risco biológico decorrente do trabalho em setor com potencial contato com o vírus SARS-CoV-2. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A sentença exequenda, oriunda de ação civil coletiva, assegurou o adicional de insalubridade em grau máximo aos empregados expostos ao risco biológico do SARS-CoV-2, conforme descrito no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). A tese jurídica fixada em Incidente de Assunção de Competência (IAC) estabeleceu o direito ao adicional de insalubridade em grau máximo, independentemente de laudo pericial, aos trabalhadores substituídos expostos ao risco biológico do SARS-CoV-2, nos termos da legislação pertinente. 4. A substituída, auxiliar de enfermagem que atuava no Centro Cirúrgico, conforme PPRA, estava sujeita ao risco biológico do SARS-CoV-2. As atividades da substituída, que envolviam a organização da sala de cirurgia, resguardar material contaminado par ser levar ao expurgo, a expunham ao risco de contaminação pelo COVID-19, justificando o pagamento das diferenças do adicional de insalubridade. 5. A pretensão de realização de perícia documental mostrou-se desnecessária, uma vez que os PPRA's já continham informações suficientes para a análise do direito da trabalhadora. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento:"É devido o pagamento das diferenças do adicional de insalubridade em grau máximo aos empregados que, nos termos dos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), estavam expostos ao risco biológico do SARS-CoV-2.""A atuação em setores de expurgo de material contaminado expõe os empregados ao risco biológico do SARS-CoV-2, justificando o pagamento das diferenças do adicional de insalubridade." Dispositivos relevantes citados: art. 917 do Código de Processo Civil (CPC), art. 485 do CPC. Jurisprudência relevante citada: Incidente de Assunção de Competência (IAC) nº 0080187-77.2020.5.07.0000.

Processo: 0001332-21.2024.5.07.0008 **Julg.: 19/12/2025**
Rel.Desemb:. Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. BUSCA DE BENS DO DEVEDOR. INDEFERIMENTO DAS FERRAMENTAS DE BUSCA

PATRIMONIAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto com o objetivo de reformar a decisão que indeferiu o uso de ferramentas de investigação patrimonial para satisfazer crédito de natureza alimentar. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir a possibilidade de deferimento das ferramentas de busca patrimonial para efetivação da execução. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) reforça a necessidade de resguardar a privacidade e a autodeterminação informacional, impondo ao Poder Judiciário o dever de adotar cautela redobrada na manipulação de dados pessoais. 4. O inciso IV do art. 139 do Código de Processo Civil (CPC), aplicado supletiva e subsidiariamente ao processo do trabalho por força do art. 769 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), confere ao magistrado poder para determinar providências indutivas, coercitivas e sub-rogatórias necessárias à efetividade da execução, inclusive quando o crédito é de natureza pecuniária. 5. A efetividade da tutela jurisdicional exige a adoção de medidas razoáveis e proporcionais para localizar bens do devedor, notadamente quando as vias ordinárias já se revelaram infrutíferas. 6. Justifica-se o deferimento da realização de consultas aos sistemas do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Sistema de Restrições Judiciais de Embarcações (NAVE-JUD), Sistema de Gerenciamento Militar de Armas / Banco de Armas (SISGEMB), Cadastro Nacional de Endereços (CNE), Sistema de Administração do Cadastro Imobiliário da Marinha (SACI), Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (SNIPER) e Sistema de Localização de Pessoas e Endereços (SOLVERE), nos limites da disponibilidade técnica, determinando que eventual resultado seja juntado aos autos sob sigilo, com acesso restrito às partes e aos seus procuradores. 7. As pesquisas por meio do Central de Informações do Registro Civil para o Poder Judiciário (CRC-JUD) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) revelam-se adequadas, pois tais ferramentas possuem finalidade cadastral e dependem apenas da constatação de que outras tentativas de localização de bens restaram infrutíferas, circunstância presente nos autos. 8. O uso do sistema Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) é indeferido, porquanto seu manuseio pressupõe indícios concretos de movimentação financeira irregular, fraude, ou ocultação patrimonial por meio de operações bancárias atípicas, elementos que não se verificam na espécie. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Agravo de petição parcialmente provido.Tese de julgamento:"A utilização de ferramentas de investigação patrimonial para satisfação de crédito trabalhista deve observar os princípios da proporcionalidade, da necessidade e da proteção de dados pessoais."'O juízo pode determinar o uso de ferramentas de investigação patrimonial que visem à localização de bens do devedor, desde que demonstrada a frustração de tentativas anteriores de satisfação do crédito.""O uso do sistema

SIMBA exige indícios concretos de movimentação financeira irregular, fraude, ou ocultação patrimonial por meio de operações bancárias atípicas." Dispositivos relevantes citados: inciso IV do art. 139 do Código de Processo Civil (CPC), art. 769 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

Processo: 0184300-41.2004.5.07.0001 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ACORDO EM REGIME ESPECIAL DE CONCILIAÇÃO. AUSÊNCIA DE ANUÊNCIA DO SUBSTITUÍDO. SUSPENSÃO DA DEMANDA. AGRAVO DE PETIÇÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Trata-se de Agravo de Petição interposto pelo exequente/agravante contra o pronunciamento judicial do juiz da 2ª Vara do Trabalho de Fortaleza que determinou o arquivamento do cumprimento de sentença, em razão da existência de acordo homologado em outra ação judicial, sem a anuência de um dos substituídos. Assim, postula a reforma da decisão a fim de que o cumprimento de sentença permaneça suspenso até 31/1/2026, aguardando-se, nesse período, a manifestação de anuência do substituído. Na hipótese de ausência de anuência, requer que o feito retome seu curso regular a partir de 1º/2/2026. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em determinar se a ausência de anuência do substituído ao acordo homologado em outro feito, impede o prosseguimento do cumprimento de sentença da ação coletiva, ou se a decisão do juiz de primeiro grau de jurisdição que determinou o arquivamento da demanda foi adequada. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. É fato incontroverso que o juiz da Secretaria de Execuções Unificadas, Pesquisas Patrimoniais e Expropriações homologou acordo celebrado na demanda centralizadora nº 0000065-92.2025.5.07.0003, vinculada à ação coletiva nº 0000259-44.2020.5.07.0011, estabelecendo, de forma expressa, regras vinculantes para todas as ações de cumprimento individuais. O trecho da homologação é categórico ao determinar: a) a expedição de alvará somente após a apresentação da anuência individualizada; b) a possibilidade de devolução à empresa dos valores relativos aos trabalhadores que não manifestarem anuência até 31/1/2026; e c) o prosseguimento das execuções individuais dos não anuentes a partir de 1º/2/2026. 4. Tais comandos judiciais possuem natureza vinculante para as ações de cumprimento correlatas, por derivarem de acordo coletivo homologado pelo magistrado responsável pela centralização da execução, visando padronizar a tramitação e evitar decisões con-

traditórias. Ao decidir pelo arquivamento definitivo, o juiz a quo acabou por frustrar a lógica estruturante do acordo homologado, que prevê o retorno automático do feito após 31/1/2026, se não houver manifestação do beneficiário. 5. A solução adequada é, pois, harmonizar a tramitação da ação de cumprimento com o que foi definido na ação coletiva piloto, mantendo-se a suspensão até 31/1/2026, com retomada automática do curso processual em 1º/2/2026, caso não haja anuência. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Agravo de petição provido.Tese de julgamento: "1. A ausência de anuência do substituído a acordo homologado em outro feito, que envolve o mesmo objeto, não implica na extinção do cumprimento de sentença, quando as cláusulas do acordo resguardam os direitos dos trabalhadores que não anuírem." Dispositivos relevantes citados: arts. 4º e 6º do Código de Processo Civil (CPC), de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho. Jurisprudências relevantes citadas: não se aplica.

Processo: 0000082-34.2025.5.07.0002 **Julg.: 19/12/2025**
Rel.Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. PRECEDENTE VINCULANTE DO COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (C. TST). TEMA 144. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto contra decisão que rejeitou exceção de pré-executividade em ação trabalhista. O agravante afirma que a exceção suscitada envolve matéria de ordem pública e gera nulidade absoluta da decisão recorrida, visto que, nos termos do art. 803 do Código de Processo Civil (CPC), a execução é nula quando o título executivo extrajudicial se mostra inexigível. Sustenta ainda que, tendo a obrigação sido integralmente adimplida antes mesmo da sentença, torna-se evidente a inexequibilidade do título. Assim, ao promover a presente execução, o sindicato carece de interesse processual (art. 485, VI, do CPC), pois a obrigação já havia sido cumprida antes do ajuizamento da ação civil coletiva. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se o agravo de petição é o meio recursal adequado para impugnar decisão que rejeita exceção de pré-executividade; (ii) analisar se a decisão recorrida apresenta nulidades que ensejam a reforma do julgado. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O agravo de petição, na fase executória trabalhista, é cabível apenas contra decisões terminativas ou definitivas, conforme § 1º do art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Súmula nº 214 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST). A decisão que rejeita exceção de pré-

executividade, sem extinguir a execução, possui natureza interlocutória. 4. O C. TST firmou entendimento vinculante (Tema 144), de observância obrigatória, no sentido da irrecorribilidade imediata de decisões interlocutórias que rejeitam exceção de pré-executividade, em conformidade com o § 1º do art. 893 da CLT. A matéria poderá ser novamente suscitada em momento processual oportuno. 5. A alegação de nulidade da decisão por suposta falta de análise do mérito da exceção, violação do art. 854 do CPC e afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa não se sustenta. A apresentação da exceção após os embargos à execução e decorridos vários meses desde o bloqueio, bem assim a omissão quanto à alegação de impenhorabilidade dos valores durante a impugnação ao excesso de execução, demonstram a inexistência de prejuízo ao recorrente. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não conhecido.Tese de julgamento: 1. "O agravo de petição não é o recurso adequado para impugnar decisão interlocutória que rejeita exceção de pré-executividade em ação trabalhista, nos termos do § 1º do art. 893 da CLT, da Súmula nº 214 do C. TST e do Precedente Vinculante do C. TST, Tema 144. 2. A rejeição de exceção de pré-executividade, sem a extinção da execução, configura decisão interlocutória, não ensejando recurso imediato, ressalvadas as hipóteses excepcionais previstas na Súmula nº 214 do C. TST." Dispositivos relevantes citados: § 1º do art. 893 da CLT; art. 854 do CPC; incisos LIV e LV do art. 5º da CRFB/88; art. 300 do CPC. Jurisprudência relevante citada: Súmula nº 214 do C. TST; Ag-AIRR-1047-22.2011.5.01.0082, Min. Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 6/5/2022. ROT-178-68.2020.5.20.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Min. Morgana de Almeida Richa, DEJT 29/4/2022.

Processo: 0001297-55.2024.5.07.0010 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO.EXECUÇÃO DA CLÁUSULA PENAL CONFORME ACORDADO. RESPEITO À COISA JULGADA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto contra decisão que determinou a execução da cláusula penal, em razão do descumprimento de acordo judicial. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se é devida a aplicação da cláusula penal, nos termos do acordo judicial homologado, em face do atraso no pagamento de parcela. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O acordo judicial, nos termos do art. 831 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), possui força de decisão irrecorrível, devendo seu cumprimento ser

feito nos termos estabelecidos. 4. No caso, o descumprimento parcial do acordo, com atraso no pagamento da 4ª parcela, que fora quitada em duas datas distintas (5/5/2025 e 12/5/2025), quando deveria ter sido integralmente paga em 5/5/2025, enseja a aplicação da cláusula penal, conforme estabelecido no termo de acordo. 5. A mora no cumprimento da obrigação, sem justificativa, justifica a aplicação da multa de 100% sobre a parcela paga em atraso, o vencimento antecipado das parcelas restantes e a incidência da multa correspondente. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Agravo de petição não provido.Tese de julgamento:"O acordo judicial, homologado em juízo, faz coisa julgada entre as partes, devendo ser cumprido nos termos em que foi celebrado.""O descumprimento de cláusulas do acordo judicial, especialmente em relação aos prazos de pagamento, enseja a aplicação da cláusula penal pactuada.""A ausência de justificativa para o atraso no pagamento das parcelas do acordo autoriza a aplicação das multas previstas no termo de acordo, bem assim o vencimento antecipado das parcelas vincendas." Dispositivos relevantes citados: arts. 831 e 835 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Processo: 0001047-07.2024.5.07.0015 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO E DO SUBSTITUÍDO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. GRAU MÁXIMO. COVID-19. ENQUADRAMENTO. ANÁLISE DO PPRA. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1.Trata-se de Agravo de Petição interposto pela executada contra sentença prolatada pelo juízo "*a quo*" que julgou improcedentes os embargos à execução. A recorrente pleiteia a reforma da decisão para afastar a condenação ao pagamento das diferenças de adicional de insalubridade, arguindo, em síntese, a ilegitimidade ativa do sindicato e da substituída, e, no mérito, o não enquadramento da empregada nos critérios fixados no título executivo coletivo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Discutem-se as seguintes questões: (i) a legitimidade ativa do sindicato para ajuizar execução individual de sentença coletiva na qualidade de substituto processual, sem a apresentação de procuração específica do substituído; e (ii) o direito de empregada substituída ao adicional de

insalubridade em grau máximo por exposição ao risco biológico do SARS-CoV-2, com base na análise do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), conforme definido em título executivo coletivo e em Incidente de Assunção de Competência (IAC). III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Com base no art. 8º, III, da Constituição Federal e na tese firmada pelo STF no Tema 823 de Repercussão Geral, o sindicato possui ampla legitimidade extraordinária para atuar como substituto processual, sendo desnecessária a apresentação de procuração individual do substituído. 4. O título executivo judicial, em conformidade com a tese fixada no Incidente de Assunção de Competência (IAC) nº 0080473-55.2020.5.07.0000, estabeleceu como critério objetivo para o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo a exposição ao risco biológico do SARS-CoV-2, conforme descrito no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), o que se constata na função de auxiliar de enfermagem. No caso concreto, o PPRA da empresa executada classifica a função exercida pela substituída (auxiliar de enfermagem no centro cirúrgico) como de alto risco biológico, enquadrando-a nos parâmetros da condenação e tornando devidas as diferenças do adicional de insalubridade. 5. A realização de nova perícia técnica é despicienda, uma vez que o próprio título executivo elegeu o PPRA como documento hábil para a verificação do enquadramento. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Agravo de Petição não provido. Tese de julgamento: "1. O sindicato, ao atuar como substituto processual em execução individual de sentença coletiva, detém legitimidade extraordinária ampla, conforme art. 8º, III, da CF e Tema 823 do STF, sendo inexigível a juntada de procuração outorgada pelo substituído. 2. Definido em título executivo judicial, com base em tese de Incidente de Assunção de Competência, que o critério para o deferimento do adicional de insalubridade em grau máximo é a exposição ao risco biológico previsto no PPRA, a análise para o enquadramento do substituído deve se ater ao referido documento, sendo desnecessária a realização de nova perícia e irrelevante a discussão sobre atuação em 'linha de frente'."

Processo: 0001301-16.2024.5.07.0003 **Julg.: 25/11/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. BLOQUEIO DE CARTÕES DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo exequente contra decisão que indeferiu o pedido de bloqueio dos cartões de crédito dos executados, com fundamento no inciso IV do art. 139 do Código de Processo

Civil (CPC). II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em determinar a possibilidade de bloqueio dos cartões de crédito dos executados como medida executiva atípica para satisfazer crédito trabalhista. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O inciso IV do art. 139 do CPC autoriza o juiz a determinar medidas coercitivas para assegurar a efetividade da execução, em especial diante da natureza alimentar do crédito trabalhista. A adoção de medidas executivas atípicas deve observar os princípios da proporcionalidade, necessidade e devido processo legal, conforme entendimento do Excelso Supremo Tribunal Federal (E. STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.941. O bloqueio ou cancelamento de cartões de crédito é medida invasiva que interfere em atos de consumo essenciais e pode afetar o núcleo familiar do executado. Não há nos autos prova de que o bloqueio dos cartões de crédito seja medida necessária, útil ou proporcional para compelir ao pagamento da dívida. A jurisprudência, bem assim a doutrina especializada, impõem limites às medidas atípicas, que não podem se converter em mecanismos de punição ou humilhação do devedor. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Agravo de petição improvido.Tese de julgamento:"O bloqueio de cartões de crédito como medida executiva atípica, com fundamento no inciso IV do art. 139 do CPC, é medida desproporcional e invasiva, que interfere em atos de consumo essenciais e na vida cotidiana do executado e de sua família.""A utilização de medida atípica como mecanismo punitivo configura abuso e desvirtua sua finalidade." Dispositivos relevantes citados: inciso IV do art. 139 do CPC. Jurisprudência relevante citada: ADI 5.941 (E. STF); AP 0002436-44.2012.5.02.0061 (E. TRT2); AP 0000334-02.2019.5.07.0017 (TRT-7); AP 0190800-79.1992.5.05.0008 (TRT-5); AP 0010960-26.2022.5.03.0037 (TRT-3).

Processo: 0207500-04.2009.5.07.0001 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO TRABALHISTA CONTRA MUNICÍPIO. FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESTACAMENTO PARA REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV). AGRAVO DE PETIÇÃO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo Município de Missão Velha contra sentença proferida pela juíza da 2ª Vara do Trabalho da Região do Cariri, que julgou improcedentes os embargos à execução, mantendo

sem alteração o montante de 15% apurado em honorários advocatícios sucumbenciais, em observância aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, conforme § 2º e § 3º do art. 85 do Código de Processo Civil (CPC). O agravante requer: (i) a exclusão ou redução dos honorários advocatícios sucumbenciais para o percentual de 5%; e (ii) afastamento do destacamento dos honorários para expedição autônoma de Requisição de Pequeno Valor (RPV). II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em debate: (i) a legalidade da cumulação de honorários advocatícios na execução individual, limitando-se ao teto legal; (ii) a legitimidade do destacamento dos honorários para expedição de RPV autônoma. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Os honorários advocatícios fixados na execução individual são autônomos em relação à ação coletiva, nos termos do art. 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A fixação de 15% da execução não excede o limite legal. O percentual de 15% remunera adequadamente a atuação advocatícia nesta fase processual. 4. A tese firmada pelo Excelso Supremo Tribunal Federal (E. STF) no Tema 1142 refere-se à vedação de fracionamento de honorários fixados em ações coletivas. No entanto, no presente caso, a verba discutida é oriunda da execução individual, com titularidade própria do causídico que atuou neste feito. Nessa hipótese, admite-se o destacamento da verba para fins de expedição de RPV, desde que observados os limites legais. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso ordinário improvido.Tese de julgamento: "1. Os honorários advocatícios fixados na execução individual devem observar o limite de 15%, quando decorrentes de atuação profissional autônoma. 2. O destacamento de honorários fixados em execução individual para expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV) é admissível, por não incidir a vedação do Tema 1142 do Excelso Supremo Tribunal Federal (E. STF)." Dispositivos relevantes citados: § 8º do art. 100 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88); art. 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997; § 1º do art. 85 do Código de Processo Civil (CPC), de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho; art. 3º da Emenda Constitucional nº 113/2021. Jurisprudência relevante citada: E. STF, ADCs 58 e 59; E. STF, Tema 1142; Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST), RR-2323-29.2013.5.02.0070, Rel. Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 07/01/2025; Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (E. TRT7), AP 0000020-59.2020.5.07.0037, Rel. Des. Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior; E. TRT7, AP 0000480-20.2022.5.07.0023, Rel. Juiz Convocado Antônio Teófilo Filho.

Processo: 0000920-93.2025.5.07.0028 **Julg.: 04/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

ACORDO SEM A PARTICIPAÇÃO DO CREDOR. ADOÇÃO DA TÉCNICA DE JULGAMENTO PER RELATIONEM. AGRAVO DE PETIÇÃO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela executada/agravante contra sentença de ID. 8c9f883, na qual a juíza da 2ª Vara do Trabalho Cariri julgou improcedentes os embargos à execução opostos. No recurso, a parte agravante sustenta que a obrigação relativa aos honorários advocatícios foi quitada por acordo homologado em outra ação trabalhista. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Discute-se: (i) se o acordo celebrado em outra ação abrangeu e quitou a dívida referente aos honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 4. Na hipótese, a parte exequente promove a presente execução visando ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência que lhe foram reconhecidos judicialmente na ação coletiva nº 0000222-68.2017.5.07.0028. A parte agravante sustenta que tais valores estariam quitados por força de acordo celebrado no processo nº 0002149-59.2023.5.07.0028, firmado com a parte exequente. Contudo, consoante se depreende dos autos, os advogados detentores do crédito de honorários sucumbenciais não foram partes nem anuíram ao acordo homologado. Os honorários advocatícios quitados no acordo celebrado não tem relação com a verba honorária deferida na ação coletiva. A jurisprudência trabalhista é pacífica ao reconhecer que os honorários sucumbenciais possuem natureza autônoma, sendo de titularidade exclusiva do advogado, nos termos do § 14 do art. 85 do Código de Processo Civil (CPC), de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho, bem assim do art. 23 da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB). Assim, eventual quitação firmada entre as partes principais do feito não produz efeitos sobre créditos de titularidade dos procuradores, quando estes não participaram ou anuíram com o ajuste. Portanto, não há como acolher a tese de quitação total da obrigação, sendo regular a execução dos honorários ora em debate. Nada a prover.5. A jurisprudência atual do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST) reconhece que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do inciso IX do artigo 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assegurando, assim, a observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Agravo de petição improvido.Tese de julgamento: "A jurisprudência atual do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST) reconhece que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do inciso IX do artigo 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assegurando, assim, a observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa." Dispositivos relevantes citados: inciso IX do artigo 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Jurisprudência relevante citada: RE

1494559 AgR, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 01-07-2024, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 29-07-2024 PUBLIC 30-07-2024; Ag-AIRR-11898-23.2015.5.18.0013, 2ª Turma, Relatora Ministra Liana Chaib, DEJT 06/02/2025; Ag-AIRR-10498-27.2015.5.03.0001, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 06/02/2025; Ag-AIRR-455-47.2018.5.11.0019, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 31/01/2025; Ag-ARR-1001102-67.2016.5.02.0432, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 21/01/2025.

Processo: 0001253-50.2022.5.07.0028 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. PESQUISA DE POSSÍVEIS NOVOS ENDEREÇOS. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS ÀS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA, DE ÁGUA E À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS. POSSIBILIDADE.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo exequente contra decisão que indeferiu o pedido de expedição de ofícios à Companhia Energética do Ceará (COELCE/ENEL), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e à Secretaria Municipal de Finanças de Fortaleza (SEFIN), por entender que essa diligência não se revela apta a garantir a eficácia da execução. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A única QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se é cabível o deferimento do pedido de expedição de ofícios às empresas acima referidas, com o intuito de se obter informação acerca de eventuais unidades consumidoras em nome dos devedores, a justificar a expedição de posterior mandado de penhora. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Na hipótese dos autos, inconteste é o desinteresse dos executados/agravados em quitar o débito objeto da execução, tanto que a ação data do ano de 2007. Assim, em razão da ausência de pagamento ou da garantia voluntária da dívida, foram realizadas diversas diligências mediante a utilização dos convênios eletrônicos disponibilizados na seara trabalhista, além de expedição de ofícios, mandados de penhora, enfim, várias tentativas de localizar bens dos devedores, mas, todas restaram infrutíferas. Todas as diligências até então adotadas se enquadram nas denominadas medidas executivas típicas. Somadas a estas últimas, a fim de dar efetividade à execução, o inciso IV do art. 139 do Código de Processo Civil, de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho, prevê a possibilidade de adoção das denominadas medidas executivas atípicas, podendo o magistrado determinar

providências indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias ao cumprimento da ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária. A pretensão recursal visa à satisfação do crédito do agravante, notadamente quando todas as demais medidas mais tradicionais e comuns utilizadas por esta Justiça Especializada para a expropriação do patrimônio dos devedores restaram inexitosas. Não há dúvidas de que o resultado dessa diligência poderá trazer um alento para o credor, notadamente porque há possibilidade de a parte devedora possuir cadastro perante as pessoas jurídicas informadas e, consequentemente, nesses novos endereços poderão existir bens capazes de satisfazer a dívida exequenda. Nesse contexto, dá-se provimento ao agravo de petição para determinar que, após o retorno dos autos, sejam expedidos ofícios à Companhia Energética do Ceará (COELCE/ENEL), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e Secretaria Municipal de Finanças de Fortaleza (SEFIN), para os fins propostos pelo agravante.V. DISPOSITIVO E TESE 4. Agravo de petição conhecido e provido.Tese de julgamento: 1. "Restando inexitosas as medidas executórias ordinárias de busca de bens do devedor, revela-se cabível a expedição de ofícios às concessionárias de serviço público a fim de obter informações sobre a existência de eventuais cadastros dos devedores." Dispositivos relevantes citados: inciso IV do art. 139 do CPC. Jurisprudências relevantes citadas: não há.

Processo: 0115700-27.2007.5.07.0012 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS PERICIAIS. PRÉVIA NOTIFICAÇÃO DO EXEQUENTE. DECISÃO RATIFICADA POR SEUS FUNDAMENTOS. TÉCNICA DE JULGAMENTO "PER RELATIONEM". MANUTENÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto contra decisão do juiz de origem que rejeitou exceção de pré-executividade, a qual alegava prescrição intercorrente na execução de honorários periciais, sob o argumento de inércia do exequente por mais de seis anos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em analisar a ocorrência da prescrição intercorrente na execução de honorários periciais, em face da paralisação do feito por tempo superior a dois anos, após arquivamento provisório. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A adoção da técnica de julgamento "per relationem", que consiste em ratificar os fundamentos de decisão

anterior, não viola o dever constitucional de motivação das decisões judiciais, desde que os fundamentos sejam expressamente indicados e acessíveis às partes. 4. A jurisprudência do Excelso Supremo Tribunal Federal (E. STF) e do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST) reconhece que a técnica "per relationem" atende à exigência de fundamentação das decisões judiciais, conforme o inciso IX do art. 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88).5. O magistrado de primeiro grau de jurisdição analisou adequadamente as questões suscitadas, com base no acervo probatório, e sua fundamentação foi incorporada por referência na decisão recorrida, sendo suficiente para manter o entendimento de que não foram preenchidos os requisitos para a aplicação da prescrição intercorrente, pois a ação foi arquivada provisoriamente sem a devida notificação do exequente, com advertência sobre a possibilidade de prescrição. 6. O arquivamento provisório da ação, para fins de prescrição intercorrente, deve ser precedido de notificação do exequente, com advertência expressa sobre a contagem do prazo prescricional, conforme normativo específico. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Agravo de petição improvido.Tese de julgamento:"1. A técnica de julgamento "per relationem", ao incorporar os fundamentos de decisões anteriores, cumpre a exigência constitucional de motivação das decisões judiciais. 2. A paralisação do feito em execução, para fins de configuração da prescrição intercorrente, demanda a prévia notificação do exequente, com advertência expressa sobre a contagem do prazo prescricional."Dispositivos relevantes citados: inciso IX do art. 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88); art. 11-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); arts. 772 a 777 do Código de Processo Civil (CPC), de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho; inciso III do art. 120 e art. 128 do Provimento Nº 4/GCGJT. Jurisprudência relevante citada: E. STF, RE 1494559 AgR, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, PUBLIC 30/7/2024; C. TST, Ag-AIRR-11898-23.2015.5.18.0013, 2ª Turma, Relatora Ministra Liana Chaib, DEJT 6/2/2025; C. TST, Ag-AIRR-10498-27.2015.5.03.0001, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 6/2/2025; C. TST, Ag-AIRR-455-47.2018.5.11.0019, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 31/01/2025; C. TST, Ag-ARR-1001102-67.2016.5.02.0432, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 21/1/2025.

Processo: 0001358-53.2014.5.07.0013 **Julg.: 19/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Seção Especializada II

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. ERRO MATERIAL. CONFIGURADO. CORREÇÃO COM EFEITOS MODIFICATIVOS. EMBARGOS ACOLHIDOS.

I . CASO EM EXAME 1. Embargos de declaração opostos pela reclamada/embargante contra acórdão proferido pela 2ª Turma deste Egrégio Tribunal que, ao julgar os recursos ordinários interpostos, deu provimento ao recurso do reclamante/embargado, condenando a empresa nas multas previstas nos arts. 466 e 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem assim majorou o percentual de honorários advocatícios devido pela reclamada/embargante para o importe de 15%. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2 . A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em saber se houve, no acórdão embargado, obscuridade e/ou contradição no arbitramento final do valor da condenação em razão de suposta inadequação do valor fixado ao conteúdo do provimento recursal, bem assim erro material na fixação das custas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O recurso ordinário interposto pelo reclamante, ora embargado, foi parcialmente provido e os Desembargadores integrantes desta E. 2ª turma condenaram as reclamadas/embargantes a pagar as multas previstas nos arts. 467 e 477 da CLT, bem assim majoraram para 15% o percentual devido, pelas empresas, a título de honorários advocatícios. Desse modo, o valor arbitrado no acórdão revela-se compatível com a reforma implementada em 2º grau de jurisdição, não havendo que se falar em obscuridade ou contradição, porquanto, da leitura do inteiro teor da decisão embargada, é possível vislumbrar o motivo pelo qual o valor da condenação restou majorado. Saliente-se que o valor efetivamente devido pela embargante será devidamente apurado em liquidação, nos exatos termos da decisão que transitar em julgado, restando oportunizado às partes, no momento processual adequado, prazo para as insurgências. Embargos não acolhidos no aspecto. 4. No tocante ao valor fixado para as custas, tem razão a embargante quanto à existência de erro material. Isso porque, restando a condenação arbitrada em R$ 90.000,00 (noventa mil reais), as custas devidas totalizam R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) e não de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), conforme constou no acórdão embargado. 5. Os presentes embargos sequer se prestam para fins de prequestionamento, pois aquele diz respeito à ausência de pronunciamento sobre matéria ou tese que haja sido invocada pela parte em recurso principal e fora silenciada pelos julgadores, o que, aqui, não se verifica. Daí, conclui-se que a decisão embargada atende satisfatoriamente ao que dispõe o item I da Súmula nº 297 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, o qual orienta a compreensão de que "diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito". IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Embargos de declaração acolhidos em parte, com efeitos modificativos, para corrigir erro material.

Dispositivos relevantes citados: CLT, art . 897-A; CPC/2015, art. 1.022.

Processo: 0000664-23.2024.5.07.0017 **Julg.: 02/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. GARANTIA PROVISÓRIA NO EMPREGO. GESTANTE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO ACOLHIDOS.

I. CASO EM EXAME 1. A reclamada/embargante aponta omissão e contradição no acórdão, alegando que este não teria analisado um argumento central, qual seja, a existência de informações na caderneta da gestante que, segundo a empresa, contradizem a conclusão do laudo pericial sobre a data da concepção. Assim, busca que seja sanada a omissão, com manifestação sobre a caderneta, e pede, em sede de efeito modificativo, a reforma do julgado para julgar improcedentes os pedidos da obreira. Subsidiariamente, requer a nulidade por cerceamento de defesa, com retorno do feito à vara de origem para juntada da caderneta e reabertura da instrução processual, e também o prequestionamento da matéria. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar se o acórdão recorrido apresenta omissão ou erro passíveis de correção por embargos de declaração, ou se as alegações da embargante consistem em mero inconformismo com o julgamento de mérito e requerimento de reexame de fatos e provas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir o mérito da decisão, tampouco a reexaminar fatos e provas, conforme art. 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e art. 1.022 do Código de Processo Civil (CPC), de aplicação supletiva e subsidiária ao Processo do Trabalho. 4. No caso concreto, restou reconhecida a garantia provisória no emprego da gestante, inclusive no âmbito do contrato de experiência, com a consequente condenação da empresa ao pagamento das verbas correlatas. 5. Dessa forma, constou da decisão atacada: "o C. TST, ao apreciar o Incidente de Recurso de Revista Repetitivo (IRR) no feito RRAg-0000441-70.2024.5.09.0872 (Tema 163), fixou tese vinculante que pacificou a controvérsia ao reconhecer que: "A garantia de emprego da gestante, prevista no art. 10, II, "b", do ADCT/CF, é cabível no contrato de experiência, modalidade de contrato por prazo determinado"". 6. Ainda foi consignado: "o juiz a quo apreciou adequadamente a questão, destacando que o laudo pericial,

elaborado por profissional de confiança, baseou-se na ultrassonografia do primeiro trimestre, exame mais preciso para aferição da concepção, e concluiu que esta ocorreu durante a vigência contratual. O perito ainda confirmou, em resposta a quesito, que a reclamante apresentou a caderneta da gestante no ato pericial, cujos dados eram compatíveis com os laudos anexados". 7. Ressaltou-se: "a reclamada foi devidamente notificada para apresentar impugnação ao laudo, de forma que a ausência de juntada da caderneta da gestante aos autos não afetou a solidez da prova técnica nem caracterizou cerceamento de defesa. Ressalte-se, ainda, a tese vinculante firmada pelo C. TST no julgamento do IRR na ação RR-0000321-55.2024.5.08.0128 (Tema 119), a seguir transcrita: "A dúvida razoável e objetiva sobre a data de início da gravidez e sua contemporaneidade ao contrato de trabalho não afasta a garantia de emprego à gestante"". 8. Desse modo, a prestação jurisdicional está completa, em decisão fundamentada, sem que se possa falar em qualquer vício a ser sanado. 9. Os presentes aclaratórios sequer se prestam para fins de prequestionamento, pois este se refere ao pronunciamento sobre matéria ou tese suscitada no recurso principal e que tenha sido silenciada pelos julgadores, o que não ocorreu no caso. A decisão embargada já atende ao disposto no item I da Súmula nº 297 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST), segunda a qual "diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito". IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Embargos de declaração não acolhidos.Tese de Julgamento: "1. Embargos de declaração não acolhidos quando as alegações se limitam a questionar o mérito da decisão ou requerer o reexame de provas, sendo incabível rediscutir questões já apreciadas e decididas no acórdão recorrido." Dispositivos relevantes citados: art. 897-A da CLT; art. 1.022 do CPC. Jurisprudências relevantes citadas: Súmula nº 297 do C. TST.

Processo: 0000107-51.2025.5.07.0033 **Julg.: 02/12/2025**
Rel. Desem.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRATO DE FACÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA NÃO RECONHECIDA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO ACOLHIDOS.

I. CASO EM EXAME 1. O reclamante/embargante aponta omissão no acórdão, sustentando que o julgado não analisou adequadamente o conjunto

fático-probatório dos autos, nem distinguiu o caso concreto de outros feitos análogos já apreciados por esta Turma, nos quais foi reconhecida a configuração de terceirização fraudulenta travestida de contrato de facção entre a empresa prestadora e a tomadora. Requer, assim, o acolhimento dos embargos de declaração, com efeito modificativo, para sanar a omissão apontada e restabelecer a condenação subsidiária da 4ª reclamada, bem assim a multa prevista no art. 467 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar se o acórdão recorrido apresenta omissão ou erro passíveis de correção por embargos de declaração, ou se as alegações da embargante consistem em mero inconformismo com o julgamento de mérito e requerimento de reexame de fatos e provas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir o mérito da decisão, tampouco a reexaminar fatos e provas, conforme art. 897-A da CLT e art. 1.022 do Código de Processo Civil (CPC), de aplicação supletiva e subsidiária ao Processo do Trabalho. 4. No caso concreto, reconheceu-se a existência de contrato de facção entre a 1ª e a 4ª demandadas, cuja principal característica é a autonomia da contratada na fabricação dos produtos, afastando-se, portanto, a configuração de terceirização. Verificada a ausência de ingerência direta da 4ª reclamada na organização da atividade produtiva, bem assim a inexistência de exclusividade na relação comercial, reputou-se válido o contrato celebrado, não havendo nos autos elementos que evidenciem a prática de fraude. Diante disso, aplicou-se a jurisprudência consolidada do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST), que afasta a responsabilidade subsidiária em contratos de facção regularmente firmados e desprovidos de vícios. 5. Dessa forma, constou da decisão atacada: "tem-se que no contrato de facção, a contratada (Paquetá Calçados Ltda) atuava de forma autônoma na produção dos bens, sem subordinação ou ingerência da contratante (Adidas), o que afasta a aplicação da Súmula n° 331 do C.TST bem assim a regência da Lei n° 6.019/74.". 6. Ainda foi consignado: "ficou comprovado que a fábrica da Paquetá prestava serviços para diversas marcas, inexistindo exclusividade na produção para a Adidas, muito embora esta tinha o direito de fazer exigências quanto ao controle de qualidade dos produtos que comprava da primeira reclamada". 7. Destacou-se também que "a multa prevista no art. 467 da CLT está diretamente relacionada à existência de verba resilitória incontroversa. Se há contestação formulada pela parte reclamada/recorrente de todos os pleitos postos na petição inicial, tem-se como controvertidos todos os pedidos sendo, consequentemente, inaplicável a multa em análise". 8. Desse modo, a prestação jurisdicional está completa, em decisão fundamentada, sem que se possa falar em qualquer vício a ser sanado. 9. Os presentes aclaratórios sequer se prestam para fins de prequestionamento, pois este se refere ao pronunciamento sobre matéria ou tese suscitada no recurso principal e que tenha sido silenciada pelos julgadores, o que não ocorreu no caso. A decisão embargada já atende ao disposto no item

I da Súmula nº 297 do C. TST, segunda a qual "diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito". IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Embargos de declaração não acolhidos.Tese de Julgamento: "1. Embargos de declaração não acolhidos quando as alegações se limitam a questionar o mérito da decisão ou requerer o reexame de provas, sendo incabível rediscutir questões já apreciadas e decididas no acórdão recorrido." Dispositivos relevantes citados: art. 897-A da CLT; art. 1.022 do CPC. Jurisprudências relevantes citadas: Súmula nº 297 do C. TST.

Processo: 0000246-12.2025.5.07.0030 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PERÍCIA TÉCNICA DESFAVORÁVEL. VERBA INDEVIDA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. TÉCNICA PER RELATIONEM.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo reclamante ANTONIO MAGNO COSTA DANIEL contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos veiculados na presente ação, dentre os quais, o de pagamento de adicional de insalubridadeII. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A única QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em aferir se o recorrente faz jus ao pagamento do adicional de insalubridade. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A prova técnica realizada nestes autos concluiu que o reclamante/recorrente, no exercício da função de encarregado de turma, não era submetido à ambiente de trabalho insalubre. Portanto, estando o comando condenatório ancorado na prova pericial produzida e não havendo nos autos qualquer outro elemento probatório capaz de infirmar as conclusões do perito, não há razões para se impor à parte recorrida a condenação ao pagamento de adicional de insalubridade, nos exatos termos em que fora decidido na origem, cuja sentença se mantém por seus próprios e legítimos fundamentos, mediante a utilização da técnica per relationem. Recurso ordinário improvido. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Recurso ordinário conhecido e improvido.Tese de julgamento: 1. "Deve ser mantida a sentença quando estiver ancorada em prova pericial e não houver nos autos quaisquer outros elementos probatórios capazes de infirmar as conclusões do perito." Dispositivos relevantes citados: art. 195 da CLT; anexos 13 e 14 da NR 15 do MTE; art. 371 do CPC; inciso IX do art. 93 da CRFB/88. Jurisprudência relevante citada: Súmula 448 do C. TST; decisões jurisprudenciais oriundas do Excelso Supremo Tribunal Federal e do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Processo: 0001506-18.2024.5.07.0012 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. FGTS NÃO DEPOSITADO. SUSPENSÃO DA AÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXCLUSÃO. DESTACAMENTO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA PARA EMISSÃO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV). MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário que discute condenação ao pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), critérios de atualização monetária e honorários advocatícios sucumbenciais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 questões em discussão: (i) definir se é devida a condenação em FGTS, mesmo com alegação de suspensão da ação; (ii) estabelecer os critérios de atualização monetária; e (iii) determinar a possibilidade de condenação em honorários advocatícios sucumbenciais e de destacamento para fins de emissão de RPV. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A condenação em FGTS deve ser mantida, pois não houve comprovação da regularidade dos depósitos fundiários, e a suspensão do feito comprometeria a celeridade e efetividade da prestação jurisdicional. 4. A atualização monetária e os juros de mora devidos pela Fazenda Pública devem observar o IPCA-E até 8/12/2021, e, a partir de 9/12/2021, a Taxa SELIC, conforme a Emenda Constitucional nº 113 de 2021.5. A condenação em honorários advocatícios sucumbenciais deve ser mantida, nos termos da Lei nº 13.467/17. 6. No ponto em que o recorrente pretende o destacamento dos honorários sucumbenciais para fins de expedição de RPV, o apelo não pode ser conhecido. Isso porque a matéria não foi arguida na defesa, nem apreciada na sentença, inexistindo, portanto, pronunciamento judicial apto a viabilizar a devolução da questão a este grau revisor. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso parcialmente conhecido e não provido. Tese de julgamento:"A ausência de comprovação de depósitos fundiários regulares implica na manutenção da condenação em FGTS.""A atualização monetária de débitos da Fazenda Pública segue a legislação vigente à época.""É cabível a condenação em honorários sucumbenciais, nos termos da lei, mesmo em face de beneficiário de justiça gratuita.""A ausência de manifestação do juízo de origem sobre a questão, aliada à falta de interposição de embargos de declaração, impede

o conhecimento do recurso, sob pena de supressão de instância." Dispositivos relevantes citados: art. 15 da Lei nº 8.036/1990, art. 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inciso LXXVIII do art. 5ª da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), art. 1º-F da Lei 9.494/1997, art. 3º da Emenda Constitucional nº 113 de 2021, art. 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).(itálico)Jurisprudência relevante citada: Súmula nº 461 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST). RE 870947 do E. STF. TEMA 810. Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) nº 343, de 26 de agosto de 2022. RR-2323-29.2013.5.02.0070, 1ª Turma, do C. TST. 0000378-76.2023.5.07.0018 do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. 0000020-59.2020.5.07.0037 do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. 0000480-20.2022.5.07.0023 do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Processo: 0001321-95.2025.5.07.0027 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. JUSTIÇA GRATUITA. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS). ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. A reclamada/recorrente interpôs recurso ordinário insurgindo-se, em síntese, contra: (i) a concessão da gratuidade da justiça à reclamante/recorrida, por ausência de comprovação da hipossuficiência econômica exigida em lei; (ii) a condenação relativa ao FGTS, alegando que os depósitos foram realizados em conta única da Caixa Econômica Federal (CEF) por gestões anteriores, pendendo apenas a individualização dos valores, motivo pelo qual requer o sobrestamento do feito até manifestação oficial da instituição financeira; e (iii) a aplicação da correção monetária estipulada no juízo de origem, defendendo a adoção da Taxa Referencial (TR), conforme previsto na Lei nº 8.036/1990, ressaltando que a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ainda se encontra em discussão no Excelso Supremo Tribunal Federal (E. STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5090. Por fim, pugna pela exclusão da condenação em honorários advocatícios, bem assim pela fixação da verba em favor de seu patrono, no percentual de 15 % (quinze por cento), nos termos do art. 791-A da CLT. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. As questões em discussão consistem em examinar: (i) a pertinência da concessão da gratuidade de

justiça à recorrida; (ii) a necessidade de sobrestamento do feito para apuração dos depósitos de FGTS que o ente público alega ter efetuado em conta coletiva; (iii) a aplicabilidade da TR na atualização monetária dos créditos trabalhistas; e (iv) a responsabilidade do ente público pelo pagamento de honorários advocatícios, a possibilidade de condenação da recorrida, ainda que beneficiária da gratuidade, ao pagamento e majoração dessa verba. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Não se conhece do tópico "VI - DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIAS" do recurso ordinário da reclamada/recorrente, por ausência de dialeticidade, uma vez que o ente público devolveu matérias estranhas à lide, deixando de impugnar os fundamentos da decisão, em afronta ao inciso III do art. 932 do Código de Processo Civil (CPC), aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho. 4. A parte reclamante, ora recorrida, aufere salário mensal em valor inferior ao teto estipulado no § 3º do art. 790 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de modo que a obtenção do benefício da justiça gratuita não está condicionada à apresentação de provas da sua incapacidade econômica, podendo, inclusive, ser concedida independentemente de pedido da parte, consoante restou decidido pele E. STF no julgamento do Tema 21. Benefício mantido. 5. O sobrestamento do feito não se justifica, pois a ausência de individualização dos depósitos do FGTS configura prática irregular do empregador. Ademais, dar acolhimento a tal pretensão estar-se-ia comprometendo a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional, princípios basilares do processo trabalhista (inciso LXXVIII do art. 5ª da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988)), além de estar-se acobertando uma ilegalidade praticada pelo recorrente, que é não depositar as verbas fundiárias em conta individualizada dos trabalhadores. Pelo exposto, em razão de não ter sido comprovado pelo município recorrente a regularidade dos depósitos fundiários, obrigação que lhe competia, forçoso manter a condenação que lhe fora imposta em primeiro grau de jurisdição. 6. Os valores de FGTS reconhecidos em juízo sujeitam-se aos mesmos critérios de correção monetária e juros de mora aplicáveis aos débitos trabalhistas, por se tratar de condenação judicial. Assim, de ofício e por se tratar de matéria de ordem pública, determina-se que a correção monetária e os juros de mora sejam apurados, a partir do vencimento e até 8/12/2021, com base no IPCA-e, incidindo juros de mora conforme a variação do índice da caderneta de poupança, na forma do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, sobre o valor corrigido; a partir de 9/12/2021, incidirá apenas a variação da Taxa SELIC, que remunera tanto a correção monetária quanto os juros de mora, nos termos da Emenda Constitucional nº 113 de 2021). 7. Os honorários advocatícios sucumbenciais são devidos pela Fazenda Pública, dada a sua sucumbência, nos termos do *caput* do art. 791-A da CLT. 8. Não se verifica sucumbência do reclamante/recorrido em pedidos que pudessem ensejar condenação em honorá-

rios advocatícios em seu desfavor, razão pela qual permanece inaplicável o § 3º do art. 791-A da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso ordinário parcialmente conhecido e improvido.Teses de julgamento: 1. "A concessão da gratuidade de justiça à parte reclamante é válida quando sua remuneração for inferior a 40 % (quarenta por cento) do teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). 2. A ausência de individualização dos depósitos do FGTS caracteriza irregularidade patronal que não autoriza o sobrestamento do feito, sob pena de violação aos princípios da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional. 3. Em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, a correção monetária e os juros de mora devem ser apurados, a partir do vencimento e até 8/12/2021, com base no IPCA-e, incidindo juros de mora conforme a variação do índice da caderneta de poupança, na forma do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, sobre o valor corrigido; a partir de 9/12/2021, incidirá apenas a variação da Taxa SELIC, que remunera tanto a correção monetária quanto os juros de mora, nos termos da Emenda Constitucional nº 113 de 2021. 4. Quando sucumbente, cabe a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios." Dispositivos relevantes citados: art. 932 do CPC; arts. 791-A e 790 da CLT; art. 15 da Lei nº 8.036/1990. Jurisprudências relevantes citadas: TST - RR-1001039-25.2020.5.02.0263, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 24/01/2025; TST - RR-ED-RRAg-338-10.2012.5.04.0521, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 19/08/2025.

Processo: 0000599-31.2025.5.07.0037 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO SUMARÍSSIMO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. GRAU MÁXIMO. MANUTENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela reclamada, em face da sentença que reconheceu o direito da reclamante ao adicional de insalubridade em grau máximo. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Há 2 questões em discussão: (i) definir o grau de insalubridade; e (ii) verificar a possibilidade de redução dos honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O laudo pericial elaborado concluiu pela existência de insalubridade em grau máximo, em conformidade com o Anexo 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78, em razão da exposição da reclamante a agentes biológicos. 4. A prova pericial demonstrou

que a reclamante realizava limpeza de banheiros e ambientes hospitalares de uso coletivo, recolhia lixo infectante e higienizava leitos de pacientes, inclusive em isolamento, o que se enquadra no item II da Súmula nº 448 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST).5. O adicional de insalubridade em grau máximo deve ser mantido, calculado sobre o salário mínimo, na ausência de previsão em norma coletiva que disponha de forma diversa. 6. Os honorários advocatícios arbitrados na sentença atendem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de estarem em consonância com os requisitos descritos no § 2º do art. 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento:"A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, bem assim a coleta de lixo dessas dependências, enseja o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, nos termos do item II da Súmula nº 448 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST).""Os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser mantidos quando fixados em consonância com os requisitos do art. 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)." Dispositivos relevantes citados: art. 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Anexo 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78. Jurisprudência relevante citada: item II da Súmula nº 448 do C. TST.

Processo: 0000677-46.2024.5.07.0009 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR ANTIGUIDADE E POR MÉRITO. COMPROVAÇÃO DE REGULAR CONCESSÃO. SENTENÇA REFORMADA. JUSTIÇA GRATUITA CONCEDIDA À PARTE RECLAMANTE. SENTENÇA MANTIDA. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. PEDIDO INDEFERIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS contra a sentença que julgou procedente em parte os pedidos veiculados na presente ação, reconhecendo o direito do obreiro à incorporação de duas progressões horizontais por antiguidade correspondentes aos anos de 2022 e 2024 e uma progressão horizontal por mérito, atinente ao ano de 2023, com a consequente condenação da empresa ao pagamento das respectivas diferenças salariais e reflexos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. As questões em discussão consistem em aferir: (i) se

a empresa recorrida concedeu as progressões horizontais por antiguidade e por mérito em observância ao que dispõe o PCCS 2008; (ii) se o reclamante/recorrido faz jus ao benefício da gratuidade de justiça; (iii) se, com o ajuizamento desta demanda, restou caracterizado o abuso do direito de ação, a ponto de caracterizar litigância de má-fé. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Após uma análise acurada dos termos do PCCS 2008 em conjunto com a ficha cadastral, constata-se que a empresa recorrida concedeu regularmente todas as progressões horizontais a que o obreiro tinha direito, tanto as por antiguidade quanto as por mérito. Nesse contexto, dá-se provimento ao recurso ordinário para, reformando a sentença, julgar improcedentes os pedidos relativos à condenação da recorrente em proceder à implantação das progressões horizontais pretendidas, bem assim, ao pagamento das diferenças salariais decorrentes. Por consequência, resta indevida a condenação da empresa ao pagamento de honorários de sucumbência. 4. No caso dos autos, vê-se que o obreiro aufere salário mensal em valor inferior ao teto estipulado no § 3º acima transcrito. Porém, mesmo assim, anexou aos autos declaração de hipossuficiência econômica (ID. e8de864 - fls. 14), não tendo a parte recorrente apresentado qualquer documento capaz de, sequer, confrontá-la. Desse modo, é de se concluir que o recorrido faz jus à gratuidade de justiça, seja em razão do seu salário se amoldar à hipótese descrita no § 3º do art. 790 da CLT, seja em virtude da declaração de hipossuficiência econômica anexada aos autos. Destarte, mantém-se a decisão que deferiu os benefícios da gratuidade de justiça à parte reclamante, ora recorrida. 5. No caso dos autos, não há nenhuma prova de que a parte recorrida tenha efetivamente agido de má-fé ao formular as assertivas constantes na peça de entrada. Assim, afasta-se a possibilidade de aplicação da multa respectiva. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso ordinário conhecido e provido em parte.Teses de julgamento: 1. "A concessão de promoção horizontal por antiguidade, prevista no PCCS/2008 da ECT, subordina-se ao preenchimento do requisito objetivo de 24 meses de interstício, aferido na data de corte anual fixada pela norma interna. Não preenchido o interstício temporal na data de corte, é indevida a promoção por antiguidade, não havendo que se falar em omissão ilícita do empregador."2. "Mantém-se o deferimento da gratuidade de justiça ao obreiro, porquanto preenchidos os requisitos constantes no § 3º do art. 790 da CLT."3. "A aplicação de multa por litigância de má-fé só se justifica quando restar comprovado que a parte abusara do seu direito de ação ou de defesa." Legislação relevante citada: PCCS 2008, norma interna da ECT; § § 3º e 4º do art. 790 e art. 793-B, ambos da CLT. Jurisprudência relevante citada: decisões jurisprudenciais oriundas desta Colenda 2ª Turma de julgamento.

Processo: 0000856-28.2025.5.07.0014 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PROVAS DOCUMENTAIS JUNTADAS COM A PEÇA RECURSAL. DESCONSIDERAÇÃO. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PROVA TESTEMUNHAL SUFICIENTE. SENTENÇA REFORMADA. HORAS EXTRAS. ACUMULO DE FUNÇÕES. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AUSÊNCIA DE PROVAS. PRETENSÕES INDEFERIDAS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. INDEFERIMENTO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. VERBA DEVIDA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo de emprego e, por conseguinte, indeferiu o pagamento de todas as parcelas pretendidas. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. As questões em discussão consistem em definir: (i) se há inovação recursal, na forma descrita pela parte recorrida em suas contrarrazões; (ii) se a prova dos autos é capaz de demonstrar a existência do vínculo empregatício havido entre os litigantes; (iii) se é devido o pagamento de horas extras, plus salarial decorrente do acúmulo de funções e de adicional de insalubridade; (iv) se o Município de Sobral deve ser condenado de forma subsidiária pelas verbas devidas pela empresa demandada; (v) se é devido o pagamento de honorários de sucumbência; (vi) quais critérios devem ser adotados para atualização monetária das parcelas eventualmente deferidas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Observa-se que, ao interpor o recurso ordinário, o reclamante fez inserir no corpo da peça recursal imagens de um recibo de pagamento e duas fotografias, bem assim juntou um link de vídeo, sendo que nenhuma dessas provas foram apresentadas anteriormente ao encerramento da instrução processual. Sabe-se que, na fase recursal somente de admite a juntada de documentos novos quando for comprovado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se tais documentos se referirem à situação fática posterior à sentença. A esse respeito, a Súmula nº 8 do C. TST reza que "A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença." Ocorre que, analisando detidamente esses documentos, constata-se que nenhum deles se enquadra na previsão contida no mencionado verbete sumular, notadamente porque todos eles poderiam ter sido juntados aos autos quando do ajuizamento da ação ou mesmo durante a instrução processual, ou seja, bem antes da prolação da sentença, o que garantiria

o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, além de sua análise pelo magistrado prolator da sentença. Esclareça-se que não se torna novo o fato pela circunstância de ser mencionado em documento novo. Pelo exposto, deixa-se de considerar as peças documentais (prints do recibo - fls. 380 e das fotografias - fls. 382 e o vídeo constante do link - fls. 385) juntadas pelo recorrente por ocasião da interposição do recurso ordinário, por não se encontrar caracterizada nenhuma das hipóteses permissivas contidas na Súmula nº 8 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. 4. No caso vertente, o encargo de comprovar a existência da relação de emprego na forma declinada na peça vestibular pertence à parte reclamante/recorrente, eis que o vínculo foi amplamente negado pela parte adversa. De uma acurada análise da prova testemunhal produzida, pode-se concluir que a relação empregatícia noticiada na peça de introito restou devidamente comprovada. Nesse contexto, reconhece-se que a parte recorrente se desincumbiu satisfatoriamente do seu encargo, razão pela qual, dá-se provimento ao recurso ordinário para, reformando a sentença, reconhecer a existência da relação empregatícia havida entre os litigantes, durante o período compreendido entre 1º/6/2023 e 30/11/2024, nos moldes descritos na fundamentação. 5. No tocante ao adicional de insalubridade, tem-se que, nos termos do que reza o art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho, sua caracterização e a classificação do grau far-se-ão através de perícia técnica. Ocorre que, no caso dos autos, o momento oportuno para se determinar a realização dessa prova seria por ocasião da assentada. Contudo, não houve sequer menção a respeito da produção de prova técnica. O recorrente, acompanhado do advogado que o assiste, permitiu que a instrução processual fosse encerrada sem provocar o magistrado condutor da assentada sobre a necessidade de realização de perícia a fim de aferir a presença de eventual agente insalubre em seu ambiente de trabalho. Observa-se que naquela ocasião, logo após a conclusão da prova pericial as partes declararam que não possuíam outras provas a produzir. Sendo assim, reputa-se impossível o deferimento do pedido de pagamento do adicional de insalubridade. 6. Quanto ao labor em jornada extraordinária e quanto à ocorrência de acúmulo de funções, tem-se que ambas as matérias se tratam de fatos constitutivo de direito e, por assim ser, o encargo probatório pertence ao reclamante/recorrente, nos termos do inciso I do art. 818 da Consolidação das Leis do Trabalho e do inciso I do art. 373 do Código de Processo Civil, de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho. Ocorre que os elementos probatórios existentes nos autos não são suficientes o bastante para ratificar a jornada de trabalho declinada na exordial, tampouco a ocorrência do noticiado acúmulo de funções. Por ilação, por não ter o obreiro se desincumbido do seu encargo probatório, afasta-se a possibilidade de reconhecer o labor extraordinário declinado na exordial e a ocorrência do noticiado acúmulo de funções, restando indeferido, portanto, o pagamento de horas extras e de plus salarial. 7. De acordo com o novo regramento acerca da responsabilidade subsidiária de entes pertencentes à Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços, o E. STF, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 1298647 (Tema 1.118), fixou tese no sentido de que tal responsabilidade se consubstancia

quando a parte reclamante comprovar a efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público, mediante notificação formal, noticiando o ente público que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, cujo envio deverá ser feito pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo. Na ausência de tal prova, não há possibilidade de se atribuir ao ente público a responsabilidade subsidiária. Pelo exposto, afasta-se a possibilidade de imputar ao Município de Sobral responsabilidade subsidiária pelo pagamento das verbas deferidas nesta decisão. 8. Uma vez reformada a sentença de origem e havendo condenação da empresa recorrida, devida é também sua condenação ao pagamento de honorários de sucumbência. Assim, sopesando os critérios estabelecidos no § 2º e *caput* do artigo 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), condena-se a empresa recorrida ao pagamento de honorários advocatícios fixados no patamar de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor que resultar da liquidado do julgado. 9. Para atualização monetária das parcelas deferidas nesta decisão, determina-se que sejam aplicados os seguintes critérios: i) no período pré-judicial, incide IPCA-E acrescido da TR, desde o vencimento da obrigação; ii) na fase judicial, a partir do ajuizamento da ação: a) até 29/8/2024, incide apenas a SELIC como fator unitário de atualização e juros de mora; e b) a partir de 30/8/2024, incide o IPCA divulgado pelo IBGE para correção monetária e, para os juros de mora, a SELIC deduzido o IPCA (§ 1º do art. 389 do Código Civil), com a possibilidade de não incidência (taxa zero), nos termos do § 3º do art. 406 do Código Civil. IV. DISPOSITIVO E TESE 10. Recurso ordinário conhecido e provido em parte.Teses de julgamento: 1. "A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando for comprovado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se tais documentos se referirem à situação fática posterior à sentença (súmula nº 8 do C. TST)."2. "Havendo provas do labor do reclamante para a reclamada, devido é o reconhecimento do vínculo empregatício pretendido."3. "A caracterização da insalubridade e a classificação do seu grau far-se-ão através de perícia técnica (art. 195 da CLT)."4. "Não havendo provas do labor extraordinário declinado na exordial e da ocorrência do noticiado acúmulo de funções, resta indevido o pagamento de horas extras e de plus salarial."5. "De acordo com a tese fixada pelo E. STF no julgamento do Tema 1.118, a responsabilidade pode ser reconhecida quando a parte reclamante comprovar a efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público, mediante notificação formal, noticiando o ente público que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, cujo envio deverá ser feito pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo."6. "Havendo condenação da empresa recorrida ao pagamento de verbas trabalhistas, devida é também sua condenação ao pagamento de honorários de sucumbência."7. "As parcelas deferidas devem ser atualizadas monetariamente com base nos seguintes critérios: i) no período pré-judicial, incide IPCA-E acrescido da TR, desde o vencimento da obrigação; ii)

na fase judicial, a partir do ajuizamento da ação: a) até 29/8/2024, incide apenas a SELIC como fator unitário de atualização e juros de mora; e b) a partir de 30/8/2024, incide o IPCA divulgado pelo IBGE para correção monetária e, para os juros de mora, a SELIC deduzido o IPCA (§ 1º do art. 389 do Código Civil), com a possibilidade de não incidência (taxa zero), nos termos do § 3º do art. 406 do Código Civil." Dispositivos relevantes citados: art. 3º da CLT; inciso I do art. 818 da CLT; inciso I do art. 373 do CPC; art. 195 da CLT; § 2º e *caput* do artigo 791-A da CLT; § 1º do art. 389 e § 3º do art. 406, ambos do Código Civil. Jurisprudências relevantes citadas: Súmula nº 8 do C. TST; RE nº 1.298.647 - Tema 1118 do E. STF.

Processo: 0001016-78.2025.5.07.0038 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PROVA INSUFICIENTE. SENTENÇA MANTIDA.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento do vínculo de emprego e, por conseguinte, indeferiu o pagamento de todas as parcelas pretendidas. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a prova dos autos é capaz de demonstrar a existência do vínculo empregatício havido entre os litigantes. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Uma vez rechaçada a modalidade contratual sustentada na exordial, mas admitido labor sob rotulação jurídica diversa, à demandada se transfere o encargo probatório, cabendo-lhe demonstrar de forma inconteste a relação de trabalho na ótica que defende, à luz do inciso II do art. 818 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e inciso II do art. 373 do Código de Processo Civil (CPC), de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho. Não se trata de impor ao empregador fazer prova negativa, mas, ao contrário, explicitar a certeza da natureza pactual por ele alegada. Desse encargo, o reclamado/recorrido se desincumbiu satisfatoriamente, pois, consoante reluz a prova dos autos, restou bastante comprovada a tese defendida pela defesa, qual seja, de que o obreiro era apenas um prestador de serviços autônomo e eventual. Desse modo, mantém-se a sentença com base em seus próprios e legítimos fundamentos jurídicos. Nada a reformar, portanto. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Recurso ordinário conhecido e improvido.Tese de julgamento:2. "Não havendo provas do labor do reclamante para o reclamado na forma prevista pelo art. 3º da CLT, indevido é o reconhecimento do vínculo empregatício pretendido." Dispositivos relevantes citados: art. 3º da CLT; incisos

I e II do art. 818 da CLT; incisos I e II do art. 373 do CPC; inciso IX do art. 93 da CRFB/88. Jurisprudências relevantes citadas: decisões jurisprudenciais oriundas do Excelso Supremo Tribunal Federal e do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Processo: 0001004-46.2024.5.07.0023 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RESCISÃO INDIRETA. INOCORRÊNCIA DE FALTA GRAVE PATRONAL. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. A reclamante/recorrente sustenta que a decisão de origem não aplicou corretamente o direito ao caso concreto, deixando de valorar a prova testemunhal e o laudo pericial. Aduz que a reclamada/recorrida não apresentou documentos essenciais de saúde e segurança do trabalho e que a supervisora teria praticado atos de perseguição e constrangimento, configurando falta grave patronal e ensejando a rescisão indireta do contrato, com consequente pagamento das verbas rescisórias. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em saber se o conjunto probatório comprova a ocorrência de assédio moral ou faltas patronais aptas a justificar a rescisão indireta do contrato de trabalho. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Não restou comprovada a falta grave patronal apta a ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho. A prova testemunhal revelou apenas episódios pontuais de tratamento com indiferença por parte da supervisora, sem demonstração de conduta abusiva, humilhante ou reiterada capaz de configurar assédio moral. A própria testemunha conduzida pela obreira afirmou não ter presenciado constrangimentos públicos, tampouco restrições efetivas ao uso do banheiro, havendo apenas controle razoável de pausas. Ademais, o laudo pericial, embora tenha reconhecido concausa entre o labor e os transtornos psiquiátricos da reclamante, afastou a existência de incapacidade laboral atual e não apontou nexo direto entre a doença e os atos de gestão organizacional. Ausente prova robusta de violação aos deveres contratuais do empregador, inviável o reconhecimento da rescisão indireta. 4. A técnica da fundamentação per relationem consiste na adoção, por referência, dos fundamentos expostos na decisão recorrida, desde que expressamente indicados e acessíveis às partes, conforme entendimento consolidado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal (RE 1494559 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes) e pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho (Ag-AIRR-11898-23.2015.5.18.0013, Rel. Min. Liana Chaib). No presente caso, a decisão de 1º grau de jurisdição analisou adequadamente as questões suscitadas e se fundamentou no conjunto probatório, motivo pelo qual

seus fundamentos devem ser ratificados, aplicando-se a técnica da motivação per relationem. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso ordinário improvido.Tese de julgamento: "1. Ausente comprovação de falta grave patronal, é incabível o reconhecimento da rescisão indireta. 3. A fundamentação per relationem é técnica válida de motivação das decisões judiciais, desde que os fundamentos adotados sejam expressamente indicados e acessíveis às partes." Dispositivos relevantes citados: art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Jurisprudências relevantes citadas: não se aplica.

Processo: 0001221-77.2024.5.07.0027 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RITO SUMARÍSSIMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

I. CASO EM EXAME 1. Embargos de declaração opostos contra acórdão de ID. 6ce34df, alegando-se omissão e obscuridade na decisão. Aponta a finalidade de prequestionamento. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Discute-se: (i) a existência de omissão ou obscuridade no acórdão recorrido; (ii) a necessidade de prequestionamento. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A despeito da conclusão pericial, os Desembargadores mantiveram a sentença na qual o Juiz seguiu a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C.TST) no sentido de que a atividade de limpeza de banheiros de uso coletivo, acessíveis a grande número de pessoas e público diversificado, enquadra-se na hipótese da Norma Regulamentadora nº 15, sendo o caso em espécie, limpeza de banheiro de shopping center (Súmula nº 448 do C.TST). Outrossim, na decisão, foi considerado o depoimento da testemunha arrolada pelo reclamante/recorrido, o qual exercia a mesma função daquele, inclusive no mesmo horário e afirmou a necessidade de manter os banheiros limpos. Não se percebe, pois, os vícios imputados à decisão embargada, uma vez que a solução referente ao tema foi devidamente fundamentada, revelando-se as alegações do embargante mero inconformismo com as razões que formaram o convencimento do julgado. 4. A jurisprudência atual do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST) reconhece que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do inciso IX do artigo 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assegurando, assim, a observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. 5. Os presentes embargos de declaração sequer se prestam para fins de prequestionamento, como sustenta a

parte embargante, pois aquele diz respeito ao pronunciamento sobre matéria ou tese que haja sido invocada pela parte em Recurso principal, porém silenciada pelo juiz, o que, aqui, não se verifica. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Embargos de declaração não acolhidos.Tese de julgamento: "Embargos de declaração não se prestam à rediscussão do mérito da decisão, mas apenas à correção de vícios previstos na legislação processual trabalhista." Dispositivos relevantes citados: § 2º do art. 1.026 do Código de Processo Civil, de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho.

Processo: 0000751-13.2023.5.07.0017 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RITO SUMARÍSSIMO. JORNADA DE TRABALHO. CARTÕES DE PONTO VÁLIDOS. HORAS EXTRAS COMPENSADAS. FORMA DE RUPTURA CONTRATUAL. NULIDADE DO PEDIDO DE DEMISSÃO. DISPENSA IMOTIVADA. SENTENÇA REFORMADA.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela empresa ALAMBRUNO BEZERRA CAPISTRANO - ME (JEANNE BATISTA JOSINO - ME) contra sentença que julgou procedentes em parte os pedidos veiculados na presente ação, reputando inválido o pedido de demissão constante dos autos e declarando que o contrato de trabalho havido entre os litigantes se rompeu por dispensa imotivada, condenando a recorrente ao pagamento das verbas próprias dessa modalidade de extinção contratual. A empresa foi condenada também ao pagamento de horas extras. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. As questões em discussão consistem em aferir: (i) qual a forma de ruptura do contrato de trabalho havido entre os litigantes, se por pedido de demissão, abandono de emprego ou dispensa imotivada; (ii) se é devido o pagamento de horas extras na forma pretendida pelo obreiro. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A parte recorrente inovou em sua argumentação defensiva, ao apresentar, somente em sede recursal, a tese de que o contrato de trabalho teria se extinguido por meio de abandono de emprego. Analisando a peça contestatória, não se observa nenhuma referência à essa modalidade de extinção contratual. Como sabemos, a inovação recursal se configura quando uma das partes apresenta questões, argumentos ou provas novas na fase de recurso, que não foram discutidos ou apresentados na instância ordinária. Essa prática é vedada pelo ordenamento jurídico, por violar princípios fundamentais como o contraditório, a ampla defesa e o duplo grau de jurisdição, além de acarretar

uma supressão de instância. Como consequência, a tese inovatória não poderá ser conhecida pelo juízo ad quem. Desse modo, afasta-se a possibilidade de apreciação da tese recursal defendida pela recorrente, no sentido de que o contrato de trabalho discutido neste feito se extinguiu por iniciativa do recorrido mediante abandono de emprego, porquanto, trata-se de clara inovação recursal, já que não alegada no momento processual oportuno. 4. No que pertine ao pedido de demissão, melhor sorte não socorre à recorrente, pois, sequer apresentou arrazoado recursal quanto a essa questão, limitando-se apenas, no tópico final da peça recursal "III. DOS PEDIDOS", a requerer que, subsidiariamente, fosse reconhecido o pedido de demissão. Porém, como dito antes, não houve enfrentamento dos fundamentos da sentença nesse particular. Não obstante a essa circunstância, em razão da devolução em profundidade dos argumentos suscitados de que goza o recurso ordinário, revisitando os argumentos suscitados anteriormente, entendo que a sentença, nesse ponto, deve ser mantida por seus próprios e legítimos fundamentos, eis que apreciou a questão de forma correta e adequada, mediante a aplicação do melhor direito que o caso reclama. Por ilação, mantém-se a sentença que reputou inválido o pedido de demissão e declarou que o contrato de trabalho havido entre os litigantes se rompeu por dispensa imotivada, condenando a recorrente ao pagamento das verbas próprias dessa modalidade de extinção contratual. Nada a reformar, portanto. 5. De uma acurada análise dos controles de ponto acostados aos autos, pode-se constatar que as horas extras decorrentes da jornada registrada iam se acumulando e, à medida que o obreiro faltava ao trabalho, havia a compensação. Essa prática se repetiu durante todo período contratual que, inclusive, foi corroborada pela prova testemunhal. Assim, é de se concluir que, a partir dos registros inseridos nos cartões de ponto acostados aos autos, houve a regular compensação das horas trabalhadas pelo recorrido além da jornada, de sorte que inexiste horas extras a serem quitadas pela recorrente. Destarte, é de se reconhecer que a parte obreira não se desincumbiu satisfatoriamente do seu encargo probatório, de modo que não conseguiu infirmar os registros de horários e de compensações de jornada inseridos nos cartões de ponto anexados pela recorrente. Pelo exposto, dá-se provimento ao recurso ordinário para, reformando a sentença, excluir a condenação da empresa recorrente ao pagamento de horas extras e reflexos. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso ordinário conhecido e provido em parte.Teses de julgamento: 1. "Quando, em sede recursal, a parte lança argumentos jurídicos não discutidos na instância originária, implica o não conhecimento da argumentação inovadora, por se tratar de inovação recursal."2. "Reputado inválido o pedido de demissão, devido é o reconhecimento da dispensa imotivada como forma de ruptura do contrato de trabalho."3. "Existindo nos controles de ponto os registros de horas extras prestadas e compensadas e ratificada essa situação pela prova testemunhal, não há se falar em pagamento de horas extras." Dispositivos relevantes citados: inciso I do art. 818 da

CLT; inciso I do art. 373 do CPC; § 2° do art. 74 da CLT; inciso IX do art. 93 da CRFB/88. Jurisprudência relevante citada: decisões jurisprudenciais oriundas do Excelso Supremo Tribunal Federal e do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Processo: 0001409-06.2024.5.07.0016 **Julg.: 04/12/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DO EXEQUENTE. EXECUÇÃO TRABALHISTA. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC. PROIBIÇÃO DE REGISTRO DE NOVOS ATLETAS POR CLUBE DE FUTEBOL. IMPOSSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo interposto pelo exequente contra decisão que indeferiu o pedido de aplicação de medida executiva atípica, consistente na proibição de o clube de futebol executado registrar novos atletas junto às entidades de administração do desporto, como forma de coerção para a satisfação de crédito trabalhista. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a proibição de um clube de futebol registrar novos atletas é medida coercitiva atípica válida e proporcional para assegurar o cumprimento de uma execução trabalhista, à luz do art. 139, IV, do CPC. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O poder do magistrado para determinar medidas coercitivas atípicas, previsto no art. 139, IV, do CPC, não é absoluto, devendo ser exercido em harmonia com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da menor onerosidade para o devedor (art. 805 do CPC). 4. A proibição de registro de atletas é uma sanção de natureza eminentemente desportiva, cuja competência para aplicação é da Justiça Desportiva, conforme a autonomia assegurada pelo art. 217, § 1º, da Constituição Federal, representando a imposição pela Justiça do Trabalho uma indevida interferência em competência material alheia. 5. A medida pleiteada é desproporcional e contraproducente, pois pode inviabilizar a continuidade das atividades do clube, comprometendo sua capacidade de gerar receitas e saldar não apenas o débito em execução, mas também os de outros credores. 6. A restrição imposta causa impacto direto e negativo a terceiros de boa-fé - os atletas -, cerceando o direito fundamental ao trabalho e à liberdade profissional de pessoas que não possuem relação com a execução. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. A aplicação de medidas executivas atípicas (art. 139, IV, do CPC) submete-se aos princípios da razoabilidade e da

proporcionalidade, não sendo cabível medida que excede a esfera patrimonial e interfere na competência material de outra justiça especializada. 2. É ilegal a determinação judicial que proíbe clube de futebol de registrar novos atletas como meio coercitivo para pagamento de dívida trabalhista, por se tratar de sanção de natureza desportiva, de competência da Justiça Desportiva (art. 217, § 1º, da CF/1988), e por ser medida desproporcional, contraproducente e violadora de direitos fundamentais de terceiros.Dispositivos relevantes citados: Constituição Federal, art. 217, § 1º; Código de Processo Civil, arts. 139, IV, e 805. Jurisprudência relevante citada:Nenhuma jurisprudência específica citada.

Processo: 0000777-26.2024.5.07.0033 **Julg.: 07/11/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ENTREGA DE DOCUMENTOS RESCISÓRIOS E FORMALIZAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL. RECONHECIMENTO DE INTERESSE DE AGIR. REFORMA DA SENTENÇA EXTINTIVA SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. PROVIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO

I. CASO EM EXAME 1.O Agravo de Instrumento interposto por TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A visa destrancar Recurso Ordinário não recebido pela origem sob o fundamento de que a sentença que extinguiu a ação de consignação em pagamento sem resolução de mérito seria irrecorrível (art. 2º, § § 3º e 4º, da Lei nº 5.584/70). No mérito do Recurso Ordinário, discute-se a validade da via consignatória para fins de desonerar a empregadora da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, mediante tentativa de formalização da rescisão contratual, com entrega de documentos ao ex-empregado que não teria comparecido à convocação da empresa. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2.Há duas questões em discussão: (i) definir se é cabível o recurso ordinário contra sentença que extingue ação de consignação em pagamento sem resolução de mérito, à luz da Lei nº 5.584/70; (ii) estabelecer se a ação de consignação em pagamento é meio processualmente adequado para viabilizar a entrega de documentos rescisórios e afastar a mora da empregadora. III. RAZÕES DE DECIDIR 3.A sentença que extingue o processo sem resolução do mérito não se enquadra nas hipóteses de irrecorribilidade previstas no art. 2º, § § 3º e 4º, da Lei nº 5.584/70, sendo plenamente cabível o recurso ordinário, por força do princípio da inafastabilidade da jurisdição e do direito ao duplo grau de jurisdição. 4.A ação de consignação em pagamento

é via processual adequada para afastar a mora do empregador, inclusive quanto à entrega de documentos rescisórios, desde que observados os pressupostos legais, como o ajuizamento no prazo legal e a tentativa de entrega frustrada por motivo atribuível ao empregado. 5.A recusa do empregado em receber os documentos ou comparecer para formalizar a rescisão justifica o uso da consignatória como meio legítimo de cumprimento das obrigações rescisórias. 6.A sentença de primeiro grau deve ser reformada para reconhecer o interesse de agir da consignante, porquanto demonstrado o intuito de cumprir obrigações legais e evitar a aplicação da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT. 7.A ausência de citação da parte consignatária impede o julgamento imediato da causa pelo tribunal, sob pena de supressão de instância, razão pela qual deve o processo retornar à origem para regular prosseguimento. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso provido.Tese de julgamento: 1.É cabível o recurso ordinário contra sentença que extingue a ação de consignação em pagamento sem resolução de mérito, mesmo nas causas sujeitas ao rito da Lei nº 5.584/70. 2.A ação de consignação em pagamento é via processualmente legítima para viabilizar a entrega de documentos rescisórios e afastar a mora do empregador quando frustrada, por motivo atribuível ao empregado, a formalização da rescisão contratual. 3.A ausência de citação da parte consignatária inviabiliza o julgamento imediato da lide pelo tribunal, impondo o retorno dos autos à origem para regular instrução.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, XXXV; CLT, art. 477, § 8º; CPC/2015, arts. 485, VI, 539 e 1.013, § 3º; CC, art. 335; Lei nº 5.584/70, art. 2º, § § 3º e 4º.

Processo: 0000053-03.2025.5.07.0028 **Julg.: 07/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM TEMA FIRMADO EM REGIME DE RECURSOS DE REVISTA REPETITIVOS - IMPROCEDÊNCIA

I. CASO EM EXAME Agravo interno interposto contra decisão que negou seguimento a recurso de revista. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir o cabimento do agravo interno, considerando a conformidade do acórdão regional com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho em sede de recursos repetitivos. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O cabimento do agravo interno, nos termos da legislação, exige que a parte agravante demonstre, de forma expressa, que o acórdão impugnado diverge de entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento sob o rito de recursos

repetitivos, IRDR, IAC ou Tema do STF em sede de Repercussão Geral. 4. No caso em apreço, o acórdão regional se alinhou ao Tema 87 da Tabela de Recursos Repetitivos do Tribunal Superior do Trabalho, que trata do adicional de periculosidade devido a trabalhador que abastece empilhadeiras mediante a troca de cilindros de gás liquefeito de petróleo (GLP), ainda que a operação ocorra por tempo extremamente reduzido. 5. A ausência de demonstração, pela parte agravante, de que o acórdão impugnado divergiu do entendimento firmado em recursos repetitivos, impede o conhecimento do agravo interno. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Agravo interno não provido. Tese de julgamento:O agravo interno, interposto contra decisão que nega seguimento a recurso de revista, exige, como requisito de admissibilidade, a demonstração de divergência do acórdão impugnado com entendimento firmado em sede de recursos repetitivos, IRDR ou IAC ou Tema de Repercussão Geral.A ausência de demonstração da divergência impossibilita o acolhimento do agravo interno. Dispositivos relevantes citados: Resolução TST nº 224/2024, art. 1º-A; CPC, arts. 988, § 5º, 1.030, § 2º, e 1.021; CLT, art. 896-B; Regimento Interno do Tribunal Regional, art. 219-A, § 1º. Jurisprudência relevante citada: TST, Tema 87.

Processo: 0000422-95.2024.5.07.0039 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. BASE TERRITORIAL DO SINDICATO. LIMITAÇÃO. INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. MANUTENÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo executado contra decisão que julgou improcedentes os embargos à execução, mantendo os cálculos apresentados pelo exequente, em execução movida pelo sindicato em substituição processual. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a apuração dos valores devidos deve ser limitada ao período em que a substituída laborou na base territorial do sindicato; (ii) determinar se o pagamento do intervalo previsto no art. 384 da CLT deve ser limitado ao período anterior à entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A sentença proferida na ação coletiva restringiu seus efeitos aos substituídos que prestaram serviços na base territorial do sindicato autor, em consonância com o princípio da territorialidade sindical. 4. O título executivo foi constituído antes da reforma trabalhista e não estabeleceu limitação temporal,

devendo ser cumprido fielmente, sob pena de violação ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada. IV. DISPOSITIVO E TESE Agravo de petição conhecido e parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. A apuração dos valores devidos a título de substituição processual deve se limitar ao período em que o substituído efetivamente laborou na base territorial do sindicato. 2. O pagamento do intervalo previsto no art. 384 da CLT não deve ser limitado ao período anterior à entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, em respeito ao direito adquirido. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, XXXVI e art. 8º, II, da CLT, art. 384, art. 509, § 4º, do Código de Processo Civil (CPC), art. 879. Jurisprudência relevante citada: TST - Ag-AIRR: 0100830-53.2019.5.01.0034; TST - AIRR: 0000506-94.2022.5.21.0001; TST - RR: 00215401520175040021; TST - RR: 00001773720195050194.

Processo: 0000907-34.2024.5.07.0027 **Julg.: 23/10/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. BLOQUEIO DE CARTÕES DE CRÉDITO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PEDIDO DE REFORMA DE DECISÃO QUE INDEFERIU O BLOQUEIO. PARCIAL PROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto contra decisão que indeferiu o pedido de bloqueio de cartões de crédito dos executados em ação de execução trabalhista, alegando a necessidade de medidas atípicas para garantir o cumprimento da sentença, considerando a natureza alimentar dos créditos e a inércia dos executados. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir a possibilidade e a legalidade do bloqueio de cartões de crédito como medida coercitiva atípica em execução trabalhista para garantir o cumprimento da sentença, diante da alegação de inércia dos executados e natureza alimentar da dívida. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Embora medidas coercitivas atípicas, como o bloqueio de cartões de crédito, possam ser consideradas extremas e ineficazes para a satisfação do crédito, e potencialmente violadoras de direito, a jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região admite sua utilização em casos excepcionais. 4. A jurisprudência deste Tribunal Regional, seguindo precedentes do Supremo Tribunal Federal, entende que a adoção de medidas coercitivas necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial é constitucional, inclusive a suspensão da CNH, bloqueio de cartões de crédito e apreensão de passaporte, principalmente em casos de créditos de natureza alimentar.5. No caso em análise, a natureza alimentar dos créditos,

a inércia dos executados e a duração excessiva do processo podem justificar a utilização da medida atípica, exceto se a parte executada comprovar eventuais prejuízos que o bloqueio dos seus cartões de crédito, provocariam a si e/ou sua família. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Agravo de Petição parcialmente provido. Tese de julgamento:O bloqueio de cartões de crédito pode ser admitido como medida coercitiva atípica em execução trabalhista, em casos excepcionais, para garantir o cumprimento de sentença que envolva créditos de natureza alimentar, desde que observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e comprovada a ineficácia de outras medidas. A jurisprudência do STF admite a adoção de medidas coercitivas necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, mesmo que atípicas, como o bloqueio de cartões de crédito, principalmente quando se trata de dívidas de natureza alimentar.

Processo: 0001454-37.2015.5.07.0012 **Julg.: 01/12/2025**
Rel. Desemb.:Plauto Carneiro Porto
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. DECISÃO TERMINATIVA. POSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO IMEDIATA. PROVIMENTO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. CLUBE DE FUTEBOL. APLICAÇÃO DA TEORIA MAIOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO E AGRAVO DE PETIÇÃO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela parte exequente contra decisão proferida pelo juízo "*a quo*" que negou seguimento a Agravo de Petição, por considerá-lo incabível contra decisão de natureza interlocutória. O recorrente pleiteia o processamento do Agravo de Petição para que seja reformada a decisão que indeferiu o pedido de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. O agravante sustenta a aplicação da Teoria Menor, alegando que o inadimplemento trabalhista seria suficiente para o redirecionamento da execução. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. As questões em discussão consistem em definir (i) o cabimento de Agravo de Petição contra o ato judicial que indefere o pedido de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica e (ii) se, no caso de execução contra clube de futebol (associação civil sem fins lucrativos), aplica-se a Teoria Menor ou a Teoria Maior da desconsideração da personalidade jurídica para atingir o patrimônio dos dirigentes. III. RAZÕES

DE DECIDIR 3. Indeferido o requerimento do reclamante/exequente quanto à desconsideração da personalidade jurídica da executada, não havia outro momento processual oportuno para que a parte prejudicada interpusesse sua irresignação recursal. Logo, referida decisão é terminativa em relação ao objeto da pretensão, e como tal, é suscetível de impugnação imediata por intermédio de agravo de petição, na forma do artigo 897, alínea "a" da CLT. Ademais, a CLT contém previsão específica de cabimento do agravo de petição no caso, como se colhe do teor do art. 855-A, § 1°, II. 4. A desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional, que exige prova de abuso da personalidade jurídica, conforme a Teoria Maior (art. 50 do Código Civil).5. No caso de clubes de futebol, associações civis sem fins lucrativos, aplica-se a Teoria Maior, nos termos do art. 50 do Código Civil e do art. 27 da Lei nº 9.615/98 ("Lei Pelé"), exigindo-se a comprovação de desvio de finalidade ou confusão patrimonial para responsabilizar os dirigentes. 6. A Teoria Menor, aplicável em casos específicos como o Direito do Consumidor e o Direito Ambiental, não se aplica ao caso, porquanto a legislação específica (art. 27 da Lei Pelé) exige a comprovação de gestão temerária ou irregular, alinhada à Teoria Maior. 7. O simples inadimplemento de obrigações trabalhistas não configura, por si só, justa causa para a desconsideração da personalidade jurídica, sendo necessária a demonstração do abuso da personalidade jurídica, nos termos da Teoria Maior. 8. O agravante não comprovou o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, requisitos necessários para a aplicação da Teoria Maior e para o redirecionamento da execução. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Agravo de instrumento provido. Agravo de petição não provido. Teses de julgamento: 1. Sendo a decisão terminativa em relação ao objeto da pretensão é suscetível de impugnação imediata por intermédio de agravo de petição, na forma do artigo 897, alínea "a" da CLT. 2. Para a desconsideração da personalidade jurídica de clubes de futebol (associações civis sem fins lucrativos), aplica-se a Teoria Maior, exigindo-se a comprovação de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, nos termos do art. 50 do Código Civil e do art. 27 da Lei nº 9.615/98. 3. O mero inadimplemento de obrigações trabalhistas não justifica, isoladamente, a desconsideração da personalidade jurídica de clubes de futebol."

Processo: 0000010-91.2024.5.07.0031 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. IMPROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1.Agravo de Petição interposto em face da decisão que instaurou o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, determinando a inclusão do sócio no polo passivo da execução, em razão do inadimplemento de acordo homologado em juízo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se a desconsideração da personalidade jurídica da empresa se mostra adequada no caso concreto; (ii) estabelecer a responsabilidade do sócio frente à dívida trabalhista. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A inclusão dos sócios na fase de execução, diante da ineficácia da execução contra a empresa, está em consonância com a jurisprudência consolidada do TST e com o art. 10-A da CLT. 4. Aplica-se a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, amparada no art. 28 do CDC, que dispensa a comprovação do desvio de finalidade ou confusão patrimonial, bastando a demonstração da ineficácia das medidas executivas contra a empresa devedora. 5. A demonstração da frustração da execução em face da empresa, aliada à ausência de bens para garantir a execução, justifica a medida. IV. DISPOSITIVO E TESE Agravo de petição improvido.Tese de julgamento: 1. A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica é aplicável no âmbito do processo do trabalho, com base no art. 28 do CDC. 2. A desconsideração da personalidade jurídica é cabível quando demonstrada a ineficácia das medidas executivas em face da empresa, independentemente da comprovação de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 10-A; CDC, art. 28. Jurisprudência relevante citada: Precedentes do TRT-7.

Processo: 0000117-58.2020.5.07.0005 **Julg.: 18/11/2025**
Rel. Desemb.: José Antonio Parente da Silva
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. TEORIA MENOR. INADIMPLEMENTO. INSUFICIÊNCIA DE BENS. REDIRECIONAMENTO PARA AS SÓCIAS. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ DE FÉ. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo executado contra decisão que julgou procedente o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, determinando sua inclusão no polo passivo da execução. O agravante sustenta a necessidade de comprovação de fraude ou confusão patrimonial. As agravadas requerem a aplicação da multa por litigância de má fé. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 questões em discussão: (i) verificar a

legitimidade da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica na execução trabalhista, com base na teoria menor, diante da inadimplência da pessoa jurídica e da ausência de bens suficientes para garantir o crédito exequendo, (ii) determinar se cabe a aplicação de multa por litigância de má fé. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho fundamenta-se na teoria menor (art. 28, § 5º, do CDC), bastando a demonstração de insolvência ou inadimplência para atingir o patrimônio do sócio. 4. Restou demonstrada nos autos a frustração de diversas tentativas de localização de bens da devedora principal, caracterizando a insuficiência patrimonial e legitimando a inclusão da executada no polo passivo da execução. 5. A exigência de prova de desvio de finalidade ou confusão patrimonial não se aplica à teoria menor, que visa garantir a efetividade da execução de crédito alimentar trabalhista. 6. A inclusão das sócias no polo passivo visa assegurar a utilidade e a efetividade do provimento jurisdicional, em consonância com os princípios da celeridade e da proteção ao trabalhador. 7. A condenação por litigância de má-fé não é cabível pela mera interposição de recurso improcedente, ausente prova de conduta temerária ou desleal. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso desprovido.Tese de julgamento: "1. Na execução trabalhista aplica-se a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no art. 28, § 5º, do CDC, permitindo a inclusão de sócios no polo passivo mediante a demonstração de insolvência ou inadimplência da pessoa jurídica. 2. É desnecessária a comprovação de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, bastando a demonstração de que a devedora principal não possui bens para garantir o crédito trabalhista. 3. A interposição de recurso como exercício do direito de defesa não configura litigância de má-fé sem prova de dolo ou conduta temerária."Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 855-A; CPC, arts. 80, e 133 a 137; CC, art. 50; CDC, art. 28, § § 2º e 5º. Jurisprudência relevante citada: TRT-7, Processo: 0000321-58.2023.5.07.0018, Rel. Des. Clóvis Valença Alves Filho, j. 25.03.2025; TRT-7, Processo: 0000441-53.2022.5.07.0013, Rel. Des. Antônio Teófilo Filho, j. 20.03.2025.

Processo: 0000612-52.2018.5.07.0012 **Julg.: 14/08/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO DO EXEQUENTE. ACORDO HOMOLOGADO. CLÁUSULA PENAL. ATRASO NO PAGAMENTO. APLICAÇÃO DA MULTA. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1.Agravo de petição interposto pelo exequente contra decisão que indeferiu pedido de aplicação de multa por atraso no pagamento de

parcela de acordo homologado, sob o fundamento de que o atraso de quatro dias seria insuficiente para justificar a penalidade. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2.A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se é cabível a aplicação de multa por atraso no pagamento de parcela de acordo homologado, ainda que o atraso seja de apenas quatro dias. III. RAZÕES DE DECIDIR 3.O acordo homologado tem força de título executivo judicial, sendo imutável, salvo em casos de vícios ou nulidades. 4.A cláusula penal, expressamente pactuada e homologada, representa a vontade das partes em estabelecer uma sanção para o inadimplemento, independentemente da gravidade do atraso. 5.A homologação judicial do acordo implica a aceitação da cláusula penal como justa e razoável no momento da celebração. 6.A jurisprudência do TRT da 7ª Região garante a execução integral de acordos homologados, inclusive das cláusulas penais, resguardando a segurança jurídica e a boa-fé contratual. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso provido.Tese de julgamento:8.É devida a multa prevista em acordo homologado judicialmente em caso de atraso no pagamento de parcela, independentemente do número de dias de atraso, desde que ausentes vícios ou nulidades.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 831, § 1º; art. 835. Código Civil, art. 413. Jurisprudência relevante citada: TRT-7 - AP: 0000687-58 .2022.5.07.0010; TRT-7: 0000781-19.2022.5.07.0038; TRT-7: 0000338-54.2020.5.07.0033.

Processo: 0001297-13.2024.5.07.0024 **Julg.: 01/10/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO EM FASE DE EXECUÇÃO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. SÓCIO OCULTO. CADASTRO DE CLIENTES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (CCS). INSUFICIÊNCIA DE PROVA. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto pela exequente contra decisão que, em sede de Exceção de Pré-Executividade, reconheceu a ilegitimidade passiva de terceiro e determinou sua exclusão da lide, afastando a tese de que se tratava de sócio oculto da empresa executada. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a mera indicação de terceiro como representante ou procurador em relatório do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) constitui prova suficiente para caracterizá-lo como sócio oculto e, por conseguinte, autorizar o redirecionamento da execução trabalhista contra seu patrimônio. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A Teoria Menor da Desconsideração da Personalidade Jurídica, aplicável ao Processo do Trabalho (art. 28, § 5º, do CDC), autoriza o redirecionamento da execução

contra os sócios em caso de inadimplemento, mas a extensão da responsabilidade a terceiros não integrantes do quadro societário exige prova da condição de sócio de fato. 4. O relatório do sistema CCS é um importante instrumento de investigação, mas, isoladamente, representa mero indício, sendo insuficiente para, por si só, comprovar a existência de sociedade oculta, exigindo-se, para tanto, a produção de prova robusta e convincente de atos de gestão, confusão patrimonial ou fraude. 5. A presunção de sociedade de fato resta enfraquecida quando o terceiro apontado pelo CCS comprova, por meio de documentos, a existência de uma relação jurídica diversa que justifica a representação financeira, como no caso de filho que representa o pai idoso e acometido de doença incapacitante. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento:A caracterização de sócio oculto para fins de redirecionamento da execução trabalhista demanda prova robusta da prática de atos de gestão ou de confusão patrimonial, sendo insuficiente, para esse fim, a mera indicação de vínculo de representação em relatório do sistema CCS. Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 8º; CDC, art. 28, § 5º. Jurisprudência relevante citada: TRT-7, AP nº 0000771-98.2018.5.07.0010, Rel. Antônio Teófilo Filho, j. 12.09.2024; TRT-7, AP nº 0078600-28.2008.5.07.0004, Rel. Maria Roseli Mendes Alencar, j. 23.04.2024.

Processo: 0001737-32.2011.5.07.0002 **Julg.: 04/11/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. BEM MÓVEL. VEÍCULO. FRAUDE À EXECUÇÃO. BOA-FÉ DO ADQUIRENTE. TRADIÇÃO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto pela terceira embargante contra sentença que manteve a restrição judicial (RENAJUD) sobre veículos ao julgar improcedentes os Embargos de Terceiro. A recorrente alega que a aquisição e tradição dos bens ocorreram em data anterior ao ajuizamento da reclamação trabalhista que originou a constrição, o que afastaria a fraude à execução. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a alienação de bem móvel (veículo) se caracteriza como fraude à execução quando a tradição do bem ocorre antes do ajuizamento da ação, mas os atos formais de transferência (emissão de nota fiscal e registro no DETRAN) são posteriores. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A transferência da propriedade de bem móvel se perfectibiliza com a tradição, nos termos do art. 1.226 do Código Civil, sendo o registro no órgão de trânsito ato de natureza meramente administrativa.

4. O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula nº 375 do STJ).5. Consumada a alienação do veículo por meio da tradição em data anterior ao próprio ajuizamento da ação trabalhista, resta impossibilitada a configuração de fraude à execução em face do exequente. 6. Inexistindo gravame sobre o bem à época do negócio jurídico, presume-se a boa-fé do terceiro adquirente, incumbindo ao credor o ônus de provar o contrário. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. A propriedade de bem móvel se transfere com a tradição (art. 1.226 do CC), sendo este o marco jurídico a ser considerado para a aferição de fraude à execução, prevalecendo sobre os atos administrativos posteriores de registro. 2. Não se configura fraude à execução quando a tradição de veículo ocorre em data anterior ao ajuizamento da ação que originou a penhora, presumindo-se a boa-fé do terceiro adquirente se inexistente restrição registrada sobre o bem no momento do negócio.Dispositivos relevantes citados: Código Civil, art. 1.226; Código de Processo Civil, art. 792. Jurisprudência relevante citada: Superior Tribunal de Justiça (STJ), Súmulas nº 84 e nº 375; TRT7, Processo 0001488-50.2023.5.07.0038; TRT7, Processo 0000548-30.2023.5.07.0024.

Processo: 0001313-36.2025.5.07.0022 **Julg.: 23/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO DE ACORDO. MULTA CONTRATUAL. ATRASO NO PAGAMENTO. RECURSO PROVIDO

I. CASO EM EXAME: 1. Agravo de Petição interposto contra decisão que indeferiu a aplicação de multa prevista em acordo homologado, sob o fundamento de atraso ínfimo no pagamento da última parcela. O recurso busca a reforma da decisão para que seja reconhecida a exigibilidade da multa pactuada. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO : 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se é devida a multa prevista no acordo homologado quando o atraso no pagamento de uma das parcelas é ínfimo. III. RAZÕES DE DECIDIR : 3. O acordo homologado judicialmente possui força de coisa julgada, devendo ser cumprido nos termos estabelecidos, incluindo a cláusula penal. 4. A homologação do acordo implica o reconhecimento da validade e da exigibilidade de todas as suas cláusulas, inclusive a cláusula penaL. 5. A jurisprudência pacífica é de que o atraso no cumprimento de obrigações decorrentes de acordo homologado, a despeito de ínfimo, enseja a aplicação da multa pactuada, não sendo possível sua redução ou exclusão sob o argumento de razoabilidade. 6. A aplicação da multa não configura enriquecimento ilícito, tampouco viola os princípios da

razoabilidade e da proporcionalidade, uma vez que a cláusula penal foi livremente negociada e aceita pelas partes. IV. DISPOSITIVO E TESE : 5. Recurso provido. Tese de julgamento: 1. A homologação judicial de acordo que prevê multa por descumprimento não permite ao Juiz reavaliar a razoabilidade da multa em caso de atraso mínimo no pagamento, pois isso fere a coisa julgada. 2. A cláusula penal de acordo homologado, livremente pactuada, tem força executiva e sua aplicação não pode ser afastada com base em princípios de razoabilidade ou boa-fé, em caso de atraso no pagamento.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 831, parágrafo único, e 835.

Processo: 0000013-88.2024.5.07.0017 **Julg.: 05/12/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA. NÃO CONHECIMENTO

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição interposto pelo Município executado contra decisão que julgou improcedente sua impugnação aos cálculos de liquidação. O agravante alega excesso de execução no cálculo da contribuição previdenciária, enquanto o sindicato exequente, em contrarrazões, suscita preliminar de não conhecimento do apelo por inadequação recursal. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a decisão que julga improcedente a impugnação aos cálculos de liquidação, prevista no art. 879, § 2º, da CLT, possui natureza interlocutória e, por conseguinte, se é recorrível de imediato por meio de Agravo de Petição. III. RAZÕES DE DECIDIR A decisão que julga a impugnação aos cálculos de liquidação, apresentada com base no art. 879, § 2º, da CLT, possui natureza de decisão interlocutória, pois não põe fim à fase de execução.No processo do trabalho, vigora o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, não sendo cabível a interposição de recurso autônomo para impugná-las, salvo nas exceções legais não aplicáveis ao caso. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso não conhecido.Tese de julgamento:A decisão que resolve a impugnação aos cálculos de liquidação (CLT, art. 879, § 2º) detém natureza interlocutória e, por força do princípio da irrecorribilidade imediata vigente no processo do trabalho, não é passível de impugnação imediata por meio de Agravo de Petição.Dispositivos relevantes citados: Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), arts. 879, § 2º, e 897, § 1º; Lei nº 8.212/1991, arts. 20 e 22

Processo: 0000844-37.2023.5.07.0029 **Julg.: 13/10/2025**
Rel. Desem.: Antônio Teófilo Filho
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. CABIMENTO. ERRO DE PROCEDIMENTO. TEORIA DA CAUSA MADURA. PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto em execução individual de sentença coletiva, em face de decisão que indeferiu o arbitramento de honorários advocatícios sucumbenciais e não processou os Embargos de Declaração opostos contra este ato, por considerá-los "mera petição". II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 (duas) questões em discussão: (i) definir se o ato judicial que indefere honorários na execução possui natureza decisória e se a recusa em processar os respectivos Embargos de Declaração configura erro de procedimento; e (ii) estabelecer o cabimento de honorários advocatícios sucumbenciais autônomos em ação de cumprimento individual de sentença coletiva, ainda que não impugnada a execução pela Fazenda Pública. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O pronunciamento judicial que resolve questão incidental na execução, como o indeferimento de honorários advocatícios, possui carga decisória e causa prejuízo à parte, desafiando a oposição de Embargos de Declaração. A recusa em processar o recurso configura erro de procedimento. 4. Constatado o erro de procedimento, aplica-se a teoria da causa madura (art. 1.013, § 3º, do CPC) quando a questão de mérito for exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento, em homenagem aos princípios da celeridade e da economia processuaL. 5. A ação de cumprimento individual de sentença proferida em ação coletiva possui natureza de demanda autônoma, com elevada carga cognitiva, o que justifica a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais próprios, distintos daqueles fixados no processo de conhecimento coletivo. 6. São devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos contra a Fazenda Pública, não se aplicando a isenção do art. 85, § 7º, do CPC, conforme entendimento consolidado na Súmula 345 e no Tema Repetitivo 973 do STJ, aplicáveis subsidiariamente ao processo do trabalho. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. Configura erro de procedimento (error in procedendo) o não recebimento de Embargos de Declaração opostos contra decisão interlocutória que, em fase de execução, resolve questão incidental com conteúdo decisório. 2.

São devidos honorários advocatícios sucumbenciais autônomos na ação de execução individual de sentença coletiva, por se tratar de nova demanda, ainda que não haja impugnação por parte da Fazenda Pública executada. Dispositivos relevantes citados: Arts. 791-A e 897-A da CLT; Arts. 85, § § 1º e 7º, 1.013, § 3º, e 1.022 do CPC. Jurisprudência relevante citada: STJ, Súmula 345; STJ, Tema Repetitivo 973.

Processo: 0000913-07.2025.5.07.0027 **Julg.: 16/12/2025**
Rel. Desemb.: Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO. PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto contra sentença que extinguiu execução individual de sentença coletiva, reconhecendo a prescrição quinquenal, contada do trânsito em julgado da ação coletiva. A parte agravante alega que o prazo prescricional deveria ser contado a partir da ciência dos beneficiários sobre a ordem de execução individual, arguindo falhas na divulgação do edital e a suspensão dos prazos prescricionais em razão da pandemia de Covid-19, com base na Lei 14.010/2020. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir o marco inicial do prazo prescricional na execução individual de sentença coletiva; (ii) analisar a ocorrência de eventual suspensão do prazo prescricional em decorrência da pandemia de Covid-19; (iii) verificar a validade do reconhecimento da prescrição de ofício. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O reconhecimento da prescrição de ofício é mitigado na jurisprudência trabalhista, especialmente em execuções de sentenças coletivas, demandando análise cuidadosa da situação fática para assegurar o acesso à justiça. 4. A ausência de comprovação da divulgação adequada da decisão que determina a execução individual, destinada a dar ciência aos interessados, impede o início da contagem do prazo prescricional, uma vez que o princípio da actio nata exige conhecimento inequívoco da lesão para configurar a inércia da parte. 5. A Lei 14.010/2020, que suspendeu prazos prescricionais durante a pandemia de Covid-19, é aplicável ao caso, considerando a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. 6. O marco inicial da prescrição na execução individual de sentença coletiva é a data da publicação da decisão que determina a execução individual, e não o trânsito em julgado da ação coletiva, especialmente quando a parte não participou da ação coletiva e só teve ciência do direito após a publicação de edital para habilitação individual. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso provido.Tese de julgamento: 1. Em execuções individuais de sentenças coletivas, o prazo prescricional inicia-se com a ciência

inequívoca do beneficiário sobre a decisão que determina a execução individual, mediante a devida publicidade, e não com o trânsito em julgado da ação coletiva. 2. A Lei 14.010/2020 suspende o prazo prescricional em processos trabalhistas durante o período de pandemia de Covid-19. 3. O reconhecimento da prescrição de ofício deve ser analisado com cautela em casos de execução individual de sentenças coletivas, considerando a necessidade de garantir o acesso à justiça e a complexidade da situação.Dispositivos relevantes citados: Lei 14.010/2020, CLT, art. 852-I, 897, § 1º; CPC, art. 487, II; Código Civil, art. 202, V; Lei nº 4.717/65, art. 21; Súmula 150 do STF. Jurisprudência relevante citada: Precedentes do TST e TRT da 7ª Região.

Processo:0001762-10.2024.5.07.0028 **Julg.: 29/07/2025**
Rel. Desemb.:Plauto Carneiro Porto
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC. SUSPENSÃO DE CNH E PASSAPORTE. ANÁLISE DA PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO. EXECUTADO EM TRATAMENTO DE DOENÇA GRAVE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo executado contra decisão que, na fase de execução, determinou a suspensão de sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e de seu passaporte. O recorrente alega a desproporcionalidade da medida, sustentando que necessita da CNH para comparecer ao tratamento de um câncer e que sequer possui passaporte. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir a proporcionalidade e a adequação da suspensão da CNH e do passaporte de executado que, sem apresentar sinais de ocultação de patrimônio, comprova estar em tratamento de doença grave. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A aplicação de medidas coercitivas atípicas, com base no art. 139, IV, do CPC, exige uma análise criteriosa da proporcionalidade e das circunstâncias do caso concreto, não podendo ser utilizada como instrumento meramente punitivo. 4. Mostra-se desproporcional a suspensão da CNH do executado que comprova, por meio de laudos médicos, necessitar do documento para se deslocar para tratamento de saúde, sob pena de violação ao seu direito à dignidade, especialmente quando não há nos autos indícios de ocultação de patrimônio. 5. A ordem de suspensão de passaporte revela-se inócua e inadequada quando o próprio executado informa não possuir tal documento, o que afasta o interesse recursal por ausência de gravame. 6. O julgamento de mérito do

recurso torna prejudicada a análise do pedido de concessão de efeito suspensivo, por perda de objeto. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso parcialmente provido. Tese de julgamento:É desproporcional a suspensão da CNH (art. 139, IV, do CPC) de executado que comprova necessitar do documento para fins de tratamento de doença grave, quando a medida se revela mais punitiva do que eficaz para a satisfação do crédito, cabendo ao julgador ponderar a medida com base nos direitos fundamentais à saúde e à dignidade.Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 139, IV; Constituição Federal, art. 5º, XV.

Processo: 0000342-17.2016.5.07.0006 **Julg.: 23/10/2025**
Rel. Desemb.:Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. PENHORA SOBRE RENDIMENTOS. TESE VINCULANTE DO TST (TEMA Nº 75). GARANTIA DO SALÁRIO MÍNIMO. MÍNIMO EXISTENCIAL. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição interposto pelo exequente em face de decisão que, na fase de execução, limitou a 5% a penhora sobre os rendimentos auferidos pelo sócio executado como motorista de aplicativo. O agravante pleiteia a majoração do percentual para 30%, sob o argumento de que o valor fixado é ínfimo e ineficaz para a satisfação de seu crédito de natureza alimentar. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o percentual de 5% de penhora sobre os rendimentos complementares de devedor idoso, que já percebe aposentadoria em valor líquido inferior ao salário mínimo, atende aos critérios da jurisprudência vinculante do TST e aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A penhora sobre rendimentos para satisfação de crédito trabalhista, embora possível após o CPC/2015, submete-se à Tese Vinculante fixada pelo TST no julgamento do Tema Repetitivo nº 75 (RR-271-98.2017.5.12.0019). 4. Conforme o precedente vinculante, a constrição é válida desde que observado o limite máximo de 50% dos ganhos líquidos e, crucialmente, seja garantido ao devedor o recebimento de, no mínimo, um salário mínimo legaL. 5. No caso concreto, o rendimento líquido principal do executado (aposentadoria) já se encontra em patamar inferior ao salário mínimo, o que o torna intangível. A penhora, portanto, só pode recair sobre a renda complementar e de forma a não comprometer o mínimo existencial. 6. Desse modo, a manutenção do percentual de 5% sobre a renda complementar e variável do executado idoso revela-se a medida mais razoável e proporcional, pois respeita o patamar de proteção estabelecido pela Corte Superior e pondera o princípio da

menor onerosidade com a efetividade da execução. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento:É válida a penhora sobre rendimentos para satisfação de crédito trabalhista, nos termos da Tese Vinculante do TST (Tema nº 75), desde que garantido ao devedor o recebimento líquido de, no mínimo, um salário mínimo.Sendo o rendimento principal do devedor inferior ao salário mínimo e, portanto, intangível, a penhora sobre eventual renda complementar deve ser fixada em percentual módico e razoável, que não comprometa a subsistência e a dignidade do executado.Dispositivos relevantes citados: Código de Processo Civil, arts. 529, § 3º, e 833, IV e § 2º; Consolidação das Leis do Trabalho, art. 769. Jurisprudência relevante citada: TST, RR-271-98.2017.5.12.0019 (Tema Repetitivo nº 75).

Processo: 0143700-92.1997.5.07.0010 **Julg.: 18/11/2025**
Rel. Desemb.:Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA EXECUTADA SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto pela executada subsidiária contra sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos à execução opostos, rejeitando a tese da necessidade de exaurimento dos meios executórios contra a devedora principal e seus sócios, mas acolhendo o pleito de submissão da execução ao regime de precatórios. A agravante busca a reforma do julgado, sustentando ofensa ao devido processo legal e ao benefício de ordem, argumentando que o redirecionamento da execução foi prematuro. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se é necessária a realização de novas diligências para busca de bens da devedora principal, incluindo a desconsideração da personalidade jurídica, antes do prosseguimento da execução contra a executada subsidiária; (ii) estabelecer se houve litigância de má-fé na interposição do recurso. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O benefício de ordem, aplicável ao processo do trabalho, não pode tornar inócua a garantia do trabalhador, transformando a execução em busca infindável por bens do devedor principal. 4. Basta uma tentativa frustrada de execução contra o devedor principal para redirecionar a execução contra o responsável subsidiário, em atenção aos princípios da celeridade e efetividade da execução trabalhista, diante da natureza alimentar do crédito. 5. As diligências realizadas (SISBAJUD, RENAJUD e CNIB)

foram infrutíferas, demonstrando, em juízo de cognição sumária, a insolvência ou ausência de patrimônio penhorável da devedora principal. 6. O redirecionamento da execução, diante da frustração das medidas executivas contra a devedora principal, visa garantir a efetividade da tutela jurisdicional e a satisfação do crédito alimentar. 7. A agravante não indicou bens livres e desembaraçados da devedora principal aptos a garantir a execução, conforme art. 827, parágrafo único, do Código Civil, aplicado subsidiariamente. 8. Não houve demonstração inequívoca de dolo processual, requisito para a configuração de litigância de má-fé, nos termos do art. 80 do CPC. A interposição do recurso, embora com argumentos não acolhidos pela jurisprudência dominante, constitui exercício regular do direito de defesa. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. O redirecionamento da execução para o devedor subsidiário é possível após tentativa frustrada de execução contra o devedor principal, dispensando-se o exaurimento de todos os meios executivos contra este, salvo se houver indicação de bens suficientes para satisfazer integralmente a execução. 2. A mera alegação genérica da necessidade de novas diligências não configura prova suficiente para suspender a execução contra o devedor subsidiário. 3. A interposição de recurso, ainda que com argumentos não acolhidos pela jurisprudência, não configura, por si só, litigância de má-fé.Dispositivos relevantes citados: Art. 897 da CLT; art. 827, parágrafo único, do Código Civil; art. 80 do CPC; art. 5º, LV, da CF/88. Jurisprudência relevante citada: Incidente de Recurso Repetitivos (IRR) - Tema 133 do TST.

Processo: 0000174-35.2024.5.07.0038 **Julg.:31/07/2025**
Rel.Desemb.:Antônio Teófilo Filho
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. REGULARIZAÇÃO DO POLO PASSIVO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS PARA BUSCA DE BENS E SUCESSORES DE EXECUTADA FALECIDA. PARCIAL PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto pela parte exequente contra decisão que indeferiu a expedição de ofícios para busca de bens e sucessores da executada falecida, em execução trabalhista. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) determinar se é cabível a expedição de ofícios à Receita Federal, aos cartórios e à Secretaria de Finanças para obtenção de informações sobre espólio, sucessores e bens da executada falecida; (ii) estabelecer se o indeferimento da expedição de ofícios representou óbice indevido ao prosseguimento da execução. III. RAZÕES DE DECIDIR 3.

O falecimento da parte executada impõe a substituição pelo representante legal do espólio, regularizando o polo passivo para o prosseguimento da execução, nos termos do art. 313, § 2º, do CPC. 4. A execução se processa no interesse do credor (art. 797 do CPC), impondo-se aos sujeitos processuais, incluindo o magistrado, o dever de colaborar para a efetividade da tutela jurisdicional, conforme o princípio da cooperação (art. 6º do CPC).5. É razoável determinar a pesquisa na Receita Federal (INFOJUD) para obtenção de informações acerca da existência de eventual declaração de espólio, a fim de viabilizar a regularização processual. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. A morte da parte executada impõe a regularização do polo passivo para o prosseguimento da execução. 2. É cabível a expedição de ofício à Receita Federal (INFOJUD) para busca de informações sobre espólio, a fim de viabilizar a regularização processual e o prosseguimento da execução.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 897, "a"; CPC, arts. 6º, 313, § 2º, 485, IV, 797. Jurisprudência relevante citada: TRT-7, AP nº 00000740820175070012; TRT-3, RO nº 00118339520165030179.

Processo: 0099400-62.2003.5.07.0001 **Julg.: 22/08/2025**
Rel. Desemb.:Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. REITERACAO DE MEDIDAS EXECUTIVAS. PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de Petição interposto contra decisão que indeferiu o pedido de reiteração de medidas executivas e determinou a suspensão do processo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir a possibilidade de reiteração de medidas executivas, como consultas aos sistemas SISBAJUD e RENAJUD, em execução trabalhista. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O juízo de origem indeferiu a reiteração das consultas executivas sob o fundamento de que se tratava de mera reiteração, determinando a intimação do exequente para indicar bens ou comprovar mudança na situação financeira do devedor. 4. O agravante busca a realização das pesquisas RENAJUD e SISBAJUD com repetição programada. 5. O art. 120, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho determina que o juiz, na fase de execução, deve determinar a revisão periódica dos processos com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio dos sistemas eletrônicos de pesquisa patrimonial. 6. A decisão agravada, ao impedir a reiteração das medidas, contraria a determinação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso provido.Tese de julgamento:Cabe ao

juiz determinar a reiteração de medidas executivas, como consultas aos sistemas SISBAJUD e RENAJUD, em execução trabalhista, conforme determinação da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Dispositivos relevantes citados: Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, art. 120, III.

Processo: 0209900-71.2003.5.07.0010 **Julg.: 22/10/2025**
Rel. Desemb.:Plauto Carneiro Porto
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. SALDO EXISTENTE EM FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PENHORA. POSSIBILIDADE

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pelo exequente contra decisão que indeferiu a expedição de ofícios a bancos públicos e privados para verificar a existência de plano de previdência privada em nome dos executados. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir a possibilidade de expedição de ofícios para busca de bens dos executados, como forma de dar efetividade à execução trabalhista. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Tribunal Superior do Trabalho entende que é possível a penhora de proventos de aposentadoria, afastando o caráter absoluto da impenhorabilidade, nos termos do CPC/2015. 4. Não há óbice à expedição de ofícios para obtenção de informações sobre a existência de plano de previdência privada em nome dos executados, visando à satisfação do crédito trabalhista. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso provido.Tese de julgamento:É cabível a expedição de ofícios a instituições financeiras para verificar a existência de plano de previdência privada em nome dos executados, visando à satisfação do crédito trabalhista, em consonância com a jurisprudência do TST.Dispositivos relevantes citados: CPC/2015, arts. 529, § 5º, e 833, IV e § 2.º. Jurisprudência relevante citada: TST-RR 0001359-34.2014.5.12.0034; RR-389-41.2017.5.06.0181; RR-1001194-28.2016.5.02.0082; RR-796-70.2014.5.03.0008; RR-1000591-92.2017.5.02.0607; RR-1000176-98.2016.5.02.0040; AIRR-11519-77.2016.5.03.0106.

Processo: 0001814-05.2011.5.07.0014 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.:Plauto Carneiro Porto
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. PENHORA. FGTS E PIS. IMPOSSIBILIDADE.

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição interposto em face de decisão que indeferiu a expedição de ofício ao Conselho Curador do FGTS da CEF para verificar a existência de saldo de FGTS e PIS em nome do executado. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em determinar a possibilidade de penhora de valores depositados em contas de FGTS e PIS para satisfazer crédito trabalhista. III. RAZÕES DE DECIDIR A legislação (Lei nº 8.036/90, art. 2º, § 2º) estabelece a impenhorabilidade dos valores depositados em contas de FGTS. Mesma sorte segue em relação ao saldo do PIS, vez que se trata de verba protegida por lei e com finalidade específica (Lei Complementar 26/75, art. 4º).A jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região tem entendimento no sentido da impenhorabilidade do FGTS e do PIS. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso não provido. Tese de julgamento:É incabível a penhora de valores depositados em contas de FGTS e PIS, em razão da impenhorabilidade estabelecida na Lei nº 8.036/90 e Lei Complementar nº26/75. Dispositivos relevantes citados: Lei nº 8.036/90, art. 2º, § 2º; Lei Complementar nº26/75; art. 833 do CPC. Jurisprudências relevantes citadas: TRT-2 - AP: 10000757820165020002; TRT-6 - AP: 00017193220105060371; TRT-7 - AP: 00864008920095070031.

Processo: 0000877-70.2017.5.07.0018 **Julg.: 31/07/2025**
Rel. Desemb.:Antônio Teófilo Filho
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO. MANUTENÇÃO. TEMA 21, TST. ACÓRDÃO CONFORME.

I. CASO EM EXAME Agravo Interno interposto pelo Banco Santander (Brasil) S.A. contra decisão que negou seguimento ao Recurso de Revista, em face da concessão do benefício da justiça gratuita à parte reclamante. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se a concessão do benefício da justiça gratuita à reclamante, com base na declaração de hipossuficiência, está em consonância com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Tribunal Regional, ao conceder a justiça gratuita, observou o disposto no Tema nº 21 do TST, que estabelece os critérios para concessão do benefício, inclusive com a declaração de hipossuficiência. 4. A decisão regional está em consonância com a jurisprudência consolidada do TST, que considera a declaração de hipossuficiência suficiente para a concessão da gratuidade, salvo prova em contrário, o que não ocorreu no caso. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Agravo interno improvido.Tese de julgamento:A concessão do benefício da justiça gratuita, com base na declaração de hipossuficiência, está em consonância com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, especialmente o Tema nº 21, salvo prova em contrário. Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 790, § § 3º e 4º, e 791-A; CPC, art. 98. Jurisprudência relevante citada: TST, Tema nº 21.

Processo: 0001259-74.2018.5.07.0003 **Julg.: 09/10/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. MORTE DO EXECUTADO. AUSÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO DO POLO PASSIVO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME Agravo de petição interposto em face da sentença que extinguiu a execução, em razão da não regularização do polo passivo após a morte do executado. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em determinar se a ausência de regularização do polo passivo da execução, em decorrência da morte do executado, no prazo concedido pelo juízo, enseja a extinção do feito. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A extinção da execução trabalhista está prevista no art. 913 do CPC, e a morte do executado não se enquadra em nenhuma das hipóteses legais. 4. O art. 110 do CPC estabelece a sucessão processual em caso de morte de qualquer das partes, determinando a suspensão do processo. 5. O art. 313, § 2º, I, do CPC, dispõe que, falecendo o réu, o juiz determinará a intimação do autor para promover a citação do espólio, sucessores ou herdeiros, no prazo de dois a seis meses. 6. A não regularização do polo passivo no prazo concedido não implica, necessariamente, a extinção da execução, mas sim a suspensão do feito e a renovação da intimação do exequente para cumprir a diligência. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Agravo de petição conhecido e parcialmente provido.Tese de julgamento:A morte do executado não enseja a extinção da execução, mas sim a suspensão do processo.A ausência de regularização do polo passivo, em razão da morte do executado, no prazo concedido pelo juízo, não implica a extinção do feito, devendo ser renovada a intimação do exequente para regularizar o polo passivo, no prazo estabelecido pelo juízo.Dispositivos relevantes citados: CPC, arts. 913, 110 e 313, § 2º, I. Jurisprudência relevante citada: Não houve. Conferir sempre o resultado antes de utilizar.

Processo: 0000248-15.2011.5.07.0016 **Julg.: 31/12/2025**
Rel. Desemb.:Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. PEDIDO DE MEDIDAS ATÍPICAS CONTRA O DEVEDOR. SISTEMA SIMBA. SUSPENSÃO DE CNH.

BLOQUEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO. RETENÇÃO DE PASSAPORTE. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto por exequente contra decisão que indeferiu o uso do sistema SIMBA e de medidas atípicas de execução, como suspensão de CNH, bloqueio de cartões de crédito e retenção de passaporte em face da parte executada. O agravante requer a reforma do "decisum", no sentido de serem deferidas essas medidas executórias. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se é cabível o deferimento de medidas executivas atípicas, como suspensão de CNH, bloqueio de cartões de crédito e retenção de passaporte e o uso do sistema SIMBA, em execução trabalhista, na ausência de indícios concretos de ocultação de bens pelo devedor. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O uso do SIMBA pressupõe a existência de indícios robustos de ocultação patrimonial maliciosa, não sendo admitido como meio ordinário de investigação patrimonial, por implicar acesso a dados bancários sigilosos. 4. A ausência de qualquer elemento que evidencie fraude ou ocultação de bens pelo executado inviabiliza a autorização do uso do SIMBA, sob pena de afronta à proteção do sigilo bancário garantido pela LC nº 105/2001.5. Medidas atípicas de execução, como suspensão de CNH, bloqueio de cartões de crédito e retenção de passaporte, devem respeitar os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e menor onerosidade ao executado, conforme arts. 139, IV, e 805 do CPC/2015. 6. A jurisprudência consolidada deste Regional entende que tais medidas não constituem meio eficaz de constrição patrimonial, podendo inclusive inviabilizar a subsistência do devedor e comprometer sua dignidade, sendo indevidas na ausência de comprovação de abuso ou resistência deliberada à execução. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso desprovido.Tese de julgamento: "1. O uso do sistema SIMBA na execução trabalhista exige a demonstração de indícios concretos de ocultação patrimonial, dada sua natureza excepcional e invasiva. 2. Medidas executivas atípicas, como suspensão de CNH, bloqueio de cartões de crédito e retenção de passaporte, somente são admitidas em situações excepcionais, quando demonstrado que são indispensáveis à efetividade da execução e respeitam os princípios da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana."Dispositivos relevantes citados: CPC/2015, arts. 139, IV, 805 e 824; LC nº 105/2001, art. 1º, § 3º. Jurisprudência relevante citada: TRT da 7ª Região, AP 0000604-71.2019.5.07.0002, Rel. Des. Francisco José Gomes da Silva, j. 22.04.2024.

Processo: 0100800-48.2002.5.07.0001 **Julg.: 24/07/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. PENHORA DE VEÍCULOS. RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO PARCIAL.

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto contra decisão que indeferiu pedido de levantamento da penhora de veículos, em execução provisória, determinando a restrição de transferência e circulação dos automóveis. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir a legalidade da restrição de circulação dos veículos da empresa executada, considerando o impacto na atividade empresarial e a proporcionalidade da medida. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A restrição de circulação de veículos que se relacionam à atividade empresarial é medida irrazoável, pois impede o desempenho das atividades que geram renda, sem favorecer o crédito exequendo. 4. A localização do bem e a restrição de transferência são medidas suficientes para garantir a execução, não sendo necessária a suspensão da circulação. 5. A decisão que determina a restrição de circulação de todos os veículos da empresa executada inviabiliza a atividade econômica da agravante. 6. A empresa executada limitou-se a requerer o levantamento das restrições, em dissonância com os princípios do devido processo legal e da cooperação processual. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso provido em parte. Tese de julgamento: 1. A restrição de circulação de veículos em execução trabalhista, que inviabiliza a atividade empresarial, é desproporcional e ilegal. 2. A restrição de transferência e alienação dos veículos é suficiente para garantir a execução, sem impedir o exercício da atividade empresarial.

Processo: 0000919-90.2025.5.07.0034 **Julg.: 25/11/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. PENHORA SOBRE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo de petição interposto pela parte reclamante contra decisão que indeferiu o pedido de majoração do percentual de penhora sobre benefícios previdenciários recebidos pelo executado. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir a possibilidade de majorar a penhora sobre benefícios previdenciários, considerando a natureza alimentar do crédito trabalhista e os limites legais de impenhorabilidade. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A ausência de cumprimento voluntário da obrigação enseja a execução forçada, com a constrição de bens do executado, conforme o art. 789 do CPC. 4. O art. 833, IV, do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho, estabelece a impenhorabilidade de proventos de aposentadoria, com exceção da penhora para pagamento de prestação alimentícia. 5. A jurisprudência do TST tem admitido a penhora parcial de salários e proventos de aposentadoria para pagamento de créditos trabalhistas, desde que não comprometa a

subsistência do executado. 6. A majoração da penhora para 30% sobre o benefício previdenciário pode comprometer o sustento digno do executado, violando o princípio da dignidade da pessoa humana. 8. A ausência de comprovação de outras fontes de renda do executado e a inexistência de outros bens penhoráveis justificam a manutenção da decisão. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso não provido.Tese de julgamento: 1. É possível a penhora de percentual sobre benefícios previdenciários para o pagamento de créditos trabalhistas, desde que não comprometa a subsistência do executado. 2. A majoração da penhora para 30% sobre o benefício previdenciário pode comprometer o sustento digno do executado, violando o princípio da dignidade da pessoa humana.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 769; CPC, arts. 529, § 3º, 789, 833, IV e § 2º; Lei nº 8.213/91, art. 114. Jurisprudência relevante citada: TST, RO-101544-52.2018.5.01.0000; TST, RO-178-34.2018.5.13.0000.

Processo: 0000800-95.2016.5.07.0018 **Julg.: 14/11/2025**
Rel. Desemb.:Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EXECUÇÃO. REDIRECIONAMENTO CONTRA O TOMADOR DE SERVIÇOS. BENEFÍCIO DE ORDEM. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DOS ATOS EXECUTÓRIOS CONTRA OS SÓCIOS DA DEVEDORA PRINCIPAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME 1. Trata-se de Agravo de Petição interposto pela segunda executada, condenada de forma subsidiária, em face de decisão que, em embargos à execução, manteve o redirecionamento do processo executório em seu desfavor. Em seu apelo, a recorrente requer a observância do benefício de ordem, sustentando que a execução deveria prosseguir primeiro contra os sócios da devedora principal, antes de atingir seu patrimônio. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se, para o redirecionamento da execução contra o devedor subsidiário, é necessário o prévio exaurimento de todos os meios executórios em face da devedora principal, inclusive com a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica para atingir o patrimônio de seus sócios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Verifica-se que o título executivo judicial atribuiu à ora agravante a condição de responsável subsidiária pelos débitos trabalhistas da 1ª executada. Em sendo assim, segue-se que, restando evidenciada a situação de inadimplência da devedora principal, deverá o segundo devedor ser imediatamente chamado à responsabilidade pelo

quantum debeatur. Cabe observar que o redirecionamento da execução em face dos sócios ou administradores da 1ª empresa reclamada equivaleria a dizer que a ora agravante figuraria em qualidade de terceiro devedor, e não de segunda ordem, conforme se depreende do título executivo judicial. Portanto, a suma do que foi dito é que o benefício de ordem invocado pela empresa agravante, 2ª executada, poderia ser oposto somente contra a devedora principal, jamais contra os sócios, em face de quem inexiste condenação. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Agravo de petição não provido. Tese de julgamento: "1. O redirecionamento da execução contra o devedor subsidiário prescinde do prévio esgotamento de todos os meios de execução contra os sócios da devedora principal."

Processo: 0000950-34.2025.5.07.0027 **Julg.: 09/12/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA COM NATUREZA TERMINATIVA. CABIMENTO DE RECURSO. PENHORA SOBRE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VALOR EQUIVALENTE A UM SALÁRIO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO E AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME Agravo de Instrumento interposto pelo exequente em face de decisão que negou seguimento ao seu Agravo de Petição. O recurso principal, por sua vez, visa reformar o decisório de origem que indeferiu a penhora de percentual sobre o benefício de pensão por morte recebido pela executada, no valor de um salário mínimo. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Há 2 questões em discussão: (i) definir se a decisão que indefere pedido de penhora sobre benefício previdenciário em sede de execução possui natureza terminativa, apta a desafiar Agravo de Petição; e (ii) estabelecer se é possível a penhora de percentual de benefício previdenciário quando este corresponder ao valor de um salário mínimo, para satisfação de crédito trabalhista. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A decisão que, em fase de execução, indefere a penhora sobre determinada fonte de renda, embora interlocutória quanto ao processo, ostenta natureza terminativa quanto à pretensão de constrição, desafiando a interposição imediata de Agravo de Petição, sob pena de cerceamento de defesa. 4. A permissão de penhora sobre salários e proventos para quitação de crédito alimentar (art. 833, § 2º, do CPC) deve ser interpretada à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF).5. No sopesamento entre a efetividade da execução e a proteção ao

mínimo existencial, revela-se inviável a constrição de qualquer percentual sobre benefício previdenciário quando este corresponder ao valor de um salário mínimo, porquanto tal ato privaria a executada do indispensável à sua subsistência, aviltando sua dignidade. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso de Agravo de Instrumento provido. Recurso de Agravo de Petição não provido.Teses de julgamento:A decisão que indefere o pedido de penhora em fase de execução possui natureza terminativa quanto à pretensão específica do exequente, sendo, portanto, impugnável de imediato por meio de Agravo de Petição.É impenhorável o benefício previdenciário recebido pelo executado no valor correspondente a um salário mínimo, ainda que para a satisfação de crédito de natureza alimentar, por prevalência do princípio da dignidade da pessoa humana e da garantia do mínimo existencial.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 1º, III, art. 5º, LV, e art. 7º, IV; CLT, art. 893, § 1º; CPC, art. 833, IV e § 2º. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 214; TRT-7, MSCiv 0080390-39.2020.5.07.0000.

Processo: 0192400-72.2001.5.07.0006 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.:Plauto Carneiro Porto
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. PUBLICAÇÃO DE EDITAL COMO MARCO INICIAL. PRESCRIÇÃO AFASTADA. RECURSO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Agravo de Petição interposto por TIAGO BALBINO GONÇALVES contra sentença da 2ª Vara do Trabalho da Região do Cariri/CE que, acolhendo a prescrição bienal arguida, extinguiu com resolução de mérito o cumprimento individual de sentença coletiva proferida nos autos da Ação Coletiva nº 0000537-06.2016.5.07.0037. O exequente sustenta que a contagem do prazo prescricional deve ter como marco inicial a publicação de edital que deu ciência sobre a necessidade de ajuizamento das execuções individuais. O Ministério Público do Trabalho opinou pelo provimento do recurso. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir o termo inicial do prazo prescricional da pretensão executória individual fundada em sentença coletiva, especialmente se deve ser contado da data do trânsito em julgado da ação coletiva ou da publicação do edital que cientifica os beneficiários sobre a necessidade de propositura de ações individuais. III. RAZÕES DE DECIDIR O princípio da actio nata, previsto no art. 189 do Código Civil, estabelece que o prazo prescricional só se inicia a partir do conhecimento inequívoco da lesão ao direito, o que, no caso de sentença coletiva, ocorre com a publicação de edital informando sobre a necessidade de propositura de execução individual.O art. 94 do Código

de Defesa do Consumidor, aplicável às ações coletivas, prevê a cientificação dos interessados por meio de edital, o que condiciona o início da contagem do prazo para a execução individual.A jurisprudência do TST e do TRT da 7ª Região reafirma que a simples existência de sentença coletiva transitada em julgado não inicia, por si só, o prazo prescricional para as execuções individuais, sendo imprescindível a efetiva ciência por edital.No caso concreto, o edital que deu ciência ao sindicato autor da necessidade de propositura das execuções individuais foi publicado em 13/11/2019, o que fixa esse marco como termo inicial da prescrição quinquenal, nos termos da Súmula 150 do STF.A execução foi ajuizada em 05/03/2024, dentro do prazo de cinco anos contado do edital, razão pela qual não há prescrição a ser reconhecida. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso provido.Tese de julgamento:O prazo prescricional para a execução individual de sentença coletiva inicia-se com a publicação de edital que cientifica os beneficiários sobre a necessidade de ajuizamento da ação.A contagem do prazo prescricional depende de ciência inequívoca da parte interessada quanto à necessidade de promover a execução individual. Aplica-se o prazo prescricional de cinco anos, conforme Súmula 150 do STF, às pretensões executórias decorrentes de sentença coletiva.Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 893, § 1º, e 897, "a"; CC, art. 189; CDC, art. 94. Jurisprudência relevante citada: STF, Súmula 150; STJ, Tema 877 (REsp 1388000/PR); TST, Ag-AIRR-454-88.2022.5.12.0053, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 22/03/2024; TRT-7, Processo 0000975-64.2022.5.07.0023, Rel. Des. Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior, j. 13/01/2023.

Processo: 0000457-91.2024.5.07.0027 **Julg.: 10/09/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. FERRAMENTAS DE PESQUISA PATRIMONIAL. MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS. INDEFERIMENTO. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME Agravo de petição interposto por Aníbal Bezerra Tinoco, parte exequente, contra decisão que indeferiu os pedidos de: (i) utilização de ferramentas de consulta patrimonial (CNE, SOLVERE, COAF, SIMBA e CRC-JUD); (ii) aplicação de medidas coercitivas atípicas, como suspensão da CNH, retenção do passaporte e bloqueio de cartões de crédito do executado; e (iii) expedição de ofícios a instituições financeiras e órgãos públicos. O agravante requereu a reforma da decisão com fundamento no princípio da efetividade da execução. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há três questões em discussão: (i) definir se é cabível o uso das ferramentas de consulta patrimonial pleiteadas pelo

exequente; (ii) estabelecer se é possível a adoção das medidas coercitivas atípicas solicitadas; (iii) determinar se se justifica a expedição de ofícios a órgãos públicos e instituições financeiras. III. RAZÕES DE DECIDIR O acesso ao CNE é público e ao SOLVERE é disponível diretamente aos advogados, não havendo necessidade de ordem judicial para sua consulta, o que torna desnecessário o deferimento judicial pleiteado.O uso do COAF depende de indícios de prática de atividades financeiras ilícitas, nos termos do art. 9º da Lei 9.613/98, não presentes no caso concreto, sob pena de violação aos direitos fundamentais à privacidade e ao sigilo de dados (CF, art. 5º, X e XII).A utilização do SIMBA, por sua natureza intrusiva, exige a demonstração de fortes indícios de ocultação dolosa de patrimônio, o que não foi comprovado nos autos.A ferramenta CRC-JUD, voltada à obtenção de registros civis, não se mostra útil para a satisfação do crédito trabalhista, não guardando pertinência com o objetivo da execução.As medidas coercitivas atípicas (suspensão da CNH, retenção de passaporte e bloqueio de cartões de crédito) são inadequadas e desproporcionais, pois não contribuem para a efetiva satisfação do crédito e podem violar garantias constitucionais, como o direito de locomoção (CF, art. 5º, XV).A jurisprudência da 7ª Região é firme no sentido de que tais medidas não devem ser utilizadas como forma de pressão psicológica, por violarem a razoabilidade e a proporcionalidade da execução.A expedição de ofícios a instituições financeiras é desnecessária diante da possibilidade de obtenção das informações via SISBAJUD, que concentra e integra os dados bancários de forma mais eficiente. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.

Processo: 0125100-39.2006.5.07.0032 **Julg.: 10/09/2025**
Rel. Desemb.: Emmanuel Teófilo Furtado
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE TESE JURÍDICA FIRMADA OU TEMA AFETADO NO ÃMBITO DO TST. CONTROVÉRSIA ESPECÍFICA DO APELO SEM SIMILARIDADE EM QUALQUER INCIDENTE DE RECURSOS REPETITIVOS DO TST

I. CASO EM EXAME Agravo interno interposto contra decisão que negou seguimento a recurso de revista, em que se discute a impenhorabilidade de valores destinados à saúde pública e ao pagamento de salários. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se o agravo interno é admissível, considerando a ausência de demonstração de que o acórdão recorrido diverge de tese jurídica consolidada pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento realizado sob o rito de recursos repe-

titivos, incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou incidente de assunção de competência (IAC). III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O agravo interno é tempestivo. 4. O cabimento do agravo interno está condicionado à sustentação expressa por parte do recorrente de que o acórdão impugnado diverge de entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento realizado sob os ritos específicos, conforme estabelece a legislação. 5. O agravante não demonstra que o acórdão proferido no julgamento do agravo de petição diverge de tese jurídica consolidada pelo Tribunal Superior do Trabalho. 6. As razões recursais apresentadas limitam-se a alegações genéricas de violação a dispositivos constitucionais e jurisprudência, sem estabelecer qualquer relação com precedentes vinculantes do TST. 7. A matéria controvertida não encontra similaridade com tema julgado, tese firmada, reafirmação de jurisprudência ou tema sub judice em incidentes de recursos repetitivos no TST. 8. Diante da manifesta inadmissibilidade do recurso e da unanimidade do julgamento, impõe-se a condenação do agravante ao pagamento de multa. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Agravo interno não conhecido.Tese de julgamento:O agravo interno é inadmissível quando o agravante não demonstra que o acórdão recorrido diverge de tese jurídica consolidada pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento realizado sob o rito de recursos repetitivos, incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou incidente de assunção de competência (IAC).A ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada impede o conhecimento do agravo interno.É cabível a aplicação de multa ao agravante em caso de agravo interno manifestamente inadmissível e julgado por unanimidade. Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 896-B; CPC, arts. 988, § 5°, 1.030, § 2°, e 1.021. Jurisprudência relevante citada: Resolução TST nº 224/2024; Instrução Normativa TST nº 40/2016, art. 1º-A; Regimento Interno deste Regional, art. 219-B, § 7º.

Processo: 0000287-26.2022.5.07.0016 **Julg.: 10/09/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE REVISTA. ENQUADRAMENTO SINDICAL. CATEGORIA PROFISSIONAL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA. TEMA 177 TST. ACÓRDÃO CONFORME

I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno interposto pela Fortbrasil Instituição de Pagamento S.A. contra decisão que negou seguimento ao Recurso de Revista, que visava reformar acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª

Região que reconheceu o enquadramento sindical da reclamante como financiária. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se a decisão que negou seguimento ao Recurso de Revista deve ser mantida, diante da alegação da agravante de que não se enquadra na categoria dos financiários por ser instituição de pagamento, e não administradora de cartões de crédito. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O agravo interno é admissível, pois a decisão monocrática agravada negou seguimento ao recurso de revista com base na conformidade do acórdão regional com o Tema nº 177 do TST, conforme previsão da Instrução Normativa nº 40/2016, com redação dada pela Resolução nº 224/2024. 4. O acórdão recorrido está em consonância com a tese jurídica firmada no Tema 177 do Tribunal Superior do Trabalho, que estabelece o enquadramento dos empregados de administradoras de cartão de crédito na categoria dos financiários. 5. A empresa presta serviços de administração de crédito por meio de cartões, e a reclamante é sua empregada, amoldando-se à hipótese tratada no referido tema, o que corrobora a adequação da decisão regional à jurisprudência consolidada do TST. 6. Não houve ofensa a dispositivos legais ou contrariedade a súmulas do TST, pois o acórdão recorrido interpretou corretamente a legislação aplicável e decidiu em conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho. 7. Não se verificou dissenso jurisprudencial válido, ante a ausência de identidade fático-jurídica entre os arestos colacionados e o caso concreto, inviabilizando o prosseguimento do apelo, nos termos do art. 896, § § 7º e 8º, da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Agravo interno improvido.Tese de julgamento: 1. Os empregados de empresas que prestam serviços de administração de crédito por meio de cartões, como a agravante, enquadram-se na categoria profissional dos financiários, conforme entendimento consolidado no Tema 177 do TST. Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 896, § § 7º e 8º. Jurisprudência relevante citada: TST, Tema nº 177.

Processo: 0001288-51.2023.5.07.0003 **Julg.: 10/09/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO DE REVISTA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO

I. CASO EM EXAME Agravo interno interposto contra decisão da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região que denegou seguimento a recurso de revista. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) verificar o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade do agravo interno, especialmente quanto ao seu cabimento; (ii) analisar a possibili-

dade de aplicação de multa por litigância de má-fé. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O agravo interno não se fundamenta em precedente qualificado, conforme a legislação. 4. A controvérsia recursal visa rediscutir matéria de fato e prova, já analisada nas instâncias anteriores, reproduzindo fundamentos anteriormente afastados. 5. O agravo é manifestamente inadmissível, pela ausência dos pressupostos de admissibilidade. 6. A interposição de agravo interno manifestamente inadmissível enseja a aplicação de multa por litigância de má-fé. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Agravo interno não conhecido.Tese de julgamento:O agravo interno não é admissível quando não se funda em precedente qualificado, visando rediscutir matéria de fato e prova já analisada.A interposição de agravo interno manifestamente inadmissível caracteriza litigância de má-fé, ensejando a aplicação de multa. Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 896-B; CPC, arts. 988, § 5º, 1.021, § 4º, e 1.030, § 2º; Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, art. 219-A e 219-B, § 7º. Jurisprudência relevante citada: Não houve citação de jurisprudência.

Processo: 0000418-91.2024.5.07.0028 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO. RECURSO DE REVISTA. ALTERAÇÃO UNILATERAL DE JORNADA DE TRABALHO. ILEGALIDADE. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. MULTA

I. CASO EM EXAME Agravo interno interposto contra decisão que negou seguimento a recurso de revista, em reclamação trabalhista que versou sobre alteração unilateral de jornada de trabalho, de 20 para 40 horas semanais, por meio de lei municipal. A sentença de primeiro grau, mantida em recurso ordinário, reconheceu a ilegalidade da alteração e determinou o restabelecimento da jornada original, com pagamento de diferenças salariais. O Tribunal Regional do Trabalho confirmou a sentença, considerando a alteração lesiva à trabalhadora por violar o direito ao salário mínimo, mesmo para jornada reduzida, e por se tratar de direito indisponível, invalidando o alegado "termo de opção". II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir a admissibilidade do agravo interno, considerando a ausência de julgamento sob os regimes de recursos repetitivos, resolução de demandas repetitivas ou assunção de competência pelo Tribunal Superior do Trabalho; (ii) estabelecer a aplicação de multa por interposição de recurso manifestamente inadmissível. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O agravo interno é manifestamente inadmissível, pois o acórdão recorrido não versa sobre matéria objeto de julgamento sob os regimes de

recursos repetitivos, resolução de demandas repetitivas ou assunção de competência pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Resolução TST nº 224/2024, que alterou a Instrução Normativa TST nº 40/2016. 4. A interposição de recurso manifestamente inadmissível configura ato protelatório, justificando a aplicação de multa ao agravante, em favor da agravada, com base no artigo 219-B, § 4º, do Regimento Interno do Tribunal e nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade (CPC, art. 8º). A multa visa coibir a interposição de recursos protelatórios, garantindo a efetividade e a celeridade na prestação jurisdicional. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Agravo interno não conhecido. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa aplicada ao agravante, em favor da agravada.Tese de julgamento:Agravos internos interpostos contra decisões que negam seguimento a recursos de revista, em casos que não versem sobre matérias decididas em regimes de recursos repetitivos, resolução de demandas repetitivas ou assunção de competência pelo TST, são manifestamente inadmissíveis. A interposição de recurso manifestamente inadmissível enseja a aplicação de multa ao agravante, em razão do caráter protelatório do ato. Dispositivos relevantes citados: Resolução TST nº 224/2024; Instrução Normativa TST nº 40/2016; artigo 219-B, § 4º, do Regimento Interno do Tribunal; CPC, art. 8º. Jurisprudência relevante citada: Não há

Processo: 0000381-64.2024.5.07.0028 **Julg.: 09/10/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 1ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO. RECURSO DE REVISTA. DEPÓSITOS DE FGTS. ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. MULTA.

I. CASO EM EXAME Agravo interno interposto contra decisão que negou seguimento a recurso de revista, em reclamação trabalhista. O agravo foi protocolado inicialmente como "agravo regimental" devido a indisponibilidade do título processual adequado no sistema PJe. O agravante alegou violação dos princípios da ampla defesa e do contraditório, sustentando a existência de divergência jurisprudencial com o Tribunal Superior do Trabalho e surpresa processual. A agravada, em contrarrazões, pugnou pelo não conhecimento do agravo, alegando reexame de fatos e provas, ausência de demonstração de contrariedade a dispositivos legais e natureza protelatória do recurso. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir a admissibilidade do agravo interno, considerando a alteração da Resolução TST nº 224/2024; (ii) estabelecer a aplicação de multa por recurso manifestamente inadmissível. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O acórdão recorrido confirmou a

condenação do Município ao pagamento de depósitos do FGTS, rejeitando as alegações de insuficiência de prova para a gratuidade de justiça, impossibilidade de comprovação dos depósitos e sucumbência recíproca. A correção monetária aplicada observou a OJ nº 7 do TST, o Tema 1037 do STF e a EC nº 113/2021. 4. A Resolução TST nº 224/2024, que alterou a Instrução Normativa TST nº 40/2016, estabelece o cabimento de agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso de revista apenas quando este versar sobre matéria objeto de julgamento sob os regimes de recursos repetitivos, demandas repetitivas ou assunção de competência pelo TST. O acórdão recorrido não se enquadra nessa hipótese. 5. O agravo interno é manifestamente inadmissível, pela ausência dos requisitos legais para o seu processamento. 6. A aplicação de multa ao agravante, por interposição de recurso manifestamente inadmissível, visa coibir recursos protelatórios, garantindo a efetividade e celeridade da prestação jurisdicional, em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Agravo interno não conhecido. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa aplicada ao agravante em favor da agravada.Tese de julgamento:O agravo interno contra decisão que nega seguimento a recurso de revista somente é admissível quando o acórdão recorrido versar sobre matéria objeto de julgamento sob os regimes de recursos repetitivos, de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência pelo TST, nos termos da Resolução TST nº 224/2024.A interposição de agravo interno manifestamente inadmissível enseja a aplicação de multa ao recorrente, a fim de coibir a prática de recursos protelatórios. Dispositivos relevantes citados: Decreto-Lei nº 779/1969, art. 1º, IV; Consolidação das Leis do Trabalho, arts. 790-A, I, 818, II, 896, § 1º-A, II, 896-B; CPC, arts. 8º, 988, § 5º, 1.030, § 2º, 1.021, 373, II; CF/88, art. 5º, LV; Resolução TST nº 224/2024; Instrução Normativa TST nº 40/2016; OJ nº 7 do TST; Tema 1037 do STF; EC nº 113/2021; Súmula 463, I, TST; Regimento Interno do TRT da 7ª Região, art. 219-B, § 4º. Jurisprudência relevante citada: Súmula 463, I, TST; OJ nº 7 do TST; Tema 1037 do STF.

Processo: 0000676-74.2024.5.07.0037 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. INADIMPLEMENTO DO DEVEDOR PRINCIPAL. TEMA REPETITIVO 133 DO TST. AGRAVO IMPROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Agravo Interno interposto em Cumprimento de

Sentença, em face de decisão que denegou seguimento ao Recurso de Revista da executada subsidiária, que se insurge contra o redirecionamento da execução. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se o redirecionamento da execução ao responsável subsidiário exige o esgotamento prévio dos meios executórios em face do devedor principal e de seus sócios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Agravo Interno é conhecido por preencher os pressupostos de admissibilidade. 4. A decisão monocrática que negou seguimento ao Recurso de Revista, por ausência de violação direta e literal a dispositivo constitucional e por conformidade com a tese firmada no Tema Repetitivo 133 do TST, deve ser mantida. 5. O Tema Repetitivo 133 do TST estabelece que o inadimplemento do devedor principal autoriza o redirecionamento da execução para o subsidiário, independentemente do exaurimento da execução contra o obrigado principal e seus sócios, salvo na hipótese de indicação de bens do devedor principal que efetiva e comprovadamente bastem para satisfazer integralmente a execução. 6. No caso concreto, as pesquisas patrimoniais realizadas foram infrutíferas, comprovando o inadimplemento da devedora principal e não houve indicação de bens suficientes para satisfazer a execução. 7. O redirecionamento da execução decorre do próprio título executivo judicial, que reconheceu a responsabilidade subsidiária da agravante. 8. Os argumentos apresentados no agravo interno não infirmam os fundamentos da decisão monocrática, que deve ser mantida. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Agravo interno conhecido e improvido.Tese de julgamento:"1. O redirecionamento da execução ao responsável subsidiário é possível mediante o simples inadimplemento do devedor principal, sem a necessidade de esgotamento dos meios executórios, nos termos do Tema Repetitivo 133 do TST. 2. A responsabilidade subsidiária decorre do título executivo judicial, dispensando a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica."Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 896, § 2º; CPC, arts. 896-B, 927, III, 1.021 e 1.030, § 2º. Jurisprudência relevante citada: TST, Tema Repetitivo 133.

Processo: 0000882-88.2024.5.07.0037 **Julg.: 18/12/2025**
Rel. Desemb.:Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. BLOQUEIO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. ALEGAÇÃO DE DECISÃO EXTRA PETITA. PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME Agravo de petição interposto por João Umberto de Paula Cavalcante, inconformado com decisão que determinou o bloqueio mensal de 20% de seus proventos de aposentadoria para garantia da execução trabalhista, sob o argumento

de que a medida seria extra petita, pois seu pedido se limitava ao desbloqueio dos valores já constritos. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em determinar se a decisão que fixou o bloqueio mensal de 20% dos proventos de aposentadoria do executado configura julgamento extra petita e se tal medida é admissível no processo de execução trabalhista. III. RAZÕES DE DECIDIR A decisão agravada não excede os limites da lide, pois a análise do pedido de desbloqueio permite ao juízo examinar a legalidade e adequação da constrição, inclusive quanto à possibilidade de medida substitutiva proporcional e contínua.O bloqueio mensal de percentual dos proventos de aposentadoria encontra respaldo na jurisprudência trabalhista, quando fixado em patamar que assegure a dignidade e a subsistência do devedor, especialmente diante da natureza alimentar do crédito exequendo.A medida adotada - bloqueio de 20% - mostra-se proporcional e razoável, harmonizando os princípios da efetividade da execução e da dignidade da pessoa humana, sem configurar afronta ao art. 833, IV, do CPC, em sua interpretação sistemática e conforme a jurisprudência dos tribunais trabalhistas. IV. DISPOSITIVO E TESE Recurso desprovido.Tese de julgamento:A decisão que determina o bloqueio de percentual razoável dos proventos de aposentadoria para satisfação de crédito trabalhista não configura decisão extra petita quando derivada da análise do pedido de desbloqueio.É admissível a penhora parcial de proventos de aposentadoria, desde que observada a razoabilidade e a preservação da subsistência do devedor, diante da natureza alimentar do crédito trabalhista.Dispositivos relevantes citados: CPC/2015, art. 833, IV; CF/1988, art. 1º, III; CLT, art. 878. Jurisprudência relevante citada: não consta.

Processo: 0107500-34.2002.5.07.0003 **Julg.: 14/08/2025**
Rel. Des. Emmanuel Teófilo Furtado
Seção Especializada II

DIREITO PROCESSUAL E DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. PEDIDO DE SOBRESTAMENTO. TEMA 1.389 DO STF. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA. CONTRATAÇÃO INFORMAL. PRELIMINAR DE DESERÇÃO. PREPARO REALIZADO PELA MESMA PESSOA JURÍDICA COM DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR. VALIDADE. VÍNCULO DE EMPREGO. DIARISTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMITIDA. ÔNUS DA PROVA DO EMPREGADOR. SUBORDINAÇÃO JURÍDICA CONFIGURADA. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pela Reclamada

em face de sentença que reconheceu o vínculo de emprego com trabalhadora que prestava serviços como diarista, condenando-a ao pagamento das verbas trabalhistas correlatas, além de deferir à autora o benefício da justiça gratuita. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há quatro questões principais em discussão: (i) definir a aplicabilidade da ordem de suspensão nacional do Tema 1.389 do STF a casos de contratação informal, sem contrato civil/comercial escrito; (ii) analisar a validade do preparo recursal efetuado por pessoa jurídica que alterou sua denominação social; (iii) determinar o ônus da prova e os elementos configuradores do vínculo de emprego quando a empresa admite a prestação de serviços, mas alega a condição de diarista/autônoma; (iv) verificar os requisitos para a manutenção do benefício da justiça gratuita deferido à Reclamante. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Não há aderência estrita ao Tema 1.389 da Repercussão Geral do STF quando a controvérsia não envolve a discussão sobre a fraude em contrato civil/comercial formalizado, mas sim a natureza de uma relação de trabalho eminentemente informal, não se justificando o sobrestamento do feito. 4. Ao admitir a prestação de serviços, a Reclamada atrai para si o ônus de provar a natureza autônoma do trabalho, como fato impeditivo do direito do autor (art. 818, II, da CLT).5. A subordinação jurídica, elemento distintivo da relação de emprego, resta configurada quando a prova dos autos revela que a trabalhadora estava inserida na dinâmica da empresa, recebendo ordens, sendo convocada para o trabalho e sujeita a penalidades (bloqueio), ainda que a prestação de serviços fosse remunerada por dia (diária)6. A simples declaração de hipossuficiência firmada por pessoa natural é suficiente para a concessão da justiça gratuita, nos termos do art. 99, § 3º, do CPC, e da Súmula 463, I, do TST, cabendo à parte contrária o ônus de produzir prova que infirme tal declaração.. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso não provido.Tese de julgamento:A ordem de suspensão de processos atrelada ao Tema 1.389 do STF destina-se a casos que envolvam a validade de contratos civis/comerciais escritos, não se aplicando, em regra, a controvérsias sobre relações de trabalho informais.É ônus do empregador comprovar que a prestação de serviços por diarista se deu de forma autônoma e sem subordinação, quando admitida a existência do labor. Dispositivos relevantes citados: CLT, arts. 3º e 818, II. Jurisprudência relevante citada: Precedentes do STF sobre a não aderência de casos de informalidade ao Tema 1.389; Precedentes do TST sobre justiça gratuita.

Processo: 0001226-81.2024.5.07.0033 **Julg.: 23/10/2025**
Rel. Desemb.:Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRABALHISTA. MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA INCIDENTE SOBRE

PROVENTOS DO EXECUTADO. IMPENHORABILIDADE ABSOLUTA. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA

I. CASO EM EXAME Mandado de Segurança impetrado contra decisão judicial proferida pela MM. Juíza Substituta da 6ª Vara do Trabalho de Fortaleza, que determinou a penhora mensal de 30% da remuneração do impetrante, para satisfação de crédito exequendo constituído em ação trabalhista. O impetrante sustenta a ilegalidade da penhora, à luz do art. 833, IV, do CPC, alegando comprometimento do mínimo existencial, uma vez que os descontos mensais alcançam 80% de seus proventos, restando-lhe quantia irrisória. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar a legalidade da penhora incidente sobre proventos da impetrante, à luz da exceção prevista no § 2º do art. 833 do CPC/2015, considerando o comprometimento de valor essencial à subsistência e a proteção do mínimo existencial. III. RAZÕES DE DECIDIR A jurisprudência do TST admite a penhora parcial de salários e proventos de aposentadoria para pagamento de crédito trabalhista, por equiparação à prestação alimentícia prevista no § 2º do art. 833 do CPC/2015, desde que observados os limites de razoabilidade e preservação do sustento do devedor, conforme os arts. 528, § 8º, e 529, § 3º, do CPC/2015. A relativização da impenhorabilidade de salários é exceção e deve respeitar os princípios da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial, sendo inadmissível qualquer constrição que reduza os rendimentos líquidos do devedor a valor inferior ao necessário para sua subsistência digna. No caso concreto, a soma dos descontos, inclusive o ora questionado, reduz os vencimentos da impetrante a R$ 260,48, quantia evidentemente insuficiente para custear despesas básicas, como alimentação, moradia e saúde, configurando violação à norma de impenhorabilidade e aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial. IV. DISPOSITIVO E TESE Segurança concedida.Tese de julgamento:A penhora sobre vencimentos ou proventos de aposentadoria, ainda que para pagamento de crédito trabalhista, deve observar o limite de 50% e não pode comprometer a subsistência digna do devedor, sob pena de violação ao mínimo existencial. É ilegal a penhora que, somada a outras retenções, reduz os rendimentos líquidos do executado a quantia irrisória, inviabilizando sua sobrevivência, devendo prevalecer a impenhorabilidade prevista no art. 833, IV, do CPC/2015. O mandado de segurança é via adequada para impugnar ato judicial que determina penhora manifestamente abusiva sobre verba alimentar, quando inexistente recurso com efeito suspensivo.Dispositivos relevantes citados: CPC, arts. 833, IV e § 2º; 528, § 8º; 529, § 3º; CF/1988, art. 1º, III. Jurisprudência relevante citada: TST, RO - 462-98.2017.5.05.0000, Rel. Min. Emmanoel Pereira, DEJT 26/04/2019;

TST, RO - 835-32.2017.5.05.0000, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, DEJT 01/03/2019; TRT 7ª Região, MS - 0080564-19.2018.5.07.0000, Rel. Des. José Antonio Parente da Silva, j. 30/04/2019.

Processo: 0003232-29.2025.5.07.0000 **Julg.: 10/09/2025**
Rel. Desemb.:Maria Roseli Mendes Alencar
Tribunal Pleno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. EQUIPARAÇÃO À FAZENDA PÚBLICA. ISENÇÃO DE PREPARO. PROGRESSÃO POR MERECIMENTO. AVALIAÇÃO SUBJETIVA. PROMOÇÃO NÃO AUTOMÁTICA. RECURSO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela CAGECE contra sentença que reconheceu o direito da autora a promoções por merecimento nos ciclos 2020 e 2021, com reenquadramento no PCCR/2022 e pagamento das diferenças salariais. A recorrente também pleiteia isenção de custas e depósito recursal por equiparação à Fazenda Pública. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) se a CAGECE faz jus à isenção de preparo por equiparação à Fazenda Pública; (ii) se a ausência de avaliação de desempenho autoriza a concessão judicial automática de promoções por merecimento. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A promoção por merecimento exige avaliação subjetiva, não podendo ser concedida automaticamente por decisão judicial. 4. A jurisprudência do TST é pacífica ao vedar a substituição do empregador pelo Judiciário em avaliações de mérito. 5. A adesão ao PCCR/2022, com benefícios compensatórios, afasta o direito à promoção automática com base no plano anterior. 6. A justiça gratuita foi corretamente deferida com base na declaração de hipossuficiência. 7. Improcedente o pedido principal, extinguem-se os honorários advocatícios. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso provido em parte.Tese de julgamento: 1. A ausência de avaliação de desempenho não autoriza a concessão automática de promoção por merecimento, por envolver critérios subjetivos. 2. A adesão ao novo plano de cargos com vantagens compensatórias afasta o direito à progressão prevista em plano anterior. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 5º, XXXVI; 7º, VI; 37, *caput*; CLT, art. 468; CC, arts. 129 e 393. Jurisprudência relevante citada: STF, Tema 253 da RG; TST, E-RR-51-16.2011.5.24.0007; Ag-E-ED-ARR-918-33.2013.5.05.0018.

Processo: 0001267-29.2024.5.07.0007 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma:3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E PRÉ-QUESTIONAMENTO. ACOLHIMENTO PARCIAL

I. CASO EM EXAME Embargos de declaração opostos pelo CONSÓRCIO VOA NORDESTE em face de acórdão que conheceu do recurso da reclamada, mas negou-lhe provimento, alegando omissão acerca da tese de que a concepção ocorreu após o término do aviso prévio, bem como a necessidade de pré-questionamento para viabilizar recurso em sede extraordinária. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se houve omissão no acórdão em relação à análise da tese central do embargante e se é cabível o acolhimento dos embargos para fins de pré-questionamento. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissões, contradições ou obscuridades, não se destinando à rediscussão do julgado. 4. O acórdão embargado analisou a questão da estabilidade gestante, fundamentando-se na Súmula 244 do TST e no art. 10, II, "b", do ADCT, concluindo que a gravidez ocorreu durante o aviso prévio. 5. Em casos de dúvida sobre a data da concepção, a jurisprudência do TST orienta pela proteção da mãe e do nascituro, com base nos princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção à saúde. 6. Os embargos são parcialmente acolhidos apenas para prestar esclarecimentos, que passam a integrar a fundamentação do acórdão, sem modificar a decisão. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Embargos de declaração conhecidos e parcialmente acolhidos.Tese de julgamento: 1. Os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer o julgado, mas não para modificar o resultado. 2. Em casos de dúvida sobre a data da concepção, a proteção à mãe e ao nascituro deve prevalecer, conforme a jurisprudência do TST.Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 391-A; ADCT, art. 10, II, "b". Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 244, item I; TST, RR-1772-24.2016.5.12.0019; TST, RR-1000332-58.2018.5.02.0059; TST, RR-236-58.2017.5.09.0008

Processo: 0001431-98.2024.5.07.0037 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.:Maria Roseli Mendes Alencar
Turmaª 1

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. EXECUÇÃO. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. SUSPENSÃO DE CNH, APREENSÃO DE PASSAPORTE E BLOQUEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE PROVA DE OCULTAÇÃO PATRIMONIAL. INDEFERIMENTO MANTIDO

I. CASO EM EXAME Agravo de petição interposto por exequente contra decisão que indeferiu pedido de adoção de medidas executivas atípicas, consistentes na suspensão da CNH, apreensão do passaporte e bloqueio de cartão de crédito dos executados. O juízo de origem fundamentou a negativa na ausência de indícios de ocultação patrimonial ou sinais de riqueza incompatíveis com a alegada impossibilidade de pagamento do débito. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se a adoção de medidas executivas atípicas pode ser determinada sem a existência de elementos concretos que indiquem comportamento malicioso do devedor, como ocultação patrimonial ou sinais exteriores de riqueza. III. RAZÕES DE DECIDIR As medidas executivas atípicas previstas no art. 139, IV, do CPC são válidas e compatíveis com o ordenamento jurídico, mas sua aplicação deve respeitar os princípios da proporcionalidade, adequação e necessidade, exigindo-se indícios mínimos de que o devedor possui patrimônio e se utiliza de artifícios para frustrar a execução. A mera inexistência de bens passíveis de penhora não autoriza, por si só, a imposição de medidas coercitivas como a suspensão da CNH, apreensão do passaporte ou bloqueio de cartões de crédito, sob pena de violação aos direitos fundamentais do executado. A ausência de prova de que os executados ostentam sinais exteriores de riqueza ou ocultam patrimônio impede a aplicação das medidas pleiteadas, sob risco de desvirtuamento da execução para caráter meramente punitivo, o que não encontra respaldo legal. O entendimento jurisprudencial predominante, incluindo decisões do TST e TRTs, reafirma a necessidade de comprovação da adequação e efetividade das medidas atípicas, afastando sua aplicação automática e indiscriminada. IV. DISPOSITIVO E TESE Agravo de petição improvido.Tese de julgamento:A aplicação de medidas executivas atípicas exige a demonstração de indícios concretos de ocultação patrimonial ou sinais exteriores de riqueza por parte do executado. A simples inexistência de bens passíveis de penhora não justifica, por si só, a adoção de medidas como suspensão de CNH, apreensão de passaporte ou bloqueio de cartão de crédito, sob pena de violação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. A execução deve priorizar medidas típicas e somente recorrer às atípicas quando demonstrada sua necessidade e adequação ao caso concreto.Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 139, IV; CF/1988, art. 5º, II. Jurisprudências relevantes citadas: TST-ROT-1087-82.2021.5.09.0000, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, j. 28.02.2023; TRT-7, Processo 0080076-93.2020.5.07.0000, Rel. Des. Emmanuel Teófilo Furtado, j. 10.06.2020; TRT-7, Processo 0080319-71.2019.5.07.0000, Rel. Des. José Antonio Parente da Silva, j. 29.04.2020.

Processo: 0001420-86.2015.5.07.0004 **Julg.: 07/09/2025**
Rel. Desemb.:Maria Roseli Mendes Alencar
Seção Especializada I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. TUTELA DE URGÊNCIA. REINTEGRAÇÃO AO EMPREGO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA

I. CASO EM EXAME Mandado de Segurança impetrado por instituição financeira contra decisão da Vara do Trabalho que deferiu tutela de urgência, determinando a reintegração de empregada ao emprego e o restabelecimento de vantagens, sob a alegação de ilegalidade e abuso de poder. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir se o ato judicial que concedeu a tutela de urgência, determinando a reintegração da empregada, apresenta ilegalidade ou abuso de poder, justificando a concessão da segurança. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Reconhece-se a admissibilidade do Mandado de Segurança, uma vez que o impetrante demonstrou a presença dos requisitos legais, especialmente em face da Súmula 414, II, do TST. 4. Considera-se que, no âmbito do Mandado de Segurança contra ato judicial, a ilegalidade ou o abuso de poder devem ser evidentes, não sendo o *writ* sucedâneo recursaL. 5. Verifica-se que a decisão impugnada se baseou na suspensão do contrato de trabalho da empregada, em razão de atestado médico apresentado, que impossibilitava a demissão, conforme entendimento jurisprudencial. 6. Conclui-se que não houve teratologia manifesta no ato da autoridade coatora, visto que a concessão da tutela de urgência se restringiu à reintegração da empregada e ao restabelecimento de vantagens, não se configurando direito líquido e certo a ser amparado. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Segurança denegada. Tese de julgamento: "1. A concessão de tutela de urgência em sede trabalhista, que determina a reintegração de empregado, não configura ilegalidade ou abuso de poder quando fundamentada em atestado médico que suspende o contrato de trabalho, impossibilitando a demissão. 2. O Mandado de Segurança não pode ser utilizado como sucedâneo recursal para discutir o mérito da decisão judicial, salvo em casos de teratologia ou flagrante ilegalidade. 3. A suspensão do contrato de trabalho, em razão de atestado médico, mitiga o direito potestativo do empregador de rescindir o contrato de trabalho." Dispositivos relevantes citados: LMS, art. 1º; CLT, art. 489. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula 414, II; TRT-1, RO: 01007302320165010481 RJ.

Processo: 0004219-02.2024.5.07.0000 **Julg.: 10/09/2025**
Rel. Desemb.:Maria Roseli Mendes Alencar
Tribunal Pleno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DISPENSA NO

CURSO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO POR AFASTAMENTO MÉDICO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA. REINTEGRAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA

I. CASO EM EXAME 1. Mandado de segurança impetrado contra decisão que indeferiu tutela de urgência em ação trabalhista, objetivando a reintegração do empregado dispensado em 29/11/2024 (TRCT, fl. 21 do PDF), durante afastamento médico comprovado por atestado de 26/11/2024, com 90 dias de afastamento (fl. 24 do PDF), sustentada a nulidade da dispensa ocorrida em período de suspensão contratual. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se é cabível mandado de segurança contra decisão que indefere tutela de urgência no processo de conhecimento; (ii) estabelecer se a dispensa ocorrida durante a suspensão do contrato de trabalho por afastamento médico é, em tese, nula, impondo reintegração; (iii) determinar se estão presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano a justificar a concessão da medida liminar no mandamus. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O mandado de segurança é cabível contra decisão que concede ou indefere tutela de urgência antes da sentença, inexistindo recurso próprio, conforme Súmula nº 414, II, do TST. 4. A tutela de urgência exige probabilidade do direito e perigo de dano (CPC, art. 300), requisitos equivalentes, no mandado de segurança, à relevância do fundamento e ao risco de ineficácia (Lei nº 12.016/2009, art. 7º, III).5. A suspensão do contrato de trabalho por motivo de saúde impede, em regra, a rescisão contratual por iniciativa do empregador, salvo justa causa, pois susta as principais obrigações contratuais (CLT, arts. 472 e 476). 6. A Súmula nº 371 do TST orienta que a concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio posterga os efeitos da dispensa; por analogia, a suspensão contratual já incidente por atestado médico antes do desligamento obsta a rescisão. 7. A prova pré-constituída evidencia, prima facie, a dispensa em 29/11/2024 no curso de afastamento médico iniciado em 26/11/2024, revelando probabilidade do direito à reintegração; o agendamento de perícia inicial no INSS para 13/06/2025 reforça o quadro de incapacidade em apuração. 8. A distinção entre a estabilidade por doença grave - suscetível de maior instrução - e a nulidade da dispensa durante suspensão contratual impõe reconhecer, neste juízo sumário, a ilegalidade do desligamento independentemente da natureza ocupacional da doença (Súmula nº 378, II, parte final, do TST, em reforço). 9. A presunção de dispensa discriminatória para doenças graves estigmatizantes (Súmula nº 443 do TST) corrobora a razoabilidade da tutela reintegratória, em linha com a OJ nº 142 da SDI-II do TST, que afasta direito líquido e certo contra reintegração liminar quando presente razoabilidade do direito material.10. O perigo de dano se configura pela ausência de salários e necessidade de tratamento de saúde, com risco de ineficácia do provimento final

caso não deferida a medida de reintegração imediata. IV. DISPOSITIVO E TESE 11. Segurança concedida.Tese de julgamento: 1. O mandado de segurança é cabível contra decisão que indefere tutela de urgência antes da sentença, ausente recurso próprio (Súmula nº 414, II, do TST). 2. A dispensa efetivada durante a suspensão do contrato por afastamento médico é, em tese, nula, impondo reintegração em sede liminar quando comprovada por prova pré-constituída. 3. Presentes probabilidade do direito e perigo de dano, impõe-se a concessão de tutela de urgência no mandado de segurança para determinar a reintegração do empregado.Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 300; Lei nº 12.016/2009, art. 7º, III; CLT, arts. 472 e 476; Lei nº 8.213/1991, arts. 60, § § 3º e 4º, 62 e 118. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 414, II; TST, Súmula nº 371; TST, Súmula nº 378, II; TST, Súmula nº 443; TST, OJ nº 142 da SDI-II; TRT 7ª Região, MS nº 0004207-22.2023.5.07.0000, Rel. Des. Francisco José Gomes da Silva, assinatura 06.03.2024; TRT 7ª Região, MS nº 0005110-57.2023.5.07.0000, Rel. Des. João Carlos de Oliveira Uchôa, assinatura 09.02.2024; TRT 7ª Região, MS nº 0008446-06.2022.5.07.0000, Rel. Des. José Antonio Parente da Silva, assinatura 07.02.2024; TRT 7ª Região, MS nº 0003897-16.2023.5.07.0000, Rel. Des. Francisco José Gomes da Silva, assinatura 05.12.2023; TRT 7ª Região, MS nº 0003550-80.2023.5.07.0000, Rel. Des. Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, assinatura 09.10.2023.

Processo: 0001225-64.2025.5.07.0000 **Julg.: 17/11/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Tribunal Pleno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO. DISPENSA DE EMPREGADO DOENTE. CONCESSÃO DA SEGURANÇA

I. CASO EM EXAME: 1. Mandado de segurança impetrado por trabalhador contra decisão que indeferiu pedido de tutela de urgência para reintegração em face de dispensa ocorrida durante o período de suspensão do contrato de trabalho, em razão de doença. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO :2. Há duas questões em discussão: (i) determinar se a dispensa do empregado enfermo é válida; (ii) verificar a presença dos requisitos para concessão da segurança. III. RAZÕES DE DECIDIR :3. A dispensa do empregado ocorreu quando o contrato de trabalho estava suspenso em virtude da existência de atestado médico concedendo afastamento do trabalho. 4. O empregado comprovou o adoecimento no curso do aviso prévio indenizado. 5. A dispensa do trabalhador, nessas condições, contraria o entendimento da Súmula 371 do Tribunal Superior do Trabalho. 6. A concessão da segurança não implica em perigo de irreversibilidade da medida, nem de prejuízo grave ou de difícil reparação ao empregador. 7. O perigo de dano é maior para o

empregado, que depende do emprego como fonte de renda. IV. DISPOSITIVO E TESE :8. Segurança concedida.Tese de julgamento: 1. É vedada a dispensa de empregado doente durante o período de suspensão do contrato de trabalho, em razão de doença.Dispositivos relevantes citados: CPC, art. 300. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 371.

Processo: 0005030-25.2025.5.07.0000 **Julg.: 19/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Tribunal Pleno

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PARIDADE REMUNERATÓRIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto pela parte autora, contra a decisão que acolheu preliminar de incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para julgar pedido de diferenças de complementação de aposentadoria decorrentes da não extensão de reajustes salariais concedidos aos empregados da ativa, conforme regulamento da PETROS e ACTs. A reclamante alega competência da Justiça do Trabalho com base na Tese 1166 do STF e reitera o pedido de mérito. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir a competência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação que discute a extensão de reajustes salariais de empregados da ativa a aposentados e pensionistas, com reflexos na complementação de aposentadoria. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A competência da Justiça do Trabalho decorre da controvérsia sobre a interpretação e aplicação de normas coletivas, nos termos do art. 114, VIII, da CF. 4. A discussão sobre a extensão dos efeitos de ACTs a aposentados e pensionistas, ainda que estes não mantenham vínculo empregatício, atrai a competência laboraL. 5. O STF, no RE 586.453/SE (Tema 190), fixou a competência da Justiça Comum para ações sobre complementação de aposentadoria, exceto se houver sentença trabalhista de mérito proferida até 20/02/2013, o que não é o caso dos autos. 6. A demanda não é dirigida à entidade de previdência, mas à patrocinadora, PETROBRAS, e envolve a aplicação de normas coletivas, o que justifica a competência da Justiça do Trabalho. 7. Precedentes do TRT da 7ª Região confirmam a competência trabalhista em casos análogos, em que a causa de pedir envolve a interpretação de normas coletivas e a discussão de verbas trabalhistas que impactam a complementação de aposentadoria. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso da reclamante providoTese de julgamento: 1. A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ações que discutem a extensão de reajustes salariais de empregados da ativa a aposentados e pensionistas, mesmo após o

Tema 190 do STF, quando a controvérsia envolve interpretação e aplicação de normas coletivas de trabalho e a demanda é dirigida à patrocinadora.Dispositivos relevantes citados: CF, art. 114, VIII. Jurisprudência relevante citada: STF, RE 586.453/SE (Tema 190); TRT-7 - ROT: 0000310-09.2021.5.07.0015; TRT-7 - ROT: 00006160920245070003; TRT-7 - RORSum: 00008656020245070002.

Processo: 0000342-69.2025.5.07.0016 **Julg.: 01/12/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ENTIDADE FILANTRÓPICA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA

I. CASO EM EXAME: 1. Recurso Ordinário interposto pelo Ministério Público do Trabalho e Recurso Ordinário Adesivo interposto pela Fundação Cariri em face de sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos em Ação Civil Pública. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO : 2. Há uma QUESTÃO EM DISCUSSÃO : definir sobre o pedido de gratuidade de justiça formulado pela reclamada/recorrente. III. RAZÕES DE DECIDIR : 3. A legislação trabalhista distingue entidades beneficentes sem fins lucrativos de entidades filantrópicas, sendo estas últimas isentas do depósito recursal. 4. A reclamada não comprovou ser entidade filantrópica, mas apenas beneficente sem fins lucrativos. 5. A Súmula nº 463, II, do TST, estabelece a necessidade de demonstração da impossibilidade de arcar com as despesas processuais para a concessão da gratuidade. 6. A análise do balancete demonstra superávit e patrimônio líquido positivo, indicando solvência. 7. Diante da ausência de prova da hipossuficiência, indefere-se o pedido de gratuidade. 8. Aplica-se a OJ nº 269, II, da SDI-I do TST, convertendo o julgamento em diligência para que a reclamada efetue o recolhimento das custas e do depósito recursal pela metade, sob pena de deserção. IV. DISPOSITIVO E TESE : 9. Pedido de Justiça Gratuita indeferido. Conversão do julgamento em diligência para a efetivação, pela reclamada, do recolhimento das custas e da metade do depósito recursal, sob pena de deserção. Decorrido o prazo, retornem os autos para apreciação.Tese de julgamento:Para a concessão da gratuidade de justiça à pessoa jurídica, é imprescindível a demonstração cabal de sua impossibilidade de arcar com as despesas do processo. Dispositivos relevantes citados: CLT, art. 899, § § 9º e 10º; CF/1988, arts. 150, VI, c, 199, § 1º, 213 e 195, § 7º; CTN, art. 14. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 463, II; TST, OJ nº 269, II, da SDI-I.

Processo: 0001734-42.2024.5.07.0028 **Julg.: 23/12/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. PRECLUSÃO. REVELIA. CONFISSÃO FICTA. PRODUÇÃO DE PROVA. PROVIMENTO

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto contra sentença que julgou procedente o pedido, alegando-se nulidade da sentença por cerceamento de defesa em razão do indeferimento do depoimento pessoal da parte ré e de suas testemunhas, em virtude da aplicação da confissão ficta pela ausência de preposto em audiência virtual. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se o indeferimento da produção de prova oral da parte ré configura cerceamento de defesa, em razão da aplicação da confissão ficta pela revelia; (ii) estabelecer se a revelia e a confissão ficta impedem, de forma absoluta, a produção de provas pela parte ré. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A revelia, embora gere efeitos de confissão ficta, não impede, em regra, a produção de provas pela parte ré, especialmente quando o magistrado, com base no princípio da primazia da realidade, autoriza a produção de provas para melhor elucidação dos fatos. 4. O artigo 349 do Código de Processo Civil, em conjunto com a Súmula 74, III, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), permite ao juiz, a seu prudente arbítrio, determinar a produção de provas mesmo após a revelia, desde que observados os princípios do devido processo legal e da ampla defesa. 5. O indeferimento da produção de provas da parte ré, sem justificativa plausível, em face da existência de protesto quanto à negativa de prova e da circunstância de que a instrução processual não estava encerrada, configura cerceamento de defesa, afetando a isonomia e o direito ao contraditório. 6. A jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, assim como de outras regiões, corrobora a possibilidade de produção de provas mesmo em caso de revelia, desde que respeitados os princípios processuais e o estado em que se encontra o processo. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso provido. Tese de julgamento:A aplicação da confissão ficta em razão da revelia não impede, de forma absoluta, a produção de provas pela parte ré, sendo possível a produção de provas mesmo após a ocorrência da revelia, a depender da análise do juiz sobre a necessidade e pertinência da prova para a elucidação dos fatos.O indeferimento da produção de provas em caso de revelia configura cerceamento de defesa, quando injustificado e sem observar a necessidade de comprovação fática, prejudicando o direito à ampla defesa e o contraditório.Dispositivos relevantes citados: art. 349 do CPC; art. 765 da CLT. Jurisprudência relevante citada: Súmula 74, III, do TST; TRT-4 - ROT: 00204540720215040332; TRT18, RO - 0010368-62.2016 .5.18.0008; TRT-18 - RORSum: 00108532820225180016; TRT-22 - ROT: 0000153-49.2021.5 .22.0005.

Processo: 0000160-48.2024.5.07.0039 **Julg.: 21/07/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. NULIDADE PROCESSUAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA CONTÁBIL. DIFERENÇAS DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. REABERTURA DA INSTRUÇÃO

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário contra sentença que julgou improcedente o pedido de diferenças de remuneração variável, alegando-se cerceamento de defesa em razão do indeferimento da perícia contábil requerida. O reclamante, em sua inicial, descreveu detalhadamente as irregularidades na apuração da remuneração variável, incluindo a alteração de metas, critérios de cálculo e atrasos no faturamento. Requereu a juntada de diversos documentos contábeis e a realização de perícia contábil para comprovar seus alegados prejuízos. Na audiência, reiterou o pedido de perícia, argumentando sobre a insuficiência da prova testemunhal para elucidar os complexos cálculos da remuneração variável. O juízo indeferiu a perícia, argumentando que a questão poderia ser solucionada com base em outros elementos de prova. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em verificar se o indeferimento da perícia contábil, requerida para comprovar diferenças na remuneração variável, configura cerceamento de defesa, ensejando a anulação da sentença. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A controvérsia envolve a apuração de diferenças na remuneração variável, o que demanda análise de documentos contábeis complexos, como planilhas de metas, relatórios de vendas e demonstrativos de cálculo. 4. A prova testemunhal, isoladamente, demonstra-se insuficiente para dirimir a controvérsia, considerando a necessidade de exame pericial para análise dos cálculos e dos critérios de pagamento da remuneração variáveL. 5. O indeferimento da perícia contábil, em tais circunstâncias, configura cerceamento de defesa, pois impossibilitou a produção da prova essencial para a comprovação dos fatos alegados pelo reclamante. A decisão judicial, proferida sem a análise pericial, fundamenta-se em prova incompleta e compromete a ampla defesa. 6. A jurisprudência do TST e dos Tribunais Regionais do Trabalho reconhece o cerceamento de defesa quando o indeferimento de perícia contábil impede a comprovação de fatos relevantes para o julgamento da causa, principalmente em casos que envolvem cálculos complexos e análise de dados contábeis. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso provido. Sentença anulada.Tese de julgamento:O indeferimento de perícia contábil, quando imprescindível à elucidação da controvérsia e à comprovação dos fatos alegados pelo reclamante, em ação trabalhista que versa sobre diferenças de remuneração variável, configura cerceamento de defesa e enseja a anulação da sentença.

Dispositivos relevantes citados: Constituição Federal, art. 5º, LV; CPC. Jurisprudência relevante citada: TST - RR: 17434720125150013; TRT-4 - ROT: 00206736520205040005; TRT-2 - ROT: 1001151-41.2021.5.02.0042.

Processo: 0000629-55.2023.5.07.0031 **Julg.: 04/07/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Turma 3ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSOS ORDINÁRIOS. AÇÃO TRABALHISTA. RESCISÃO INDIRETA. ASSÉDIO MORAL. DANOS MORAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUSTIÇA GRATUITA. RECURSO DA RECLAMANTE IMPROVIDO. RECURSO DA RECLAMADA PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recursos Ordinários interpostos por reclamante e reclamada contra sentença que julgou parcialmente procedente ação trabalhista, reconhecendo a extinção contratual por iniciativa da reclamante e condenando a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, 13º salário proporcional, férias proporcionais e honorários advocatícios e periciais pela reclamada. A reclamante alega assédio moral, buscando o reconhecimento de rescisão indireta e indenização por estabilidade. A reclamada contesta a condenação por danos morais e honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há três questões em discussão: (i) definir se houve assédio moral, capaz de configurar rescisão indireta do contrato de trabalho; (ii) definir se houve configuração da dano moral capaz de estabelecer a responsabilidade da reclamada pelo pagamento de indenização na esfera civil; (iii) discutir a existência de honorários advocatícios sucumbenciais, considerando a sucumbência recíproca e a concessão da justiça gratuita à reclamante. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O laudo pericial comprovou o nexo causal entre a doença da reclamante e as condições de trabalho, porém, a prova oral, fundamental para o reconhecimento do assédio moral, ficou prejudicada pela ausência das testemunhas da reclamante. A simples existência de nexo causal não configura, isoladamente, assédio moral para rescisão indireta. 4. A condenação por danos morais se justifica pela existência de nexo causal entre as condições de trabalho e a doença da reclamante, considerando as concausas para o adoecimento. 5. Considerando a sucumbência recíproca e a concessão de justiça gratuita à reclamante, a condenação aos honorários advocatícios sucumbenciais

deve ser mantida, porém, com a aplicação da decisão do STF na ADI 5766, ficando a exigibilidade dos honorários em favor do patrono da reclamada condicionada à execução da sentença. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso da reclamante improvido. Recurso da reclamada parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. A comprovação do nexo causal entre a doença e as condições de trabalho, sem a demonstração de atos concretos de assédio moral, é insuficiente para o reconhecimento da rescisão indireta. 2. Em casos de sucumbência recíproca e concessão de justiça gratuita, a condenação aos honorários advocatícios sucumbenciais deve considerar a decisão do STF na ADI 5766, condicionando sua exigibilidade à demonstração da superação da situação de insuficiência de recursos do beneficiário da justiça gratuita. 3. A fixação de honorários advocatícios sucumbenciais deve observar os critérios legais e a proporcionalidade entre a sucumbência e o trabalho realizado pelos patronos.Dispositivos relevantes citados: art. 483 da CLT; art. 791-A da CLT; ADI 5766 do STF.

Processo: 0000612-40.2023.5.07.0024 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. REINTEGRAÇÃO DE EMPREGADOS EM CARTÓRIO. NÃO CABIMENTO

I. CASO EM EXAME Trata-se de Suspensão de Liminar e de Sentença (SLS) ajuizada pelo Estado do Ceará, objetivando suspender os efeitos de decisão que determinou a reintegração de empregados de um cartório, demitidos em massa, até o trânsito em julgado da ação coletiva. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) verificar se estão presentes os requisitos para a suspensão da liminar e da sentença; (ii) analisar a necessidade de intervenção sindical prévia em caso de dispensa em massa. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Juízo de primeiro grau deferiu a tutela de urgência determinando a reintegração dos substituídos, com base no Tema 638 do STF, que exige a intervenção sindical prévia em casos de dispensa em massa. 4. O Estado do Ceará alegou que a demissão decorreu da vacância da delegação anterior, não se aplicando o Tema 638 do STF. 5. A ordem de reintegração foi prolatada à luz do artigo 170, inciso III, da Constituição Federal e com esteio, ainda, na tese 638 do STF. 6. Não se verificou o periculum in mora reverso, pois a reintegração não causa dano irreparável ou de difícil reparação, e não foi demonstrado o impacto econômico da reintegração no

cartório. 7. A jurisprudência do TST corrobora a necessidade de intervenção sindical prévia em casos de dispensa coletiva. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Pedido indeferido. Tese de julgamento:A intervenção sindical prévia é requisito para a dispensa em massa de trabalhadores.A ausência de participação sindical implica em nulidade da dispensa, com possibilidade de reintegração e/ou indenização.A questão da validade das dispensas em decorrência da extinção da delegação cartorária anterior e a capacidade da oficial interina do Cartório para assumir compromissos são questões que escapam ao escopo da suspensão. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 170, III; CLT, art. 477-A. Jurisprudência relevante citada: STF, RE 999435/SP (Tema 638); TST - RR: 0000487-33.2018.5.20.0009.

Processo: 0004568-68.2025.5.07.0000 **Julg.: 14/11/2025**
Rel. Desemb.: Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque
Tribunal Pleno

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA PARTE RECLAMANTE. OMISSÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO

A omissão, contradição ou obscuridade a justificarem a oposição de embargos de declaração apenas se configuram quando o julgador deixa de se manifestar, de forma indevida, acerca das arguições contidas no recurso interposto, utiliza fundamentos colidentes entre si, ou ainda quando a decisão não é clara. Se a argumentação dos embargos não se insere em quaisquer desses vícios, nos termos dos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC, deve ser desprovido o recurso. Embargos de declaração conhecidos e improvidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA PARTE RECLAMADA. EXCLUSÃO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ OMISSÃO. EXISTÊNCIA

Constatando-se a existência de omissão no acórdão atinente ao pedido de exclusão da multa por litigância de má-fé, impõe-se o acolhimento dos embargos de declaração, para o saneamento do vício. Embargos de declaração acolhidos.

Processo: 0000811-91.2020.5.07.0016 **Julg.: 09/07/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Turma 2ª

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA

Verificando-se que as arguições das partes recorrentes visam a reapreciação da lide, mediante a indigitação de mácula da qual a decisão sitiada não padece, merecem improvidos seus embargos de declaração, com a imposição de multa, inclusive, por litigância de má-fé.

Processo: 0003678-32.2025.5.07.0000 **Julg.: 12/11/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ORDINÁRIO DE INICIATIVA DO RECLAMANTE. OMISSÃO. JUSTIÇA GRATUITA. VÍCIO SANADO SEM EFEITO MODIFICATIVO

Constatada omissão no acórdão embargado quanto à análise da renovação do pleito de justiça gratuita, impõe-se o provimento parcial dos embargos para sanar o vício, sem, contudo, atribuir-lhes efeito modificativo, quando a análise da matéria devolvida conduz à manutenção do indeferimento do benefício.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E CARGO DE CONFIANÇA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DA OMISSÃO E DA CONTRADIÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE

De fundamentação vinculada, os embargos de declaração se restringem às hipóteses do art. 897-A da CLT. Não se constata omissão quando o acórdão se manifesta sobre o ônus da prova e a ausência de elementos que comprovem o direito a diferenças salariais. Tampouco há contradição, vício de natureza interna ao julgado, na alegação de que a conclusão do acórdão diverge da prova dos autos, o que traduz mero inconformismo com a valoração probatória, matéria insuscetível de reexame na via estreita dos embargos.

Processo: 0000112-28.2024.5.07.0027 **Julg.: 12/08/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
2ª Turma

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. HORAS EXTRAS. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE TCC. REUNIÕES ACADÊMICAS. PERÍODO PRESCRITO. EFEITO MODIFICATIVO

I. CASO EM EXAME: 1. Embargos de declaração opostos em reclamação trabalhista ajuizada por professor universitário contra instituição de ensino superior, em fase de retorno dos autos determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, que declarou a nulidade do acórdão regional anterior por negativa de prestação jurisdicional e ordenou nova manifestação sobre questões fáticas específicas, notadamente relativas à prescrição das horas extras de bancas de TCC e à ocorrência de reuniões e bancas em período letivo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO : 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se restou comprovado que a última participação do reclamante em bancas de TCC ocorreu em período prescrito, afastando o direito às horas extras correspondentes; (ii) estabelecer se as reuniões e bancas de TCC, realizadas fora do período de aula, configuram sobrejornada remunerável. III. RAZÕES DE DECIDIR : 3. O colegiado reconhece que o acervo probatório - especialmente o confronto entre o currículo Lattes e os depoimentos testemunhais - não comprova de forma inequívoca a cessação da participação do docente em bancas após 2013, razão pela qual não se acolhe a prescrição total das horas extras decorrentes dessas atividades, admitindo-se o direito no período imprescrito, a ser apurado em liquidação. 4. Quanto às reuniões e bancas de TCC realizadas fora do período de aula, verifica-se, com base nos depoimentos, que ocorriam no início e no término do semestre letivo, quando os professores permaneciam remunerados e à disposição da instituição, sem configurar sobrejornada autônoma. 5. Diante da determinação do TST e da reanálise das provas, excluem-se da condenação as horas extras relativas a reuniões acadêmicas e bancas de TCC, por se tratar de atividades compreendidas na jornada regular e remuneradas na forma da cláusula coletiva aplicável e do art. 320 da CLT. 6. As demais matérias objeto dos embargos mantêm-se inalteradas, por ausência de omissão, contradição ou obscuridade, sendo vedada a rediscussão do mérito pela via estreita dos aclaratórios. IV. DISPOSITIVO E TESE : 7. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeito modificativo. Tese de julgamento: 1. O ônus da prova quanto à cessação de atividades docentes extraordinárias incumbe à parte que a alega. 2. As reuniões acadêmicas e bancas de TCC realizadas fora da ministração de aulas, mas dentro do período contratual remunerado, não configuram horas extras. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 93, IX; CLT, arts. 320, 818, I, e 897-A; CPC, arts. 1.022, 141 e 492; LDB, art. 67, V. Jurisprudência relevante citada: TST, RRAg-1478-67.2015.5.12.0031, 2ª T., Rel. Min. Maria Helena Mallmann, DEJT 27.11.2020; TST, RR-100102-89.2017.5.01.0031, 3ª T., Rel. Min. Alexandre Agra Belmonte, DEJT 18.12.2020; TST, RR-20333-87.2015.5.04.0752, 6ª T., Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 4.12.2020.

Processo: 0000862-77.2021.5.07.0013 **Julg.: 09/11/2025**
Rel. Desemb.:José Antonio Parente da Silva
Turma 3ª

EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. COMPETÊNCIA MATERIAL. MOTORISTA DE APLICATIVO. REATIVAÇÃO DE CONTA E INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE VÍNCULO DE EMPREGO. RELAÇÃO DE NATUREZA CÍVEL. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. RECURSO PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso Ordinário interposto contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de reativação de conta em plataforma digital e de indenização por danos morais e materiais, decorrentes de descredenciamento unilateral. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão central consiste em definir a competência material para processar e julgar a lide que envolve motorista de aplicativo e a plataforma digital, quando não há postulação de reconhecimento de vínculo de emprego. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A competência material da Justiça do Trabalho, definida no art. 114, I, da Constituição Federal, é fixada com base na causa de pedir e no pedido, exigindo que a controvérsia seja oriunda de uma relação de trabalho. 4. A pretensão que se limita à reativação de conta e à reparação de danos, sem pleito de reconhecimento de vínculo empregatício, decorre de contrato de natureza cível, no âmbito da "economia compartilhada" (*sharing economy*), e não de relação de trabalho. 5. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), órgão constitucionalmente designado para dirimir conflitos de competência (art. 105, I, 'd', da CF), possui entendimento consolidado no sentido de que a competência para julgar tais causas é da Justiça Comum Estadual. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso conhecido e, de ofício, declarada a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho, com a remessa dos autos à Justiça Comum Estadual. Análise de mérito prejudicada.Tese de julgamento:Compete à Justiça Comum Estadual, e não à Justiça do Trabalho, processar e julgar as ações ajuizadas por motorista de aplicativo contra a empresa detentora da plataforma digital que versem exclusivamente sobre o descredenciamento e pedidos indenizatórios, sem que haja pleito de reconhecimento de vínculo de emprego.Dispositivos relevantes citados: Constituição Federal, arts. 105, I, 'd', e 114, I. Jurisprudência relevante citada: STJ - CC: 164544 MG 2019/0079952-0, Rel. Min. Moura Ribeiro, Segunda Seção, j. 28.08.2019

Processo: 0000009-50.2025.5.07.0006 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.:Plauto Carneiro Porto
Turma 1ª

ESTABILIDADE GESTANTE. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA

Uma vez reconhecida a demissão sem justa causa do contrato de trabalho e o estado de gravidez da autora ao tempo do encerramento contratual, impõe-se a condenação ao pagamento da indenização substitutiva da estabilidade provisória, na forma garantida pelo art. 391-A da CLT c/c art. 10, II, alínea b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mantida por igual os salários e demais consectários. JUSTIÇA GRATUITA. concessão da justiça gratuita ao reclamante é mantida, com base nos § § 3º e 4º do art. 790 da CLT (alterado pela Lei 13.467/2017) e no art. 99, § 3º, do CPC, considerando a presunção de hipossuficiência para quem recebe salário igual ou inferior a 40% do teto do RGPS e a possibilidade de comprovação por simples declaração para pessoa física.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERCENTUAL FIXADO

Levando-se em conta que os honorários advocatícios são fixados tendo-se em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para o seu serviço (§ 2º do art. 791-A da CLT), o percentual de 15% (dez por cento) se mostra justo e razoável. Recurso não provido.

Processo: 0001431-98.2024.5.07.0037 **Julg.: 24/09/2025**
Rel. Desemb.:Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

EXECUÇÃO TRABALHISTA. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DE 30% DO VALOR DA REMUNERAÇÃO DO IMPETRANTE. LIMITAÇÃO. DESPESAS DE CARÁTER ALIMENTAR. TEMA Nº 75 DO TST. CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA

Concede-se parcialmente a segurança para limitar a penhora sobre a remuneração do impetrante a 30% (trinta por cento) sobre o valor líquido, em consonância com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (Tema 75), considerando na respectiva base de cálculo as despesas de caráter alimentar comprovadamente realizadas pelo impetrante. Segurança parcialmente concedida.

Processo: 0004343-48.2025.5.07.0000 **Julg.: 13/10/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

GRATUIDADE JUDICIÁRIA. DIREITO FUNDAMEN-

TAL ACESSO À JUSTIÇA. 40% DO TETO DO RPGS. INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

A regra do § 3º do art. 790 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/17, estabelece uma presunção para efeito de concessão da gratuidade, e não uma proibição de seu deferimento para os demais casos, na forma do § 4º do mesmo artigo, devendo ser deferida a gratuidade "à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo", sob pena de inviabilizar-se o acesso à justiça, com os meios e recursos a ela inerentes (CF/88, art. 5º, LV). Caso em que a não concessão do benefício impediria o acesso à justiça, podendo comprometer a sobrevivência condigna da reclamante, porquanto, mesmo estando atualmente empregada, não se conhece sua atual remuneração e o valor da causa elevado pode ensejar consectários sucumbenciais demasiado altos, com aptidão para repercutir na sua sobrevivência condigna.

SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. LEI 14.010/2020

A lei 14.010/20 não se restringe a um recorte das relações de direito privado, aplicando-se, consoante dispõe seu art. 1º, a todas as relações jurídicas de Direito Privado, o que também é o caso das relações trabalhistas, instituindo um Regime Jurídico Emergencial e Transitório para reger tais relações no período em que se dera a pandemia do coronavírus. E essa suspensão não se condiciona à existência ou não de meios de aforamento de ações e participação no processo de forma não presencial.

ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL. NÃO COMPROVAÇÃO. RELATOS DE MEROS DISSABORES

A ofensa ao patrimônio ideal do trabalhador, assim entendida a sua honra, dignidade, imagem, decoro, reputação, dentre outros aspectos que integram os chamados direitos de personalidade, não alberga os meros dissabores e as pressões normais, concernentes ao ambiente laboral. Na ausência de prova do excesso ou abuso por parte do empregador, de desacolher-se a pretensão indenizatória correspondente.

PRÊMIO AGIR/GERA. DIFERENÇAS INDEVIDAS

Caso em se constata que não havia alteração de metas no curso do mês, mas apenas o redirecionamento do foco para outros produtos, foco esse que nada mais é do que a estratégia para atingir a meta, onde se deitaram as forças para alcançá-la. Ausência de ilicitude ou invalidade a ser afastada, sendo indevidas, em consequência, quaisquer diferenças salariais ou de premiação.

ACÚMULO DE FUNÇÃO. INOCORRÊNCIA

Não engendra acúmulo funcional o desempenho de atividades compatíveis com a condição pessoal do empregado (CLT, art. 456), independentemente

da frequência das atividades ou da existência ou não de empregados que sejam aproveitados, precipuamente, para tais funções. Tanto mais quando sequer há algum empregado, ao qual se acomete um certo feixe de atribuições e que é melhor remunerado por esse fato, e que, na sua ausência, possam ter sido redistribuídos a um outro empregado. Recursos conhecidos e não providos.

Processo: 0000695-61.2024.5.07.0011 **Julg.: 08/08/2025**
Rel. Desemb.:Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO.

Segundo preceito contido nos artigos 99, § 3º, do CPC e art. 790, § 3º, da CLT será deferida a gratuidade da justiça àqueles que afirmarem que não possuem condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. No caso, tal requisito foi satisfeito pela reclamante, não tendo a reclamada apresentado prova em contrário de tal declaração. Benefícios da Justiça Gratuita concedida à reclamante, dispensando-a do pagamento das custas processuais.PISO SALARIAL. LEI Nº 4.950-A/66. REAJUSTES. AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO.Não afronta o artigo 7º, IV, da Constituição Federal, instituição de piso salarial em múltiplos do salário mínimo, eis que tal fato, resulta apenas na fixação de um valor determinado que deve ser pago ao trabalhador integrante de certa categoria profissional. No caso, o que se verifica é a estipulação do patamar salarial da autora em múltiplos de salário mínimo quando de sua contratação, e não a correção automática da sua remuneração. Inteligência da Orientação Jurisprudencial nº 71 da SBDI-II do Colendo TST.ENQUADRAMENTO. PCCR 2022. SALÁRIO-BASE. Reconhecendo-se à autora quando de sua contratação, o direito a receber o piso salarial correspondente a 8,5 salários mínimos, o que importa em majoração do salário-base contratado, e levando em conta que o enquadramento no PCCR 2022 considera o valor de tal salário-base, é de se concluir que tal majoração deverá ser observada por ocasião do enquadramento da reclamante no mencionado Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações 2022.

Processo: 0001526-94.2024.5.07.0016 **Julg.: 22/10/2025**
Rel. Desemb.: Antônio Teófilo Filho
Turma 3ª

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DE 30% DO VALOR DA REMUNERAÇÃO DO IMPETRANTE. IMPOSSIBILIDADE.

NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DE SUBSISTÊNCIA. TEMA Nº 75 DO TST. CONCESSÃO DA SEGURANÇA

Embora legalmente permitida a penhora de salário para pagamento de débito trabalhista, deve ser efetuada a ponderação entre o direito do credor e a subsistência do executado, de modo a que se garanta a este último a manutenção de pelo menos um salário mínimo. No caso dos autos, a penhora recaiu sobre o salário recebido pelo impetrante, em valor pouco superior ao mínimo legal, restando demonstradas despesas existenciais mínimas que afastam a possibilidade do bloqueio imposto pela decisão da autoridade coatora, bem como a redução do percentual fixado na origem. Portanto, concede-se a segurança para sustar a ordem de bloqueio do percentual de 30% (trinta por cento) sobre o salário do impetrante, em consonância com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (Tema 75). Segurança concedida.

Processo: 0004545-25.2025.5.07.0000 **Julg.: 05/12/2025**
Rel. Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL QUE INDEFERIU PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU A LIMINAR. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA

Permanecendo inalterada nos autos a situação fático jurídica que ensejou o indeferimento do pedido de liminar formulado no mandamus, com vistas a rever o ato judicial na ação subjacente que indeferiu a pretensão reintegratória, por necessitar o pleito de dilação probatória, de se denegar a segurança, à míngua do cometimento de ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade apontada como coatora.

Processo: 0002773-27.2025.5.07.0000 **Julg.: 05/08/2025**
Rel Desemb.: João Carlos de Oliveira Uchôa
Tribunal Pleno

MANDADO DE SEGURANÇA. RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO DO TODOS VEÍCULOS DA PARTE EXECUTADA. INVIABILIDADE DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. CONCESSÃO DA SEGURANÇA

A decisão que determina a restrição de circulação da totalidade da frota da impetrante, com a finalidade de garantir execução, inviabiliza, concretamente, a continuação da atividade econômica. Neste viés, impõe-se a concessão da segurança para determinar que seja cancelada a restrição de circulação dos veículos da impetrante, mantendo-se, todavia, a restrição de alienação. Segurança concedida.

Processo: 0005920-61.2025.5.07.0000 **Julg.: 12/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
PLENO DO TRIBUNAL

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL EM VIRTUDE DE DOENÇA OCUPACIONAL. SUPRESSÃO DA PARCELA DENOMINADA ADICIONAL DE ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO E/OU COLETA EXTERNA - AADC. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE SALARIAL E DA INALTERABILIDADE CONTRATUAL LESIVA. INCORPORAÇÃO

O empregado reabilitado profissionalmente em virtude de doença ocupacional não pode ter a sua remuneração reduzida, e, conseguintemente, ter o Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa (AADC) suprimido, sob pena de afronta aos princípios constitucionais da irredutibilidade salarial, dignidade da pessoa humana e inalterabilidade contratual lesiva. Nesse sentido, é a jurisprudência pacífica do TST. Recurso provido.

Processo: 0000398-48.2024.5.07.0013 **Julg.: 19/11/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

RECURSO DA RECLAMADA PRELIMINAR. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INTERVENÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DECRETADA POR ENTE PÚBLICO. INAPLICABILIDADE DO ART. 313 DO CPC

A intervenção administrativa ou financeira decretada por ente público não se enquadra nas hipóteses de suspensão processual automática previstas no rol taxativo do art. 313 do Código de Processo Civil. A medida não compromete o exercício do contraditório e da ampla defesa, não havendo fundamento legal para a suspensão. Preliminar rejeitada.

MÉRITO. RESCISÃO INDIRETA. AUSÊNCIA/IRREGULARIDADE NO RECOLHIMENTO DOS DEPÓSITOS DO FGTS. FALTA GRAVE (CLT, ART. 483, "D"). TEMA 70 DO

TST

A ausência ou a irregularidade no recolhimento dos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) constitui falta grave patronal suficiente para ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho, por configurar descumprimento de obrigação contratual essencial, nos termos do art. 483, alínea "d", da CLT. Desnecessário perquirir sobre o elemento volitivo (dolo) ou a imediatidade do prejuízo, mesmo com o contrato de trabalho ativo, em consonância com a tese vinculante firmada pelo Tribunal Superior do Trabalho no Tema Repetitivo nº 70. Recurso Ordinário a que se nega provimento.

MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. RECONHECIMENTO JUDICIAL DE RESCISÃO INDIRETA. CABIMENTO. TEMA 52 DO TST

O reconhecimento judicial da rescisão indireta do contrato de trabalho, quando fundamentado no descumprimento de obrigações contratuais por parte do empregador, não afasta a incidência da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, a qual tem por finalidade penalizar o atraso no adimplemento das verbas rescisórias devidas. Tal entendimento está consolidado na Tese Vinculante do TST, Tema Repetitivo nº 52. Recurso desprovido.

Processo: 0000281-17.2025.5.07.0015 **Julg.: 19/11/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

RECURSO DO PRIMEIRO RECLAMADO AJUDA DE CUSTO

A "ajuda de custo", quando paga de forma habitual e sem comprovação de destinação específica para ressarcimento de despesas, possui natureza salarial, integrando a remuneração do empregado. Diante da ausência de prova cabal do caráter indenizatório da parcela e da habitualidade de seu pagamento como contraprestação pelos serviços prestados, a r. sentença, ao reconhecer a natureza salarial da "ajuda de custo", deve ser mantida. Não provido.

GESTANTE. CONTRATO TEMPORÁRIO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. NÃO CABIMENTO. INAPLICABILIDADE DO TEMA 542 DO STF.

O contrato de trabalho temporário, disciplinado pela Lei nº 6.019/74, não é compatível com a estabilidade assegurada à empregada gestante. Tese vinculante no Incidente de Assunção de Competência (Tema 02) - Processo nº 5639-31.2013.5.12.0051. Inaplicável ao caso o Tema 542 do STF, uma vez que no julgamento do ARE 1.331.863 STF, o Supremo Tribunal Federal já explicitou pelo voto do relator, que referido tema restringe-se ao contrato de trabalho celebrado

com a Administração Pública e não entre particulares. Provido.

RECURSO DA RECLAMANTE DANOS MORAIS

A prova produzida nos autos não é suficiente para caracterizar conduta discriminatória ou afastamento indevido em razão da gravidez. O afastamento, conforme indicado na sentença, estaria atrelado ao encerramento de um projeto, e não à condição gestacional da autora. O dano moral não pode ser presumido em casos de mero descumprimento de obrigações trabalhistas ou de interpretações divergentes sobre a motivação de um afastamento, sendo necessária a comprovação robusta da ofensa à honra, dignidade ou imagem da trabalhadora. Sentença mantida.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. MAJORAÇÃO. DEVIDA. PROVIMENTO

Considerando-se os parâmetros estabelecidos no § 2º do artigo 791-A da CLT, bem como à luz da razoabilidade, elevam-se os honorários advocatícios fixados em 5%, em favor do advogado da parte reclamante, ao percentual de 10% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença. Provido Recurso da reclamada parcialmente conhecido e parcialmente provido Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000606-86.2025.5.07.0016 **Julg.: 12/11/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

RECURSO DO RECLAMADO BONIFICAÇÕES POR DESEMPENHO. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO. NATUREZA SALARIAL. AJUDA DE CUSTO. PROVA EMPRESTADA. VALIDADE

A prova emprestada é válida para fundamentar a decisão quando há identidade de matéria e partes, e os depoimentos são coesos e corroborados por outros elementos. Verbas pagas habitualmente "por fora", fixas e desvinculadas de metas específicas que as caracterizem como prêmio ou de despesas comprovadas que as tornem indenizatórias, possuem natureza salarial.

RECURSO DO RECLAMANTE BONIFICAÇÕES POR DESEMPENHO. ARBITRAMENTO DE VALORES

O valor arbitrado para integração de comissões "por fora" deve ser fixado com prudência e razoabilidade, com base na prova dos autos, considerando a dificuldade em precisar o valor exato e evitando a fixação de valores meramente especulativos. Recursos conhecidos e não providos.

Processo: 0000879-32.2025.5.07.0027 **Julg.: 03/12/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. REVERSÃO DA JUSTA CAUSA. HORAS EXTRAS. CONTROLE VIA SATÉLITE. DIFERENÇAS DE DIÁRIAS. COMISSÕES POR FORA. MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT. PARCIALMENTE PROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que julgou parcialmente procedente a reclamação trabalhista, reconhecendo vínculo empregatício anterior ao anotado em CTPS, condenando as reclamadas solidariamente ao pagamento das verbas, correspondentes. II. Questões em discussão2. Preliminar de nulidade por cerceamento de defesa;3. Mérito: (a) validade da justa causa aplicada; (b) jornada de trabalho; (c) danos morais em razão da dispensa injusta e jornada exaustiva; (d) diferenças de diárias; (e) comissões pagas "por fora"; (f) multas dos artigos 467 e 477 da CLT; (g) honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 4.Cerceamento de defesa: Não configurado. O juízo de origem demonstrou diligência em garantir a produção da prova oral, com múltiplas redesignações e autorização de substituição de testemunha. O último pedido de adiamento foi indeferido e a instrução encerrada devido à ausência injustificada da testemunha, afastando-se a nulidade por falta de diligência da parte. 5. Justa causa: Mantida. A prova documental e o depoimento pessoal do reclamante comprovaram a prática de ato grave (ultrapassar pedágios sem pagamento, quebrando cancelas e proferindo palavras pejorativas), rompendo a fidúcia contratual e configurando insubordinação e desrespeito à empresa, nos termos do art. 482, alíneas "h" e "j", da CLT. A ausência de punições gradativas anteriores é irrelevante diante da gravidade da conduta. 6. Jornada de trabalho: Não se reconhece a prestação de horas extraordinárias, tampouco labor em domingos ou feriados, uma vez que a prova documental demonstrou que não havia extrapolação da jornada de trabalho, tampouco supressão dos períodos de descanso, sendo válida a aplicação, por analogia, do Precedente Vinculante nº 239 do C. TST. 7. Danos morais: Indevidos. A dispensa por justa causa foi considerada válida e a jornada exaustiva não foi reconhecida. Não há nos autos provas de condições de trabalho degradantes ou de condutas ilícitas da reclamada a justificar a indenização. 8. Diferenças de diárias: Procedente. O empregador não comprovou o pagamento das diárias de viagem previstas em norma coletiva. O reclamante confirmou o recebimento de R$ 80,00. Diante das CCTs vigentes, que previam valores superiores (R$ 85,00 e R$ 90,00), são devidas as diferenças apuradas. 9. Comissões pagas "por fora": Improcedente. Competia ao reclamante comprovar o pagamento de salário "por fora". Em audiência, declarou que as comissões foram apenas prometidas e pagas unicamente no primeiro mês, o que também não restou comprovado.10. Multas dos artigos 467 e 477 da CLT: Indevidas. Não há verbas

incontroversas a serem pagas que justifiquem a incidência da multa do art. 467. As verbas rescisórias foram quitadas dentro do prazo legal, afastando a multa do art. 477.11. Honorários advocatícios: Majorados. Considerando o zelo do profissional, a atuação em segundo grau de jurisdição e a complexidade da causa, o percentual fixado na sentença é majorado para 15% sobre o valor da condenação. IV. DISPOSITIVO E TESE 12. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.Tese de julgamento: 1. O cerceamento de defesa não se configura quando o juízo demonstra diligência na produção probatória e o encerramento da instrução decorre da ausência injustificada da testemunha. 2. A gravidade da conduta do empregado, como a ultrapassagem de pedágios sem pagamento e a quebra de cancelas, é suficiente para justificar a dispensa por justa causa, rompendo a fidúcia necessária à relação de emprego. 3. Os relatórios de controle via satélite apresentados pela reclamada, relativos a parte do contrato laboral, demonstram que não havia extrapolação da jornada de trabalho, tampouco supressão dos períodos de descanso. Assim, aplica-se, por analogia, o Precedente Vinculante nº 239 do C. TST (publicado em 02/09/2025), segundo o qual "a decisão que defere horas extraordinárias com base em prova oral ou documental não ficará limitada ao tempo por ela abrangido, desde que o julgador fique convencido de que o procedimento questionado superou aquele período". 4. A falta de comprovação do correto pagamento de diárias pelo empregador, aliada à confissão do empregado sobre o valor recebido, enseja o deferimento de diferenças. 5. A comprovação de pagamento de salário 'por fora' exige prova robusta do empregado, e não apenas alegações. 6. O percentual dos honorários advocatícios deve ser majorado para 15% do valor da condenação, considerando o grau de zelo do profissional, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para o serviço.Legislação e Jurisprudência relevantes citadas: CLT, arts. 482, "h" e "j", 818, 373 do CPC; Lei nº 13.103/2015; Precedente Vinculante nº 239 do C. TST; Precedente Vinculante nº 126 do C. TST.

Processo: 0000184-21.2023.5.07.0004 **Julg.: 20/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DA COELCE/ENEL DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO COLETIVA. SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. ISENÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. REJEIÇÃO. DEFINIÇÃO DA FORMA DE

EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS. MOMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA RECONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO AFASTADA

I. CASO EM EXAME 1. Trata-se de recurso ordinário interposto pela COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARA (COELCE/ENEL) contra a sentença que julgou procedentes em parte os pedidos formulados na presente ação coletiva e a condenou de forma subsidiária ao pagamento das diferenças de aviso prévio indenizado, com reflexos em Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de honorários advocatícios. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. As questões em discussão consistem em aferir: (i) se o sindicato autor, atuando na condição de substituto processual, faz jus à gratuidade de justiça; (ii) se o sindicato detém legitimidade para propor a presente ação coletiva, levando em consideração a natureza dos direitos dos substituídos que estão sendo pretendidos; (iii) se há necessidade de se definir neste momento processual a forma de como a execução irá se processar, se coletiva ou individual; (iv) se a recorrente possui responsabilidade subsidiária pelo pagamento das verbas deferidas aos substituídos; (v) se é possível a condenação do ente sindical ao pagamento de honorários de sucumbência. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Gratuidade de justiça: a presente demanda trata de um típico caso de substituição processual, onde o ente sindical, em nome próprio, está atuando na defesa dos direitos de trabalhadores que representa. Insta salientar que a concessão dos benefícios da justiça gratuita ao sindicato, quando atuante na condição de substituto processual, é por demais merecida, mormente porque se trata de serviço da mais alta relevância social e, por vezes, a entidade sindical não dispõe de meios para desempenhar seu mister com efetividade constitucional, fragilizando a defesa dos interesses dos trabalhadores. Ademais, a atuação coletiva dos sindicatos, na qualidade de associação, está sujeita às disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e da Lei da Ação Civil Pública. Dessa forma, por trazerem o art. 87 do CDC e o art. 18 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85) regras específicas de isenção das custas processuais para os sindicatos, referido pedido deve ser analisado sob a ótica destes normativos e não somente de acordo com a Lei de Concessão de Assistência Judiciária. Nessas circunstâncias, revela-se prescindível a comprovação de hipossuficiência financeira, pois incide, na hipótese, a norma prevista no art. 87 do CDC, segundo a qual, nas ações coletivas, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais ou quaisquer outras despesas, tampouco condenação da entidade autora,salvo comprovada má-fé. Pelo exposto, reputa-se correta a

decisão de primeiro grau que deferiu os benefícios da gratuidade de justiça ao sindicato demandante. 4. Legitimidade ativa: a definição da natureza das pretensões trazidas a juízo, capaz de caracterizá-las como individuais homogêneas traduzem-se no fato constitutivo do direito vindicado, de modo que o sindicato, na qualidade de substituto processual, tem legitimidade para ajuizar ação pleiteando a tutela de direitos e interesses individuais homogêneos, provenientes de causa comum, que atingem o universo dos trabalhadores substituídos, capaz de distingui-los dos direitos metaindividuais. Nessa linha de raciocínio, para que um direito seja caracterizado como individual homogêneo, faz-se necessário que ele seja fundado em um bem divisível, refira-se a sujeitos determinados ou determináveis e que provenha de uma origem comum. No caso vertente, o sindicato recorrido postula o pagamento das diferenças do aviso prévio indenizado, relativamente aos trabalhadores constantes do rol de substituídos anexados aos autos tendo, inclusive, anexado os Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) de todos eles. Assim, pelo que se observa, é evidente que os trabalhadores substituídos terão direito divisível ao pagamento dessa parcela. Logo, considerando que a homogeneidade diz respeito ao direito, e não à sua quantificação, até porque direitos homogêneos não são direitos individuais idênticos. O fato de haver a necessidade de análise das particularidades de cada empregado não desnatura a homogeneidade dos direitos e, portanto, não afasta a legitimidade ativa do substituto processual. Rejeita-se, pois, a preliminar de ilegitimidade ativa do ente sindicaL. 5. Definição da forma de como a execução irá se processar: quanto à forma de como a execução deverá se processar, se de forma coletiva ou individual, tem-se que essa questão será resolvida pelo juízo da execução no momento processual adequado, após analisar se é viável para o Poder Judiciário e para as partes qual modalidade será adotada, pois, como sabemos, a execução individual somente se justifica nas hipóteses em que a execução coletiva se mostrar contrária ao interesse público, notadamente ao princípio constitucional processual da celeridade, o que não se observa no presente momento processual. Assim, revela-se descabida neste momento processual definir qual será a modalidade em que a execução irá ser processada. 6. Responsabilidade subsidiária: nos termos do item IV da Súmula 331 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, "O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial". Assim, comprovada nos autos a existência de contrato de prestação de serviços firmado entre as demandadas e que a primeira reclamada descumpriu as obrigações trabalhistas em relação aos seus empregados, não há como afastar a responsabilidade subsidiária

da empresa recorrente pelo pagamento das verbas devidas aos trabalhadores substituídos, uma vez que figurara na condição de beneficiária da força de trabalho destes. Recurso Ordinário improvido. 7. Condenação do ente sindical ao pagamento de honorários de sucumbência: atuando o sindicato na condição de substituto processual, aplica-se, à espécie, o microssistema da tutela coletiva, na forma prevista pelo arts. 18 e 21 da Lei nº 7.347/85 e pelo art. 87 do Código de Defesa do Consumidor. A aplicação de tais dispositivos na seara trabalhista se dá por analogia, com base no art. 769 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e inciso III do art. 8º da Constituição da República Federativa de 1988 (CRFB/88). Ademais, de acordo com a atual e reiterada jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, havendo sucumbência do sindicato, sua condenação em honorários advocatícios está restrita à comprovação de má-fé. Nesse contexto, afasta-se a possibilidade de impor condenação ao sindicato demandante ao pagamento de honorários de sucumbência, dada a ausência de má-fé com o ajuizamento desta demanda. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso ordinário conhecido e improvido.Teses de julgamento: 1. "De acordo com a jurisprudência, o art. 769 da CLT autoriza a se reconhecer que a atuação coletiva dos sindicatos está sujeita ao art. 87 do CDC e ao art. 18 da Lei nº 7.347/85, regras específicas de isenção das custas processuais para os sindicatos."2. "O direito ao pagamento de diferenças de verbas rescisórias possui natureza homogênea, sobretudo porque se encontra fundado em um bem divisível, refere-se a sujeitos determinados ou determináveis e provém de uma origem comum."3. "A atuação do sindicato para a defesa dos direitos dos trabalhadores da categoria, inclusive quanto a direitos individuais homogêneos, é legítima, podendo atuar como substituto processual."4. "A definição da forma de como a execução irá se processar, se de forma coletiva ou individual, será resolvida pelo juízo da execução no momento processual adequado, após analisar se é viável para o Poder Judiciário e para as partes qual modalidade será adotada."5. "O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial."6. "A jurisprudência do C. TST está pacificada quanto à impossibilidade de condenação de sindicato que atua na condição de substituto processual, salvo comprovada má-fé, nos termos do que dispõem os artigos 18 da Lei nº 7.347 e 87 do CDC." Dispositivos relevantes citados: art. 87 do CDC; o art. 18 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85); art. 769 da CLT; inciso III do art. 8º da CRFB/88; III do artigo 81 do CDC; *caput* e § 3º do art. 791-A da CLT. Jurisprudência relevante citada: itens IV, V e VI da Súmula nº 331 do C. TST; Tema nº 1118 do E. STF; ADPF nº 324 e RE nº 958.252, ambos do E. STF; decisões jurisprudenciais oriundas do Colendo Tribunal Superior do Traba-

lho e deste Egrégio Sétimo Regional.

RECURSO ORDINÁRIO DA EMPRESA SINOR ELETRICIDADE LTDADIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. REJEIÇÃO. DEFINIÇÃO DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS. MOMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. AVISO PRÉVIO INDENIZADO PAGO A MENOR. DIFERENÇAS DEVIDAS. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO AFASTADA

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela empresa SINOR ELETRICIDADE LTDA contra sentença que que julgou procedentes em parte os pedidos formulados na presente ação coletiva e a condenou ao pagamento das diferenças de aviso prévio indenizado, com reflexos em Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de honorários advocatícios. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. As questões em discussão consistem em aferir: (i) se o sindicato detém legitimidade para propor a presente ação coletiva, levando em consideração a natureza dos direitos dos substituídos que estão sendo pretendidos; (ii) se há necessidade de se definir neste momento processual a forma de como a execução irá se processar, se coletiva ou individual; (iii) se é devido o pagamento das diferenças do aviso prévio indenizado aos empregados substituídos, na forma reconhecida na origem; (iv) se é possível a condenação do ente sindical ao pagamento de honorários de sucumbência. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Legitimidade ativa: a definição da natureza das pretensões trazidas a juízo, capaz de caracterizá-las como individuais homogêneas traduzem-se no fato constitutivo do direito vindicado, de modo que o sindicato, na qualidade de substituto processual, tem legitimidade para ajuizar ação pleiteando a tutela de direitos e interesses individuais homogêneos, provenientes de causa comum, que atingem o universo dos trabalhadores substituídos, capaz de distingui-los dos direitos metaindividuais. Nessa linha de raciocínio, para que um direito seja caracterizado como individual homogêneo, faz-se necessário que ele seja fundado em um bem divisível, refira-se a sujeitos determinados ou determináveis e que provenha de uma origem comum. No caso vertente, o sindicato recorrido postula o pagamento das diferenças do aviso prévio indenizado, relativamente aos trabalhadores constantes do rol de substituídos anexados aos autos tendo, inclusive, anexado os Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) de todos eles. Assim, pelo que se observa, é evidente que os trabalhadores substituídos terão direito divisível ao pagamento dessa parcela. Logo, considerando que a homogeneidade diz respeito ao direito, e não à sua quantifi-

cação, até porque direitos homogêneos não são direitos individuais idênticos. O fato de haver a necessidade de análise das particularidades de cada empregado não desnatura a homogeneidade dos direitos e, portanto, não afasta a legitimidade ativa do substituto processual. Rejeita-se, pois, a preliminar de ilegitimidade ativa do ente sindical. 4. Definição da forma de como a execução irá se processar: quanto à forma de como a execução deverá se processar, se de forma coletiva ou individual, tem-se que essa questão será resolvida pelo juízo da execução no momento processual adequado, após analisar se é viável para o Poder Judiciário e para as partes qual modalidade será adotada, pois, como sabemos, a execução individual somente se justifica nas hipóteses em que a execução coletiva se mostrar contrária ao interesse público, notadamente ao princípio constitucional processual da celeridade, o que não se observa no presente momento processual. Assim, revela-se descabida neste momento processual definir qual será a modalidade em que a execução irá ser processada. 5. Diferenças do aviso prévio indenizado: é cediço que, conforme dispõe a regra legal insculpida no § 1º do art. 487 da CLT, a base de cálculo do aviso prévio indenizado deve corresponder à remuneração integral do empregado, ou seja, o salário-base acrescido dos adicionais percebidos, bem assim da média das remunerações variáveis eventualmente recebidas. No caso dos autos, a prova documental acostada aos autos evidencia que empresa recorrente, empregadora dos substituídos, não observou a totalidade da remuneração dos trabalhadores para o cálculo do aviso prévio indenizado, desconsiderando o adicional de periculosidade e a gratificação de função. Nesse contexto, é de se concluir que todas as circunstâncias fáticas-probatórias foram correta e adequadamente analisadas pela magistrada sentenciante, razão pela qual entende-se que a decisão recorrida deve ser mantida por seus próprios fundamentos, eis que se encontra lastreada nas provas existentes nos autos e nos dispositivos legais que regem a questão posta, os quais foram correta e adequadamente interpretados. Nada a reformar, portanto. 6. Condenação do ente sindical ao pagamento de honorários de sucumbência: atuando o sindicato na condição de substituto processual, aplica-se, à espécie, o microssistema da tutela coletiva, na forma prevista pelo arts. 18 e 21 da Lei nº 7.347/85 e pelo art. 87 do Código de Defesa do Consumidor. A aplicação de tais dispositivos na seara trabalhista se dá por analogia, com base no art. 769 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e inciso III do art. 8º da Constituição da República Federativa de 1988 (CRFB/88). Ademais, de acordo com a atual e reiterada jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, havendo sucumbência do sindicato, sua condenação em honorários advocatícios está restrita à comprovação de má-fé. Nesse contexto, afasta-se a possibilidade de impor condenação ao sindicato demandante ao pagamento de honorários de sucumbência, dada a ausência de má-fé com o ajuizamento desta demanda. IV.

DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso ordinário conhecido e improvido.Teses de julgamento: 1. "De acordo com a jurisprudência, o art. 769 da CLT autoriza a se reconhecer que a atuação coletiva dos sindicatos está sujeita ao art. 87 do CDC e ao art. 18 da Lei nº 7.347/85, regras específicas de isenção das custas processuais para os sindicatos."2. "O direito ao pagamento de diferenças de verbas rescisórias possui natureza homogênea, sobretudo porque se encontra fundado em um bem divisível, refere-se a sujeitos determinados ou determináveis e provém de uma origem comum."3. "A atuação do sindicato para a defesa dos direitos dos trabalhadores da categoria, inclusive quanto a direitos individuais homogêneos, é legítima, podendo atuar como substituto processual."4. "A definição da forma de como a execução irá se processar, se de forma coletiva ou individual, será resolvida pelo juízo da execução no momento processual adequado, após analisar se é viável para o Poder Judiciário e para as partes qual modalidade será adotada."5. "A base de cálculo do aviso prévio indenizado deve corresponder à remuneração integral do empregado, ou seja, o salário-base acrescido dos adicionais percebidos, dentre eles o adicional de periculosidade e a gratificação de função."6. "A jurisprudência do C. TST está pacificada quanto à impossibilidade de condenação de sindicato que atua na condição de substituto processual, salvo comprovada má-fé, nos termos do que dispõem os artigos 18 da Lei nº 7.347 e 87 do CDC." Dispositivos relevantes citados: art. 87 do CDC; o art. 18 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85); art. 769 da CLT; inciso III do art. 8º da CRFB/88; III do artigo 81 do CDC; *caput* e § 3º do art. 791-A da CLT. Jurisprudência relevante citada: decisões jurisprudenciais oriundas do Colendo Tribunal Superior do Trabalho e deste Egrégio Sétimo Regional.

RECURSO ORDINÁRIO DO SINDICATODIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM PERCENTUAL. LIQUIDAÇÃO COM BASE NO VALOR QUE RESULTAR DA LIQUIDAÇÃO DO JULGADO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo SINDICATO DOSELETRICITÁRIOS DO CEARA contra a sentença que julgou procedentes em parte os pedidos veiculados na presente ação, condenando parte demandada ao pagamento das diferenças de aviso prévio indenizado, com reflexos em Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de honorários advocatícios arbitrados em R$ 3.000,00 (três mil reais). II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A única QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se, no caso em apreço, os honorários advocatícios devidos pela parte demandada devem ser fixados por arbitramento. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Após a instituição da reforma trabalhista, ocorrida por meio da Lei nº 13.467/2017, a verba honorária deverá ser fixada entre

o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa (*caput* do art. 791-A da CLT). Com efeito, os honorários de sucumbência somente devem ser fixados por arbitramento (ou apreciação equitativa) nas causas em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório, quando o valor da causa for muito baixo, ou quando não houver condenação em valor. Essa situação é uma exceção à regra geral de fixação em percentual, que se aplica em casos com valores expressivos de condenação ou proveito econômico. Assim, dá-se provimento ao recurso ordinário manejado pelo ente sindical para, sopesando os critérios constantes do § 2º do art. 791-A da CLT, fixar os honorários de sucumbência devidos pela parte demandada em 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor que resultar da liquidação da sentença. IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Recurso ordinário conhecido e provido. Tese de julgamento: 1. "A verba honorária deverá ser fixada entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa (*caput* do art. 791-A da CLT)." Dispositivos relevantes citados: *caput* e § 2º do art. 791-A da CLT. Jurisprudências relevantes citadas: não há.

Processo: 0000136-55.2025.5.07.0016 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RECLAMADA BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INÓPIA FINANCEIRA. INDEFERIDO

A afirmação de insuficiência de recursos da pessoa jurídica deve estar acompanhada de elementos que provem a miserabilidade econômica, presumindo-se verdadeira a alegação de insuficiência por mera declaração apenas quando pessoa natural. Ademais, o fato de estar em recuperação judicial não é suficiente, por si só, para o deferimento do pedido requestado. Desprovido.

CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO DEPOIMENTO PESSOAL DO RECLAMANTE. FACULDADE DO JUIZ. NÃO CONFIGURAÇÃO

O indeferimento do depoimento pessoal do reclamante, quando a prova é considerada desnecessária pelo juízo, não configura cerceamento de defesa, nos termos dos artigos 765 da CLT e 370 e 371 do CPC. Desprovido.

RESCISÃO INDIRETA. DESCUMPRIMENTO CONTUMAZ

DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. IRREGULARIDADE NO RECOLHIMENTO DO FGTS. CONFIGURAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO TÁCITO DE DEMISSÃO. TESE VINCULANTE 70 DO TST

Nos termos da Tese Vinculante 70 do TST, "A ausência ou irregularidade no recolhimento dos depósitos de FGTS caracteriza descumprimento de obrigação contratual, nos termos do art. 483, "d", da CLT, suficiente para configurar a rescisão indireta do contrato de trabalho, sendo desnecessário o requisito da imediatidade", pelo que se impõe a manutenção da sentença que reconheceu a falta cometida pela empregadora, com base no artigo 483, "d", da CLT e por conseguinte, declarou a rescisão indireta do contrato e condenou a reclamada ao pagamento das verbas rescisórias correspondentes. Desprovido.

ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INADIMPLÊNCIA DAS VERBAS SALARIAIS. PAGAMENTO DIRETO PELO TOMADOR DE SERVIÇOS. IRRELEVÂNCIA PARA A RESPONSABILIDADE DA EMPREGADORA

Nos termos do princípio da alteridade, cabe à empregadora suportar os riscos da atividade econômica, não podendo transferir essa responsabilidade ao tomador de serviços. A assunção do pagamento pelo ente público não afasta o inadimplemento da obrigação contratual pela primeira reclamada, sendo irrelevante para afastar o reconhecimento da rescisão indireta. Diante da inequívoca violação dos deveres contratuais por parte da reclamada (irregularidades no depósito do FGTS) restou reconhecida a rescisão indireta do contrato de trabalho. Desprovido.

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE.DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS E AUSÊNCIA DE DEPÓSITOS DO FGTS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ABALO EXTRAPATRIMONIAL. TESE VINCULANTE 143 DO TST. NÃO CONFIGURAÇÃO

A indenização por dano moral pressupõe a demonstração de lesão concreta aos direitos de personalidade do trabalhador. Quanto à matéria, o TST consolidou, no Tema 143, o entendimento de que o mero inadimplemento ou atraso nas obrigações decorrentes da rescisão do contrato de trabalho, tais como ausência ou o atraso na quitação das verbas rescisórias, não configura dano moral, sem que haja prova do efetivo prejuízo sofrido pelo empregado Inexistente nos autos demonstração de situação vexatória, humilhante ou degradante capaz de configurar dano moral indenizável, mantém-se a improcedência do pedido. Desprovido.

MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT. CONTROVÉRSIA ACERCA

DA MODALIDADE RESCISÓRIA. PENALIDADE INDEVIDA

Em relação à multa do artigo 467 da CLT, havendo controversa sobre a modalidade rescisória, tal penalidade não é devida, pelo que se mantém a sentença, neste tocante. Desprovido.

MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT. RESCISÃO INDIRETA RECONHECIDA EM JUÍZO. TESE VINCULANTE 52 DO TST. DEVIDA

Reconhecida a rescisão indireta do contrato de trabalho em razão do inadimplemento contratual por parte da empregadora, notadamente pela ausência de depósitos regulares do FGTS, é devido o pagamento das verbas rescisórias pertinentes à modalidade. Quanto à multa do art. 477, § 8º, da CLT, o TST consolidou, no Tema 52, que "Reconhecida em juízo a rescisão indireta do contrato de trabalho é devida a multa prevista no artigo 477, § 8º, da CLT". Assim, é devida a penalidade pela não quitação tempestiva das verbas rescisórias. Provido.

ANÁLISE CONJUNTA DOS RECURSOS DAS PARTES RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADOR DOS SERVIÇOS. ENTE PÚBLICO. FISCALIZAÇÃO. ÔNUS DA PROVA

Conforme entendimento jurisprudencial do TST, a responsabilidade subsidiária de um ente público em contratos de terceirização não é automática, devendo ser comprovada a culpa "*in vigilando*" do tomador.Quanto ao ônus da prova, o Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, Recurso Extraordinário (RE) 1298647, fixou a tese de que "Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada, se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pela parte autora, da efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público." No caso, a parte reclamante não comprovou a efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público, conforme determinação da Suprema Corte. Assim, merece mantida a sentença que não atribuiu a responsabilidade subsidiária do Ente Público. Desprovidos.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VERBA FIXADA EM DATA POSTERIOR AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARTIGO 6º DA LEI Nº 11.101/2005. SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE INDEVIDA

Os honorários advocatícios sucumbenciais foram fixados após o pedido de recuperação judicial, razão pela qual não se submetem aos efeitos suspensivos previstos no artigo 6º da Lei 11.101/2005. Recurso da primeira reclamada desprovido.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEMANDA AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ARTIGO 791-A DA CLT. REQUISITOS E PECULIARIDADES DO CASO. MAJORAÇÃO DEVIDA

Considerando os parâmetros do art. 791-A, § 2º, da CLT, especialmente a natureza da causa e o tempo despendido pelo patrono, revela-se adequada a majoração dos honorários advocatícios para 10% do valor liquidado, em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Recurso do reclamante parcialmente provido. Recurso ordinário da primeira reclamada conhecido e não provido. Recurso ordinário do reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000027-77.2025.5.07.0004 **Julg.: 10/12/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. JUSTIÇA GRATUITA. REQUERENTE PESSOA FÍSICA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. SÚMULA 463, TST

Para o requerente pessoa física, basta a declaração de hipossuficiência para que se considere provada a impossibilidade de pagar as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou da sua família - art. 790, § 4º, CLT, art. 99, § 3º, CPC e Súmula 463, TST. No caso, a reclamada apresentou a declaração em questão, e não houve contraprova da parte reclamante. Justiça gratuita deferida.

AVISO PRÉVIO. PEDIDO DE DEMISSÃO NÃO COMPROVADO

Não havendo prova do alegado pedido de demissão, ônus que competia à reclamada, dado princípio da continuidade da relação empregatícia, de se manter a sentença que deferiu o pagamento de aviso prévio

HORAS EXTRAS. PROVA DOS AUTOS

A sentença deslindou a controvérsia, nesse particular, pondo em relevo o regramento estabelecido na Lei Complementar 150/2015, art. 12, que estabelece o registro obrigatório do horário de trabalho do empregado doméstico - o que não restou demonstrado nos autos -, e o depoimento pessoal da própria reclamada, que confirmou, em parte, a jornada declinada na inicial. Sentença mantida.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERCENTUAL FIXADO

Levando-se em conta que os honorários advocatícios são fixados tendo-

se em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para o seu serviço (§ 2º do art. 791-A da CLT), o percentual de 15% (dez por cento) se mostra justo e razoável. Recurso conhecido, deferindo-se os benefícios da justiça gratuita, e, no mérito, improvido.

RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE. RSR. INÉPCIA. PEDIDO IMPLÍCITO. NÃO CONFIGURAÇÃO

Não há, na inicial, causa de pedir relativa ao pleito de repouso semanal remunerado, constando ali somente, inserida no rol de pedidos, a pretensão de pagamento de "DSR" no valor de R$ 5.169,85. E nem se cogita tratar-se tal pedido como se implícito fosse de reflexos das horas extras, já que, quanto a tais (reflexos), a reclamante expressamente os os especificou no no rol de pedidos da inicial.

ADICIONAL DE PRONTIDÃO

A circunstância de a empregada doméstica dormir no local de trabalho, não implica reconhecer que estivesse sob permanente prontidão, a espera de chamado do empregador para realizar seus afazeres, mormente no caso dos autos em que os membros do grupo familiar não demandam atenção em horário fora do expediente normal. Recurso conhecido e improvido.

Processo: 0000897-90.2023.5.07.0005 **Julg.: 01/07/2025**
Rel. Desemb.:Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE.PARTE QUE RESIDE EM DOMICÍLIO DIVERSO DAQUELE EM QUE TRAMITA A RECLAMAÇÃO. OPÇÃO PELO JUÍZO 100% DIGITAL. PLEITO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PARA A MODALIDADE DE TELEPRESENCIAL. ALEGATIVA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA PARA O DESLOCAMENTO. GARANTIA DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA.

O Código de Processual Civil, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho, prevê a realização de audiência por videoconferência, nos termos do artigo 236, § 3º, CPC e artigo. 385, § 3º, do CPC. Os referidos dispositivos garantem o direito da parte que residir em local diverso daquele em que tramita o processo de ter seu depoimento colhido por meio de videoconferência, de maneira que a realização da audiência telepresencial requerida pela parte hipossuficiente é uma forma de lhe garantir o acesso à

justiça com os meios e recursos a ela inerentes, princípio consagrado no art. 5º, XXXV e LV da Constituição Federal. Recurso ordinário da Reclamante conhecido e provido.

Processo: 0001269-74.2025.5.07.0003 **Julg.: 03/12/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

I - RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS LEGITIMIDADE PASSIVA

A ação é o pedido imediato, formulado contra o Estado, enquanto que o pedido contra a reclamada, referente à providência de direito material que se pretende aplicar, em caso de sucesso, é o pedido mediato. A sentença, pois, está correta ao reconhecer a legitimidade do polo passivo, pois somente a pessoa jurídica apontada como responsável civil, no caso, o Banco Santander do Brasil, pode defender-se do dano a ele imputado como causador.GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Patente a existência de grupo econômico entre o Banco Santander e a Santander Corretora de Seguros, nos moldes do disposto no art. 2°, § 2° e § 3° da CLT, havendo, claramente, a demonstração de interesse integrado entre as empresas, uma vez que o Banco Santander é proprietário do crédito negociado pela Santander Corretora.

IMPUGNAÇÃO AOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITACONCEDIDOS AO RECLAMANTE. IMPROVIDO

O critério estabelecido no § 3º do art. 790 (parte obreira perceber salário até 40% do RGPS) é apenas um parâmetro objetivo fixado pelo legislador, porém a legislação não veda que seja deferida a justiça gratuita em outras hipóteses, desde que haja prova da hipossuficiência. E, no caso, a declaração de pobreza, constante nos autos, é considerada meio de prova da hipossuficiência da declarante pessoa física (art. 1º da Lei 7.115/1983; art. 99, § 3º, do CPC; Súmula 463, I, do TST), atendendo à exigência do art. 790, § 4º, da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017.

II - RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTEPERÍCIA CONTÁBIL. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA

Do exame dos autos, tem-se que, para delimitação do convencimento do juiz na fase cognitiva inicial, a realização de perícia contábil não mostra(u)-se imprescindível, ressaltando-se que a prova documental acostada aos autos, bem como os depoimentos (pessoais e testemunhais) colhidos na instrução processual permitiram extrair a conclusão sentencial. Ademais, compreende-se que a veracidade, ou não, das alegações autorais (alterações lesivas existentes

no sistema de remuneração variável), pode ser revelada a partir do arcabouço probatório confeccionado - considerado suficiente e apto ao esclarecimento dos fatos, de forma a possibilitar, desta feita, a formação do livre convencimento motivado do Julgador. Inclusive, tem-se conhecimento que, em vários processos semelhantes ao presente, nos quais se realizou aludida perícia, tal prova apresentou resultado "inconclusivo", não sendo apta, portanto, a deslindar o pretendido pelo demandante.

PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO - PNMPO. REGULARIDADE. NÃO ENQUADRAMENTO COMO BANCÁRIO OU FINANCIÁRIO

Evidencia-se, da prova oral, que o trabalho do autor era estritamente técnico, inserindo e encaminhando propostas de crédito, não realizando a efetivação da operação. As atribuições do reclamante, portanto, envolviam a coleta/conferência da documentação necessária para a realização do empréstimo e, como se percebe, estavam inseridas dentro do âmbito legítimo de atuação da instituição de microcrédito produtivo orientado. Não há, pois, como enquadrar o reclamante como bancário e/ou financiário, não fazendo jus o mesmo aos créditos daí decorrentes. DIFERENÇAS REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. A prática da instituição reclamada, de fixação, como um dos parâmetros para o pagamento da remuneração variável, do critério da inadimplência dos clientes, sugere a transferência dos riscos do empreendimento para o obreiro, a impactar de maneira negativa o alcance das comissões mensais, o que se reputa ilegal, por afronta ao art. 2º da CLT. Em atenção ao princípio da aptidão para a prova, sendo certo que as regras atinentes à remuneração devem ser claras e objetivas quanto à fixação dos direitos, e como depreende-se dos autos, não se divisa elementos/documentos/esclarecimentos capazes de denotar a ausência de alteração lesiva quanto aos critérios de cálculo da remuneração variável, o insucesso do pleito autoral, não merece prevalecer, quanto às diferenças salariais perquiridas. Desta feita, levando-se em consideração o que restou configurado, devem ser deferidas as diferenças da parcela SRV/RV, nos meses em que não houve pagamento da parcela variável, devendo ser calculados com base na média dos 12 (doze) meses anteriores, já que não é lícito a fixação por presunção, na hipótese dos autos. FGTS. BASE DE CÁLCULO. O artigo 15º da Lei 8036/90 determina que o FGTS deve ser calculado sobre a remuneração total do trabalhador (incluindo, portanto, os reflexos). Nesse sentido, o atual entendimento do TST é o de que o recolhimento de FGTS, por decorrer de imposição legal, deve ser realizado sobre a totalidade dos valores remuneratórios objeto da condenação, inclusive quando deferidos na forma de reflexos e ainda que não conste expressamente do título executivo.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO

O TST, através da SDI-I, fixou o entendimento de que os honorários advocatícios devem ser calculados sobre o valor da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, sem a dedução dos descontos fiscais e previdenciários atinentes ao Reclamante, excluída a cota-parte do empregador. Nesse sentido, entende a SDI-1 que a destinatária da cota patronal será a União, sendo calculada à parte do montante executado, nos termos do art. 114, VIII, da CF.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL ARBITRADO

Analisando-se os parâmetros constantes nos incisos do art. 791-A da CLT, para fins de definição do percentual a ser arbitrado a título de honorários advocatícios sucumbenciais, verifica-se ser mais consentâneo com o presente processo, o percentual de 15%, haja vista sua complexidade e o fato de estar em grau recursal, com recursos de ambas as partes.

III - ANÁLISE CONJUNTA DOS RECURSOS.HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ATIVIDADE EXTERNA CONTROLE DE JORNADA. INAPLICABILIDADE DO ART. 62, INC. I, DA CLT

Constatada a possibilidade de fiscalização do trabalho realizado fora do ambiente da empresa, afasta-se a benesse do art. 62, inc. I, da CLT, competindo ao empregador exercer efetiva monitoração dos horários cumpridos pelo empregado. No caso corrente, constatou-se que a prestação de serviços do autor esteve cercada de elementos que viabilizariam à ré a possibilidade de acompanhamento do horário de trabalho cumprido pelo promovente, mostrando-se devidas as horas extras postuladas. No que tange ao intervalo intrajornada, todavia, não há prova, ou sequer alegação, de que a empresa exigisse, ou controlasse, o horário de almoço do obreiro, visto que a atividade do autor era prestada fora das dependências do empregador. Assim sendo, cabia ao próprio empregado gozar o seu intervalo de 1h para repouso e alimentação

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. UTILIZAÇÃO DE MOTOCICLETA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES LABORAIS

O art. 193, § 4º, da CLT estabelece, como fato gerador do pagamento do adicional de periculosidade, o exercício de atividade laboral em motocicleta. A vontade do legislador não foi a de assegurar ao trabalhador o adicional pelo só fato de usar motocicleta em seus deslocamentos, mesmo durante a jornada de trabalho, mas àquele trabalhador em que esse uso seja ínsito à própria atividade, em condições semelhantes às que ocorrem com os motoboys, mototaxistas, moto-frete, motoqueiros-entregadores em geral, em relação aos quais o uso da motocicleta é uma exigência contínua. Ocorre que, além dos efeitos da revelia

aplicada a ex empregadora da autora, do contexto fático probatório dos autos, conclui-se que a esta não era factível a possibilidade de escolha/substituição do uso de motocicleta por qualquer outro meio de transporte (seja particular ou público), para a execução dos seus serviços profissionais, demandando a utilização permanente de moto. Entende-se devido, portanto, dada as particularidades do caso, o adicional de periculosidade, com amparo no art. 193, § 1º, da CLT. Por outro lado, quanto ao apelo da reclamante, alusivo ao fato de que o adicional de periculosidade também deve incidir sobre as comissões, verbas de caráter variável, tem-se que razão lhe assiste. É que da interpretação do art. 193 da CLT, c/c art. 457, também da CLT, assim como do contido no verbete sumular nº 191 do TST, depreende-se que, de fato, deve haver a integração das comissões na base de cálculo do adicional de periculosidade. Assim, dá-se provimento ao pleito do reclamante, para declarar que o cômputo do percentual do adicional de periculosidade deferido incida sobre o seu salário base, compreendendo a parte fixa e a parte variável.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. BASE DE CÁLCULO

A prova testemunhal evidenciou a inviabilidade de os agentes de microcrédito, com a grande quantidade de visitas que tinham a realizar por dia e as metas necessárias para o recebimento da remuneração variável, deslocarem-se por meio de transporte diverso da moto, sendo ela necessária à execução de suas atividades. Daí, não se aplica ao autor a excludente do anexo V, na medida que a utilização de motocicleta se dava de forma diária para consecução do desiderato previsto em contrato de trabalho. Quanto ao apelo do reclamante, alusivo ao fato de que o adicional de periculosidade também deve incidir sobre a remuneração variável, depreende-se que, de fato, deve haver a integração das comissões na base de cálculo do adicional de periculosidade, na esteira do que dispõe o art. 193 c/c art. 457, da CLT, assim como do contido no verbete sumular nº 191 do TST. Ademais, deve ainda incidir reflexos do adicional deferido em horas extras.

HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. CONDENAÇÃO. DECISÃO DO STF INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5.766, realizado em 20.10.2021, conforme divulgado na ocasião, declarou a inconstitucionalidade, dentre outros, do § 4º, do art. 791-A da CLT. Considerou que o dispositivo apresentava obstáculos à efetiva aplicação da previsão constitucional de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal), bem assim vulneraria a garantia constitucional de acesso à justiça, prevista no art. 5º, inc. XXXV, da Carta Magna ("a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"). No entanto, quando da publicação do acórdão, em 03/05/2022, a deci-

são do STF foi formalizada contendo o que este julgador considera como uma alteração substancial, pois passou a constar a expressão "nos termos do voto do Ministro ALEXANDRE DE MORAES" que não constava da decisão inicialmente divulgada. Em seu voto, o mencionado Ministro conclui por declarar a inconstitucionalidade somente da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", constante do § 4º do art. 791-A. Após o julgamento de embargos de declaração, cuja decisão transitou em julgado aos 04/08/2022, restou esclarecido que a inconstitucionalidade, realmente, era somente em relação a tal expressão, tal como pedido na petição inicial da ADI 5766. E é essa a decisão a ser cumprida. Recursos ordinários de ambas as partes conhecidos e parcialmente providos.

Processo: 0001561-22.2023.5.07.0038 **Julg.: 02/07/2025**
Rel. Desemb.:Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA PRELIMINAR. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REFLEXOS DE VERBAS TRABALHISTAS. TEMA 1.166 DO STF.

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demanda na qual o pedido de diferenças de complementação de aposentadoria decorre diretamente do reconhecimento e extensão de verbas de natureza trabalhista (reajuste salarial disfarçado de "avanço de nível" previsto em norma coletiva) e dos seus reflexos nas contribuições e no cálculo do benefício. A matéria se insere no âmbito do Tema 1.166 da Repercussão Geral do STF e não no Tema 190, restrito a discussões sobre o regulamento do plano de benefícios sem vínculo com obrigações trabalhistas inadimplidas. Preliminar rejeitada.

PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA EX-EMPREGADORA (PETROBRÁS). TEORIA DA ASSERÇÃO

A ex-empregadora detém legitimidade passiva para responder pela demanda, uma vez que a pretensão de diferenças na complementação de aposentadoria decorre de ato a ela imputado - a celebração de norma coletiva que teria sonegado reajuste salarial (avanço de nível) e, consequentemente, afetado a base de cálculo da contribuição. A legitimidade é aferida em abstrato pela narrativa da inicial (Teoria da Asserção). Preliminar rejeitada.

PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS

DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO PARCIAL. SÚMULA Nº 327 DO TST

Em se tratando de diferenças de complementação de aposentadoria por descumprimento de norma regulamentar (paridade), a lesão se renova mês a mês, aplicando-se a prescrição parcial/quinquenal, conforme o entendimento pacificado na Súmula nº 327 do TST. Afasta-se a tese de prescrição total do direito. Prejudicial de mérito rejeitada.

MÉRITO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. "AVANÇO DE NÍVEL" CONCEDIDO A EMPREGADOS DA ATIVA. NATUREZA JURÍDICA DE REAJUSTE SALARIAL GERAL. EXTENSÃO A APOSENTADOS E PENSIONISTAS. PARIDADE (ART. 41 DO REGULAMENTO PETROS)

A concessão de "avanço de nível" em Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) de forma geral e indistinta a todos os empregados da ativa, desvinculada de critérios de merecimento ou desempenho, possui inegável natureza jurídica de reajuste geral de salários. Em respeito ao princípio da isonomia e à regra da paridade assegurada pelo artigo 41 do Regulamento do Plano de Benefícios da PETROS, tal reajuste deve ser estendido aos aposentados e pensionistas, com o pagamento das diferenças na complementação e o consequente repasse das contribuições devidas à entidade de previdência. Inaplicabilidade do Tema 1.046 do STF, pois a discussão versa sobre a natureza jurídica da parcela e a observância de norma regulamentar (paridade) incorporada ao contrato. Entendimento pacificado na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 62 da SDI-1 do TST. Sentença mantida.

Processo: 0001009-94.2025.5.07.0003 **Julg.: 03/12/2025**
Rel. Desemb.: Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DE RECLAMADA.DOENÇA DEGENERATIVA AGRAVADA PELO TRABALHO. LAUDO PERICIAL VÁLIDO. NÃO PROVIMENTO

O laudo pericial é instrumento técnico-científico de constatação, apto a demonstrar a veracidade de determinadas situações fáticas relacionadas às alegações das partes, e a sua conclusão somente pode ser infirmada por prova robusta em sentido contrário. Embora o julgador não esteja adstrito ao laudo (artigo 479 do CPC), ele deve ser prestigiado se não há dúvida quanto à idoneidade e à capacitação do perito. Desprovido.

DANO MORAL. CONCAUSA E OMISSÃO PATRONAL

A concausa, mesmo sem incapacidade atestada, aliada à omissão do empregador em adotar medidas de segurança e prevenção de acidentes, corrobora a conduta omissiva e gera o dever de indenizar o dano moral decorrente do comprometimento da saúde do obreiro. Desprovido.

VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MANUTENÇÃO

O valor da indenização por danos morais deve ser arbitrado observando a gravidade e extensão da lesão, a reprovabilidade do ato lesivo e o caráter pedagógico da condenação, com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, mostrando-se adequado o valor fixado pelo juízo de origem (R$20.000,00). Desprovido.

Processo: 0000442-31.2024.5.07.0025 **Julg.: 17/12/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. DISPENSA POR JUSTA CAUSA. MOTORISTA PROFISSIONAL. USO DE CELULAR AO VOLANTE. MAU PROCEDIMENTO. PROPORCIONALIDADE DA PENA. HISTÓRICO DISCIPLINAR. HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pelo reclamante contra sentença que validou sua dispensa por justa causa, em razão do manuseio de celular ao volante, e julgou improcedentes os pedidos de horas extras e de responsabilidade subsidiária. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 (duas) questões centrais em discussão: (i) definir se a conduta de motorista profissional que manuseia celular enquanto dirige, somada ao seu histórico disciplinar, configura falta grave apta a justificar a dispensa por justa causa por mau procedimento; e (ii) estabelecer se planilha de cálculos elaborada unilateralmente pelo empregado é prova suficiente para desconstituir a presunção de veracidade dos controles de ponto e demonstrar a existência de horas extras não pagas. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A conduta de motorista profissional que manuseia aparelho celular enquanto dirige veículo em movimento representa falta de natureza gravíssima, pois viola deveres contratuais de diligência e segurança, expondo a risco a si, a terceiros e ao patrimônio do empregador, caracterizando o mau procedimento previsto no art. 482, 'b', da CLT. 4. A existência de histórico disciplinar com sanções anteriores por outras infrações de segurança demonstra a reiteração de condutas incompatíveis com a função e afasta a alegação de desproporcionalidade da pena máxima, tornando a dispensa por justa causa uma medida adequada à gravidade e ao contexto contratuaL. 5. A juntada de controles de ponto com horários variáveis pela reclamada transfere ao

reclamante o ônus de provar sua invalidade, nos termos da Súmula nº 338 do TST. Planilha de apuração unilateral, por não se equiparar à prova pericial, é insuficiente para desincumbir o empregado de seu encargo probatório. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento:Configura justa causa por mau procedimento, nos termos do art. 482, 'b', da CLT, a conduta de motorista profissional que manuseia deliberadamente celular ao volante, sendo a penalidade proporcional quando o ato se soma a um histórico de sanções disciplinares que evidencia a quebra da fidúcia contratual.Planilha de cálculo elaborada unilateralmente pelo empregado, ainda que em sistema judicial, não constitui, por si só, prova hábil a desconstituir a presunção de veracidade dos controles de jornada apresentados pelo empregador.Dispositivos relevantes citados:CLT, art. 482, 'b', e art. 818, II. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 338.

Processo: 0000088-42.2025.5.07.0034 **Julg.: 24/09/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DO EMPREGADOR DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RITO SUMARÍSSIMO.COMISSÕES. PAGAMENTO DE VALORES "POR FORA". ÔNUS DA PROVA. APLICAÇÃO DA TÉCNICA PER RELATIONEM.

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo empregador LEAN WAY SOLUTION CONSULTORIA - EIRELI contra a sentença que reconheceu o pagamento de comissões "por fora" e determinou a repercussão dessas parcelas nas verbas rescisórias. A recorrente sustenta que os valores mencionados pelo reclamante correspondem, na realidade, a prêmios concedidos pela empresa, consistentes em bônus de produtividade, assiduidade e pontualidade, não se tratando, portanto, de parcelas de natureza salarial. Invoca, para tanto, o disposto no § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), segundo o qual tais valores não integram a remuneração do empregado. Ao final, requer a reavaliação das provas constantes dos autos, com destaque para o depoimento pessoal do reclamante colhido em audiência instrutória, bem como para os testemunhos produzidos, que, segundo alega, corroboram sua tese defensiva. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em definir se há prova suficiente para comprovar o pagamento de comissões além do salário registrado, considerando a distribuição do ônus da prova e a validade dos meios de prova apresentados. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O ônus da prova acerca do pagamento de comissões "por fora" recai sobre a parte que alega

a existência dessas verbas, ou seja, sobre a reclamante. A sentença de primeiro grau entendeu que os extratos bancários apresentados pelo obreiro não deixam dúvidas quanto à existência de pagamentos realizados fora dos recibos oficiais. Concluiu, ainda, que a prova oral demonstrou a inexistência de qualquer sistema de metas vinculado ao contrato de trabalho, evidenciando que os valores pagos "por fora" tinham como único critério a assiduidade do empregado. Dessa forma, não restou comprovado o requisito previsto no § 4º do art. 457 da CLT, relativo ao desempenho superior ao ordinariamente esperado, uma vez que a assiduidade constitui obrigação inerente ao contrato de trabalho e não se enquadra no conceito de desempenho extraordinário. Ademais, o depoimento da testemunha corrobora a existência de pagamentos de comissões além das registradas, relatando um acordo entre a diretoria da empresa e os empregados para pagamento parcial "por fora". 4. A decisão adotou a técnica per relationem, ao confirmar e incorporar os fundamentos da sentença de primeiro grau. Esta, por sua vez, analisou adequadamente as provas constantes dos autos, considerando os documentos apresentados pela reclamante e o depoimento testemunhal. A utilização da técnica per relationem, desde que faça expressa referência aos fundamentos da decisão anterior, atende ao dever constitucional de fundamentação das decisões judiciais, preservando os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso ordinário improvido.Tese de julgamento: "1. A existência de provas suficientes, como extratos bancários e depoimentos testemunhais, autorizam o reconhecimento de pagamento de comissões "por fora", mesmo com o ônus da prova cabendo à reclamante. 2. A técnica per relationem, empregada com a devida referência aos fundamentos da decisão de primeiro grau, é adequada para atender ao requisito da fundamentação e não configura negativa de prestação jurisdicional." Dispositivos relevantes citados: inciso IX do artigo 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88); inciso III do § 1º do art. 895 da CLT; inciso IV do § 1º do art. 895 da CLT; § 2º do art. 457 da CLT; § 4º do art. 71 da CLT. Jurisprudência relevante citada: RE 1494559 AgR, Min. Alelxandre de Moraes, j. em 1/7/2024. Ag-AIRR-11898-23.2015.5.18.0013, Min. Liana Chaib, DEJT 6/2/2025). ARR-1001102-67.2016.5.02.0432, Min. Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 21/1/2025.

RECURSO ORDINÁRIO DO TRABALHADORDIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. RITO SUMARÍSSIMO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INTERVALO INTRAJORNADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AFASTAMENTO. REDUÇÃO DO PERCENTUAL. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO. APLICAÇÃO DA TÉCNICA PER RELATIONEM

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos de adicional de insalubridade e pagamento de hora extra por não usufruto de intervalo intrajornada, e fixou honorários sucumbenciais recíprocos em desfavor do obreiro em 10%. 2. Em síntese, o recorrente sustenta:(i) Adicional de insalubridade: que o laudo pericial é questionável devido à conclusão de que a insalubridade foi neutralizada por Equipamentos de Proteção Individual (EPI), o que é absurdo, especialmente com agentes de grau máximo e cancerígenos. Os EPIs eram de baixa qualidade, ineficazes e se deterioravam rapidamente, como as luvas que se rasgavam. Alega que o macacão não impedia a penetração de agentes químicos na pele, e que além disso, o controle e a reposição dos EPIs eram precários, e a neutralização total da insalubridade, especialmente para agentes cancerígenos como o formaldeído, é cientificamente impossível e questionável. Requer que se reconheça o direito ao adicional de insalubridade, em grau máximo, considerando a exposição contínua a agentes químicos altamente tóxicos e o uso ineficiente de EPIs.(ii) Intervalo intrajornada: que o intervalo era parcialmente concedido ou interrompido pela chefia e que assim não usufruía uma hora completa de intervalo para refeição e descanso. Alega que em várias ocasiões, retornava às atividades antes de completar o tempo mínimo de descanso devido à demanda de produção e prazos curtos, e por este motivo requer o pagamento de 1 (uma) hora extra diária (com adicional de 50%) a título indenizatório, pelos dias em que o intervalo não foi concedido integralmente.(iii) Honorários advocatícios: que seja reformada a sentença para afastar integralmente a condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais recíprocos ao trabalhador. Defende que, sendo hipossuficiente e beneficiário da gratuidade, não pode ser condenado a pagar honorários de sucumbência, ou caso mantida a condenação, que o percentual seja reduzido ao mínimo legal (5%), em observância ao princípio da razoabilidade e à condição econômica do trabalhador. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3. As questões em discussão consistem em saber: (i) se o recorrente tem direito ao adicional de insalubridade, considerando o contato com agentes químicos e a eficácia dos EPIs fornecidos; (ii) se o recorrente tem direito ao pagamento de 1 (uma) hora extra diária (com adicional de 50%) a título indenizatório, pelos dias em que o intervalo não foi concedido integralmente; (iii) sobre a possibilidade de afastar a condenação à parte obreira, beneficiária da gratuidade da justiça, ao pagamento de honorários de sucumbência recíprocos (10%) ou de redução ao patamar mínimo de 5%. III. RAZÕES DE DECIDIR 4. Quanto ao adicional de insalubridade, a prova pericial realizada nos autos concluiu que as atividades desempenhadas pelo reclamante estavam submetidas a condições técnicas potencialmente insalubres. Contudo, restou igualmente comprovado que tais condições foram neutralizadas pelo uso adequado dos EPIs fornecidos pela reclamada. Diante da comprovação da eficácia dos equipamentos de proteção, afasta-se a obrigação de pagamento do adicional de insalubridade, uma vez que a neutralização dos agentes nocivos descaracteriza o

direito ao referido adicional. Assim, inexistindo elementos probatórios capazes de infirmar as conclusões técnicas do laudo pericial - prova esta de natureza robusta e imparcial -, mantém-se a sentença de origem que julgou improcedente o pedido de adicional de insalubridade. 5. Quanto ao intervalo intrajornada, a prova oral colhida em audiência demonstrou que todos os empregados dispunham regularmente do intervalo de uma hora destinado à refeição e descanso. Destaca-se, nesse sentido, o depoimento da testemunha indicada pelo reclamante, que declarou: "o intervalo era tirado lá dentro da fábrica, no refeitório, mas também havia uma área de lazer onde poderia ficar e que era uma hora de intervalo para todo mundo." Ademais, os registros de ponto juntados aos autos (ID. d70429 - fls. 563 e ss.) evidenciam a pré-assinalação do intervalo intrajornada. Assim, considerando a coerência entre os depoimentos testemunhais e os controles de jornada apresentados, conclui-se que o reclamante usufruía integralmente o período mínimo legal de intervalo intrajornada, razão pela qual não há falar em pagamento de horas extras a esse título. 6. Quanto aos honorários advocatícios, não se vislumbra a possibilidade de acolher o pedido recursal para afastar integralmente a condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais recíprocos ao trabalhador ou de redução do percentual fixado em sentença de primeiro grau, notadamente porque, o patamar deferido atende plenamente aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de estar em plena consonância com os requisitos descritos no § 2º do art. 791-A da Consolidação das Lei do Trabalho (CLT). Sabe-se que a declaração de inconstitucionalidade do § 4º do art. 791-A da CLT alcançou somente a expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa". Assim sendo, revela-se plenamente cabível a condenação da parte beneficiária da justiça gratuita em honorários advocatícios sucumbenciais, devendo, contudo, a sua exigibilidade permanecer suspensa nos 2 (dois) anos subsequentes ao trânsito em julgado, ressalvada a hipótese de o credor, nesse interregno, comprovar, efetivamente, que a condição de vulnerabilidade do trabalhador restou afastada. Pelo exposto, mantenho a fixação de honorários de sucumbência a cargo da parte obreira, no percentual de 10% sobre os valores dos pedidos julgados improcedentes, cuja quantia deverá permanecer sob condição suspensiva de exigibilidade, na forma acima registrada. 7. No presente caso, a decisão de 1º grau de jurisdição analisou adequadamente as questões suscitadas e se fundamentou no conjunto probatório, motivo pelo qual seus fundamentos devem ser ratificados, aplicando-se a técnica da motivação per relationem. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Recurso ordinário improvido.Tese de julgamento: "1. Inexistindo condições técnicas de insalubridade, ou estando a insalubridade neutralizada por meio de EPIs, não há direito ao adicional. 2. Comprovado, por meio de prova oral e documental, que o reclamante usufruía integralmente o intervalo intrajornada mínimo de uma hora, não há que se falar em condenação ao pagamento de horas extras a esse título. 3. De acordo com o entendimento firmado pelo Excelso

Supremo Tribunal Federal (E. STF) no julgamento da Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5766, é plenamente possível impor condenação da parte beneficiária da gratuidade de justiça ao pagamento de honorários sucumbenciais. 4. A fundamentação per relationem é técnica válida de motivação das decisões judiciais, desde que os fundamentos adotados sejam expressamente indicados e acessíveis às partes." Dispositivos relevantes citados: inciso IX do artigo 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88); inciso III do § 1º do art. 895 da CLT; inciso IV do § 1º do art. 895 da CLT; § 2º do art. 457 da CLT; § 4º do art. 71 da CLT; Jurisprudência relevante citada: RE 1494559 AgR, Min. Alelxandre de Moraes, j. em 1/7/2024. Ag-AIRR-11898-23.2015.5.18.0013, Min. Liana Chaib, DEJT 6/2/2025). ARR-1001102-67.2016.5.02.0432, Min. Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 21/1/2025.

Processo: 0001138-34.2024.5.07.0036 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DO MUNICÍPIO DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL. INOCORRÊNCIA. NULIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REMOÇÃO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA À RECLAMANTE. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO DO PERCENTUAL FIXADO NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA contra a sentença que julgou procedente em parte os pedidos veiculados nesta ação, reconhecendo a nulidade do procedimento administrativo de remoção da obreira e, por conseguinte, determinando o seu retorno à unidade escolar de origem. 2. Em sede de contrarrazões, a recorrida suscita preliminar de não conhecimento do recurso por ausência de dialeticidade recursal, mediante a afirmativa de que não houve impugnação específica aos termos da sentença. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 3. Há 4 questões em discussão: (i) aferir se há possibilidade de acolhimento da preliminar de ausência de dialeticidade recursal, suscitada pela recorrida; (ii) verificar se o procedimento administrativo que ensejou a remoção da obreira seguiu os ditames legais; (iii) analisar se a recorrida é mere-

cedora da gratuidade de justiça; e (iv) decidir sobre a possibilidade de redução do percentual dos honorários de sucumbência fixado na origem. III. RAZÕES DE DECIDIR 4. Rejeita-se a preliminar de ausência de dialeticidade, porquanto vê-se que o conteúdo da peça recursal apresenta de forma satisfatória os motivos pelos quais o obreiro entende que a sentença a quo deve ser reformada em pontos específicos. 5. Extrai-se dos autos que a remoção da obreira decorreu de interesse da Administração, sendo, portanto, de ofício. Da análise das peças do procedimento administrativo, verifica-se que ele foi instaurado, de ofício, com o objetivo de formalizar a remoção da recorrida, sob a justificativa de ampliação de carga horária da mesma para 200 horas/aula mensais decorrente de determinação judicial e esta se encontrar sem lotação para o número de horas/aula ampliadas, bem assim da necessidade de servidor na unidade escolar para a qual ocorreu a remoção. Ocorre que o mencionado procedimento administrativo não permitiu à recorrida o exercício do contraditório e da ampla defesa, na forma prevista pela Lei Municipal nº 387/2017. A recorrida somente foi comunicada de sua remoção por meio da carta de apresentação, não havendo prova de que tenha sido formalmente cientificada dos atos administrativos praticados. Por ilação, mantém-se incólume a decisão que reconheceu a nulidade do procedimento administrativo de remoção, por violação aos princípios da legalidade, do contraditório e da ampla defesa e, por conseguinte, determinou o retorno da recorrida à unidade escolar de origem. Mantém-se, também, a tutela provisória de urgência concedida nos exatos termos em que fora deferida, inclusive no tocante aos valores das astreintes previstas em caso de descumprimento. 6. Ainda que a recorrida receba salário mensal em valor superior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, tem-se que fora juntada aos autos declaração de hipossuficiência econômica, não tendo a empresa apresentado qualquer documento capaz de, sequer, confrontá-la. Além do mais, em decisão recente, o Pleno do Colendo Tribunal Superior do Trabalho admitiu, por maioria, que a simples declaração de pobreza pode ser considerada como comprovação de insuficiência de recursos para ter acesso à justiça gratuita. Essa tese foi firmada no Incidente de Julgamento de Recurso de Revista e de Embargos Repetitivos nº 277-83.2020.5.09.0084 (Tema nº 21). 7. Descabida a pretensão recursal de redução do percentual fixado a título de honorários de sucumbência na forma requerida pela empresa recorrente, notadamente porque, a quantia fixada atende plenamente aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de estar em plena consonância com os requisitos descritos no § 2º do art. 791-A Celetizado. IV. DISPOSITIVO E TESE 8. Preliminar rejeitada. Recurso ordinário conhecido e improvido.Teses de julgamento: 1. "Havendo na peça recursal exposição de motivos pelos quais a parte recorrente entenda que a sentença deve ser reformada, há de se reconhecer que não existe

ofensa ao princípio da dialeticidade, a ponto de cercear o direito de o recorrente ver conhecido e apreciado o recurso ordinário por ele interposto."2. "Havendo desobediência ao procedimento legal previsto, é de se reconhecer a nulidade do procedimento administrativo de remoção, por violação aos princípios da legalidade, do contraditório e da ampla defesa, sendo devido o retorno do servidor à unidade de origem."3. "A declaração de hipossuficiência econômica firmada nos termos do item I da Súmula nº 463 do C. TST constitui-se como prova suficiente para o deferimento do benefício da gratuidade de justiça, sobretudo quando não desqualificada pela parte adversa."4. "Descabida a pretensão de redução do percentual fixado a título de honorários de sucumbência, quando fixado em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e em conformidade com os requisitos descritos no § 2º do art. 791-A Celetizado." Dispositivos relevantes citados: inciso III do art. 932, incisos II e III do art. 1.010 e § 1º do art. 1.013, todos do CPC; § § 3° e 4° do art. 790 da CLT; Lei Municipal nº 387/2017; inciso IX do art. 93 da CRFB/88; § 2º do art. 791-A da CLT. Jurisprudência relevante citada: Súmulas nº 393 e 422, ambas do C. TST; IncJulgRREmbRep nº 277-83.2020.5.09.0084 - Tema nº 21 do C. TST; item I da Súmula nº 463 do C. TST; decisões jurisprudenciais oriundas do Excelso Supremo Tribunal Federal e do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTEDIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VERBA DEVIDA

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela reclamante contra a sentença que, embora tenha reconhecido a nulidade da sua remoção, julgou improcedente o pedido de pagamento de indenização por danos morais. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A única QUESTÃO EM DISCUSSÃO consiste em aferir se resta caracterizado o dever de reparação moral, em razão do reconhecimento da nulidade do ato administrativo que ensejou a remoção da obreira. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Conforme minuciosamente analisado, concebe-se que os atos ilícitos decorrentes da relação de trabalho (nexo causal), a ilegalidade da remoção da reclamante/recorrente, causando-lhe aflição, insegurança e sofrimento psicológico, implicaram humilhações capazes de abalar a sua honra subjetiva (dano), restando, portanto, configurada a tríade necessária para caracterização do dever de reparação. Assim, tem-se que, no caso dos autos, ainda que se desconsidere comprovada a motivação política para a remoção, tem-se que a imposição ilegal para a recorrente exercer suas atividades em unidade escolar localizada na zona rural do município importou em vulneração à integridade psicológica e à honra da empregada, causando grave prejuízo, tanto de ordem material quanto de ordem moral. Assim, revela-

se devida a reparação pretendida, restando definir o quantum devido. 4. Com efeito, o valor da indenização por danos morais deve ser fixado de acordo com o princípio da reparação integral previsto no inciso V do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo o qual a reparação deve ser a mais ampla possível, abrangendo, efetivamente, todos os danos causados. Outro fundamento legal a ser observado para fixação do valor devido é o art. 944 do Código Civil, através do qual o legislador buscou apresentar o critério para essa quantificação, ao dispor que "a indenização mede-se pela extensão do dano." Por um lado, a compensação a ser deferida pelo dano deverá levar em consideração o caráter punitivo em relação ao empregador e, por outro, o caráter compensatório em relação ao empregado. Entretanto, deve-se evitar que o valor arbitrado culmine em enriquecimento sem causa do ofendido, mas também que seja expressivo a ponto de representar uma punição ao ofensor. Assim, considerando a natureza, a gravidade e a repercussão do evento, a capacidade econômica do recorrido e ainda a finalidade pedagógica da indenização e, tendo em vista a observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e todas as demais circunstâncias em que envolvem a situação, com fulcro no parágrafo único do art. 8º da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o art. 186 e parágrafo único do art. 927, ambos do Código Civil Brasileiro, condeno o Município recorrido ao pagamento de indenização por danos morais fixados em R$ 10.000,00 (dez mil reais), por entender que esse importe se revela justo e razoável para reparar o prejuízo moral por ele sofrido. IV. DISPOSITIVO E TESE 5. Recurso ordinário conhecido e provido.Teses de julgamento: 1. "Havendo comprovação do ato ilícito, do dano e do nexo causal, devida é a condenação do infrator ao pagamento de indenização por danos morais."2. "Para a fixação dos danos morais deverá ser levado em consideração o caráter punitivo em relação ao empregador e, por outro, o caráter compensatório em relação ao empregado." Dispositivos relevantes citados: incisos V e X do art. 5º da CRFB/88; arts. 186 e 927, ambos do CC; artigos 8º, 223-A a 223-G , todos da CLT. Jurisprudência relevante citada: não há.

Processo: 0000273-98.2025.5.07.0028 **Julg.:27/11/2025;**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO.INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. EMPREGADO PÚBLICO CELETISTA. TEMA 1.143 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF

O STF no Tema 1.143, da Repercussão Geral, fixou a seguinte tese: "1. A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa',

modulando-se os efeitos da decisão para manter na Justiça do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, os processos em que houver sido proferida sentença de mérito até a data de publicação da presente ata de julgamento". Na hipótese, o SERPRO, na qualidade de empresa pública que explora atividade econômica, submete-se, por força do art. 173, § 1º, II, da Constituição Federal, ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. O vínculo com seus empregados é inequivocamente regido pela CLT, o que constitui a primeira e fundamental distinção fático-jurídica em relação aos casos que originaram o precedente invocado, que tratavam de relações de natureza jurídico-administrativa. Outrossim, a causa de pedir não se fundamenta na interpretação ou validade de normas de direito administrativo, mas sim na alegação de que a parcela FCT, atribuída pela norma interna da empresa, foi paga de forma desvirtuada, como contraprestação direta pelo trabalho ordinário, aqui demonstrado o *distinguishing*. Desse modo, se a parcela pleiteada não é de natureza administrativa, prevalece a competência desta Justiça Especializada, à qual incumbe apreciar controvérsias envolvendo empregados públicos, cujo regime jurídico é o celetista. Rejeitada.

PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO TOTAL. SÚMULA 294 DO TST.

A arguição de prescrição total em recurso, quando a defesa (contestação) se limitou a pedir a prescrição quinquenal (parcial), configura inovação recursal e, por conseguinte, impede o pronunciamento do Colegiado, sob pena de supressão de instância. Prejudicial de mérito não conhecida.

FCT/FCA/GFE. NATUREZA SALARIAL. HABITUALIDADE. INCORPORAÇÃO

Demonstrado nos autos que a parcela denominada Função Comissionada Técnica - FCT (posteriormente Gratificação de Função Específica - GFE) foi paga ao reclamante de forma contínua e ininterrupta, por expressivo lapso temporal, resta caracterizada a habitualidade do pagamento, circunstância apta a afastar o caráter transitório da verba. Consoante preceitua o artigo 457, § 1º, da CLT, as gratificações ajustadas integram o salário do empregado, o que, aliado ao disposto no artigo 468, § 2º, do mesmo diploma legal, obsta a supressão de parcela salarial incorporada por força do pagamento habitual. Inexistindo prova de que a referida gratificação tenha sido paga em razão do exercício de função diferenciada, bem como não tendo a reclamada se desincumbido do ônus de demonstrar a transitoriedade do pagamento ou o atendimento dos requisitos normativos internos, impõe-se o reconhecimento da natureza salarial da FCT/GFE, com sua consequente incorporação ao salário do reclamante. (Tema Vinculante 69 do TST) Mantida a sentença de origem. Desprovido.

FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA. INCORPORAÇÃO.

VALOR.

Considerando-se que, nos termos do artigo 7º, VI, da CF e artigo 468 da CLT, a gratificação não pode ser suprimida ou reduzida unilateralmente pelo reclamado, impõe-se a manutenção da sentença quanto à incorporação da FCA percebida, no valor correspondente ao nível 17. Desprovido.

FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA. REFLEXOS SOBRE ATS E GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS. INCIDÊNCIA

Havendo determinação para que a FCT seja incorporada ao salário do empregado, corolário lógico-dedutivo é que o salário nominal do reclamante seja majorado pela FCT, sendo, por conseguinte, base de cálculo para os anuênios reflexos da incorporação determinada, o mesmo devendo ocorrer com as Gratificações Especiais instituídas pelo empregador e demais parcelas que tenham por suporte de cálculo o salário base da reclamante. Desprovido.

JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. PESSOA FÍSICA. TESE VINCULANTE DO TST (TEMA 21)

A declaração de hipossuficiência, em consonância com a tese vinculante do TST (Tema 21), é suficiente para o deferimento do benefício. O reclamado não anexou prova robusta que infirmasse a declaração da autora. Desprovido.

REGIME DE PRECATÓRIO E APLICAÇÃO DAS DEMAIS PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA AO SERPRO

O reconhecimento da Suprema Corte de que o SERPRO, na condição de empresa pública federal, prestadora de serviço público em caráter não concorrencial e sem fins lucrativos, é equiparada à Fazenda Pública e submete-se ao regime de precatórios (art. 100 da CF/88) para pagamento de suas dívidas judiciais, ainda que proferido em Reclamação Constitucional, deve ser observado, eis que reiterado e expresso em diversas decisões. Provido. Recurso parcialmente conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0001205-64.2025.5.07.0003 **Julg.: 03/12/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE.PROMOÇÕES POR MÉRITO E ANTIGUIDADE. PCCS/2008. REGRA DA ALTERNÂNCIA E REQUISITOS NORMATIVOS. CONDIÇÃO POTESTATIVA AFASTADA

Reconhecimento do direito à concessão e pagamento das diferenças salariais relativas às promoções por Mérito de 2021 e por Antiguidade de 2022 e 2024, em face do preenchimento dos requisitos de interstício (24 meses) e avaliação de desempenho satisfatória (mérito 2021) e da regra da alternância. A promoção por Mérito de 2023 foi mantida como indevida por avaliação de desempenho insatisfatória. Afastada a alegação de condição puramente potestativa (deliberação da Diretoria), ante a ausência de prova de óbices da empresa. Condenação ao pagamento das diferenças e reflexos (13º, férias + 1/3, anuênios e FGTS), com correção conforme PCCS/2008. Parcial provimento.

TUTELA DE URGÊNCIA. IMPLANTAÇÃO DE REAJUSTES SALARIAIS. EMPRESA PÚBLICA (ECT). VEDAÇÃO LEGAL. TRÂNSITO EM JULGADO

Indeferido o pedido de tutela de urgência visando a imediata implantação dos reajustes salariais, em razão da equiparação da Empresa Pública (ECT) à Fazenda Pública. Aplicação da vedação contida no art. 2º-B da Lei nº 9.494/97, que condiciona a execução de sentenças que versem sobre inclusão em folha de pagamento e concessão de aumento ou extensão de vantagens ao trânsito em julgado. Desprovido.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

Condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o proveito econômico obtido pelo Reclamante, observados os critérios de razoabilidade e proporcionalidade (art. 791-A, $\S$ 2º, CLT). Reconhecida a sucumbência mínima do Reclamante (art. 86, $\S$ único, CPC). Parcial provimento.

Processo: 0001377-31.2025.5.07.0027 **Julg.: 12/11/2025**
Rel. Desemb.:Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno
Turma 1ª

RECURSO ORDINÁRIO. DOENÇA OCUPACIONAL. CONCAUSA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. DEPRESSÃO. PRESUNÇÃO. SÚMULA 443 DO TST. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

I. CASO EM EXAME Recursos Ordinários interpostos pela reclamada e pela reclamante em face de sentença que julgou parcialmente procedente a ação, condenando a empresa ao pagamento de indenização por danos morais em razão de doença ocupacional (concausa) e indeferindo o pedido de reconhecimento de dispensa discriminatória. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 2 (duas) questões

em discussão: (i) definir se a natureza degenerativa de uma patologia (fascite plantar) afasta o nexo concausal e a responsabilidade do empregador, quando o laudo pericial atesta que as condições de trabalho contribuíram para o agravamento dos sintomas; (ii) estabelecer se a dispensa de empregada diagnosticada com depressão, por si só, atrai a presunção de discriminação prevista na Súmula nº 443 do TST, invertendo o ônus da prova. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A responsabilidade civil do empregador por doença ocupacional subsiste mesmo diante de patologias de cunho degenerativo, quando o trabalho atua como concausa para o seu desencadeamento ou agravamento. A excludente prevista no art. 20, § 1º, 'a', da Lei nº 8.213/91 não se aplica quando há prova pericial robusta que estabelece o nexo concausal, nos termos do art. 21, I, do mesmo diploma legal. 4. A presunção de dispensa discriminatória de que trata a Súmula nº 443 do TST não é de aplicação automática a toda e qualquer doença grave, exigindo-se que a patologia suscite estigma ou preconceito. Inexistindo nos autos prova de que a depressão tenha gerado tal quadro, não se opera a inversão do ônus probatório, cabendo à empregada comprovar o caráter discriminatório do ato de dispensa. 5. O percentual de honorários advocatícios fixado dentro dos limites do art. 791-A da CLT (5% a 15%) e de forma fundamentada pelo juízo de origem deve ser mantido, por se mostrar razoável e proporcional ao trabalho desenvolvido na causa. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recursos não providos.Tese de julgamento:O caráter degenerativo da doença não exclui a responsabilidade do empregador quando o labor atua como concausa para o seu agravamento, configurando o nexo de causalidade para fins de reparação civil.A presunção de dispensa discriminatória (Súmula 443 do TST) não se aplica automaticamente ao empregado com depressão, sendo necessária a demonstração de que a doença suscitou estigma ou preconceito para que haja a inversão do ônus da prova.Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 7º, XXVIII; CLT, art. 791-A; Lei nº 8.213/91, arts. 20, § 1º, 'a', e 21, I. Jurisprudência relevante citada: TST, Súmula nº 443.

Processo: 0001190-42.2024.5.07.0032 **Julg.: 30/07/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH). PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. GRAU MÁXIMO. BASE DE CÁLCULO. NORMA REGULAMENTAR. JUSTIÇA GRATUITA. RECURSO DESPROVIDO

I. CASO EM EXAME: 1. Recurso Ordinário interposto pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), em face de Sentença que a con-

denou ao pagamento de diferenças de adicional de insalubridade, considerando o grau de máximo (40%), sobre o salário-base. A recorrente argui, em preliminar, a incompetência da Justiça do Trabalho, impugna a gratuidade judiciária deferida ao reclamante e requer a extensão da totalidade das prerrogativas da Fazenda Pública. No mérito, postula a reforma para reconhecer o grau médio de insalubridade e a aplicação do salário-mínimo como base de cálculo. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 5 questões em discussão: (i) a competência da Justiça do Trabalho para julgar a causa, em face do Tema 1.143 do STF; (ii) a extensão das prerrogativas da Fazenda Pública à EBSERH; (iii) os requisitos para a concessão da justiça gratuita ao autor; (iv) a majoração do adicional de insalubridade para o grau máximo (40%); e (v) a definição da base de cálculo do adicional, diante da revogação de norma interna que previa o uso do salário-base. III. RAZÕES DE DECIDIR : 3. A competência para julgar pedido de adicional de insalubridade, verba de natureza trabalhista prevista na CLT, é da Justiça do Trabalho, ainda que norma interna discipline sua base de cálculo, não se aplicando a tese firmada pelo STF no Tema 1.143, que trata de parcelas de natureza estritamente administrativa. 4. Em relação às prerrogativas processuais equiparadas às da Fazenda Pública, de se deferir tal pretensão, tendo em vista julgamento do TST em sede de Incidente de Uniformização de JUrisprudência. 5. Para a concessão dos benefícios da justiça gratuita ao trabalhador, a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte é suficiente, presumindo-se verdadeira, nos termos do art. 99, § 3º, do CPC, de aplicação supletiva ao processo do trabalho. 6. O laudo pericial emprestado que, de forma fundamentada e não infirmado por outras provas, conclui pela exposição permanente do trabalhador a agentes biológicos, em contato com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas (NR-15, Anexo 14), prevalece para fins de caracterização da insalubridade em grau máximo. 7. As cláusulas de regulamento empresarial que estabelecem vantagens aderem ao contrato de trabalho dos empregados admitidos sob sua vigência. A revogação posterior dessa norma não atinge os contratos em curso, sob pena de configurar alteração contratual lesiva, vedada pelo art. 468 da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE : 7. Recurso desprovido. Tese de julgamento: 1. A competência para processar e julgar causas que envolvem adicional de insalubridade, parcela de natureza trabalhista, é da Justiça do Trabalho, não se aplicando o Tema 1.143 de Repercussão Geral do STF. 2. A EBSERH goza de prerrogativas equiparadas às da Fazenda Pública, no tocante à isenção do recolhimento de custas processuais, dispensa do depósito recursal e sujeição ao regime de precatórios para a execução. 3. A declaração de hipossuficiência firmada pelo reclamante goza de presunção de veracidade para fins de concessão da justiça gratuita, cabendo à parte contrária produzir prova que a infirme. 4. A alteração de norma regulamentar que suprime vantagem, como a base de cálculo do adicional de insalubridade, não pode atingir os empregados admitidos antes de sua revogação, por força do princípio da inalterabilidade contratual lesiva e do

direito adquirido (art. 468 da CLT e Súmula nº 51, I, do TST).Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 173, § 1º, II; CLT, arts. 192, 195, § 2º, 468 e 790, § 4º; CPC, arts. 98, 99, § 3º, e 479; Súmula do TST nº 51, I; Súmula Vinculante do STF nº 4; NR-15, Anexo 14. Jurisprudência relevante citada: STF, Tema nº 1.143 de Repercussão Geral; STF, ADPF nº 437; TST, E-RR-252-19.2017.5.13.0002, Rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, Tribunal Pleno, j. 16.05.2023.

Processo: 0000597-36.2025.5.07.0013 **Julg.: 05/11/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA PARTE RECLAMADA/RECORRENTEDIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. PRESCRIÇÃO. DOENÇA OCUPACIONAL. DANO MORAL. JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ADOÇÃO PARCIAL DA TÉCNICA DE JULGAMENTO PER RELATIONEM. RECURSO IMPROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pela reclamada/recorrente contra sentença proferida pela juíza a quo que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na presente reclamação trabalhista. No recurso, a recorrente se insurge quanto: i) prescrição; ii) doença ocupacional; iii) danos morais; iv) honorários advocatícios; v) justiça gratuita em favor do reclamante/recorrido. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Discute-se: i) a ocorrência da prescrição; ii) a responsabilidade da recorrente no que diz respeito à doença do reclamante/recorrido; iii) se configurado o dano moral; iv) se devida a concessão da justiça gratuita ao empregado/recorrido; v) se cabível a condenação em honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A presente reclamação trabalhista foi distribuída em 23/3/2024. Entretanto, considerando-se que a consolidação das lesões se deu em 2023, conforme atestados acostados, não há que se falar em prescrição. Nada a prover. 4. O laudo pericial deixou claro que o trabalho desenvolvido na recorrente não causou a patologia apresentada, entretanto, o expert concluiu que a enfermidade foi agravada pelo exercício do trabalho na reclamada. As provas adunadas são contundentes e aptas a demonstrar que as condições de trabalho agravaram os problemas na saúde do recorrido. E, embora a parte recorrente tenha se insurgido contra a conclusão a que chegou o perito, suas alegações não merecem prosperar, na medida em que não trouxe aos autos um único elemento de prova consistente que pudesse infirmar o laudo pericial. Nada a prover.5. Tra-

balhador que sofreu restrições em sua saúde por culpa da empresa tem lesado seu patrimônio imaterial, sendo esta a hipótese em análise. Assim, deve-se manter a sentença que condenou a reclamada/recorrente em danos morais. Nada a prover. 6. A parte reclamante/recorrida declarou sua hipossuficiência econômica e a parte recorrente não apresentou provas capazes de desqualificar a declaração firmada. Desse modo, deve ser mantida, pois, a concessão dos benefícios da justiça gratuita em favor do recorrido, em consonância com o Tema nº 21 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST). 7. A presente ação foi ajuizada na vigência da Lei nº 13.467/2017, que incluiu o art. 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevendo o pagamento de honorários advocatícios em razão da mera sucumbência. Logo, aplicáveis ao caso os honorários advocatícios pela mera sucumbência. Nada a prover. 8. A jurisprudência atual do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST) reconhece que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do inciso IX do artigo 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assegurando, assim, a observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. Recurso ordinário improvido.Tese de julgamento: "A jurisprudência atual do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (C. TST) reconhece que a utilização da técnica per relationem atende à exigência do inciso IX do artigo 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assegurando, assim, a observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa." Dispositivos relevantes citados: inciso IX do artigo 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Jurisprudência relevante citada: RE 1494559 AgR, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 01-07-2024, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 29-07-2024 PUBLIC 30-07-2024; Ag-AIRR-11898-23.2015.5.18.0013, 2ª Turma, Relatora Ministra Liana Chaib, DEJT 06/02/2025; Ag-AIRR-10498-27.2015.5.03.0001, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 06/02/2025; Ag-AIRR-455-47.2018.5.11.0019, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 31/01/2025; Ag-ARR-1001102-67.2016.5.02.0432, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 21/01/2025.

RECURSO ADESIVO INTERPOSTO PELA PARTE RECLAMANTE/RECORRENTEDIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO

I. CASO EM EXAME 1. Recurso ordinário interposto pelo reclamante/recorrente contra sentença proferida pela juíza a quo que julgou parcialmente

procedentes os pedidos formulados na presente ação trabalhista. No recurso, o recorrente se insurge quanto aos honorários advocatícios. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. Discute-se se é cabível a majoração dos honorários advocatícios devidos ao recorrente. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. No tocante à pretensão de majoração da verba honorária, é plenamente possível o acolhimento desse pleito, porquanto lastreado no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil (CPC), de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho, como forma de prestigiar o trabalho do advogado que participou de todos os atos processuais, compareceu em todas as audiências, impugnou documentos, enfim, atuou diligentemente no presente feito. Assim, é de se acolher a pretensão da parte obreira para majorar os honorários advocatícios sucumbenciais devidos pelo recorrido para o patamar de 15% (quinze por cento), uma vez o percentual está em plena consonância com os requisitos descritos no § 2º do art. 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). IV. DISPOSITIVO E TESE 4. Recurso adesivo provido. Dispositivos relevantes citados: art. 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil (CPC), de aplicação supletiva e subsidiária ao processo do trabalho.

Processo: 0000591-88.2024.5.07.0037 **Julg.: 27/11/2025**
Rel. Desemb.: Clóvis Valença Alves Filho
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. JUSTA CAUSA. MAU PROCEDIMENTO E INCONTINÊNCIA DE CONDUTA. ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO. GRAVIDADE DO ATO. IMEDIATIDADE E PROPORCIONALIDADE. GRADAÇÃO DE PENALIDADES. DESNECESSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. VALIDADE DA DISPENSA

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto pelo Reclamante em face de sentença que julgou improcedentes seus pedidos, mantendo a validade da dispensa por justa causa aplicada pela Reclamada, com fundamento em mau procedimento (art. 482, 'b', da CLT), decorrente da prática de assédio/importunação sexual contra colega de trabalho. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões centrais em discussão: (i) definir se a ausência de oitiva formal do empregado no procedimento disciplinar interno, por se encontrar em licença médica, configura cerceamento de defesa a ensejar a nulidade da dispensa; (ii) verificar se a dispensa por justa causa, aplicada como penalidade única por ato de assédio sexual, ofende os

princípios da proporcionalidade e da gradação das penas, considerando a ausência de histórico de sanções disciplinares. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. O assédio sexual ou a importunação de cunho sexual no ambiente de trabalho constitui falta de gravidade máxima, que atenta contra a dignidade dos envolvidos, viola os deveres de respeito e urbanidade, e quebra a fidúcia indispensável à manutenção do contrato de emprego, enquadrando-se na hipótese de mau procedimento do art. 482, 'b', da CLT. 4. A gravidade intrínseca do ato de assédio sexual, devidamente comprovado por robusta prova documental e testemunhal, e confessado pelo próprio autor, autoriza a aplicação imediata da penalidade máxima de dispensa por justa causa, tornando desnecessária a gradação pedagógica das penas (advertências e suspensões prévias).5. A ausência de oitiva formal do empregado no procedimento apuratório interno não acarreta, por si só, a nulidade da dispensa, quando a materialidade e a autoria da falta são incontroversas e por ele confessadas extrajudicialmente, não havendo demonstração de prejuízo ao trabalhador, em aplicação do princípio pas de nullité sans grief (art. 794 da CLT). IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso Ordinário conhecido e não provido.Teses de julgamento:A prática de assédio sexual, por configurar mau procedimento de gravidade máxima, autoriza a dispensa por justa causa sem a necessidade de prévia gradação de penalidades, dada a quebra imediata e irremediável da confiança contratual. Não há cerceamento de defesa a ensejar a nulidade da dispensa por justa causa quando, a despeito da ausência de oitiva formal do empregado, a falta grave é incontroversa e por ele confessada, ausente a demonstração de prejuízo processual para a sua defesa.Dispositivos relevantes citados:CLT, art. 482, 'b', e art. 794. Constituição Federal, art. 5º, LV. Jurisprudência relevante citada: TST, Ag-AIRR-156000-84.2004.5.01.0341.

Processo: 0000618-46.2025.5.07.0034 **Julg.: 29/10/2025**
Rel. Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. VÍNCULO DE EMPREGO. TRABALHADOR DE APLICATIVO. ENTREGADOR. "UBERIZAÇÃO". SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA E ESTRUTURAL. TEMA 1389/STF. INAPLICABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. REQUISITOS DO ART. 3º DA CLT CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO

I. CASO EM EXAME Recurso Ordinário interposto por empresa de plataforma digital (LOGAROO) contra sentença que reconheceu o vínculo de emprego com entregador-motoqueiro e a condenou ao pagamento das verbas trabalhistas decorrentes. A recorrente alega a necessidade de suspensão do feito (Tema 1389/STF), a incompetência da Justiça do Trabalho e, no mérito, a ausência de subordinação. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há 3 (três) questões centrais em discussão: (i) definir se a ordem de sobrestamento do Tema 1389/STF, que trata da licitude da contratação de autônomos, aplica-se a demandas de reconhecimento de vínculo de fato com plataformas digitais; (ii) estabelecer a competência para julgar a natureza da relação entre entregador e aplicativo; e (iii) verificar a presença dos requisitos do vínculo de emprego, em especial a subordinação, no contexto da "uberização". III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A suspensão determinada no Tema 1389/STF não se aplica a casos em que se discute a existência fática de uma relação de emprego, mas àqueles que versam sobre a validade de um contrato civil formal. Trata-se de distinguishingque afasta o sobrestamento do feito. 4. A competência da Justiça do Trabalho é firmada pela teoria da asserção. Se a petição inicial narra uma relação de emprego e postula verbas trabalhistas, a competência para analisar a causa, inclusive para definir a natureza da relação, é desta Justiça Especializada (art. 114, I, CF).5. A subordinação jurídica, no contexto das plataformas digitais, manifesta-se de forma algorítmica e estrutural. O controle exercido pela empresa por meio de aplicativo, com a definição de escalas, fiscalização da jornada, sistema de avaliação e aplicação de sanções, configura poder diretivo e se equipara, para fins legais, aos meios pessoais de comando, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da CLT. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso não provido.Tese de julgamento:A ordem de suspensão do Tema 1389/STF é inaplicável às ações em que se postula o reconhecimento de vínculo de emprego diretamente com plataformas digitais, quando a controvérsia não orbita a validade de um contrato civil preexistente.A suposta autonomia do trabalhador por aplicativo é afastada quando a empresa, por meio de seu algoritmo e estrutura organizacional, detém o controle sobre a organização e a execução do trabalho, configurando a subordinação jurídica prevista no art. 3º da CLT e a consequente relação de emprego.Dispositivos relevantes citados:Constituição Federal, art. 114, I; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), arts. 3º e 6º, parágrafo único. Jurisprudência relevante citada:Supremo Tribunal Federal, Tema 1389 e Tema 1291.

Processo: 0000875-86.2024.5.07.0008 **Julg.: 29/09/2025**
Rel Desemb.: Francisco José Gomes da Silva
Turma 2ª

RECURSO ORDINÁRIO. MULTA POR ATRASO SALARIAL. DANO MORAL IN RE IPSA. RESPONSABILIDADE SUB-

SIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO. PROVIMENTO PARCIAL

I. CASO EM EXAME Recurso ordinário interposto pela reclamante contra sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando a reclamada X3 Empreendimentos e Locações Ltda. ao pagamento de diversas verbas trabalhistas, mas indeferindo a multa por atraso salarial, a indenização por danos morais e a responsabilidade subsidiária do Município de Pacatuba. II. Questões em Discussão 2. a) A aplicabilidade da multa por atraso salarial e do Precedente Normativo nº 72 do TST em dissídios individuais; b) A caracterização de dano moral decorrente do atraso reiterado no pagamento de salários; c) A responsabilidade subsidiária do Município de Pacatuba em face da inadimplência da empresa prestadora de serviços, considerando o Tema 1118 do STF e a comprovação de culpa *in vigilando*. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Atraso Salarial e Multa: O art. 459, § 1º, da CLT estabelece o prazo para pagamento de salários, mas não prevê sanção pecuniária específica em casos de atraso. A jurisprudência consolidada do TST restringe a aplicação do Precedente Normativo nº 72 a dissídios coletivos, razão pela qual se mantém a improcedência do pedido de multa. 4. Dano Moral por Atraso Salarial: O atraso reiterado no pagamento de salários configura dano moral "in re ipsa" (presumido), uma vez que o salário possui caráter alimentar e sua privação afeta a dignidade e as condições mínimas de subsistência do trabalhador. Os extratos bancários juntados aos autos e a prova testemunhal corroboram a habitualidade da mora salarial, ensejando o reconhecimento do dano moral, independentemente de comprovação de abalo psicológico concreto. 5. Responsabilidade Subsidiária do Ente Público: Embora a súmula 331, VI, do TST estabeleça a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, o STF, no Tema 1118, exige a comprovação de culpa do ente público (negligência na fiscalização). No caso, a testemunha relatou que a diretoria da escola (ente público) era informada dos atrasos salariais e se limitava a contatar a empresa. A ausência de diligência na fiscalização e a não exigência de comprovação de quitação das obrigações trabalhistas configuram culpa "*in vigilando*", justificando a responsabilidade subsidiária do Município de Pacatuba por todas as verbas decorrentes da condenação. IV. DISPOSITIVO E TESE 6. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido para: a) Condenar a reclamada ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 2.000,00; b) Reconhecer a responsabilidade subsidiária do Município de Pacatuba por todas as verbas deferidas na sentença. Tese de Julgamento: a) O reiterado atraso no pagamento de salários configura dano moral "in re ipsa", independentemente de comprovação de abalo psicológico específico. b) A responsabilidade subsidiária do ente público, nos termos do Tema 1118 do STF, é cabível quando comprovada a culpa "*in vigilando*", decorrente da omissão

ou inércia na fiscalização das obrigações trabalhistas da empresa contratada. Legislação e Jurisprudência Relevantes Citadas: CLT, art. 459, § 1º; Súmula nº 331, VI, do TST; Precedente Normativo nº 72 do TST; Tema 1118 do STF; TST - RR: 00005370520215050031; TST - Ag-AIRR: 0000106-31.2019.5.09.0127.

Processo: 0000121-35.2025.5.07.0033 **Julg.: 31/10/2025**
Rel. Desemb.: Paulo Régis Machado Botelho
Turma 2ª

I - RECURSO DO BANCO RECLAMADO.MULTA POR EMBARGOS PROTELATÓRIOS.

Compreende-se que o não acolhimento dos embargos de declaração não caracteriza, por si só, o intento protelatório da parte, devendo haver evidências mais fortes do caráter procrastinatório do apelo. Na espécie, as embargantes perseguiram esclarecimentos sobre questões que reputaram importantes para balizar a condenação, não se vislumbrando, pois, o seu intuito protelatório, que possa justificar a imposição da multa de 1%, prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC. Dessa forma, dá- se parcial provimento ao apelo, para excluir da condenação a multa de 1% por embargos protelatórios.PRESCRIÇÃO PARCIAL. PCS. ADERÊNCIA CONTRATUAL. Este relator sempre entendeu, escudado em precedentes do C. TST, que, em tendo sido instituída uma nova política salarial relativa às promoções - como no caso dos presentes autos, em que, logo após a sucessão de empregadores, adotou-se uma nova política salarial, em substituição à que era usada pelo empregador anterior - configura-se uma alteração substancial do contrato de trabalho, por ato único do empregador, quanto à forma em que se dariam as progressões. Nessa situação fática, em sendo certo que tais progressões não estão previstas em lei, nem em qualquer Plano de Cargos e Salários legalmente válido, o direito de demandar quanto a tal alteração da política salarial estaria fatalmente prescrito, caso decorridos os prazos da lei. Entretanto, o próprio TST, em processos envolvendo o mesmo empregador e a "política de grades" que era adotada pelo empregador sucedido, vem decidindo que a prescrição é parcial, inclusive tais decisões mencionam que esse entendimento é uníssono na SBDI-1. Portanto, considerando o sistema de precedentes, criado a partir do CPC/2015, que impõe a observância, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, do entendimento jurisprudencial firmado pelo C.TST (artigos 927 e 489, § 1º, CPC) - incluindo a jurisprudência fixada em súmulas, orientações jurisprudenciais e julgados da SDI-I (artigo 927, IV e V, e 489, § 1º, CPC, c/c art. 15, I, "e", Instrução Normativa do TST nº 39/2016), este julgador, sem maiores delongas, em prestígio ao sistema de precedentes brasileiro mencionado e aos valores que este pretende garantir

(segurança jurídica, igualdade e previsibilidade) há de seguir o que entende tal Colendo Tribunal, no caso específico. A aplicação de tese diversa somente seria possível se se demonstrasse distinção que pudesse afastá-lo ("*distinguishing*"), ou a superação do entendimento superior ("*overruling*"), conforme artigos 489, § 1º, VI, CPC, o que não se verifica nos autos. Afasta-se, pois, a preliminar.

DIFERENÇAS SALARIAIS. POLÍTICA DE GRADES E POLÍTICA DE NÍVEIS. SEMESTRALIDADE DA PROMOÇÃO NÃO PREVISTA

É bem verdade que a legislação de regência da matéria estabelece que qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa sucedida não afetará os direitos adquiridos por seus empregados (arts. 10, 448 e 448-A da CLT), sendo certo, ademais, quanto às condições contratuais aplicáveis ao reclamante que, havendo coexistência de dois regulamentos,devem incindir aquelas vigentes quando da sua contratação (Súmula 51 do TST). Ocorre que, a tese da inicial, de que já deveria estar o autor em determinado nível e zona, sucumbe diante da prova documental, pois a pretensão parte da premissa de que as promoções normalmente eram semestrais, o que não se divisa das referidas normas. Frise-se, ademais, que apesar de ter sido confeccionado laudo pericial para averiguação das diferenças salariais, este foi produzido de acordo com os termos/pedidos relatados pelo próprio autor, em sua exordial, partindo do pressuposto que, como visto, não restou incontroverso nos autos. Ainda que assim não fosse, ressalte-se o documento debatido ("Política da Organização nº 0010.1178"), no qual fundamenta-se o pedido, não merece a interpretação por ele pretendida, sendo certo que sequer pode-se afirmar haver PCS devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho, exigência de validade existente na época - fato admitido pelas partes. De outro lado, tal como já analisado da referida norma interna, verifica-se que o enquadramento e a movimentação por mérito não são automáticos, e que os valores mínimos e máximos das faixas salariais são apenas referenciais e dependem do desempenho diferenciado de cada empregado - o que restou consignado, inclusive, no laudo pericial anexado. Forçoso, pois, julgar improcedente a postulação da inicial.

IMPUGNAÇÃO À JUSTIÇA GRATUITA CONCEDIDA À PARTE RECLAMANTE. PROCESSO AJUIZADO APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI 13.467/2017.

A previsão contida na parte final do § 3º do art. 790 da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017, estipula apenas um parâmetro de presunção absoluta de hipossuficiência para aqueles que ganham até 40% do teto do RGPS. Já os demais trabalhadores, que percebem mais do que esse valor, ainda podem fazer jus à gratuidade da justiça, desde que comprovem estar em condição de insuficiência financeira. Nessa linha, a simples declaração de pobreza é considerada meio de prova da hipossuficiência da declarante pessoa física (art. 1º da Lei 7.115/1983;

art. 99, § 3º, do CPC; Súmula 463, I, do TST), atendendo à exigência do art. 790, § 4º, da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017

HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. CONDENAÇÃO. DECISÃO DO STF INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5.766, realizado em 20.10.2021, conforme divulgado na ocasião, declarou a inconstitucionalidade, dentre outros, do § 4º, do art. 791-A da CLT. Considerou que o dispositivo apresentava obstáculos à efetiva aplicação da previsão constitucional de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal), bem assim vulneraria a garantia constitucional de acesso à justiça, prevista no art. 5º, inc. XXXV, da Carta Magna ("a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"). No entanto, quando da publicação do acórdão, em 03/05/2022, a decisão do STF foi formalizada contendo o que este julgador considera como uma alteração substancial, pois passou a constar a expressão "nos termos do voto do Ministro ALEXANDRE DE MORAES" que não constava da decisão inicialmente divulgada. Em seu voto, o mencionado Ministro conclui por declarar a inconstitucionalidade somente da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", constante do § 4º do art. 791-A. Após o julgamento de embargos de declaração, cuja decisão transitou em julgado aos 04/08/2022, restou esclarecido que a inconstitucionalidade, realmente, era somente em relação a tal expressão, tal como pedido na petição inicial da ADI 5766. E é essa a decisão a ser cumprida.

II - RECURSOS DO RECLAMANTE E RECLAMADA. ANÁLISE CONJUNTA.LIMITAÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO AO INDICADO NA PETIÇÃO INICIAL.

Os valores objeto de condenação não ficam, no caso concreto, adstritos àqueles indicados na inicial, eis que, expressamente, o reclamante afirmara que eles representam mera estimativa. Inteligência do art. 12 da Instrução Normativa 41/2018 do C.TST. Recurso da reclamada conhecido e provido. Recurso do reclamante conhecido e parcialmente provido.

Processo: 0000725-88.2022.5.07.0004 **Julg.: 14/12/2025**
Rel. Desemb.:Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Junior
Turma 1ª

RESCISÃO INDIRETA X PEDIDO DE DEMISSÃO. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. INOCORRÊNCIA.

Caso em que não há prova de vício de consentimento. Reclamante que assinou, espontaneamente, pedido de demissão, não se tendo provado qualquer ato de coação que viciasse a sua vontade. Se considerava ser o caso de rescisão indireta, deveria, comunicando ou não ao empregador as razões, deixar o emprego, considerando-o rescindindo e aforado a ação competente, não estando obrigado a requerer demissão como condição para perseguir direitos que reputava sonegados.

CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE DO LAUDO PERICIAL. INOCORRÊNCIA

Não é direito da parte a realização de nova perícia, que somente será designada "quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida"(CPC, art. 480), ou por algum outro vício que a comprometa ou a torne imprestável. Caso, porém, em que o motivo para o requerimento de nova perícia não tem assento legal, por não ser exigível que o médico-perito tenha especialidade na área da medicina relacionada à doença da parte autora, não havendo nulidade a se declarar.

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRABALHO. DANOS MORAIS. FORTUITO INTERNO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INOCORRÊNCIA

Caso em que o acidente se deu por culpa não exclusiva do empregado, associada à culpa do empregador, pela inobservância rigorosa da NR-12, possibilitando-se o acionamento da máquina fora da excepcionalidade de que trata o item 12.11. 3.1. da norma regulamentar sob trato.

DANOS MORAIS QUANTUM INDENIZATÓRIO

Cumprindo as funções pedagógica, compensatória e repressiva, e considerada a situação financeira do ofensor e da vítima, bem como os valores arbitrados em casos similares, de manter-se o valor da condenação por danos estéticos e o valor da indenização dos danos morais, estes classificados como graves (CLT, art. 223-G, § 1º, inciso III), em montante equivalente a 13,23 (treze vírgula vinte e três) vezes o valor de sua última remuneração. Recursos de autor e réu conhecidos e não providos.

Processo: 0000437-22.2022.5.07.0011 **Julg.: 12/09/2025**
Rel. Desemb.:Maria Roseli Mendes Alencar
Turma 1ª